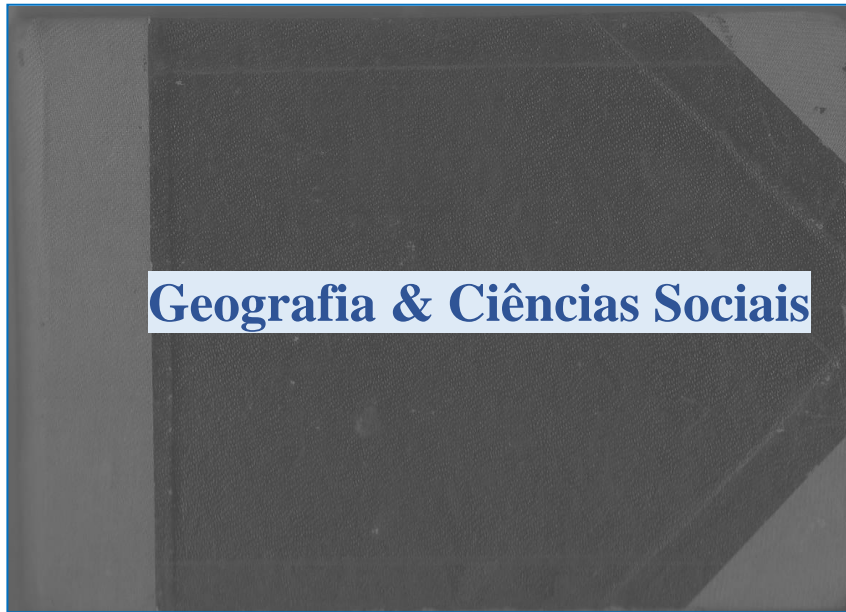


Opúsculos



Volume II

Jorge Carvalho Arroiteia

2023

*À Comunidade Académica da
Universidade de Aveiro
no 50º aniversário da sua instalação*

Editor: Jorge Carvalho Arroteia

Lista de ISBNs:

978-989-35374-0-4;

[Título: Opúsculos: Geografia & Ciências Sociais - Volume II];

[Autor: Jorge Carvalho Arroteia];

[Co-autor(es):];

[Suporte: Eletrónico];

[Formato: PDF / PDF/A]

Apresentação

A preparação de um segundo volume dos *Opúsculos* igualmente dedicado à Geografia & Ciências Sociais justifica-se tendo em conta os diversos contributos em tempo divulgadas e o reconhecimento do interesse de alguns assuntos - mesmo que fazendo parte de memórias do tempo presente - antes que venham a ser triturados por um consciente esquecimento. Como os demais seguem uma ordem cronológica e temática, com particular evidência para os assuntos de geografia regional, geografia da população e emigração e comunidades portuguesas.

A certeza de alguns dados estatísticos, postos em causa por levantamentos mais recentes dos que foram ao tempo utilizados permite, contudo, aferir a intensidade da mudança social e cultural da nossa sociedade e dos seus reflexos sobre as formas de ocupação e ordenamento do território, profundamente marcadas pela atração urbana e despovoamento de áreas críticas do solo português. No seu conjunto estão relacionadas com o “inverno demográfico”, a extinção de atividades tradicionais, o desajustamento de incentivos económicos à manutenção e criação de pequenas bacias de emprego diversificadas na sua natureza e implantação, as migrações e o despovoamento do território.

Como diz o ditado popular, *“ação é filha do pensamento”*, importa que não se deixe esvaziar a terra que habitamos, acolhendo boas práticas e iniciativas antes que nos tornemos caminantes no seio de pousios sociais e desertos urbanos cheios de edificações, mas sem o pulsar da comunidade. Lamentavelmente alguns dos exemplos tratados parecem caminhar neste sentido.

"População e Migrações"¹

"...a "pequena casa lusitana" tem, na exiguidade da área, na pobreza do solo, na abundância e fecundidade das gentes, a limitação natural das suas possibilidades de povoamento. Somos muitos, seremos cada vez mais, e somos pobres. Melhorar o rendimento das culturas, desenvolver a indústria e aproveitar as riquezas naturais, será a maneira de atenuar as taras da terra e da grei. Mas, para isso, é preciso ver com largueza os problemas da população".

Orlando Ribeiro; 1970; 352

1. Introdução

A apreciação de diferentes estudos relacionados com a população e o povoamento no continente português, mostra a diversidade de factores (não só de natureza histórica e geográfica), responsáveis pela ocupação do território e pela dinâmica da população portuguesa. Com efeito se num passado mais remoto as condições físicas determinaram esses fenómenos, o desenvolvimento das actividades económicas e produtivas, a construção das vias de comunicação e a aplicação dos investimentos em infraestruturas e na criação de postos de trabalho, têm afectado, nas últimas décadas, a distribuição dos habitantes bem como os seus movimentos e deslocações. Daqui decorre o enunciado de diversos paradigmas relativos ao desenvolvimento económico e social do país, bem como a construção de novas imagens referentes à demografia portuguesa. No seu conjunto estas análises têm considerado não só os condicionalismos humanos e culturais responsáveis pela distribuição mais antiga dos habitantes, mas também a persistência de diversos factores sociais mobilizadores de novas "dinâmicas" locais e regionais que têm auxiliado os movimentos da população na actualidade.

O texto que ora apresentamos, dedicado à análise da "população e das migrações" na área transfronteiriça do centro e do norte de Portugal corresponde, globalmente, a uma reflexão sobre a importância de alguns desses factores e não tanto a um estudo exaustivo destes fenómenos. Dificuldades no recurso às fontes demográficas bem como quanto ao seu tratamento justificam este tipo de análise que deverá ser completada com estudos locais relativos às diferentes unidades

¹ In: *La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa* (Actas Simposium), Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 1997, pp. 153-165, (coord: Lorenzo López-Trigal, Rúben Lois González e François Guichard)

espaciais e territoriais (concelhos e NUTIII) que fazem parte desta vasta "região transfronteiriça".

2. Os condicionalismos naturais e humanos

Como referimos, a análise da distribuição da população portuguesa ao longo do tempo põe em evidência a importância dos atributos naturais e históricos na ocupação humana do território. Com efeito se atendermos às diferenças de natureza geológica, morfológica e climática que identificam a terra portuguesa - Maciço Antigo, Orlas Sedimentares Ocidental e Meridional e Bacias Sedimentares do Tejo e Sado -, logo verificamos que a esta divisão se associam outros factores que estão na origem dos diversos tipos de povoamento (sobretudo do povoamento rural) e dos movimentos da população que os acompanham.

Relativamente ao primeiro, diz-nos O. Ribeiro (1970; 341) que os tipos de povoamento rural são a "expressão de condições naturais, mas, talvez mais ainda, das modalidades de ocupação do solo no aspecto agrário", apresentando diversas diferenças entre si: "povoamento disseminado, ou tendendo para ele, no Norte atlântico, fortemente aglomerado na região transmontana, combinação, no Sul, de grandes aldeias e vilas rurais e montes, centros de exploração das herdades". No mesmo texto e referindo-se à distribuição da população nota este autor (ob. cit.; 351): "desenham-se ..., com toda a rigidez, duas regiões maiores quanto ao crescimento demográfico: a do Norte e a do Sul. Esta, capaz de absorver a população que se renova; aquela, recebendo-a em muito menor grau, começa a dar sérios indícios de estar próxima do ponto de saturação. Alguns anos mais de emigração escassa e as taras do superpovoamento começarão a manifestar-se na sua trágica gravidade".

A consulta de outros trabalhos (Girão; 1941 e Marques; 1976), confirma o que anteriormente notámos acerca da antiguidade, dos padrões de povoamento e dos factores responsáveis pela ocupação e dinâmica populacional no continente. Como nota Girão (1941; 217-218) a propósito da ocupação do litoral norte português, esta deve-se não só à morfologia e à pluviosidade desta área, à natureza dos solos e aos

"recursos da pesca marítima", mas ainda às "melhores condições de defesa, pela profusão de cabeços facilmente fortificáveis e até naturalmente defendidos".

Estas condições justificam, desde os tempos históricos, o estabelecimento da população na zona costeira e a sua rarefacção no interior norte e no sul do território, nomeadamente nas regiões fronteiriças, onde apesar das barreiras naturais existentes as relações com Castela foram sempre consideradas como uma ameaça à fixação de novos habitantes. O mesmo entendimento tem O. Ribeiro (1967; 95), quando afirma que a divisão de Portugal "em duas regiões demográficas de superfície desigual", de contraste muito antigo, "provém tanto do reflexo das condições naturais como da acção destas ao longo da história". Estas observações são comprovadas por diferentes documentos que atestam, logo no início da nacionalidade (séculos XII e XIII) ou já posteriormente (século XVI), a maior concentração humana "no Minho, no vale do Douro e na Beira Alta, mas dispersando-se em numerosos pequenos núcleos de habitantes" (cf: O. Marques (1976-I; 130).

A ocorrência de certas vicissitudes ligadas ao processo histórico do povoamento, à "romanização" e à "reconquista", bem como à expansão das lides humanas - agricultura e pastorícia, comércio e actividades manufactureiras - confirmam não só a desigual repartição das gentes no solo português mas ainda a atracção marítima e portuária exercida pelos dois principais núcleos de comércio e de relações com o exterior, que cresceram e se consolidaram próximo dos estuários dos rios Tejo e do Douro, contrariamente ao verificado nas regiões fronteiriças.

Mesmo assim a fixação dos habitantes nesta área beneficiou das condições de circulação e de defesa das praças-fortes e dos burgos melhor defendidos aí existentes, que desde tempos remotos conseguiram exercer a sua influência e protecção sobre as populações vizinhas. Assim se poderá verificar pela análise da distribuição da população portuguesa em diversos momentos, nomeadamente nas datas da realização dos recenseamentos da população, de 1864 aos nossos dias.

A alteração dos padrões de distribuição humana mais antigos tem sido concretizada por via dos movimentos migratórios (internos e sobretudo para o exterior) desencadeados em diversos momentos da nossa história e que se repercutiram de forma distinta em todas as áreas do território nacional. Assim

aconteceu com as "migrações internas" relacionadas com as fainas agrícolas do Alentejo, da Beira Baixa e do Douro (que atraíram grupos numerosos de "camaradas" e de "ratinhos", de "charnecos" e de "rogas") ou já com outras formas desses movimentos, de carácter mais duradouro, que acompanharam o povoamento de certas áreas do território, bem como o "êxodo rural" determinado pela atracção exercida pelos novos centros urbanos. No seu conjunto, estes fenómenos podem ser entendidos como *"espécie de movimentos de equilíbrio entre áreas superpovoadas, onde os recursos da terra são aproveitados ao máximo pela exploração intensiva, e áreas pobres de homens, embora ricas de possibilidades económicas..."* (Ribeiro (1970; 359).

Uma descrição desta situação, relativa aos anos sessenta, dá-nos conta do seguinte (Ribeiro; 1967; 96): "a população de Portugal, que é de 8 292 000 habitantes, duplicou em menos de um século. De 38 por Km² em 1841, a densidade subiu a 52 em 1890, a 81 em 1940 e a 93 em 1960. Esta maré de gente determina outro arranjo das marcas da presença humana na paisagem. Porque não foram as grandes cidades que proporcionalmente mais aumentaram. Em todo o Norte, com excepção da periferia do Porto, a população cresceu lentamente, desfalcada pela emigração, e aqui e além, em terras trasmontanas e montanhosas, estacionou ou mesmo diminuiu. No Sul, porém, especialmente à roda de Lisboa e no Ocidente da Estremadura e do Alentejo, vastas áreas despovoadas se cobriram de uma poeira de casas dispersas, romperam-se tractos de charneca, cresceram as vilas e aldeias, fundaram-se povoações novas".

Note-se que a par do fenómeno da industrialização e da urbanização responsáveis por estes fenómenos, a expansão das vias de circulação - rodoviárias e ferroviárias - foi igualmente determinante na organização do território, contribuindo para o alargamento progressivo das aglomerações urbanas, pela criação de novas actividades produtivas ou pela fixação de novos habitantes. É o que se pode ainda hoje comprovar através da consulta dos dados relativos aos últimos recenseamentos da população e à apreciação da capacidade de atracção das áreas urbanas do continente, mesmo que localizadas nesta área fronteiriça. Escusado será recordar, as razões que terão contribuído para algumas dessas assimetrias: as facilidades de

transporte e do escoamento dos produtos manufacturados (principalmente por via marítima), a abundância de mão-de-obra, a proximidade das matérias primas e dos mercados podem ter sido determinantes na construção das duas principais regiões metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Juntamente com estes condicionalismos S. Lopes (1987; 173), aponta a persistência de outros "factores que se ligam aos aspectos institucionais de enquadramento e os que resultam do comportamento da entidade empresarial" e que terão sido determinantes para o crescimento de outros centros urbanos e industriais. Entre eles destacamos a concentração humana e de actividades no eixo de Lisboa-Vila Franca de Xira e na margem sul do Tejo (siderurgia e petroquímica, construção naval e indústria metalomecânica, metalurgia e cimenteiras, etc.); a concentração demográfica e industrial no eixo de Aveiro-Porto-Braga (têxteis, madeiras e indústrias alimentares), bem como a ocorrência de pequenas "bolsas" industriais no interior do país mas próximo dos principais eixos de circulação rodoviários e ferroviários: Seia/Covilhã; Nelas/Viseu; Tomar/Torres/Constância/Abrantes.

Eventualmente os exemplos de outras "ilhas" de maior actividade em redor de Leiria, Marinha Grande e Figueira da Foz, parecem comprovar a relevância de outros "factores empresariais" relacionados com a capacidade individual dos seus "actores" na localização das diversas actividades produtivas. O estabelecimento das múltiplas relações entre os fenómenos de industrialização, de urbanização e os movimentos da população pode ser igualmente comprovado não só pela verificação de alguns elementos estatísticos relacionados com os valores do "êxodo rural", mas ainda através de novos contributos atinentes ao processo de desenvolvimento regional. Vejamos alguns exemplos.

Para S. Lopes (Lopes; 1987; 293) o crescimento regional pode ser devido quer a "mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço", quer a processos internos à região. Nestas circunstâncias "o crescimento económico surge ...associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho" sendo possível encarar o fenómeno da urbanização em resultado da "especialização na agricultura a que se segue um decréscimo da importância relativa desse sector na economia". Daí que "quase simultâneamente verifica-se a tendência

primeiro para a industrialização e depois para a "terciarização" com acentuada diversificação dos serviços".

Não sendo um processo uniforme, acarreta um conjunto de transformações na estrutura económica dessas áreas que de acordo com o mesmo autor (ob. cit.; 292-293), passa por diversas fases sucessivas. Recordamo-las na sua globalidade: "(i) economia de subsistência, (ii) especialização nas actividades primárias provavelmente acompanhada de melhoria no sistema de transportes, (iii) aumento da importância das actividades secundárias, (iv) maior diversificação da indústria com interdependência crescente no sector e economias de escala e (v) desenvolvimento dominante dos serviços".

Como reconhecemos a evolução deste processo tem-se acompanhado de uma grande mobilidade geográfica da população, atraída principalmente pelas novas oportunidades de emprego, bem como de profundas transformações da paisagem urbana entre as quais se destacam as áreas de "habitação degradada" que proliferam junto de alguns desses centros. A ocorrência destes exemplos relativos à expansão e à expressão do fenómeno urbano, comprova-nos que este constitui um "fenómeno demográfico por excelência do nosso tempo, pois acompanha de perto o desenvolvimento industrial do século passado e deste, a concentração urbana", como o escreveu O. Ribeiro (1970; 361).

Convirá, no entanto, recordar que a mobilidade humana constitui uma marca, apenas, dessa dinâmica dada a importância de outros indicadores que deverão ser procurados através da análise dos movimentos naturais da população, da análise das estruturas demográficas ou da apreciação dos ritmos de crescimento demográfico ligados às migrações. Não sendo necessário recordá-los à exaustão atendamos à situação que nos é relatada num estudo da Secretaria de Estado do Planeamento (1977; 115), de onde extraímos o seguinte: "a desigual distribuição da população portuguesa pelo território nacional, que se tem vindo acentuar nas últimas décadas, com relevo para a de 60, é uma das principais condicionantes do processo de desenvolvimento sócio-económico regional.

Relativamente a um período não muito distante, o de 1970 a 1975, o mesmo trabalho assinala a ocorrência de outros fenómenos responsáveis por esta situação, a saber:

- "- continuação da desertificação das regiões do interior;
- concentração excessiva nas áreas do litoral, quer da população urbana, quer da população total...;
- baixa taxa de urbanização...;
- manutenção da concentração urbana - Lisboa e arredores registam 55% da população urbana total, e o Porto e arredores registam 7%;
- estrutura etária envelhecida...;
- fenómeno novo - afluxo de "retornados" com maior concentração nas zonas de Trás-os-Montes, Aveiro-Coimbra-Viseu, Lisboa e Algarve...;
- desemprego..."

Embora tratando-se de uma descrição elaborada há mais de duas décadas não perde a sua actualidade, nem deixa de ser oportuno recordá-la quando se reflecte sobre os traços demográficos na área fronteiriça de Portugal e Espanha. Vejamos alguns aspectos. A análise da variação recente da população portuguesa (1981-1991) mostra como esta variação foi positiva, apenas, nas NUT II do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Nestes casos os maiores valores correspondem a áreas já identificadas pelo seu dinamismo urbano e industrial.

Esta ocorrência chama-nos a atenção para a persistência de diferentes "assimetrias espaciais" que acompanham o nosso modelo societal marcado pelo "dualismo" entre a "sociedade tradicional" e a "sociedade moderna" existentes em Portugal. Trata-se, afinal, de um tema já abordado num dos escritos de S. Nunes (1964; 420) que identifica no continente português, a coexistência de dois tipos de sociedade: "uma sociedade moderna, cujas mais vultosas implantações se confinam em espaços geográficamente restritos, e uma sociedade tradicional, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira".

A extensão desta dualidade foi igualmente relatada por A. Alarcão (1964; 511) ao estudar "o poder de atracção ou de repulsão demográfica das várias unidades

administrativas do Continente..., tendo em vista a determinação, em termos quantitativos, do êxodo rural e do afluxo urbano". Da consulta deste trabalho destacamos a apreciação da natureza e da intensidade dos fluxos demográficos estabelecidos entre os diversos concelhos do continente português, entre 1921 e 1960, feito com base no cálculo das migrações internas. A análise pormenorizada deste fenómeno, com base no cálculo da atracção e da repulsão a nível concelhio, permitiu àquele autor (1964; 559) reforçar a imagem que temos transmitido e concluir da importância de Lisboa e Porto como "pólos autónomos de desenvolvimento", afirmando-se como "os mais expressivos catalisadores das atracções experimentadas em terras europeias de Portugal".

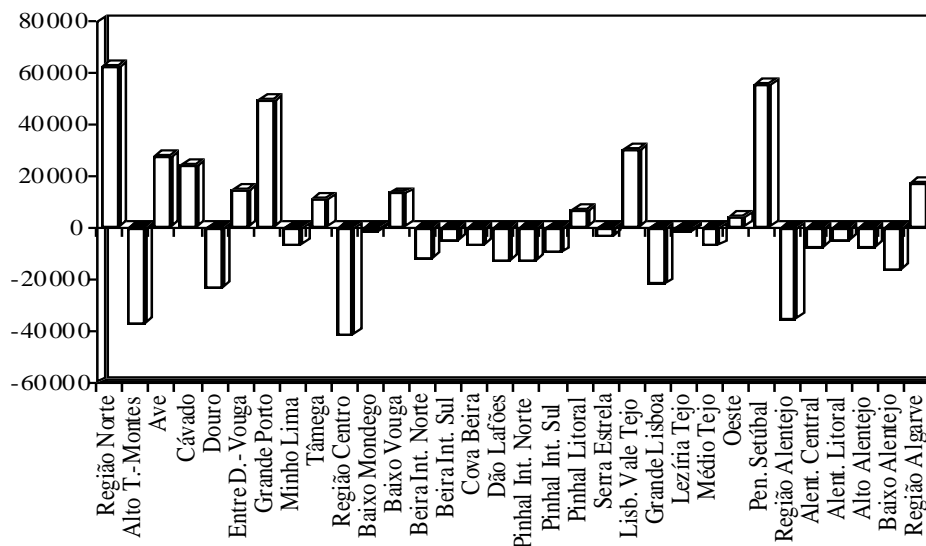
Estudos mais recentes, nomeadamente o de Nazareth (1988; 120), notam que estes desequilíbrios se acentuaram ainda mais entre 1960 e 1981 devido aos fenómenos de "bipolarização e litoralização" e às modificações em que tem decorrido o nosso processo de urbanização. Neste caso (loc. cit.), "o povoamento rural manifestou duas grandes tendências: nas áreas de povoamento disperso existe uma tendência para a aglomeração, que em certos casos é resultante da convergência da industrialização e do desenvolvimento dos serviços; nas áreas de povoamento concentrado verifica-se uma tendência para o esvaziamento dos aglomerados sempre que se observa a instalação de unidades industriais ou uma mudança significativa na oferta dos serviços".

A propósito da "litoralização" crescente do povoamento do território português, Gaspar (1987; 110) observa que a mesma "*entronca na origem do próprio estado, isto é, na autonomização do território nacional no contexto da Península Ibérica...*" e no "*processo de progressiva concentração de actividades e de pessoas ao longo da faixa litoral, sem que o interior acompanhasse esse ritmo ou mesmo com o recuo da importância deste em termos absolutos*". Este autor (ob. cit.; 111) nota ainda que, desenvolvendo-se de forma contínua, em forma de "L", de Caminha a Setúbal e ao longo do litoral algarvio, "*a litoralização pode dizer-se que penetra tanto mais o interior, quanto mais facilidades dão as vias de circulação de pessoas e bens*".

Esta descrição acaba por reforçar a importância dos factores naturais e humanos que justificam a extensão desta mancha litoral da qual emergem, mesmo assim,

"núcleos" ou "ilhas" de maior densidade para o interior, justificadas principalmente, pelas maiores "acessibilidades".

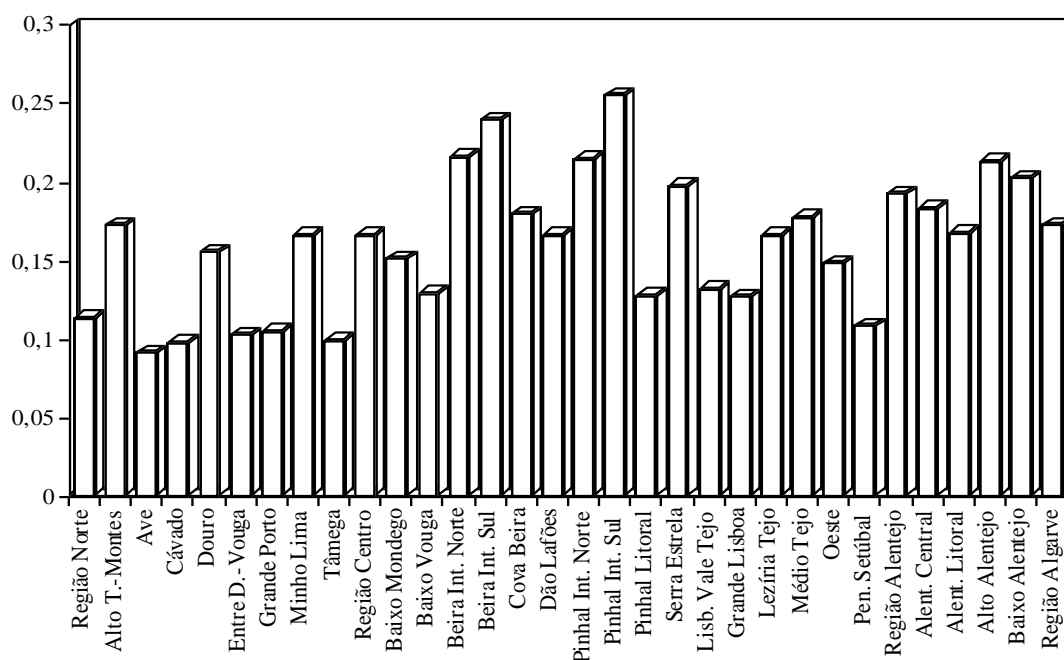
Variação da população 1981-91



Como anteriormente demos a entender estas imagens devem ser apreciadas conjuntamente a distribuição da população no território e a apreciação da sua variação e mobilidade. Assim, com base nos dados do último recenseamento populacional verifica-se que no último período inter-censitário os aumentos de habitantes estão circunscritos a áreas muito restritas do nosso território e com fraca representatividade nas regiões de fronteira, não sendo de todo em todo visíveis ao nível das NUT III (1).

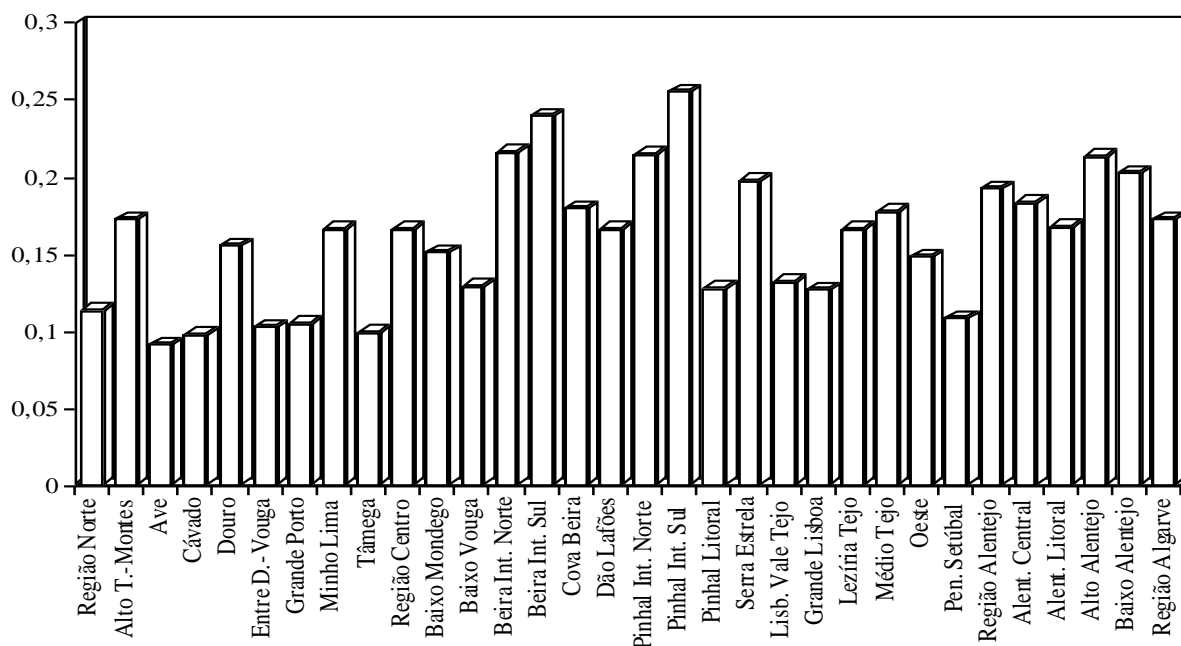
No que à mobilidade geográfica diz respeito e esquecendo o período mais vasto coincidente com o terceiro quartel do nosso século em que as regiões do interior agravaram o seu despovoamento a favor dos grandes centros do litoral e do estrangeiro (por via da emigração legal e clandestina (cf: Arroiteia; 1985), verifica-se que no período de 1985 e 1991 continuou a acentuar-se este tipo de deslocações principalmente em direcção aos grandes centros urbanos.

Saldo migrações internas: 1985-91



Pela importância que assumiu num passado recente não podemos ignorar uma outra faceta desta mobilidade traduzida no fenómeno do "regresso" da população emigrante (à semelhança do que nos anos setenta se havia já notado com o afluxo de "retornados") residente no estrangeiro. Os dados relativos à distribuição desta população confirmam a sua fixação nas áreas anteriormente mais afectadas por este mesmo fenómeno, nomeadamente as áreas fronteiriças, que desde longa data têm vindo a perder parte significativa da sua população.

Note-se, contudo, que a apreciação destes dados juntamente com os da estrutura da população residente, põem em evidência o peso excessivo do grupo funcional dos "idosos", sintoma evidente da importância das condições repulsivas que têm alimentado a desertificação rural, sentida nesta área interior do território. Tal como refere Nazareth (1988; 134), trata-se de uma vasta região "onde as reduzidas manifestações de crescimento económico ocorrem nos principais centros administrativos (capitais de distrito)" e onde, por isso, se continuam a agravar as desigualdades sociais entre esses centros urbanos e as áreas rurais circundante.

Pop. residente no estrangeiro: 1985-91

Mesmo assim não deixamos de recordar que estes dados globais relativos aos distritos e às NUTIII escondem, à escala local, a existência de outros factores mobilizadores da dinâmica e da ocupação do espaço na região fronteiriça. Entre estes evocamos a acção do poder local e os investimentos realizados com verbas do PIDAC, FEF, FEDER e outros programas comunitários, que têm sido utilizados na construção de infra-estruturas potenciadoras de um eventual crescimento económico e na melhoria das condições de vida da população. Estamos certos que uma análise mais circunstanciada, realizada à escala do concelho, virá a permitir conhecer a importância destes factores na dinamização de alguns dos circuitos locais afectados quer pelo declínio das actividades e sectores tradicionais da nossa economia quer pela alteração de cenários locais de crescimento que contrariam a imagem menos favorável que, do ponto de vista demográfico, os grandes indicadores estatísticos parecem indiciar.

Dos restantes factores propiciadores de uma alteração significativa do quadro actual, que em muitos aspectos se identifica com a "fronteira do subdesenvolvimento" que Pintado e Barrenecheia (1974) em tempo descreveram, pensamos que a melhoria de algumas das infraestruturas sociais e a construção de novos eixos de circulação, em especial rodoviários e a sua ligação aos principais

eixos europeus, poderão melhorar o quadro actualmente existente. Com efeito a facilitação das condições de acessibilidade entre os diversos centros que fazem parte da rede urbana fronteiriça (em Portugal e em Espanha) poderá funcionar como um factor gerador de novas dinâmicas da ocupação do espaço, de atracção de novos investimentos, de fixação dos habitantes e da instalação de novas actividades produtivas.

Assim o reequilíbrio da rede urbana de um e do outro lado da fronteira poderá constituir-se como um factor favorável não só ao desenvolvimento de novas "acessibilidades", mas também à reorganização dos circuitos comerciais e de autonomia face aos antigos centros urbanos e de serviços, existentes nesta área do território ibérico. Tememos, mesmo assim, que o esforço desenvolvido neste domínio possa não equilibrar, em absoluto, o efeito inverso criado pela centralização de alguns serviços disponíveis nos principais centros urbanos já existentes, nomeadamente as tradicionais capitais de distrito e tidas, frequentemente, como geradoras de novas oportunidades de emprego.

Out.96

(1) De Norte para Sul são as seguintes as NUTIII que integram a região transfronteiriça: Minho Lima; Alto Trás-os-Montes, Douro; Beira Interior Norte; Cova da Beira; Beira Interior Sul; Alto Alentejo; Alentejo Central; Baixo Alentejo e Algarve

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, A. Barbosa de (1964) - "Escalonamento urbano do continente português"; in: *Análise Social* ; 7-8; pp. 574-598
- ALARCÃO, Alberto de (1964) - "Êxodo rural e atracção urbana do Continente"; in: *Análise Social*; 7-8; pp. 511-573
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985) - A evolução demográfica da população portuguesa; Lisboa; I.C.L.P. (Biblioteca Breve; nº 93)
- (1985) - Atlas da emigração portuguesa; Porto; Secretaria de Estado da Emigração/Centro de Estudos
- CAVACO, Carminda (Relt^a) (1973) - A região fronteira do rio Minho; Lisboa; Centro de Estudos Geográficos - Instituto de Alta Cultura (Projecto de Estudos de Geografia Humana e Regional; nº 1) - Policopiado
- GASPAR, Jorge (1987) - Ocupação e organização do espaço: retrospectiva e tendências - Vol I de: "Portugal: os próximos 20 anos"; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian
- GIRÃO, A. de Amorim (1941) - Geografia de Portugal; Porto: Portucalense Editora
- LOPES, A, Simões (1987) - Desenvolvimento regional; Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian
- MARQUES; A.H. de Oliveira (1976) - História de Portugal (Vols. I e II); Lisboa; Palas Editores
- NAZARETH, J. Manuel (1988) - Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa; Lisboa; Editorial Presença
- NUNES, A. Sedas (1964) - "Portugal, sociedade dualista em evolução"; in: *Análise Social*; 7-8; pp. 407-462
- PINTADO, António e BARRENECHEA, Eduardo (1974) - A raia de Portugal - a fronteira do subdesenvolvimento; Porto; Afrontamento
- RIBEIRO, Orlando (1955) - Geografia de España y Portugal - Tomo V - Portugal; Barcelona; Montaner y Simón, S. A.
- (1967) - Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico; Lisboa; Livraria Sá da Costa Editora
- (1970) - Ensaios de Geografia Humana e Regional; Lisboa; Livraria Sá da Costa Editora
- S.E.A.R.L./M.A.I. (1981) - Livro branco sobre a regionalização; Lisboa; Secretaria de Estado da Administração Regional e Local-Ministério da Administração Interna
- S.E.P./M.P.C.E. (1977) - Plano 77-80: relatório de política regional; Lisboa; Secretaria de Estado do Planeamento-Ministério do Plano e Coordenação Económica - Imprensa Nacional-Casa da Moeda

PORTUGUESES EM DIÁSPORA: IDENTIDADE E CIDADANIA

Homenagem aos familiares da diáspora

Apresentação do tema

A análise da emigração portuguesa registada durante as últimas décadas testemunha as vicissitudes porque tem vindo a passar este movimento realçando, uma vez mais na sua história recente, a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento do nosso país e a conjuntura externa e internacional. Com efeito, se tivermos em consideração a evolução deste fenómeno a partir dos anos sessenta do século anterior, verificamos o seu grande incremento e expansão em todas as regiões do território, facto que se verificou em simultâneo com outras mudanças operadas na sociedade portuguesa. Entre elas salientamos o processo de crescimento urbano e industrial, especialmente na faixa central e setentrional litoral do território (litoralização), e o aumento dos movimentos internos da população com destino aos principais centros urbanos, dando continuidade ao processo de desertificação do interior que se veio a acentuar no decurso das décadas seguintes.

Para além destes fenómenos registamos ainda, a par da urbanização crescente do território e da terciarização da sociedade portuguesa, o aumento do comércio com o exterior, o desenvolvimento do turismo e dos serviços. No seu conjunto estas transformações contribuíram para gerar novas oportunidades de emprego, para o aumento do P.N.B. e para uma alteração dos padrões e do nível de vida da população. Contudo, não bastaram para estancar os fenómenos de exclusão social que persistem em algumas áreas, nem tão pouco para erradicar o fenómeno emigratório que se registou durante o terceiro quartel do século XX, com destino quer à Europa quer mesmo ao continente americano.

Recordem-se as razões de natureza económica relacionadas com as fracas oportunidades de emprego, o baixo nível de vida dominantes nas regiões rurais e a incapacidade do tecido produtivo e dos serviços para absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores libertos das actividades agrícolas e de subsistência. Juntem-se, ainda, razões de natureza política decorrentes do regime do Estado Novo e da guerra em África para justificar muitas dessas saídas. Por outro lado, as oportunidades de emprego existentes em toda a Europa ocidental, em fase de

expansão e crescimento económico e a proximidade desses mercados de mão-de-obra, permitiram que a emigração se tenha generalizado afectando indistintamente todo o território. Isso o comprova as cerca de um milhão de saídas oficiais ocorridas no período compreendido entre meados dos anos cinquenta e os finais de oitenta do século XX ou mesmo o seu recrudescimento, também por razões internas, a partir de meados da década seguinte. Embora afectando todo o território foram os distritos mais densamente povoados do norte e do centro: Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Aveiro, Viseu e Leiria, os mais atingidos. De realçar igualmente a sua extensão às regiões autónomas dos Açores e da Madeira e a diversificação de destinos que se verificou no decurso das últimas décadas.

A dimensão deste fenómeno nas suas vertentes da emigração legal e da emigração clandestina e a sua expressão em todos os estratos etários da população, particularmente na população jovem e adulta, prosseguem a antiguidade e as raízes históricas do movimento. Por isso, alguns autores reconhecem tratar-se de uma “constante estrutural” da nossa sociedade, associado à “míngua das condições de subsistência” relacionadas com as más condições de vida da população, a estrutura fundiária e as pressões demográficas decorrentes do declínio das antigas civilizações agrárias da Europa mediterrânica. Estas condições facilitaram a repulsão demográfica em toda a Europa meridional e os movimentos migratórios com destino à França e à Alemanha, ao Luxemburgo, à Suíça e a outros destinos europeus, registados na orla meridional do velho continente.

No caso de Portugal estas saídas deram continuidade ao fenómeno mais antigo da emigração para o Brasil - o “Eldorado” - país onde a presença lusa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa oriunda do continente, dos Açores e mesmo da Madeira, é mais manifesta. Já os EUA surgem como o destino privilegiado dos Açores e ainda de muitos emigrantes do continente atraídos, em épocas diversas, com maior incidência durante a segunda metade do século XX. O mesmo aconteceu com o Canadá em resultado das oportunidades de emprego aí existentes e do recrutamento permitido no início do mesmo período. Mas não podemos deixar de referir, já no continente sul-americano, a Venezuela e a Argentina, as Antilhas Holandesas e as Bermudas, países muito procurados pelos

portugueses nos finais do século XIX ou, posteriormente, nos anos que antecederam a primeira guerra mundial. São destinos característicos da “emigração transoceânica” que se desenvolveu com a intensificação da ocupação do Brasil, da exploração das suas riquezas naturais e do desenvolvimento industrial e urbano do continente norte-americano.

Como exemplo mais significativa da “emigração intra-europeia” realça-se a emigração para França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na actualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da nossa emigração, sobretudo durante a segunda metade do século XX. Já a Alemanha tem hoje um significado mais reduzido, contrariamente ao Reino Unido, ao Luxemburgo e a outros países da Europa. Aqui os exemplos mais sugestivos deste fenómeno e da sua evolução recente é a emigração para a Suíça, país onde o número de cidadãos de origem portuguesa tem vindo a aumentar, ultrapassando a centena e meia de milhar e a vizinha Espanha. Neste caso a emigração conheceu diversas oscilações ao longo da nossa história aumentou de forma muito significativa no final da segunda metade do século passado. Na fronteira desta, Andorra é o país onde a emigração de compatriotas nossos não pára de aumentar.

Relacionada, por sua vez, com a colonização de alguns territórios africanos contamos com os testemunhos de uma emigração oriunda da Madeira em terras da África do Sul, ou já a existência de comunidades de cidadãos nacionais residentes em Angola e em Moçambique, no Zimbabwe e noutros países africanos. A evolução dos regimes políticos africanos não tem permitido, no entanto, o fortalecimento de comunidades muito numerosas, situação que tende a alterar-se na actualidade. Igualmente significativa é ainda a presença portuguesa em certos países asiáticos. Neste caso as maiores percentagens são registadas em Hong-Kong e na Índia, parecendo significar a manutenção dos laços ancestrais estabelecidos com os antigos territórios sob administração portuguesa do continente Indiano e em Macau. De realçar ainda a presença portuguesa nas antípodas da Europa, na Austrália, onde esse valor ultrapassava, nos finais de Novecentos, as cinco dezenas de milhar.

Os valores relativos à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa (recolhidos junto da DGACCP-MNE, 1998) são esclarecedores da dimensão da “Diáspora Portuguesa”: mais de 4,6 milhões de cidadãos de origem portuguesa residiam nos cinco continentes, assim distribuídos:

Portugueses no mundo

Europa	1 336 700
África	540 391
América Norte	1 015 300
América Sul	1 617 837
América Central	6 523
Ásia	29 271
Oceânia	55 459

Uma análise mais pormenorizada desta distribuição mostra a sua permanência em cerca de três dezenas de países na Europa; em quatro dezenas de países de África; em mais de três dezenas de países da América; em mais de duas dezenas de países da Ásia e em menos de uma dezena de países na Oceânia. Importa ainda assinalar a expressão da população nacional nos países de língua portuguesa.

Portugueses na Europa e em Países de Língua Portuguesa

União Europeia	1 201 163
Brasil	1 200 000
Angola	20 000
Moçambique	11 668
Guiné-Bissau	800
Cabo Verde	500
S. Tomé e Príncipe	451

No seu conjunto esta distribuição confirma a existência de diversas comunidades de cidadãos nacionais que nalguns casos continuam a acompanhar os acontecimentos da sua terra de origem e a manter relações culturais com a nossa sociedade; a lutar para que os traços da cultura e a língua portuguesa se intensifiquem junto dos seus compatriotas e a prosseguir o sonho do “regresso” à sua pátria de origem. Noutros indivíduos, porém, o afeto à terra de origem esbateu-se em favor do maior envolvimento cívico, laboral, familiar e cultural na sociedade de acolhimento.

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional - cerca de dez milhões de habitantes -, os valores acima indicados sobre a dimensão das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro atestam a importância da “diáspora” portuguesa nos nossos dias. Chamam-nos ainda a atenção para a pluralidade de iniciativas de natureza política, socioeconómica e cultural, necessárias para dar resposta às necessidades e às expectativas desta população, heterogénea nos seus interesses e heranças, mas exigente na satisfação dos seus direitos de cidadania.

1. Referências metodológicas

O levantamento dos estudos sobre a emigração portuguesa levados a cabo por diversos autores² mostra como a emigração portuguesa tem constituído um tema de investigação e de interesse para os cientistas sociais que se têm preocupado em analisar as mais diversas facetas deste movimento. Daí que tendo conhecimento da sua dimensão e extensão, da sua evolução e distribuição no território³ nos tenhamos igualmente preocupado, em data recente⁴, em conhecer a situação da nova geração de emigrantes, dos luso-descendentes residentes em diversos contextos emigratórios do continente europeu. Os estudos realizados vieram a evidenciar algumas características que havíamos procurado identificar em França⁵, no Luxemburgo⁶ e em Espanha (1994), sobre os traços da emigração portuguesa nestes países.

No caso presente pretendemos identificar aspectos relativos à vida das comunidades portuguesas no estrangeiro, à “situação dos emigrantes portugueses e/ou, descendentes de emigrantes portugueses, residentes em países de imigração”, em particular o sentir dos luso-descendentes quanto à sua experiência imigratória, ao seu projecto pessoal e à participação na vida cívica do país de acolhimento. Este conhecimento passou pela recolha de diversos elementos e tiveram como base o trabalho de diversos autores (Neto, 1986; M. B. Rocha-Trindade, 1986) e em

² TRINDADE, ARROTEIA, 1984.

³ ARROTEIA, 1983 e 1985.

⁴ ARROTEIA, DOUDIN, 1998.

⁵ ARROTEIA, 1990.

⁶ ARROTEIA, 1986.

particular os estudos realizados por Doudin⁷ sobre a população portuguesa na Suíça em que participámos.

Como indicadores relacionados com a identidade desta nova geração de emigrantes, identificámos um conjunto de aspectos atinentes ao seu modo de vida, aos símbolos de Portugal, ao desejo de regresso ao nosso país, à participação em actividades promovidas por associações de emigrantes ou outras. Entendemos que a vivência dessas experiências reforça a “identidade” desta população e o seu modo de ser quotidiano. Como traços fundamentais da cidadania, procurámos conhecer a participação em assuntos diversos da sua vida nos países de acolhimento e o envolvimento em actividades culturais e políticas. Estas questões foram levantadas em questionário que se disponibilizou num *site* da Internet⁸ onde se fez a justificação do projecto “Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania”⁹.

Os resultados obtidos durante a primeira fase dizem respeito ao período de Setembro de 2000 a Abril de 2001, durante o qual deixámos disponível para preenchimento o questionário para recolha de informação. Para além da consulta livre endereçámos ainda o inquirido a cerca de uma centena de luso-descendentes com actividade reconhecida na vida associativa em diversos países de imigração. Contudo problemas informáticos que não se conseguiram ultrapassar, surgidos quando do estabelecimento destes contactos, condicionaram a participação de muitos inquiridos.

A repartição das respostas por países corresponde apenas a três dezenas oriundas de diversos países e continentes¹⁰. Embora considerando a dimensão reduzida da “amostra” como uma das dificuldades deste estudo, entendemos dar-lhe um tratamento inicial de modo a permitir o seu lançamento numa segunda fase, ainda não concretizada.

⁷ ARROTEIA, DOUDIN, 1998.

⁸ <<http://sweet.ua.pt/~arroiteia/diaspora>>.

⁹ Na apresentação deste “Projecto de investigação participada” afirmava-se ainda, o seguinte: “pretende-se que este espaço seja um Fórum de diálogo que permita o conhecimento mais detalhado das diversas comunidades emigrantes portuguesas residentes no estrangeiro, fomentando o debate e a troca de experiências relativas à vivência diária desta população e às condições de cidadania”.

¹⁰ Registou-se a seguinte distribuição de respostas: Alemanha-4; Angola-1; Argentina-1; Brasil-3; Canadá-5; EUA-4; França-4; Luxemburgo-2; Portugal-1; Suíça-4 e Zâmbia-1.

2. Objectivos do inquérito

Atendendo à história de cinco séculos e à evolução crescente da emigração portuguesa, em particular na última centúria, pretendemos recolher através do inquérito informações sobre a persistência das raízes culturais entre as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, e a atitude dos luso-descendentes face à sociedade de origem. Não sendo possível fazê-lo de forma presencial, importou saber como é que estas populações continuam a relacionar-se com o (seu) país de origem (ou dos seus antepassados). Tomando como referência o artigo de M. B. Rocha-Trindade (1986), foi nossa intenção conhecer se esta população, com projecto de vida próprio, é “longitudinalmente diferente”, apresenta uma “aculturação própria” marcada pelo conformismo ou pela denúncia, pela passividade ou pela intervenção? Assim, manterão traços que os identificam com outros cidadãos nacionais emigrados, dominando a língua e interiorizando valores de uma cultura e civilização promotora da vida em comunidade, do apego à terra de origem e do eterno desejo do regresso? Têm conservado os seus laços culturais com o país de origem? E será que algumas destes atributos são (ou têm sido) transmitidas aos descendentes? Ou será que a vivência noutra tipo de sociedades os afastou da sociedade portuguesa?

O inquérito elaborado não possibilitava aprofundar todas as questões, mas permitia conhecer facetas diversas de uma experiência de mobilidade marcada, na maioria dos casos, pela manutenção do projecto de regresso definitivo a médio ou a longo prazo, mas sem data definida. Neste “quadro transitório de vida, onde vão ganhando permanência situações e sentimentos” (M. B. Rocha-Trindade, 1986, p. 610), valorizámos a recolha de informação sobre o apego à sociedade de origem e a construção da imagem social de Portugal, expressa na identificação de “símbolos” nacionais.

Para além da literatura já referida recorreremos ainda a Giacobbi e Roux¹¹ valorizando como elementos de “identificação de uma cultura”, três tipos de índices culturais: os “valores”, os “ritos” e os “mitos”. Entre os primeiros, consideramos as “preferências ou princípios que definem as grandes orientações de acção”, que

¹¹ GIACOBBI e ROUX (1990: 125).

“orientam e legitimam as regras sociais”¹²; aceitámos os ritos, como “comportamentos codificados e impostos pelo grupo social, que se repetem segundo um esquema fixo cada vez que se produzem as circunstâncias aos quais estão ligados”¹³; adoptámos os mitos, como “representação de estrutura imaginativa (e não imaginária) com apreensão dos valores”¹⁴.

O conhecimento das manifestações quotidianas e de sociabilidade das comunidades emigrantes nos países de acolhimento reveladas por traços do comportamento social individual e colectivo, que nos escusamos de enumerar, abonam a favor da identificação destes grupos sociais com características específicas que permitem diferenciá-los, em muitas circunstâncias, quanto à nacionalidade ou à região e comunidade de origem, abonando a favor da existência de um “sentimento subjectivo e tónico de uma unidade pessoal e de uma continuidade temporal”¹⁵, isto é, de uma “identidade” comum. Identidade, que se “exprime em traços individuais inseridos num processo característico de toda a comunidade”¹⁶.

Para além destes traços reveladores de atitudes semelhantes em indivíduos do mesmo grupo social alargado (neste caso, da mesma comunidade imigrante e/ou da mesma nacionalidade), pretendíamos conhecer se estes “cidadãos” (enquanto “membro[s] de uma cidade ou que goza[m] do direito de cidade”), participavam na vida da “polis”, vivendo como “membros activos da nação” e com direito a “participar nas funções do governo”¹⁷. Entendemos que esta participação poderia ter lugar ao exercício dos direitos cívicos fundamentais, como seja o exercício de direitos políticos (traduzidos, por exemplo, na participação em actos eleitorais), mas em sentido mais geral através do seu envolvimento em acções e actividades associativas em prol das comunidades emigrantes e da sociedade onde residiam.

Em função destas questões preparámos um inquérito por questionário, dividido em seis partes, que recolhiam:

¹² FERRÉOL, 1995: 275.

¹³ FERRÉOL, 1995: 150.

¹⁴ DUMÉRY - cit: BIROU – “Mito”, 1978: 257.

¹⁵ ERIKSON - cit: FERRÉOL – “Identités”, 1995: 110.

¹⁶ MEAD - cit: FERRÉOL – “Identités”, 1995: 115.

¹⁷ BIROU, 1978: 64.

1. Dados de natureza pessoal, incluindo actividade profissional e passado escolar;

1. Vivência em sociedade, nomeadamente recolha de informação sobre as actividades promovidas pela comunidade portuguesa;

2. Nacionalidade e ligação a Portugal (símbolos e tipo de informação recolhida);

3. Participação cívica no país de residência e levantamento das iniciativas orientadas para a integração da população imigrante na sociedade de acolhimento;

4. Identificação das características gerais da comunidade portuguesa;

5. Interesse em aderir a um projecto (futuro) de investigação-participada sobre a emigração portuguesa.

O conjunto destas questões procurava conhecer aspectos relacionados com a percepção da identidade desta população e a vivência da cidadania nos países de imigração. Como indicadores relevantes da *identidade*, enquanto forma de estar na sociedade e revelando os traços de pertença e de coesão social indispensáveis à manutenção da sua dignidade, identificámos:

- símbolos de Portugal;
- desejo de regressar;
- participação em associações imigrantes;
- procura da informação sobre Portugal.

Por sua vez, os aspectos relativos à *cidadania* estão inseridos nas questões:

- envolvimento em actividades promovidas pela comunidade;
- participação na vida cívica do país de acolhimento.

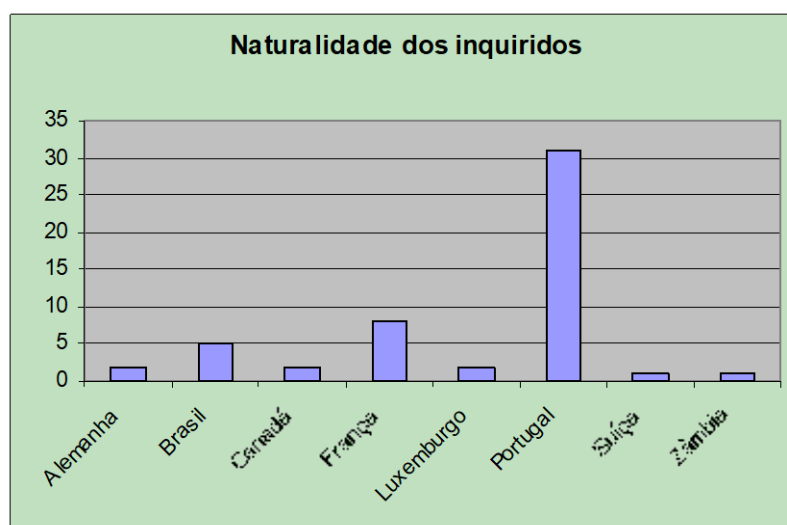
As questões relativas a estes assuntos foram colocadas de forma aberta de modo a permitir ao interlocutor a liberdade de se pronunciar livremente. E embora muitos se tenham cingido à resposta imediata das questões principais, muitos outros adiantaram informações pertinentes relativas aos assuntos em apreço.

3. Análise dos resultados

3.1 - Identificação

A participação dos inquiridos no questionário fez-se de forma livre, por meio da consulta do *website* respectivo. Nestas circunstâncias a repartição das respostas surgiu de forma irregular – consoante as facilidades de acesso ou o interesse pelo tema – não sendo possível estabelecer qualquer ligação entre a distribuição geográfica dos inquéritos, a dimensão das comunidades residentes, nem com outras formas de participação da população em iniciativas direccionadas para as comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Mesmo assim notamos o maior interesse dos residentes no Canadá, EUA, França e Alemanha – países reconhecidos pelo maior volume de partidas - de onde vieram 56% das respostas.

Figura nº 1



Legenda: Eixos: xx' - Naturalidade; yy' - nº de respostas

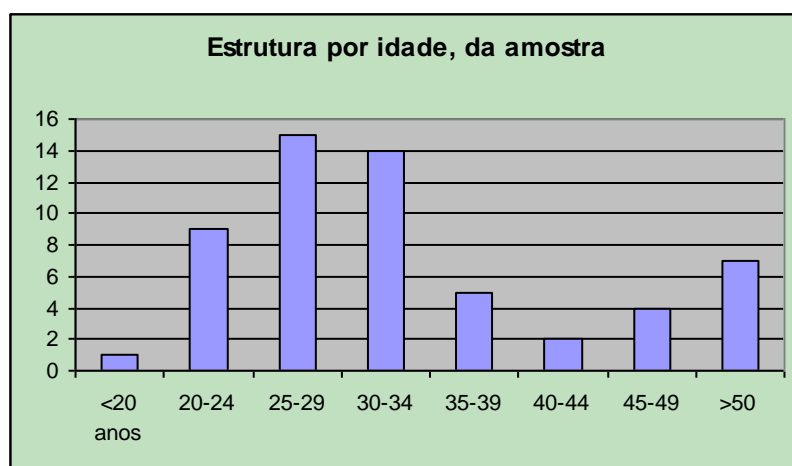
Tendo em conta as mudanças operadas na emigração portuguesa no decurso das três últimas décadas de Novecentos, quando se intensificou a emigração familiar, a informação recolhida¹⁸ evidencia uma percentagem mais elevada de inquiridos – metade das respostas – proveniente de indivíduos nascidos em Portugal.

¹⁸ Tendo em consideração a extensão reduzida da amostra e para facilitar a leitura das situações, as figuras são construídas tomando por base a totalidade dos valores recolhidos e não as respectivas percentagens.

Quanto à composição da amostra verifica-se um relativo equilíbrio de sexos: 16 do sexo masculino (53%) e 14 (47%) do sexo oposto. Recorde-se que em relação ao movimento global da emigração, este caracterizou-se inicialmente por um predomínio da emigração masculina, seguida de um intenso movimento de reagrupamento familiar e de emigração feminina. Não sendo possível estabelecer uma relação entre os traços referidos e a recolha dos dados, fica pelo menos a nota do interesse de ambos os sexos pelo conteúdo deste inquérito.

Vejamos agora os dados relativos à estrutura etária da amostra. Neste caso, constata-se o predomínio da população jovem adulta: 63% das informações recolhidas são provenientes de indivíduos com idade compreendida entre os 25 e os 34 anos de idade, repartindo-se as demais por diferentes níveis etários, entre os 19 anos e os 50 anos de idade. Esta composição identifica-se com a estabilização dos fluxos migratórios mais antigos, responsáveis pelo número de nascimentos registados nos países de imigração. Por outro lado, demonstra a maior acessibilidade dos estratos mais jovens desta população na procura de informação sobre o fenómeno emigratório e a sociedade portuguesa.

Figura n.º 2

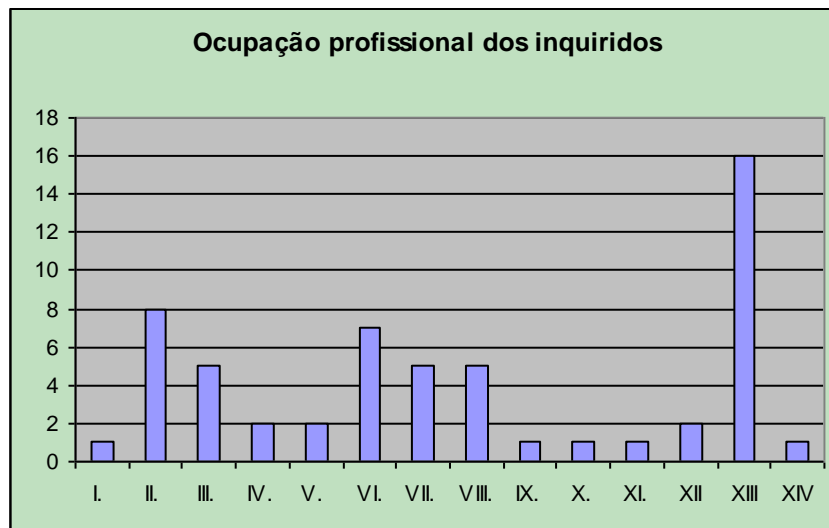


Legenda: Eixos: xx' - grupo funcional; yy' - nº de respostas
<20 anos; 20-24 anos; 25-29 anos; 30-34 anos; 35-39 anos; 40-44 anos; 45-49 anos; > 50 anos

A diversidade de ocupações está patente no registo de actividades profissionais dos inquiridos. Note-se que uma parcela significativa era proveniente de estudantes

do ensino superior: 30% das respostas, repartindo-se as restantes por diversos sectores de actividade, com destaque para o ensino, a função pública, a comunicação e a gestão.

Figura n.º 3



Legenda: Eixos: xx' - ocupação profissional; yy' - n.º de respostas

I. Designer; II. Econ./Gestão/Contab.; III. Empresário; IV. Enfermeira; V. Engenheiro; VI. Funcionário do Governo; VII. Jornalismo/Comunicação; VII. Professor; IX. Técnico Comércio; X. Técnico Indústria; XI. Técnico Transportes; XII. S/ Indicação; XIII. Estudantes

Não sendo possível estabelecer uma relação com a ocupação profissional dos emigrantes portugueses nos países de destino, fica-nos a nota da “terciarização” das ocupações registada na “amostra”, dados que confirmam a progressiva mobilidade social da nova geração de emigrantes que no caso presente tiveram já acesso à frequência do ensino secundário, ao ensino superior e ao ensino profissional. Daí que se perceba uma melhor inserção profissional desta população nos países de acolhimento, situação que importa comprovar no futuro.

De notar que o percurso desta mobilidade não foi em alguns casos traçado de forma linear porquanto, em dois exemplos e quanto ao ensino secundário, feita a escolaridade obrigatória no país de imigração, o ensino secundário foi frequentado em Portugal. Nestes casos a frequência do ensino superior e/ou profissional foi de novo realizada no país de imigração. Tal facto pode ser encarado como um regresso antecipado do jovem emigrante, acompanhado ou não do seu núcleo familiar, seguido do retorno ao destino inicial. Quanto ao ensino superior é de notar que em dois jovens, apenas, a sua frequência não foi cumprida no país de imigração: caso

dos participantes do Luxemburgo e da Zâmbia em que o curso universitário foi frequentado em França e na África do Sul, respectivamente. No exemplo europeu tal facto resulta da ausência de estudos universitários completos no Grão-Ducado do Luxemburgo. Resta-nos saber se estes percursos de socialização académica foram determinados por projectos pessoais ou de índole familiar.

3.2 – Discursos

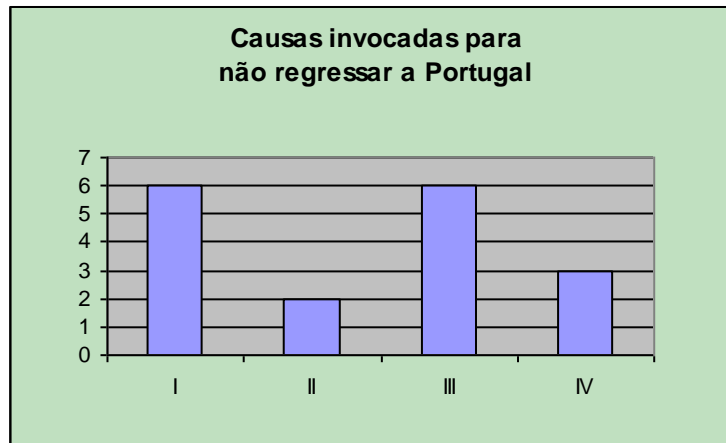
Uma vez apresentados os elementos identificativos da amostra, importa apreciar os dados que permitem conhecer como os inquiridos se relacionam com a sociedade de origem e/ou a sociedade de acolhimento e o projecto pessoal e de vida que os anima. Considerando os resultados obtidos verificamos que apesar da relativa estabilidade conferida pelo exercício de uma actividade profissional, mesmo assim razões várias levam os elementos da amostra a manifestar interesse por uma vinda para Portugal. Encaramos esta situação como exemplos concretos de uma “ambivalência de pertença sócio-cultural” (M. B. Rocha-Trindade, 1986: 609) sugerido por “uma identificação separada com o quadro de vida assumido no país onde se é imigrante para trabalhar, ou no país de onde se saiu emigrante”.

Assim, questionados sobre o desejo do regresso a Portugal, 21 dos inquiridos manifestaram este interesse (56% das respostas) e sete pronunciaram-se pela negativa (33%). Mais uma vez este tipo de respostas aponta para um “quadro transitório de vida onde vão ganhando permanência situações e sentimentos” (Rocha-Trindade, *op. cit.*, p. 610) decorrentes de um processo de socialização familiar e escolar, marcado “pelas partidas e regressos, pelo contacto entre duas realidades materiais e dois sistemas de valores” (*loc. cit.*), que sugerem este tipo de resposta.

Contudo, quando instados a pronunciar-se sobre as razões justificativas da permanência no país de acolhimento, o exercício de uma actividade profissional e a nacionalidade justificam uma afiliação societária ao país de residência. Tal acontece na maioria das respostas (em 17 casos) sendo que os restantes exemplos invocam quer o melhor nível de vida do país onde residem, quer uma imagem negativa de

Portugal. Disso é exemplo a resposta seguinte¹⁹: “Não pretendo mudar para Portugal porque a assistência médica é péssima, salários baixos, má posição da mulher na vida de emprego, sistema escolar não é óptimo...”.

Figura n.º 4



Legenda: Eixos: xx' - causas invocadas; yy' - n.º de respostas

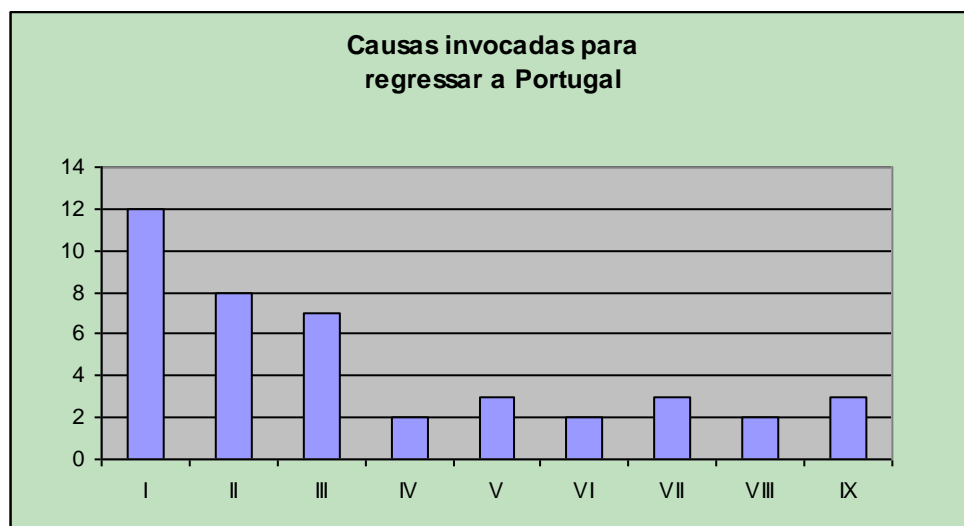
I. Razões de natureza profissional; II. Riqueza do país onde vive; III. Por ter outra nacionalidade; IV. Má imagem de Portugal

Em situação oposta estão os indivíduos que gostariam de viver em Portugal, de desfrutar um retorno alimentado por razões familiares ou pessoais, por trajectórias e vivências sociais e culturais distintas das que ocorrem no país onde residem. Indicam-se as razões indicadas pelos que desejavam regressar a Portugal:

“Portugal é um país com futuro para trabalhar e formar uma família, dar uma boa educação aos filhos e bem-estar para eles” (C. M. – Arg.). Trata-se de uma resposta oriunda da Argentina, país que no início do século passado acolheu um elevado número de emigrantes portugueses e que no presente mantém uma situação sócio-económica menos acolhedora.

¹⁹ Transcrição “ipsis verbis” do inquérito

Figura n.º 5



Legenda: Eixos: xx' - causas invocadas; yy' - nº de respostas

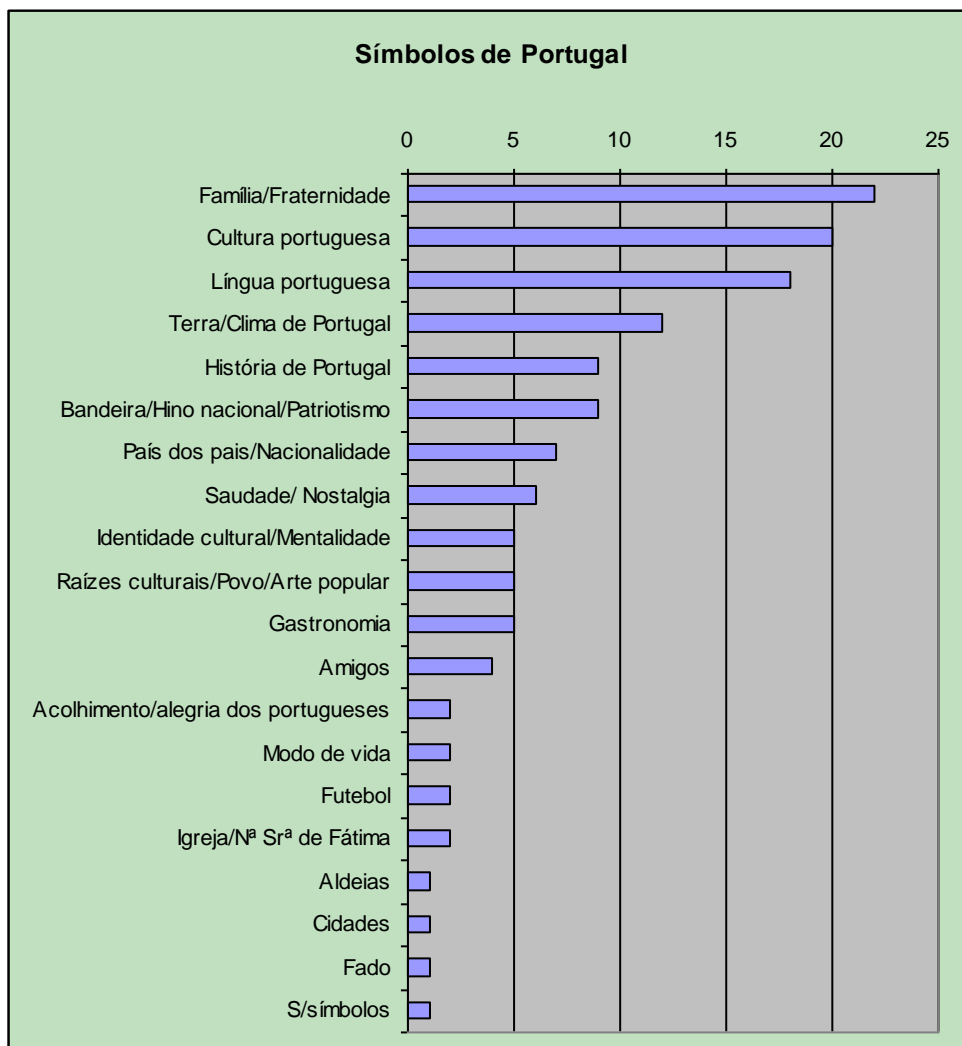
I. Regressar ao país/pátria de origem; II. Desenvolver actividade profissional; III. Regressar p/ junto de familiares; IV. Constituir família; V. Desenvolver actividades de interesse p/ povo; VI. Saúde; VII. Gosto p/ cultura portuguesa; VIII. Atracção p/ progresso do país; IX. Outras causas

Apesar dos anos vividos em contexto imigratório, o sentimento de pertença à terra natal é apontado por A. T., um dos inquiridos com mais cerca de quatro dezenas de anos vividos no Canadá: “Gostaria, no futuro, em despende mais tempo na minha terra natal que sempre considerei como ‘meu país’”. Eventualmente as razões de um regresso adiado podem ter outras causas. Assim se justificou um residente na Alemanha: “...como os alemães diriam: os portugueses trabalham para viver, os alemães vivem para trabalhar. Os portugueses não se prendem ao trabalho, divertem-se e gozam a vida, se morarem em Portugal” (S. R. – Alem.). Outras causas estão relacionadas com a socialização familiar na cultura portuguesa: “Fui criada com a cultura portuguesa e os meus pais sempre insistiram sobre as suas raízes. Desta forma, criei amor às minhas origens e impliquei-me sempre” L. A. (Can.). Estes testemunhos evidenciam as diversas facetas do mesmo fenómeno: a emigração portuguesa, “vívda e representada” (F. Neto, 1986) de forma distinta.

Como já notámos algumas causas invocadas para a mudança de residência para Portugal estão ligadas aos sentimentos de pertença e de identificação com a “pátria” portuguesa, apesar de nem todos os cidadãos nacionais terem uma atitude favorável em relação aos emigrantes. A imagem de Portugal tem vindo a mudar “a partir das mudanças forçadas para acesso à UE, os Patriotas continentais viam mal os

chamados ‘Emigrantes’” (P. S. – Zam.). Trata-se de uma situação comum em diferentes contextos emigratórios, especialmente nas comunidades rurais (Arroteia, 1999), quando certos sinais de ostentação importados do estrangeiro colidiram com as formas de vida da sociedade tradicional.

Figura n.º 6

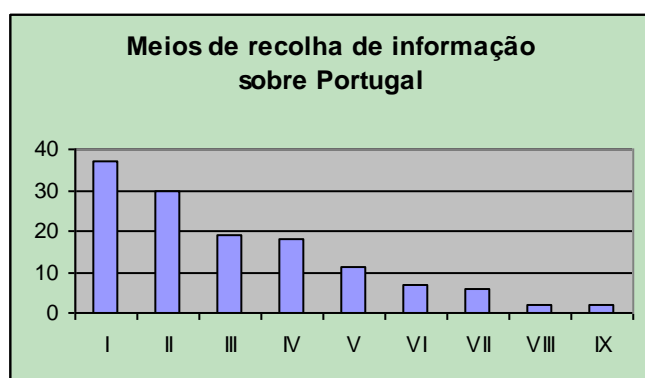


Como assinala M. B. Rocha-Trindade (1986: 617), “a síntese da bipolaridade de referências adquiridas numa socialização complexa entre, ou talvez contra, duas culturas” não evidencia sinais evidentes de uma rejeição ao simbolismo de uma terra natal (própria ou familiar) e de um país distante. No caso em apreço parece até comprovar um “sentimento de dupla pertença cultural” (loc. cit.) atestado pelas manifestações de apreço em relação a Portugal registadas na escolha de símbolos

que se manifestam como reveladores da identidade da população inquirida. Passamos a apresentá-los.

O assunto relacionado com o sentimento de pertença desta população ao território e à sociedade portuguesa, já assinalado anteriormente no projecto pessoal de regresso a Portugal, volta a manifestar-se quanto aos meios de recolha de informação sobre o país. Esta é feita essencialmente através do recurso aos meios de informação convencionais, caso dos jornais e das revistas, ou já através da *internet*. Em menor percentagem invocaram-se outros meios de comunicação que servem de fonte de informação, tais como a Televisão ou mesmo as notícias familiares. Pode ainda manifestar-se através da participação destes cidadãos nas actividades promovidas por associações de emigrantes de origem nacional ou pelo seu envolvimento pessoal em iniciativas promovidas pela comunidade onde estão inseridos. Vejamos o primeiro caso.

Figura n.º 7



Legenda: Eixos: xx' - meios de recolha; yy' - n.º de respostas

I. Internet ; II. Jornais/Revistas; III. TV; IV. Família/Amigos; V. RTPI; VI. Rádio; VII. Telefone; VIII. Visitas; IX. Livros

As dificuldades de informação podem ser devidas quer a problemas de comunicação, quer a questões de natureza burocrática. Tendo como responsáveis os meios de comunicação, nota-se o seguinte: “a RTPI tem programação pouco ampla; falta divulgação da música, do cinema e das artes” (M. S. – Br.). Eventualmente, “a RTP internacional poderia fazer um enorme esforço para divulgar programas, mas muito mais interessantes” (M. P. – Sui.). Estas contrariedades são igualmente notadas do outro lado do Atlântico, no Canadá, onde “para poder ter acesso à RTPI é preciso ter antena parabólica” (L. A. – Can.).

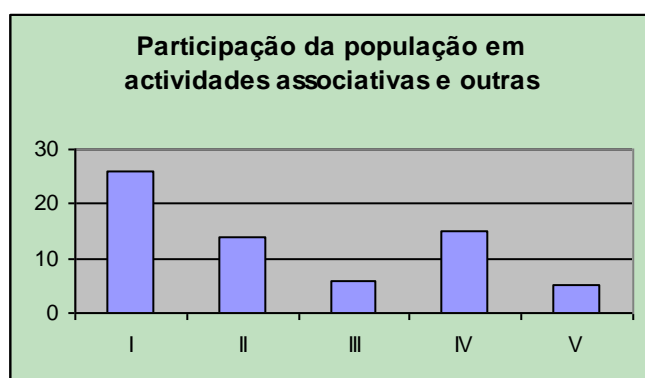
Como testemunho de quem vive no continente africano, onde os meios de informação são igualmente difíceis, fica ainda outro reparo: “A Embaixada deveria dar mais apoio aos imigrantes em todos os aspectos e infelizmente não liga nenhuma a quem vive em Angola” (P. A. – Ang.). No mesmo sentido pronuncia-se K. P. (EUA): “Considero o funcionamento dos Consulados de Portugal, mau, desinformativo e frustrante. Gostaria de ver as representações oficiais de Portugal no estrangeiro a ajudarem os imigrantes e os seus filhos a conhecerem melhor Portugal”. Estas as questões relacionadas com o modelo organizacional dos Consulados e com a avaliação do desempenho destes serviços. Tal como constatámos em trabalhos de campo, as referências individuais quanto aos serviços oficiais de apoio aos emigrantes portugueses no estrangeiro não era a mais favorável. Trata-se de um tema que não cabe aqui apreciar.

A análise das respostas permitiu ainda recolher outros dados sobre a imagem construída sobre Portugal. Esta é igualmente ambivalente: a de “um país com progresso” (C. M. – Arg.), a “de um país moderno, virado para o futuro, cuja imagem no exterior começa felizmente a mudar...um país que se auto-promove muito mal, que não aproveita todas as suas potencialidades e a de um país onde o desenvolvimento económico tem evoluído mais que as mentalidades” (J. C. – Lux.). No mesmo sentido, pronunciaram-se P. P. (EUA): Portugal “é um país muito bonito e acolhedor, mas cheio de burocracias que o fazem 50 anos, atrasado”. Contrariamente pronunciou-se L. J. (EUA): “começo a ficar decepcionada com a falta de visão e apoio no meu próprio país”. Nesta resposta as razões invocadas prendem-se com a negação da equivalência dos estudos realizados nos EUA, ao correspondente curso de Enfermagem, em Portugal.

Outra perspectiva crítica sobre a sociedade portuguesa é anunciada por K. P. (EUA): “Considero as ‘élites’ em Portugal extremamente arrogantes... O governo português é demasiado hipócrita e desrespeitador do contributo dos portugueses residentes no estrangeiro. Nos últimos anos o Governo português utilizou os emigrantes portugueses para equilibrarem a balança de pagamentos e recentemente para o voto”. Uma afirmação, a ponderar.

O inventário das actividades participadas na comunidade emigrante fez notar que doze dos inquiridos afirmaram ter essa participação em associações de emigrantes ou em iniciativas orientadas para as comunidades imigrantes. Independentemente desta participação, em mais doze registos declarou-se o envolvimento em actividades cívicas, políticas e de inserção social, orientadas para a população imigrante em geral e não só para a população de origem portuguesa. Este facto abona a favor de uma consciência colectiva e de solidariedades (Durkheim, 1999), construídas com o estatuto de imigrante e o exercício dos direitos cívicos assumidos por esta população nas sociedades de acolhimento. No conjunto de inquiridos apenas dois indicaram não ter disponibilidade de tempo para actividades associativas e um caso declarou não haver condições políticas locais para esse exercício.

Figura n.º 8



Legenda: Eixos: xx' - participação da população; yy' - n.º de respostas

I. Activid. cívicas e de integração; II. Activid. associativas (Associações de emigrantes e outras); III. Participação política; IV. Não participa; V. S/resposta

O motivo desta participação tem particular significado no exercício da cidadania: participo em iniciativas de carácter cívico “porque não podemos todos estar sempre a ‘puxar pela nossa própria sardinha’, alguém tem que ver a imagem global e proteger os interesses dos mais desfavorecidos” (H. R. – Can.). Outras razões são invocadas por M. M. (Suíça): “Participo em iniciativas cívicas porque como vivo aqui acho que é importantíssimo que me interesse pelo que se passa neste país, embora não tenha o direito de voto por não ter a nacionalidade suíça”.

Igualmente esta frequência pode ser entendida como um verdadeiro “dever cívico” (P. P. – EUA) ou como uma necessidade de “integrar o seu passado luso

com a sua presente situação de ser canadiano” (R. P. – Can.), como “forma de fazermos com que o nome dos portugueses seja mais respeitado em terras além Portugal” (S. F. – Can.). Mais ainda, esta participação cívica é importante para os emigrantes porque “só assim é que podemos defender os nossos direitos e afirmar a nossa ‘voz’” (A. T. – Can.). Por fim, como refere F. A. (Sui.), “temos de nos integrar no país que nos acolhe, assim como devemos de viver segundo os seus usos e costumes, devemos viver no país de acolhimento como diz este provérbio: ‘Em Roma sê romano’”.

Note-se que a presença em iniciativas locais pode ser limitada pela falta de tempo ou por descrédito em relação às entidades que as promovem. Assim se expressa um residente na Argentina que reconhece, igualmente, a “falta de futuro” no país: “não há representantes honestos para realizar apoio cívico. Só se pode ajudar por meio pessoal como exemplo dar alimentos ou roupa nas Igrejas” (C. M. – Arg.). Eventualmente a ausência destas iniciativas pode dever-se ao desinteresse da população jovem que deseja inserir-se apenas na sociedade de acolhimento. Assim o reconhece S. F. (Can.): “Na sua maioria os jovens luso descendentes não tiram proveito destas iniciativas, pois afastam-se da comunidade portuguesa, inserindo-se somente na comunidade canadiana”.

Respostas oriundas de emigrantes mais antigos evidenciam a existência de outros motivos, tais como razões políticas em resultado destes imigrantes terem emigrado de Portugal “durante a ditadura de Salazar e não apreciarem a liberdade de expressão e a vida em países democráticos como o Canadá e os EUA” (K. P. – EUA). Esta a herança política acumulada pelos emigrantes mais antigos.

O interesse pelos assuntos relativos à emigração portuguesa fica igualmente expressa no interesse em mais de metade dos inquiridos em participar em estudos relacionados com a comunidade portuguesa nos países de imigração e de levantar pistas para o desenvolvimento de estudos monográficos sobre as mesmas. Será tema a desenvolver na próxima edição deste trabalho.

Conclusão

Apesar das dificuldades encontradas na recolha da informação, via *internet*, sobre a população de origem portuguesa residente no estrangeiro, este inquérito mostrou-se bastante útil vindo a completar algumas informações abordadas em estudos anteriores relacionadas com a vida dessas comunidades. Por outro lado, permitiu testar a utilização das novas tecnologias na recolha de informação junto de um universo alargado que os meios de recolha tradicional, nomeadamente através da escrita, não permitiam. E apesar dos entraves técnicos, os resultados conseguidos sugerem a continuação deste estudo e o seu desenvolvimento posterior, esperando uma maior participação e resultados.

Os dados recolhidos expressam a opinião de cidadãos que integram comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, fazendo adivinhar algumas questões com que se debatem no seu quotidiano. Realçamos os temas relacionados com a “identidade” face uma sociedade que apesar de reconhecer na emigração uma porta aberta para a resolução de alguns problemas nacionais, nomeadamente os de índole económica, não tem sido capaz de responder satisfatoriamente a questões essenciais capazes de melhorar a imagem de Portugal no mundo e à satisfação de expectativas destas comunidades emigrantes na sua relação com a sociedade de origem.

Note-se ainda as raízes inerentes a uma “portugalidade” que persiste junto de uma parte significativa da amostra. De facto, a participação na vida cívica (comunidades de emigrantes e sociedade de acolhimento) parece constituir-se como indispensável na sua afirmação como cidadãos empenhados na vida cívica e política dos países onde residem. Contudo muitos dos inquiridos evidenciam, como lusodescendentes, uma “bipolaridade” de referências culturais e uma diversidade de projectos migratórios que os anima em contextos sociais marcados por heranças e trajectórias diferenciadas e por socializações complexas. Mais ainda, assinalam a necessidade de iniciativas que possam dar resposta a múltiplas questões relacionadas com a vivência em sociedades inclusivas e democráticas e à satisfação de expectativas destes “cidadãos do mundo” de origem/ascendência portuguesa. Apesar da situação interna o país tem de continuar a dar resposta às expectativas

sócio-culturais e económicas dos seus cidadãos e a cumprir as exigências da solidariedade inter-geracional exigidas pela cidadania portuguesa e europeia.

Bibliografia

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1983 – *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1985 – *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, 1986 – *A emigração portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos.

ARROTEIA, Jorge, 1999 – *Emigração – a segunda geração de emigrantes : perspectivas de integração e de mobilidade social numa comunidade rural*. Monte Redondo : Museu do Casal de Monte Redondo (Cadernos do Património, nº 6).

ARROTEIA, J. C.; DOUDIN, P. A. (coord.), 1998 – *Trajectórias sociais e culturais de jovens portugueses no espaço europeu: questões multiculturais e de integração*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

BIROU, A., 1978 – *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

DOUDIN, P. A., 1996 – *L'école vaudoise face aux élèves étrangers. Un bilan de la situation*. Lausanne: Centre Vaudois de Recherches Pédagogiques.

DOUDIN, P. A., 1998 – *Scolarisation des enfants portugais en Suisse : rapport d'experts*. Berne: Conférence suisse des directeurs cantonaux de l'instruction publique (CDIP).

DUMÉRY, H., 1957 - *Philosophie de la religion*. Paris: PUF.

DURKHEIM, E., 1999 – *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes.

ERIKSON, E., 1968 - *Adolescense et crise. La quêté de l'identité*. Paris: Flammarion.

FERRÉOL, Gilles, 1995 – *Dictionnaire de Sociologie*. Paris: Armand Colin.

GIACOBBI, M. ; ROUX J. P., 1990 – *Initiation à la Sociologie*. Paris: Hatier.

GODINHO, V. M., 1977 – *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Arcádia.

LÓPEZ TRIGAL, L.; ARROTEIA, J. C.; CEPEDA, J. T.; et al., 1994 – *La migración de portugueses en España*. León: Universidad de León.

MARTINS, O., 1956 – *Fomento rural e emigração*. Lisboa: Guimarães e C^a, Editores.

MEAD, G., 1963 – *L'esprit, le soi et la société*. Paris: PUF.

NETO, F., 1986 – *A emigração portuguesa vivida e representada: contribuição para o estudo dos projectos migratórios*. Porto: Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

NETO, F., 1986 – *Estudos de psicologia intercultural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

ROCHA-TRINDADE, M. B., 1986 – “Longitudinalmente diferente ou o discurso polémico de luso-descendentes” in *Análise Social*, vol. XXI (92-93), 1986- 3º - 4º, p. 609-618.

ROCHA-TRINDADE, M. B. (Org.), 1995 – *Sociologia das migrações*. Lisboa: Universidade Aberta.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; ARROTEIA, J., 1984 – *Bibliografia da emigração portuguesa*. Lisboa: Instituto Português de Ensino à Distância.

SERRÃO, J., 1965 – *Emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.

“Democratização, direitos humanos e desafios de cidadania” – 2007 ²⁰

Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco (Universidade de Lisboa)

Enquadramento

A realização deste Seminário Internacional promovido pela Faculdade de Educação da Universidade de Granada, coordenado pelo Professor Javier Caldo Mora, a quem saudamos, permitiu-nos preparar uma pequena comunicação sobre: “Democratização, direitos humanos e desafios da cidadania” cujo texto nos dispensamos de ler na sua íntegra. Realçamos, no entanto, alguns aspectos que orientaram a nossa reflexão relacionada com as funções primordiais da escola, isoladamente e nas suas relações para a prática da cidadania configurada na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Eis algumas das linhas principais que mereceram a nossa reflexão.

1. A construção de uma sociedade livre e democrática é uma das preocupações que percorrem os países dotados de regimes democráticos defensores de políticas inclusivas, de valores e de práticas sociais defensoras da democratização e dos direitos humanos enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos – DUDH. Contudo razões várias, de natureza política e ideológica, de raiz económica ou cultural, mostram muitos desvios que inventariamos à escala do globo e que contradizem estes princípios.

Discutir as razões que levam à discriminação, pela raça ou pela cor, pelo sexo ou religião, pela língua ou opinião política dos cidadãos, é penetrar em profundidade no seio dos grupos sociais e desvendar as razões intrínsecas de tais comportamentos; é desenhar um rol extenso de situações, anómalas e incongruentes, dessas sociedades; é ainda promover ou antecipar discussões, clarificar ideias e, acima de tudo, recolher os valores e os conceitos pouco condizentes com a maioria das práticas sociais identificadoras da nossa sociedade.

²⁰ Seminário internacional: “*Educação, cidadania ambiental e sustentabilidade local*”. Aveiro: Associação Internacional de Investigação em Educação Ambiental/NEREA/ Câmara Municipal de Aveiro - Participação, como conferencista: “Educação, Cidadania ambiental e sustentabilidade local: os percursos da investigação e da acção” (Setembro-2007)

Exemplos divulgados pelos meios de comunicação social fazem crer que o direito à participação cívica das populações, à liberdade de expressão e à inclusão social, são princípios universais que devem ser apropriados e defendidos colectivamente como uma das aspirações mais sublimes da humanidade. Contudo as ameaças que pairam sobre o cidadão comum em diversos aspectos do seu quotidiano, fazem pressupor que as condições de liberdade e de segurança que intrinsecamente cada cidadão tem direito, pouco valem perante a falta de rigor e desempenho de muitos responsáveis. E se é certo que perante a lei, todos os cidadãos são iguais, escusado será recordar como em muitas circunstâncias a dignidade de uns suplanta a dignidade de outros, estes votados para o ostracismo e o esquecimento.

2. Recorde-se que a socialização para a prática da democratização, para os Direitos Humanos (DH) e para a cidadania, deve ser uma preocupação da sociedade. E não basta, apenas, que a família desempenhe o papel fundamental, mas é igualmente imperioso que outras instituições sociais adiram à defesa destes princípios cultivando no seu dia a dia o espírito, os sentimentos de justiça, de paz e de fraternidade defendidos na DUDH.

Nestas circunstâncias cabe à organização escolar um papel relevante na defesa destes princípios; cabe-lhe incorporar nos saberes que transmite, os valores e as regras fundamentais que dignifiquem as práticas sociais valorativas destes direitos; cabe à comunidade escolar valorizar essas práticas e reformular a sua actuação de modo a que esses direitos não sejam questionados, mas informem a cartilha diária dos procedimentos da nossa sociedade.

3. Como “sistemas abertos” as nossas sociedades acolhem com maior frequência cidadãos do mundo, de outras origens e nacionalidades; cidadãos com estatutos sociais diferenciados, com formações religiosas distintas e com necessidades económicas muito acentuadas; cidadãos que sentem no seu acolhimento e vivências diárias os mesmos atropelos que estiveram na origem do êxodo que os impele à mobilidade constante ou à fixação noutras paragens. Contudo é característica comum das nossas civilizações assentarem o seu crescimento económico na prosperidade das suas actividades, no desempenho dos seus cidadãos, no culto dos

seus valores e na prática de solidariedades que estreitam a malha do seu tecido social.

4. A cidadania tal como a concebemos nos nossos dias, por ser total e vivida em plenitude de direitos, não se constrói sobre pilares que advoguem a servidão ou a falta de reconhecimento da personalidade humana, mas sim com o livre acesso à participação cívica e política e aos direitos que a vivência na “civitas” deve proporcionar a todos os seus membros.

No que à realidade portuguesa diz respeito, a Constituição da República Portuguesa estabelece dois princípios fundamentais: o da universalidade e o da igualdade: o primeiro (artº 12) estabelece que *“todos os cidadãos gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres consignados na Constituição”*; o segundo (artº 13), estabelece: *“todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei”*.

Contexto português:

- O texto anterior serviu-nos para recordar algumas das relações que se estabelecem entre a escola e a sociedade nas suas relações com a democratização, a Declaração Universal dos Direitos Humanos e o exercício da cidadania. Da mesma forma permitiu-nos evocar certos condicionalismos que afectam os sistemas educativos, entidades complexas cujo funcionamento está dependente não só das grandes orientações e opções do sistema político, mas ainda a sua dependência de outros sistemas como o económico, o demográfico e o administrativo. É este o entendimento de D'Hainaut (1980) que aponta a dependência destes não só do contexto sócio-cultural e do contexto histórico, determinantes para o estabelecimento das diversas orientações de política educativa, mas ainda do quadro filosófico, ético e religioso e do próprio quadro físico e geográfico.

Mais do que a inventariação destas condições importa realçar o espírito de abertura, de tolerância e dignidade, de liberdade, de igualdade e de solidariedade, que devem fazer parte do quotidiano do nosso universo escolar. E a reflexão em torno do cumprimento das funções, anteriormente referidas, poderá ser relevante no

cumprimento das funções que estão definidas nos princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo Português (artº 2):

“1 - Todos os portugueses têm o direito à educação e à cultura (...).

2 – É da especial responsabilidade do Estado promover a democratização do ensino garantindo o direito a uma justa e efectiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares.

3 – No acesso à educação e na sua prática é garantida a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios:

a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas;

b) O ensino público não será confessional;

c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas”

4 – O sistema educativo responde às necessidades resultantes da realidade social, contribuindo para o desenvolvimento pleno e harmonioso da personalidade dos indivíduos, incentivando a formação de cidadãos livres, responsáveis, autónomos e solidários e valorizando a dimensão humana do trabalho.

5 – A educação promover o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva”.

- Para além da CRP, há que salientar as acções desenvolvidas pela Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular –Ministério da Educação, no âmbito do Projecto: “Educação para os Direitos Humanos”.

Estas algumas questões que importa reter quando da discussão alargada das novas condições impostas pela escolarização nas suas relações com a democratização e as práticas de cidadania.

J. A.

Geografia: convergência e interdisciplinaridade 2010 ²¹

Introdução

O desenvolvimento do pensamento científico como *“instrumento de progresso (...), instrumento de educação, uma força de Humanismo dos nossos dias”* (RIBEIRO, 1970b, p. 48), requer um trabalho consistente dos investigadores e docentes universitários que no exercício da sua actividade profissional devem entender a pesquisa individual e de grupo e a formação aprofundada e ao longo da vida, como uma das questões essenciais do seu mister. Trata-se de um esforço complexo, nem sempre fácil de cumprir, mas que deve acompanhar o exercício dos professores de todas as matérias, que não só as ciências sociais e humanas. Um exercício persistente, centrado na escola e incidindo sobre o seu meio e para o qual devem ser chamados a participar outros “actores” e, sobretudo, toda comunidade científica de forma a potenciar os recursos disponíveis. Este processo implica o aprofundamento de diferentes temas: uns, sugeridos pelos programas de ensino; outros, decorrentes da análise do quotidiano e da mudança social que experienciamos.

Abordamos um tema que interessa à geografia, sobretudo à geografia humana, e que obriga ao recurso a outras ciências que tomam como objecto de estudo o homem nas suas relações com o meio, com o património construído, e com o grupo ou grupos sociais com quem convive. Esta uma das questões fundamentais que importa à geografia humana, entendida por Ribeiro (1960, p. 65), como o *“ramo de saber que especialmente se ocupa da descrição e interpretação das formas visíveis da superfície terrestre”*.

Abrangência da geografia humana

Não se questiona a importância dos estudos geográficos no conhecimento das sociedades actuais e dos seus processos de desenvolvimento. Para tanto

²¹ (2010) - “Geografia: convergência e interdisciplinaridade”. In: Romão, A., Dilva, J e Ferreira, M. - *Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres*. Coimbra: Almedina, pp. 405-419

contribuíram geógrafos de diferentes formações e escolas entre os quais Ribeiro, para quem a geografia humana (1960, p. 65) tinha como “*alvo principal*” o homem, “*componente da paisagem, chamando paisagem à fisionomia exterior das regiões*”. De realçar que esta marca da acção humana sobre o meio, como resultado da marcha das civilizações, traduz etapas de um longo processo de evolução baseado na exploração dos recursos primários e na integração de diferentes tecnologias. Acentuou-se depois da revolução industrial com a utilização da máquina a vapor e a difusão da energia eléctrica, reduzindo substancialmente o esforço humano. Por isso as marcas sobre a paisagem atestam, no dizer do referido autor (Ribeiro, 1955, p. 194), na “*expressão das relações entre o homem e a terra*”, o resultado “*por um lado, das condições naturais e por outro, da forma de colonização, modos de vida, sistema de exploração (...)*”.

Tendo em conta que os estudos de natureza geográfica têm vindo a abarcar espaços cada vez mais alargados, que não só as unidades de paisagem que inicialmente chamaram a atenção dos geógrafos e naturalistas, outros autores têm reflectido sobre os fenómenos relacionados com a acção do homem sobre o território e os cenários mais específicos relativos às formas de povoamento humano que daí decorrem. Outras preocupações vão ao encontro das relações entre si e do espaço construído em torno dos factores naturais e humanos os quais evidenciam determinadas configurações territoriais e sociais decorrentes desta acção humana. Assim, Dollfus (1973, p. 6) fez notar que o “*l’espace géographique est un espace changeant et différencié dont l’apparence visible est le paysage* », sendo que a sua construção “*se fait et évolue à partir d’ensembles de relations* » (Loc. cit.). Por sua vez Bailly e Ferras (1997, p. 120), assinalam que “*l’action essentielle de l’homme a pour effet immédiat et premier de se graver sur l’espace et donc de produire du territoire à travers une impression, des signes, des traces* ». Reconhecem, ainda, que esta questão “*passse par l’articulation sociétés humaines/territoires (le ‘social’ et le ‘spatial’)* » (Loc. cit.).

Estas afirmações vão ao encontro do que Claval (1987, p. 81) descreveu como a nova geografia, a qual “*tira da sua curiosidade pelos factos sociais e económicos, um poder de explicação que faltava à do início do século*”. Esta nova forma de ler o

meio tem a ver com proposta de Isnard (1982, 167), para quem “o espaço geográfico responde à definição mais corrente do sistema que é incontestavelmente um conjunto de elementos em interação”.

Sendo certa a presença de um mosaico de situações que proporcionam uma leitura alargada do espaço, a geografia deve dar um contributo inovador, na linha do que defendeu Gurvitch (1979, p. 17) para a sociologia, concorrendo para o melhor conhecimento da “*crosta exterior da sociedade - a sua base morfológica (geográfica, demográfica, ecológica, instrumental, etc.) (...)*”. A análise geográfica permite uma leitura compósita e aprofundada, baseada na leitura das marcas da “civilização”, no ordenamento do território, nos padrões de distribuição e densidade da população, nos seus movimentos e actividades. Tendo em consideração as transformações geográficas e sociais em curso, Claval (2001, p. 216) regista que “*Il est encore top tôt pour mesurer tous les aspects, mais on sent déjà tout ce qu’elles apportent à la compréhension d’un monde où les conflits ne laissent plus tant de la rareté des ressources que des sentiments d’identité, des images d’autre, et des sentiments de frustration qui les accompagnent* ». Por isso as preocupações da nova geografia vão cada vez mais ao encontro das questões societárias - «*réalité vécue que les géographes font leur* » (Op. cit., p. 230) - e com a identificação de «*cercles d’intersubjectivité* », de identidades e de territorialidades.

Como em tempo escreveu Ribeiro (1970, p. 51), “*a Geografia é, ao mesmo tempo, uma ciência de base e de convergência, um ponto de partida e um lugar de encontro: como uma encruzilhada, portanto, onde se chega e donde se sai por vários caminhos*”. Esta reflexão permite-nos entender o desenvolvimento dos “*modelos estocásticos*”, não deterministas, de Hagget (1976, p. 38), relacionados com o comportamento humano e o movimento. Assinala este autor (Op. cit., p. 44) que “*a noção de movimento leva a considerar os campos naturais criados por ele, assim como os territórios ‘não naturais’ (...)*” e a difusão “*como prolongamento lógico do movimento no tempo e com o intuito de o relacionar com as suas diferentes aplicações* “. Ora, sendo a geografia uma “*ciência do espaço*” (GEORGE, 1966, p. 18) - “*em função do que ele oferece ou fornece aos homens e como ciência da conjuntura e do resultado das sucessões de conjunturas*” (Loc.

cit.) -, importa ter presente as situações que motivaram a evolução e os “*domínios de civilização*” (RIBEIRO, 1970, p. 80), as “formas materiais” e do “património humano” (Op. cit., p. 14) que as caracteriza e os movimentos da população que os determinam.

Tomamos como exemplo as civilizações agrárias que se afirmaram nas margens do Mediterrâneo (FERRO, 1986) e aqui frutificaram. Aliando actividades relacionadas com a exploração dos recursos naturais e o seu comércio, encontramos testemunhos vários que fazem transparecer as etapas de um longo processo civilizatório e dos sistemas sociais e políticos. Recordamos que um dos aspectos mais marcantes destas transformações teve lugar nos centros de atracção demográfica de natureza urbana gerando fenómenos complexos relacionados com o processo de urbanização, de ocupação e de diferenciação do espaço, de mobilidade humana e de relações sociais entre os habitantes. Neste como noutros exemplos, o tempo permite compreender a evolução dessas civilizações e as mudanças sociais operadas numa perspectiva que assenta numa análise histórica.

Não se pretende com este tipo de reflexão analisar as etapas da evolução humana ligadas aos processos de urbanização e de industrialização. Ao fazê-lo seguimos o pensamento deste autor (Op. cit., p. 31), quando afirma que qualquer reflexão sobre as “*condições geográficas das épocas passadas não é possível sem a observação das condições actuais*” ou seja, sem o recurso à observação directa imprescindível à geografia, sobretudo à geografia histórica e às suas preocupações sobre os diferentes tipos de civilização. Como referiu Birou (1978, p. 66), “civilização” é “*o tipo de desenvolvimento material e espiritual característico de uma sociedade*” (Loc. cit.), conceito que anda associado ao progresso material, ao progresso intelectual e moral e implica “*um conjunto coerente de conhecimentos e de técnicas para dominar a natureza e organizar uma vida social complexa com divisão de trabalho social*”.

Esta referência expressa diversas formas de organização do espaço, da sua apropriação e domínio sobre o território. Manifesta ainda diferentes tipos de organização social, que permitem à geografia alargar os seus domínios de

investigação e de acção, aproximando o seu objecto de outros temas e domínios científicos.

A dimensão societária em geografia

A consideração destes aspectos remete-nos para a leitura de Hagget (1976, p. 74) e para os exemplos de movimento, difusão, inovação e das razões porque estes fenómenos interessam à geografia e à sociologia. No primeiro caso exemplos vários carreados da história das migrações humanas, da colonização dos grandes espaços, sobretudo no ‘novo mundo’, da evolução das técnicas agrícolas, da evolução mercantil ou da revolução dos transportes, conduzem-nos a um dos problemas actuais relacionado com *“a propagação das idéias dentro da sociedade e do papel dos dirigentes como catalizadores da inovação e do problema da resistência à mudança”* (Op. cit., p. 76). De forma simples, Birou (1978, p. 207) definiu inovação como resultado *“de fazer algo de novo. Mudar por espírito de novidade”*.

Este conceito leva-nos a perguntar, como se lê na obra de Chorley e Hagget (1975, p. 53), porque razão *“algumas sociedades são diferentes das outras nas formas pelos quais utilizam seus recursos e se distribuem no espaço e, ainda, dado um padrão particular de actividade relacionado a certos recursos, o que provoca a sua mudança?”*. Esta questão permite-nos várias respostas que nos obrigam a pensar na intervenção de “actores” e poderes sociais distintos que se apropriam do espaço e se tornam responsáveis pelo tipo de organização territorial que acompanha os processos de alteração do meio geográfico e social e das formas de ocupação daí decorrentes, objecto de estudo da geografia.

Assim pensa Claval (2001, p. 243) quando afirma que *“faire de la géographie aujourd’hui, c’est se pencher sur les défis auxquels l’humanité est ainsi confrontée, c’est explorer les changements d’attitude qu’elle doit effectuer, c’est imaginer les nouvelles normes dont elle doit se doter”*. Esta a nova postura da geografia que começou a evidenciar-se com a emergência de novas questões sociais e humanas relacionadas com as desigualdades do desenvolvimento sócio-económico e com outras visões do globo e do espaço fundamentadas em novas descrições baseadas na leitura e interpretação de imagens transmitidas pelos satélites artificiais e no

conhecimento aprofundado da ecúmena. Esta informação permitiu uma análise mais detalhada dos contrastes naturais e das desigualdades sociais que as acompanham bem como a elaboração de novos modelos de interpretação. Desta forma as preocupações com o espaço geográfico ganharam outra dimensão uma vez que o mesmo se tornou mais circunscrito facilitando uma interpretação mais arrojada dos fenómenos sociais.

A dimensão espacio-temporal é hoje em dia uma dominante em estudos da geografia humana e social, agora com novos sentidos e interpretações. Destaca-se a valorização do factor tempo (cronológico) relacionando as formas de organização espacial com as facilidades de aquisição de bens e serviços exemplificados em teorias, leis e modelos de interpretação, bem sistematizadas por CHORLEY, HAGGET (1975, p. 4). Para estes autores (Op. cit., p. 5), um modelo é “*uma estruturação simplificada da realidade que apresenta supostamente características ou relações sob forma generalizada*”, desempenhando funções diversas e constituindo uma relação ou ponte “*entre os níveis da observação e o teórico*”. Mais ainda (Loc. cit.), “*tratam da simplificação, redução, concretização, experimentação, acção, extensão, globalização, explicação e formação da teoria*”.

Não admira por isso que a utilização de modelos - assentes numa teoria, numa hipótese ou apenas numa ideia estruturada (Op. cit., p. 3) -, tenham preenchido a atenção dos geógrafos, sobretudo depois da explosão da informação qualitativa, estatística e territorial, que hoje caracteriza os sistemas de informação geográfica. São exemplos as referências que estes autores apresentaram (Op. cit.) sobre as diversas concepções do espaço e a sua interpretação, traduzidas em modelos demográficos, sociológicos, de desenvolvimento económico, de geografia urbana, de localização de povoações, sobre a localização industrial e a actividade agrícola, de onde sobressai o modelo clássico de localização agrícola enunciado há quase dois séculos por Von Thunen (1826).

No seu conjunto os exemplos descritos assinalam as preocupações da nova geografia com determinados tipos de fenómenos sociais e humanos e valorizam as diferentes dimensões desta ciência, nomeadamente as que se prendem com os domínios social e cultural da geografia humana. A este respeito Dollfus (1973)

aponta que esta interpretação permite uma leitura diacrónica do tempo e do espaço, bem como das relações sociais que se estabelecem entre os diversos actores e factores geográficos. Estas considerações são ainda reforçadas por Claval (1987, p. 3), quando afirma que *“os factos não se encontram todos dispostos na realidade, são isolados, definidos e reconhecidos pelo investigador cuja opinião é tanto mais válida quanto mais sólidos forem os seus conhecimentos”*. Daí a complementaridade de abordagens de natureza interdisciplinar que hoje se constituem imprescindíveis para a compreensão de determinados fenómenos societários, nomeadamente as questões relacionadas com o desenvolvimento das populações.

Mais uma vez o recurso aos ensinamentos de outras ciências torna-se necessário. Recordem-se as questões relacionadas com o conhecimento da sociedade e com a mudança social na sua relação com o número, o espaço e o tempo. Numa tentativa esclarecer os seus pontos de vista afirmou George (1972, p. 8) que, se o espaço *“é tema principal para a geografia»*, já o tempo *“que é, aparentemente um assunto mais directamente sociológico, mas que, na medida em que se torna difícil de separar da utilização do espaço, torna-se objecto de preocupação dos geógrafos”* (Loc. cit.). Finalmente o número *“que, no domínio do humano, é assunto de estudos demográficos, mas que interessa, igualmente, ainda que de forma diferente, à geografia e à sociologia”* (Loc. cit.).

Estes aspectos facilitam uma leitura diacrónica da sociedade no sentido em que Fernandes (1983, p. 31) defendeu, ou seja, considerando a sociedade *“concebida como um sistema ou um todo integrado”*. Por isso (Loc. cit.) *“qualquer mudança de um elemento tende a provocar um processo de redefinição dos restantes elementos de forma a conseguir-se de novo o equilíbrio do sistema”*. Esta interpretação permite entender como as decisões e as práticas no âmbito do sistema político são indissociáveis das tomadas de decisão relativas aos outros sistemas sociais. Esta perspectiva faz-nos evocar a análise da *“vida social”*, sobretudo nos aspectos relacionados com os laços sociais, a sociabilidade e a coesão social, domínios aprofundados por diversos autores, nomeadamente por DURKHEIM (1977), MAUSS (1971) e GURVITCH (1979).

Retomando os aspectos de natureza geográfica relacionados com a população (distribuição e crescimento) e sobre a realidade portuguesa, Ribeiro (1970, p. 310-312) descreve os movimentos de população internos que se desenvolveram no território com o processo de Reconquista e se têm manifestado ao longo de séculos. Não nos vamos alongar nesta matéria. Contudo recordamos que o interesse pelo estudo da população, nomeadamente o estudo dos movimentos da população e não só os aspectos relacionados com a distribuição do homem ou o seu “habitat”, continuam a ser considerados relevantes em diferentes estudos de natureza geográfica e de pendor demográfico e social. Uma das últimas obras conjuntas deste autor (RIBEIRO, 1987-1991) acentua estas preocupações. Outros exemplos pioneiros (GASPAR, 1972) assinalam a atenção dos geógrafos pelos aspectos relacionados com a percepção e a vivência do espaço, a distribuição e a difusão dos fenómenos materiais e sociais, deixando para a demografia a análise quantitativa e qualitativa dos fenómenos que acompanham essas manifestações (NAZARETH, 2004).

À geografia cabe, portanto, desempenhar uma função explicativa, de carácter compreensivo, debruçar-se sobre a realidade cultural e social dominante no território quer se tratem de espaços rurais ou de espaço urbanos onde os traços de unidade e de diversidade traduzem evidentes assimetrias espaciais e sociais. Estas desigualdades são geradoras de tipos de acessibilidade (física, sócio-económica e cultural) diferenciados, que acompanham as outras disparidades e que obrigam a geografia a uma postura de análise crítica e de acção nomeadamente no âmbito do planeamento territorial e social.

A relação da geografia com as demais ciências sociais

Como anteriormente fizemos notar a análise do espaço geográfico realça, nas diferentes fases da sua evolução, as marcas de um processo histórico traduzidas no povoamento, na evolução dos habitantes e das suas actividades e na intervenção dos actores responsáveis pela organização do espaço. Nos actores incluímos os indivíduos (que iniciaram ou apoiaram a ocupação do território) e as instituições responsáveis por essas iniciativas e como tal dotadas de autoridade para conduzirem

a sua construção e organização. Assim aconteceu com a Igreja e com o Estado em diferentes momentos da nossa história. O entendimento destes fenómenos exige a utilização de metodologias apropriadas, com especial referência para o método geográfico e o contributo de outras ciências sociais. Assim o assinalou George (1977.I, p. 347), que deu especial relevo ao contributo da “geografia sociológica”. De acordo com este autor (Op. cit., p. 348), esta deve conduzir-nos:

- num primeiro momento, a procurar entender “*os quadros da morfologia social*”;

- num segundo momento, conhecer a “*diversidade dos factos sociais e das combinações sociais no mundo*” (Loc. cit.), fazendo realçar as especificidades e os “tipos regionais”.

Estas preocupações podem ser completadas com a leitura de Abler, Adams e Gould (1972, p. 53), que em tempo reconheceram: “*explanations are produced by applying the method of scientific investigation to the past, and predictions are produced by applying the same method to the future*”. Esta citação leva-nos a pensar no contributo que a geografia humana e a geografia social podem dar ao entendimento dos fenómenos humanos e sociais e a importância destes na construção do espaço geográfico. Evocamos mais uma vez Claval (1987, p. 393) quando afirma que o contributo da geografia social consiste no “*estudo da maneira como os grupos projectam a sua estrutura na superfície da terra*” e o seu contributo para a compreensão dos fenómenos humanos, sociais e políticos que decorrem do choque de civilizações: “*um empenhado na civilização da Segunda vaga, o outro na da Terceira Vaga*” como referiu Toffler (1984, p. 434).

Os aspectos agora descritos realçam a necessidade de uma articulação entre a geografia e as demais ciências sociais sobre a metodologia a seguir no estudo dos aspectos humanos e culturais relacionados com a vida em sociedade e na ligação com o espaço que a rodeia. Este facto obriga-nos a repensar a geografia humana numa perspectiva de acção partilhada com as demais ciências do homem, incluindo temas estruturantes do universo de estudo de outras ciências sociais, tais como a demografia, a sociologia (GIRARD, 1982, p. 135) ou mesmo a economia e a análise regional.

Vejamos o entendimento de alguns autores sobre o contributo de cada uma destas ciências na sua ligação à ciência geográfica. Para Ribeiro (1970, p. 80) *“a história, isto é, o conjunto de vicissitudes deste património, condiciona, aclara, explica a geografia”*; por outro lado, a sociologia, *“mostrou todas as vantagens que se pode retirar das monografias das aldeias, baseadas em inquéritos aprofundados abarcando a maioria da população”*.

Já a importância do planeamento regional decorre do contributo da geografia no *“estudo da personalidade das regiões, dos estímulos e restrições que a natureza traz à actividade humana, na maneira como esta se manifesta, da inventariação dos recursos e das potencialidades”* (Op. cit., p. 262). Quanto à relação desta ciência com a demografia, este autor dá particular relevância à sua relação com a geografia da população. Estas considerações confirmam a aproximação desta ciência a outras ciências sociais, como realça o testemunho de alguns autores. Assim:

- Lefebvre (1978, p. 40) entende que *“a história é a memória do género humano, o que lhe dá consciência de si mesmo, isto é, da sua identidade no tempo, desde a sua origem; é por consequência o relato do que, no passado, deixou marca na recordação dos homens”*;

- Gurvitch (1979, p. 19) afirma que *“a sociologia é uma ciência que estuda os fenómenos sociais totais no conjunto dos seus aspectos e dos seus movimentos, captando-os nos tipos dialectizados microsociais, grupais e globais em vias de se fazer e de se desfazer”*.

- George (1972, p. 17) assinala que *“tal como a geografia, a sociologia é a ciência do movimento como do estado social”*, associado aos processos de desenvolvimento e ao poder.

- Pressat (1979, define a demografia como o *“estudo das populações humanas na sua relação com a renovação, através dos nascimentos, dos óbitos e dos movimentos migratórios»*. Complementarmente este autor define «população» como *«o conjunto de indivíduos que coexistem num determinado momento e delimitado de acordo com diversos critérios de identidade”* (Op. cit., p. 155).

Embora podendo recorrer a outras citações escolhemos as que se identificam com a perspectiva que defendemos baseados na observação, na descrição e na

interpretação, como o recomendou Ribeiro (1970, XVI) e na aplicação de metodologia baseada no “*ordenamento de factos e reflexão acerca do modo como se encadeiam e podem compreender as suas correlações*” (Loc. cit.). Esta postura confirma o que Claval (1987, p. 38) escreveu mais tarde sobre a geografia humana, quando assinalou que esta “*não resolve os problemas que a descrição do mundo levanta senão com a condição de fazer um grande percurso pela abstracção*”. Ora, sendo a geografia uma das ciências que permite conhecer a “*crosta exterior da sociedade*” (GURVITCH, 1979, p. 17), concordamos com este autor quando afirma que todas as suas “*camadas em profundidade interpenetram-se, formam um conjunto indissociável - os ‘fenómenos sociais totais’*” (Loc. cit.). Precisamos referindo que os “*fenómenos sociais totais*” são por ele entendidos (Op. cit., p. 27), como “*totalidades reais em marcha, em movimento permanente*”, sendo “*o elemento vulcânico da realidade social, a origem das erupções desta*”.

Das situações actuais mais representativas da diversidade geográfica e sócio-cultural referem-se as que resultam dos processos de desenvolvimento à escala mundial, tal como nos são descritas nos estudos e nos indicadores do PNUD. De facto, não havendo um modelo global de desenvolvimento, mas sim condições locais que favorecem as “ondas” de mudança destacamos, mesmo assim, a acção individual e colectiva orientadas por “nós” específicos, tais como as cidades e as instituições universitárias, isoladamente ou na sua ligação em “rede” (HAGGET, 1976, p. 81–111), como facilitadoras da inovação e da difusão (Op. cit., p. 111–113). Para tanto têm contribuído as “*auto-estradas de informação*” que permitem a construção dos “*ambientes inteligentes*” (TOFFLER, 1982, p. 167), a partir da utilização do computador e da Web.

Em nosso entender as questões que se relacionam com a análise geográfica destes fenómenos são hoje mais complexas do que nunca dada a ausência de fronteiras precisas, o agravamento dos fenómenos de mobilidade e a globalização e não podem ser apreciadas à luz de uma única corrente de pensamento. Por isso devemos atender às paisagens sociais (construtoras do espaço geográfico) e às novas concepções e percepções estéticas do espaço (CLAVAL, 1987, p. 378), carregadas de cultura, mas variando de acordo com “*as sociedades e conforme os sistemas de*

valores e de socialização”. Só assim podemos entender melhor os fenómenos complexos do desenvolvimento baseados no estudo dos “geosistemas” naturais e nas sociedades humanas.

Nota final

Como nota final referimos que o espaço geográfico ou território, expressando o resultado da acção humana e de diferentes formas de intervenção política, constitui um domínio privilegiado de análise interdisciplinar que reforça a sua natureza e essência. De facto, analisar o povoamento, as formas de organização do espaço e as etapas do desenvolvimento das actividades humanas, traduzidas nas técnicas que o homem domina, nos produtos que fabrica e na tecnologia que utiliza, é um dos reflexos marcantes da acção humana sobre a natureza e uma oportunidade de defesa de uma postura compreensiva desses traços e da sua explicação geográfica.

Como a ciência geográfica demonstra, o homem surge como um poderoso agente da fisionomia dos lugares, que Isnard (1982, p. 17) justifica como uma reacção da humanidade que *“tentou libertar-se das coacções do meio natural para organizar o espaço onde se desenrola a sua história. É esta análise do espaço que constitui o objecto da Geografia”*. Deixar de evocar esta realidade seria uma postura menos correcta uma vez que a análise geográfica implica o recurso a diferentes atitudes conceptuais e metodológicas, bem como o diálogo com outras ciências sociais no sentido de entender a realidade geográfica expressa na paisagem e na sua organização e na crosta exterior da sociedade traduzida nas diversas camadas e estratos, em profundidade.

Tal, a transversalidade de análise que se exige em geografia e que leva a encarar o seu contributo, o seu pensamento e acção, como indispensável para o estudo dos fenómenos sociais que afectam a sociedade no seu conjunto. Este o nosso contributo na homenagem ao Professor, colega e amigo Adelino Torres, no acto supremo da sua Jubilação.

Março de 2010.

Bibliografia

ABLER, ADAMS, GOULD, *Spatial organization: the geographer's view of the world*. London, Prentice-Hall International, 1972.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Portugal: perfil geográfico e social*. Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 2007.

BAILLY, A., FERRAS, R., *Éléments d'épistémologie de la géographie*. Paris, Armand Colin, 1997.

BIROU, A, *Dicionário das ciências sociais*. Lisboa, Publicações Dom Quixote (4ª Ed.), 1978.

CHORLEY, Richard HAGGET, Peter, *Modelos sócio-económicos em geografia*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

CLAVAL, Paul, *Geografia do homem: cultura-economia-sociedade*. Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

CLAVAL, Paul, *Épistémologie de la géographie*. Paris, Nathan Université, 2001.

DOLLFUS, Olivier, *L'espace géographique*. Paris, PUF (Que sais-je, 1390), 1973.

DURKHEIM, Émile, *A divisão do trabalho social*, Lisboa, Editorial Presença, 1977.

FERRO, Gaetano, *Sociedade humana e ambiente no tempo: temas e problemas de geografia histórica*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

GASPAR, Jorge, *A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1972.

GAZENEUVE, Jean, VITOROFF, David, *Dicionário de sociologia*. Lisboa, Verbo, 1982.

GEORGE, Pierre, *Sociologie et géographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

GEORGE, Pierre, "Sociologia geográfica". in: GURVITCH, 1977, pp. 347-373.

GEORGE, P., GUGLIELMO, R., LACOSTE, Y, et al., *A Geografia Ativa*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

GIRARD, Alain, "A demografia". In: GAZENEUVE, VITOROFF, 1982, pp. 133-158.

GURVITCH, Georges, *Tratado de sociologia*. Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1977 (II Vols).

GURVITCH, Georges, *A vocação actual da sociologia*. Lisboa, Edições Cosmos, 1979.

HAGGET, P., *Analisis locacional en la geografia humana*. Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1976.

ISNARD, Hildebert, *O espaço geográfico*. Coimbra, Livraria Almedina, 1982.

LEFEBVRE, Georges, *Réflexions sur l'histoire*. Paris, F. Maspero, 1978.

MAUSS, Marcel, *Essais de sociologie*. Paris, Ed. Seuil, 1971.

NAZARETH, J. Manuel Pantoja, *Demografia – a ciência da população*. Lisboa, Editorial Presença, 2004.

PRESSAT, Roland, *Dictionnaire de démographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1979.

RIBEIRO, Darcy, *O processo civilizatório: etapas da evolução sócio-cultural*. Petrópolis, Editora Vozes, 1983.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal – tomo V de: Geografia de España y Portugal*. Barcelona, Montaner y Simon, 1955.

RIBEIRO, Orlando, *Atitude e explicação em geografia humana*. Porto, Galaica, 1960.

RIBEIRO, Orlando, *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1970.

RIBEIRO, Orlando, *Variações sobre temas de ciência*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1970b.

RIBEIRO, O. LAUTENSACH, H & DAVEAU, S. *Geografia de Portugal*. Lisboa; Edições João Sá da Costa, 1987-1991 (IV Vols).

TOFFLER, Alvin, *A terceira vaga*. Lisboa, Livros do Brasil, 1984.

Geografia com ética. Ética em geografia? ²²

In memoriam: Professor Doutor Ilídio Melo Peres do Amaral (Univ. Lisboa)

A oportunidade de participar neste encontro sobre “Ética na Investigação Científica”, em boa hora organizado pela U. A. conduziu a esta breve reflexão relacionada com os procedimentos éticos em geografia. Uma reflexão marcada pelo interesse dos fenómenos territoriais, identidades e realidades sociais, que evoca as preocupações de uma actividade profissional e trabalho com colegas de diferentes áreas científicas e formações académicas.

Com estes aprendemos a analisar situações complexas e a perscrutar, através do método científico, as causas e as razões estruturantes de certos fenómenos sociais numa perspectiva transdisciplinar. Neste domínio a formação académica na área das ciências sociais, que veio completar a formação base em geografia, permitiu-nos compreender a complexidade das sociedades actuais, o domínio dos grupos estabelecidos, a validade da crítica científica e, acima de tudo, a leitura da realidade social “em todos os seus níveis de profundidade” e a sua apreciação em ambiente académico.

Em contexto de abertura do sistema de educação terciária, de diversidade de diferentes interesses científicos, mas de convergência em torno de projectos diferenciados na sua origem, desenvolvimento e evolução, o diálogo com outros parceiros e actores sociais não foi tarefa fácil. A construção de diferentes grupos de investigação e a sua orientação especializada, nem sempre se coadunou com interesses individuais e colectivos sobre temas relevantes da sociedade portuguesa. Daí que tenhamos tido necessidade de ancorar o trabalho desenvolvido em metodologias baseadas na análise e estudos dos fenómenos físicos e humanos descritos por diversos geógrafos, nomeadamente por Orlando Ribeiro, Ilídio do Amaral, Pierre George, Paul Claval, J. B. Racine e outros. Este trabalho foi

²² Conferência promovida pelo Conselho de Ética da Universidade de Aveiro em 23OUT2015

completado pela leitura de trabalhos de outros cientistas sociais como Durkheim, Gurvitch, Grawitz, Aron, Boudon, Sedas Nunes, V. M. Godinho e outros.

A referência a estes autores, que se impuseram na criação de diferentes “escolas”, serve-nos de guia na construção desta nota: *Ética em Geografia: Geografia com Ética?* Temos presente a Logos²³ (1990.2, p. 334) e a origem etimológica do termo, como “*costume, uso, maneira de proceder; maneira de ser, carácter*” na “*dupla significação sugerida pelos seus étimos originais, sublinhando a vinculação ao sujeito que o termo êthos implica*” (op. cit., p. 335). Se aplicada à investigação científica, esta deve ser entendida como um “*código de práticas intelectuais e de acção*”²⁴ seguindo os princípios básicos da verdade, justiça, equidade e integridade (Martineau, 2007).

Pensamento geográfico

A construção da geografia como ciência prossegue um longo caminho desde a Antiguidade clássica e as descrições de natureza histórica e geográfica sobre a antiga Grécia e do mundo mediterrânico. Dos amantes da história e da filosofia natural onde se filia a geografia, a obra de Estrabão (63 a.C. – 24 d. C.) – *Geografia* - fundada na descrição do mundo conhecido e das viagens realizadas pelo autor na Europa, em África e na Ásia, constitui um marco na história desta ciência e nos ramos de especialização que cultivou ao longo de séculos. Dos mais antigos a cosmografia e a cartografia, tiveram um lugar pioneiro nas viagens terrestres e marítimas, abrindo novas portas à descrição das terras e das gentes (geografia humana), do clima, relevo e da vegetação (geografia física), dos países e das gentes (geografia política), da unidade das paisagens e regiões (geografia regional) em diversos cantos do globo.

Através destes trabalhos consolidaram-se conhecimentos e aprendizagens que acompanharam alguns povos e movimentos da população – como os árabes (Al-Idrisi; 1099-1165?), os portugueses e os exploradores europeus que no decurso da

²³ Logos[?] – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia (1990) – Lisboa Verbo

²⁴ “L’espace social: méthodes et outils, objets et éthique” – École d’Été de Géographie Sociale; Université de Rennes, 2008. In: [http://eso.cnrs.fr/ attachments/n-27-mars-2008-travaux-et-documents/2appel_contribution.pdf?download=true](http://eso.cnrs.fr/attachments/n-27-mars-2008-travaux-et-documents/2appel_contribution.pdf?download=true). 7JUL2015

Idade Moderna e sobretudo na Idade Contemporânea integraram o rol de cientistas naturais e físicos responsáveis pelo avanço e conquista da ecúmena. Neste domínio cita-se o manuscrito do cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira – *“Esmeraldo de situ orbis”* (1505-1508), com o relato das suas viagens e informações cartográficas sobre os lugares ao tempo conhecidos ou os trabalhos de astronomia e de matemática do cosmógrafo Pedro Nunes (1502-1578).

Entre os trabalhos incontornáveis da evolução do pensamento geográfico e da afirmação da nova ciência contam-se o *“Kosmos”* (1845-1862) de F. Humboldt - ensaio de astronomia e descrição física do globo; o *“Die Erdkunde”* (1816-1859) de K. Ritter evidenciando, sobretudo as relações geográficas entre o homem e a natureza numa perspectiva comparada ou a *“Antropogeografia”* (1882-1891)²⁵ que juntamente com outros trabalhos do mesmo autor, nomeadamente a sua geografia política (1893), vieram a afirmar-se como referência no estudo da geografia humana e da geografia política, entendida por Vidal la Blache ²⁶, como sendo, *“em sentido estrito, um desenvolvimento especial da geografia humana”*. De acordo com este autor (1954, 30), *“os factos de Geografia humana ligam-se a um conjunto terrestre e apenas por este são explicáveis; relacionam-se com o meio que, em cada lugar da Terra, resulta da combinação das condições físicas”*.

Sobre os trabalhos de geografia política desenvolvidos por Ratzel assinala V. la Blache (1954) as preocupação daquele autor em estudar as *“relações entre o homem e o meio no qual se exerce sua actividade”*, levam-no *“a agrupar os fatos e extrair leis, a fim de colocar à disposição da geografia política um fundo de idéias sobre o qual ela possa viver”*. Observa no entanto a necessidade dela *“própria se definir, o que não pode fazer senão tornando precisa a natureza da relação que a une ao conjunto da geografia”*, fazendo tal depender do *“método a ser seguido, em particular o discernimento a ser praticado entre os fatos que ela deve reivindicar como seu patrimônio, e aqueles que ela deve eliminar como parasitas (...)”*.

²⁵ Antropogeografia – fundamentos da aplicação da Geografia à História

²⁶ A Geografia Política: a propósito dos escritos de Friedrich Ratzel. In: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/download/81/79>. 7JUL2015

O conjunto destas referências servem para recordar o entendimento deste autor em situar a geografia, nomeadamente a geografia política de Ratzel, “*entre as diferentes ciências que têm por objeto comum decifrar a fisionomia da Terra*”. Para tanto as exigências relativas à delimitação do domínio de estudo – não podendo “*viver de uma pequena fração da superfície terrestre*” (V. la Blache, loc. cit.) - e a escolha do método são fundamentais para que seja aceite a sua autonomia. A este respeito, precisa: “*os fatos da geografia política não são entidades fixas que basta registrar por uma simples constatação. Cidades e Estados representam formas que já evoluíram até chegar ao ponto em que as apreendemos, e talvez ainda estejam evoluindo. É preciso assim considerá-las como fatos em movimento.*”

Ao determinismo imposto pela natureza sobre o homem, sugerido por Ratzel, defende este último autor o “*possibilismo geográfico*” resultante da sua relação e interdependência. É esta a relação entre os fenómenos terrestres que acentua a sua complexidade e permite entender as suas causas e consequências, a sua individualização face às outras ciências.

Perante a necessidade da sua afirmação no domínio científico, a identificação do método geográfico constitui uma das bases da afirmação da geografia. Contudo a diversidade de domínios em que esta se veio a interessar, nomeadamente os aspectos físicos da paisagem na sua ligação com as ciências naturais, ou para os seus traços humanos, conduzem à separação de cada um destes ramos sugerindo reflexões mais aprofundadas de natureza descritiva ou mais orientada para a identificação e explicação dos fenómenos humanos e das práticas sociais a eles associadas.

Ética em Geografia

A afiliação dos interesses da Geografia com as ciências da natureza por um lado e as ciências sociais por outro, está conforme a evolução do pensamento científico e a afirmação de novas áreas deste conhecimento e em consonância com a tradicional divisão nas suas duas componentes principais: Geografia Física e Geografia Humana.

A resultante desta dupla perspectiva anima os defensores da síntese geográfica, como Orlando Ribeiro, que defende a sua “unicidade” (Ribeiro, 1970b, p. 73) - “*a unidade da Ciência é hoje apenas a unidade dos seus fins e da atitude dos que prosseguem a sua busca: a aproximação da verdade*”. Por sua vez, a síntese, “*objecto último do trabalho do geógrafo*” (Ribeiro) corresponde à “*expressão de forças variadas, como parte constituinte de um todo que lhe importa compreender, como causa e consequência, nas múltiplas relações com outros fenómenos conexos*” (O. Ribeiro, 1960, p. 69)

O conjunto destas questões leva-nos ao assunto central desta nota: a identificação do objecto e sobretudo do método em geografia, necessário ao aprofundamento da investigação neste domínio. Seguindo o pensamento de Emmanuel De Martonne (1953, p. 18) a geografia geral orienta-se pelos seguintes princípios:

- “*princípio de extensão*”, assim formulado: “*o estudo geográfico de um fenómeno implica a preocupação constante dos fenómenos análogos que podem apresentar-se em outros pontos do globo*”,

- “*princípio de generalização*”, segundo o qual “*o estudo geográfico de um fenómeno implica a preocupação constante dos fenómenos análogos que podem apresentar-se em outros pontos do globo*”;

- “*princípio da causalidade*”, o qual, de acordo com o referido autor, “*nunca contentar-se com o exame de um fenómeno sem tentar remontar às causas que determinam a sua extensão e procurar as suas consequências (...)*”.

Se atendermos à prática da Geografia Humana - entendida por Orlando Ribeiro (1960, p. 65), como o “*ramo de saber que especialmente se ocupa da descrição e interpretação das formas visíveis da superfície terrestre*” e dos “*espaços humanos*” - esta vai permitir uma leitura adequada da “*expressão humana das paisagens*” e das marcas da civilização construídas pelas gerações passadas.

Seguindo as orientações deste autor, Ribeiro, (1970a, p. XVI), “*a Geografia é uma ciência de observação: o seu fim é descrever e interpretar*”. Por isso recorre à observação de uma realidade física e humana, identificada pela diversidade das suas paisagens, por acidentes naturais, com um ‘habitat’ distinto, e núcleos de povoamento diferenciados, possíveis de apreciar através do recurso a mapas. Estes

permitem a localização dos principais acidentes e fenómenos, a apreciação da sua extensão no espaço, da sua distribuição nos territórios vizinhos. Neste domínio o recurso à cartografia é fundamental, permitindo uma leitura ampla e diversificada dos fenómenos físicos e humanos expressos nos mapas e cartogramas.

Prossegue o mesmo autor (Ribeiro, 1960, p. 26), defendendo que “*a maneira de utilizar a natureza e de organizar o espaço (que é, no fundo, o seu modo de ‘habitar a terra’)*” – resultantes da ‘civilização’ – servem-nos de base a uma descrição, exaustiva na sua forma e conteúdo, das continuidades e descontinuidades à escala terrestre, da identificação de fenómenos análogos na estruturação do território.

A interpretação é a tarefa que vai permitir entender as dinâmicas da natureza e da própria sociedade responsáveis pela transformação da paisagem terrestre. No dizer de O. Ribeiro (1970, p. 112), “*Como em todas as ciências humanas, interpretar é menos encontrar relações causais do que aproximar factos, sugerir encadeamentos, e deixar o caminho aberto à reflexão e à dúvida renovadora*”, evidenciando a relação entre si, a sua evolução e dinamismo.

A oportunidade da comparação permite aprofundar aspectos diversos relacionados com a observação geográfica. O “método comparativo” permite assim apreciar a prevalência dos mesmos fenómenos em contextos semelhantes, dando origem à construção de modelos. Como assinalam Chorley e Hagget (1975, 3), o modelo é “*uma estruturação simplificada da realidade que apresenta supostamente características ou relações sob forma generalizada*” (Op. cit., p. 4). Assim procederam Van Thunen, Christaller, Reilly e Thiessen, Hagerstrand (cf: Chorley, R. J. e Hagget (1975).

Indo além das preocupações com a paisagem e a organização do espaço, a geografia tende a dedicar-se cada vez mais ao estudo do homem na sociedade, na sua ligação com a história e cultura e relação com organização espacio-territorial. Esta é a nova geografia (Paul Claval, 1987, 86) que defende a emergência de uma nova geografia cultural e histórica, referida por este autor como “*o complemento necessário ao esforço que a geografia humana geral ou regional prosseguem*” (loc. cit.).

Anteriormente já P. George (1977.I, p. 347) – seguindo Durkheim e o objecto da sua “Morfologia Social” (Girard, 1982, p. 135) que aproxima, pelo seu fim e método de estudo, a geografia, a outras ciências sociais - havia defendido a “geografia sociológica” (op. cit., p. 348). De acordo com o referido autor esta deveria conduzir-nos, num primeiro momento, a entender “*os quadros da morfologia social*”; num segundo momento identificar a “*diversidade dos factos sociais e das combinações sociais no mundo*” (loc. cit.), fazendo realçar as especificidades e os “tipos regionais”.

Utilizando diversas fontes: directas, recolhidas pelo investigador ou então alógenas os dados utilizados constituem o nosso “sistema geográfico” de informação. A sua utilização permite à geografia, como escreveu Ribeiro (1970, p. 51) ser “*ao mesmo tempo, uma ciência de base e de convergência, um ponto de partida e um lugar de encontro: como uma encruzilhada, portanto, onde se chega e donde se sai por vários caminhos*”.

A investigação deve conduzir a resultados ajustados que compete ao autor analisar à luz do quadro conceptual, do cumprimento do protocolo de investigação que inclua, no caso da recolha directa, de critérios de ordem ética de informação, da revisão crítica das fontes, do adequado procedimento metodológico que seja garante da validade e fiabilidade dos resultados.

Uma palavra para a prática da recolha de informação em Geografia. Neste domínio as regras imanescentes da deontologia profissional obrigam à indicação dos autores e das obras essenciais ao desenvolvimento de um trabalho. Completando a muita informação recolhida junto dos sistemas de informação geográfica, sobretudo os de natureza cartográfica, estatística e documental, a explicação dos fenómenos sociais exige ainda a recolha directa de informação através da observação, da realização de inquéritos e de entrevistas o que exige uma dimensão ética na fase de recolha, de tratamento e de divulgação dos resultados. Pensamos, a propósito, nos direitos dos cidadãos que colaboram nesses estudos e na postura que o investigador assume relacionada com os procedimentos que assume com os seus interlocutores nomeadamente no que concerne ao respeito pela dignidade e conhecimento dessas pessoas; às práticas diárias com os deveres de confidencialidade, validade e

protecção de dados; à divulgação de resultados científicos; às suas relações com a comunidade académica.

Seguindo o rigor científico imposto pela investigação assim se cumpre a Ética em Geografia.

Geografia com ética?

Tal como anteriormente assinalado, a transversalidade da análise que se exige em Geografia leva a encarar o seu contributo, o seu pensamento e acção, como uma das ciências sociais relevantes para o estudo dos fenómenos sociais que afectam o nosso sistema social e político. Tal como a análise do território testemunha, a sua evolução e a estrutura compósita e diferenciada revelam, nos seus diferentes “níveis” de análise, sentimentos distintos de utilidade e apropriação do espaço físico, do espaço cultural e de relação. Estes inscrevem-se no território ao longo de diferentes gerações, como reflexo de diferentes actores, contextos e trajectórias de desenvolvimento, resultante da melhoria das condições de vida da população e da mudança das estruturas da sociedade.

Para a geografia a constatação desta realidade pode ser completada com uma acção directa e postura normativa baseada “*na concepção do homem na sociedade e dos objectivos comuns que a existência social deve realizar*” (Birou, 1978, p. 153), exigindo iniciativas concretas e estratégias para a sua remediação.

Como descreveu O. Dollfus (1973, p. 6), a análise do espaço geográfico, como “*un espace changeant et différencié dont l’apparence visible est le paysage* », realça a importância cada vez maior da acção “*dos grupos humanos organizados e das suas relações com o meio geográfico*” (Martins. in: La Blache, 1954, “À guisa de Prefácio”. Assim o reconheceu O. Ribeiro (1961, p. 14), ao assinalar que “*as formas, os sítios, as paisagens, constituem o campo de trabalho do geógrafo. Mas, partindo da observação, ele ascende ao homem, não só na sua vida hodierna como na longa caminhada que as civilizações percorrem no tempo, enriquecendo-se ou deteriorando-se*”.

Tal representa o seu contributo como “*um poderoso agente de transformação das paisagens*” (Ribeiro, 1970, p. 85) e actor na construção do território. Assim o

entende O. Dollfus (1973, p. 6) para quem, *“l’espace géographique apparaît donc comme le support de systèmes de relations, les uns de déterminant à partir des données du milieu physique (...),»* em relação constante com o tipo de civilização. O conjunto destas observações sugere a relação cada vez mais estreita entre a geografia, entendida por Pierre George (1972, p. 8), como *“‘ciência humana’, tem por objecto o estudo global e diferencial de tudo o que condiciona e de tudo o que interessa à vida das diferentes colectividades humanas que constituem a população do globo”*, e da sua relação com as demais ciências sociais: história, sociologia, economia, demografia.

Como em tempo foi assinalado por Gurvitch (1979, p. 17), a geografia é uma das ciências que permite conhecer a “crosta exterior da sociedade” e a marcha dos “fenómenos sociais totais” entendidos por este autor entendidos por este autor (op. cit., p. 27), como *“totalidades reais em marcha, em movimento permanente”* que permitem a leitura da base geográfica, demografia e cultural da sociedade. Esta é dominada por *“aparelhos organizados”* (op. cit., 126), associados ao exercício do poder de diferente natureza exercido pelo governo central, pelos municípios, pelos *stakeholders* e por outros actores privilegiados.

Contudo à geografia não basta “saber pensar o espaço”: é necessário que os seus actores saibam compreender melhor as sociedades para que possam agir como profissionais e cidadãos responsáveis. Esta a leitura de vários autores – Phlipponneau, Lacoste e George et alii. (1966). Ao defenderem a importância da geografia ativa, a proposta destes autores (op. cit, p. 24) dirige-se ao conhecimento de “situações” geográficas que traduzem a *“relatividade das relações entre as acções humanas e o meio”* e à afirmação da *“geografia sintética ativa”* (loc. cit.).

Tal resulta de um trabalho científico sendo distinta da aplicação dos *“dados fornecidos pela geografia, que é tarefa de administradores sensíveis por essência e por obrigação a outras considerações e a outras pressões, que as que decorrem da pesquisa científica”*. Neste caso a análise geográfica orienta-se mais para o conhecimento da mudança operada no passado e presente, das contradições sociais e obstáculos, das *“tendências de desenvolvimento e seus antagonistas”* (op. cit., p. 30) com vista à preparação e *“de um domínio do futuro”*.

Completa esta referência o pensamento de J. B. Racine (2010), para quem “*La géographie se voulant science « active » (George, 1965), c’est-à-dire « dans la vie », et conçue comme étude réflexive et critique – comme toute entreprise scientifique –, cette réflexivité critique est invitée ici à déboucher sur un horizon qui peut-être la dépasse* “. Tal leva-nos a levantar uma outra questão: como se pratica a Geografia com Ética?

De acordo com J. B. Racine (2010), a geografia encerra “*um valor em si*” – ao incentivar uma análise cada vez mais compreensiva (Weber) das diferentes situações que têm lugar no palco da Nação e no seio da Sociedade. Como assinala este autor (op. cit.), “*La géographie, avant de servir « à faire la guerre » a surtout été utilisée pour faire la Nation par l’intermédiaire de la matérialisation qu’apportaient la carte topo ou la carte en relief d’un pays partagé*”.

Esta leitura segue o pensamento de Lacoste (1976) de que a geografia, “*enquanto descrição metodológica dos espaços, tanto sob os aspectos que se convencionou chamar ‘físicos’, como sob suas características económicas, sociais, demográficas, políticas (...) deve absolutamente ser recolocada, como prática e como poder, no quadro das funções que exerce no aparelho de Estado para o controle e a organização dos homens que povoam seu território e para a guerra*”.

De acordo com o exposto cabe à geografia desempenhar uma função explicativa, de carácter compreensivo, sobre a realidade cultural e social dominante no território - quer se tratem de espaços rurais ou urbanos, onde os traços de unidade e, sobretudo, os de diversidade, que traduzem assimetrias espaciais e sociais, geradoras de desigualdades que acompanham as diferenças geográficas e naturais - mas também tomar parte activa nas propostas de alteração destas situações. Nestas circunstâncias o contributo da geografia, no seu pensamento e acção, como uma das ciências sociais relevante para o estudo dos muitos fenómenos que afectam o nosso sistema social e a encarar a aplicação prática desse aprofundamento.

Face ao anteriormente exposto o exercício da profissão de geógrafo exige, justamente, o cumprimento de métodos de análise adequados, assentes numa sequência lógica de apresentação e de exploração dos temas geográficos, económicos, sociais e ambientais, alicerçado na compreensão do homem e das suas

marcas - vulgarmente conhecidas por traços da “civilização” - nos diversos contextos da “ecúmena”. Tal deve conduzir a estudos assertivos relacionados com as situações reveladoras de desequilíbrios geográficos, sociais e culturais dominantes e da postura crítica e de intervenção sobre a sua remediação.

De acordo com o proposto para reflexão na École d'Été de Géographie Sociale (2008) a investigação em geografia deve situar-se tanto nos domínios da disciplina, como do domínio público, “entre académisme et activisme (ou militantisme)” prosseguindo “le cheminement d'une recherche et s'interroger sur les méthodes et les outils mobilisés aujourd'hui en sciences sociales, dans une démarche interdisciplinaire”. Estes são os princípios de ética que gostaríamos que acompanhasse a prática do geógrafo na actualidade balizada por um (loc. cit.) “código de práticas intelectuais e de acção” em prol do bem comum e defesa da casa onde habitamos. Uma exigência que acompanha as reflexões de V. M. Godinho (1964. In. Phlipponneau, 1964) sobre a necessidade de pensar os problemas humanos em função dos espaços e dos tempos geo-humanos, “numa ‘geometria’ dinâmica una a múltiplas dimensões”.

Assim o entende também Claval (2013, p. 158) ao afirmar que “a geografia aparece como um campo que se refunda permanentemente: porque o real muda (...), porque as mentalidades se transformam (...), e porque a imagem que fazem dos saberes populares, da ciência e de seu futuro evolui”. Seguindo do pensamento deste autor (Claval, 2008) cabe ainda a esta ciência a sua participação “à la construction d'un monde reconcilié avec Dieu”?

Bibliografia

Almeida, M. G. e Arrais, T. A. – Org. (2013) – É geografia, é Paul Claval. Arrais – Goiânia, FUNAPE In: http://projetos.extras.ufg.br/posgeo/wp-content/uploads/2013/09/e-geografia_e-paul-claval.pdf. 14JUL2015

Birou, A. (1976) – Dicionário das Ciências Sociais. Lisboa, D. Quixote (4ª Ed.)

Claval, Paul (1987) - *Geografia do homem: cultura-economia-sociedade*. Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

Claval, Paul (2008) – “Religion et idéologie. Perspectives géographiques. Paris, Presses Universitaires Paris-Sorbonne (cit.: J. B. Racine (2010): “Géographie, éthique et valeurs”

Chorley, R. J. e Hagget, (1975) – Modelos socio-económicos em geografia. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo

De Martonne, Emmanuel (1953) - *Traité de Géographie Physique*”, 1909. Na versão portuguesa, publicado em 1953, por Edições Cosmos (Lisboa)

Dollfus, Olivier (1971) - *L'analyse géographique*. Paris, PUF (Que sais-je, 1456), 1971

George, Pierre (1972) - *Sociologie et géographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

George, Pierre (1977) - “Sociologia geográfica”. In: Gurvitch (1977) - *Tratado de sociologia*. São Paulo

George, P.; Guglielmo, R.; Lacoste, Y.; Kayser, B. (1964) – *La géographie active*. Paris, P. U. F. (V. brasileira - *A geografia ativa* (1966). São Paulo, Difusão Européia do Livro

Gurvitch, Georges (1979) - *A vocação actual da sociologia*. Lisboa, Edições Cosmos, 1979.

George, Pierre (1977) - “Sociologia geográfica”. in: Gurvitch (1977) - *Tratado de sociologia*. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 1977 (II Vols), pp. 347-37.

Girard, Alain, “A demografia”. In: Gazeneuve, Vitoroff (1982) – *Dicionário de Sociologia*. Lisboa, Verbo, pp. 133-158

La Blache, Vidal (1954) – *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa, Cosmos

Lacoste, Yves (1976) – *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*. Paris, Ed. Maspéro

Martineau, Stéphane (2007) – “L’ethique en recherche qualitative: quelques pistes de réflexion”. In: *Actes do coloquio - Recherche qualitative: les questions de l’heure*.

http://www.recherche-qualitative.qc.ca/documents/files/revue/hors_serie/hors_serie_v5/martineau.pdf.
11JUL15

Racine, J. P. (2010): “Géographie, éthique et valeurs” In: <http://gc.revues.org/1726>

Ribeiro, Orlando (1960). *Atitude e explicação em geografia humana*. Porto, Galaica, 1960.

Ribeiro, Orlando (1970.a) - *Ensaio de Geografia Humana e Regional*. Lisboa, Livraria Sá da Costa.

Ribeiro, Orlando (1970.b). *Variações sobre temas de ciência*. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1970b.

De Portugal e da Europa: espaços sociais e de relação²⁷

Introdução

Analisar a realidade sócio-cultural e económica e a sociedade portuguesa nos dias de hoje exige, antes de mais, situar Portugal no contexto histórico e geográfico do velho continente e no conjunto de transformações sociais que a Europa tem vindo a registar durante esta segunda metade do nosso século devidas, sobretudo, ao esforço de reconstrução europeia e ao estreitamento dos laços entre os seus habitantes.

Justificam esta postura diversas medidas, de natureza política, económica, cultural e social, tomadas pelos Estados Europeus, sobretudo os países ocidentais que integram a União Europeia. Desta forma, pensar a 'identidade' do continente europeu, definido como se tratando de *"um conjunto territorial, relativamente bem circunscrito, a que corresponde um razoável nível de unidade geográfica, de Portugal aos Urais, de Creta ao Cabo Norte"* (Gaspar;1991;29), parece-nos necessário para melhor se compreenderem os traços dominantes da sociedade portuguesa na actualidade.

Mesmo assim quer por razões naturais - justificadas pela situação marginal de Portugal na Península Ibérica - mas igualmente por alguns dos seus traços humanos, a pertença de Portugal a este conjunto merece algumas considerações. Estamos a pensar não só na posição excêntrica do país em relação ao 'núcleo duro' do velho continente mas, sobretudo, nos 'espaços de relação' (relacionados com os fenómenos de povoamento e com a emigração), sobretudo transoceânicos, que os portugueses criaram ao longo dos séculos, com particular destaque para os continentes africano e sul-americano.

Desta situação resulta uma importância acrescida das relações de Portugal com o velho continente e na sua função, primordial, de estabelecer uma relação

²⁷ Texto preparado para o *II Seminário de Cultura Portuguesa no Sul do Brasil* - Pelotas; 24 e 25 de Agosto de 1998). Universidade Federal de Pelotas / Universidade Católica de Pelotas / Centro Português 1º de Dezembro

privilegiada entre este e os países mais recentes de expressão portuguesa. Só assim se compreendem os esforços de fortalecer um espaço social e de relação que ultrapassando as fronteiras geográficas do continente europeu aglutine, nos seus grandes objectivos e actuação, as novas sociedades de expressão lusófona.

1. Portugal: enquadramento geral

*Última nesga mediterrânea banhada pelo Atlântico,
engastado numa península que é um continente em miniatura
e aberto para o mundo por uma larga fachada oceânica, o
território português cumpriu as alternâncias do seu destino
de finisterra: perdido num isolamento arcaizante, à margem
das correntes de civilização e do caminho dos povos (...)*

*No pormenor das paisagens, ou à escala do globo, o esforço
humano aparece sempre, como um traço indelével, a avivar
as naturais vocações da terra portuguesa*

Ribeiro; 1970; 312

A apreciação de diversas notícias e descrições que nos chegam relacionadas com a ocupação humana do território português, levam-nos a considerar a existência de vários factores, que não só os de natureza geográfica e histórica, responsáveis pelos diferentes tipos de povoamento e dinâmicas de ocupação humana que o caracterizam. Com efeito, se num passado mais remoto a natureza do solo, o relevo e o clima, o arroteamento de novas terras e a sua defesa foram determinantes para a fixação dos habitantes, em áreas distintas do continente português, o crescimento das actividades económicas, nomeadamente das actividades comerciais, marítimas, piscatórias e portuárias, o traçado e o arranjo das novas vias de comunicação, os investimentos em infraestruturas ou de carácter produtivo, de carácter público e privado têm funcionado, nas últimas décadas, como os grandes responsáveis pelas novas formas de ocupação humana ora registadas.

Daqui decorre a emergência de novos paradigmas de desenvolvimento, de novos modelos e imagens deste fenómeno, que para serem entendidas, terão de atender aos condicionalismos, de ordem geográfica, histórica, económica e cultural, identificadores dos "padrões" mais antigos desta ocupação. A acrescentar a estes

aspectos devem ser igualmente considerados os factores mais recentes, de carácter social e político, económico e cultural, mobilizadores das novas "dinâmicas", locais e regionais, responsáveis pelas formas de distribuição e de crescimento dos seus habitantes.

De entre as diferentes épocas que marcaram a evolução da sociedade portuguesa o último quartel do nosso século afigura-se como um dos mais decisivos. Para tanto, contribuíram não só as alterações de natureza política, económica e cultural - decorrentes da mudança de regime operada em Abril de 1974 - que afectaram globalmente a sociedade portuguesa como, também, as transformações registadas no território, nas suas formas de ocupação e ordenamento. Muitas estas manifestações acompanharam a evolução urbana e societal que atingiu os outros espaços geográficos do velho continente; outras, circunscreveram-se ao território português e marcaram a marcha e o devir da nossa sociedade.

Embora podendo assinalar alguns dos fenómenos sociais mais directamente relacionados com a evolução acima referida, relacionados sobretudo com os movimentos da população, a alteração das actividades económicas tradicionais e a abertura global da sociedade portuguesa à Europa e ao mundo, compete-nos principalmente atender aos factos sociais que têm contribuído para o alterar o espaço português, na sua fisionomia e organização, nas suas características e identidades. Tarefa algo difícil de prosseguir tendo em conta o período de tempo a que nos reportamos e as facetas que gostaríamos de abordar. Mesmo assim parece-nos gratificante se escolhermos como perspectiva de análise o estudo da paisagem humanizada (Orlando Ribeiro), constantemente (re)construída pelo homem (Paul Claval), como cenário privilegiado da marcha dos fenómenos sociais e totais (Georges Gurvitch) e da acção social (Marcel Mauss) que identificam o nosso processo civilizatório (Darcy Ribeiro).

Entender as marcas da paisagem e a organização do espaço como testemunhos de uma evolução humana, técnica, social e cultural é uma tarefa que se afigura demasiado complexa, porquanto os grupos humanos se movimentam em espaços determinados e trocam entre si os produtos das suas experiências e inovações. É-o, igualmente, porque as marcas do passado mantêm, na especificidade do território,

as influências culturais da sua origem. Por outro lado, ainda, porque as leituras que fazemos relevam do domínio das fontes que possuímos, da correcta interpretação desses dados e da leitura que pretendemos levar a cabo.

Apostados, mesmo assim, em aprofundar um domínio que nos tem sido caro, preparámos este ensaio (re)construído a partir de uma análise de tipo geográfico e da apreciação de alguns dos "fenómenos sociais" que marcam a "crosta exterior" da nossa sociedade marcada, essencialmente por um conjunto de alterações que se operaram ao longo da segunda metade de Novecentos relacionadas com a reconstrução do velho continente e o estreitamento das relações entre os seus habitantes. Marcam esta preocupação a evolução da sociedade europeia no pós-guerra e as diversas medidas de natureza política, económica, cultural e social, tomadas pelos estados e países ocidentais durante esta segunda metade do nosso século com vista à construção de uma sociedade alargada e coesa que saiba responder, com maior unidade e determinação, aos desafios do desenvolvimento lançados por outros espaços e blocos geo-económicos e políticos.

Serve-nos como cenário desta realidade o continente europeu, definido por Gaspar (1991; 29), como *um conjunto territorial, relativamente bem circunscrito, a que corresponde um razoável nível de unidade geográfica, de Portugal aos Urais, de Creta ao Cabo Norte*. Território vasto e diversificado que pela sua posição, no centro do hemisfério ocidental, mais se assemelha a uma península do vasto continente asiático. Por isso a Europa aparece-nos como uma das mais pequenas massas continentais do globo, superior em extensão, apenas, à Austrália.

Berço de antigas civilizações e palco de descobertas relevantes, a história da cultura europeia ficou marcada pela evolução do pensamento científico, pela marcha dos fenómenos sócio-políticos e sociais (em algumas épocas bastante violentos) mas mesmo assim pela identidade cultural que têm contribuído para a consolidação do "espírito" e da "civilização europeia".

Estes alguns dos traços fundamentais que assinalam a convergência do passado histórico, do processo de desenvolvimento económico e social e a identificação dos interesses dos povos que aqui habitam. Estas, também, algumas das razões que levaram a que a Europa tenha desempenhado, ao longo dos séculos, um papel de

interesse na aproximação dos diferentes povos e no estabelecimento de relações, de natureza bélica, mercantil, religiosa e de dominação entre diversas civilizações que visitaram e que determinaram o poder de irradiação das suas idéias e invenções, do seu património e cultura. Tal facto compreende-se dada a antiguidade das formas de civilização que aqui renasceram e da longa marcha de contactos que determinaram o estabelecimento de uma intensa vida de relação entre este pequeno continente, com uma posição geográfica privilegiada, e os grandes continentes asiático e africano, ou já da mais distante América.

Estendendo-se praticamente a toda a zona temperada e com uma altitude média pouco elevada - menos de trezentos metros de altitude - o velho continente europeu surge-nos com um perfil alongado, bordejado de mares, com características diversas e atravessado por grandes cursos de água e vias de comunicação naturais que cobrem, especialmente, a sua fachada atlântica. Com características distintas, mas mesmo assim estruturantes de uma rede intensa de circulação interior, estas estradas naturais apresentam um inegável interesse económico, tendo contribuído para quebrar o isolamento das regiões mais afastadas do litoral. Ao mesmo tempo facilitaram, ao longo dos séculos, a circulação dos seus habitantes e mercadorias e o desenvolvimento de importantes actividades económicas.

Do ponto de vista físico assinalamos a coexistência, neste território, de diferentes formações geológicas. Aqui residem dos depósitos mais antigas, antecâmbrios (sobretudo nos países setentrionais), aos depósitos quaternários, recentes, que cobrem, em grande parte, as orlas dos países mediterrânicos. Quanto à sua morfologia, igualmente aqui encontramos a extensão de grandes superfícies, em regra pouco acidentadas, entre as quais se destaca a grande 'planície europeia' que ocupa cerca de metade deste continente e se estende, quase sem interrupção, dos Pirinéus, ao Mar do Norte.

De realçar que as características anteriormente descritas devem-se, fundamentalmente, à estrutura antiga do sistema montanhoso europeu e aos processos de erosão que estiveram na origem destas formas de relevo, por vezes bastante calmo e monótono, que caracterizam esta massa continental. Com efeito ao contrário da planície central, os rebordos norte, oriental e meridional europeus são

constituídos por acidentes orográficos de maiores dimensões. Entre estes destacam-se, na sua parte setentrional, as grandes montanhas da Escandinávia, recortadas por imponentes vales e "fiordes" desenhados sobre a costa atlântica.

Já a leste, os testemunhos das plataformas planálticas do Valdai e os acidentes montanhosos dos Urais, formam o rebordo mais saliente que separa a Europa do vasto continente asiático. Por sua vez, a sul, são as montanhas do Cáucaso que limitam o continente europeu do continente asiático. Já na orla do Mediterrâneo desenvolve-se uma longa cadeia montanhosa, iniciada nos Cárpatos e nas Balcãs e que se prolonga, no extremo sul deste continente, pela "cadeia alpina" de formação mais recente.

Lateralmente a estas barreiras montanhosas a erosão facilitou, a partir dos dois principais centros de dispersão - os montes Valdai e os Alpes - a formação de vastas superfícies planálticas, como os planaltos subalpinos, o planalto bávaro e o planalto pré-pirenaico. Complementarmente a estas superfícies encontramos de diversas bacias de enchimento e de erosão: Pó, Danúbio e Ebro, marcadas por uma já antiga e intensa actividade rural. Estes traços facilitaram uma laboriosa vida humana e de relação que estiveram na origem do desenvolvimento de importantes civilizações, particularmente as civilizações agrárias mediterrânicas marcadas pelo florescimento de uma actividade agrícola muito antiga sediada nos solos de maior fertilidade.

Além destas características a Europa beneficia, do ponto de vista climático, da sua exposição face ao Atlântico, de onde correm os ventos marítimos de oeste, mais temperados e frequentes. Apesar desta acção não devemos esquecer as influências continentais decorrentes do afastamento das terras interiores ou já da proximidade das grandes massas do leste europeu e, sobretudo, da Sibéria. Daqui sopram, durante a maior parte do ano, os ventos frios e secos que acompanham, na sua marcha para sul, a frente polar. Daí a persistência de três zonas climáticas bem marcadas: a continental, a atlântica e a mediterrânica que marcam, no seu conjunto, as diversas formas de ocupação do solo e toda a actividade humana desta área, nomeadamente em Portugal.

Como nota Morin (1987; 34), a Europa aparece-nos como *uma entidade geográfica extremamente bem definida, delimitada em mais de três quartos da sua*

extensão por fronteiras marítimas. Daí, portanto, o significado das actividades marítimas e a intensa vida de relação que cresceu nas suas margens. Estas características marcam, igualmente, a abertura destas paragens a diferentes povos que em épocas distintas aqui se fixaram ou atravessaram o interior deste continente.

Mesmo assim a unidade e a diversidade do espaço europeu, sugeridas pelas condições físicas já descritas, são realçadas pelos aspectos de natureza humana, atinentes à origem e à evolução dos habitantes, às formas da ocupação humana, às actividades económicas dominantes, às condições de vida e de relação da sua população. Notamos, a propósito, a existência dos antigos centros de comércio, sobretudo de domínio marítimo, que desempenharam um papel relevante no desenvolvimento económico deste continente. Entendemos, também, o peso das antigas civilizações agrárias, mercantis e industriais, que favoreceram o surgimento de uma forte actividade económica e de uma intensa ocupação humana (superior, na actualidade, aos 150 hab./km²), correspondente a uma densidade média que oscila entre a meia centena de hab/km² na Irlanda e as mais de quatro centenas de habitantes/km², na Bélgica e nos Países Baixos.

Com uma população global orçada em mais de 350 milhões de habitantes os diversos países que hoje constituem a União Europeia, apresentam-se como áreas fortemente povoadas onde as maiores densidades demográficas coincidem com as grandes regiões industriais, mineiras, comerciais e de serviços, que se estendem em diagonal, desde o noroeste da Inglaterra, até ao norte de Itália, passando pela Bélgica, pelos Países Baixos e pela região do Reno-Rhur. A sul deste eixo as densidades de população são menos elevadas encontrando-se, no entanto, alguns focos de maior intensidade nas regiões dominadas pelas grandes cidades, como sejam: Paris, Madrid, Lisboa e Nápoles.

Neste cenário podemos individualizar, para além daquele eixo fortemente povoado e industrializado e de alguns pólos dispersos de maior concentração humana - onde se situam algumas das regiões costeiras, sobre o Atlântico e o Mediterrâneo, uma larga parcela de território marcada pela rarefacção de habitantes. É o caso das áreas montanhosas dominadas pelos solos esqueléticos e de menor produtividade que cobrem, em larga escala, a Europa mediterrânica.

Os contrastes entre a agricultura intensiva, nesta área, e a cultura extensiva, da Europa central, marcam as grandes diferenças entre o mundo rural e a mancha das concentrações urbanas, industriais e de serviços, existente na sua parte ocidental. Também aqui é possível individualizar centros de maior dinamismo económico e demográfico, polarizados por grandes aglomerações citadinas que comprovam a antiga revolução urbana e industrial do velho continente.

Embora registando um povoamento bastante denso e antigo, do ponto de vista demográfico o envelhecimento da população e a presença maciça de população estrangeira constituem duas das grandes questões actuais que marcam o velho continente. Estas, juntamente com a evolução recente das actividades económicas, o declínio das actividades tradicionais e a alteração da distribuição da riqueza e dos recursos naturais e humanos, que não sendo uniforme, constituem-se como as grandes preocupações sociais do velho continente. De qualquer modo se procedermos a uma análise entre as diversas regiões europeias continuam a surpreender-nos as diferenças de rendimento *per-capita* que se notam entre as áreas ricas e as zonas mais pobres, sucedendo que o rendimento das primeiras chega a superar, cinco, dez ou mais vezes, o rendimento das áreas mais desfavorecidas.

Apesar do panorama menos favorável de alguns sectores da economia comunitária, o mercado de trabalho tem vindo gradualmente a alterar-se, devido não só à entrada de novas gerações, principalmente dos jovens que nasceram no período do pós-guerra (*baby-boom*), mas ainda à antecipação da idade de reforma. Por estas razões os índices de actividade alteraram-se profundamente, aumentando particularmente nas mulheres, cada vez mais presentes no mercado de emprego.

Relativamente à distribuição da população activa, bem como à sua repartição pelos principais sectores de actividade, continuamos a notar a importância de algumas lides tradicionais, como a agricultura, especialmente nos países da periferia da U.E. Pelo contrário os maiores valores referentes à indústria e, sobretudo, aos serviços, persistem nos países do centro europeu, precisamente os que primeiramente registaram os efeitos da já distante revolução industrial.

Embora lhe reconheçamos uma responsabilidade, cada vez mais acrescida, na degradação das condições ambientais, foi a indústria marcou, definitivamente, o

arranque da velha Europa, tendo sido um dos promotores de desenvolvimento e de bem-estar dos países ocidentais, sobretudo depois da segunda guerra mundial. Tal foi conseguido apesar das crises que nos últimos anos têm afectado alguns dos seus sectores mais tradicionais, tais como o siderúrgico e o mineiro, hoje praticamente extintos.

Contrariamente a estes, o sector dos serviços tem vindo a verificar um aumento significativo de postos de trabalho acompanhando os efeitos da revolução industrial e do processo de urbanização aqui registado há vários séculos. Como consequência desta evolução destacamos o desenvolvimento do comércio, dos transportes e dos seguros, dos bancos, da administração, etc., crescimento particularmente notório na zona mediterrânica e que realça a "terciarização" crescente destes países no conjunto da U.E. De qualquer modo o aumento do número de empregos e a importância constante do sector terciário na economia europeia, sendo um fenómeno novo, acompanha a quebra das actividades primárias e secundárias, bem como a inovação técnica e tecnológica que afectou estas sociedades. Estes alguns aspectos, contextuais, que gostaríamos de assinalar.

Dado que os fenómenos sociais se inscrevem em cenários distintos e em contextos sociais diferenciados, começamos por identificar alguns dos aspectos mais relevantes do todo nacional. Este será encarado como cenário privilegiado da delimitação de diferentes territórios e da construção de diversas identidades. Complementares ou distintas, estas realçam as singularidades do todo nacional e as aptidões e resultados das políticas de desenvolvimento territorial. Da mesma forma, servem-nos para recordar o significado e os efeitos das políticas sectoriais, relacionadas com o desenvolvimento do território, bem como a persistência de diversos traços, assimetrias e desequilíbrios - geográficos, sócio-culturais e económicos - que identificam o solo e a sociedade portuguesa.

2. A Europa: espaço de relação

"Não se pode definir a Europa, do ponto de vista histórico, pelas suas fronteiras geográficas. Não se consegue definir geograficamente a Europa pelas suas fronteiras históricas, estáveis e fechadas... Como qualquer outra noção importante a Europa define-se não pelas suas fronteiras, que são fluidas e mutáveis, mas pela forma como se organiza e impõe a sua originalidade."

MORIN; 1987; 36

2.1 - Esboço físico

Dada a sua posição, no centro do hemisfério ocidental a Europa, que mais se configura como uma península do vasto continente asiático, é uma das mais pequenas massas continentais do globo, superior apenas, em extensão, à da Austrália.

Berço de antigas civilizações e de descobertas relevantes, a Europa tem-se distinguido pela evolução do pensamento científico e pela identidade cultural, que têm contribuído para o fortalecimento do "espírito europeu", traço fundamental de convergência e de identificação dos povos que aqui habitam. Daí que a Europa tenha desempenhado, ao longo dos séculos, um papel relevante na aproximação de diferentes povos, facto que lhe advém não só da sua localização geográfica privilegiada entre os grandes continentes asiático e africano, ou já da mais distante América, mas ainda do poder de irradiação das suas idéias e invenções, do seu património e civilização e, sobretudo, pelo contributo que deu à colonização de novos espaços.

Estas condições desenvolveram-se num território igualmente marcado por contrastes regionais devidas, fundamentalmente, à natureza física deste território. Se atendermos, assim, ao traçado do velho continente surpreende-nos, a sua configuração e morfologia. Desenvolvendo-se praticamente em toda a zona temperada e com uma altitude média pouco elevada, menos de trezentos metros de altitude, aqui se localizam mesmo assim, diversos acidentes montanhosos cuja altitude se aproxima, em alguns casos, dos cinco mil metros de altitude. Quanto ao traçado, notamos o seu perfil alongado, bordejado embora por diversos mares e

baías bem delineadas, bem como o seu atravessamento por grandes cursos de água e vias de comunicação naturais, sobretudo na sua fachada atlântica.

Com características distintas, mas mesmo assim estruturantes de uma rede intensa de circulação em canais, ou já com menores dimensões como é o caso dos rios mediterrânicos, navegáveis praticamente apenas no seu "delta" terminal, estes cursos de água apresentam um inegável interesse económico, tendo contribuído para quebrar o isolamento do interior do continente facilitando, ao longo dos séculos, a circulação dos seus habitantes.

Assinalamos, por outro lado, a coexistência de diferentes formações geológicas, anticâmbricas, sobretudo nos países setentrionais, a par dos depósitos quaternários recentes, representados, principalmente, nas orlas dos países mediterrânicos e dos limites, por vezes imprecisos, sobretudo na sua parte leste e sudeste, no seu contacto com a Ásia.

Igualmente encontramos a extensão de grandes superfícies, em regra pouco acidentadas, entre as quais se destaca a grande planície europeia que ocupa cerca de metade do velho continente e se estende, quase sem interrupção, dos Pirinéus ao Mar do Norte. Esta mancha, formada essencialmente por rochas de natureza sedimentar do tipo calcáreo e grés e por formações argilo-arenosas e margosas, deu origem a depressões bem traçadas, como sejam as bacias de Paris e de Londres e a bacia da Suábia-Frâncónia, na Alemanha. Estes traços facilitaram a apetência natural para uma intensa vida humana e de relação, que permitiu o desenvolvimento das mais importantes civilizações do ocidente europeu e do mundo mediterrânico e o surgimento de uma actividade agrícola, muito antiga, que tem aproveitado os solos de maior fertilidade.

De realçar que as características anteriormente descritas devem-se, fundamentalmente à estrutura antiga do sistema montanhoso europeu, sujeito a um longo processo de erosão que está na origem das formas de relevo, por vezes bastante calmo e monótono, que caracteriza esta massa continental. Ao contrário da planície central, os rebordos norte, oriental e meridional, são constituídos por acidentes orográficos de maiores dimensões. Destes destacam-se, na sua parte setentrional, as grandes montanhas da Escandinávia, recortadas pelos seus

imponentes vales e "fiordes" sobre a costa atlântica. Já a leste, os testemunhos das plataformas planálticas do Valdai e dos acidentes montanhosos dos Urais, formam o rebordo mais saliente que separa a Europa do vasto continente asiático.

Por sua vez a sul, são as montanhas do Cáucaso que separam os dois continentes, enquanto que na orla do Mediterrâneo se desenvolve uma outra cadeia montanhosa, iniciada nos Cárpatos e nas Balcãs e que se prolonga no extremo sul do continente europeu pela "cadeia alpina", de formação mais recente que separa a Europa meridional dos restantes países do ocidente.

Lateralmente a estas barreiras montanhosas, a erosão facilitou, a partir dos dois principais centros de dispersão da Europa, os montes Valdai e os Alpes, a formação de vastas superfícies planálticas como os planaltos subalpinos, o planalto bávaro e o planalto pré-pirenaico e o enchimento de diversas bacias de erosão, entre as quais se destacam as planícies do Pó, a do Danúbio e do Ebro, marcadas por uma intensa actividade rural que só tem paralelo nas províncias agrícolas do norte de França e nos Países Baixos. Nestas zonas e à custa de uma agricultura intensiva e de uma abundante adubação química, obtêm-se as melhores colheitas do continente.

Os mesmos cuidados permitiram no sopé dos Alpes ou já noutros locais da bacia do Mediterrâneo, dotados de solos de boa qualidade e de um clima ameno, o desenvolvimento de um trabalho intensivo que marcou o florescimento das tradicionais civilizações agrárias existentes nesta área.

Além de todas das características já descritas a Europa beneficia ainda, do ponto de vista climático, da sua exposição face ao Atlântico, de onde correm os ventos marítimos de oeste mais frequentes. Mesmo assim não devemos esquecer as influências continentais decorrentes do maior afastamento das terras interiores ou já da proximidade das grandes massas do leste europeu e, sobretudo, da Sibéria, de onde sopram os ventos frios e secos que acompanham a marcha das depressões, para sul, da frente polar durante alguns meses do ano. Estas condicionam fortemente os estados de tempo na Europa. Mesmo assim o clima dominante é do tipo temperado, embora profundamente marcado pelas influências atlânticas.

A persistência de três zonas climáticas bem marcadas: a continental, a atlântica e a mediterrânica marcam, no seu conjunto, as formas de ocupação do solo e toda a

actividade humana nesta área. Para além do clima a actividade rural foi condicionada pelas características do relevo, pelos dos solos, pelo clima, mas ainda pelo traçado da costa e pela existência de numerosas vias de comunicação naturais. Estas condições determinaram diferentes contrastes dos quais assinalamos, na faixa mais oriental do continente, a oposição entre um inverno frio e seco e um verão seco e agreste. Tais condições permitiram o desenvolvimento de uma larga extensão de floresta de coníferas e de pradarias. Já na zona de clima atlântico prevalecem as temperaturas mais suaves e uma humidade constante, dando origem a florestas diversificadas de folhosas e coníferas. Estas mesmas características esbatem-se nas áreas do sul, banhadas por um clima de tipo mediterrânico, mais seco e quente, que acompanha a extensão de largas manchas marcadas por uma vegetação arbustiva de tipo maquis e garrique.

Como foi notado a Europa identifica-se ainda, por oferecer uma linha de costa extremamente recortada, banhada pelos oceanos Atlântico e Glacial Ártico, ou já por mares de menores dimensões como o Mar do Norte, o mar Báltico, o mar Mediterrâneo, o mar Negro e o mar Cáspio e onde desaguam as mais importantes vias de comunicação natural, que à sua medida têm permitido uma intensa vida de relação entre os antigos e actuais povos que habitam a velha Europa.

2.2 - Nota sobre os habitantes e a ocupação humana

Como nota Morin (1987; 34) a Europa é, em primeiro lugar, *"uma entidade geográfica extremamente bem definida, delimitada em mais de três quartos da sua extensão por fronteiras marítimas."* Tal configuração é responsável pela diversidade de contactos e pela expansão marítima conhecida da história da maior parte dos países europeus. As mesmas características marcaram a sua vulnerabilidade à influência de invasores que em épocas distintas se fixaram ao longo das suas margens ou penetraram já no interior deste continente. Mesmo assim a unidade e a diversidade do espaço europeu, atestada pelas condições físicas já descritas, são realçadas pelos aspectos de natureza humana atinentes à origem e à evolução dos habitantes, às formas da ocupação humana e às actividades económicas dominantes na sua população.

Quanto à população destaca-se a existência de diferentes grupos étnicos, que isoladamente ou através de longos processos de mestiçagem, permitem identificar através da sua estatura óssea, da pigmentação da pele, dos olhos e de outros traços fisionómicos, a existência de seis raças principais no continente europeu. Estas características são nalguns casos acompanhados por outros traços comuns relativos à língua (com maior difusão das línguas indo-europeias) e à religião (com maior incidência dos católicos, dos ortodoxos e dos protestantes e menos incidência dos muçulmanos e dos judeus).

Ainda relevantes são as marcas deixadas pelas diferentes civilizações, das paleolíticas e neolíticas às mais recentes, em diversos locais deste continente atestando a mobilidade e a difusão acentuadas que se notaram desde o período pós-glaciar. Em todo o lado e na vida dos povos europeus são conhecidos os testemunhos deixados pelas civilizações greco-latinas e germânicas, que nalguns casos terão mesmo favorecido a construção da actual Europa.

Como pilares fundamentais desta unidade destacamos a arte, a literatura e a ciência, que vencendo progressivamente a "barbárie" no velho continente, souberam igualmente integrar os ensinamentos das civilizações próximas, em particular dos árabes, para construir as novas formas de civilização em que assentaram as revoluções, agrária e sobretudo a revolução industrial, que em épocas distintas abalaram este continente.

A Europa ocupa uma área geográfica reduzida, cerca de 1/3 da superfície total da África e apresenta um conjunto de traços físicos bem marcados (relevo, clima, solos e riquezas naturais) que permitiram o desenvolvimento não só de uma civilização agrária, assente na agricultura e na criação de gado, mas em data recente de uma civilização industrial que afectou as regiões hulleiras do norte e do centro europeu.

Para além destas desde cedo floresceram, em alguns locais da periferia, centros de comércio que desempenhara um papel relevante no desenvolvimento económico deste continente e na evolução dos seus habitantes. Daí que o peso das antigas civilizações agrárias, mercantis e industriais, tenham globalmente favorecido uma forte actividade económica e uma intensa ocupação humana - da ordem dos 150

hab./km² -, densidade média que oscila entre a meia centena de hab./km² na Irlanda e as mais de quatro centenas na Bélgica e nos Países Baixos.

Com uma população global orçada em 350 milhões de habitantes, a União Europeia apresenta-se antes de mais como uma área fortemente povoada, onde as maiores densidades de ocupação humana coincidem com as grandes regiões industriais, mineiras, comerciais e de serviços que se estendem em diagonal desde o Noroeste da Inglaterra até às zonas industriais do norte de Itália, passando pelo norte da Bélgica, Países Baixos e região do Reno-Rhur, na R.F.A.

A sul deste eixo as densidades de população são menos elevadas, encontrando-se, no entanto, alguns focos de maior intensidade nas regiões dominadas pelas grandes cidades como sejam Paris, Madrid, Lisboa e Nápoles. Neste cenário podemos individualizar, para além daquele eixo fortemente povoado e industrializado e de alguns pólos dispersos de maior concentração humana onde se situam, naturalmente, algumas das regiões costeiras atlânticas e mediterrânicas, uma larga parcela do território onde se regista uma maior rarefacção dos seus habitantes. É o caso das áreas montanhosas ou dotadas de solos esqueléticos e de menor produtividade, dominantes em larga medida na Europa mediterrânica.

Os contrastes entre a agricultura intensiva nesta área e a cultura extensiva da Europa central marcam bem as diferenças entre o mundo rural e as grandes concentrações urbanas, industriais e de serviços dominantes na sua parte ocidental. Contudo, mesmo nestas áreas é possível individualizar centros de grande dinamismo económico e demográfico, polarizados pelas grandes aglomerações urbanas que marcam a revolução urbana e industrial do velho continente. Note-se que, seu conjunto, esta ocupação tem vindo a agravar os problemas ambientais do velho continente por via não só da contaminação directa das águas e dos solos devido à deposição de enormes quantidades de resíduos no solo e ao seu lançamento na atmosfera agravando assim os problemas de poluição, a todos os níveis, existentes quer nas áreas urbanas quer já em áreas rurais afectadas por estes fenómenos.

Como foi notado, embora o dinamismo económico seja uma das características fundamentais dos países do ocidente europeu, a evolução global da população no

conjunto dos países da Europa comunitária, tem vindo a inquietar demógrafos e economistas que se vêm confrontados com uma quebra gradual dos saldo natural da população (nascimento menos óbitos) devido, essencialmente à redução das taxas de natalidade e a um aumento gradual da população estrangeira.

QUADRO I - Indicadores demográficos (1985)

<i>Países</i>	<i>Natalidade</i> ‰	<i>Mortalidade</i> ‰	<i>Crescimento</i> <i>Natural</i>
Alemanha	9.6	11.5	-1.9
Bélgica	11.6	11.4	0.2
Dinamarca	10.5	11.4	-0.9
Espanha	11.7	8.0	3.7
França	13.9	10.0	3.9
Grécia	11.7	9.3	2.4
Holanda	12.3	8.5	3.8
Irlanda	17.5	9.4	8.1
Itália	10.3	9.3	1.0
Luxemburgo	11.1	11.0	0.1
Portugal	12.8	9.6	3.2
Reino Unido	13.3	11.8	1.5
<u>Europa dos 12</u>	11.8	10.3	1.5

Fonte: EUROSTAT

Se atendermos à evolução dos nascimentos nas últimas décadas verificamos que as taxas de natalidade reduziram-se a partir dos anos sessenta, situando-se nos últimos anos na casa dos 11,8 nascimentos por cada 1000 habitantes. Esta situação não deixa de ser preocupante se se comparar com a baixa fecundidade feminina traduzida no número médio de crianças por mulher, valor que em 1985 ultrapassava os 2,1 apenas em dois países: Espanha e Irlanda. Em simultâneo com o comportamento anterior também a nupcialidade tem vindo a alterar-se consideravelmente nos últimos anos reduzindo-se não só em valores absolutos, como apresentando novas características: subida da idade média dos casamentos e aumento gradual do número de divórcios na maior parte dos países da União.

Mas a par da quebra acentuada da natalidade, por razões ligadas ao processo de urbanização e industrialização do velho continente, à mudança de mentalidades e a todo um processo de transformações sociais que têm modificado o papel da família e conduzido ao aumento do emprego feminino, ao controlo de nascimentos, etc., a população europeia vê-se ainda confrontada com o aumento significativo de alguns

dos seus grupos etários, sobretudo dos idosos. Tal facto deve-se, fundamentalmente, ao aumento da esperança de vida - quase 79 anos em média -, e à melhoria das condições de assistência médica e de vida, que têm vindo a contribuir para esse efeito. Um outro sintoma destas modificações é a redução da taxa de mortalidade infantil - cerca de 8 por mil - que constitui um dos valores mais reduzidos do globo.

A alteração destas condições demográficas e o envelhecimento da população que se tem feito sentir nos últimos anos constituem algumas das preocupações actuais, não só por que porem em causa a renovação próxima dos habitantes, mas ainda porque tal poderá levantar sérias dificuldades à necessária expansão dos sectores económicos que necessitam de rejuvenescer os seus quadros. Uma imagem desta situação é garantida pela análise da pirâmide etária que acentua os contrastes entre uma pirâmide etária, de tipo "urna", específica da Europa dos quinze (denotando os efeitos de um duplo envelhecimento, na base, por via da redução dos nascimentos e no topo, devido ao aumento da esperança de vida) e a pirâmide de tipo "acento circunflexo" (identificada por taxas ainda elevadas de natalidade e uma larga percentagem de população jovem) característica dos restantes países do globo.

Outro dos aspectos a realçar na demografia europeia é a elevada percentagem de trabalhadores estrangeiros, imigrantes, que residem um pouco por todo o lado. Entre estes contam-se Argelinos, Marroquinos, Turcos e Jugoslavos, asiáticos de diferentes nacionalidades e outros, situação que contrasta com a que se registava há algumas décadas quando a maior parte desses contingentes eram constituídos por povos de origem mediterrânica.

Note-se que a par das comunidades emigrantes residentes nos diversos países da Europa, incluindo já Portugal (facto que lhe acentua as características de uma sociedade multicultural) este continente vê-se ainda confrontado com a existência de várias minorias étnicas, dotadas de traços culturais bem diferenciados devido às suas características linguísticas, religiosas e sociais. Entre estes destacam-se os bascos, os galegos e os catalães; os bretões e os provençais; os flamengos e valões; os escoceses e os irlandeses; os lombardos e os piemonteses; os corsos e os sardos, etc. populações que não esquecem as suas raízes e aspirações de autonomia.

2.3 - As actividades dominantes

Ocupando numa zona do globo marcada por manchas de forte industrialização a Europa Comunitária apresenta, no seu conjunto, um sector agrícola bem desenvolvido facto que tem contribuído para superar a crise registada noutros sectores e para aumentar o rendimento global dos seus habitantes. Note-se a propósito que no conjunto dos países da União Europeia, por cada 100 trabalhadores no activo, 10 trabalham em regra na agricultura, 40 dos restantes trabalham na indústria transformadora e os outros 50 no sector dos serviços. Contudo a par destes indicadores que apontam para um declínio das actividades tradicionais a Europa apresenta diferenças muito significativas não só a nível da distribuição global da riqueza e dos seus recursos naturais e humanos, mas ainda quanto ao desemprego, sobretudo junto dos jovens e jovens adultos, fenómeno que nos aparece como um dos problemas mais sérios das nossas sociedades.

Com efeito se atendermos a alguns dos dados disponíveis verifica-se que o montante de desempregados na U.E. ultrapassa os 16 milhões na actualidade, contra 5 milhões em 1975. Este crescimento foi fortemente sentido durante a segunda metade da década de setenta, em consequência da crise económica desencadeada pelo aumento dos preços do petróleo, mantendo-se sempre elevada desde então

Embora afectando o conjunto dos quinze, as menores taxas de desemprego continuam a registar-se no Luxemburgo, persistindo os maiores valores na periferia: Irlanda, Espanha e no conjunto dos países mediterrânicos. Mesmo aqui a taxa de distribuição não é uniforme registando-se entre diferenças muito significativas que acompanham o nível de desenvolvimento global destes territórios. Com efeito se estabelecermos comparações entre as diversas regiões europeias, continuam a surpreender-nos as diferenças de rendimento *per-capita* que se notam entre as áreas ricas e as mais pobres, sucedendo que o rendimento das primeiras chega a superar, de cinco a dez ou mais vezes, o rendimento das áreas mais desfavorecidas.

Apesar do panorama, menos optimista, de alguns sectores da economia comunitária, o mercado de trabalho no conjunto dos quinze tem vindo a aumentar de forma muito significativa devido não só à entrada de novas gerações, sobretudo dos jovens que nasceram no período do pós-guerra ("*baby-boom*"), mas ainda à

antecipação da idade de reforma que se registou em alguns países contribuindo, deste modo, para a absorção de um número considerável de desempregados. Assim e de acordo com algumas estatísticas comunitárias verifica-se que entre 1970 e 1985 a população terá aumentado 6,1 % (19 milhões de indivíduos) e a população activa (dos 15 aos 64 anos), de 12,2 % ou seja 23 milhões de indivíduos. Por estas razões os índices de actividade aumentaram na sua globalidade, fazendo-se sentir com maior incidência nas mulheres que após o casamento continuam presentes no mercado de emprego.

Vejam, no entanto, como terá evoluído, no seu conjunto, a estrutura do emprego nos países da U.E. no decurso da última década. Entre 1975 e 1985 o emprego teve aqui uma baixa da ordem de 1 milhão de postos de trabalho, quebra que se registou quer na indústria (devido à crise petrolífera), quer na agricultura (devido à mecanização e ao desenvolvimento de outros sectores de actividade, como os serviços). Durante este lapso de tempo somente o sector dos serviços viu aumentar, de forma relevante o número de empregados, em particular os de sexo feminino que foram atraídos por diversos sectores, em particular pelo ensino devido à expansão que este sistema sofreu durante os últimos anos.

Relativamente à distribuição da população activa nos países da U.E. bem como à sua repartição pelos principais sectores de actividade, continuamos a notar o peso de alguns dos sectores tradicionais, caso da agricultura, sobretudo nos países da periferia. Pelo contrário os maiores valores referentes à indústria, e sobretudo aos serviços, persistem nos países do centro europeu, os que primeiramente registaram os efeitos da já distante revolução industrial. Note-se a este respeito que no caso das lides mais tradicionais, como seja o caso da agricultura, o seu contributo no conjunto das demais actividades económicas tem-se vindo a reduzir em virtude não só da diminuição dos activos no sector, mas ainda da própria redução das explorações agrícolas. Daí que no conjunto dos países da União o número de agricultores que deixaram a terra nos últimos anos ultrapassado nos últimos anos os dois milhões e meio de indivíduos.

Pelas suas características e ainda que a actividade agrícola constitua um trabalho absorvente, bastante mecanizado e a tempo inteiro em muitas regiões, regista-se

também um número elevado de agricultores que se dedicam a esta actividade a tempo parcial. Tal facto deve-se não só às exigências das próprias culturas mas ainda às condições climáticas que podem dificultar uma permanência e dedicação plena às fainas agrícolas.

Fazendo fé em dados recentes publicados pela U.E., verifica-se que a ocupação plena, ou a tempo parcial depende ainda da especialização das próprias unidades de exploração. Assim, por exemplo, nos países mais setentrionais, como é o caso da Inglaterra, em que predomina a criação de gado, quatro pessoas bastam para explorarem 100 hectares de terra, enquanto que na Grécia esse montante se eleva a 52, valor muito superior à média comunitária que é de 15 indivíduos. Estas circunstâncias dependem não só da qualidade dos solos, do clima e dos tipos de culturas dominantes, mas ainda dos apoios técnicos e humanos ao sector que compreende, a par das culturas permanentes relacionadas com a cultura dos cereais, a arboricultura, a viticultura, a cultura de citrinos e dos olivais, os prados e as forragens.

Se pensarmos ainda noutros sectores como a produção de vinho, de carne e de leite verifica-se que no seu conjunto, e devido ao aumento de produtividade, a Europa comunitária tem tido nos últimos anos problemas de excedentes de produção, em particular de carne e de lacticínios, o que constitui uma preocupação constante às estruturas comunitárias.

Relativamente a outras actividades, verifica-se que a produção florestal tem desempenhado um papel de relevo, nomeadamente na Alemanha, em França, em Espanha e em Portugal, países que no seu conjunto contribuíram, em 1985, com mais de 3/4 da produção de madeira neste conjunto. Note-se por outro lado que, embora parte deste produto tenha sido utilizado como fonte de energia, outra parte foi destinada à indústria, agravando a desflorestação (e eventual desertificação) que hoje em dia ameaça a Europa. Lembre-se, a propósito, a redução da superfície arborizada - cerca de 22 % da superfície total - que hoje em dia é afectada pelas chuvas ácidas, pelos incêndios e pela introdução de novas espécies florestais pouco consentâneas com a vegetação tradicional.

As situações anteriores têm vindo a sugerir medidas orientadas especificamente para o aumento da produtividade do sector, para a estabilização dos mercados e para a melhoria do nível de vida das populações rurais, aspectos particularmente defendidos pela política agrícola comum levada a cabo pelos países da União.

Embora lhe reconheçamos uma responsabilidade, cada vez mais acrescida na degradação das condições ambientais, a indústria marcou o arranque da velha Europa uma vez que foi neste continente que se registaram os avanços mais significativos do processo da revolução industrial. Daí que, no seu conjunto, a indústria europeia tenha sido um dos promotores de desenvolvimento e de bem estar de alguns países ocidentais, sobretudo depois da segunda guerra mundial, apesar das crises que nos últimos anos têm afectado alguns dos seus sectores, nomeadamente o siderúrgico e mineiro. De qualquer forma, porém, o passado colonial deste continente levou-o a estabelecer uma certa dependência dos abastecimentos em relação a países terceiros o que constitui um dos factores de risco deste sector.

Recorde-se a propósito que estas relações não têm a ver apenas com o fornecimento de matérias primas - zinco, alumínio, chumbo, estanho e outros metais - mas sobretudo com a dependência de fontes de energia, em particular do petróleo, que hoje em dia constitui mais de 50 % das fontes de energia primárias importadas pela U.E. Deste facto resultam os esforços desenvolvidos pelos quinze no sentido não só de se encontrarem outras fontes alternativas de energia, caso da energia nuclear, o gás natural e da electricidade de origem hidráulica. Para além dos problemas, específicos, que tal situação acarreta, são igualmente notáveis os encargos daí resultantes pelo que a indústria europeia procure reagir através do aumento da produtividade e da redução de encargos, aspectos que têm gerado uma redução de assalariados e consequências nefastas ao nível do emprego.

Como assinalámos também o sector dos serviços, em consequência da revolução industrial e do conseqüente processo de urbanização, tem vindo a verificar um aumento significativo de postos de trabalho. Entre estes destacamos o comércio, os transportes e seguros, os bancos, a administração, etc. crescimento que sendo notório em todos os países se tem vindo a acentuar na Europa mediterrânica, realçando a "terciarização" crescente destes países no conjunto da U.E.. De qualquer

modo o aumento do número de empregos e a importância crescente do sector terciário na economia comunitária, sendo um fenómeno novo não deixa de evidenciar a par da quebra das actividades já referidas nos sectores primário e secundário, a inovação técnica e tecnológica que afectou estas sociedades. Para além disso, realçam também o aparecimento de novas ocupações relacionadas com o aproveitamento dos tempos de lazer, o ensino, a saúde e o desporto que têm marcado a evolução social das últimas décadas.

2. A construção da Europa

A análise dos principais acontecimentos que assinalam a marcha da humanidade mostra-nos como a Europa foi, durante séculos, o berço não só de grandes civilizações, mas também o palco de profundas revoluções culturais, científicas e tecnológicas que abalaram as sociedades de então. Notamos assim que, desde a expansão do império romano para ocidente e na distante transição dos séculos V para o seguinte, a conversão do príncipe franco, Clóvis, e do seu baptismo na catedral Reims, diversos acontecimentos podem ser assinalados como marcos significativos da construção da "unidade" europeia que hoje defendemos.

Ao longo dos séculos esta marcha passou não só pela criação de vários Estados, mas também pela sua divisão em partilhas sucessivas, por rupturas e lutas sem tréguas, por querelas temporais e religiosas, pela afirmação de diferentes eventos e nações que contribuíram para alterar, em vários momentos, o xadrês político do velho continente. Destacamos entre outros o estabelecimento do Império Carolíngio que reunindo sob a coroa de Carlos Magno (ano de 800) um espaço tão vasto como a Itália, a Gália e a Germânia, acabou por dar um primeiro impulso à unidade da Europa.

Como nota Le Goff (1997; 31) este *"esboço de uma civilização comum"*, construído pela união do cristianismo com a cultura romana sofreu várias vicissitudes, a primeira das quais resultou da partilha do império pelos descendentes do imperador. Mesmo assim, embora ameaçada pelos povos que vieram de outras zonas do globo, como os muçulmanos (séculos VIII a XV) ou já pelos turcos, que durante os séculos XV e XVI construíram o seu império à custa da destruição do

império Bizantino, o certo é que a evolução deste continente nunca mais deixou de testemunhar, a par das contradições e lutas que sempre marcam a expansão de grandes limites senhoriais e impérios, o interesse por uma certa estabilidade e paz entre os seus habitantes. Tal facto permitiu que a Europa se tenha tornado no centro do comércio e das grandes invenções, mantendo-se ao mesmo tempo palco das lutas sociais e das reformas políticas e religiosas que atraíram a atenção da humanidade. Na prática esta supremacia permitiu aos países europeus criarem grandes empórios coloniais onde estenderam o seu poder político, económico, militar e cultural, numa área de mais de trinta vezes superior à sua. Por isso se diz que, durante séculos, "o mundo parecia girar em torno da Europa".

Note-se, contudo, que foi sobretudo após a colonização do "novo mundo" e com a independência dos novos estados do continente norte-americano que a Europa perdeu influência e o lugar preponderante que ocupava entre os demais países do globo. Tal aconteceu ao mesmo tempo que se foi consolidando o espírito de uma "civilização europeia" que cultivando-se por toda a Idade Média, prosseguiu pela época das grandes descobertas até à eclosão da revolução industrial. Para tanto terão contribuído vários factores de que se destaca a proposta de criação de uma "Federação Europeia", baseada numa "União permanente e perpétua entre os soberanos cristãos" e na constituição de um "Congresso" ou "Senado" perpétuo, defendida no início do século XVIII pelo Abade Saint-Pierre (1713).

Não vem à baila descrever essas etapas, mas tão só recordar que apesar destes acontecimentos o continente europeu continua a identificar-se como sendo um espaço de contrastes naturais e sociais, com uma identidade complexa onde se cruzam o direito e a força, a democracia e a opressão, a espiritualidade e a materialidade, a razão e o mito... (cf.: Morin;1987; 33). Talvez sejam então estas contradições que animam a ideia e o projecto da construção de um espaço autónomo político e económico e de uma "Europa unida" relativamente aos demais continentes, embora a eles indissolúvelmente ligados por razões históricas, culturais e geográficas. Só mediante estas condições se permitirá a sobrevivência e a afirmação do velho continente, que paradoxalmente e conforme nos recorda Morin (ob. cit.; 36), historicamente não se pode definir pelas suas fronteiras geográficas,

nem geograficamente se pode definir pelas suas fronteiras históricas, estáveis e precisas.

Não pretendendo, de forma alguma, historiar os passos mais significativos da construção desta união, concordamos com Dias (1991; 17) quando afirma que: "*a História tem-se encarregado de mostrar diferentes exemplos de tentativas feitas no sentido de ser criado aquilo que alguns autores têm designado como um 'projecto europeu'*". E a análise dos documentos relativos à evolução da sociedade europeia encarrega-se de demonstrar a sucessão de guerras que opuseram os europeus entre si, servindo a Le Goff (1997; 45) para afirmar: "*quando um estado europeu se torna poderoso, quando uma dinastia, uma família real, adquire prestígio, quer impor-se - muitas vezes pela força, pelas armas - à maior parte da Europa*".

Certamente que por esta razão muitas das tentativas encetadas na construção desse império fracassaram, sendo um dos exemplos mais recentes o expansionismo napoleónico registado no início do século passado. Daí que o tratado constitutivo da Santa Aliança, firmado em 1815, por altura do Congresso de Viena entre a Rússia, a Austria, a Prússia, a Espanha e a França, tenha estabelecido entre as partes contratantes, "*uma obrigação de auxílio mútuo, fixando igualmente entre os estados membros um vínculo de respeito por princípios cristãos de governo*" (Dias, 1992; 26).

Assinalam-se ainda outras tentativas relacionadas com construção europeia. Segundo Dias (ob. cit.; 29) a realização, em 1927, do Congresso Paneuropeu, em Viena de Austria, "*conseguiu reunir parte significativa dos que já advogavam na altura uma idéia de Europa Unida*". E será no palco privilegiado da Sociedade das Nações e perante a Assembleia Geral desta organização internacional que o diplomata francês Herriot propõe, em 1929, a criação da "União Europeia".

Abalada pelos conflitos da primeira grande guerra mundial que "*provocou a queda das monarquias na Europa Central, o fim da Rússia czarista e a reorganização de todo o continente segundo o princípio dos estados nacionais*" (Ratzinger; 1993) foi no entanto, o segundo conflito armado que permitiu, após a destruição parcial da economia europeia e da consequente perda de influência e poder, reassumir parte daquela importância.

Com a nova ordem económica internacional imposta pela segunda guerra mundial, que permitiu a divisão da Europa e do mundo em dois grandes blocos: o marxista e o liberal-capitalista essa tarefa ficou mais dificultada tornando-se ainda mais difícil com o desaparecimento dos "impérios europeus" e a afirmação crescente das duas "superpotências": os E.U.A. e a U.R.S.S. Na verdade, para além da perda dos velhos impérios coloniais o velho continente ficou dividido em dois blocos: a leste, em torno da União Soviética, desenvolveram-se as democracias populares, marcadas pela existência de um partido único e por economia de tipo socialista. A ocidente as democracias pluralistas mantiveram, pelo contrário, um sistema económico baseado no capitalismo liberal e no crescimento diversificado dos diversos sectores de actividade económica.

Após a implantação da "cortina de ferro" e o desenvolvimento da "guerra fria" entre os dois blocos: o ocidente e o leste, a Europa ficou naturalmente dividida, defrontando-se com graves problemas de reconstrução e de unidade política e económica. Estes acabaram por se agravar em vários momentos devido quer ao novo "desenho" político do continente europeu quer às transferências da sua população, em particular dos refugiados alemães que em consequência da segunda guerra mundial deixaram os territórios ocupados pelos exércitos soviéticos, refugiando-se no ocidente.

Arruinada a economia europeia esta necessitou de auxílio externo para a sua reconstrução, ajuda esta consubstanciada no auxílio americano para a sua reconstrução e que foi outorgada pelos E.U.A. através do Plano Marshall. Tal facto levou os países afectados pela reconstrução económica a estabelecerem uma certa cooperação, de natureza económica e política, processo que esteve na base da constituição, nos finais da década de quarenta, do Conselho da Europa (sediado em Estrasburgo) e de outras organizações internacionais, nomeadamente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

Recorda-se que os estatutos da primeira instituição indicam como primeira finalidade, *"realizar uma união mais estreita entre os seus membros para salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum e favorecer o progresso económico e social"*. No que respeita aos cidadãos,

esse documento reconhece que qualquer indivíduo deve desfrutar "*os direitos humanos e as liberdades fundamentais*", princípio que esteve na origem da assinatura da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, assinada em 1949.

De realçar que a criação do Conselho da Europa não bastou para dar resposta imediata às necessidades da união política e económica do ocidente, tornando-se por isso necessário construir a unidade europeia em bases mais sólidas, através de realizações concretas que viessem a favorecer, progressivamente, "uma verdadeira solidariedade entre os países". Esta uma das ideias de Jean Monet (para alguns apelidado de "pai" da Europa), aceite por outros ministros europeus, em particular por Robert Schuman (Ministro francês dos Negócios Estrangeiros), que reconheceu não se poder construir a Europa "*de uma só vez*", mas sim "*a partir de realizações capazes de criar, em primeiro lugar, uma solidariedade de facto*".

Tal entendimento levou-o, em Maio de 1950 a considerar ainda que: "*a congregação das nações europeias exige que a oposição secular entre a França e a Alemanha seja eliminada*" e que "*a produção franco-alemã do carvão e do aço seja posta em comum, sob uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação de outros países da Europa*"

. Estava dado o primeiro passo para a constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em Abril de 1951 e, por arrastamento, para a Comunidade Económica Europeia (CEE) cujo início de funcionamento data de 1958.

À parte de outras questões relacionadas com a oportunidade desta proposta, Dias (1992; 65) nota que a chamada "*declaração de Schuman pretendeu responder a três tipos de problemas*:"

- à tradicional rivalidade franco-alemã;
- às dificuldades económicas por que a Europa e a sua história passavam;
- à questão política emergente da criação da república Federal Alemã do respectivo enquadramento no campo ocidental".

No início da década de cinquenta, em 1951, a Bélgica, a França, a Itália, o Luxemburgo, os Países Baixos e a República Federal da Alemanha assinam o "Tratado de Paris" que institui a CECA. Este passo permitiu não só iniciar a

reconciliação franco-alemã, como promover a integração da indústria siderúrgica e a criação de um espaço económico mais vasto alargado aos "seis" estados membros.

3. A Comunidade Europeia

Instituída em Março de 1957 com a assinatura dos Tratados de Roma, à Comunidade Económica Europeia coube desde então aprofundar o já estabelecido em 1951 quando da constituição da CECA, nomeadamente a criação *"de um mercado comum"* orientado para *"a expansão económica, para o aumento do emprego e para a melhoria do nível de vida nos Estados-membros"*.

Para além destas razões, os governantes dos seis países fundadores (Bélgica, Alemanha Federal, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos):

- *"determinados a estabelecer os fundamentos de uma união cada vez mais estreita entre os povos europeus,*

- *decididos a assegurar, mediante uma acção comum, o progresso económico e social dos seus países, eliminando as barreiras que dividem a Europa, fixando como objectivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos,*

- *fixando como objectivo essencial dos seus esforços a melhoria constante das condições de vida e de trabalho dos seus povos,*

- *reconhecendo que a eliminação dos obstáculos existentes requer uma acção concertada tendo em vista garantir a estabilidade na expansão económica, o equilíbrio nas trocas comerciais e a lealdade na concorrência,*

- *preocupados em reforçar a unidade das suas economias e assegurar o seu desenvolvimento harmonioso pela redução das desigualdades entre as diversas regiões e do atraso das menos favorecidas,*

- *desejosos de contribuir, mercê de uma política comercial comum, para a supressão progressiva das restrições ao comércio internacional,*

- *pretendendo confirmar a solidariedade que liga a Europa e os países ultramarinos...,*

- *resolvidos a consolidar, pela união dos seus recursos, a defesa da paz e da liberdade e apelando para os outros povos da Europa que partilham dos seus ideais para que se associem aos seus esforços,*

- *decidiram criar a Comunidade Económica Europeia".*

Já a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EUROTOM), criada em simultâneo com a CEE, tinha como missão principal "*fomentar a cooperação na utilização pacífica da energia nuclear e no seu desenvolvimento*".

De realçar que após a sua criação a Comunidade tem vindo a ser gerida por diversos órgãos comuns: o Parlamento Europeu, órgão democraticamente eleito; o Conselho, representando os países membros por ministros ou mais raramente pelos chefes de governo; a Comissão, verdadeiro motor da comunidade e dotada de poderes de iniciativa legislativa e de execução; o Tribunal de Justiça, com responsabilidades na interpretação e aplicação dos tratados europeus; o Tribunal de Contas, destinado à verificação das actividades financeiras e das contas da Comunidade.

Para além destes órgãos esta dispõe ainda de órgãos consultivos, relacionados com os interesses económicos, sociais e regionais, tais como o o Comité Económico e Social e o Comité das Regiões.

Note-se que a construção da Comunidade e sobretudo a integração económica geral e a criação do mercado comum europeu foi um processo demorado, acontecendo que só dez anos depois da assinatura dos tratados de Roma, em Julho de 1968, ficou realizada a "união aduaneira" que promoveu a supressão dos direitos aduaneiros entre os países signatários e o estabelecimento de "*uma pauta externa comum para os países terceiros*" (Eurostat; 1992; 11).

De acordo com a mesma fonte (ob. cit.; 12) esta união "*deveria ser acompanhada pela execução de políticas comuns no domínio económico: política comercial comum, política de concorrência, política agrícola comum e política de transportes*", domínios que se foram sucessivamente alargando à pesca, à energia, ao desenvolvimento regional, à investigação e desenvolvimento tecnológico e à acção social, através da utilização de diversos fundos (em especial o FSE, O FEOGA e o FEDER) suportados pelo orçamento comunitário.

Ao longo destes anos a *"Europa dos Seis"* veio a sofrer de sucessivos alargamentos. O primeiro foi registado em 1973 e ficou marcado pelo ingresso da Dinamarca, do Reino Unido e da Irlanda. Em 1981 um novo alargamento teve lugar permitindo a admissão da Grécia. Por sua vez os dois outros estados mediterrânicos - Portugal e a Espanha - só em 1986 foram admitidos sendo mais tarde, em 1994 aceites os restantes três estados: Suécia, Finlândia e Áustria, que hoje integram o grupo da Europa dos quinze.

No que respeita à adesão de Portugal convirá referir que este processo arrastou-se por vários anos, tendo sido iniciado em 28 de Março de 1977 com a apresentação formal do pedido e apenas em 12 de Junho de 1985 foi assinado, em Lisboa, o tratado que formalizou o nosso ingresso na Comunidade Europeia, com efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano seguinte.

A admissão de Portugal e de Espanha à Comunidade Europeia justifica-se não só por razões de natureza política: instauração dos regimes democráticos, mas ainda por razões históricas e culturais. Por razões históricas, dada a sua vocação europeia e o contributo que estes dois países deram à difusão, nos quatro continentes, da civilização cristã ocidental. Por razões culturais, porque embora afastados dos grandes centros culturais da Idade Média e do Renascimento, estes dois países conseguiram ser os *"pioneiros da abertura do velho continente ao resto do mundo e as suas influências culturais, à escala do planeta, continuam a ser marcantes"*. Para tanto muito terá contribuído a sua posição geográfica e a influência, não menos decisiva, das ancestrais civilizações mediterrânicas.

Convirá igualmente realçar que tendo em consideração as características estruturais da nossa economia, Portugal beneficiou de um período transitório de dez anos durante o qual beneficiou de diversas ajudas comunitárias destinadas ao desenvolvimento dos sectores agrícola e industrial, à construção de infraestruturas para atenuar os desequilíbrios regionais e incentivar a formação profissional em diversos domínios, com vista à abertura do mercado único em 1992.

Recordam-se alguns desses fundos estruturais postos à disposição de Portugal no sentido de apoiar "estratégias de desenvolvimento nacional e regional":

- Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (F.E.O.G.A.), destinado a assegurar a política agrícola, a adaptação e reforço das estruturas agrícolas bem como a melhoria das condições de produção e de comercialização da agricultura;
- Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (F.E.D.E.R.), destinado a promover o desenvolvimento e a atenuar os desequilíbrios regionais;
- Fundo Social Europeu (F.S.E.), destinado a lutar contra o desemprego, em particular dos jovens e dos desempregados de longa duração, promovendo acções de formação e de reciclagem, e a inserção profissional desta população;
- Instrumento Financeiro de Orientação das Pescas (IFOP), destinado a apoiar a adaptação das estruturas a este sector.

Recordam-se, a propósito, os principais objectivos destes fundos estruturais, aplicados em acções integradas nos 'Quadros Comunitários de Apoio' (QCA), documentos que "reflectem as estratégias de desenvolvimento de cada país".

Recordam-se os objectivos dos Fundos estruturais

1. adaptação económica das regiões com fraco desenvolvimento
2. reconversão económica e social das zonas em declínio industrial
3. luta contra o desemprego de longa duração, inserção de jovens e integração de pessoas ameaçadas de exclusão do mercado de trabalho
4. adaptação dos trabalhadores às mutações industriais através de medidas preventivas contra o desemprego
 - 5.a. adaptação das estruturas agrícolas e da pesca no quadro da reforma da política agrícola comum
 - 5.b. diversificação económica das zonas rurais vulneráveis
6. adaptação económica das regiões com baixa densidade populacional.

Pelo seu interesse destacamos, igualmente, as quatro grandes prioridades definidas no "Quadro Comunitário de Apoio" para o período de 1994-1999, no montante de 29.739,19 milhões de ECU:

- qualificar os recursos humanos e promover o emprego;
- reforçar os factores de competitividade da economia;
- promover a qualidade de vida e a coesão social;
- fortalecer a base económica regional.

De destacar que estes fundos são extensivos aos demais países da Comunidade não sendo, contudo, suficientes para atenuar os contrastes regionais que subsistem entre eles. Como é geralmente reconhecido tal facto resultou fundamentalmente, de uma repartição desequilibrada das actividades económicas o que leva a que no seio do mesmo país ou entre países distintos as diferenças, em termos de emprego e de produção, variem de forma considerável entre a região menos desenvolvida e a mais próspera, entre 1 e 5 à escala da Comunidade.

Como causas desta situação apontam-se a dependência de certas regiões das actividades tradicionais, sobretudo da agricultura, caracterizada por fracos níveis de rendimento, por elevadas taxas de desemprego e por deficientes infraestruturas, tal como ainda hoje se verifica em certas áreas de Portugal, na Irlanda, na Grécia, no Mezzogiorno italiano e na Córsega francesa. O mesmo aconteceu por agravamento e declínio de algumas indústrias, fenómeno que se tem vindo a registar em certas zonas de industrialização mais antiga, na Inglaterra, em França e na Bélgica, em consequência da extinção da actividade mineira e siderúrgica. Para tanto terá ainda contribuído o envelhecimento das estruturas da indústria têxtil que teve um papel relevante no processo de industrialização destes países.

Esta situação levou à determinação de seis grandes objectivos de desenvolvimento, assentes em critérios específicos e que recobrem uma vasta área do continente europeu. Destacamos, a propósito: 1. as zonas de menor rendimento *per capita* (PIB inferior a 75% da média comunitária); 2. as zonas com taxas de desemprego e de empregos industriais em declínio estrutural; 3. as zonas afectadas por desempregados (jovens e adultos) de longa duração e ameaçadas por exclusão do mercado de emprego; 4. as zonas afectadas pelas mutações da indústria e dos sistemas de produção; 5. as zonas atingidas pela evolução das estruturas de produção (nomeadamente: empresários agrícolas, pescadores e outros agentes económicos) e as zonas rurais vulneráveis com baixos níveis de desenvolvimento sócio-económico; as áreas de fraca densidade populacional (< 8 habitantes/Km²).

A constatação destas assimetrias veio uma vez mais a ser contemplada quando da assinatura do Acto Único Europeu (Fevereiro de 1986) dando origem a novos financiamentos com vista à posterior realização do mercado interno europeu,

alcançado em 1 de Janeiro de 1993, com a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais fortalecendo assim a união política, económica e monetária alcançada na mesma data. Destaca-se, a propósito, que a assinatura do "Tratado da União Europeia", ratificado em 1993, reforça o grande objectivo da "coesão económica e social", ou seja, *"a vontade de reduzir as diferenças entre as diversas regiões da Comunidade"*, no sentido de ultrapassar as grandes dificuldades à competitividade registada pelos Estados menos desenvolvidos.

Para tanto e tendo presente os critérios de "convergência económica": estabilidade dos preços, das finanças públicas, das taxas de câmbio e das taxas de juro, estabelecidos no âmbito da União Económica e Monetária (UEM), a coesão económica e social foi reforçada pela criação de um outro fundo, o "Fundo de Coesão" (destinado a facilitar a preparação para a UEM dos quatro países que em 1992 não atingia, em 1992, 90% da média comunitária - Grécia, Portugal, Irlanda e Espanha). Este fundo destina-se, essencialmente, a apoiar *"projectos no domínio do ambiente e das redes transeuropeias de infra-estruturas de transportes"*. Para além do "Fundo de Coesão", também o Banco Europeu de Investimentos (BEI), sediado no Luxemburgo, tem vindo a reforçar a coesão económica e social através de verbas atribuídas a investimentos consagrados ao desenvolvimento regional.

Note-se que as condições de crescimento económico e de progresso social acentuadas no Acto Único não conseguiram esbater, por completo, as condições menos favoráveis relativas ao desenvolvimento regional que persistem na Europa. Mesmo assim a utilização dos indicadores relativos ao nível de vida indica que este atinge na Europa valores superiores aos que se registam em muitos outros países do globo, sendo, contudo inferiores aos do Japão, dos E.U.A. e do Canadá.

Como foi notado esta situação tem levado à procura soluções que permitam aos países da União, no seu conjunto, melhorarem a produtividade e a competitividade interna das suas indústrias e serviços, intensificando as suas relações com os demais parceiros, na Europa e no mundo. Entre estes contam-se não só os principais países industrializados, mas ainda os países em vias de desenvolvimento que têm sido abrangidos por diferentes convenções, nomeadamente pela Convenção de Lomé

assinada na sua primeira edição em 1975 entre a C.E. e 40 outros estados de África, Paraíbas e Pacífico (ACP).

Não sendo nossa intenção aprofundar estes aspectos relativos à cooperação nem ao processo de abertura aos restantes países da Europa, diremos que, no seu conjunto, os acordos anteriormente referidos defendem a necessidade de uma visão comum da Europa a construir, "*inspirada nos direitos do homem*", de forma a promover:

- uma Europa *livre*: baseada na livre circulação de mercadorias, pessoas e serviços;
- uma Europa *equitativa*: assente na abolição de qualquer discriminação, devido à nacionalidade, entre os trabalhadores;
- uma Europa *solidária*: baseada no progresso, na melhoria das condições de vida e de trabalho, e no desenvolvimento harmonioso das suas actividades económicas;
- uma Europa *democrática*: baseada na representatividade dos povos de todos os estados membros.

Estes os atributos que têm contribuído para estreitar as relações entre a população europeia e permitido reforçar este espaço social, económico e de relação, construído ao longo dos séculos e no qual se integra Portugal.

Bibliografia

- Arroteia, Jorge Carvalho (1986) - *Portugal, perfil geográfico e social*; Lisboa; Livros Horizonte
- Arroteia; Jorge (1990) - *Viver e trabalhar na Europa*; Lisboa; Ministério da Educação
- Arroteia; Jorge (1993) - "Contributo para a elaboração de uma tipologia dos sistemas educativos"; in: Arroteia e Meuris; 1993; pp. 9-36
- Arroteia, Jorge e Meuris, Georges (1993) - *Estudos em Educação Comparada*; Aveiro; Universidade de Aveiro (Cadernos de Análise Sócio-Organizacional da Educação; nº 8)
- Comissão Europeia (1995) - *Os números-chave da educação na União Europeia*; Luxemburgo; Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias
- Commission Européenne (1995) - *Enseigner et apprendre - vers la société cognitive*; Luxembourg; Office des Publications Officielles des Communautés Européennes
- Communautés Européennes - Commission (1982) - *Une politique de l'éducation pour l'Europe*; Luxembourg; Office des Publications Officielles des Communautés Européennes
- Defebvre, Christian (1988) - *Éducation civique - 4e* ; Paris, Hachette
- Dias, João Pedro Simões (1992) - *Sobre a origem das comunidades - as instituições comunitárias*; Aveiro; ISCIA/Fedrave
- (1995) - *O Conselho Europeu e a ideia da Europa*; Aveiro; Fedrave
- Eurostat (1992) - *A Europa em números*; Luxemburgo; Serviço de Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

Eurydice (1991) - *Répartition des compétences (niveaux national, régional et local) dans le domaine de l'éducation - situation dans les 12 états membres de la Communauté Européenne*; Bruxelles; Commission des Communautés Européennes

Eurydice / Cedefop (1995) - *Structures des systèmes d'enseignement et de formation initiale dans l'Union Européenne*; Luxembourg; Office des Publications Officielles des Communautés Européennes

Fontaine, Pascal (1992) - *Europe in ten lessons*; Luxembourg; Office des Publications Officielles des Communautés Européennes

Leclercq, Jean-Michel e Rault, Christiane (1989) - *Les systèmes éducatifs en Europe: vers un espace communautaire?*; Paris; La Documentation Française

Le Goff; Jacques (1997) - *A Europa contada aos jovens*; Lisboa; Gradiva

Morin, Edgar (1987) - *Penser l'Europe*; Paris; Gallimard

Nóvoa; António (1995) - "Modèles d'analyse en éducation comparée: le champ et la carte", in: *"Education Comparée"*; n° 2-3 de la Revue: Les sciences de l'éducation pour l'ère nouvelle"; Caen; Université de Caen; pp. 9-61

Ratzinger, Joseph (1993) - *A Igreja e a nova Europa*; Lisboa; Verbo

Anexo - Datas significativas da construção da Comunidade Económica Europeia:

1947 - Lançamento do Plano Marshal, o qual veio a permitir a reconstrução da Europa devastada pela guerra

1948 - Criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) destinada a organizar a repartição do Plano Marshall

1949 - Assinatura do Tratado do Atlântico Norte que institui a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)

1949 - Criação do Conselho da Europa, com sede em Estrasburgo

1950- Declaração de Roberto Schumann (9 de Maio)

1951 - assinatura do tratado de Paris, em 18 de Abril, o qual institui a Comunidade Europeia do carvão e do Aço (CECA)

1957 - Assinatura dos Tratados de Roma, em 25 de Março, que instituem a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (EURATOM)

1967 - Fusão dos executivos das três Comunidades (CECA, CEE, e EURATOM)

1972 - Assinatura, em 22 de Janeiro, dos tratados de adesão da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido à Comunidade Europeia

1973 - Adesão, em 1 de Janeiro, da Dinamarca, da Irlanda e do Reino Unido à Comunidade Europeia - EUR 9

1979 - Assinatura, em 28 de Maio, do tratado de adesão da Grécia à Comunidade Europeia

1981 - Adesão, em 1 de janeiro, da Grécia à Comunidade Europeia - EUR 10

1985 - Assinatura, em 12 de junho, dos tratados de adesão de Portugal e de Espanha à Comunidade Europeia

1986 - Adesão, em 1 de Janeiro, de Portugal e da Espanha à Comunidade Europeia - EUR 12

1990 - Unificação da Alemanha, em 3 de Outubro

1993 - Realização do mercado único europeu e do Espaço Económico Europeu, em 1 de Janeiro.

1995 - Adesão, em 1 de Janeiro, da Austria, da Finlândia e da Suécia à União Europeia - EUR 15

Crescimento urbano e desenvolvimento territorial (1998) ²⁸

Decorrido quase um quarto de século de ausência efectiva desta cidade, sinto-me hoje como um "filho pródigo" que regressa à casa paterna, com a honrosa missão de reflectir, perante esta digna assistência, a problemática do desenvolvimento urbano e das suas relações com a sociedade. Tarefa que assumirei com muito gosto, nesta cerimónia evocativa do dia do "Município de Leiria" e a convite da Sra. Presidente da Autarquia, Dra. Isabel Damasceno, a quem cumprimento e, na sua pessoa, saúdo os demais membros da sua vereação e os munícipes que representam.

*"Cada vez mais, o desenvolvimento é concebido
como a dinamização de uma sociedade no seu próprio ser"*

Unesco/Plano a Médio Prazo 1977-1982

1. Introdução

Com esta citação retirada de um documento estratégico da Unesco de há mais de duas décadas, pretende-se situar a problemática do desenvolvimento numa lógica centrada no desenvolvimento humano e na perspectiva, solidária, de abordagem deste fenómeno no quadro alargado das relações sociais e das trocas culturais que caracterizam o diálogo político. E embora aparentemente fácil esta análise reveste-se, no entanto, de alguma complexidade decorrente, principalmente, do quadro teórico que subjaz à problemática em apreço.

Começamos por evocar a discussão do próprio conceito de 'desenvolvimento', ou seja, a acção dos diferentes contributos e factores que nos permitem entender o "*crescimento orgânico e harmonizado*", como preconiza Birou (1978; 110), num contexto mais vasto, que promova o "*progresso económico, ...ao serviço de um progresso social e humano*" generalizado. Ainda assim o enunciado teórico referente ao "*desenvolvimento de cada homem e de todos os homens*", como observa Perroux; 1987; 34), deve ser feito no quadro alargado das relações espaciais

²⁸Conferência proferida no âmbito das *Comemorações do Dia da Cidade*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria (Maio - 1998)

"Crescimento urbano e desenvolvimento territorial"

no qual se inscrevem os fenómenos sociais e no âmbito mais restricto da actividade humana em estreita ligação com a sociedade.

Embora pertinentes, estas considerações não escondem a discussão proposta pelo mesmo autor (Perroux; 1987; 13) àcerca do significado, por vezes ambíguo, do próprio conceito de 'desenvolvimento'. Alerta-nos este autor para o facto dele ser, ao mesmo tempo, "*a acção de desenvolver e o que daí resulta*" defendendo, por isso, uma análise de natureza "epigenética", que advém da complexificação crescente da própria sociedade e da interacção constante dos actores com o seu meio, dos organismos com os agentes que lhe são estranhos e dos processos com os seus resultados.

Daqui decorre que ao reflectirmos sobre a natureza de certos indicadores económicos e sociais escolhidos para identificarem um determinado estágio de crescimento económico e social que acompanha qualquer processo de desenvolvimento, nos interroguemos não só sobre a sua origem e significado mas, também, sobre os resultados gerais de produção, sobre a evolução das actividades económicas no seu conjunto e sobre os reflexos desta acção sobre as condições de vida e o bem estar de uma determinada população.

É que, se o "*aumento progressivo e contínuo da produção nacional*" (Birou; 1978; 94) nos permite obter informações àcerca, por exemplo, da 'receita nacional' ou do "*aumento quantitativo de bens e de serviços*" (idem; ibidem; 95), tal deverá ser acompanhado de transformações visíveis do tecido produtivo nas suas relações com a própria sociedade. Assim se espera que aconteça visualizando-se estas transformações na melhoria global dos indicadores macro-económicos - tais como o produto nacional bruto, o rendimento 'per capita', as taxas de emprego e de produtividade, a energia consumida, etc. - e em mudanças estruturais que melhorem as condições de vida da população no seu conjunto.

Igualmente será de esperar que estas modificações se repercutam ao nível do funcionamento das instituições políticas, sociais e económicas, gerando as sinergias necessárias a qualquer processo de inovação e de "*expansão da actividade dos homens em relação aos homens, pela troca de bens ou de serviços e pela troca de informação e de símbolos*" (Perroux; 1987; 56).

Não esqueçamos que estas transformações constituem-se como um processo complexo geradoras de alterações estruturais profundas que geram modificações ao nível dos "*comportamentos e das mentalidades*" (Birou; 1978; 94), dos papéis sociais e das formas de desempenho com resultados extensivos a toda a sociedade. É desta forma que podemos encarar os fenómenos relativos ao crescimento e ao desenvolvimento sócio-económico, particularmente os que têm a ver com as assimetrias espaciais, os movimentos da população e os fenómenos de expressão urbana.

Recorda-nos Perroux (1987; 56-58) que as transformações acima referidas, relativas aos processos de 'desenvolvimento', devem ser estudadas numa perspectiva sistémica, ao nível:

- da articulação das partes num todo, que é o sistema social, e da articulação dos diferentes subconjuntos em redes estabelecidas;
- da acção e da reacção dos diferentes sectores entre si, favorecendo uma regulação sistémica e dialéctica;
- do aproveitamento dos recursos humanos, por acção da existência de estruturas de acolhimento e da acção de agentes mais capazes e competentes.

Daqui decorre que toda e qualquer desigualdade do desenvolvimento sócio-económico arraste consigo resultados distintos e 'progressos' diferenciados, transformando frequentemente as hierarquias tradicionais em hierarquias renovadas que garantam, para além do desenvolvimento económico, o desenvolvimento pessoal e dos valores da própria sociedade (cf: Perroux; 1987; 72). Começaremos por analisar alguns aspectos responsáveis pela heterogeneidade dos 'espaços económicos' e dos 'espaços sociais', a começar pelos factores de povoamento português.

2. Os factores de povoamento

A apreciação de diferentes estudos relacionados com a população e o povoamento no continente português comprova a diversidade de factores, que não só os de natureza histórica e geográfica, de cariz mais determinista, responsáveis pela ocupação do território e pela dinâmica da população portuguesa. Com efeito se

num passado mais remoto as condições físicas foram determinantes na evolução desses fenómenos, a diversificação das actividades humanas, económicas e produtivas, a construção das vias de comunicação e a realização de investimentos em infraestruturas e na criação de postos de trabalho têm favorecido, nas últimas décadas, uma nova distribuição dos habitantes e orientado os seus movimentos e deslocações. Daqui decorre o enunciado de diversos paradigmas responsáveis pelo desenvolvimento económico e social do nosso país, bem como a construção de novas imagens referentes à demografia portuguesa.

Como já notámos estas análises têm considerado não só a importância de condicionalismos históricos, humanos e culturais, como principais responsáveis pela distribuição da população portuguesa, mas, também, a persistência de diversos factores sociais mobilizadores de novas "dinâmicas" locais e regionais, que têm modificado alguns destes movimentos da população na actualidade. Senão, vejamos.

A análise da distribuição da população portuguesa ao longo do tempo põe em evidência o relevo dos atributos naturais e históricos na ocupação humana do território. Com efeito se atendermos às diferenças de natureza geológica, morfológica e climática que identificam o continente português - *Maciço Antigo, Orlas Sedimentares Ocidental e Meridional e Bacias Sedimentares do Tejo e Sado* -, logo verificamos que a estas divisões naturais se associam muitos outros factores que estiveram na origem dos diversos tipos de povoamento, sobretudo do povoamento rural, da ocupação humana e dos movimentos da população que os acompanham.

Relativamente às formas de ocupação humana mais tradicionais diz-nos O. Ribeiro (1970; 341) que os tipos de povoamento rural são a "*expressão de condições naturais, mas, talvez mais ainda, das modalidades de ocupação do solo no aspecto agrário*". Por esta razão e tendo em conta as características e a antiguidade da revolução agrária, apresentam diferenças entre si: "*povoamento disseminado, ou tendendo para ele, no Norte atlântico, fortemente aglomerado na região trasmontana, combinação, no Sul, de grandes aldeias e vilas rurais e montes, centros de exploração das herdades*".

Referindo-se por outro lado à distribuição e à evolução, não muito remotas, da população no continente português, observa o mesmo autor (ob. cit.; 351) que se desenham *"com toda a rigidez, duas regiões maiores quanto ao crescimento demográfico: a do Norte e a do Sul. Esta, capaz de absorver a população que se renova; aquela, recebendo-a em muito menor grau"* e que, por isso *"começa a dar sérios indícios de estar próxima do ponto de saturação."* Disso nos dão conta os movimentos da população relacionados com as migrações portuguesas.

A consulta de outros trabalhos (Girão; 1941 e Marques; 1976), confirma o que anteriormente notámos à cerca da antiguidade, dos padrões de povoamento e dos factores responsáveis pela ocupação e dinâmica populacional no continente português. Escreveu A. Girão (1941; 217-218) a propósito da ocupação do litoral norte, que esta se devia não só à morfologia e à pluviosidade desta área, à natureza dos solos e aos *"recursos da pesca marítima"* mas, ainda, às *"melhores condições de defesa, pela profusão de cabeços facilmente fortificáveis e até naturalmente defendidos"*. Tais condições justificam, desde os tempos históricos, o peso da população em toda a zona costeira e a sua rarefacção no interior norte e no sul do território, nomeadamente nas regiões fronteiriças, onde apesar das barreiras naturais e fronteiriças, as relações com Castela foram sempre consideradas como uma ameaça à fixação de novos moradores.

O mesmo entendimento tem O. Ribeiro (1967; 95) quando afirma que a divisão de Portugal *"em duas regiões demográficas de superfície desigual"*, de contraste muito antigo, *"provém tanto do reflexo das condições naturais como da acção destas ao longo da história"*. Tais observações são comprovadas por diversos documentos que atestam, logo no início da nacionalidade (séculos XII e XIII), ou já posteriormente (século XVI), a maior concentração humana *"no Minho, no vale do Douro e na Beira Alta, mas dispersando-se em numerosos pequenos núcleos de habitantes"* (cf: O. Marques (1976-I; 130).

A ocorrência de certas vicissitudes ligadas ao processo histórico do povoamento do nosso território, à "romanização" e à "reconquista", bem como à expansão das actividades humanas: agricultura, comércio e actividades manufactureiras, confirmam não só a desigual repartição das gentes no solo português, mas, ainda, a

atração marítima e portuária exercida pelos dois principais núcleos de comércio e de relação com o exterior. No todo nacional estes cresceram e consolidaram-se próximo dos estuários dos rios Tejo e do Douro dando assim origem às duas principais áreas metropolitanas em torno das quais se organiza o restante território nacional.

No que diz respeito às regiões fronteiriças, a fixação dos habitantes nessas áreas beneficiou, inicialmente, das necessidades de defesa das praças-fortes e dos burgos melhor defendidos aí existentes, que desde os tempos remotos conseguiram exercer a sua influência e protecção sobre as populações vizinhas. Tratando-se de áreas de forte repulsão populacional, estas áreas têm vindo a beneficiar de diferentes programas comunitários, muitos deles de natureza transfronteiriça, em articulação com a vizinha Espanha.

3. As alterações recentes

A alteração dos padrões mais antigos relativos à distribuição dos habitantes no território tem sido alcançada por via dos movimentos migratórios (internos e, sobretudo, para o exterior), que se têm acelerado em diversos momentos da nossa história e se repercutiram, de forma distinta, no território nacional. Tal aconteceu quer com as "migrações internas" relacionadas com as fainas agrícolas do Alentejo, da Beira Baixa e do Douro, quer com outras formas desses movimentos, de carácter mais duradouro, que acompanharam o povoamento de certas áreas do continente, bem como pelo "êxodo rural" mais recente determinado pela atração exercida pelos novos centros urbanos que têm crescido ao longo da faixa ocidental do nosso território.

Tal como assinalou Ribeiro (1970; 359) estas deslocações mais antigas de população podem ser entendidas como *"espécie de movimentos de equilíbrio entre áreas superpovoadas, onde os recursos da terra são aproveitados ao máximo pela exploração intensiva, e áreas pobres de homens, embora ricas de possibilidades económicas..."*. Hoje em dia, porém, resultam fundamentalmente das maiores oportunidades de emprego e da melhoria das condições de acessibilidade a muitos dos equipamentos de natureza sócio-económica, de ensino e culturais, que existem nestas áreas do território.

Este panorama justifica a persistência das assimetrias que hoje em dia se continuam a manifestar no território nacional, gerando por sua vez novos movimentos de atracção-repulsão populacional e o agravamento das condições de desertificação-litoralização, que há muito parecem ter sido descritos por cientistas sociais (cf: Ribeiro; 1967).

Mecanismos recentes relacionados com a industrialização e a evolução urbana do território levaram a que este crescimento afectasse não só os centros mais populosos, mas ainda os de menor porte. Daí que tenham surgido conurbações urbanas de maior ou menor dimensão, sobretudo próximas das principais áreas metropolitanas e das manchas de urbanização, por vezes contínuas ou já mais difusas, que acompanham os principais eixos de circulação rodoviária. Destacamos a propósito, algumas das condições que têm pesado nesta situação: as facilidades de transporte e do escoamento dos produtos manufacturados, principalmente por via marítima, a abundância de mão de obra, a proximidade das matérias primas e dos mercados, que foram determinantes para a construção das duas principais áreas metropolitanas, de Lisboa e do Porto.

Note-se que a par do fenómeno da industrialização e da urbanização, a expansão das vias de circulação tem sido determinante na organização do território, contribuindo para o alargamento progressivo das aglomerações urbanas, para a fixação das actividades produtivas e para a fixação de novos habitantes. É o que se pode hoje comprovar através da consulta dos dados relativos aos últimos recenseamentos da população e da apreciação da atracção das áreas urbanas do continente, mesmo que localizadas nas áreas mais interiores do espaço nacional

Para além das oportunidades de emprego e das melhores condições de vida outras razões contribuíram para agravar as novas formas de concentração urbana. Recordamos S. Lopes (1987; 173), a persistência de outros *"factores que se ligam aos aspectos institucionais de enquadramento e os que resultam do comportamento da entidade empresarial"* e que têm sido responsáveis pelo crescimento de novos centros urbanos e industriais. Entre eles destacamos os exemplos do eixo de Lisboa-Vila Franca de Xira e da margem sul do Tejo (siderurgia e petroquímica, construção naval e indústria metalomecânica, metalurgia e cimenteiras, etc.); o eixo de Aveiro-

Porto-Braga (têxteis, madeiras e indústrias alimentares), bem como a ocorrência de outras "bolsas" industriais quer no interior do país, quer próximo dos principais eixos de circulação rodoviários e ferroviários, É o caso de: Seia/Covilhã; Nelas/Viseu; Tomar/Torres Novas /Constância/ Abrantes.

Eventualmente os exemplos de novas "ilhas" de maior actividade em redor de Leiria e Marinha Grande e da Figueira da Foz, parecem comprovar a relevância de outros "factores empresariais" e a capacidade individual dos seus "actores" na implantação de novas actividades produtivas.

4. As assimetrias regionais

O estabelecimento de múltiplas relações entre os fenómenos de industrialização, de urbanização e os movimentos da população, pode ser igualmente comprovado não só pela verificação de elementos estatísticos relacionados com o "êxodo rural", mas ainda através de novos contributos atinentes ao processo de desenvolvimento regional. Vejamos alguns exemplos.

Para S. Lopes (1987; 293) o crescimento regional pode ser devido quer a *"mecanismos subjacentes à transmissão do crescimento económico no espaço"*, quer a processos internos à região. Nestas circunstâncias *"o crescimento económico surge ...associado à evolução da especialização interna e da divisão interna do trabalho"*. Por isso é possível encarar o fenómeno da urbanização como resultado da *"especialização na agricultura a que se segue um decréscimo da importância relativa desse sector na economia"*. Daí também que, quase simultaneamente, se verifique *"a tendência primeiro para a industrialização e depois para a terciarização" com acentuada diversificação dos serviços"*. Não sendo este um processo uniforme, acarreta um conjunto de transformações na estrutura económica dessas áreas as quais, de acordo com o mesmo autor (ob. cit.; 292-293), passam vão desde a fase de economia de subsistência ao desenvolvimento dominante dos serviços.

Como reconhecemos a evolução destes fenómenos tem-se acompanhado de uma grande mobilidade geográfica da população, atraída principalmente pelas novas oportunidades de emprego, bem como por profundas transformações da paisagem

urbana relacionadas com o seu crescimento, por vezes menos cuidado e com o aparecimento de áreas de "habitação degradada" que proliferam junto de alguns desses centros. E a ocorrência destes exemplos relativos à expansão e à expressão do fenómeno urbano, comprova-nos que este constitui um *"fenómeno demográfico por excelência do nosso tempo, pois acompanha de perto o desenvolvimento industrial do século passado e deste, a concentração urbana"* (cf: O. Ribeiro (1970; 361).

Convirá, no entanto, recordar que a mobilidade humana é uma marca, apenas, dessa dinâmica, dada a acção de outros indicadores que deverão ser considerados na análise dos movimentos naturais da população, na análise das estruturas demográficas ou na apreciação dos ritmos de crescimento populacional, ligados às migrações. Estas situações são parcialmente retratadas pela demografia portuguesa a qual, tomando por base o crescimento recente da nossa população (1981-1991), mostra que esta variação foi positiva apenas, nas NUT II do Norte, de Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. Nestes casos os maiores valores correspondem a áreas já identificadas pelo seu dinamismo urbano e industrial.

Tal ocorrência chama-nos a atenção para a persistência de diferentes "assimetrias espaciais", que acompanham o nosso modelo societal, marcado pelo "dualismo" entre a "sociedade tradicional" e a "sociedade moderna". Trata-se, afinal, de um tema já abordado num dos escritos de S. Nunes (1964; 420) que identificou, no continente português, a coexistência de dois tipos de sociedade: *"uma sociedade moderna, cujas mais vultosas implantações se confinam em espaços geográficamente restritos, e uma sociedade tradicional, estendida por todo o território e rodeando as grandes concentrações ou núcleos menores da primeira"*.

A extensão desta dualidade foi igualmente relatada por A. Alarcão (1964; 511), ao estudar a dimensão do êxodo rural e do afluxo urbano no continente português. A análise pormenorizada deste fenómeno, com base no cálculo da atracção e da repulsão a nível concelhio, permitiu (idem; ibidem; 559) reforçar a imagem que temos transmitido e concluir da importância de Lisboa e do Porto como *"pólos autónomos de desenvolvimento"*, afirmando-se como *"os mais expressivos catalizadores das atracções experimentadas em terras europeias de Portugal"*.

Estudos mais recentes, nomeadamente o de Nazareth (1988; 121), notam que estes desequilíbrios se acentuaram ainda mais entre 1960 e 1981, devido aos fenómenos de *"bipolarização e litoralização"* e às modificações em que tem decorrido o nosso processo de urbanização. Neste caso *"o povoamento rural manifestou duas grandes tendências: nas áreas de povoamento disperso existe uma tendência para a aglomeração, que em certos casos é resultante da convergência da industrialização e do desenvolvimento dos serviços; nas áreas de povoamento concentrado verifica-se uma tendência para o esvaziamento dos aglomerados sempre que se observa a instalação de unidades industriais ou uma mudança significativa na oferta dos serviços"*.

A propósito da *"litoralização"* crescente do povoamento do território português, J. Gaspar (1987; 110) observa que a mesma *"entronca na origem do próprio estado, isto é, na autonomização do território nacional no contexto da Península Ibérica..."* e no *"processo de progressiva concentração de actividades e de pessoas ao longo da faixa litoral, sem que o interior acompanhasse esse ritmo ou mesmo com o recuo da importância deste em termos absolutos"*. Este autor (ob. cit.; 111) nota ainda que este povoamento desenvolve-se de forma contínua, em forma de "L", de Caminha a Setúbal e ao longo do litoral algarvio, a tal ponto que *"a litoralização pode dizer-se que penetra tanto mais o interior, quanto mais facilidades dão as vias de circulação de pessoas e bens."*

De forma genérica identificamos algumas destas manchas. A primeira, polarizada pela *"área metropolitana do Porto"* percorre ainda o espaço desde Caminha à ria de Aveiro. Interrompida pelas "Gândaras" e pelas dunas ainda ocupadas pelo "Pinhal de Leiria", desenvolve-se mais a sul ocupando todo o "litoral oeste" e o vale baixo do rio Tejo. Mais um exemplo desta natureza está referenciado pela *"área metropolitana de Lisboa"*, ramificada nas suas duas componentes da margem esquerda e na margem direita do rio Tejo. Por fim todo o Algarve, em especial o Algarve litoral, constitui o último braço deste "L" que marca este padrão de povoamento do continente português.

Esta descrição acaba por reforçar a importância dos factores naturais e humanos que justificam a extensão desta mancha litoral da qual emergem, mesmo assim, para

o interior, "núcleos" ou "ilhas" de maior densidade justificadas, principalmente, pelas condições de "acessibilidade". Em simultâneo realçam a diversidade dos indicadores sociais e a natureza dos conflitos existentes no mesmo país *"entre categorias sociais, das quais umas enriquecem rapidamente enquanto as outras permanecem mergulhadas num estado de estagnação ou regressão"* como assinala Perroux (1987; 87). Confirmam-no as "contas demográficas" relativas, sobretudo, à distribuição da população no território e à apreciação da sua variação e mobilidade. É o que se pode apreciar a partir da análise dos dados do último recenseamento populacional e da variação positiva dos habitantes circunscrita, apenas, a áreas muito restritas do nosso território e com fraca representatividade nas regiões de fronteira.

No que à mobilidade geográfica diz respeito e esquecendo o período mais vasto coincidente com o terceiro quartel do nosso século, em que as regiões do interior agravaram o seu despovoamento a favor dos grandes centros do litoral e do estrangeiro (por via da emigração legal e clandestina - cf: Arroiteia; 1985), verifica-se que no período de 1985 e 1991 continuaram a acentuar-se este tipo de deslocamentos, principalmente em direcção aos grandes centros urbanos.

Note-se, contudo, que a apreciação destes dados, juntamente com os da estrutura da população residente, põem em evidência o peso excessivo do grupo funcional dos "idosos" (maiores de 65 anos), sintoma evidente das condições repulsivas que têm alimentado a desertificação rural, sentida principalmente na área interior do território. Tal como refere Nazareth (1988; 134) trata-se de uma vasta região *"onde as reduzidas manifestações de crescimento económico ocorrem nos principais centros administrativos (capitais de distrito"* e onde, por isso, se continuam a agravar as desigualdades sociais entre esses centros urbanos e as áreas rurais circundantes. Mesmo assim não deixamos de recordar que os dados globais, relativos aos distritos e às NUTIII escondem, à escala local, a existência de diferentes factores mobilizadores da dinâmica e da ocupação do espaço, da iniciativa quer das autarquias locais, quer de outros agentes económicos ou mesmo do poder central e, sobretudo, do poder local, na sua preocupação de melhorar as condições de vida dos seus cidadãos.

5. A função das autarquias

A importância crescente das autarquias nos processos de desenvolvimento parece-nos fundamental tendo em conta não só a quebra da tradição centralista da nossa administração, mas também o interesse em aproximar os cidadãos do poder e deste ficar próximo dos seus clientes mais directos. Tal facto acentuou-se nos últimos anos por via, sobretudo, do reforço do poder local e da melhoria do funcionamento das organizações autárquicas as quais, parecem existir porque a sociedade local *"lhes dá legitimidade social e política"* (Costa;1993; 139) confiando-lhes o exercício de determinadas responsabilidades que o poder central, dada a sua distância, não consegue garantir.

Pelo que dissemos anteriormente podemos encarar a autarquia como um *"sistema de informação e de participação, onde as solidariedades básicas e as identificações sociais ganham rosto e materialização"*, garantindo uma resposta às necessidades dos seus habitantes. Por outras palavras poderemos afirmar que estas devem garantir: *"respostas rápidas e adequadas aos inputs vindos do meio envolvente"* (idem; ibidem). Estas responsabilidades são expressas na lei das Finanças Locais que estabelece, no seu artº 2º, ser atribuição das autarquias *"o que diz respeito aos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas"*.

A análise deste documento confirma-nos ainda que as autarquias ficam obrigadas, perante a lei, ao cumprimento de um certo número de funções sobre as quais devem responder perante o cidadão eleitor e o poder central. Em quaisquer dos casos, porém, importa que os esforços da autarquia sejam articulados com os do poder central garantindo assim a ordem, a cooperação e o consenso, o bem-estar social e a *"prossecução dos interesses próprios das populações"* como defende a Constituição da República Portuguesa (artº nº 237).

Por outro lado, como observa Lopes (1993; 193), os grandes desafios com que se deparam as autarquias dizem respeito ao *"planear o próprio desenvolvimento local, o que significa desde logo o assumir de opções estratégicas face às encruzilhadas do desenvolvimento"*. Por esta razão entendemos ser do maior interesse que se dê uma forte atenção aos problemas locais, por forma a promover a resolução de

muitos dos problemas que o poder central, durante décadas, não soube solucionar e que estiveram na causa do empobrecimento e estagnação da sociedade portuguesa. Disso demos conta no texto anterior. Contudo tal situação tem-se alterado depois de 1974, data em que, como nota Mozzicafredo (1993; 82) "*as novas Autarquias foram encontrar a sociedade local com um baixo nível de desenvolvimento económico, fortes assimetrias regionais e graves carências em infra-estrutura urbana*" levando-as a prosseguir uma política local de correcção e desenvolvimento destas infra-estruturas.

Dos inúmeros esforços realizados desde então pelos municípios, assinala Oliveira (1993; 23) não só a proximidade do poder aos cidadãos, mas ainda a construção de numerosas infraestruturas - energia eléctrica, abastecimento de água, rede de esgotos, etc., - as quais vieram a contribuir para a criação de "*condições para o crescimento urbano e industrial*". Tal justifica a existência de pequenas "bolsas" de desenvolvimento existentes no nosso território.

Contudo, observa o mesmo autor, que seria errado pensar que este crescimento se deve "*exclusivamente aos municípios*, afirmando que ele só foi possível num contexto de crescimento económico do país para o qual muito contribuiu a conjuntura externa e os apoios europeus". Evocamos, assim, a acção do poder local e os investimentos comunitários que têm sido utilizados na construção de infra-estruturas potenciadoras do crescimento económico.

Como já notámos, uma análise mais circunstanciada, realizada à escala do concelho, viria a permitir conhecer a importância de outros factores responsáveis pela dinamização de alguns dos circuitos locais afectados pelo declínio das actividades e sectores tradicionais da nossa economia. Nestas circunstâncias o reforço e a criação de novos eixos de circulação, em especial rodoviários e a sua ligação aos principais eixos europeus, tem-se tornado num importante factor gerador de novas dinâmicas da ocupação do espaço e da instalação das actividades produtivas. Tememos, mesmo assim, que o esforço desenvolvido neste domínio possa não equilibrar, em absoluto, o efeito inverso gerado pela centralização de alguns serviços disponíveis nos principais centros urbanos e tidos, frequentemente, como geradores de novas oportunidades de emprego.

Lembramos, a propósito, um dos fenómenos actuais responsáveis pela activação e crescimento de alguns dos pólos urbanos do continente português. Estamos-nos a referir ao alargamento da rede escolar do ensino superior público e privado e à sua ligação com o ritmo de urbanização verificado na maior das cidades, capitais de distrito, que beneficiaram da instalação de estabelecimentos de ensino superior, universitário e politécnico.

Notam alguns autores a importância da educação como factor de desenvolvimento económico, social e cultural. Negá-lo seria certamente difícil de sustentar bem como omitir a relevância das actividades desenvolvidas por este subsistema do ensino na animação das comunidades locais. Tal facto que nos últimos anos tem vindo a acentuar-se por via da democratização crescente do ensino bem como do alargamento progressiva da rede escolar anda associado às expectativas crescentes da sociedade portuguesa e à possibilidade de uma maior mobilidade social conferida pela titularidade de um diploma universitário. Nestas circunstâncias parece-nos poder considerar o ensino superior como mais um dos factores responsáveis pela animação dos centros urbanos onde estão implantados estabelecimentos de ensino superior e, por conseguinte, mais um dos mecanismos responsáveis pela fixação de novos habitantes nestes centros e na sua área de influência.

6. Remate

As referências anteriores permitiram-nos retratar a situação vivida pela sociedade portuguesa nas últimas décadas. E a que tem vindo a reagir, pela positiva, às assimetrias geográficas e sociais impostas pelo povoamento mais antigo do território procurando, através de inúmeros investimentos, contrariar as teses mais deterministas que fazem do homem um sub-produto do meio onde vive.

Não é de facto a imagem que construímos nesta área do território nacional marcada por profundas alterações económicas, sociais e culturais, visíveis não só no traçado e na fisionomia urbana, mas em seu redor, em todo o espaço organizado pelo centro urbano de Leiria. Neste caso e embora integrando-se este exemplo local num contexto mais alargado que parece estender-se, de forma difusa, mas persistente ao longo de todo o litoral, entre o Sado e o Minho, parece-nos que Leiria

se tem vindo a assumir, com alguma identidade própria, funcionando mais como um 'pólo' de desenvolvimento regional do que como reflexo deste mesmo desenvolvimento.

Oxalá, assim, que o crescimento e o desenvolvimento futuros de Leiria e da sua 'região' venham a alicerçar-se, ainda mais, na valorização de todo um património natural e patrimonial e, acima de tudo, na valorização e no cabal aproveitamento dos seus recursos humanos.

Não esqueçamos que como centro de formação superior e universitária, Leiria tem responsabilidades acrescidas no processo de crescimento e de inovação do tecido empresarial envolvente bem como no apoio à criação de novas actividades e sectores relacionados com os sectores produtivos e os serviços, com larga tradição nesta área. São várias as perspectivas em que podemos analisar este mesmo fenómeno. Por um lado, a formação de recursos humanos ao nível superior parece constituir-se como uma das condições locais de desenvolvimento. Disso nos dão conta diferentes testemunhos que defendem ser o capital humano o primeiro factor de desenvolvimento da própria sociedade. Esta afirmação recobre não só os aspectos relativos à formação inicial, mas, sobretudo à formação contínua e ao longo da vida dos principais actores sociais envolvidos no processo de desenvolvimento.

Para além das condições anteriormente referidas, Leiria parece constituir-se, apesar da sua localização próxima de outros centros urbanos e serviços de maiores dimensões ou mesmo da proximidade da área metropolitana de Lisboa, como um importante centro de formação capaz de organizar uma área territorial alargada dominada, como sabemos, por um tecido empresarial extremamente dinâmico e diversificado. Necessário será afirmar-se em equipamentos e serviços capazes de responderem às necessidades sentidas pelas empresas desta região, particularmente no que se espera da inovação e da resposta às necessidades das suas unidades mais representativas.

Reconhece, a propósito, Habermas que *"o nível de desenvolvimento duma sociedade é determinada pela capacidade de aprender permitida pelas instituições"* (cf: Arroiteia; 1991; 34). Enormes responsabilidades pesam, portanto, sobre as novas

instituições de ensino superior aqui sediadas, compreendendo-se melhor as expectativas que nelas se depositam e as responsabilidades que lhes cabem. Estamos a pensar nas dizem respeito à investigação científica e ao seu contributo nos processos de mudança, particularmente dificultada pela estrutura produtiva regional dominada por um tecido empresarial onde predominam as pequenas e as médias empresas, com uma fraca participação nas actividades de I&D e uma fraca participação de investigadores e de técnicos qualificados.

Estes alguns dos aspectos que podem dificultar a afirmação do 'centro universitário e politécnico' de Leiria no conjunto do todo nacional, mas, principalmente, na área mais circunscrita da Alta Estremadura onde geograficamente se situa. Esta a reflexão a aprofundar e que irá permitir, estou certo, uma alteração significativa nas características da rede e no tipo de estabelecimentos de ensino superior, nomeadamente nos de tipo universitário, a criar nesta cidade.

Estas algumas reflexões que aqui quizémos deixar relacionadas com o ordenamento territorial, com as expectativas e os processos de inovação, o crescimento urbano e as novas formas de sociabilidade que devem suportar o desenvolvimento endógeno e sustentado, que deverá caracterizar a sociedade leiriense neste fim do milénio e no dealbar do próximo século e que todos, sem excepção, deveremos estar interessados em construir.

Jorge Arroiteia

Maio/98

Olhares cruzados sobre Leiria ²⁹

Por ocasião de mais um aniversário da ADLEI cabe-nos a honra de proferir algumas palavras relacionadas com Leiria e com alguns aspectos do seu desenvolvimento. Tarefa que cumprimos com muito gosto a convite do Sr. Presidente da Direcção da ADLEI, Dr. Pedro Biscaia e tendo em mente o valioso contributo que esta Associação tem dado à reflexão e à elaboração de propostas relativas aos problemas de Leiria e da sua região.

A nossa intervenção limita-se à apresentação de um conjunto de reflexões breves sobre Leiria que podem sugerir outras tantas abordagens interdisciplinares, de natureza histórica, geográfica e prospectiva. Olhares que pretendem abarcar algumas das questões que hoje se colocam a esta cidade e à sua “área urbana” relacionadas com as funções urbanas, com as acessibilidades regionais, com a sua centralidade e também com as externalidades que influenciam o crescimento e o desenvolvimento da antiga Colipo no contexto histórico e geográfico da Alta Estremadura.

Por razões históricas e geográficas esta cidade pode ser considerada como a legítima sede e capital de uma unidade geodemográfica e social cujo território abarca os antigos domínios do burgo medieval de Leiria e do “*concilium leirenense*”, descrito na documentação undecentista de 1142 e no foral que então estabeleceu os seus limites territoriais. Uma cidade que na actualidade tem vindo a referir os efeitos da urbanização e da litoralização do país e que, atendendo ao seu crescimento e evolução contínua, importa consolidar no cenário da região centro de Portugal.

Em termos mais vastos a área territorial que domina constitui-se como uma unidade diversificada e heterogénea que importa redimensionar e consolidar, afirmando-a na especificidade das suas dinâmicas locais e regionais que lhe

²⁹15º Aniversário da ADLEI. Leiria: Associação para o Desenvolvimento de Leiria (2004)

Conferência: “Olhares cruzados sobre Leiria”

garantam uma maior relevância política, económica, social e cultural, face às unidades geo-económicas que lhe estão adjacentes.

Afirmar Leiria no cenário da Alta Estremadura é, ainda, atender não só ao seu passado, mas, sobretudo, à sua evolução recente no respeito pelas suas identidades locais e à acção dos diversos “actores sociais” que aqui protagonizam papéis relevantes na condução de projectos autárquicos, empresariais e outros, e na resolução dos problemas e das expectativas das suas gentes.

Enunciamos os “olhares” que hoje nos propomos lançar.

I – O primeiro, de natureza ‘histórico-geográfica’, recorda-nos a importância de Leiria e do seu castelo na afirmação da identidade histórica desta vasta área territorial que se estende a sul do rio Mondego e entre este rio e o rio Tejo, até Santarém e Lisboa. É a Leiria dominada pelo seu castelo medieval que desempenhou funções relevantes, sobretudo de natureza defensiva, militar e de povoamento, no contexto da região centro-litoral do nosso país.

Os trabalhos do Professor Saúl António Gomes - em especial o seu estudo intitulado: “Introdução à História do Castelo de Leiria” (2004) - recordam-nos a importância que o castelo de Leiria teve na organização do espaço da Alta Estremadura, onde disputou os seus domínios e haveres com os crúzios de Coimbra, os cistercienses de Alcobaça, os templários de Pombal e a casa senhorial de Ourém.

Do conjunto de relatos que nos chegam de Leiria medieval, recorda-nos o Professor Saúl Gomes, a relevância deste burgo medieval, como:

- pólo comercial, com algum significado,
- centro administrativo, com dimensões razoáveis,
- centro jurisdicional de relevo, determinado pelas funções exercidas como:
 - sede de concelho,
 - cabeça de almoxarifado,
 - contadoria comarcã do almoxarifado de Leiria e de Óbidos,
 - comarca administrativa e judicial.

Para além destas funções, a vida religiosa de Leiria medieval afirmou-se, ainda, como centro canónico e religioso, tendo-se destacado:

- centro do priorado crúzio leirenense,

- sede episcopal, depois de 1545.

Acrescem a estas funções a função militar determinada pela presença da fortaleza, erguida sobranceira à cidade, que lhe deu fama como baluarte defensivo e como centro militar e prisional.

Outros traços de natureza histórica poderiam ser lembrados. De sede da corte régia às funções religiosas exercidas pela Igreja de Santa Maria da Pena e mais tarde pela Sé de Leiria, às de importante centro de povoamento, bastariam para recordar a importância da urbe leiriense.

Destas funções sobressai a relevância desta praça e cidade e do seu território, dependente do poder civil e religioso, como centro geográfico dotado de uma boa acessibilidade conferida:

- pela proximidade das vias de circulação terrestres, ditadas pela presença da estrada romana que ligava o norte ao sul do país,

- pela proximidade do complexo portuário marítimo, dominado pela proximidade dos portos da Pederneira, da Concha (de S. Martinho) e da foz do rio Lis,

- pela proximidade das casas senhoriais de Ourém, do mosteiro de Alcobaça e dos centros periféricos de Porto de Mós, de Ourém e de Pombal,

- pela posição favorável entre outras cidades, tais como Coimbra, Santarém e Lisboa.

Esta posição favorável valeu-lhe ter sido escolhida para local de estacionamento da corte, como aconteceu especialmente no tempo de D. Dinis, monarca que deu um considerável impulso ao povoamento do paúl de Ulmar e ao desenvolvimento das povoações vizinhas.

Passado histórico relevante, centralidade geográfica e posição estratégica dignas de nota, realçam a oportunidade desta reflexão.

II – O segundo “olhar” sobre Leiria, abarcando ainda o território do seu concelho, é de cariz ‘sócio-demográfico’. Vai ter em consideração os seus habitantes e as funções relacionadas com as actividades económicas que animaram o burgo leiriense, accionadas principalmente pela fonte de energia hidráulica que foi o caudal do rio Lis.

Destacamos a presença dos moinhos de água, das moagens e pisões, dos lagares de vinho e de azeite, dos engenhos de serração de madeira e dos engenhos de produção de pasta de papel, sobre os quais assenta o tecido produtivo e empresarial que no século XIX, beneficiando das acessibilidades conferidas pela implantação dos transportes ferroviários e pela criação da rede viária, tão bem foram explorados pela burguesia leiriense.

Os traços desta industrialização estão bem descritos na tese da Professora Alda Mourão Filipe (2000), intitulado: “A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria (1836-1914)”. Trata-se de um estudo relevante para a compreensão da história económica de Leiria e dos seus reflexos na época mais próxima.

Temos bem presente a evolução económica de Leiria no decurso do século passado e a transição social e económica aqui operada resultante da perda de significado das actividades baseadas no sector primário, com especial relevância para a agricultura, bem como a expansão rápida da indústria em toda a área do concelho. Foi um fenómeno consequente da industrialização do país que Leiria seguiu e que justifica, no início da década actual, em 2001, uma percentagem de mão-de-obra ocupada no sector secundário superior a 50% da sua população activa.

Pinhal Litoral: população residente e população activa

	População residente		População activa (1999)			
	1991	2001	Total	I	II	III
Pinhal Litoral	223025	252404	55974	675	34095	21204
Batalha	13329	15167	4483	75	3047	1361
Leiria	102762	121536	26933	400	14126	12407
Mar. Grande	32234	34429	10225	9	7754	2462
Pombal	51357	56907	9099	60	5378	3661
Porto de Mós	23343	24365	5234	131	3790	1313

Seguindo este processo de industrialização o crescimento dos serviços, que acompanhou a urbanização, é responsável pelo peso deste sector de actividade. Em 2001 o sector terciário acolhia quase metade da população activa do concelho, deixando um valor residual, da ordem dos 5%, para o sector primário. De facto, em 1999, para o conjunto do “Pinhal Litoral”, o nº de trabalhadores permanentes na agricultura, por cada 100 habitantes, era de 14 indivíduos, valor mesmo assim superior à média do país que nessa data era de 11 trabalhadores.

Não cabe fazer referência ao padrão espacial de distribuição das actividades económicas. Salientamos, no entanto, para o conjunto do concelho, a relevância da população activa ocupada no sector secundário e o significado dos sectores mais representativos da indústria transformadora: indústria alimentar, têxteis, madeiras, indústrias químicas e de plástico, produtos minerais, indústrias metalúrgicas e de maquinaria, que se distribuem por toda a área do concelho constituindo, nalguns casos, “nichos” importantes de produção industrial. Neste cenário é de salientar a maior concentração destas actividades em torno do eixo tradicional de Leiria-Marinha Grande, estendendo-se na actualidade em direcção a Pombal.

Uma apreciação mais detalhada desta matéria realça a importância do parque industrial sedado nesta área, constituído essencialmente por PME, e o dinamismo e empenho dos seus empresários no seu reforço e ampliação.

Traduzindo os indicadores mais pertinentes do crescimento sócio-económico temos os indicadores demográficos que evidenciam a convergência de diversos factores locais e regionais, responsáveis pela dinâmica demográfica leiriense. Retomemos alguns factos.

A apreciação da curva demográfica do concelho de Leiria, de 1864 aos nossos dias, apresenta um traçado ascendente permitindo destacar 4 fases distintas dessa evolução:

- um crescimento moderado da população do concelho, entre 1864 e 1930, traduzindo um aumento de +33982 indivíduos (crescimento anual médio de 514.8 indivíduos). Este movimento denota uma evolução moderada das taxas de crescimento natural e a acção dos movimentos migratórios que então alastraram em toda esta região;

- um aumento mais acentuado dos habitantes, entre 1930 e 1960 (+27754 indivíduos – crescimento anual médio de 925.1 indivíduos). Esta variação deve-se, sobretudo, às reduzidas taxas de crescimento da emigração e à estagnação deste fenómeno;

- uma quebra acentuada da população residente, entre 1960 e 1970: -4038 indivíduos (crescimento anual médio de: -403,8 indivíduos) decorrente da intensificação do fenómeno emigratório que então alastrou a todo o país;

- um aumento acentuado da população desde 1970: cerca de 40000 habitantes entre esta data e 2001, o que corresponde a um acréscimo médio anual de +1500 indivíduos. Este fenómeno acompanhou o processo de litoralização do país e reflecte a situação económica e social dominante nesta área.

Os dados referidos no quadro seguinte permitem-nos conhecer melhor o crescimento demográfico registado na área do “Pinhal Litoral”, entre 1991 e 2001.

Pinhal Litoral - Crescimento populacional (1991-2001)

	<i>Pop. residente</i>		<i>Var. popul</i>	<i>Saldo</i>	<i>Saldo</i>	<i>T. Cres.</i>
	<i>1991</i>	<i>2001</i>	<i>1991-2001</i>	<i>natural</i>	<i>Migrat</i>	<i>.Popul.</i>
Pinhal Litoral	223025	252404	26571	5011	21560	11.91
Batalha	13329	15167	1673	251	1422	12.55
Leiria	102762	121536	17108	4225	12883	16.65
Mar. Grande	32234	34429	1919	1541	378	5.95
Pombal	51357	56907	4943	-1243	6186	9.62
Porto de Mós	23343	24365	928	237	691	3.98

De salientar que entre 1991 e 2001 o concelho de Leiria evidenciou-se na região centro do país pelo seu forte crescimento populacional: + 18.3%, o que atesta o dinamismo demográfico da sua população e a capacidade de atracção sobre os seus habitantes. Tal facto pode ser comprovado através de diversos indicadores demográficos que permitem notar:

- quanto ao movimento natural da população (natalidade e mortalidade), os valores registados aproximam-se dos indicadores gerais do continente;
- no que respeita ao excedente de vidas, os valores relativos a este concelho excedem a média do país;
- no que concerne o envelhecimento demográfico, os valores encontrados são inferiores à média do continente.

Pinhal Litoral - Indicadores demográficos - 2001

	<i>Port..</i>	<i>Pinhal</i>					
		<i>Litoral</i>	<i>Batalha</i>	<i>Leiria</i>	<i>M.Grde.</i>	<i>Pombal</i>	<i>P.Mós</i>
- T. de natalid (%0)	10.9	11.0	10.8	11.1	11.6	10.7	10.6
- T. de mortalid.(%0)	10.2	9.1	9.3	7.7	9.1	11.0	11.4
- T. exced. vidas(%0)	0.7	1.9	1.5	3.4	2.5	-	-0.9
- T. de nupcial.(%0)	5.7	5.5	5.5	5.6	6.4	5.0	5.0
- T. de fecund.(%0)	43.2	44.8	43.0	43.5	47.8	46.4	45.2
- Índ. envelhecim(%)	103.6	109.7	108.5	86.9	123.9	147.7	137.5

Esta situação dá uma imagem da capacidade de procriação da população residente e da dimensão dos seus grupos funcionais. De facto, uma análise mais atenta da estrutura da população residente no concelho de Leiria, em 2001, confirma o peso da população adulta em idade activa e de procriação, relativamente aos demais grupos funcionais.

Concelho de Leiria: estrutura etária da população (2001)

População total (Leiria)	121 536 habitantes	
Grupo funcional:	0-14 anos	17.2%
	15-24 anos	14.0%
	25-49 anos	36.4%
	50-64 anos	17.6%
	> 65 anos	14.9%

Contudo se atendêssemos à pirâmide etária do concelho esta evidencia já a dimensão do envelhecimento demográfico local que se traduz no estreitamento da sua base, devido à redução dos nascimentos, e no alargamento do topo devido ao aumento da população idosa.

Outras reflexões poderiam ser produzidas relacionadas com a mobilidade da população residente ou mesmo com os movimentos emigratórios que aqui se têm desenrolado. Contudo a extensão e teor desta comunicação não permitem uma análise mais atenta sobre os mesmos.

III – Passemos ao terceiro tema da nossa reflexão: o olhar ‘urbano-funcional’ sobre Leiria, conhecida como centro urbano e de serviços, como pólo de atracção regional, sede de uma área urbana em expansão crescente e núcleo dinamizador de um sistema urbano em construção na Alta Estremadura. Nesta reflexão tomamos como ponto de partida a “centralidade” de Leiria, indicador que traduz “a extensão das funções urbanas prestadas pelo lugar central” de Leiria, calculado a partir do levantamento das respectivas ‘funções centrais’ aqui localizadas.

Conforme se lê num trabalho elaborado pelo INE (“Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional”), a “organização territorial da Região Centro caracteriza-se por uma rede de centros multipolar, não existindo propriamente um centro urbano que se evidencia, de forma inequívoca enquanto polarizador de toda a

região. Encontramos antes um quadro regional composto por vários lugares centrais com alguma importância em termos funcionais”.

Prosegue o mesmo estudo assinalando a importância de Coimbra, “o lugar mais central, sendo o único que presta 117 funções”, o que leva a que esta cidade ocupe o 10º lugar na hierarquia dos centros urbanos à escala nacional.

Bastante próximo de Coimbra situam-se as restantes capitais de distrito da região centro do país.

Indicadores de ‘centralidade’ urbana

	<i>Pop. Resid.</i>	<i>Nº serviços Prestados</i>	<i>Índice de centralidade</i>	
			<i>Valor</i>	<i>Rank</i>
Aveiro	49964	114	10.51	18º
Viseu	35627	113	10.42	21º
Leiria	41714	112	9.71	26º
Castelo Br.	31240	112	8.32	39º
Guarda	25807	106	7.37	51º

Referimos ainda outros centros urbanos cuja importância no contexto regional tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Indicadores de ‘centralidade’ urbana

	<i>Pop. Resid.</i>	<i>Nº serviços Prestados</i>	<i>Índice de centralidade</i>	
			<i>Valor</i>	<i>Rank</i>
Covilhã	19940	112	7.85	44º
Pombal	16049	107	7.20	54º
Figueira da Foz	26621	105	7.02	57º
Marinha Grande	28372	108	6.85	60º
Fátima	10302	95	5.12	93º
Ourém	6712	100	4.61	110º
Batalha	7522	89	3.71	160º
Porto de Mós	2869	76	2.60	270º

Os valores acima indicados confirmam a importância do centro urbano de Leiria no contexto da região centro do país, bem como a sua evolução crescente durante o terceiro quartel do século XX. E a imagem que construímos desta área territorial atesta as profundas alterações económicas, sociais e culturais aqui operadas e que são visíveis não só no dinamismo sócio-económico local, mas também no espaço urbano através do traçado e fisionomias urbanas e em todo o espaço organizado pela cidade de Leiria. Tal facto abona a favor da importância regional crescente deste centro que tem vindo a evidenciar-se como “nó” de um sistema urbano mais vasto

de que fazem parte os outros centros urbanos da Alta Estremadura: Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Fátima.

Em nosso entender a articulação deste sistema pode constituir-se como um motor de desenvolvimento de toda esta região, caso consiga potenciar os seus recursos, reafirmando as centralidades de que dispõe. Igualmente pode beneficiar das externalidades sentidas para o conjunto da Alta Estremadura.

Uma vez que anteriormente já nos referimos à centralidade de Leiria e dos centros urbanos mais próximos não nos vamos preocupar em apresentar outros indicadores relacionados com o desenvolvimento urbano desta área. Se o quiséssemos fazer bastaria recorrer aos “indicadores urbanos por áreas urbanas concelhias” disponibilizados pelo INE, para ficarmos com uma imagem mais clara da vitalidade desta sub-região litoral identificada, em termos estatísticos, com a NUTIII – “Pinhal Litoral”.

Recordamos mesmo assim que para além dos indicadores de “centralidade” já enunciados o sistema urbano da Alta Estremadura, impulsionado pela cidade de Leiria e pelas suas acessibilidades, pode vir a beneficiar de um conjunto de efeitos benéficos gerados por agentes económicos (empresas, governo e outros) que actuem fora desta área. Pensamos nas “externalidades” sugeridas pela beneficiação e construção de novas vias e/ou plataformas de circulação ferroviária – caso da linha de TGV – e aero-portuárias – caso do aeroporto da OTA – cujos reflexos se farão sentir nesta área do território.

IV – Sem se tratar propriamente de uma análise incisiva, não resistimos em lançar de relance mais um olhar, de natureza ‘prospectiva’, sobre Leiria e a sua região, a propósito da recém-criada “comunidade urbana” de Leiria. Para tanto importa recordar os princípios de “descentralização” e de “subsidiariedade” em que assenta a sua constituição.

Louvamos os esforços ora encetados que visem a complementaridade das acções de planeamento territorial e social, bem como as sinergias políticas e outras que permitam uma acção concertada dos diversos municípios que aderiram a esta “comunidade urbana”, no sentido de alcançarem:

- ordenamento territorial adequado,
- desenvolvimento económico sustentado,
- luta contra a exclusão social,
- preservação do património natural e cultural,
- preservação do ambiente,
- elevação do nível de instrução, do nível de vida e de bem estar dos seus residentes.

Só com estas medidas é possível:

- potenciar o aparecimento de novas oportunidades de desenvolvimento sócio-económico e cultural,
- resolver os problemas que ultrapassam as fronteiras municipais, especialmente as relacionadas com o ambiente e o ordenamento,
- promover a reorganização e o equilíbrio do sistema urbano, à escala regional e nacional.

As reflexões anteriormente referidas sobre Leiria, no contexto histórico e geográfico da Alta Estremadura, justificam que este nosso último “olhar”, mais prospectivo, não deixe ainda de enunciar um conjunto de “pilares” sobre os quais deve assentar o modelo de desenvolvimento desta sub-região.

Referimo-nos em particular:

- à necessidade de reorganização do espaço urbano, peri-urbano e rural,
- à resolução dos problemas ambientais,
- à formação especializada dos recursos humanos, em particular de nível superior,
- à captação de investimentos,
- ao desenvolvimento de novas “centralidades”,
- à difusão de novas tecnologias e à inovação,
- à acção conjugada dos diversos actores sociais.

Estes aspectos devem permitir a afirmação de sinergias locais e regionais que garantam uma acção política coerente, articulada, racional e empenhada de todos os seus agentes: pessoas singulares, empresas, entidades públicas, associações e Estado. Só nesta perspectiva os desafios que continuam a pairar sobre Leiria e sobre

a sua área urbana poderão beneficiar a “comunidade urbana” ora constituída, tornando-a numa área apetecível para fixação e residência de novos munícipes, num espaço de desenvolvimento das suas capacidades de realização e num cenário social benéfico para o exercício condigno dos seus direitos e deveres de cidadania.

São vários os domínios em que se deve verificar a transferência directa de competências da administração central para os municípios, com particular relevância para as áreas da educação, da saúde, da economia, da cultura, da administração interna, das obras públicas, da habitação, do ordenamento do território e do ambiente. De qualquer modo importa que as medidas a tomar tenham em devida conta:

- as tradições das suas gentes,
- a defesa do meio ambiente,
- a salvaguarda do património natural e cultural,
- a valorização interpessoal e cultural da população,
- o espírito de criatividade e as oportunidades de desenvolvimento tecnológico e social,
- os atributos humanos dos seus habitantes e a afirmação do seu potencial inovador,
- o bem estar físico, material e cultural desta população.

E neste esforço conjunto a ADLEI e os seus associados têm, inevitavelmente, uma palavra a dizer.

Jorge Arroiteia (2JUL04)

Para uma leitura geográfica dos espaços de ‘poder’ no município de Leiria: a emergência do ‘poder do conhecimento’³⁰

Aos membros do Conselho Geral do Instituto Politécnico de Leiria que nos acompanharam nesse órgão

1. Introdução

O assunto que escolhemos como tema desta comunicação centra-se num problema actual em geografia humana, relacionado com a leitura do espaço natural e humanizado e do espaço social de relação, resultantes, o primeiro, da acção do homem sobre a paisagem, e o segundo, da ‘dominação’ que advém do exercício do poder local (município de Leiria) - funcionalmente dependente deste centro urbano - e, particularmente, do poder conferido pelo Estado e exercido pelo Instituto Politécnico de Leiria. Este é constituído por uma constelação de escolas³¹, articuladas entre si, que exercem funções de nível superior em diferentes concelhos do distrito de Leiria.

A este respeito outras reflexões, importa assinalar. No primeiro caso, o município, tal como as freguesias que o integram, fazem parte das autarquias locais (artº 235 da Constituição da República Portuguesa) e o espaço de autoridade que exercem circunscreve-se aos seus limites territoriais; no segundo exemplo, o poder, assume-se como *“um fenómeno de relação social e organizacional”* (FERNANDES, 1988, p. 60), entre a unidade central do IPL, suas escolas e outros parceiros institucionais.

Não sendo objectivo desta comunicação, proceder a qualquer análise de tipo organizacional do IPL, sugerimos uma reflexão sobre a construção do poder de ‘persuasão’ (McLEAN, 1996, p. 398) - entenda-se, de ‘influência’ - exercido por esta instituição sobre a sociedade e, particularmente, sobre a população escolar que frequenta as suas escolas, à procura de *“uma sólida formação cultural e técnica de*

³⁰ Com esta comunicação, o autor pretende homenagear o Professor Dr. Luciano de Almeida, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, bem como os seus colaboradores, pelo seu empenho no desenvolvimento de iniciativas conducentes à construção da sociedade do conhecimento.

³¹ ESE, ESTG e ESS (em Leiria); ESAD (Caldas da Rainha) e ESTM (Peniche)

nível superior” (LBSE, artº 11º). Esta acção configura o traçado de um espaço alargado de intervenção do IPL em articulação com outras instituições de formação e investigação e a estruturação de um tipo de região, de natureza educacional e científica, a “região do conhecimento”, construída em torno deste Instituto Politécnico. Estamos, portanto, na presença de duas questões distintas, mas complementares - a área de acção administrativa, decorrente da ‘autoridade’ da autarquia, e a construção de novos espaços de relação e de poder, baseados na ‘autoridade científica’ - que assentam:

- o primeiro, na referência à homogeneidade geográfica e de base administrativa, que permite o exercício da autoridade normativa numa área delimitada do território, a autarquias local (e as suas freguesias) e o distrito. Neste caso podemos referir o município de Leiria, sede de um conjunto de funções que animam a vida de relação de natureza autárquica, e, também, acções concertadas de articulação territorial, de natureza supra e inter-municipal, através da “Associação de Municípios da Alta Estremadura”;

- o segundo, na construção de ‘espaços’ regionais (e supra-regionais) assentes em critérios de interdependência e na análise de funções de nível superior (formação superior especializada e de investigação) de maior extensão.

Nesta comunicação vamos tomar como exemplo o IPL, no sentido de delinear uma proposta de estudo, mais elaborada, sobre esta matéria. Como cenário natural destas entidades, o município de Leiria e o IPL, refere-se a sua localização na região da Estremadura (RIBEIRO, 1955, p. 246), considerada por este autor (RIBEIRO, 1970, p. 306), a sul do “núcleo demarcado pela linha do Mondego-Serra da Estrela”. A área que nos interessa faz parte, na sua quase globalidade, e para efeitos estatísticos, da unidade territorial – NUTIII do “Pinhal Litoral”.

2. Traços do município de Leiria

Tendo em conta a sua evolução histórica e social, reflectir sobre Leiria e o seu município no cenário da Alta Estremadura é recordar o seu passado, atender à evolução recente e à acção de diversos poderes e actores que protagonizam funções relevantes na condução de projectos autárquicos, empresariais, educacionais e outros, em defesa dos problemas e das expectativas das suas gentes. Vejamos alguns aspectos.

1. O primeiro, de natureza ‘histórico-geográfica’, recorda-nos a importância de Leiria e do seu castelo na afirmação da identidade territorial exercida a sul do rio Mondego e ao longo do rio Tejo, de Santarém a Lisboa.

Sujeita, como foi, durante anos a um processo de ocupação humana determinada pelos condicionalismos do movimento militar e religioso que permitiu o alargamento da fronteira para sul, as terras da Estremadura setentrional foram arroteadas pela acção da Igreja, do poder régio, das ordens religiosas e monásticas e dos moradores que no decurso dos séculos XII e XIII, aí se fixaram. Como refere O. Ribeiro (1967, p. 59), esta região pertence ao *“Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que deles tomou ‘as instituições, os usos e a língua’ e algumas tintas de uniformidade”*, aspectos evidentes na faixa litoral a sul dos campos do Mondego, onde dominava a policultura, o *“revestimento de pinheiros sobre areias movediças”* (RIBEIRO, 1955, p. 246) e a cultura do milho que acompanhava até ao Sado *“a dispersão intercalar”* e *“uma densidade de população elevada”* (Loc. cit.).

Reportando-nos a um dos estudos de Saúl António Gomes (1995), sobre o castelo de Leiria e da importância que teve na organização do território da Alta Estremadura, onde disputou os seus domínios e haveres com os cruzios de Coimbra, os cistercienses de Alcobaça, os templários de Pombal e a casa senhorial de Ourém, o burgo medieval desempenhou funções centrais de relevância comercial, administrativa, jurisdicionais e religiosas, sobretudo da criação da sua diocese em meados do século XVI. Acrescem a estas funções, a militar determinada pela presença da

fortaleza, erguida sobranceira à cidade, que lhe deu fama como baluarte defensivo e como centro prisional.

Outros aspectos de natureza histórica poderiam ser lembrados. De sede da corte régia, às funções religiosas exercidas pela Igreja de Santa Maria da Pena e mais tarde pela Sé de Leiria, às de importante centro de povoamento da Diocese. Destas funções sobressai, ainda, a relevância da praça e da cidade de Leiria e do seu território, na dependência do poder civil e religioso e como centro geográfico, dotado de uma boa acessibilidade, conferida:

- pelas vias de circulação terrestres, ditadas pela presença da estrada romana que ligava o norte ao sul do país,
- pela proximidade do complexo portuário marítimo, dominado pelos portos da Pederneira, da Concha (S. Martinho) e da foz do rio Lis,
- pela acção das casas senhoriais de Ourém, do mosteiro de Alcobaça e dos centros periféricos de Porto de Mós, de Ourém e de Pombal,
- pela localização próxima de outras cidades, tais como Coimbra, Santarém e Lisboa.

Estes dados fortalecem o passado histórico de Leiria, a sua centralidade geográfica e posição estratégica, hoje reforçadas pelo crescimento da cidade e da sua área urbana.

2. Traduzindo os aspectos relativos à evolução histórica, temos os dados demográficos que evidenciam a convergência de diversos factores, locais e regionais, responsáveis pela dinâmica demográfica. A apreciação da evolução demográfica do concelho de Leiria, de 1864 aos nossos dias, é fortemente positiva permitindo destacar 4 fases distintas dessa evolução:

- um crescimento moderado da população, entre 1864 e 1930, traduzindo um aumento de +33982 indivíduos (crescimento anual médio de 514,8 indivíduos),
- um aumento mais acentuado dos habitantes, entre 1930 e 1960 (+ 27754 indivíduos – crescimento anual médio de 925,1 indivíduos),

- uma quebra acentuada da população residente, entre 1960 e 1970: -4038 indivíduos (crescimento anual médio de -403,8 indivíduos), decorrente da intensificação do fenómeno emigratório que então alastrou a todo o país,

- um aumento acentuado da população, desde 1970 de cerca de 40000 habitantes entre esta data e 2001, o que corresponde a um acréscimo médio anual de +1500 indivíduos. Este fenómeno acompanhou o processo de litoralização do país e reflecte a situação económica e social dominante.

Os dados relativos ao recenseamento de 2001 dão-nos a conhecer as novas tendências do concelho, isoladamente e no contexto do “Pinhal Litoral”.

Pinhal Litoral - Crescimento populacional (1991-2001)

	<i>Pop. residente</i>	<i>Var. popul</i>	<i>Saldo</i>	<i>Saldo</i>	<i>T. Cres.</i>
	<i>1991</i>	<i>2001</i>	<i>1991-2001</i>	<i>natural</i>	<i>Migrat. Popul.</i>
Pinhal Litoral	223025	252404	26571	5011	21560 11.91
Batalha	13329	15167	1673	251	1422 12.55
Leiria	102762	121536	17108	4225	12883 16.65
Mar. Grande	32234	34429	1919	1541	378 5.95
Pombal	51357	56907	4943	-1243	6186 9.62
Porto de Mós	23343	24365	928	237	691 3.98

De salientar que, entre 1991 e 2001, o concelho de Leiria evidenciou-se na região centro do país pelo seu forte crescimento populacional, de + 18.3%, o que atesta o dinamismo demográfico da sua população e a capacidade de atracção sobre novos habitantes. Este facto pode ser comprovado através de diversos indicadores demográficos. Assim:

- quanto ao movimento natural da população (natalidade e mortalidade), os valores registados aproximam-se dos indicadores gerais do continente,

- no que respeita ao excedente de vidas, os valores relativos a este concelho excedem a média do país,

- no que concerne o envelhecimento demográfico, os valores encontrados são inferiores à média do continente.

Esta situação dá uma imagem da capacidade de procriação da população residente no concelho de Leiria, baseada na análise da estrutura da população.

Concelho de Leiria: estrutura etária da população (2001)

População total (Leiria)	121 536 habitantes	
Grupo funcional:	0-14 anos	17.2%
	15-24 anos	14.0%
	25-49 anos	36.4%
	50-64 anos	17.6%
	> 65 anos	14.9%

Note-se que a pirâmide etária concelhia evidencia, já, a dimensão do envelhecimento demográfico local, traduzido quer no estreitamento da sua base, devido à redução dos nascimentos, quer no alargamento do topo, devido ao aumento da população idosa. Outras reflexões poderiam ser produzidas relacionadas com a mobilidade da população residente ou mesmo com os movimentos migratórios. Contudo a extensão e teor desta comunicação não permitem uma análise mais atenta sobre a sua dimensão.

3. O terceiro aspecto a recordar, de natureza ‘sóciodemográfico’, tem em consideração os habitantes e as funções relacionadas com as actividades económicas que animaram o burgo leiriense e os seus arrabaldes. Destacamos a presença dos moinhos de água, das moagens e pisões, dos lagares de vinho e de azeite, dos engenhos de serração de madeira e dos engenhos de produção de pasta de papel, sobre os quais assenta o tecido produtivo e empresarial, que no século XIX, beneficiando das acessibilidades conferidas pela implantação dos transportes ferroviários e pela criação da rede viária, foram explorados pela burguesia leiriense. Os traços desta industrialização, entre 1836 e 1914, foram objecto de estudo por parte de Alda Filipe (2000), sobre a formação do tecido empresarial na área económica de Leiria.

Temos presente a evolução económica de Leiria no decurso do século passado e a transição social e económica aqui operada em consequência da quebra das actividades baseadas no sector primário, com especial relevância para a agricultura, e da expansão rápida da indústria em todo o concelho. Foi um fenómeno consequente da industrialização do país, que Leiria seguiu e justifica, no início da década actual, em 2001, uma percentagem de mão-de-obra ocupada no sector secundário, superior a 50% da sua população activa. Seguindo o processo de

industrialização, o crescimento dos serviços decorrente da urbanização, foi responsável pelo aumento desta população activa, deixando um valor residual, da ordem dos 5%, para o sector primário.

Pinhal Litoral: população residente e população activa (2001)

	<i>Pop. Resid.</i>	<i>Pop resid. empregada p/ sectores (2001)</i>			
	<i>2001</i>	<i>Total</i>	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>
Pinhal Litoral	252404	111166	4393	54058	58715
Batalha	15167	7041	344	3446	3251
Leiria	121536	58173	1777	24065	32331
Mar. Grande	34429	17446	129	9864	7453
Pombal	56907	22913	1537	10582	10794
Porto de Mós	24365	11593	606	6101	4886

Fonte: INE

Não cabe fazer referência ao padrão espacial de distribuição das actividades económicas. Salientamos, no entanto, o peso da população activa ocupada no sector secundário e o significado dos sectores mais representativos da indústria transformadora: indústria alimentar, têxteis, madeiras, indústrias químicas e de plástico, produtos minerais, indústrias metalúrgicas e de maquinaria, que se distribuem por toda a área do concelho constituindo, nalguns casos, “nichos” importantes de produção industrial. Neste cenário é de salientar a maior concentração destas actividades em torno do eixo tradicional de Leiria-Marinha Grande, prolongando-se na direcção do Norte, até Pombal.

Uma apreciação mais detalhada realça a importância do parque industrial sediado nesta área, constituído essencialmente por PME, e o dinamismo e empenho dos seus empresários, no seu reforço e ampliação.

4. Vejamos outros aspectos, de natureza ‘urbano-funcional’. Neste caso a cidade de Leiria é conhecida como centro de serviços, como pólo de atracção regional, sede de uma área urbana em expansão crescente e núcleo dinamizador de um sistema urbano, em construção, na Alta Estremadura.

Nesta reflexão tomamos como ponto de partida a “centralidade” de Leiria, indicador que traduz “a extensão, o valor do exercício das funções centrais do lugar na área que serve (GASPAR, 1972, p. 52) - a cidade de Leiria - calculado a partir do levantamento das respectivas ‘funções centrais’ aqui localizadas. Um

trabalho elaborado pelo INE (“Sistema urbano: áreas de influência e marginalidade funcional”, 2004), dá-nos conta de 112 funções, dando a Leiria o 26º lugar no ranking nacional, enquanto que Coimbra, com 117 funções, confere a este centro urbano o 10º lugar à escala nacional. De facto, a *“organização territorial da Região Centro caracteriza-se por uma rede de centros multipolar, não existindo propriamente um centro urbano que se evidencia, de forma inequívoca enquanto polarizador de toda a região. Encontramos antes um quadro regional composto por vários lugares centrais com alguma importância em termos funcionais”*.

Na região Centro, recordamos outros centros urbanos cuja importância tem vindo a aumentar nos últimos anos.

Indicadores de ‘centralidade’ urbana (2001).

	<i>Pop. Resid.</i>	<i>Nº serviços Prestados</i>	<i>Índice de centralidade</i>	
			<i>Valor</i>	<i>Rank</i>
Pombal	16049	107	7.20	54º
Figueira da Foz	26621	105	7.02	57º
Marinha Grande	28372	108	6.85	60º
Fátima	10302	95	5.12	93º
Ourém	6712	100	4.61	110º
Batalha	7522	89	3.71	160º
Porto de Mós	2869	76	2.60	270º

Fonte: INE

Os valores acima indicados confirmam a importância do centro urbano de Leiria no contexto da região centro do país, bem como a sua evolução crescente durante o terceiro quartel do século XX. Neste período, a área urbana de Leiria tem vindo a alastrar com o reforço do “eixo urbano Leiria-Marinha Grande” e do desenvolvimento de *“complementaridades e funções de cooperação com os pequenos centros envolventes”* (DGOTDU, 2002, p. 290), casos de, Pombal, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Fátima.

Importa, contudo, salientar a necessidade de articulação deste sistema, no seio da “Associação de Municípios da Alta-Estremadura”, podendo constituir-se como um motor de desenvolvimento de toda esta região.

3 – A construção do poder do conhecimento: o contributo do IPL

Como referimos no início, no contexto acima descrito ganham especial relevância dois actores principais: o município de Leiria, e o Instituto Politécnico de Leiria. No primeiro caso e por acção do ‘poder local’, registam-se as acções “tangíveis”, exercidas directamente sobre os habitantes do município e o seu espaço de autoridade encontra-se circunscrito aos limites territoriais do concelho, o que confere aos cidadãos residentes neste território, os mesmos direitos e deveres. Quanto ao IPL, este tem vindo a alargar as suas funções nos domínios da formação especializada e avançada, nos serviços à comunidade, na construção de uma teia e redes de relação e do conhecimento centradas nas funções de ensino, formação e investigação, bem como na internacionalização das suas actividades.

Ao longo das três últimas décadas e em períodos distintos da história local, estas entidades conduziram processos diferenciados de construção do meio social e cultural e ao desenho de diferentes áreas de influência, sobre os habitantes aqui residentes ou já sobre outros cidadãos que tomam a cidade de Leiria como local de atracção e epicentro de diferentes representações sociais e funções relacionadas com a formação e a investigação responsáveis pela construção do poder do conhecimento, decorrente da criação do ensino superior politécnico.

Com o seu desempenho têm vindo a estruturar-se espaços alargados de influência e de inter-dependência, assentes não só na área de recrutamento dos alunos mas, também, na acção (académica, científica e de cooperação) do IPL junto da sociedade, das autarquias, das empresas, do governo central e de outras entidades públicas e não públicas. Esta acção está relacionada com a evolução do sistema social e político, com o exercício da sua autonomia e com as iniciativas de desenvolvimento regional do ensino superior politécnico.

De realçar que não há um modelo global de desenvolvimento, mas, sim, condições locais que favorecem as “ondas” de mudança. Estas, podem resultar da acção individual e colectiva, dinamizada por “nós” específicos, neste caso os estabelecimentos de ensino superior, os laboratórios de investigação, as empresas, e na sua articulação como facilitadora da troca de informação, da difusão e da inovação (HAGGET, 1976, p. 111-113).

No tempo em que Hagget (1976) redigiu esta obra, não estavam ainda desenhadas as “*auto-estradas de informação*” que permitem a construção dos “*ambientes inteligentes*” (TOFFLER, 1982, p. 167), a partir da utilização do computador e da divulgação da Web. Tal facto, se associado à organização social, à liderança, e ao poder institucional do IPL, baseado na sua ampla participação em diferentes projectos e iniciativas de formação e de investigação de natureza internacional, convergem na construção da “*teia mundial*”, “*apertada e coesa*” (TOFFLER, 1984, p. 401-402), que identifica a “*Terceira Vaga*”, em que vivemos. Este autor, identifica-a (*Op. cit.*, p. 400), como sendo responsável pelas transformações da sociedade e de a elevar “*a um nível muito alto de diversidade e de complexidade*”.

Estas características aplicam-se às redes de conhecimento estabelecidas entre instituições de ensino superior, através de actividades ligadas à formação, à I&D e à cooperação, em diferentes tipos de parcerias, num sistema aberto à sociedade. Contudo, como observa Claval (20001, p. 174), “*chaque culture dispose d’une grammaire de relations qu’elle sait mettre en oeuvre*”, donde, o registo de efeitos distintos destas experiências, incentivadas pela globalização.

Não cabe no âmbito desta comunicação debruçar-se sobre esta realidade. Contudo, importa assinalar que as decisões e as práticas no âmbito do sistema político são indissociáveis das tomadas de decisão relativas aos outros sistemas sociais, tais como os sistemas de ensino e de formação. E os resultados dessa acção podem ser apreciados pela natureza do “produto”, de que destacamos não só a qualidade da formação dos diplomados e a sua adequação às exigências do mercado de trabalho, como a intensidade e as formas de cooperação inter-institucional (com outros estabelecimentos de ensino superior e com empresas), bem como a inovação, a nível regional ou em cenários mais alargados, induzida pelo IPLeiria.

De facto, a consulta de diferentes indicadores de desempenho, vêm confirmar o esforço desenvolvido por esta instituição no sentido de reforçar a sua identidade regional e a capacidade de intervenção social e de poder académico, no todo nacional e fora do espaço europeu. Assim, em discurso público de apresentação da nova imagem da instituição, reconheceu o seu Presidente: “*envolvido na realização*

duma região de sucesso, cuja qualidade dos agentes sociais e económicos é reconhecida a nível nacional e internacional, o IPL é um parceiro de excelência, que concentra esforços no acompanhamento do processo de inovação indispensável a um tecido empresarial forte e tecnologicamente muito exigente”.

Tomemos alguns exemplos que decorrem da acção das suas escolas, localizadas em três concelhos distintos do Distrito de Leiria) e de iniciativas concretas da gestão do IPL, relacionadas com a criação de unidades de interface e de unidades orgânicas especializadas, vocacionadas para este tipo de intervenção junto de vários públicos e da sociedade. Destas, destacamos:

- FOR.CET: tem como missão, enquadrar e promover a realização dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), em funcionamento nos concelhos do distrito de Leiria e fora dele: Leiria, Caldas da Rainha, Peniche, Alcobaça, Nazaré, Figueiró dos Vinhos e Vila de Rei;

- o INDEA: unidade de formação e investigação, visando a promoção de actividades de I&D e a generalização da oferta de formação pós-graduada;

- a UED: uma unidade de ensino à distância, de formação e de investigação, tendo como objectivos principais e de referência, o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da informação;

- a OTIC, tem como objectivo apoiar as empresas, facilitar, impulsionar e desenvolver a transferência de tecnologia e de conhecimentos entre o meio académico e o tecido empresarial, em especial a nível regional.

No seu conjunto podemos destacar, que apesar da localização privilegiada do IPL na faixa litoral do país, a procura social das suas escolas constitui um indicador de poder, o que é comprovado pelas matrículas dos alunos em cursos leccionados no IPL, como sucedeu em 2006/07, quando esta instituição se posicionou em 4º lugar, a nível nacional, nas colocações dos alunos, nas 1ª e 2ª fases. Esta situação configura não só a receptividade aos seus cursos, mas também a boa imagem e capacidade de ‘persuasão’ desta entidade na captação de matrículas junto da população escolar, que não só a oriunda do distrito de Leiria.

Tendo em conta a origem das matrículas dos alunos nas diversas escolas do IPL (num total de 1786), em 2006, registamos a presença de alunos oriundos de CAE de todo o país, com particular relevância para os seguintes:

Leiria	- 588 alunos	32.9 %
Oeste	- 330 “	18.5 ”
Santarém	- 202 “	11.3 “
Lisboa	- 172 “	9.6 “
Coimbra	- 79 “	4.4 “
Aveiro	- 53 “	3.0 “
Setúbal	- 48 “	2.7 “
Braga	- 48 “	2.7 “

Estes dados mostram que a “*centralidade*” do IPL - entendida, de acordo com Christaller (1933) (GASPAR, 1972, p. 53), como “*a importância relativa de um lugar em relação à região que o envolve*” - baseada na sua “*área de influência*”, que ultrapassa as fronteiras do distrito.

Para além dos alunos em cursos de formação inicial, o IPL tem mais de uma dezena de protocolos assinados com instituições europeias de ensino superior – Parceiros ERASMUS³² - nas áreas de: Arte e Design, Gestão, Turismo, Educação, Engenharias, Tradução, Direito, Enfermagem, Serviço Social, Comunicação, Educação Física, que lhe permitem a mobilidade de alunos no espaço europeu e o estabelecimento de uma rede de influência digna de nota.

Esta situação, que evidencia o reconhecimento da comunidade científica por esta instituição assenta na cooperação institucional decorrente de projectos desenvolvidos nas suas escolas. Neste caso o IPL tem assinado diferentes protocolos de Cooperação Técnica e Científica, de apoio à formação e ao ensino à distância e de investigação, com diversas Universidades Nacionais e estrangeiras, especialmente com os PALOPs, em particular com o Brasil e com Macau, orientados quer para a formação dos seus docentes, quer para ao oferta de formação pós-graduada.

³² Entre eles, destacamos os seguintes países: Alemanha, Bélgica, Chipre, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hungria, Itália, Noruega, Polónia, Reino Unido, República Checa, Roménia, Turquia

No seu conjunto estes exemplos valorizam a aceitação desta instituição de ensino superior junto da comunidade académica e científica, nacional e internacional e o alargamento progressivo do seu espaço de influência e de relação, baseado nas inter-dependências que se vão estabelecendo e alastrando a áreas próximas ou mais distantes. Estas, vão alicerçando um sistema de relações, humanas e profissionais, de influência e de atracção sobre os alunos, e de “poderio”, ou poder - entendido como a *“probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social”* (FERNANDES, 1988, p. 62) - através da gestão de diferentes acções e projectos.

Esta acção configura o traçado de um espaço alargado de intervenção desta entidade, em articulação com outras instituições de formação politécnica e universitária, e de investigação bem como a estruturação de um novo tipo de região, de natureza educacional e científica, a “região do conhecimento”, dominada pelo IPL. A caracterizar em profundidade, trata-se:

- de um espaço tenazmente construído, abrangendo diversos espaços territoriais, os quais, de acordo com Bailly e Ferras (1997, p. 120), *“renvoi à une aire d’extension spatiale, un pouvoir, une centration matérialisée sur un support spatial en mailles, noeuds et réseux”*;

- de um espaço desenhado por diversas áreas de influência e de acção, construído por fluxos de relação (pessoais e comunicacionais) de grande intensidade e alicerçado em sentimentos de sociabilidade e de pertença, traduzidos no recrutamento dos alunos, nas representações sociais dos diplomados, dos seus colaboradores ou já na cooperação técnica e científica.

São espaços de relação, definidos não por critérios de homogeneidade, como defendeu O. Ribeiro (1970, p. 320), mas, sim, em critérios interdependência, nos quais assenta o traçado das “regiões funcionais”, definidas como *“uma área geográfica que apresenta características de coerência funcional, sob determinados pontos de vista”* (SEARL, 1980-Anexos, p. 223). Esta leitura configura a acção do IPL como um sistema dinâmico, gerador de um espaço alargado de influência e de uma “região do conhecimento”, construída por diferentes tipos de fluxos, intra-regionais e internacionais.

Como acontece com os demais espaços sociais, trata-se de um espaço fluído, cujos limites, difíceis de estabelecer, se alteram consoante o “poder” e o peso (institucional e científico) das organizações participantes. Por isso, dizemos, com George (1972, p. 43) que, *“l’espace de relation peut se définir comme un groupement d’espaces fonctionnellement complémentaires ou similaires, présentant un ou plusieurs caractères d’unité, qui constituent l’environnement familier des individus en dehors de leur espace vécu »*. Estes considerandos abonam a favor do desempenho do “sistema binário” de ensino superior, e do seu contributo na construção de novos espaços sociais, de saber e de conhecimento, estruturados em constelação de “nós” e de “redes” de relação; dinamizados por actores de diferente formação e por projectos e realizações de natureza formativa e investigativa.

Ousamos recordar que o poder do conhecimento, baseado no “capital cultural” das equipas de formação e de investigação, entrou neste jogo e competição. Assim o reconhece Claval (2001, p. 168), ao afirmar que a utilização do “ciber-espaço” e dos “circuitos de informação”, exercem uma função relevante na organização do espaço, cujos efeitos se fazem sentir através de uma cartografia de fluxos e de redes, assentes em relações pessoais e inter-institucionais.

Os aspectos anteriormente assinalados andam associados ao exercício do “poder”, não como resultado de uma construção administrativa do espaço, (caso do município de Leiria), mas como exemplo de uma acção orientada e regulada pelo poder central, o IPLeia e da autonomia que a lei lhe confere (“Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico” - Lei nº 54/90, de 5 de Setembro), nos domínios administrativo, financeiro e patrimonial. À sua maneira, este tem vindo a contribuir não só para a formação dos recursos humanos, mas, também, para a partilha de inovação com as empresas, desempenho que tem presente os conceitos de “difusão” e de “inovação”, estudados por Hagerstrand (1965), baseadas na troca de informação, na vizinhança, no contacto entre indivíduos, bem como na aceitação e na resistência à inovação, que promovem a sua difusão em áreas contíguas do mesmo território.

Com base na apreciação dos resultados divulgados aquando da avaliação institucional dos estabelecimentos de ensino superior que fazem parte do IPL

assinalamos, à semelhança de Thomas Friedman (2005, p. 366), a importância dos “*factores intangíveis*”, baseados na difusão de “boas práticas” e no uso das tecnologias, implementadas por essas instituições e na sua articulação com o meio. Globalmente, estas têm funcionado como promotores do desenvolvimento económico e da mudança, e acompanham as iniciativas do “sistema político” na luta pelo desenvolvimento territorial e social.

Em simultâneo, vão criando os seus espaços de poder, de âmbito regional e nacional, contribuindo quer para o processo de democratização do ensino e da sociedade mas, também, do desenvolvimento social e cultural das populações, na procura crescente da sua autonomia.

Nota Final

Como ciência do homem e do espaço, a geografia tem uma palavra a dizer na explicação das dinâmicas locais relacionadas com a população, o desenvolvimento regional e o sistema de poder, contemplados pelo “sistema político”. Por outro lado, esta ciência não pode ficar indiferente às dinâmicas sociais que estão na origem da criação de novos espaços de poder, político, económico ou baseado em redes do conhecimento, sediados em “nós” activos, como sejam as instituições de ensino superior.

Do exemplo que escolhemos, importa salientar:

- a natureza das “*relações de poder*”, assentam “*no exercício da autoridade*” (CLAVAL, 1987, p. 448), de organização, que decorrem da posse de bens e, sobretudo, da dependência administrativa das autarquias, relacionadas com o sistema político do “poder local”, o qual nos serviu como referência,

- o contributo das iniciativas de natureza educacional, promovidas pelo poder central, com especial incidência na formação dos recursos humanos, na territorialização da formação e na transferência de tecnologia para as empresas, com vista ao desenvolvimento regional,

- as relações “*societárias*” (CLAVAL, *Op. cit.*, p. 458), estabelecidas através da autoridade e da dominação, ligadas a “*factores intangíveis*” (FRIEDMAN, 2005, p. 366), consubstanciadas no poder do conhecimento, as quais permitem

“compreender a génese das solidariedades a longa distância que caracterizam o mundo actual” (Loc. cit.).

O levantamento destas questões pode ser feita de acordo com a leitura de Friedman (2005, p. 9) de que o *“mundo é plano”*. Assim o notou J. César das Neves, na “Introdução” dessa obra (*Op. cit.*, p. 9): *“nos negócios, mas também na investigação, no desporto, na cultura, a globalização está a tornar o mundo mais justo (o tal “Mundo Plano” do título, brincando com a teses de Colombo de que o mundo é redondo)”*.

Em nosso entender, as questões que se relacionam com a análise geográfica destes fenómenos tornaram-se hoje mais complexas e confirmam a consolidação do poder do conhecimento e o seu contributo na *“capacidade inovativa”* (CASTRO, 1994) e na afirmação do *“sistema binário”* (ARROTEIA, 1996) do ensino superior. Por isso, tendo em consideração as novas concepções e percepções estéticas do espaço (CLAVAL, 1987, p. 378), carregadas de cultura, mas variando de acordo com *“as sociedades e conforme os sistemas de valores e de socialização”*, o contributo da geografia social nesta matéria permite uma melhor compreensão dos fenómenos humanos, sociais e políticos, que decorrem do choque de civilizações: *“um empenhado na civilização da Segunda vaga, o outro na da Terceira Vaga”* (TOFFLER, 1984, p. 434).

O contributo da nossa reflexão denota, uma outra perspectiva, baseada nos desafios relacionados com o desempenho dos municípios na construção de novas *“arquitecturas sociais”* (CLAVAL, 1987), nomeadamente através da sua acção na área da educação, e na construção das *“redes do conhecimento”*, de iniciativa ou partilhadas pelo IPL. A este propósito importa ainda salientar a convergência de interesses que podem contribuir para o reforço do poder do conhecimento, a que nos temos vindo a referir:

- baseado nas sinergias entre o poder local e o IPL, a disponibilidade dos municípios que integram a Associação de Municípios da Alta Estremadura (AMAE, 2000, p. 60), em participar, *“em conjugação com os estabelecimentos de ensino superior existentes na zona, numa perspectiva de qualificação dos recursos humanos, como sector fundamental para o desenvolvimento e modernização,*

nomeadamente em áreas ligadas às específicas regionais, e no aprofundamento da pesquisa e inovação tecnológica, na criação de laboratórios de qualidade e na promoção de empresas e serviços ligadas às novas tecnologias”.

- centrado no exemplo do IPL, o seu contributo na construção do espaço do conhecimento e da inovação, induzidos por esta instituição de ensino superior e a análise de um conjunto de aspectos com ele relacionados a serem tidos em conta na análise regional.

Este, em suma, o nosso contributo para uma reflexão mais alargada, sobre os factores condicionantes da inovação e das oportunidades de desenvolvimento, em torno de Leiria, do seu município e da “área urbana” que o anima. Por isso procurámos recordar o papel do “poder local” e, sobretudo, o contributo do Instituto Politécnico de Leiria, entidade a quem compete, na época actual, desempenhar um papel relevante nos processos de inovação e de desenvolvimento regional, bem como na promoção da cultura, da investigação e formação da população portuguesa.

Bibliografia

AMAE, *Alta Estremadura*. Leiria, Associação de Municípios da Alta Estremadura, 2000.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *O ensino superior em Portugal*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 1996.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *O ensino superior politécnico em Portugal*. Aveiro/Viseu, Universidade de Aveiro/Instituto Politécnico de Viseu, 2002.

ARROTEIA, Jorge Carvalho, *Leiria – ensaio sobre a terra e o homem no concelho de Leiria*. Leiria, Instituto Politécnico de Leiria, 2002.

BAILLY, A., FERRAS, R., *Éléments d'épistémologie de la géographie*. Paris, Armand Colin, 1997.

BIROU, A., *Dicionário das Ciências Sociais*. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1978.

CASTRO, Eduardo Anselmo M. F., *Assimetrias regionais de desenvolvimento e capacidade inovativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro (Tese de Doutoramento – Policopiada), 1994.

CLAVAL, Paul, *Geografia do homem – cultura, economia, sociedade*. Coimbra, Livraria Almedina, 1987.

CLAVAL, Paul, *Épistémologie de la géographie*. Paris, Nathan, 2001.

DGOTDU, *Sistema urbano nacional – rede complementar*. Lisboa, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2002.

FERNANDES, António Teixeira, *Os fenómenos políticos: sociologia do poder*. Porto, Edições Afrontamento, 1988.

FILIFE, Alda Maria Mourão, *A formação do tecido empresarial na área económica de Leiria (1836-1914)*. Coimbra, Universidade de Coimbra/FLUC (Tese de Doutoramento – Policopiada), 2000

FRIEDMAN, Thoas, *O mundo é plano – uma história breve do século XXI*. Lisboa,

Actual Editora, 2005.

GASPAR, Jorge, *A área de influência de Évora – sistema de funções e lugares centrais*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1972.

GEORGE, Pierre, *Sociologie et Géographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 1972.

GOMES, Saul António Gomes, *Introdução à história do Castelo de Leiria*. Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 1995.

HAGGET, P., *Analisis locacional en la Geografía Humana*. Barcelona, Editorial Gustavo GILI, S. A., 1976.

LAUTENSACH, Hermann, *Geografía de España y Portugal*. Barcelona, Editorial Vicens-Vives, 1967.

MCLEAN, Iain, *The concise dictionary of Politics*. Oxford, Oxford University Press, 1996.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal* (Tomo V de: Geografia de España y Portugal). Barcelona, Montaner y Simón, S. A., 1955.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1967.

SEARL, *Livro branco sobre a regionalização (Anexos)*. Lisboa, S.E.A.R.L. / Ministério da Administração Interna, 1980.

TOFFLER, Alvin, *A terceira vaga*. Lisboa, Livros do Brasil, 1984.

Outra: www.iplei.pt

Aveiro³³

Falar de Aveiro e da sua região significa, antes de mais, recuar no tempo e no espaço e procurar nos traços físicos e nas marcas humanas do povoamento actual, os indícios das civilizações mais antigas e a sua evolução no tempo. Para tanto, o recurso a diversos testemunhos e fontes de informação constitui-se como uma tarefa morosa e nem sempre de êxito garantido, em virtude da fraca perenidade de alguns desses testemunhos que por desagregação física ou por incúria humana, desapareceram definitivamente.

Recordar Aveiro antigo é antes de mais pensar na localização de um pequeno povoado, edificado na margem esquerda do rio Vouga e ocupando um pequeno esporão sedimentar, hoje dominado pelo espaço adjacente à Câmara Municipal e à igreja da Misericórdia, onde se terá edificado a primeira igreja da povoação, a Igreja de S. Miguel.

Diversos indícios geográficos atestam que à data da fundação do reino de Portugal Aveiro era um porto "*de barra aberta*" (Fidalgo; 1994; 8), dando acesso a outras cinco vilas: Ovar e Estarreja, a norte; Ílhavo, Vagos e Mira, a sul. Note-se que pelo menos desde o século XII (cf: Martins; 1947) a deposição dos sedimentos transportados pelas correntes oceânicas e já pelo rio Vouga alteraram a configuração desse grande golfo de origem marítima, que no início da nacionalidade se estendia desde as imediações de Espinho à Figueira da Foz. Aí se formou a "ria de Aveiro", esse "*enorme pólipó com os braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira*" (Raúl Brandão).

³³*Conferência proferida no jantar do XIX Congresso da "Sociedade Portuguesa de Ortopedia e Traumatologia"; Paço da Graciosa-Famalicão-Anadia em 19/11/1999

Fora das muralhas desenvolvia-se uma intensa vida rural em solos dotados de alguma fertilidade e adobados insistentemente com "moliço" recolhido na laguna. Esta prática permitiu melhorar as condições de fertilidade do terreno gerando uma intensa actividade humana que incentivou o povoamento dos areais menos férteis localizados junto ao cordão marítimo dunar.

Recorde-se que as referências mais antigas a Aveiro remontam ao século XIII (1216), ao tempo em que *"D. Urraca Afonso, meia-irmã de El-Rei D. Sancho I, e seu marido doaram ao Mosteiro de São João de Tarouca mil moios anuais de sal que tinham em Aveiro"* (Christo e Gaspar; 1986; 37).

A importância desta povoação (bem como da vila de Esgueira), e a actividade de exploração das salinas é referida em diversos documentos redigidos em data posterior, nomeadamente na doação da Infanta D. Teresa *"ao Mosteiro de Lorvão da vila de Esgueira, que herdara de seu pai, D. Sancho I"* (Christo e Gaspar; 1986; 111) e no "escambo" feito em 1306, entre D. Dinis e o Mosteiro de S. João de Tarouca, através do qual este *"deu ao soberano a terça parte e o senhorio da vila de Aveiro, a Granja e outras herdades e marinhas"*, ficando com todo o senhorio da vila (Christo e Gaspar; 1986; 228).

Contornada pelos canais da "ria" que a circundavam pelo norte, pelo nascente e pelo poente, a Vila de Aveiro era no século XV (M. J. Violante M. Silva; 1997; 27) a única freguesia existente, formada por: *"...grande concentração de prédios com as mais variadas funções, em torno da igreja matriz"*. Tal facto indica tratar-se do *"centro nevrálgico da vila"* onde se destacam: *"igreja, paços do concelho, residência de funcionários régios, casa de mercadores, albergarias, hospital, judiaria, alfândega, fornos."* Mesmo assim *"nada parece faltar a este núcleo que até ao século xv formava decerto uma vila com características muito modestas"*, com os seus traços comerciais e portuários e pelo comércio salinífero que animou, durante séculos, o burgo primitivo.

Relativamente à importância do comércio do sal, as mais antigas referências dessa actividade chegam-nos do início do século XIV quando D. Duarte (1438) permitiu *"a sua exportação, bem assim de outras mercadorias, para o Norte de África, se no regresso trouxessem trigo"* (Fidalgo; 1994; 10). E que esta era uma

actividade bastante lucrativa não nos ficam dúvidas ao ter-se conhecimento do pedido apresentado pelos procuradores desta vila nas Cortes de Elvas (1361), no qual *"pediram a liberdade de fazer o sal que pudessem, quebrando-se a postura em contrário"* (Christo e Gaspar; 1986; 226).

Nos séculos seguintes outros documentos continuam a referir-se às salinas ou à sua produção, ao tráfego marítimo e à pesca, fazendo crer que pelo menos até aos alvares do século XV o sal terá sido um dos principais produtos explorados pela barra do Vouga. De tal forma que ainda no século XVI este produto terá continuado a alimentar as exportações locais fazendo crer que para além da sua venda, se contavam o comércio e o tráfego de peixe (fumado e seco), o vinho, a cortiça e a cerâmica. Para além destas mercadorias enriqueciam ainda o movimento marítimo local os cereais e as frutas, a cera e os couros, o sebo e os ovos, animando este comércio a vila e a população aveirense.

Em nosso entender a expansão destas actividades foi determinante não só para o aumento do burgo de Aveiro e da sua população, mas também para o seu crescimento, extensível a outras cidades do reino por via da empresa dos Descobrimentos. Este desempenho não se pode desligar da outorga do "foral" que D. Manuel I fez a esta "vila", porto notável da foz do Vouga, no ano de 1515.

Importa assinalar que nos alvares do século XVI, com o início da exploração dos bancos da Terra Nova, o comércio do bacalhau trouxe nova vitalidade ao porto de Aveiro. Contudo a participação da frota local na expedição africana, registada por finais desse século e o agravamento das condições de navegabilidade que se começaram a fazer sentir por meados do século XVI - quando nos chegam notícias dos primeiros desaires sofridos pela barra local devido aos fenómenos de assoreamento - alteraram o crescimento da vila.

Segundo descrições da época (A. Costa;1930; II; 1087) *"o tempestuoso inverno de 1575, obstruindo-lhe de areias o porto e a barra, deu princípio à sua decadência"*. Ao que parece (ob. cit.; 1087), *"com o decorrer do tempo agravou-se tanto esta desgraça, que a barra, pelo movimento das areias, foi removida quinze milhas mais para sul, tornando-se difícil e perigosa; os fertilíssimos campos, que tinham chegado em alguns annos a produzir 30.000 moios de trigo, e as celebradas*

marinhas, d'onde se tiravam annualmente 12 a 16 mil moios de sal ou se esterilizaram... ou alagadas se converteram terrenos pantanosos e insalubres que muito concorreram para que a villa se fosse despovoando".

Dependendo quer das vicissitudes políticas e económicas impostas pelo domínio Filipino - que acabaram por afectar o crescimento da povoação aveirense e levaram à perda de importância do seu porto - quer da intensidade das intempéries, o estado da barra foi-se deteriorando progressivamente. Assim aconteceu em 1739, quando novas cheias cobriram todo o reino (F. Neves; 1947; 25) e mais tarde em 1756, quando *"um inverno rigoroso e uma cheia extraordinária arruinam novamente a barra e quase a inutilizam"*, fechando-a totalmente. Esta situação diz bem das razões naturais que contribuíram para a decadência desta povoação e do seu porto provocando a "miséria geral", as doenças que dizimavam os habitantes e os reverses da classe piscatória ligada desde os alvares do século XVI à pesca nos bancos da Terra Nova.

Este fenómeno, que se agravou nos séculos XVII e XVIII, esteve na origem da decadência progressiva da vila, mesmo depois da sua elevação a cidade, provocando um número considerável de perdas devidas às pestes e à deslocação dos seus habitantes para outras localidades do litoral português.

Foi neste contexto que se registou a elevação de Aveiro a cidade. Tal ocorreu ao tempo do Marquês de Pombal, em 11 de Abril de 1759. Tal gesto pôde significar (Amorim; 1996; 56) a preocupação de dar a Aveiro *"um papel crescente entre dois polos que tradicionalmente se impunham, em termos de jurisdição política e religiosa - Porto e Coimbra"*, situação que tem mantido ao longo destes dois séculos..

A enorme perda de vidas que se registou por mais de três centúrias, desde o século XVI, em toda a povoação, comprovam as vicissitudes geográficas acima referidas. O levantamento das "pessoas de comunhão" residentes na freguesia de S. Miguel (a única existente em 1572, quando foram criadas as restantes freguesias), apontava nesta data para 11.365 "pessoas de comunhão". Tal montante atesta a importância da vila de Aveiro nessa época antes da regressão que a atingiu durante os três séculos seguintes, até finais do século XVII, quando a sua população ficou

reduzida a pouco mais de quatro mil fregueses. É que à semelhança do que sucedia noutras áreas lagunares, a evolução da população local foi condicionada não só pelas pestes que atingiram o país, mas ainda pelas "sezões" provocadas pelo mau estado da barra.

Depois do terramoto de 1755 os dados então recolhidos nas quatro paróquias de Aveiro (cf: E. Costa; 1956) dão-nos um montante ainda inferior, aproximadamente 3.227 habitantes, estando por isso a povoação a "*caminho de se extinguir*". Esta situação só começou a inflectir depois das obras da abertura definitiva da barra de Aveiro, em 1808, e da consolidação das actividades económicas da região que contribuíram para o surto demográfico dos nossos dias. Com efeito quando da realização do primeiro recenseamento da população, em 1864, esse montante deveria orçar os 8,2 milhares de moradores. Este valor passou a aumentar de forma significativa nos anos seguintes: 12,4 milhares em 1900; 16,4 milhares em 1930; 22,1 milhares em 1950 e cerca de 30 milhares em 1991, acompanhando não só o crescimento da população no concelho mas também a evolução das suas lides tradicionais.

Como referimos a animação do comércio local só se verificou depois da abertura da barra do Vouga, em 1808, data que constitui uma marca relevante no processo da evolução da cidade e no reacender das suas actividades económicas. Com efeito a melhoria das condições de acesso ao exterior constituiu uma das condições fundamentais para o estabelecimento de novas lides económicas, acompanhando assim o processo de industrialização do país com base na utilização da máquina a vapor e nas facilidades de transporte. E os reflexos destas oportunidades não se tardaram a fazer sentir quando o industrial José Fereira Pinto Basto requereu, em 1824, a construção de uma "*grande fábrica de louça, porcelana, vidraria e processos químicos na sua quinta chamada da Vista Alegre da Ermida, freguesia de Ílhavo, comarca de Aveiro*" (cf: Christo e Gaspar; 1986; 271).

Note-se que tanto esta unidade como as restantes que se vieram a localizar em Aveiro e no seu termo gozavam aqui das melhores condições para a sua implantação. Por um lado, a exploração próxima do subsolo permitia retirar parte da matéria prima indispensável à laboração, em especial o barro vermelho, que

alimentava a produção cerâmica em diversos locais desta faixa litoral, entre Ovar e Vagos. Por outro lado, a facilidade de escoamento dos produtos fabricados em mercados locais, através da laguna e do porto de Aveiro e o abastecimento de energia com o carvão de lenha, permitiam a laboração contínua destas unidades.

A estas condições já favoráveis devemos acrescentar, ainda no termo do terceiro quartel do século passado, a construção (em 1854) da estrada de Aveiro a Viseu (via Albergaria-a-Velha) permitindo assim a sua ligação à estrada: Lisboa-Porto e a construção das linhas de caminho de ferro, do Norte (inaugurada em 10 de Abril de 1864) e mais tarde a do vale do Vouga (aberta ao tráfego em 8 de Setembro de 1911). No seu conjunto estas novas infra-estruturas permitiram o escoamento dos produtos oriundos da sub-região ribeirinha para outros cantos do país e do estrangeiro, facilitando os acessos da barra de Aveiro à Foz do Douro e à zona centro-interior do território, até Viseu. De acordo com testemunhos da época (Madahil; 1966; 51) a abertura da linha de caminho de ferro veio ainda a permitir "*a exportação de mariscos e peixe para Badajoz*" e eventualmente para outros locais da vizinha Espanha, como aconteceu em relação à Figueira da Foz, por via da abertura da linha férrea da Beira Alta.

Relativamente à industrialização aveirense, convirá realçar que ela anda associada quer à construção da linha do Norte - devida ao grande esforço e à pertinência do tribuno aveirense, José Estevão Coelho de Magalhães - quer às obras do porto de Aveiro. Tal facto repercutiu-se no desenvolvimento urbano recente da cidade que acompanhou a beneficiação portuária e o reacender do comércio marítimo, o relançar da pesca longínqua e de longo curso, a expansão da construção naval e a implantação de um conjunto de indústrias químicas, de papel, mecânicas, metalomecânicas e outras, que acabaram por se instalar dentro do actual perímetro urbano ou muito próximo dele.

A diversificação destas actividades e o seu progressivo desenvolvimento têm contribuído para reforçar o peso económico de Aveiro (sobretudo ao nível da área mais alargada do distrito), facto que é comprovado por alguns indicadores de riqueza e de bem-estar social, que apontam o distrito aveirense como um dos mais prósperos do país. Para tanto concorreram igualmente e de forma relevante, as

consideráveis remessas de emigrantes (oriundas sobretudo da América, um dos continentes preferidos pelos emigrantes locais), que contribuíram grandemente para a solidez dos mercados de capitais.

Independentemente dos aspectos anteriores, importa realçar outros factores que estiveram na origem do crescimento da cidade de Aveiro, particularmente durante o terceiro quartel do nosso século, aquando do recente surto de urbanização e de terciarização sugeridos pela construção de novas infraestruturas, pelo alargamento do perímetro citadino e pela implantação definitiva do ensino superior nesta cidade. Com efeito os esforços para a criação de um estabelecimento de ensino superior em Aveiro são anteriores a 1971, data em que se instalou nesta cidade o ensino médio através de uma secção do Instituto Comercial do Porto, que em 1975 deu origem ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro.

Embora reclamado anteriormente foi com o início dos anos setenta que se intensificou a campanha a favor da ampliação da rede de ensino médio e da instalação do ensino superior nesta cidade. Tendo em conta a evolução demográfica do distrito e a importância da sua riqueza industrial, agrícola e pecuária, propunha-se em 1965 a criação de uma secção da Faculdade de Ciências (da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto ou de Coimbra), bem como a criação de outras *"escolas para o ensino agrícola e pecuária (médio e superior), enfermagem, náutico e educação física"* (O. Oliveira; 1971; 26).

O interesse pela criação do ensino superior em Aveiro foi sucessivamente ganhando alento, sendo concretizado em 11 de Agosto de 1973 com a publicação do Decreto-Lei nº 402/73, que no âmbito da reforma do sistema educativo português e do processo de democratização do ensino em curso. criou a Universidade de Aveiro. Foram estes esforços que permitiram a criação de uma das mais dinâmicas Universidades portuguesas, a U.A., hoje frequentada por cerca de 9000 estudantes em formação inicial e pós-graduada.

Associada a esta iniciativa, Aveiro atraiu ainda, nas últimas décadas, diversos investimentos que reforçaram as oportunidades de emprego nos sectores secundário e igualmente no sector terciário que ultrapassa, em muito, os serviços públicos e o simples comércio tradicional. A estas novas condições e aos avultados

investimentos aqui realizados directamente na construção de infra-estruturas rodoviárias, portuárias e urbanas, ou indirectamente através das transferências bancárias efectuadas pelas comunidades emigrantes residentes em diferentes locais do continente norte e sul americano ou mesmo na Europa, afirmou-se nos anos setenta a implantação de um moderno "campus" universitário.

A atracção de novos habitantes e de investimentos produtivos, a formação de recursos humanos, o estabelecimento de parcerias com a indústria, a prestação de serviços e a transferência de tecnologias para as unidades industriais sediadas na região, parecem constituir os fundamentos necessários para uma nova etapa na vida da cidade. Com efeito, embora situado dentro do perímetro urbano mas suficientemente individualizado da malha urbana pré-existente, o novo "campus universitário de Santiago" tem vindo a constituir-se como um novo polo dinamizador de investimentos e de atracção para uma vasta população de professores, de funcionários e de alunos, que têm sido atraídos pelo crescimento e consolidação desta nova instituição universitária.

Em complemento das acções anteriores, a formação dos recursos humanos que se tem estado a realizar e a fixação destes quadros neste centro, ou na sua área próxima, surgem-nos como elementos facilitadores de uma nova etapa de desenvolvimento e de inovação (tecnológica, cultural e social) que até ao momento a sociedade aveirense não havia experimentado.

Para concluir, recordamos que a análise dos elementos anteriores permite-nos identificar quatro grandes "pilares" indissociáveis de todo o processo de evolução urbana e de crescimento de Aveiro. Passamos a enumerá-los:

- a exploração das salinas, a pesca local e a exploração da terra, que acompanharam o povoamento desta área, a consolidação do burgo primitivo e o seu desenvolvimento até finais do século XIV;

- a actividade comercial marítima e portuária, associada à pesca local e, sobretudo, à pesca longínqua, à salicultura e à indústria de construção naval, fortemente radicadas na vida desta povoação desde século XV e que, embora sofrendo diversos reveses nos séculos seguintes, acompanharam a evolução e a

consolidação de Aveiro como "cidade" até à abertura definitiva da barra no início do século XIX e ao arranque da sua industrialização.

Estes factores, de expressão novamente recentes devido às obras encetadas e ao alargamento da área de influência do chamado "complexo portuário", continuam a animar, hoje em dia, a vida económica local, sendo determinantes para o seu fortalecimento;

- a criação de uma rede de transportes, rodoviária e principalmente a ferroviária, a que se associou um processo de industrialização e de expansão urbanas, facilitador das relações com os mercados (importação e exportação) e da mobilidade da população.

Iniciado no final do terceiro quartel do século passado com a construção das primeiras estradas e do caminho-de-ferro, este crescimento mantém-se na actualidade devido às condições de "acessibilidade" (rodoviária e ferroviária) de Aveiro em relação aos principais centros urbanos do país ou mesmo ao interior da Península Ibérica;

- a "terciarização" progressiva da sociedade local, em resultado da industrialização-urbanização anteriores, da criação de novos serviços e da implantação do "campus universitário", tido como factor decisivo no encaminhamento de novos investimentos, na atracção de novos habitantes e na formação dos recursos humanos necessários aos processos de desenvolvimento e de inovação tecnológica.

Estes os traços dominantes que têm animado a antiga "Alavário", assim descrita pelo poeta Eugénio Beirão (1997)

*"Alavário.
Palavra antiga que diz terra e água,
o ovo e a asa que foram,
o passado e a história antiga,
a luz e o sal, o suor, o azul.
Terra de peixe e de barcos.
A voz que vem de longe
a cantar a espuma e a areia.
Proa que avança no vento,
à flor do sol e da maré cheia.
Alavário*

"Notas geográficas sobre a bacia do Vouga"³⁴

Maio de 1995

"Ao norte de Portugal, sobre o Atlântico, a linha da costa afrouxa e decai para o lado da terra, fechando pelo poente uma extensa meia-lua das planuras vastas, cortadas de canais e lagos, e na linha interior demarcada pelas primeiras elevações dos contrafortes das serras de Arouca, Talhadas, Caramulo e Buçaco"

Lima; 1968

0. Introdução

Reflectir sobre a história e o povoamento da Bacia do Vouga exige uma breve incursão no passado que permita desvendar as causas históricas e naturais que justificam as formas actuais da ocupação humana, a distribuição dos seus habitantes e a actividade dominante da população residente nesta área.

Do mesmo modo discutir os recursos e os desafios que se colocam a esta bacia hidrográfica, obriga-nos a ter presente as condições geográficas que determinaram os locais de fixação e a vida de relação dos seus moradores. Tal facto sugería, portanto, uma reflexão mais profunda que tivesse em conta a natureza das diversas fontes históricas que permitissem entender a evolução do povoamento e a natureza das actividades económicas sediadas nesta área.

1. A bacia hidrográfica do rio Vouga

Na impossibilidade de, em tempo útil, procedermos a um estudo mais detalhada sobre este território referiremos apenas alguns dos aspectos que comprovam a especificidade desta bacia hidrográfica, que atravessa transversalmente o continente português pondo em contacto o planalto beirão e o litoral atlântico.

Como nos recorda Cerqueira (1980; 6), tem sido o rio Vouga um dos factores de aproximação destas duas unidades: *"...a Beira Alta, gémea da nossa litoral - gémea e siamesa por indestrutível e congénita aliança corográfica e humana..."* Um

³⁴ Seminário: A Bacia do Vouga e os seus recursos. Que desafios?

exemplo desta ligação é testemunhado pela linha férrea do Vale do Vouga a qual, construída para aproximar estas duas regiões foi traçada, entre Sernada e Viseu, seguindo a par com as margens deste rio.

Para outras comunicações apresentadas no âmbito deste seminário deixamos, portanto, a oportunidade de uma análise mais detalhada que tenha em conta os aspectos relacionados com o desenvolvimento da vida económica local, a importância dos seus recursos, a identidade do seu património e a especificidade do seu ordenamento.

Mesmo assim num percurso breve que entendemos fazer sobre este tema serviu-nos como primeira fonte a monografia da bacia do Vouga, publicada por A. Girão em 1922 a qual, apesar da data da sua edição, continua a sugerir elementos da maior relevância para a compreensão do estado actual desta área. Um desses elementos diz respeito à natureza deste território identificado com o rio Vouga e os seus afluentes.

Note-se que apesar das suas analogias e diferenças a individualização desta unidade evidencia, no momento presente, um novo interesse pelo estudo das bacias hidrográficas. Tal facto não contradiz os interesses gerais que nos levam à identificação dos grandes espaços e regiões de grande dimensão.

Com efeito a apreciação dos problemas com que se debatem as sociedades pós-industriais relacionados com a utilização dos recursos naturais não renováveis e com as formas de ocupação e de aproveitamento do solo, reforça a oportunidade da individualização destas unidades de planeamento desenhadas pelas "linhas de cumeada" que marcam a divergência das águas entre duas vertentes.

Recordar, mesmo assim, os traços dominantes da bacia do Vouga constitui mais do que a análise dos seus recursos ou das perspectivas de desenvolvimento que se colocam no futuro, mas sim apreciar a sua função como elo de ligação entre duas realidades contrastantes: o mar e a serra, a planície e a montanha, a acessibilidade e o isolamento, a vida de relação marcada pelas facilidades da vida moderna e o esforço na obtenção desses mesmos bens.

O próprio vale do Vouga atesta essas dificuldades. Percorrendo parte do seu percurso em solos de natureza granítica desde a nascente, próximo do santuário da Senhora da Lapa até jusante de Oliveira de Frades, ou atravessando já formações

xistosas de vária espécie até às imediações de Albergaria-a-Velha, a bacia do Vouga manifesta, nesta parte deste seu percurso médio e superior, os traços de um rio de montanha.

Vales por vezes bastante encaixados e um caudal sujeito às variações pluviométricas da sub-região acidentada que atravessa são as características dominantes ao longo do curso médio quando atravessa os contrafortes da Serra de Arada, do Caramulo e do Buçaco de onde divergem os seus principais afluentes: o Caima, o Alfusqueiro, o Agadão e o Teixeira. Sómente na sua parte terminal o rio Vouga, correndo desta vez pelos terrenos brandos da orla meso-ceno-antropozóica, logra espriar as águas que transporta num vale amplo e marcado por uma intensa e diversificada actividade humana.

3. A parte terminal da bacia e a "ria de Aveiro"

De realçar que é nesta zona costeira, marcada pela existência de diversos terraços litorais onde assentam por exemplo as povoações de Ílhavo e de Aveiro, que se desenvolve o "half" terminal do Vouga, geralmente conhecido por "ria de Aveiro".

Como referimos noutro local (Arroteia; 1983), dada a natureza recente destas formações esta região costeira acabou por sofrer alterações na sua configuração original levando à formação do extenso cordão litoral que hoje em dia se estende desde Espinho até Mira determinando, deste modo, a evolução das povoações de toda a zona ribeirinha. Daí que, como nota Ramos (1976; 45), "*...a bacia do Vouga nem sempre teve a amplitude, o vigor e o movimento dos nossos dias*" já que "*...há cerca de dez séculos o vale era mais estreito e reintrante e a foz mais recuada - ficava perto da confluência do Águeda e do Cértoma*".

Recordamos ainda a importância que o rio Vouga teve na formação desta área bem como o papel que este rio desempenhou como factor de desenvolvimento do burgo de Aveiro, nomeadamente após a abertura definitiva da barra em 1808, e como via de comunicação com o interior antes da sedimentação do seu leito.

Como escreveu Lima (1968), "*...a acessibilidade por via marítima ou fluvial manteve-se através da sua evolução geológica porque à medida que a profundidade do mar minguava e a praia recuava, ficaram ilhas e canais e minúsculas veias de*

água navegáveis, que levavam e ainda levam os barcos até ao sopé dos montes, e nos barcos transportam a gente que do mar largo aqui aportou".

A existência destas diferenças naturais que condicionaram a evolução da própria "ria" marcada pelos seus "esteiros" e "canais", pelas "ilhas" e pelos "braços" que a compõem determina, portanto, diversos tipos de ocupação humana. Povoamento com tendência para a aglomeração nos terrenos de natureza xistosa ou já disperso nos terrenos graníticos e sobretudo na orla sedimentar litoral. Quanto à população da bacia do Vouga manifesta nas actividades que a animam os traços de uma vida rural intensa proporcionada pela riqueza dos solos de aluvião que a cobrem.

Estes os traços dominantes, sobretudo da área litoral onde as povoações mais importantes dependentes outrora da actividade marítima e lagunar, como Ovar e Estarreja, estão hoje profundamente marcadas pelos traços da industrialização.

4. Aspectos demográficos

Como anteriormente referimos devido ao traçado do seu leito e às características naturais desta bacia hidrográfica vamos encontrar um comportamento demográfico diferenciado dos seus habitantes. Muitos destes traços são determinados pelas vagas de colonização sucessivas que encerra a história desta região. Como nos recorda Gaspar (1986; 63) os primeiros habitantes desta área terão vindo do "planalto ibérico", "*...vindos das terras do Além-Coa*".

Muitos séculos mais tarde terão chegado novas vagas, desta vez por via marítima, oriundos do oriente como os fenícios, gregos e romanos ou já do norte, dando origem a diversos povoados. Tendo presente as características destas gentes e a diversidade das suas ocupações Lima (1968; 60) chega mesmo a afirmar que "*...o sangue da serra é que pouco teria contribuído para alentar as veias da gente do Baixo Vouga*".

Se pensarmos na distribuição destes habitantes por concelho verifica-se que a bacia do Vouga, inicialmente talhada em terras do distrito de Viseu e intimamente associada aos concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira dos Frades tem, contudo, maior expressão nas terras do distrito de Aveiro. Assim o seu leito natural alcança os concelhos de Albergaria a Velha, Estarreja, Aveiro e Ílhavo.

No que concerne, porém, a extensão desta bacia hidrográfica, a sua área abrange ainda terras dos concelhos de Ovar e Murtosa a norte, de Vagos e Mira a sul. Assim se atendermos à repartição dos seus habitantes numa área alargada, correspondente às NUT III, é possível recolher dados estatísticos em concelhos que se encontram agrupados quer na NUT III de Dão-Lafões quer na do Baixo Vouga. Quanto à população total repartida pela globalidade da NUT III do Baixo Vouga e ainda por alguns concelhos de Dão-Lafões, atinge quase quatro centenas de milhares de habitantes.

Note-se que relativamente a 1981 este acréscimo, embora diminuto (+ 11800 habitantes) realça a sua capacidade de atracção no conjunto da região centro do país. Daí que relativamente ao censo anterior em 1991 apenas os concelhos de Anadia, Mealhada, Murtosa, S, Pedro do Sul e Vouzela viram a sua população diminuir cerca de 4.3 milhares de indivíduos.

Quanto à distribuição destes habitantes parece-nos igualmente realçar que quase 1/3 desta população residia, em 1991, em lugares de mais de 2 000 habitantes, facto que se deve justificar pela sua maior concentração nos centros urbanos de Aveiro, Ílhavo e Ovar.

	<i>Pop.res.</i> 1991	<i>Var.pop.</i> 1981-91	<i>P.res. lug.</i> >2000hab-91	<i>Po.act.</i>	<i>P. ñ sabe ler</i>
<i>Águeda</i>	44045	829	6726	21746	14.2
<i>Alb. Velha</i>	21995	669	4031	9146	13.1
<i>Anadia</i>	28899	-921	0	13267	14.3
<i>Aveiro</i>	66444	6160	39079	31950	11.0
<i>Estarreja</i>	26742	481	3488	11209	13.1
<i>Ílhavo</i>	33235	1852	27147	15109	11.8
<i>Mealhada</i>	18272	-1033	5239	7770	14
<i>Murtosa</i>	9579	-237	0	3438	15.5
<i>Oliv. Bairro</i>	18660	1143	0	9210	15.8
<i>Ovar</i>	49659	4281	23518	23709	13.4
<i>Sev. do Vouga</i>	13826	43	0	5973	17
<i>Vagos</i>	19068	520	2203	10112	17.3
<i>Oliv. Frades</i>	10584	193	0	4557	19.8
<i>S. Pedro Sul</i>	19985	-1235	2464	8228	20.8
<i>Vouzela</i>	12477	-930	0	5230	18.3

Pensemos, por outro lado nas actividades dominantes no Baixo Vouga. Manifestando, embora, sinais evidentes de uma industrialização recente, a bacia do Vouga não esconde a importância das lides tradicionais que contribuíram para crescimento desta unidade natural. Relembramos as culturas relacionadas com o

milho e o arroz, a criação do gado bovino, a exploração da ria e das marinhas por meio da indústria do sal e da pesca.

Estes traços podem ser comprovados pela apreciação dos dados relativos à população activa. No seu conjunto quase metade dos seus habitantes declararam, em 1991 exercer uma actividade económica dos quais 15.6% no sector primário, 42.9% no sector secundário e 36.9% no sector terciário.

Relativamente ao primeiro sector, se a população dedicada à agricultura e às demais actividades extractivas é pouco significativa em Aveiro (apenas 5,3% do total) apresenta uma distribuição irregular nos restantes concelhos desta unidade. Vagos e Oliveira do Bairro, próximos de Aveiro e Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul e Vouzela apresentam, pelo contrário, os maiores valores.

	<i>Pop. activa (%) - 91</i>			<i>Grupos funcionais (%) - 91</i>		
	<i>I</i>	<i>II</i>	<i>III</i>	<i>0-14</i>	<i>15-64</i>	<i>>65anos</i>
<i>Águeda</i>	10.9	61.3	27.8	20.7	67.1	12.2
<i>Alb. Velha</i>	8.4	56.2	35.4	20.8	65.8	13.4
<i>Anadia</i>	16.6	46.7	36.7	19.1	65.3	15.6
<i>Aveiro</i>	5.3	36.9	57.8	20.3	68.3	11.4
<i>Estarreja</i>	11.3	49	39.7	21	64.8	14.2
<i>Ílhavo</i>	14.3	43.2	42.5	21.5	67.8	10.7
<i>Mealhada</i>	10.9	39.1	50	18.9	66.4	14.7
<i>Murtosa</i>	32.7	33.1	34.2	21.2	60.3	18.5
<i>Oliv. Bairro</i>	30.4	42.1	27.5	18.6	65.3	16
<i>Ovar</i>	3.6	61	35.4	22	67.3	10.7
<i>Sev. do Vouga</i>	27	42.9	30.1	20.9	63.7	15.4
<i>Vagos</i>	40.8	28.5	30.7	21.6	64.3	14
<i>Oliv. Frades</i>	42.6	26.6	30.8	22.2	60.5	17.3
<i>S. Pedro Sul</i>	45.6	21.5	32.9	20	60	20
<i>Vouzela</i>	37	33.9	29.1	19.7	60.1	20.2

Como já referimos sendo a industrialização um dos traços dominantes desta sub-região litoral os dados relativos à ocupação da população activa no sector secundário coincidem com os concelhos dotados de maior acessibilidade, como Águeda, Ovar e Albergaria-a-Velha. Já o sector terciário acompanhava o fenómeno da urbanização sendo relevante em Aveiro e Ílhavo ou mesmo por motivos diferentes, devido à proximidade do centro urbano de Coimbra, na Mealhada.

Fácil será de entender que uma análise desta natureza ganharia outro significado se atendesse à diversidade do tecido industrial, às características dos serviços e à evolução das actividades produtivas, tradicionais e recentes, existentes nesta área.

Não sendo possível realizá-la apontemos mais alguns dados relativos aos seus habitantes. Sendo um território geralmente identificado pelo peso das suas actividades registava, em 1991, um predomínio de população jovem e adulta em detrimento da dos outros grupos funcionais. É o que se pode verificar pela sua distribuição nos diferentes concelhos desta área.

Quanto ao grupo dos mais idosos era particularmente significativo a sua expressão nas terras mais interiores da bacia do rio Vouga. Estes dados acabam por reflectir uma outra dimensão do comportamento demográfico desta sub-região. Pensamos na importância dos movimentos migratórios quer na sua componente da emigração para o exterior, quer das migrações internas os quais obedecem a modelos diferenciados por via da antiguidade, da evolução e das preferências manifestadas pelos contingentes que em épocas distintas se ausentaram destas paragens.

Primeiramente para o Brasil e E.U.A. ou mais recentemente para França e Alemanha estes movimentos repercutem-se nas estruturas demográficas que realçam a importância da "desertificação" interior e da "litoralização" progressiva do continente português.

5. As particularidades regionais

A diversidade destes traços relacionados com a população e com as suas actividades produtivas não esconde a diversidade geográfica dominante na bacia deste rio. Valendo-nos, mais uma vez, da "*carta regional da bacia do Vouga*" desenhada por Girão (1922; 168) sistematizamos algumas delas.

A mais interior e também a mais extensa coincide com a zona baixa do vale de Lafões e abrange a quase totalidade dos concelhos de S. Pedro do Sul, Vouzela e Oliveira de Frades. Esta sub-região - Lafões -, distingue-se pela "*...constituição geológica dos terrenos, ...culturas em socalcos, um tipo especial de vinhos verdes, e uma sub-raça distinta de bovinos*".

Os dados mais recentes indicam que se trata de uma área de repulsão demográfica, com elevados índices de analfabetismo e um peso acentuado de

idosos. Aí se encontram, igualmente, os maiores valores relativos à ocupação dos seus habitantes no sector primário.

A sul desta sub-região, mas contactando directamente com ela, encontra-se o Caramulo. Dominada pela serra do mesmo nome que se estende ainda pelos concelhos de Águeda e de Mortágua, esta sub-região natural "*...pode dizer-se caracterizada pela cultura do centeio e pela criação de gado ovino e bovino, sendo aí que teve a origem a raça caramuleira*" (Girão; 1922; 170).

Incorporado nesta bacia hidrográfica e mencionado, para fins estatísticos na NUT do Baixo Vouga, o concelho de Águeda é dos concelhos mais industrializados desta área. Note-se que em 1991, mais de 60% da sua população activa estava ocupada em actividades industriais.

Igualmente com características acidentadas, estende-se para norte da bacia do Vouga uma outra sub-região, a de Paiva. Trata-se de uma "*...região montanhosa, correspondente ao maciço da Gralheira...*" (Girão; 1922; 171) que abrange os concelhos de Sever do Vouga, Oliveira de Azeméis e parte de Santa Maria da Feira.

Pertencendo estes dois últimos à NUT de Entre-Douro e Vouga, só o concelho de Sever do Vouga está parcialmente inserido no Baixo Vouga. Por sinal é um dos concelhos que regista um maior equilíbrio na estrutura quer da população activa, quer dos grupos etários dos seus habitantes.

Seguindo a descrição de A. Girão (1922) ultrapassados, no entanto, os contrafortes da Serra das Talhadas, penetramos numa outra realidade geográfica marcada por unidades com características igualmente distintas. A primeira, talhada já na orla sedimentar meridional, designa-se por Ribeira. Trata-se de "*...zona de transição das terras altas do interior (Serra) para as terras baixas do litoral (Marinha)*".

Outrora conhecida por "*terras de riba Vouga*" esta área abrange parte ainda do concelho de Sever do Vouga e, na sua maior extensão, o actual concelho de Albergaria-a-Velha. Este poderá ser caracterizado pela intensa actividade industrial e predomínio da população jovem e adulta.

Ocupando já os terrenos ceno-antropozóicos do litoral desenvolve-se mais a sul de toda esta unidade, entre o Caramulo e a Marinha, a Bairrada território que Girão

(1922; 172) considerou fazer já parte da Beira Litoral. Esta sub-região abarca parte do concelho de Águeda e Oliveira do Bairro, Anadia e Mealhada e é *"...caracterizada pela cultura da vinha, que dá origem a um tipo especial de vinhos maduros muito ricos em tanino"*.

Por esta razão não nos admira que aí encontremos uma parcela ainda relevante dos seus habitantes ocupados na agricultura, em particular em Oliveira do Bairro onde estes representam quase 1/3 da sua população activa. Pelo contrário e seguindo o exemplo já referido para Águeda, a indústria e os serviços atraíam, em 1991, a maior parte dos habitantes dos outros concelhos.

Já com características distintas das anteriores e dominada pelas areias do litoral, a Marinha ou Borda de Água ocupa todo o litoral para lá da sub-região da Ria. Esta estende-se pelos concelhos de Ovar, Estarreja, Aveiro, Ílhavo e Vagos ocupando *"...as terras marginais do esteiro"* e as terras vizinhas da foz do rio Vouga. Neste caso se o peso das actividades agrícolas são ainda dominantes em Vagos, a importância da indústria manifesta-se em Ovar. Pelo contrário importância dos serviços em Aveiro e Ílhavo são o reflexo do fenómeno urbano que se tem vindo a implementar em toda esta região ribeirinha.

6. Nota final

Como verificamos anteriormente embora dominada pela extensão e pela identidade da paisagem lagunar a génese destes locais não escondem as vicissitudes por que têm passado. Tal facto decorre da evolução natural da linha de costa e da sedimentação constante do leito deste rio, desde Pessegueiro do Vouga até à Barra, contrastando com o que se passa a montante. Aqui predomina um traçado mais rígido talhado nos terrenos graníticos hercínicos e nas rochas meta sedimentares que o rio Vouga atravessa.

Uma descrição de Loureiro (1904; 8-9), ajuda-nos a compreender esta evolução. Passamos a enunciá-la.

O rio Vouga, *"...navegável em 47 quilómetros até ao lugar de Pecegueiro, termina n'um vastíssimo estuário ou antes em uma extensa e profunda bacia, que se abre na costa oceanica, insinuando-se irregularmente pela terra dentro, e na qual não*

aflorava uma unica rocha ou restinga. Com o andar dos tempos, e pela acção prolongada, mas incessante, das águas e do vento, foi-se formando, com as alluviões do interior e com as areias do mar arrastadas por aqueles dois agentes naturaes, a costa litoral na direcção geral de N.-S., desde os rochedos da Granja até os do cabo Mondego..."

Uma outra descrição sobre a parte terminal desta bacia (Brandão; 1982; 71) dá-nos igualmente conta da natureza desta paisagem: *"a ria é um enorme pólipó com braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira. Todas as águas do Vouga, do Águeda e dos veios que nestes sítios correm para o mar encharcam nas terras baixas, retidas pela duna de quarenta e tantos quilómetros de comprido, formando uma série de poças, de canais, de lagos e uma vasta bacia salgada...."*

Tratando-se de uma das mais cativantes imagens da parte terminal da bacia do Vouga ela não esconde as vicissitudes por que toda esta bacia tem passado nem tão pouco a preocupação que tem sentido as suas gentes numa luta milenária contra o rigor do relevo e o mar, na humanização do território que hoje habitamos.

BIBLIOGRAFIA

- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) - *Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração portuguesa* ; Aveiro; ADERAV
- (1985) - *Atlas da emigração portuguesa* ; Porto; Secretaria de Estado da Emigração/Centro de Estudos
- BRANDÃO, Raul (1982) - *Os pescadores* ; Porto; Paisagem Editora
- CERQUEIRA, Eduardo (1980) - "Porto de Aveiro - um porto das Beiras"; in: *Aveiro e o seu Distrito* ; Aveiro; Assembleia Distrital de Aveiro; 26-28; pp. 5-13
- GASPAR, João Gonçalves (1986) - "Formação da Ria e povoamento da região de Aveiro"; in: *Aveiro e o seu Distrito* ; Aveiro; Assembleia Distrital de Aveiro; 36; pp. 55-67
- GIRÃO, Aristides de Amorim (1922) - *Bacia do Vouga - estudo geográfico* ; Coimbra; Imprensa da Universidade
- LIMA, J. de Magalhães (1968) - *Os povos do Baixo Vouga* ; C.M. Ílhavo e Murtosa/ C.T. Torreira
- LOUREIRO, Adolpho (1904) - *Porto de Aveiro* ; Lisboa; Imprensa Nacional
- REBELO, Fernando (1979) - *Aveiro e a sua região* ; Coimbra; Gráfica de Coimbra/Epartur
- RIBEIRO, Orlando (1955) - *Portugal* (Tomo V de *Geografia de España y Portugal*) ; Barcelona; Montaner y Simon
- SOUTO, Alberto (1923) - *Origens da ria de Aveiro - I Apontamentos sobre a geografia da Beira Litoral* ; Aveiro; Liv. João Vieira da Cunha

Anexos:

	<i>Pop.res.</i> <i>1991</i>	<i>Var.pop.</i> <i>1981-91</i>	<i>P.res. lug.</i> <i>>2000hab-91</i>	<i>Po.act.</i> <i>1991</i>	<i>P. ñ sabe ler</i> <i>escrev.-91</i>
<i>Águeda</i>	44045	829	6726	21746	14.2
<i>Alb. Velha</i>	21995	669	4031	9146	13.1
<i>Anadia</i>	28899	-921	0	13267	14.3
<i>Aveiro</i>	66444	6160	39079	31950	11.0
<i>Estarreja</i>	26742	481	3488	11209	13.1
<i>Ílhavo</i>	33235	1852	27147	15109	11.8
<i>Mealhada</i>	18272	-1033	5239	7770	14
<i>Murtosa</i>	9579	-237	0	3438	15.5
<i>Oliv. Bairro</i>	18660	1143	0	9210	15.8
<i>Ovar</i>	49659	4281	23518	23709	13.4
<i>Sev. do Vouga</i>	13826	43	0	5973	17
<i>Vagos</i>	19068	520	2203	10112	17.3
<i>Oliv. Frades</i>	10584	193	0	4557	19.8
<i>S. Pedro Sul</i>	19985	-1235	2464	8228	20.8
<i>Vouzela</i>	12477	-930	0	5230	18.3

	<i>Pop. sidente 1981</i>	<i>Pop. sidente 1991</i>	<i>Pop. sidente 0-14 os</i>	<i>Pop. sidente 15-24 os</i>	<i>Pop. sidente 25-64 anos</i>	<i>Pop. sidente > 65 os</i>	<i>P. c/act. on. Total</i>	<i>P. t. econ. < 25 os</i>	<i>c/ Pop. p.91 total</i>	<i>Pop. p.91 CAE sect I</i>	<i>Pop. p.91 CAE I -sct.II</i>	<i>Pop. p.91 CAE 9-t.III</i>	<i>Nº mílias 1991</i>
Baixo	33663	350424	72314	58585	174211	45314	162639	36889	155261	20918	73016	6132	106342
Alameda													
Águeda	43216	44045	9099	7399	22149	5398	21746	5028	21340	2321	13081	5938	13090
Alb.	21326	21995	4569	3625	10847	2954	9146	2313	8772	741	4927	3104	6736
Alentejo													
Anadia	29820	28899	5511	4618	14253	4517	13267	2818	12749	2121	5949	4679	9714
Aveiro	60284	66444	13491	10992	34421	7540	31950	6122	30448	1597	11264	1758	21158
Beira													
Estarr.	26261	26742	5603	4329	13012	3798	11209	2627	10564	1192	5175	4197	7954
Ílhavo	31383	33235	7149	5678	16862	3546	15109	3413	14179	2030	6118	6031	10104
Mealh.	19305	18272	3449	2862	9279	2682	7770	1563	7184	782	2808	3594	5684
Murtosa	9816	9579	2029	1519	4261	1770	3438	911	3267	1070	1080	1117	3158
O.Bairr	17517	18660	3478	2909	9285	2988	9210	1944	9031	2743	3801	2487	5965
Ovar	45378	49659	10925	9075	24348	5311	23709	6220	22335	815	13612	7908	13839
S.Voug	13783	13826	2884	2304	6508	2130	5973	1486	5622	1521	2411	1690	4143
Vagos	18548	19068	4127	3275	8986	2680	10112	2404	9770	3985	2790	2995	5797
Algarve													
O.Frade	10391	10584	2354	1598	4798	1834	4557	980	4353	1854	1158	1341	3122
S.P. Sul	21220	19985	3998	2934	9056	3997	8228	1939	7848	3577	1690	2581	6219
Vouzela	13407	12477	2458	1888	5613	2518	5230	1267	5004	1850	1695	1459	3873

A estação de Caminho de Ferro e a cultura de proximidade: Aveiro-XIX/XX

Apresentação

A análise de diferentes casos de geografia urbana de Portugal relativos a situações construídas a partir de meados de Oitocentos, mostra como o processo de expansão de diversas povoações foi orientada pela construção das novas infraestruturas ferroviárias, permitindo o alargamento dos seus limites urbanos e arrastando consigo o crescimento dessas aglomerações e o desenvolvimento das actividades em redor.

Tal aconteceu em Aveiro com a inauguração da estação de caminho de ferro e do troço da linha do Norte entre Estarreja e Aveiro, em 1864, pela Companhia Real dos Caminhos de Ferro Portugueses. Esta obra deve-se à insistência do deputado aveirense, José Estevão por forma a valorizar a cidade e o seu território, permitindo o incremento das actividades económicas locais, às ocupações lagunares ligadas à pesca e exploração salina, ao comércio marítimo, à industrialização e à vida económica da cidade e da sua área de influência.

A construção da linha de caminho de ferro do Norte arrastou consigo obras de engenharia bastante complexas, como o entulhamento e a fixação das terras inundáveis do vale da Forca, a construção da ponte férrea de esgueira sobre terrenos lodosos permitindo a fixação dos carris e a construção da nova estação e das infraestruturas ferroviárias de apoio. Entre estas contam-se os armazéns e as residências para funcionários, os equipamentos oficinais e do parque de mercadorias de apoio ao funcionamento dos serviços de transporte de passageiros e de produtos despachados por esta via.

A nova máquina a vapor veio revolucionar a pacatez da antiga cidade administrativa, mercantil e piscatória, alterando os seus modos de vida tradicional e permitindo, pelo acesso à nova rede ferroviária, a visita de forasteiros, o incremento da indústria e do comércio, o crescimento das actividades primárias e de subsistência. Uma situação cuja memória perdura até aos nossos dias e que se perdeu quando a cidade cresceu para fora dos seus limites mais reduzidos alargando o seu parque residencial e industrial, o comércio e serviço para o território das

freguesias vizinhas. Para tanto a construção de novas acessibilidades, nomeadamente rodoviárias, vieram a formatar uma nova urbe com funções próprias de uma capital distrital e de uma região urbana em construção.

A apreciação da evolução urbana de Aveiro entre meados de Oitocentos e o século seguinte presta-se a muitas análises de tipo geográfico, dependentes da perspectiva que queremos aprofundar. Interessados no tema da cultura de proximidade, criada e dominante na área urbana da estação de C. F. nesse período histórico vamos procurar recordar a morfologia, centralidade e funções como os aspectos que marcam a expansão da cidade de Aveiro para nascente após a construção da estação ferroviária da linha do Norte e da linha do Vouga, inaugurada em 1906.

Morfologia

Cidade polinuclear

A evolução da cidade de Aveiro ao longo do tempo constitui um bom exemplo como a conjugação de factores favoráveis relacionados com o sítio e a sua posição ou localização geográfica face aos acidentes naturais, aos eixos de circulação e às povoações mais próximas, foram determinantes para a consolidação da antiga vila e cidade. Durante o período medievo esta estruturou-se dentro do espaço das antigas muralhas mas o crescimento das actividades humanas em Quatrocentos e nos séculos seguintes obrigou a que a Vila de Aveiro viesse a ultrapassar os limites impostos pelo sítio primitivo alargando-se para a norte do canal central, na área da beira-mar.

A evolução do povoamento nesta área lagunar de Aveiro realça a sua importância crescente como núcleo administrativo, comercial e religioso com funções de governação do território, gerência dos bens e das rendas assistência às almas dos residentes na parte mais antiga da cidade. Fora dela tinham lugar as actividades relacionadas com o comércio marítimo e piscatório, a actividade salícola, a construção naval e agricultura levada a cabo nos campos fora de Aveiro.

A relevância destas actividades permite o desenvolvimento da povoação e coincide com um período distinto da vida de Aveiro que perdura até meados do sec.

XVI quando surgem os primeiros desaires sofridos pela barra local devido aos fenómenos de assoreamento que passaram a afectar o crescimento da povoação, dos seus habitantes e actividades marítimas. Nesta primeira fase morfologia urbana de Aveiro fica marcada pela existência de dois núcleos distintos, mas complementares entre si: a sede antiga da povoação, dominada pela Igreja de São Miguel e a Vila Nova próxima dos terrenos da Quinta da Apresentação.

que vão orientar os eixos de circulação e de expansão urbana para áreas mais afastadas do centro, como seja os lugares de Sá, e de Barrocas.

Em anos anteriores o crescimento da povoação na direcção destes lugares e a sua incorporação no tecido urbano após a construção dos conventos próximos evidencia a mesma tendência registada com a construção dos conventos religiosos esboçando-se assim a consolidação de uma estrutura urbana polinuclear que se vai repetir noutras idades e contextos geográficos locais. Serve de exemplo a construção do Hospital da Misericórdia e do bairro do mesmo nome, a ocidente do vale de Santo António, mas é com a construção da estação do CF que se torna mais nítida a evidência de uma estrutura polinucleada que identifica a cidade nos nossos dias. A expansão da cidade para nascente com a construção da nova via de acesso ao C.F. através da abertura da futura Av. Lourenço Peixinho e a expansão urbana em torno do novo centro de vizinhança e de serviços, constituído pela Estação de C. F., pelo bairro do Vouga e pelas edificações urbanas que se implantaram em seu redor.

Cul de sac

A construção das estações de C.F. em locais afastados dos centros de animação urbana, conduziu a um conjunto de alterações físicas do território e a mudanças substantivas na vida das povoações. Exemplos vários de cidades do litoral português, beneficiadas por infra-estruturas ferroviárias mostram como muitos desses locais, devido ao seu afastamento e acessibilidade ao centro urbano, animados periodicamente pelo movimento de chegada e de partida de passageiros, reflectem na organização do espaço adjacente e nas suas actividades, sinais evidentes da sua localização.

Em muitos casos o lugar da Estação funciona como um local solitário, sem vida própria ou comércio, como verdadeiro “cul de sac” frequentado apenas por uma parte reduzida da população. Tal acontece sempre que a estação de CF não consegue atrair indústria, residentes e comércio que possam alimentar e animar o “beco” criado pela estação ou apeadeiro férreo.

Em Aveiro, a construção da estação ferroviária, em "Vale de Curvo", a cerca de 800 metros a nascente dos limites da cidade, acabou por se constituir o mais importante factor de crescimento urbano de Oitocentos e dos primeiros anos do século XIX. De facto, o “*cul de sac*” iniciado com a construção da Estação férrea, afastado do centro da cidade, mas relativamente próximo dele, foi ultrapassado pela abertura de um eixo central de circulação em local preenchido por algumas quintas urbanas e com o preenchimento dessa artéria com novos residentes, serviços e funções.

A progressão da nova frente urbana, vinda das pontes de ligação entre as duas margens do canal Central e das freguesias urbanas de Vera Cruz (a norte do referido canal) e de N^a Senhora da Glória, a sul. A ocupação urbana estendeu-se através da ocupação do Cojo para nascente, dando origem às moradias que ocuparam a Av. Lourenço Peixinho, na fase inicial da sua construção até à sua substituição por prédios em altura.

Assim veio a ser reforçada a estrutura polinuclear que as expansões anteriores favoreceram, com o desenvolvimento das actividades terciárias e a fixação de novos habitantes em Aveiro e na sua periferia. O aumento da carga humana residente e a acessibilidade conferida pelas infra-estruturas ferroviárias da linha do Norte e do Ramal do Vouga, não permitiram que o local isolado da nova gare assim continuasse a viver. Pelo contrário o espaço circundante tornou-se atractivo para novas ocupações e actividades.

Comprando a situação então criada com a de outras cidades litorais, como Leiria onde a construção estação veio a concretizar-se a quase três km do centro, este lugar que tomou a designação de Leiria-Gare era acessível ao centro através de uma rede de transportes rodoviários, com horários estabelecidos em função da circulação ferroviária. Serve este exemplo para recordar como poderia ter sido mais difícil a

evolução urbana de Aveiro se as insistências de José Estevão não tivessem sido escutadas e a linha férrea do Norte mantivesse o traçado próximo à depressão marginal do maciço antigo.

Organização do espaço

O traçado do CF nas imediações da cidade cruzou antigos caminhos vicinais que asseguravam a ligação de Aveiro a povoações mais próximas como Esgueira e Vilar ou já a terras mais distantes como Cacia e Eixo, Albergaria e Águeda. Como assinalou Amorim (2000, 612) Aveiro era afectada por uma “quase insularidade” resultante da sua localização geográfica, afastamento da estrada real e acessível sobretudo por via marítima quando as condições de circulação interna tornavam impraticável o acesso através dos pauis, esteiros e dos cursos de água em seu redor.

Assim se justifica a importância da construção das infra-estruturas ferroviárias que a partir de meados de Oitocentos, com a estabilização política e social da sociedade portuguesa é que se começam a sentir esses efeitos, com o crescimento da sua população e actividades: a população quase que duplica nesse período e a vida económica indicia sinais de crescimento reclamando obras e benefícios colectivos que suportem esse tão almejado desenvolvimento.

A edificação da nova gare, em local próximo àquelas vias de ligação com o exterior era propícia à mobilidade dos habitantes destas terras mais afastadas, garantindo o seu acesso por via terrestre. Já a ligação para o interior através do ramal do Vouga, cuja plataforma a nascente da Linha do Norte, permitia a comunicabilidade entre as duas vias, facilitava ainda mais o transporte ferroviário com o interior do distrito, via Macinhata do Vouga, para terras mais distantes como Águeda, Espinho e Viseu.

Assim se justifica a proximidade das passagens de nível do Sr. dos Aflitos (no seguimento desta rua para a Presa, Quinta do Gato e outros lugares) e da passagem de nível de Esgueira no cruzamento com o antigo caminho de Sá que estabelecia a ligação entre estes dois antigos concelhos vizinhos. Devido à matriz fundiária pré-existente, preenchimento do espaço rural anexo à gare gare, veio a permitir o acesso

rodoviário deste local com o espaço situação para lá da barreira imposta pela linha de C.F..

As possibilidades de crescimento da cidade em finais de Oitocentos são assinaladas por Leal Leal (1873, 272) baseadas no aproveitamento das condições naturais da terra e da sua região permitia aos “povos aveirenses (...) ser dos mais industriais, ricos e felizes de todo o reino”. Contudo acrescenta o referido autor (loc. cit.) que “estão, porém, muito distantes da felicidade e ainda mais da riqueza, por desaproveitarem os recursos que a natureza lhes poz á mão”. Estes eram os recursos que vinham da exploração da ria e do solo, do labor das suas gentes e actividades, do comércio e da circulação de mercadorias transportados pelos almocreves e outros que percorriam os canais da ria, as estradas de Mac-adam e o caminho-de-ferro que de Aveiro seguiram para o interior da Península e para outros locais da região norte e centro do país.

Nestas circunstâncias a ligação entre a gare e os centros mais activos da cidade antes ainda da abertura plena da Avenida, seguiam para norte na direcção de Sá Barrocas e para sul na direcção do Cojo e das cerâmicas aí instaladas. Foi assim projectado um ramal que continuando a linha do Vale do Vouga terminasse no Ilhote do Cojo "para poder servir livremente de cais da ria" e para o transporte de sal. Igualmente foi defendida a construção de um ramal de "caminho de ferro americano" (sobre carris de ferro mas puxado por animais), ligando a estação de C.F. à barra daquele rio.

Embora estes projectos não se tenham concretizado manteve-se como herança das obras então realizadas a chamada "ponte de pau" que permitia o transporte terrestre, puxado por juntas de bois, das mercadorias desembarcadas no cais do Cojo com destino à estação de Aveiro, projecto que surgiu antes ainda a abertura do ramal do Vouga, em 1893, mas em articulação com a rede estabelecida por esta via e a linha do Norte.

Na sua configuração o traçado da linha férrea do Norte e o ramal do Vouga – via de penetração para o interior, configuram um mapa de eixos de circulação de natureza radial que vão ser completados com a construção, em 1912, do ramal férreo até ao Canal de S. Roque, permitindo assim o acesso directo das mercadorias

do porto de Aveiro e das salinas até à gare. Até então o transporte por carros de bois. Moroso e difícil em condições de invernia. Tal como o caminho de ferro americano, o plano radial de circulação ferroviária a partir da gare de Aveiro, não foi completado com a construção do ramal férreo de Cantanhede o qual, em ligação com o ramal da Pampilhosa, permitia o alargamento do “hinterland” do Porto de Aveiro, por ferrovia, com as terras da Gândara.

O traçado radial dos eixos de circulação ferroviária é replicado no traçado das vias que da cidade convergem para a estação de caminho de ferro. Como eixo principal situa-se após a sua abertura a Avenida Dr. Lourenço Peixinho ligando o largo da Estação ao centro da cidade e as ruas:

Por deliberação da Edilidade Aveirense, em Maio de 1863 “discutiui-se a urgência de uma rua de ligação mais fácil entre a estação de caminho de ferro e a cidade, pelas vantagens que daí viriam para o comércio, a indústria e a agricultura”. Esta deliberação acabou por ser concluída com a construção da Av. Lourenço Peixinho, que permitiu essa ligação passando a constituir a principal via de relação e de expansão urbana da cidade.

Complementarmente à edificação desta avenida foram construídos outros arruamentos que ligam a estação aos terrenos de Sá (caso da actual R. Almirante Cândido dos Reis) e ao Cais do Cojo (pela actual R. Comandante Rocha e Cunha), então animados pelo movimento de tráfego destinado a outros pontos da cidade.

As obras então levadas a cabo, de natureza pública e privada, confirmam a estrutura inicial de natureza polinuclear de Aveiro e promovem a ocupação dos interstícios do seu tecido urbano em fase de ampliação. No que respeita aos investimentos públicos, destaca-se a construção do Liceu de Aveiro (1855-60), Teatro Aveirense (1881), Escola Industrial (1894) a que se seguem, no início do século seguinte, muitas outras obras de interesse público tais como o Governo Civil, Jardim Público, Tribunal, o novo Hospital e a Universidade.

Quanto aos investimentos privados, Rodrigues (1998) dá conta da evolução das novas edificações na cidade de Aveiro em contraste com o que sucedera em décadas anteriores de habitações onde sobressaem pela utilização de “elementos da gramática decorativa Arte-Nova nas frontarias” (op. cit., 307). São que construções

que fazem parte do movimento “Arte Nova”, que se desenvolveu nos finais de Oitocentos e que “teve o seu auge de criatividade na década subsequente”, resultando “das transformações sócio-culturais que tiveram lugar na Europa, mas também nos EUA, onde a expansão industrial resultou na criação de riquezas concentradas nas novas cidades industrializadas” (C.M.A., 1999). São estas edificações – inventariadas em Roteiro próprio – que ilustram alguns dos percursos urbanos que seguem em radial do largo da Estação.

B - Centralidade e funções

Lugar central

A construção da estação fora da povoação trouxe consigo a oferta de novos serviços e a urbanização da área circundante com a fixação da população na sua periferia e nas artérias que a ligavam ao centro da cidade.

Recorde-se que este melhoramento permitiu a implantação das novas unidades industriais na cidade e a construção da zona anexa à estação de caminho de ferro que na sua forma definitiva foi aberta ao público no começo da segunda década do século XX.

Vários relatos dão conta da animação da cidade e das suas actividades depois da construção da linha do Norte sendo que, nos finais do século XIX a cidade assiste a um surto de construções que se vão prolongar pelo século seguinte, dando origem uma nova etapa do crescimento urbano e industrial. Tal acontecimento veio a impor a urbanização de toda a zona envolvente à gare e a construção de artérias estruturantes da aglomeração urbana.

Ate à sua completa inserção no tecido urbano podemos identificar este pólo residencial e de serviços como um pequeno “lugar central”, beneficiado pela construção das vias ferroviárias e dotado de acessibilidade crescente para os habitantes vizinhos que ultrapassa largamente os limites da cidade.

Embora deslocado do centro, mas bem próximo dele, o “lugar central” da gare configura-se como um novo núcleo urbano alimentado pelas vias de transporte ferroviário e pela movimentação de pessoas e de mercadorias, acolhimento de novos forasteiros e oferta de comércio diário alimentado pela fixação de novos

residentes e mobilidade dos passageiros. Podemos assim dizer que a imagem da antiga cidade sofreu um rejuvenescimento com o aparecimento de novas funções e a replicação de algumas das já existentes para as imediações da gare.

Polarização de funções

Embora diluído na estrutura urbana a vida da gare conduziu à implantação de um conjunto de funções relacionadas com as actividades ferroviárias. Falamos assim na polarização de funções em torno da estação, muitas delas que se replicam noutros locais urbanos de maior mobilidade e concentração humana. Cita-se o comércio de retalho, bastante diversificado (sobretudo de frequência diária, como o alimentar, como mercearias, tabernas e cafés, as casas de pasto e restaurantes, a pensões e casas de hóspedes.

Completam a rede destes equipamentos instalações comerciais de maiores dimensões como os antigos armazéns ligados à movimentação de mercadorias diversas, vinhos, adubos e cereais, para além das instalações próprias da C.P. construídas para armazenagem de mercadorias transportadas por via ferroviária.

Em tempo mais próximo a evolução crescente das actividades urbanas deu ainda origem à criação de novos serviços e funções nas proximidades da estação e ao longo da vida da Avenida com a instalação do comércio ocasional de vestuário, de produtos para o lar e pessoais) e pelo comércio especializado de consumo, agencias de seguros e de viagens.

O aparecimento de novas funções e a autonomia conferida pela movimentação de passageiros, funcionários e novos residentes nesta parte da cidade, assegurou-lhe uma centralidade crescente, orientada para as funções de transporte, de estadia, de passagem e do comércio diário. Complementarmente vai-se estabelecendo uma relação com os demais equipamentos urbanos através do preenchimento dos espaços vazios da avenida e pela concentração de novas actividades e serviços ao longo do seu percurso, entre as pontes e a gare. A centralidade da gare fica assim reforçada, esbatendo-se os efeitos de “cul de sac” decorrentes da sua instalação fora do antigo perímetro urbano.

Vizinhanças

De forma diferente dos núcleos residenciais mais antigos da cidade como a Beira-Mar - que se distinguiu pelo facto de maior parte dos seus habitantes estarem ocupados nas actividades da Ria: patrões das marinhas, encarregados das marinhas, marnotos, pescadores (de várias artes), calafates, salineiras e peixeiras. Também o lugar central da estação fomentou os laços de solidariedade e os traços de uma consciência colectiva entre a população residente, especialmente os ferroviários e suas famílias residentes nas habitações da CP, no bairro anexo do Vouga e entre os residentes mais antigos.

Cada uma delas fomentou os laços de uma antiga vizinhança, reforçada pela identidade de actividades profissionais, pela frequência dos mesmos sítios e lugares, pela entreaajuda decorrente da residência nos mesmo sítio e, até, pela utilização frequente dos mesmos meios de transporte. Antes da grande fase de expansão urbana da segunda metade de Novecentos, a mancha construída em torno da gare e do seu lado nascente, onde se incluía a fábrica Lusostela, diversas oficinas, residências e comércio diário, foi-se estruturando com a construção do bairro do Vouga, na estrada de Esgueira e para sul no caminho para a Presa, na Forca e junto das cerâmicas que ocupavam a encosta da ribeira de Vilar.

Símbolo dessa pertença mantem-se com a manutenção da pequena capela de Stº António do Mudo, nas imediações da antiga Forca e com os e os festejos anuais festa que aí se realizam.

Os exemplos anteriormente referidos sugerem novas leituras sobre a importância da construção das vias ferroviárias em Aveiro, quebrando a quase “insularidade” da antiga Vila e Cidade face à sua posição lagunar e aos muitos cursos de água que a torneavam dificultando a sua relação de vizinhança com as povoações mais próximas. Por outro lado, sugerem o aprofundamento do tema em torno da “cultura de proximidade” estabelecida na área envolvente da gare de Aveiro e vivida, de forma distinta, pelos seus residentes, profissionais e passageiros que frequentam este espaço nas suas deslocações diárias para este centro urbano.

Março de 2015

Poder local, democracia e ética ³⁵

Apresentação

A organização democrática do Estado estabelecida na Constituição da República Portuguesa de 2ABR1976 assenta nas “autarquias locais” (Título VIII – Poder Local: Art. 237º-1), “*peçoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas*” representadas, no presente, pelas freguesias e municípios.

As autarquias expressam a organização democrática do Estado como expressão da democracia representativa que emanou da Revolução de 25 de Abril de 1974 e do Movimento das Forças Armadas que a Assembleia Constituinte soube consagrar no texto da Constituição da República Portuguesa. Esta consagra “*os direitos fundamentais dos cidadãos*”, “*os princípios basilares da democracia*”, “*o primado do Estado de Direito democrático*” e a “*construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno*”.

Cotejando o texto originário da lei fundamental do país com a última revisão de 2005 (Título VIII – Poder Local, Art.235º e ss), verifica-se a evolução do texto constitucional o que decorre do processo de crescimento; da adaptação a novas situações e contextos da administração pública; da reflexão política e da resposta às exigências de cidadania e participação pública da população.

Como cidadão, saudamos o esforço desenvolvido pelos autarcas e governo, pelos partidos políticos e eleitos, que ao longo destas quase cinco décadas de exercício do Poder Local contribuíram decisivamente para a sua consolidação; a satisfação das necessidades da população; o incentivo do bem-estar e desenvolvimento económico, social e cultural dos portugueses. Como académico, louvamos a capacidade do Poder Local de pensar sobre si próprio, adaptando-se à mudança social e política dos nossos dias, estruturando-se de acordo com a experiência institucional e o interesse dos munícipes.

³⁵ Alocução proferida na Assembleia Municipal de Aveiro por ocasião da celebração do 25 de Abril de 2019

Tendo presente a existência de ruídos perturbadores neste subsistema desafiamos as lideranças e os eleitos da democracia local a irem mais além, atuando como verdadeiros defensores do interesse público e dos cidadãos e eleitores; da liberdade política e do bem comum; da participação cívica e da dignidade humana. Tal assegura a consolidação de um poder autárquico assente em lideranças esclarecidas e assertivas; em equipas respeitadoras de uma cultura cívica promotora da confiança dos munícipes; da integridade da instituição autárquica; da valorização da “*res publica*” e da democracia local.

Democracia

A consolidação da democracia em Portugal através da participação alargada dos cidadãos “*tendo em vista a construção de um país mais livre, mais justo e mais fraterno*”, constitui um dos desígnios aprovados no texto da Constituição da República Portuguesa saído da revolução de 1974, que no Título I – Princípios Gerais, estabelece:

1. Universalidade dos direitos e deveres (Artº 12);
2. Igualdade e dignidade social perante a lei (Artº 13º).

Mais ainda, a CRP (Art. 21º-1975 e Art. 22º-2005) garante a responsabilidade civil do Estado e das “*demais entidades públicas*”, como “*civilmente responsáveis em forma solidária com os titulares dos seus órgãos, funcionários ou agentes, por acções ou omissões praticadas no exercício das suas funções (...)*”. Este compromisso segue um pressuposto teórico fundamental, a sua integração no sistema público e, como tal, sujeitos aos mesmos princípios fundamentais da Administração Pública (CRP-Art. 266º 2005), “*a prossecução do interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos*”.

O interesse público e o bem comum são princípios basilares do sistema da administração pública o qual, como outra grande organização social, tem definido a sua missão, cadeia hierárquica, divisão do trabalho social, redes de comunicação, legislação que prossegue. Daqui decorrem diferentes dinâmicas institucionais, estratégicas e operacionais, alimentadas por laços de solidariedade mecânica e orgânica (Durkheim), por “*relações comunitárias*” (Tonnie) contratualizadas, por

ideologias – visões de mundo (M. Weber) - que se repercutem no desempenho e nos resultados da organização.

A propósito da relação entre o Poder local e a democracia assinala Teixeira

Fernandes (1992, p. 32)³⁶: “*A democracia, a nível nacional, organiza-se de forma representativa e formal e funda-se no princípio das maiorias*”, sendo os partidos políticos os seus principais agentes. Assim acontece igualmente nas autarquias onde os sistemas partidários e os “*grupos de cidadãos eleitores*” (CRP-Art. 239º-4) – constituídos em agrupamentos - que compõem o órgão deliberativo municipal, Assembleia Municipal e no caso da freguesia, a Assembleia de Freguesia. Estes dispõem das competências de apreciação, fiscalização e funcionamento da autarquia; de promoção e salvaguarda dos interesses dos cidadãos e de articulação com os respetivos órgãos executivos.

Na sua configuração ideal a democracia representativa é confiada a cidadãos eleitos, a quem é conferida a responsabilidade da criação das leis aprovadas no parlamento Nacional e assembleias autárquicas; funciona em ciclos com duração limitada; tem mandatos acordados pelas organizações partidárias; desenrola-se em cenários parlamentares adequados à sua missão e estatuto social.

Não é este o local nem a hora para nos determos com mais considerações sobre esta matéria. Recordamos apenas que ao longo da nossa história democrática diferentes práticas realçam as fragilidades e a bondade deste sistema representativo e a necessidade da reparação de lacunas sentidas pelos eleitores que se encontram do outro da paliçada. No domínio da Ciência Política a democracia representativa corresponde a uma evolução do pensamento e da ação política, fundada na democracia popular ou seja, na consulta e tomada de decisão direta pela população, praticada na Grécia antiga desde o século VI a.C..

Na sua raiz a comunidade de cidadãos ou população – *demos* – proclama a sua autonomia – *autónomos, autodikos, autotélés* – e rege-se pelas suas leis³⁷. Para

³⁶ Fernandes, A. Teixeira (1992). “Poder local e democracia” (Comunicação apresentada ao II Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5-7 Fevereiro de 1991)

³⁷ Castoriadis, Cornelius (1986). “La Polis grecque et la creation de la Democratie.” In: *Le Débat*, 1986/1 n° 38, p. 126-144. DOI : 10.3917/deba.038.0126

Teixeira Fernandes³⁸: “*Se a democracia representativa é o governo para o povo, nas mãos de uma minoria, a democracia directa é o governo do povo nas mãos de povo*”. Esta referência serve para assinalar como qualquer regime político está sujeito a mudanças ditadas pela evolução da civilização e da humanidade; aos interesses e atividades da população; à ação revolucionária ou tão só ao voto de mudança dos cidadãos eleitores.

Temos consciência que a democracia não se decreta, resultando, sobretudo, de uma experiência social que “*confronta os actores com as suas contradições, entre estratégia, ideologia e subjectividade*”³⁹. Tal constitui a essência da democracia participativa em que o cidadão é convidado a associar-se à decisão política. Trata-se de um modo de ação particularmente usado em contexto urbano onde os residentes são solicitados a partilhar com o poder eleito preocupações de interesse geral, a responsabilidade delegada e o compromisso ético com vista à prossecução de uma determinada obra a produzir no espaço urbano ou na sua área de influência. Disso nos dá conta o desenvolvimento de ações relacionadas com o Orçamento Participativo, já experimentado por este Município.

Outras formas de participação democrática podiam ser referidas tendo como cenários contextos geográficos e urbanos diferenciados, opções estratégicas, público-alvo e meios de ação complementares.

Compromisso ético-democrático

As referências anteriores, baseadas na evocação ao desenvolvimento do Poder Local na sua relação direta com a Democracia, exigem uma reflexão mais cuidada acerca de acordos sociais e políticos entre os poderes executivo e deliberativo e os cidadãos em geral. Referimo-nos aos compromissos de natureza ética e democrática

Consultado: http://palimpsestes.fr/textes_philo/castoriadis/polis-grecque.pdf 7MAR19

³⁸ Fernandes, A. Teixeira (1992). “Poder local e Democracia”. Comunicação apresentada ao II Congresso Português de Sociologia. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5-7 de Fevereiro de 1992

³⁹ Monbeing, Michel (2007). “L'impossible démocratie participative”. In: Pensée Plurielle, 2007/2, n° 15, pp. 29-47 <https://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2007-2-page-29.htm>

(A. Touraine) que decorrem da evolução do ciclo de vida das próprias organizações sociais e dos sistemas políticos.

É reconhecido que o fortalecimento das organizações sociais depende da capacidade de liderança, da participação dos seus elementos, da satisfação dos clientes, do reconhecimento das boas práticas e do seu desempenho. Por isso a democracia exige um trabalho continuado dos diversos atores sociais na defesa e melhoria das suas condições sociais⁴⁰ e bem-estar da população.

Nesta perspetiva o poder local tem de assumir a missão e a postura comum de defesa, “*promoção e salvaguarda dos interesses das respetivas populações*” na sua articulação com o município (caso das freguesias) ou já com outras entidades municipais e com o poder central, no caso dos Municípios. Assim o estabelece o regime jurídico das autarquias locais plasmado na Lei nº 75/2003, de 12 de Setembro, que na sua essência estabelece:

- As competências de consulta, planeamento, investimento, gestão, licenciamento e controlo prévio, fiscalização (Art. 3º da referida Lei);

- Os princípios de governo respeitantes à descentralização administrativa assentes na subsidiariedade, complementaridade, prossecução do interesse público, “*proteção dos direitos e interesses dos cidadãos e a intangibilidade das atribuições do Estado*” (Art. 4º).

Perante tão distinta assembleia, escusado será apreciar, mesmo na sua generalidade, este documento. Contudo importa recordar que o contexto físico da Nação portuguesa está marcado por muitas assimetrias geográficas, transcritas num quadro social, económico e político heterogéneo, assimétrico e de fortes contrastes regionais e humanos que continuam a agravar a situação de um país geograficamente comprometido por fragilidades naturais, contrastes do povoamento, fraqueza das atividades económicas, mobilidade, quebra e despovoamento de habitantes.

Não havendo uma distribuição uniforme da população portuguesa nem uma repartição equitativa dos rendimentos, dos equipamentos e dos bens públicos

⁴⁰ Monbeing, Michel (2007). “L'impossible démocratie participative”. In: *Pensée Plurielle*, 2007/2, nº 15, pp. 29-47 <https://www.cairn.info/revue-pensee-plurielle-2007-2-page-29.htm>

fundamentais, os cidadãos têm vindo a reclamar uma maior intervenção do poder local, como garante da sua dignidade social e humana. Em contextos geográficos distintos, circunstâncias desta natureza têm estado na origem do impulso de movimentos sociais de contestação à democracia representativa, de “movimentos de cidadania”, que têm sugerido novas formas de participação pública e práticas democráticas assentes no envolvimento dos membros de uma determinada comunidade, chamados a tomar decisão sobre problemas concretos que lhes dizem respeito.

Trata-se do exercício do paradigma deliberativo⁴¹ que toma em consideração as motivações dos cidadãos influenciados por escolhas racionais e interesses dos quais podem tirar benefícios, contrariamente à competição entre interesses políticos divergentes ou menos orientados para a procura do bem comum. Para Alain Touraine⁴² tratam-se de movimentos que deveriam ser batizados de “ético-democráticos”: *“démocratique, car il lutte contre le pouvoir total; éthique, parce qu'il interroge une manière particulière de vivre son individualité, puis de l'inscrire dans la collectivité.”*

A referência a este autor permite enquadrar a ação de um Poder Local forte, responsável, transparente e eficaz perante os cidadãos e o Poder Central, os poderes paralelos e os grupos de interesses que existem nas nossas sociedades. Reforça, ainda, as exigências de um Poder Local inserido num contexto de valores e de princípios éticos.

Recorde-se que o modelo político de governança em que assenta a democracia foi há muito considerado por Churchill, em discurso na Câmara dos Comuns em Inglaterra, em 1947, como *“a pior forma de governo, à exceção de todos os outros já experimentados ao longo da história”*. Esta reflexão convida-nos, cidadãos e autarcas, eleitores e eleitos do Poder Local e do Poder Central, a manter uma atitude de forte compromisso com o eleitorado; a respeitar a dignidade humana dos

⁴¹ Duplin, Raquel (2007). *Démocratie délibérative: une vérification empirique des principes théoriques*.

Montréal, Université du Québec à Montréal, p. 16 (Mémoire)

⁴² Alain Touraine (2016). “Réenchanter la démocratie” (Alain Touraine). La Tribune, iNON2016

In: <https://www.latribune.fr/opinions/tribunes/reenchanter-la-democratie-612352.html>

cidadãos; a zelar pelo seu bem-estar e, acima de tudo, a encarar a justiça, a equidade, a liberdade e a transparência, como referenciais constantes de atuação. Mais ainda, a incluir nos programas e promessas de eleição o compromisso ético de intervenção enquanto eleitos, responsáveis pela gestão da coisa pública e defesa dos seus concidadãos.

No contexto da legislação portuguesa registamos a publicação, no início da década de noventa⁴³, da Carta Deontológica do Serviço Público que prescreve “*os valores essenciais do serviço público e um conjunto de regras de conduta nas relações com os cidadãos, com a própria Administração e com o poder político*” (Resolução do Conselho de Ministros, nº 18/93). A este documento junta-se, em data recente, o Código de Ética e de Conduta da Direcção-Geral das Autarquias Locais, publicado em Outubro de 2017.

No seu Preâmbulo este documento defende “*a melhoria contínua dos serviços prestados*”, consubstanciando-se “*num modelo de gestão que assenta, entre outros, nos princípios da prossecução do interesse público, da legalidade, da isenção, da imparcialidade, da transparência, da competência e da responsabilidade*”.

A procura da afirmação plena dos valores da democracia representativa, participativa e deliberativa exige, para além do enunciado de princípios éticos associados à prática do respeito da dignidade dos cidadãos, do seu bem-estar e da justiça, que se valorize a qualidade da democracia e a confiança da população nas instituições públicas. Neste contexto o Poder Local, os Serviços da Administração Central e o próprio Governo aprovaram documentos orientadores da conduta dos seus agentes – Códigos de Conduta – que no caso deste governo consta da Resolução do Conselho de Ministros nº 53/2016, o qual prescreve a prossecução do interesse público e da boa administração: transparência, imparcialidade, probidade, integridade e honestidade, urbanidade, respeito interinstitucional, confidencialidade.

⁴³ Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/93

Publicação: Diário da República n.º 64/1993, Série I-B de 1993-03-17

Evocando Cesário Verde: *“Se eu não morresse, nunca! E eternamente buscasse e conseguisse a perfeição das cousas!”*⁴⁴..., se assim acontecesse, não estaríamos aqui a refletir sobre este tema.

As preocupações dos governos, das empresas, dos serviços públicos e dos privados, surgem como resposta⁴⁵ à *“acusação da falta de ética e de transparência”*; à necessidade de *“subordinação da política à ética”* com base *“na dignidade da pessoa humana e nos princípios universais resultantes das respectivas culturas”*, obrigando a que *“A ética deve estar para a política como a equidade está para a justiça”*.

Confrontados com estas afirmações e tomando como referência princípios de natureza ética orientadores da investigação científica em seres humanos, recordamos a Declaração Universal dos Direitos Humanos como um *“marco ético”* que introduziu no *“discurso político- legislativo”*, como escreveu o Professor Walter Oswald¹¹, o conceito de dignidade: *“todo o ser humano nasce livre, igual em direitos e liberdade”*. Esclarece o referido autor que, *“Esta dignidade não é a ‘dignitas’ dos romanos, concedida pelos cargos desempenhados, pela fortuna ou pelos feitos, militares ou cívicos (...): ela é essencial, no sentido da essência da pessoa, é própria de qualquer um, inalienável e companheira fiel de cada pessoa, enquanto vive (...)”*.

A coincidência destas apreciações reforça o sentido da dimensão ética do poder Central e do Poder Local, do Governo e dos eleitos do povo nas instâncias do poder público e na sua esfera privada em aspetos essenciais da vida humana, tais como:

- O respeito pelas pessoas e pela sua dignidade; a autonomia e liberdade individual; a responsabilidade e transparência; o sigilo sobre a informação pessoal;
- A preocupação com o bem-estar dos cidadãos, as condições materiais, económicas e sociais da sua existência, a educação e saúde, a vida privada, a redução dos riscos de qualquer natureza, o equilíbrio entre o ser humano e o meio ambiente;

⁴⁴ Cesário Verde. “O livro de Cesário Verde”

⁴⁵ Machado, Narciso (2009). “A ética na vida política portuguesa”. In: Público, 27 de agosto de 2009 ¹¹ Walter Oswald. “Declaração Universal dos Direitos Humanos como marco ético”. In: Público, 22 de Dezembro de 2018

- A justiça decorrente dos princípios de igualdade constitucional, da aplicação das leis a todos os grupos sociais e políticos, aos movimentos de pensamento e de ação, aos cidadãos livres e aos excluídos socialmente.

Para Benoît Girardin⁴⁶ o conjunto destes três princípios resume-se a seis valores éticos essenciais: *i.* identidade associada à diversidade; *ii.* paz e segurança; *iii.* responsabilidade e liberdade; *iv.* equidade; *v.* solidariedade; *vi.* Durabilidade. Estes constituem o hexágono ético de princípios políticos, condição fundamental para os países que *“ambicionam alcançar uma posição singular no cenário mundial e de contribuir como parceiros do progresso global”*.

⁴⁶ Girardin, Benoît (CH). L'ethique: un défi pour la politique. Pourquoi il importe plus que jamais en politique et comment elle peut faire la différence. Globethics.net Focus, n° 5

SANTA JUSTA - VALE DO PEREIRO

Apontamento geográfico



Jorge Carvalho Arroiteia

2023

*A luz que te ilumina,
Terra da cor dos olhos de quem olha!
A paz que se adivinha
Na tua solidão
Que nenhuma mesquinha condição
Pode compreender e povoar!
O mistério da tua imensidão
Onde o tempo caminha
Sem chegar!...*

Miguel Torga

Capa:

Imagem reproduzida na Gazeta dos Caminhos de Ferro, nº 1653 – 16 de Outubro de 19576, p. 464

1. Apresentação

As notas ora recolhidas sobre a povoação de Vale do Pereira, sede da freguesia de Santa Justa (concelho de Arraiolos) recorda-nos os anos de juventude e de formação académica na Universidade de Lisboa quando tivemos oportunidade de conhecer e estreitar amizades com diversos e bons colegas de origem alentejana. Deles recordamos a sua jovialidade e boa disposição, fraternidade e disponibilidade para partilhar com os demais o conhecimento e tesouros da sua terra, sobretudo de natureza gastronómica, desconhecidos nessa época. Do convívio estabelecido nas residências universitárias que nos acolheram, algo em comum assinalava os meses de verão e a proximidade dos exames: o caldo e a açorda alentejana preparados com carinho e sabedoria e que preenchia o vazio do estômago em noite de preparação que se prolongavam noite dentro.

Os traços dessa convivência foram reforçados na U.A. pelo seu embaixador principal, o colega Manuel Assunção, que aprendemos a admirar pelo seu conhecimento e frontalidade, amizade e empenho em prol da academia e do desempenho de diversas funções de Presidente do Conselho Pedagógico, Vice-Reitor e de Reitor da U.A. na altura da nossa aposentação. Procurar informação, neste caso de forma incipiente, sobre a terra da sua memória juvenil é um preito da estima pessoal que soube granjear nestas quase cinco décadas de convivência académica e de louvor pela simplicidade e postura científica, académica e profissional que sempre manteve com os seus amigos e colegas.

Obrigado Manuel Assunção pela tua presença e amizade.

J.C.A

4 de Setembro de 2023

***UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GREGÓRIO E SANTA JUSTA
- SANTA JUSTA/VALE DO PEREIRO***

Orago - Santa Justa

Ordenação heráldica do brasão e bandeira

Publicada no Diário da República, III Série de 28/08/1997

Armas



Escudo de prata, dois ramos de sobreiro verde, landados de ouro, alinhados em faixa entre uma bilha de vermelho e um pêro de verde. Coroa mural de prata de três torres. Listel branco com a legenda a negro, em maiúsculas: SANTA JUSTA – ARRAIOLOS

2. Enquadramento geográfico



Concelho de Arraiolos - Mapa ⁴⁷

A importância de Vale Pereiro no contexto geográfico local é sobretudo ditado pela sua relação administrativa com a antiga freguesia de Santa Justa antes de ganhar maior expressão após a construção da linha férrea entre Vila Viçosa e a cidade de Évora o que permitiu alargar a sua área de atração de pessoas, bens e mercadorias que conduziram ao isolamento do sítio do templo religioso de Santa Justa.

Numa área dominada pela planura alentejana, pequenas elevações e pequenos vales de escorrência, dominada por estrutura fundiária antiga e de grande dimensão entregue ao domínio das Ordens religiosas ou mesmo da Igreja, a sua divisão em parcelas mais reduzidas parece ter ditado há alguns séculos a separação do núcleo

47

CSCBarroseiro,(2013)

-

Anexos.

<https://www.rdp.uevora.pt/bitstream/10174/16059/4/IV%20-%20Anexos.pdf> 30AGO23

principal da propriedade, do monte ou da quinta, de outras parcelas mais afastadas embora pertencentes à mesma unidade familiar ou religiosa. A este respeito escreveu Ribeiro (1955, p. 251): *“Cada heredad posee un ‘monte’ (cortijo), conjunto de construcciones sitas geralmente em un lugar elevado – de ahí su nombre – que sirven de centro de la explotación: residencia del propietario o del rentero, abrigos para el ganado y almacén de los útiles agrícolas, instalaciones de pequeñas industrias relacionadas com la vida rural, viviendas de los trabajadores permanentes, reforzados em la época de los grandes trabajos – las siegas, la extracción del corcho o la cosecha de la aceituna – por los algarvienses y ratinhos venidos de las sierras pobres y superlpobladas del centro de la Beira”*.

Tendo em conta o antigo sistema de rotação fundiária com folhas de colheita e folhas em pousio trigo-forragem com duração varável, - entre três e seta anos - entende-se a designação na área de Santa Justa de vários topónimos: Comenda Grande, Quinta da Comenda, Comenda de Cima, Comenda do Meio como unidades integradas na mesma unidade de exploração, a Comenda de Mendo Marques pertencente à ordem Militar de Cristo. Sobre este assunto assinala Monteiro (2014, p. 34) que *“A Ordem para além de deter um número significativo de bens urbanos dentro da cidade de Évora, detinha, ainda, 7 casais. Em Mendo Marques detinha 5 casais, que ficavam na freguesia de S. Justa. FONSECA, Jorge – O Foral Manuelino do Vimieiro. Setúbal: Camara Municipal de Arraiolos, 1999, p. 29. A Ordem detinha um casal na Pedra da Missa, na freguesia de Arraiolos, e outro casal junto do Ribeiro do Divor consideramos que ficaria na freguesia de Nossa Senhora da Graça do Divor. Tombos da Ordem de Cristo – Comendas a Sul do Tejo...pp.125-127.*

Em documento da Assembleia Municipal de Arraiolos (Pronúncia: 4-10-2012)⁴⁸ refere-se uma primeira referência a esta Comenda datada de 1254 e a um outro castelo do signatário, *“estando prevista a construção de uma igreja no local”*, possivelmente a que antecedeu a construção do templo de agora edificado em 1604. A localização dessa residência e do templo religioso de Santa Justa a pequena distancia das diversas unidades de exploração agrícola e no cruzamento de

⁴⁸ Of. 8/2012, de 04/10/12 dirigida ao Presidente da Assembleia da República

caminhos permitia, em tempos idos e ao som do sino da Igreja lembrar a sua participação nos ofícios religiosos no templo sede da Paróquia. Noutras regiões do país, sobretudo em território dominado pelo povoamento disperso, o campanário serve de referência aos lugares vizinhos não só na prestação de serviços religiosos, diários ou dominicais. como anunciando, através do toque dos sinos e das Avé-Marias (matinais e ao fim do dia) o calendário diário do trabalho no campo. Mais ainda, o se repique se em dias de luto evoca a perdas das almas que partiram, em dia festivo anunciam o ato religioso mais comum das nossas paróquias: a procissão. Assim o declamou João Villaret⁴⁹:

*“Tocam os sinos da torre da igreja,
Há rosmaninho e alecrim pelo chão.
Na nossa aldeia que Deus a proteja!
Vai passando a procissão.*

*Mesmo na frente, marchando a compasso,
De fardas novas, vem o solidó.
Quando o regente lhe acena com o braço,
Logo o trombone faz popó, popó.*

*Olha os bombeiros, tão bem alinhados!
Que se houver fogo vai tudo num fole.
Trazem ao ombro brilhantes machados,
E os capacetes rebrilham ao sol.*

(...)

*Tocam os sinos na torre da igreja,
Há rosmaninho e alecrim pelo chão.
Na nossa aldeia que Deus a proteja!
Já passou a procissão.”*

No cenário descrito o lugar de Vale Pereiro, nas bordas dos domínios da Comenda e de outras propriedades senhoriais integra-se num modelo linear de distribuição dos principais núcleos de povoamento dominados pelo eixo rodoviário estabelecido entre as sedes de concelho e vilas de Arraiolos e Vimieiro (Bolama, 1914, p. 285) – como locais de irradiação de outras vias para os concelhos vizinhos

⁴⁹ Procissão: letra de António Lopes Ribeiro; intérprete: João Villaret

- onde se ajustam, internamente, centros subsidiários da vida rural em Igrejinha, S. Gregório e Santa Justa-Vale do Pereiro.

Esta configuração ajusta-se ao modelo fundiário dominante e abre portas, depois da extinção do concelho de Vimieiro, ao reforço da centralidade administrativa e económica da vila de Arraiolos e ao desenvolvimento de centros rurais na área do seu território tais como: Igrejinha, S. Gregório e, depois da construção do caminho de ferro, ao núcleo Santa Justa-Vale do Pereiro. Na sua essência as duas povoações mais antigas, Arraiolos e Vimieiro, continuam a funcionar como centros de irradiação para o resto do território alentejano e o desenvolvimento do seu interior. No caso de Vale do Pereiro a ligação ferroviária abre portas à maior acessibilidade de parte deste território interior à cidade de Évora, aos seus serviços e bens centrais, promovendo o alargamento da área de influência dos serviços e bens da capital de distrito a uma população numerosa, nomeadamente à população estudantil, residente na periferia.

De acordo com o assinalado constitui um dos objetivos deste apontamento realçar o contexto geográfico e humano deste território que na simbologia do seu brasão articula elementos estruturantes da memória e da vida da antiga paróquia-freguesia dedicada a Santa Justa e com a sede em vale do Pereiro. Como se lê na página de Heráldica⁵⁰ a simbologia do Brasão de Santa Justa tem presente:

- *“Os ramos de sobreiro, a evocar a principal fonte de riqueza da freguesia, ou seja, a produção de cortiça;*

- *A bilha, a evocar Santa Justa, padroeira da freguesia e o topónimo da freguesia;*

- *O pêro, a evocar o topónimo “Pereiro”, do nome da localidade de Vale ereiro, o qual substitui a localidade de Santa Justa como sede de freguesia, onde na localidade apenas existe a igreja e o cemitério”.*

A reorganização administrativa do território das freguesias - Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro – conduziu à agregação de Santa Justa com a freguesia próxima de São Gregório, situação que em 2015 mereceu a apresentação do Projecto de Lei nº

⁵⁰ Santa Justa <https://www.heraldicacivica.pt/arl-santajusta.html#gsc.tab=0> 25AGO23

1001/XII para a criação da antiga freguesia de Santa Justa com sede em Vale do Pereiro.

De acordo com o descrito o escudo de armas de Santa Justa faz jus à natureza geográfica desta terra inserida na planura e cobertura dominante da região alentejana e na frescura dos frutos que alimentam as gentes das pequenas bacias hidrográficas que drenam com maior incidência para a bacia do Tejo com destaque, nas proximidades, pela Ribeira do Cabido e ribeira do Divor. Integrado administrativamente no município de Arraiolos, criado em 1736, o povoamento da área, estruturado em torno de povoações mais antigas e dos montes e herdades que se foram constituindo nesta área da peneplanície alentejana desde o tempo dos romanos e que através de doações régias, se agravaram durante a Reconquista.

Na área territorial deste apontamento as suas assimetrias e particularidades morfológicas estão referidas nas colinas de Évora Monte, nos “*vastos vales de Santa Justa*” e nas “*planícies de Igrejinha*” (Barbosa, 2016, p. 19). Assim o confirma a leitura do mapa geográfico⁵¹ com cotas que se situam um pouco acima dos 270 m nas proximidades de Santa Justa – Ribeira do Mendo Marques -, entre os 290 m e os 364 metros de altitude na parte mais baixa e na encosta da Aldeia do Vale do Pereiro, os 379m no cimo do monte da Carvoaria. Uma densa rede de circulação mais antiga estabelece a ligação entre as propriedades e os núcleos de povoamento mais importantes como Arraiolos e Vimeiro, Igrejinha e Azaruja, Santa Justa hoje servidas por estradas nacionais e pela A6.

Para além da circulação rodoviária o antigo Ramal de Évora evoca a importância da ferrovia no desenvolvimento da povoação de Vale do Pereiro, em torno da estação de caminho de ferro e da relação de proximidade com terras vizinhas servidas pelos mesmo meio de transporte de pessoas e de mercadorias. Nesta sequência a povoação de Vale Pereiro, reconhecida pela existência de povoamento humano desde a Idade do Ferro, confirmados na época Romana e já durante a Idade Média, veio a tornar-se, com a construção o ramal de caminho de ferro de Évora com principal lugar da freguesia de Santa Justa e o seu principal “lugar central” e pólo de atração populacional e económico.

⁵¹ Carta Militar, 1/25.000 – folha nº 453 – Santa Justa

Tal como noutras terras do país a suspensão do serviço de passageiros na Linha de Évora no início dos anos noventa do século passado e a desativação total do movimento comercial duas décadas depois, já durante o nosso século, reduziu a centralidade desta povoação em relação à sede do concelho e à cidade de Évora, aos seus equipamentos e funções centrais (Gaspar, 1972) sobretudo depois da sua elevação a sede Bispado e da anexação de um vasto território e fregueses ao culto da Sé de Évora, nomeadamente a paróquia de Santa Justa, nos finais do século XIII, em 1257, freguesia rural do pertencente ao antigo concelho de Vimieiro .

A referência à sua ligação a outros proprietários desde a Reconquista cristã é referida por Paiva ⁵².que assinala a situação deste território numa “extensa área de Comenda de Mendo Marques, pertencente à ordem Militar de Cristo”, responsável pela construção do templo católico em 1604 (loc. cit.) no local onde “se presume que teria existido um primitivo templo erguido no século XIII, tal como se prognosticava no documento de 1254”.

Numa área de povoamento concentrado (Alegria, 1986, p. 193) como o demonstra o Numeramento de 1527 (Galego e Daveau, 1986, p. 108) as principais unidades administrativas do território de Entre o Tejo e Odiana são as cidades de:

- Évora	2813	moradores
- Elvas	1916	“
- Portalegre	1224	“

situando-se os concelhos de referência, Arraiolos e Vimieiro, com um número inferior:

- Arraiolos	434	moradores
- Vimieiro	117	“

Na mesma data os concelhos de Arraiolos e de Évora-Monte (183 moradores), pertenciam ao domínio do Duque de Bragança (op. cit., p. 63) cercado à volta por terras da Coroa e de Nobres onde se inclui o concelho de Vimieiro, Évora, Montemor-o-Novo, Lavre, Águas e Pavia.

⁵² Pedro Paiva - <https://bussoladetempo.blogspot.com/2019/08/igreja-de-santa-justa-antiga-igreja.html> 25AGO23

Recorde-se que as variações da população no Reino de Portugal sobretudo no sul do país e depois da Reconquista acompanham a transmigração de habitantes de outros locais do território por ação da Igreja e das Ordens religiosas (Alegria, op. cit., p. 190) *“para fixar e acelerar o povoamento do país. Tendo-se enraizado preferencialmente no sul — salvo a Ordem de Cristo, que possuía também vastos domínios no norte — tiveram aí funções de relevo não só durante a reconquista, terminada em 1249, como na posterior exploração e colaboração de territórios anteriormente sob domínio árabe.”* Tal movimento justifica que, o padrão da distribuição da população entre o Tejo e Odiana na forma de *“aldeias grandes e compactas, muito separadas e montes”* Ribeiro (1955, p. 197) tenha prevalecido ao longo do tempo sobretudo nesta parte do território, com as suas planuras e colinas (op. cit., p. 502) *«aunque casi completamente abiertos al tránsito, no han experimentado aún el influjo de su savia vivificadora»* mantendo por isso intacto o seu carácter rural e agro-pastoril.

Mesmo após o início da “revolução dos transportes” Oitocentista, com o traçado das novas estradas de ferro e de circulação rodoviária, grande parte deste território manteve os traços de isolamento acompanhado do acréscimo das funções urbanas e da atração de habitantes para as cidades mais antigas com funções militares, defensivas, religiosas, administrativas e comerciais. A criação de novas vias de circulação entre as principais cidades e entre estas e Lisboa, foram determinantes para a fixação de novos moradores e serviços como aliás se verificou com o traçado do sistema de vias ferroviárias e rodoviárias em todo o território nacional.

Aldeia de Vale do Pereiro



Fonte:

https://satellites.pro/Vale_do_Pereiro_map.Evora_region.Portugal#38.742934,-7.819079,174SET23

3. Notícia sobre o povoamento antigo e medieval

Sendo a ocupação humana do território construída ao longo de séculos e por ação de diferentes civilizações, importa evocar as suas raízes e evolução. Vejamos alguns aspetos:

1. As raízes do povoamento antigo, nomeadamente do património arqueológico existente em torno do lugar de Vale do Pereiro, têm como enquadramento geral o cenário natural do concelho de Arraiolos e os sítios já explorados em terras desta autarquia e noutros lugares do Alentejo Central (Calado, Barradas e Matolo, 1999). Deste levantamento constam diversos exemplos localizados no concelho de Arraiolos, nomeadamente em Vale do Pereiro⁵³ (Idade do Ferro) - “*Povoado fortificado (0.50-1ha), implantado num cabeço muito destacado.*”, onde foi recolhida: “*Escassa cerâmica de roda, bordos extrovertidos, fundos planos.*”

Outro estudo abrange vestígios patrimoniais da Pré-História recente e da Época Romana foi divulgado no âmbito do Projeto LAPA – Levantamento Arqueológico e Patrimonial de Arraiolos - e os levantamentos disponibilizados no site do património de Portugal sobre o mesmo assunto. Do trabalho de Rocha e Santos (2013, p. 143) incluído no estudo da Associação dos Arqueólogos de Portugal ficamos a saber que este território, a norte do Distrito de Évora, faz parte da NUT III – Alentejo Central – transcrevemos a apresentação geológica deste território a qual permite justificar traços da ocupação de antanho:

Geologicamente, abrange essencialmente o substrato antigo, na maior parte constituído por granitos. Junto à ribeira do Divor existe uma mancha de rochas graníticas, a que se segue o complexo montmorilonético com arcoses, formações de detritos grosseiros, mal rolados de aspecto torrencial e com episódios calcários (Carvalho, 1968, p. 155). As aluviões modernas encontram -se ao longo dos principais vales da região e são compostas por areias e cascalheiras

⁵³ Coord. UTM: X=602.2.5; Y=4289.6.0

com algumas intercalações argilosas. Os vales das ribeiras da Têra e do Divor apresentam este tipo de formações. (...)”.

Identificada por ser uma área de (loc. cit.), *“pobreza das reservas hídricas subterrâneas, nos períodos não chuvosos, e a grandes caudais nos períodos de maiores precipitações.”*, regista ainda (loc. cit.): *puma cobertura terciária associada “(...) a formas de relevo suaves, enquanto, ao substrato antigo, embora peneplanizado, correspondem relevos mais irregulares, marcados pela presença de grandes afloramentos graníticos”*. Quanto aos solos (loc. cit.): *“(...) os granitos determinam, em geral, um fraco potencial agrícola (classes D e E), enquanto nas formações terciárias se observam duas situações distintas: nos terrenos argilo-calcários do Oligocénico, ocorrem boas manchas de solos agrícolas (classes B e C) e nos terrenos Mio-Pliocénicos do complexo greso-argiloso e conglomerático dos planaltos, predominam os solos sem qualquer aptidão agrícola (classe E)”* onde predomina uma cobertura vegetal (loc. cit.), *“constituída por montado de azinheira, estevas e outras espécies arbustivas”*. A distribuição desta cobertura vegetal permite o crescimento arvense propício à criação de gado permitindo uma fonte periódica de rendimento da exploração rural.

A estas condições naturais correspondem dados arqueológicos distintos com mais de três centenas de sítios cartografados no concelho de Arraiolos (op. cit., p. 143-144), *“dispersos por uma trintena de categorias (..) da Pré-história recente ao Período Moderno”*, genericamente caracterizadas (loc. cit.):

- *Os terrenos com condições favoráveis para a pastorícia, mais acidentados e pedregosos, por vezes associados a maiores concentrações de afloramentos graníticos, apresentam maior número de sítios mais antigos, dentro do Neolítico”*,

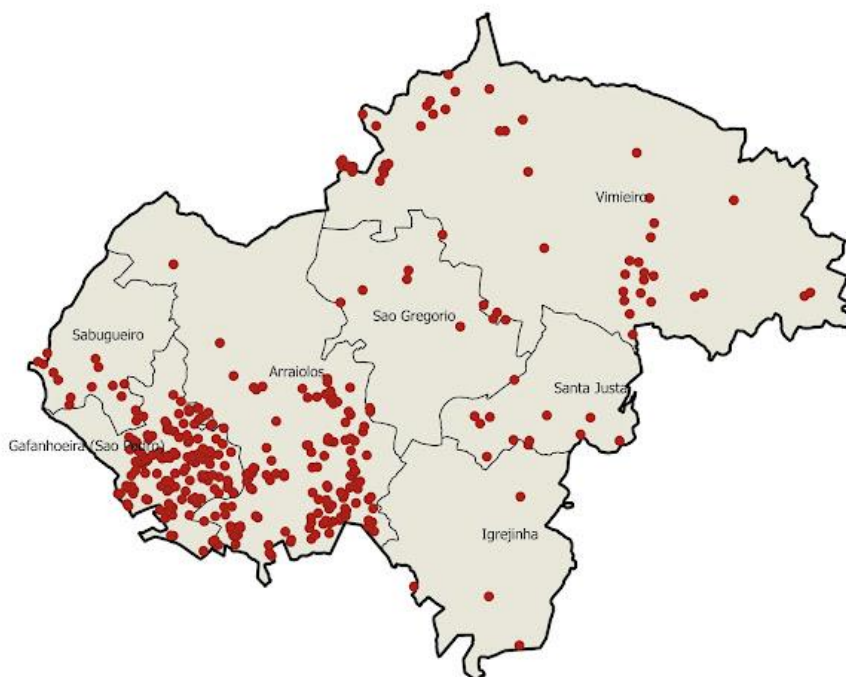
- *Por outro lado, nas áreas mais aplanadas e abertas, com solos mais férteis e aptos para a agricultura de sequeiro temos uma maior concentração de sítios romanos e/ou posteriores”*. (...)

- *Paralelamente, os vestígios arqueológicos concentram-se sobretudo nas imediações dos principais cursos de água, em todos os períodos cronológicos. É de realçar o conjunto de moinhos de água existentes ao longo das principais ribeiras*

do concelho de Arraiolos os quais se encontram em diferentes estados de conservação” (...)

- Nas áreas de terrenos com maior aptidão agrícola devemos ainda atender ao fato de serem terrenos muito remexidos pelas lavouras e, nalguns casos, bastante alterados pelos antigos arrozais.

Carta Arqueológica de Arraiolos – Base de dados Endovélico



Dados da CAA ainda hoje sobressaem (São Pedro-Arraiolos) nos dados georeferenciados da Base de Dados ENDOVÉLICO (dados disponíveis mas não actualizados)

Fonte: Memórias das Pedras Talhas⁵⁴

O esforço institucional desenvolvido pela autarquia Arraiolense com o apoio de outras entidades e equipas de investigação juntamente com o esforço individual de muitos investigadores tem vindo a permitir o levantamento de diferentes sítios arqueológicos em todas as freguesias da autarquia, nomeadamente em Santa Justa como se evidencia no mapa anexo. A localização de outros testemunhos na área dos antigos concelhos de Vimieiro e de Arraiolos (Barbosa, 2018, p. 50) - “(...) *um caminho de mala-posta (...) a via XV do Itinerário de Antonino (...)*” - se associada

⁵⁴ Memórias das Pedras Talhas <http://pedrastalhas.blogspot.com/2016/05/?m=0> 30AGO23

à “*ara votiva identificada em Santa Justa, dedicada à mesma divindade*” *Carneus Calanticensis*” - recorda o autor (op. cit., p. 58), que “*Esta aldeia da freguesia de Arraiolos tem sido, frequentemente, associada ao vicus de Calantica e à divindade protetora dos rebanhos, apesar de não existirem provas, para além de um templo de grande monumentalidade, que permitam situar um aglomerado populacional no local*”. As referências às águas medicinais de Santa Justa, talvez possam ajudar ao aprofundamento desta reflexão.

Designação: Vale do Pereiro 3
 Coordenadas: 38.742731 / -7.825889
 CNS: 39654
 Freguesia: São Gregório e Santa Justa



Fonte: Património megalítico da região do Alentejo ⁵⁵

2. A identificação de alguns traços do povoamento da época Romana ao período medievo, foi estudada por Passão (2015, X) que igualmente se refere a informações recolhidas no âmbito do projeto LAPA (2015, X) sugerindo, a través da análise de diferentes momentos da evolução histórica, “*um aproveitamento de determinados recursos, cultos, entre outros, abrangendo a transição da época Romana Imperial para a época Medieval até ao século XIV*”. Diversas considerações preenchem a

⁵⁵ Património cultural:

https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturaearquivamento/2023/megalitismo_alentejano/mertola/mapasemconjunto.pdf 23AGO23210

análise histórica da evolução do Alentejo central (op. cit., p. 9 e ss) e da sua relevância para o objeto de estudo arqueológico que facilitam o conhecimento do estado da arte no território de Arraiolos e do seu enquadramento no território alentejano. Neste contexto é importante recordar a importância do fenómeno urbano no sul do país associado aos fenómenos migratórios do Mediterrâneo oriental e à sua influência sobre as atividades, circulação e distribuição da população no território ao longo do tempo.

Tal como em toda a Península Ibérica muitos dos vestígios patrimoniais refletem o Panteão local e o importado dos povos invasores a que se juntam testemunhos da vida diária e das atividades da população que traduzem níveis e tipos de civilização distintas associadas à origem e socialização dos povos residentes. No que respeita ao território de Arraiolos, sintetiza o autor (op. cit., p. 15) “*Arqueologicamente a ocupação humana do território atesta a presença desde os tempos da Pré-História de diversos habitats, estruturas megalíticas e vestígios humanos por todo o concelho*”, como é assinalado na Carta Arqueológica de 2013 (cf: Rocha e Santos, 2013).

Na área da antiga freguesia de Santa Justa, perto de Vale do Pereiro, está assinalado

- A recolha de uma “*árula votiva com referência a Carneus Calanticensis (...)* feita em mármore branco-amarelo de Estremoz/ Vila Viçosa, com a cronologia a apontar para o século II d. C “

- Vestígios de fortificações romanas em Castelo do Mau Vizinho, Santa Justa 2 e Soeiros (op. cit., p. 64), sugerindo tratar-se “*de casos aquando da conquista romana, e que posteriormente, poderia ter passado então para o topo do outeiro já em Arraiolos actual, com algum tipo de forte militar que controlava toda a área envolvente e que permitia um rápido acesso aos possíveis caminhos romanos que passariam pelo território.* “.

- De vestígios de Vila romana em Santa Justa, identificadas (op. cit., p. 67), “*por serem uma estrutura central de um fundus³⁵¹ de produção, no caso deste território, agrícola com uma boa capacidade de irrigação e captação de água para a habitação*”.

- De restos de Vias, de pontes e marcos miliários de origem romana em território de Santa Justa (op. cit., p. 76).

Neste passado a explorar a consulta da Carta Militar de Portugal (1/25.000 – Santa Justa e Vale do Pereiro) e dos seus topónimos registamos alguns topónimos de valor, como o sítio de Anta, próximo do Ribeiro da Anta, a meio caminho entre as povoações de Igrejinha e de Azaruja e o sítio arqueológico da Anta das Cabeças (Cabeças Ruivas) próximo da barragem do Divor. A referência a estas designações evoca a importância do património megalítico do Alto Alentejo⁵⁶, com vasta representação no município de Arraiolos, na freguesia de São Gregário e Santa Justa e representação e no lugar de Vale do Pereiro:

A referência a estes estudos permite compreender a extensão e importância do povoamento primitivo e a sequencia história da ocupação humana associada por um lado às condições geográficas e naturais do solo e clima; ao domínio, transmissão estrutura da propriedade; à exploração dos recursos naturais; aos modos de vida das populações e aos investimentos consagrados ao desenvolvimento local e regional. Nesta seriação cabe uma breve referência à cronologia histórica do povoamento da área territorial dominada pelo Castelo de Arraiolos e outros senhorios hoje integrados na área deste concelho.

Pensamos, neste caso, no antigo concelho de Vimieiro que até à sua extinção, em 1835, manteve a sua *Domus Municipalis*. Para além da Igreja Matriz em honra de N^a Sr^a do Sobral e das Casas da Câmara as ruínas do Convento de S. Francisco (1554) que funcionou até finais do século XVIII e foi encerrado e a comunidade transferida para o convento da ordem, em Arraiolos, por dificuldades de assistência religiosas e económicas, diz bem da persistência de crises de produção e das dificuldades da vida das gentes desta área. Tal dá razão a Ribeiro (1955, p. 173) quando recorda que as doações régias do início da nacionalidade estabeleceram os limites da grande propriedade: “*muchas serían unidades agrarias, donde la explotación tomó la forma extensiva por la carência de gente que trabajase la*

⁵⁶ Ver: Património megalítico da região do Alentejo

https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturaarquivamento/2023/megalitismo_alentejano/mertola/mapasemconjunto.pdf 23AGO23

tierra”. Daqui decorre o domínio da grande propriedade transmitida por herança e alargada pelo casamento no interior da qual (op. cit., p. 74), “*no es raro, em el interior de ellos, encontra las ruinas de antiguos cortijos que servieron de centro de explotación de vários herdades menores, posteriormente unidas. Aqui la propiedad tiende a concentrarse*” sempre alimentaram, de forma irregular, as populações rurais residentes nas suas imediações.

4. Heranças do Antigo Regime

A construção do povoamento nesta parte a sul do rio Tejo associada às doações sobretudo à Igreja e às Ordens Religiosas e militares bem como ao processo de arroteamento e antiguidade transcritas na designação de diversos lugares e sítios da área municipal de Arraiolos e da antiga freguesia de Santa Justa – Vale do Pereiro (Carta militar ,1/25.000 – Folha 438) reúne diversos testemunhos do povoamento Neolítico, Antigo e Medieval que se prolonga durante o Antigo Regime até às reformas administrativas impostas pela queda da Monarquia Absoluta e implantação da Monarquia Constitucional promovidas pela Revolução Liberal. Alguns exemplos recolhidos na carta militar referida evocam situações da evolução deste povoamento:

- Pré-histórico: Anta
- Santoral: S. Justa, São Bento do Mato, N^a S^a da Conceição
- Domínio da terra: Igrejinha, Cabido (de Baixo e de Cima), Cabidinha, Cabidinho, Comenda (Quinta da), Comenda do Meio, Comenda Grande, Cristãos Novos
- Topografia: Monte, Montinho, Paracha (de Baixo e de Cima), Monte da Parrachinha, Vale do Pereiro
- Parcelamento: Bairro Novo, Monte Novo, Courelas,
- Morfologia e vegetação Botaréos (de Cima e de Baixo), Borrazeiro e Borrazeiro de Baixo; Melão (de Baixo e de Cima)
- Exploração freática: Entreáguas, Poço Novo, Poço dos Galegos, Poço do Sobral, Poço do Camões, Fontainhas, Fonte, topónimos que revelam a existência de

aquíferos nesta parte sul do território da carta militar ilustrada pela dimensão das suas ribeiras e aproveitamentos hidroagrícola da barragem do Divor.

Esta relação poderia dar lugar a uma análise mais alargada sobre a origem e evolução destes topónimos na área adjacente aos antigos domínios das Vilas e Concelhos de Vimieiro e de Arraiolos que ao longo de séculos repartiram entre si o território de Santa Justa-Vale do Pereiro. A sua ligação à Ordem Militar de Cristo justifica a escolha da padroeira que realça o enquadramento geográfico de Vale do Pereiro nas preferências do Santoral medieval, na sua relação com a Igreja, as Ordens Religiosas e com os movimentos internos da população que acompanharam o processo de Reconquista e o povoamento destas terras a sul do Tejo. Junto do templo abandonado, o cemitério da aldeia e o edifício de uma escola abandonada evocam o sítio da edificação do castelo dos primeiros donatários destas terras e o seu progressivo abandono em Oitocentos depois da construção do apeadeiro de Vale do Pereiro em local próximo deste sítio abandonado.

Não deixa de útil recordar a relação desta fonte e das propriedades das suas águas na escolha da localização da ermida mais antiga, anterior até à época da Reconquista - e reconhecida nos Tombos da Ordem de Cristo (Monteiro, 2014, p 34), *“mas refere que a Ordem e o comendador não tinham nenhuma obrigação. De acordo com o mesmo autor (op. cit., p. 55) a relação com os concelhos vizinhos era, no caso dos casais em Mendo Marques o “pagamento à Igreja de Vimieiro do dízimo do pão dos quartos“.* Como nas terras em redor, *“Os casais eram constituídos por duas partes, ou seja, o assentamento e o espaço de produção³¹⁵. A designação de casal era aplicada à componente habitacional e ao espaço de cultivo. Todavia, como já foi demonstrado, o conceito foi restringindo-se à casa, enquanto o espaço de cultivo se denominava de herdade³¹⁶. No caso dos casais de Mendo Marques, o tomo identifica o casal como a habitação, não indicando o espaço de cultivo. Todas as casas inseridas nos casais são térreas e eram constituídas pela parte habitacional, o celeiro e a estrebaria”.*

Desse sistema fundiário e com raízes possivelmente na época romana o núcleo de Santa Justa terá dado origem a um pequeno povoado, ao tempo católico e ao

cemitério adjacente, assim referido no historial deste sítio (O Novo Aquilégio)⁵⁷: *Como que a provar que as acrópoles se transformam em necrópoles, lá está o cemitério defronte da fachada da igreja, num terreiro onde até à década de 1950 se fazia a festa da freguesia, actualmente cercado por rede de gado: “As festas aqui eram anuais, as pessoas levavam sempre dali a água com uma bilhazinha. Não tinha dia próprio, era sempre no Verão, entre Agosto e Setembro. Faziam grande romaria aqui, as pessoas vinham da aldeia e aqui dos montes e toda a gente levava água milagrosa da Santa Justa.”* (informante)

Neste contexto a invocação de Santa Justa na história toponímica da aldeia escolhe, a juntar ao orago feminino da Vila de Vimieiro, Nossa Senhora da Encarnação - as virgens mártires e irmãs, Justa e Rufina, naturais de Sevilha que na sua juventude (El Debate, 2022)⁵⁸ :

“(…) vienen presentadas, desde la lejanía del siglo III y con el agradecimiento de los reconocidos sevillanos posteriores a ellas en la fe y en el tiempo, como pobres y virtuosas. Su oficio es el de alfareras; allá están con su torno de madera, girando con los pies la mesa y rozando hábilmente con las manos la húmeda arcilla hasta que, ya moldeada, se ha convertido en vasija utilitaria o jarrón de ornamento, dispuestos para el horno.

“Justa y Rufina viven y respiran según el Evangelio. Así lo aprendieron en su casa porque sus padres se bautizaron de los primeros. Con el producto de su trabajo honrado viven ellas y benefician al prójimo; la gente comenta que su caridad va con mano larga y también eso se nota por los miserables que salen de su casa con un puchero lleno de algo caliente para calmar al estómago y restaurar las fuerzas.

Na época, a cidade de Sevilha estava sob domínio romano, com as suas tradições civis e religiosas de culto pagão (loc. cit.):

“las dos hermanas se niegan al unísono a cooperar con el culto pagano. Además, se despachan a gusto –¡pues buenas eran aquellas hermanas de Trajana, hoy Triana, puestas en jarras! - hablando de Dios, de Jesucristo el Señor,

⁵⁷ O novo Aquilégio http://www.aguas.ics.ul.pt/evora_fsjusta.html 29AGO23

⁵⁸ El Debate (2022): <https://www.eldebate.com/religion/20220719/que-santo-celebramos-hoy-martes-19-julio-2022.html> 23AGO23

de la falsedad de su ídolo, obra del demonio, sin vida ni poder, aborrecible y despreciable. Hasta tal punto –cuentan las crónicas– se enervaron las ilustres damas paganas, que dejan caer la estatua llevada en andas y su descuido hizo que, tanto los cacharros en venta como el ídolo portado, acabaran hechos pedazos en el suelo.

Regista a mesma fonte que (loc. cit.):

“Ahora, como venganza, son acusadas de sacrílegas ante Diogeniano que es el que preside en Sevilla, como gobernador de la Bética, y que se propone darles un castigo ejemplar. Fue Triana, fuera de la ciudad y al otro lado del río, el lugar de su juicio y condena. Pudieron mantenerse firmes en la fe del bautismo a pesar del ecúleo o caballete y de los garfios de hierro; las meten en la cárcel para debilitar con hambre sus fuerzas por fuera y por dentro; también las obligan a caminar descalzas por malos terrenos, pero resisten sin claudicar a pesar de los pies sangrantes. Justa muere en la cárcel por su debilidad y arrojan su cuerpo muerto a un pozo para impedir que los cristianos le dieran culto. (...)

A existência de outras freguesias com escolha do mesmo orago em território português nomeadamente na cidade de Lisboa - Paróquia de Santa Justa e Rufina (São Domingos) - ou da antiga Colegiada medieval do mesmo nome na cidade de Coimbra (Campos.I, p. 23) - sugere a expressão da religiosidade popular no decurso da Reconquista em torno das mártires ibéricas – sobretudo nas dioceses fronteiriças de Guarda, Bragança Miranda, Évora - e da ligação entre as antigas dioceses estabelecidas no território nacional. Assim parece ter acontecido durante o processo de Reconquista e construção das novas dioceses do país, sobretudo depois de D. Afonso II (1211-1223) quando este doou a Herdade de Arraiolos a D. Soeiro, Bispo de Évora ordenando a construção de uma fortificação, o castelo de Arraiolos⁵⁹

Esta fortificação veio a ser melhorada ao tempo de D. Dinis (1279-1325) através de contrato firmado entre o monarca (loc. cit.), *“o Alcaide, os Juizes e o Concelho da Vila de Arraiolos (1305), que estipulava a obrigação de levantar, em torno da povoação, (...)”* estando concluída (loc. cit.), *“em 1310, ano em que o soberano*

⁵⁹ Castelo de Arraiolos

[https://www.castelosdeportugal.pt/castelos/Castelos\(pos\)SECXIII/arraiolos.html](https://www.castelosdeportugal.pt/castelos/Castelos(pos)SECXIII/arraiolos.html) 23AGO23

confirmou a Carta de Foral, (...) a obra estava pronta de pedra e cal e em boa defesa, edificada num monte de configuração cónica, elevado sobre todos os vizinhos e pitorescamente coroado, no vértice, pela antiquíssima Igreja Matriz do Salvador". Após a união dinástica com Castela e em represália durante as lutas que se seguiram acabou por se incendiado, juntamente com a edificações internas da muralha, pelo exército invasor.

De acordo com o Anuário Católico de Portugal⁶⁰ "*Na divisão eclesiástica de 1394 (Bula In Eminentissimae Dignitatis de Bonifácio IX) a Diocese de Évora ficou sufragânea de Lisboa, abrangendo toda a região alentejana*", situação que se alterou em 1540 quando "*Paulo III elevou a Sé de Évora à dignidade metropolitana, ficando com as de Silves e Tânger como sufragâneas*" e posteriormente, em a criação de novas dioceses no sul do país, nomeadamente a Diocese de Portalegre em 1549) com a separação da parte norte para a criação desta unidade religiosa, em 1570 para constituir a Diocese e Elvas mais tarde em 1770 para se constituir a diocese de Beja.

Tomando ainda como referência informações divulgadas pelo município de Arraiolos⁶¹ e ampliadas pela consulta de outras fontes relativas à posse administrativa das terras que no termo da Monarquia Absoluta passaram a incorporar a antiga paróquia de Santa Justa, evoca-se uma breve síntese cronológica sobre este território descrita na Corografia Portuguesa do Pe. Carvalho da Costa (1708.II, p. 510 e ss) sobre a Comarca e Ouvidoria de Villa Viçosa (op. cit.II, p. 525-527) e relativas a Arraiolos e ao seu termo:

- "*(...) a fundação os Gallos Celtas, quando dominarão estas Comarcas, & lhe chamaram Calantia.*

- *Outros trazem a sua origem do tempo dos Sabinos, Tulculanos, & Aibanos, que ocuparam antes de Sertorio a Cidade de Évora, & deram governo de Arrayolos ao Capitão Rayeo, nome Grego, por cuja antiguidade tomou por empresa huma*

⁶⁰ Anuário Católico de Portugal

http://www.anuariocaticoportugal.net/ficha_notas_historicas.asp?nota_historicaid=8 23AGO23

⁶¹ Município de Arraiolos [https://arquivo.cm-](https://arquivo.cm-arraiolos.pt/pt/conteudos/o+concelho/historia/historia.htm)

[arraiolos.pt/pt/conteudos/o+concelho/historia/historia.htm](https://arquivo.cm-arraiolos.pt/pt/conteudos/o+concelho/historia/historia.htm) 24AGO23

cabeça na fôrma de hua esfera, & defte nome Rayeo fe foy denominando Rayolis, corrupto hoje em Arrayolos”.

- Em 1217, o rei D. Afonso II doou estas terras ao bispo de Évora, D. Soeiro

- Em 1257 é atribuído foral à Vila de Vimieiro⁶² *“dado por D. Martinho, Bispo de Évora, a 19 de Fevereiro”*

- Citando Costa (op. cit., p. 525) *“Pelo tempo adiante se arruinou esta Villa com continuas guerras e a reedificou ElRey Dom Dinis, que lhe deo foral no anno de 1310 e a ennobreceo com soberbo Castelo com seis torre, e duas portas, a de Santarem e a da Villa: tinha dentro muitas casas a que puzerão fogo os Castelhanos quando tomarão a Cidade de Évora (...)”*

- Em 1387 (Costa, loc. cit.), *“ElRey Dom João o Primeiro Fez doação dela ao Condestavel D Nuno Alvares Pereira era premio de seus grandes serviços”* que se tornou 2º Conde de Arraiolos

- Em 1511, Arraiolos recebe em 29 de Março, novo foral atribuído por D. Manuel.

- Em 1736, no âmbito da reforma administrativa do Reino promovida por D. João V, a par da criação da Secretaria dos negócios Interiores do Reino – com vastas atribuições⁶³ na *“criação e os provimentos de títulos e de oficiais maiores da Casa Real; a doação de senhorios de terras, alcaidarias-mores, jurisdições, privilégios e rendas; tomar os preitos e homenagens de qualquer governo, fortaleza ou capitania; despachar todas as mercês, por graça, ou por remuneração de serviços - foi criado o concelho de Arraiolos.*

No início de Setecentos, Pe Carvalho da Costa (op. cit, p. 526) regista, para além da Vila de Arraiolos:

“Pertencem a esta Freguefíaa Aldeã dos Coutos, & 24. herdades, todas com suás Fontes, tres moinhos na ribeira de Odivor, & hortas, & tem oito Fontes nativas , com muitos poços, (dous de nome) a Fáber, o do Arrabalde, & o do Castello. Tem mais Cala de Misericordia, o Espirito Santo, aonde està o Hospital, & sete Ermidas, Santo Antonio o Novo , S. Pedro , S. Romaõ, S. Maria dos*

⁶²ANTT - <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=996484> 25AGO23

⁶³ ANTT - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4242888> 25AGO23

Martyres, N. Senhora da Consolação, S. Sebastião, & S. Antonio o Velho, imagem milagrosa, hum Convento de Frades Terceiros de S. Francisco, outro de Conegos seculares da Congregação de S. Joaõ Evangelista, dedicado a N. Senhora da Assumpção, o qual Fundou na lua quinta de Val Fermosò Joaõ Garces, fidalgo da Casa del Rey D. Afonso o Quinto, & lhe lançou a primeira pedra a 14. de Agosto de 1527”.

Entretanto o concelho vizinho de Vimieiro recebe o seu primeiro foral em 1257 ? (Janeiro e Mendes, 2016, p. 98). Ao tempo de D. Manuel I, o monarca concedeu-lhe novo foral em 15 de Junho de 1512 (Pinto, 2015, p. 117), tendo recebido essa informação a 25 Junho de 1515⁶⁴, “sendo a sua “leitura feita por Álvaro Fragoso, cavaleiro e contador da Casa do Rei.” A concessão destas “Cartas de Privilégio” (ANTT)⁶⁵ confere “a um território ou comunidade um regime jurídico próprio” por neles serem “estipuladas as condições de fixação na terra, disposições de direito processual, penal, militar, administrativo, fiscal, e até de direito privado. Na sua grande maioria são outorgados pelo rei, mas também por um senhorio ou instituição eclesiástico ou secular.”

Como Curado e Capelania da apresentação do Arcebispo de Évora, desde a fundação deste Bispado, Santa Justa era termo da Vila de Vimieiro, A este respeito regista o *Archivo Histórico Português* (nº 27, Janeiro de 1890, p. 105): “D. Manuel deu-lhe foral em 1512. Os officios eram dados pelo senhor da terra, sem ir confirmar nem passar por chancelaria. Era donatário d’esta villa D. Sancho de Faro e Sousa, que procede de D. Fernando, duque de Bragança”. Este concelho cuja prosperidade lhe assegurou, tal como em Arraiolos, a criação de uma Irmandade de N^a. Senhora das Misericórdias com Santa Casa de Misericórdia, seus haveres e instalações.

Sobre esta freguesia de Santa Justa, importa assinalar a existência, desde 1602-12-22 de diversos livros de registos paroquiais nos arquivos a Torre do Tombo,

⁶⁴ <https://www.cardapio.pt/outdoor/noticias/17887-comemoracoes-dos-500-anos-do-foral-manuelino-do-vimieiro-arraiolos/> 25AGO23

⁶⁵ ANTT - <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/comissao-do-exame-dos-forais-e-melhoramento-da-agricultura/> 17AGO23

assinalando a mesma⁶⁶ que “*A Freguesia de Santa Justa pertenceu ao termo da Vila de Vimieiro, até meados do século XIX.*” Em meados da década de 1830, o concelho de Vimieiro englobava as freguesias de Vimieiro e o seu termo, Santa Justa. A designação de Vimieiro foi entendida como devida à concentração de ‘vimes’ entre a vegetação local é discutida pela secura do clima⁶⁷ e a sua “*não utilização de vimes na empa da vinha, nem de pipas e tonéis, mas talhas de barro no fabrico do vinho. Resta, portanto, a colonização interna no sec. XIII por gente do Norte, provinda de localidade homónima do norte de Portugal*”, situação que importa averiguar.

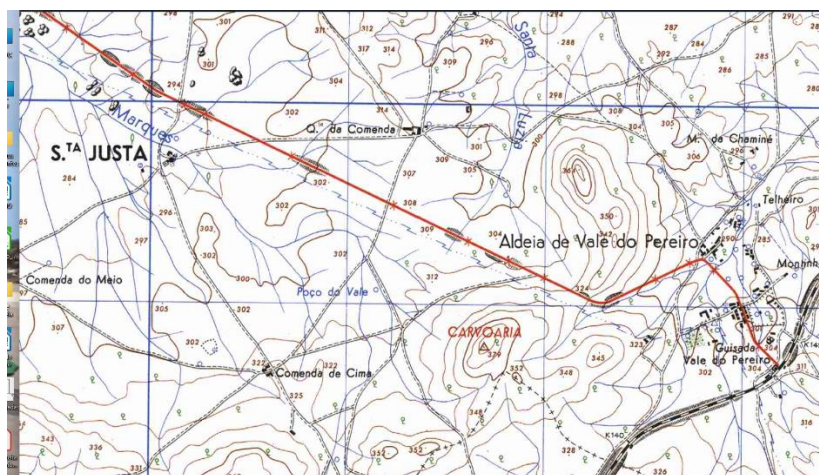
A propósito deste lugar regista o Aquilégio Medicinal (Henriques, 1726, CCXIV, p. 216): “*No termo do Vimieyro, Comarca de Estremoz, junto à Igreja de Santa Justa, que dista huma legoa da dita Villa, está huma fonte com hum tanque, em que se lavão as pessoas que tem sarna, e ficão muytos livres della, ou por virtude da agoa, ou por milagre da Santa*”. Esta informação é reforçada num levantamento recente sobre a mesma fonte (Águas termais)⁶⁸, que informa: “*As pessoas bebiam dela, quando faziam as festas aqui da zona, todas as pessoas traziam uma bilha para levar água para beber. Diziam que curava a Sarna que era uma doença da época, agora já é raro haver sarna, mas dantes não era assim*”. Sobre a sua descrição, refere-se (loc. cit.) o seguinte:

“*A fonte localiza-se nas traseiras da igreja, num plano mais baixo que o solo. Ao fundo de uns degraus há a bica numa parede coberta por um painel de azulejos representando Santa Justa. Esta escadaria e o gradeamento em volta da nascente foram obras de uma recuperação não muito antiga, talvez na década de 1980, mas que uma informante ao descrever a nascente localizou nos anos 1950: “Antigamente ia-se por terra até lá ao fundo, era um género de uma cova, mas na nascente, e dá-me a ideia que fazia assim um «cocho», assim uma cova com uma bica. Estas partes e esta escadaria nunca teve, era unicamente o painel e a bica, portanto era um buraco. Isto que aqui está é para aí dos anos 50.” (informante)*”.

⁶⁶ ANTT - <https://digitalq.adevr.arquivos.pt/details?id=996481> 25AGO23

⁶⁷ Por caminhos de Vimieiro - <https://porcaminhosdevimie.wixsite.com/caminhos-em-vimieiro/historia> 29AGO23

⁶⁸ O Novo Aquilégio http://www.aguas.ics.ul.pt/evora_fsjusta.html 29AGO23



Excerto da Carta Militar 1/25.000 – Folha nº 438: Santa Justa / Vale do Pereiro

5. Ajustamentos do domínio administrativo às Reformas Liberais e à Revolução de 25 de Abril de 1974

A mudança da posse administrativa do território em análise inscreve-se na ampla reforma administrativa introduzida pelo Liberalismo (Sá, 1985, p. 201!) em 1830 – Reforma Mouzinho da Silveira – e o entendimento (op. cit., Anexo) da necessidade “*para o bom regimento e polícia dos Povos que haja em todas as paróquias alguma autoridade local, que possua a inteira confiança dos vizinhos, e que seja especialmente encarregada de prover e administrar os negócios particulares dos mesmos*” consubstanciada na criação:

- Das Juntas de Paróquia (Decreto nº 25 – 26XI1830): “*Art. 1: Haverá em cada Parochia uma Junta nomeada pelos visinhos da Parochia, e encarregada de promover, e administrar todos os negócios, que foram de interesse paramente local (...)*”;

- Das Câmaras Municipais (Decreto nº 26 – 27XI1930): “*Art. 1º – Em todas as Cidades, e Villas ora existentes, e nas mais que para o futuro se crearem, haverá Camaras, às quaes compete o Governo económico, e municipal das mesmas Cidades, e Villas (...)*”.

Regista o autor (op. cit., p. 204) que estas medidas constituem “*o esboço inicial da organização administrativa do liberalismo português*”. Por sua vez, o Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, igualmente de autoria de Mouzinho da Silveira, divide o país em províncias, comarcas e concelhos (Silva, 2012, p. 69). Ainda em 1833 o tesoureiro da freguesia de Santa Justa, termo do Vimieiro passa uma carta a favor de António Francisco Barreiro (Araújo, 2016, p. 21) que se transcreve:

Certifico, em como António Francisco Barreiros, tesoureiro desta Parochial Igreja de Santa Justa, athe ao presente, tem bem desempenhado as obrigações anexas ao seu emprego, não tendo falta alguma e para constar, e por me ser pedida lho passo a presente, que assigno.

Santa Justa 24 de Junho de 1834.

O Pároco Manuel do Carmo Silveiros

Através do Decreto de 6 de Novembro de 1836 – Código de 1836 – procede-se à mais ampla reforma desse período Liberal com a extinção de 498 concelhos do continente – criando “*circunscrições maiores (...) (de modo a possibilitar que estes novos concelhos tivessem mais meios financeiros*” (op. cit. p. 71) - passando a existir apenas e a divisão do território em distritos e concelhos (op. cit., p, 72).

Não sendo o ultimo arranjo do mapa administrativo português devemos ainda assinalar (op. cit., pp. 74 e ss) a publicação de novos documentos tais como a Carta de lei de 3 de Agosto de 1853, que reduz para 268 os concelhos do Continente, o Código de 1867, o Código de 1867, o Código Administrativo de 1878 e de 1886, de 1895 e de 1896 que deram corpo à reforma administrativa do constitucionalismo monárquico marcado (op. cit., p. 78) pelo “*novo desenho do mapa das autarquias com a extinção de numerosos municípios*”. Neste período as principais alterações ficaram assinaladas

- Em 1835 com a inclusão do concelho de Arraiolos no Distrito de Évora, então criado

- Entre 1846 e 1853 a integração da freguesia de Santa Justa no concelho de Évora Monte. Faziam parte da freguesia as localidades de Santa Justa e Vale do Pereiro

- Em 1855, a alteração de 1855 com a extinção do concelho de Vimieiro, Santa Justa, Vidigão e Vimieiro que foram integradas no concelho de Arraiolos

Este movimento está assinalado no estudo de Janeiro e Mendes (2016, p. 103) foi incorporado no concelho de Estremoz em 1846 (Decreto de 9 de Novembro) , restaurado em 1852 (Decreto de 9 de Novembro) e novamente extinto e integrado no concelho de Arraiolos em 1855 (Decreto de 24 de Outubro).

- Em 1895, com a extinção do concelho de Mora as quatro freguesias que o compunham foram integradas no concelho de Arraiolos

- Em 1898, foi restaurado o concelho de Mora que passou a integrar as quatro freguesias anteriormente perdidas: Brotas, Cabeção, Mora e Paiva.

Sobre este movimento de ajustamentos - extinções, anexações, restaurações e criação de novos concelhos - no Distrito de Évora, referem os referidos autores (op. cit., p. 111) a redução para metade dos concelhos existentes no início de Oitocentos e:

“E todos os concelhos existentes em 1836 sofreram alterações entre 1836 e 1898. Mesmo assim, o grau de extinções foi menor do que o registado no resto do país, o que pode ser explicado pela menor densidade populacional do Alentejo e pelo facto de as distâncias inibirem a criação de concelhos que, pela sua dimensão, poderiam ser já considerados “quase-distritos”. Apesar de tudo, as reformas continuam presentes no quotidiano dos habitantes de alguns dos concelhos do distrito”.

Não havendo alterações significativas do mapa concelhio durante o período republicano só depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, com a criação do Poder local, são possíveis novas alterações com expressão territorial na área de estudo. Na sequência das reformas administrativas anteriormente assinaladas importa assinalar os reflexos da publicação das Constituição da República Portuguesa de 1976 (Art. 235º e 236) que instaurou o Poder Local assente nas autarquias locais: freguesias, municípios e regiões administrativas. Complementarmente, de Tomás e Valério (2013) recuperamos algumas das medidas administrativas que atingiram o concelho de Arraiolos:

- Pelo Decreto-Lei n.º 27424 de 31 de dezembro de 1936 o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da província do Alto Alentejo, então criada.

- Pelo Decreto-Lei n.º 48905 de 11 de março de 1969, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da região do Sul sub-região Alentejo.

- Pelo Decreto-Lei n.º 494/79 de 21 de dezembro de 1979, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da região do Alentejo.

- Pela Lei n.º 62/88 de 23 de maio de 1988, foi criada a freguesia de Sabugueiro, separada da freguesia de São Pedro da Gafanhoeira.

- Pelo Decreto-Lei n.º 46/89 de 15 de fevereiro de 1989, o concelho de Arraiolos passou a fazer parte da sub-região do Alentejo Central.

- No início de 2013, o concelho de Arraiolos englobava 7 freguesias: Arraiolos; Gafanhoeira (São Pedro); Igrejinha; Sabugueiro; Santa Justa; São Gregório; e Vimieiro.

Em 2013 a Reorganização Administrativa do Território das Freguesias⁶⁹ - com base nos princípios, critérios e parâmetros definidos na Lei nº 22/2012, de 20 de maio - traduziu-se na agregação dos limites das freguesias de Santa Justa e de São Gregório constituindo-se a União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa: População – 437; Área – 117,19 Km²; Orago – S. Gregório e Santa Justa; Sede - São Gregório. Por esta Lei - n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro -, o concelho de Arraiolos passou a englobar 5 freguesias: Arraiolos; Igrejinha; Vimieiro; União das Freguesias de Gafanhoeira (São Pedro) e Sabugueiro; e União das Freguesias de São Gregório e Santa Justa, abaixo indicadas.

⁶⁹ Lei nº 11-A-2013 28 de Janeiro

Divisão administrativa do concelho de Arraiolos - 2013



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Arraiolos#/media/Ficheiro:Arraiolos_freguesias_2013.svg
1SET23

6. A revolução do *tramway*

No cenário dominante da paisagem rural alentejana fazem parte os centros do povoamento mais antigo estruturado em domínios da grande propriedade, o Monte alentejano e o conjunto de edificações e propriedades anexas, vasta unidades de exploração da terra e agrícola de policultura, olival e vinha, de montado do sobro e azinho, de árvores de fruto e plantações de girassol plasmadas nos brasões destas unidades administrativas.

Complementarmente às atividades rurais de base agrícola, cerâmica, tecelagem e outras a criação de gado suíno, bovino e caprino que aproveitam as zonas de culturas arvenses de sequeiro e regadio, alimentam antigas indústrias artesanais ligadas ao fabrico de queijo e a um vasto património gastronómico e cultural relacionado com a tradição gastronómica das suas gentes, aos cantares, à cerâmica e mobiliário e, sobretudo à tapeçaria regional dominada pelos bordados dos antigos conventos de Arraiolos. A eles se refere o “*Archivo Histórico de Portugal*” (1889, p. 104): “*Em tempo houve ali uma fabrica de tapetes, que no século passado prosperou muito, tendo os seus productos grande extracção no paiz e no ultramar*”.

Neste cenário de povoamento concentrado de origem rural, ponteiavam as antigas Vilas que hoje se constituem como heranças de um património urbano estabelecido pelos romanos e reforçado pelos árabes durante a sua permanência na Península Ibérica. A rede de grandes distâncias sediada nas terras a sul do Tejo foi parcialmente reduzida na área fronteiriça já depois da Reconquista e, sobretudo, aquando da afirmação da individualidade de Portugal na sua relação e luta com o reino vizinho de Castela através da construção de uma rede de fortificações defensivas ao longo da fronteira entre as duas coroas ibéricas. Dadas as vicissitudes históricas que conduziram, inclusive, à anexação do reino de Portugal pela Coroa de Castela, reforçaram-se diversos núcleos murallhadas mais no interior do país que através dos movimentos de população, orientados e forçados, permitiram alterações do modelo de povoamento tradicional e ao reforço da rede urbana nas imediações do território fronteiriço.

Além dos movimentos gerados pela defesa das populações, o comércio tradicional em mercados e feiras, as festividades religiosas em torno de santuários alimentados pelas crenças religiosas, as migrações periódicas da população para trabalhos agrícolas, o arroteamento dos solos e a fixação de novos moradores juntamente com as obrigações administrativas e fundiárias relativas à posse das terras foram geradoras de movimentos dos habitantes entre os centros administrativos de base concelhia e religiosa dos prelados, da igreja e das ordens religiosas,

Num Portugal do sul dominado por uma morfologia singular e relevo de grande regularidade, de pequenas elevações e vales pouco encaixados, a circulação pedestre e com auxílio de animais desenvolve-se através de uma intensa rede de caminhos rurais que segundo Ribeiro (1955, p. 203) irradiam dos montes e aldeias alentejanas *”em direccióna a las heredades, estos caminos que se estrechan, bifurcan y ramifian, tránsformandose em lodazales em invierno y em franjas polvorientas em verano”*. Neste cenário de grandes propriedades a circulação é estabelecida por redes de caminhos pedonais e cruzados por animais de transporte que irradiam das pequenas povoações e dos Montes (Ribeiro, 1955, p. 202)

frequentados diariamente por ranchos de homens e sobretudo de mulheres responsáveis pelos trabalhos agrícolas.



A este respeito o Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo (Gomicho, 1956, p. 17) evoca “as típicas ondulações amortecidas dos vastos e sonhadores horizontes eborenses” ornados pela “indumentária popular dos ceifeiros, mondadeiras, mulheres de azeitona, dos trabalhadores, ganhões, porqueiros e pastores” que lhe dão vida na sequência de “jornadas belicosas” (op. cit., p. 19)

constituídas por “legiões romanas, seguidas de poucos séculos das hordas germânicas, e mais tarde das cavalgadas e razias da moirama”.

A construção do caminho de ferro em Portugal, iniciada em 1853 na sequência da Revolução Liberal e da discussão parlamentar em torno das vantagens do caminho de ferro as quais (Pereira, 2012, p. 83) *“pelos especiais características que apresentam, constituirão um dos mais poderosos meios da civilização, e uma valiosa arma para a defesa de um País”* a juntar às vias de circulação já existentes como as estradas e da navegação fluvial.

Se alguns consideravam esse meio (loc. cit.) que, *“las chispas arrojadas por sus vomitadoras máquinas prenderían fuego a los edificios y los campos, y que velocidades de 20 ó 30 millas por hora podrían resultar «funestas para los vehículos, la vía y la carga, así como para la vida humana»”*, outros porém respondiam (op. cit., p. 84) que *“a machina a vapor é um dom do ceo, um instrumento de progresso legitimo, uma fonte de commodos e gozos para o genero humano, como o foram o arado, o navio, a imprensa, para os homens que os viram nascer. A machina a vapor leva o agasalho, o conforto, a limpeza, a saude, ás choupanas do povo, onde, sem ella, só habitaria por seculos a miseria extrema, com todas as suas dores e agonias”*.

Com as salvas e as reticências de um povo que aguardava melhores condições de vida promovidas pela revolução Liberal a política de transportes é uma marca do período da regeneração com a construção das “estradas de ferro” e das “estradas nacionais”, fazendo chegar alguns laivos do progresso a quase todas as capitais do Distrito no litoral e no interior do país promovendo uma considerável rede de conectividade ferroviária. Com comboio circulavam passageiros e mercadorias, artistas, elites e ideias, irmanadas pelo desejo de progresso cultural e científico dos habitantes que residiam foram dos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto.

Em número especial comemorativo do centenário do caminho de ferro portugueses (1856-1956), a Gazeta dos Caminhos de Ferro (1956. p. 452) louva *“os pioneiros da viação acelerada”*, o seu alargamento e enriquecimento *“com importantes melhoramentos, rejuvenescendo e actualizando assim o nosso primeiro e mais importante sistema de transportes”*. Na área de estudo importa salientar a

importância de dois ramais de caminho de ferro, que saindo da estação de Évora: o primeiro (Bolama, 1914, p. 68), que “*vae para Villa Viçosa, tem marcadas as estações de Azaruja e Valle Pereiro; a outra, que parte da cidade de Évora (dirige-se para Mora tendo as estações de Loredo, Sr^a da Graça e Arraiolos*”.

Após o lançamento das linhas a sul do Tejo a linha férrea de Évora a Vale do Pereiro, com extensão de 24 Km, foi mandada construir pelo Estado foi aberta ao público em 5 de Setembro de 1871; a extensão seguinte, de Vale do Pereiro à Venda do Duque, na extensão de 8 km e igualmente mandada construir pelo Estado foi aberta ao público em 10 de Março de 1872 e encerradas definitivamente em 2009 (Tomás e Valério, s/d).

Troços de linhas férreas portuguesas abertas à exploração desde 1856 e sua extensão

Ordem	Datas			Troços	Linhas	Extensão
						Quilómetros
1	1856	Outubro	30	Lisboa-P ao Carregado	Leste	36,454
2	1857	Julho	30	Carregado à Quinta das Virtudes	»	13,866
3	1858	Abril	30	Quinta das Virtudes a Ponte de Santana	»	9,934
4	»	Junho	29	Ponte de Santana a Ponte de Asseca	»	7,546
5	1861	Fevereiro	1	Barreiro (E. V.) a Vendas Novas	Sul	56,827
6	»	»	1	Pinhal Novo a Setúbal	Sado	12,800
7	»	Julho	1	Ponte de Asseca a Ribeira de Santarém	Leste	6,600
8	1862	Novembro	7	Ribeira de Santarém a Abrantes	«	60,216
9	»	»	19	Estarreja a Gaia (provisório)	Norte	44,825
10	1865	Maio	5	Abrantes a Crato	Leste	64,405
11	»	Junho	8	Estarreja a Gaia (definitivo)	Norte	44,825
12	»	Julho	29	Crato a Elvas	Leste	65,520
13	»	Setembro	14	Vendas Novas a Casa Branca	Sul	33,579
14	»	»	»	Casa Branca a Évora	Évora	26,164
15	»	»	24	Elvas à Fronteira	Leste	11,057
16	1864	Fevereiro	15	Casa Branca a Beja	Sul	65,532
17	»	Abril	10	Taveiro a Estarreja	Norte	76,257
18	»	Maio	22	Entroncamento a Soure	»	79,048
19	»	Julho	7	Soure a Taveiro	»	25,809
20	1869	Novembro	2	Beja a Quintas	Sueste	19,295
21	1870	Dezembro	20	Beja a Casevel	Sul	46,849
22	1871	Setembro	5	Évora a Vale do Pereiro	Évora	24,275
23	1875	Março	10	Vale do Pereiro a Venda do Duque	»	8,057
24	»	Dezembro	22	Venda do Duque a Estremoz	»	18,682
25	1875	Maio	21	Campanhã a Nine	Minho	56,000
26	»	»	»	Nine a Braga	»	53,878
27	»	Julho	30	Ermezinde a Penafiel	Douro	30,511
28	»	Outubro	1	Porto-Boa Vista a Póvoa do Varzím	Litoral Minho	27,680
29	»	Dezembro	20	Penafiel a Caíde	Douro	7,328
30	1877	Janeiro	1	Nine a Midões (S. Bento)	Minho	7,035
31	»	Outubro	21	Midões (S. Bento) a Barcelos	»	4,239
32	»	Novembro	5	Gaia a Campanhã	Norte	3,632
33	1878	Fevereiro	24	Barcelos Darque	Minho	26,437
34	»	Abril	14	Quintas a Serpa	Sueste	9,720
35	»	Julho	1	Darque a Caminha	Minho	27,879
36	»	Agosto	7	Póvoa do Varzím a Fontainhas	Famalicão	15,640
37	»	Setembro	15	Caíde a Juncal	Douro	18,818
38	1879	Janeiro	15	Caminha a S. Pedro da Torre	Minho	20,806
39	»	Junho	5	S. Pedro da Torre a Segadães	»	2,559
40	»	Julho	15	Juncal a Régua	Douro	38,371
41	1880	Abril	4	Régua a Ferrão	»	15,815
42	»	Junho	1	Ferrão a Pinhão	»	7,611
43	»	»	6	Torre das Várzens a Valência de Alcântara	R. Cáceres	71,640

(...)

Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1956, p. 528

A defesa do caminho de ferro no período da Monarquia Constitucional e, sobretudo, no período da Regeneração fica registo das afirmações de Fontes Pereira de Melo e na defesa constante do progresso do país: *Acima do cavalo da diligência está o trâmuei, acima deste a locomotiva, e acima de tudo o progresso.*” Esta afirmação rem em linha de conta o atraso económico do país e o interesse em valorizar o progresso técnico para modernizar a agricultura e a indústria, incentivar o comércio e a instrução pública, melhorar as vias de circulação do reino e assim quebrar o isolamento estrutural das suas gentes. Um requerimento endereçado pela Câmara de Arraiolos em 3 de março de 1821 à Comissão de Instrução Pública evoca o estado do concelho nesta área (Arquivo Histórico Parlamentar):

“Requerimento, de 3 de Março de 1821, da câmara da vila de Arraiolos, que traz em anexo um outro requerimento, sem data, do clero, nobreza e povo da mesma vila no qual, referindo "o deplorável estado a que está reduzida a instrução e educação pública nesta vila", em parte por terem sido suprimidas, "há vinte e tantos anos", as cadeiras de primeiras letras e de gramática latina, que eram lecionadas no convento da terceira ordem da vila, e, em parte, pelos baixos ordenados fixados para os professores, não se consegue encontrar quem queira exercer tais funções. Pedem que se dobrem os ordenados estabelecidos para estas povoações.

O requerimento foi distribuído, em 31 de Março de 1821, à Comissão de Instrução Pública.”

A importância das estradas de Caminho de Ferro no desenvolvimento do Reino é sublinhada em diversos estudos académicos e intervenções parlamentares Oitocentistas, constituindo um assunto de defesa das populações sobretudo das mais isoladas, nomeadamente de grande parte dos lugares da peneplanície alentejana alguns deles beneficiados pelo traçado das primeiras linhas férreas do país. Mantendo-se embora no Monte e na extensão da paisagem e sua planura, as condições de um profundo isolamento, foi igualmente atenuado pelo traçado das vias de circulação rodoviária que, juntamente com a “estrada de caminho de ferro” atingiu a planície alentejana aumentando a acessibilidade da sua gente às cidades sedes de distrito e, sobretudo à capital, fomentando a partir de então o êxodo rural

para os grandes centros urbanos. Na área deste apontamento assim aconteceu com o lugar de Vale do Pereiro que deixando de viver à sombra do sítio histórico de Santa Justa, passou, depois da abertura do apeadeiro e depois da construção da Estação, a constituir num importante “lugar central” da freguesia e das freguesias mais próximas até ao seu encerramento no início do nosso século.

A este respeito evoca-se um autor local (Valente, 1956) na sua defesa pelo antigo *tramway* de Oitocentos:

O caminho de ferro, mercê não só da sua velocidade e da sua capacidade para a deslocação das grandes massas, mas também do seu sistema tarifário, contribuiu poderosamente para quebrar em muitos casos a *resistência económica* ao transporte e obter simultaneamente o nivelamento de preços dos produtos em locais, regiões ou países diferentes.

O desenvolvimento da produção agrícola da segunda metade do século XIX foi sem dúvida favorecido pelos progressos nas comunicações introduzidas pelo caminho de ferro.

Na indústria a incidência do caminho de ferro, foi porventura ainda maior.

De facto, a revolução industrial, iniciada na Inglaterra e estendida aos outros países europeus, fez crescer desmesuravelmente as necessidades da indústria em material rolante, tanto no que respeita aos seus aprovisionamentos (mormente combustíveis) como no tocante aos produtos acabados.

Nos nossos dias a rede dos antigos caminhos agrícolas e pastoris esbate-se por ação do êxodo rural e do despovoamento das áreas menos propícias ao bem-estar e desenvolvimento humano promovidas pela industrialização, infraestruturas e equipamentos industriais e serviços desencadeados pelo processo de urbanização de Novecentos e reforçado pelas novas redes de acessibilidades rodoviárias entretanto construídas.

A melhoria das acessibilidades em relação às sedes de distrito do sul e, sobretudo, em relação à grande Lisboa e à margem sul do Tejo promovida pela construção do caminho de ferro, alteraram as atividades rurais com base na agricultura e pecuária (Gaspar, 1972, p. 46) sem reflexos evidentes na indústria, salvo na sua componente extrativa, incentivando a mobilidade interna – e também

para o estrangeiro – dos seus habitantes. Neste estudo sobre a área de influência de Évora (op. cit., p. 49), assinala o mesmo autor que “apesar de o comboio cobrir uma pequena parte da área estudada, as rodovias transitáveis por veículos automóveis constituem uma rede bastante regular, tendo em vista as características do território”.

Dominado, até aos finais de Oitocentos por “vastos tractos de charneca” (Ribeiro, 1967, p. 79), “a cultura regular fazia-se apenas em torno das povoações e nos melhores solos”, as arroteias que acompanharam a aplicação da “lei dos cereais” acabaram por levar à destruição de grandes manchas vegetal (loc. cit.), “mas a terra, pobre e delgada, logo deu indícios de cansaço: houve que alargar os pousios e procurar, nos arvoredos e nos gados, a compensação dos rendimentos muito baixos do cereal”. Assim o confirma Carlos Eurico da Costa (Mourão-Ferreira e Seixo, 1981, p. 370) :

A terra é serena e ágil

Fruto do entardecer lento

E povoado de raízes.

O homem balança entre dois extremos

Avaliando a enxada a sua dimensão

Descontínuo perante o olhar semelhante

Mas certo da sede que o alimenta.(...).

8 Linha de Évora						
n.º	km		Class.	Data de construção	C.E.F.	Descrição geral
1	90,4	Casa Branca	EF	14.09.1863	38,49813° - 8,157788°	Estação renovada com ampliação - passagem superior nova e outras inst. Nova estrutura em aço e vidro - Dois tipos: antigo e novo recente.
2	102,6	Tojal	EF	14.09.1863		
3	111,1	Monte das Flores	Ape	14.09.1863		
4	116,6	Évora	EF	14.09.1863	38,560566° - 7,907227°	Fora da cidade mas com bons acessos. Renovada e ampliada. Nova estrutura em aço e vidro - Dois tipos: antigo e novo recente.
Ramal de Estremoz						Bifurcação ao Ramal de Mora
5	118,8	Comenda	Ape	05.09.1871		
6	122,9	Garraia	Par	05.09.1871		
7	127,5	Sousa da Sé	Ape	05.09.1871		
8	136,0	Azaruja	EF	05.09.1871		
9	140,8	Vale do Pereiro	Ape	05.09.1871		
10	148,9	Vimieiro (ex-Venda do Duque)	Ape	10.03.1873		
11	153,9	Aranha	Par	22.12.1873		
12	157,5	Évora - Monte	EF	22.12.1873		
13	168,6	Ameixial	EF	22.12.1873		Exterior à cidade de Estremoz, com acesso pela EN245. Pequena unidade industrial. Largo da estação, com entrada para um vasto armazém. EP de 3ª (grande). EF fechada e em mau estado

Fonte: Alves, 2015, 69 – Anexos

O comboio permanece na memória das suas gentes como elemento da paisagem dum complexo romance alentejano onde a memória do fumo da máquina a vapor, interrompendo os “*virgens montados*” (op. cit., p. 371) atrai a atenção dos que habitam as colinas onduladas e os vales da planície alentejana. Vale do Pereiro foi um importante “lugar central” dessa paisagem e do eixo ferroviário que liga Lisboa às cidades e Vilas alentejanas do interior e tal como muitas outras estações ferroviárias alimentou de água e carvão o “*monstro das cem bocas*” (Bocage) que garantiu o crescimento e acompanhou no declínio de uma terra atrativa no encanto das suas gentes e paisagens, mas avara no acolhimento recente dos jovens e adultos que procuram noutros locais o seu bem-estar e prosperidade.

CAMINHO DE FERRO DE SUESTE							
Serviço a começar desde o dia 10 de outubro de 1872							
SERVIÇO DOS VAPORES							
IDA				VOLTA			
Manhã		Tarde		Manhã		Tarde	
ch.	part.	ch.	part.	ch.	part.	ch.	part.
Lisboa ...	7-30	3-20	2-40	Seixal ...	8-38	3-48	3-48
Barreiro..	8-5 8-20	3-15 3-30		Barreiro..	8-48 9-22	3-58 4-18	
Seixal ...	8-35	3-45		Lisboa ...	10-2	4-58	
SERVIÇO DOS COMBOIOS							
ASCENDENTES				DESCENDENTES			
N.º 1—(manhã)				N.º 2—(manhã)			
Lisboa.....	(vapor)	7-30		Beja.....		9-20	
Barreiro ..		8-30		Cuba.....		9-55	
Lavradio ..		8-38		Alvito ..		10-25	
Alhos Vedros.....		8-45		Villa Nova.....		10-51	
Moita ..		8-53		Vianna.....		11-13	
Pinhal Novo.....		9-24		Alcaçovas ..		11-36	
Poçoirão ..		9-54		Casa Branca ..		12-24	
Pegões.....		10-24		Monte-Mór.....		12-59	
Vendas Novas.....		11-14		Vendas Novas.....		1-47	
Monte-Mór.....		11-59		Pegões.....		2-16	
Casa Branca ..		12-41		Poçoirão ..		2-38	
Alcaçovas ..		1-4		Pinhal Novo.....		3-17	
Vianna.....		1-20		Moita ..		3-34	
Villa Nova.....		1-39		Alhos Vedros.....		3-41	
Alvito ..		1-59		Lavradio.....		3-48	
Cuba.....		2-34		Barreiro.....		4-18	
Beja.....	(chegada)	3-8		Lisboa.....	(chegada)	4-58	
N.º 5—(manhã)				N.º 6—(manhã)			
Casa Branca.....		12-43		Valle Pereiro ..		9-26	
Evora.....		1-55		Azaruja.....		9-46	
Azaruja.....		2-40		Evora.....		11-23	
Valle Pereiro.....	(chegada)	2-55		Casa Branca.....	(chegada)	12-3	
N.º 7—Sábados, domingos, 3.ª e 5.ª feiras				N.º 8—Domingos, segundas, quartas e sextas feiras			
Beja.....		3-40		Quintos ..		7-50	
Baleisão.....		4-2		Baleisão.....		8-12	
Quintos.....	(chegada)	4-18		Beja.....	(chegada)	8-42	
N.º 9—(tarde)				N.º 10—(manhã)			
Beja.....		3-28		Cazevel ..		6-45	
Outeiro.....		4-4		Carregueiro ..		7-14	
Figueirinha.....		4-30		Figueirinha.....		7-49	
Carregueiro.....	(chegada)	5-8		Outeiro.....		8-13	
Cazevel.....	(chegada)	5-32		Beja.....	(chegada)	8-53	

Fonte:https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Horario_Caminho_de_Ferro_do_Sueste_-_Diario_Illustrado_103_1872.jpg 1SET23

Longe vai o tempo em que a mocidade subia e descia nessa Estação com o sorriso de um dia cumprido em estabelecimento de ensino secundário ou técnico, regressando às origens. Parafraseando um texto de Fernando Pessoa, cantado por Zeca Afonso, recorda-se um horário da Linha de Évora – Ramais de Reguengos e de Mora – na sua ligação à cidade de Lisboa:

*No comboio descendente
Vinha tudo a gargalhada
Uns por verem rir os outros
E os outros sem ser por nada (...)*

Entre os relatos mais antigos de uma viagem pelo Caminho de Ferro do Sul e um percurso de Casa Branca a Vale do Pereiro ou amais além, o elogio do comboio esvai-se nos antigos trilhos cobertos de balaústre e carris mas permanece ativo na memória de um povo que não esquece quanto os seus antepassados deveram a este meio de transporte. A evocação do romance “Suão”, de Antunes Silva (1985) assim o confirma:

“Em dias de trovoada, ouvia-se distintamente o comboio, ainda longe. E o assobio da máquina, tão agudo e demorado, era uma mensagem de saudade a suavizar o coração da malta:

*Lá vai o comboio, lá vai,
Lá vai ele a assobiar ...”*

Não sendo contrário à poeira e solavancos de uma viagem de camioneta, o citado autor, escreve (loc. cit.):

“O comboio, sim, era outra louça. Os estudantes que vinham de férias ou regressavam às escolas, mesmo as senhoras de maneiras delicadas, os próprios ganhões, gostavam, alvoroçadamente do comboio. Sentiam-se as pessoas mais satisfeitas da vida, podiam levantar-se, sentar-se, passear nos corredores, e até cumprir as normas secretas duma necessidade, sem incomodar ninguém! Além disso, havia um homem e na estação, que era o chefe, de boné branco, com galões e

divisas douradas, mandando noutros homens vestidos de farda. Era outro asseio. (...)"

Circulações Ascendentes		Estações e Apeadeiros	Circulações Descendentes																								
8421	8423		8481	8425	8427	8429	8411	8431	8413	8433	8435	8415	8437	8420	8422	8424	8426	8410	8428	8412	8430	8432	8414	8472	8434	8435	
Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal (Neva- deia)	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	Directo	Regio- nal	Directo	Regio- nal	Regio- nal	Directo	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	Directo	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	Directo	Regio- nal (Neva- deia)	Regio- nal	Regio- nal	Regio- nal	
2 ^a	2 ^a	2 ^a	2 ^a	2 ^a	2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	1 ^a + 2 ^a	
H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.	H. M.
22 25	6 35	7 00
22 55	6 50	7 05
20 10	7 00	8 15
0 20	8 07	9 01
0 31	8 08	9 02
1 11	8 43	9 39
1 45	8 50	8 55	8 25	9 03	9 40
2 00	6 40	9 15
2 10	4 16	6 50	9 24	10 01
2 17	4 24	4 34	6 57	9 30	10 09
..	10 13
..	10 17
..	10 24
..	10 30
..	10 40
..	10 47
..	10 58
..	11 05
..	11 10
..	11 19
..	11 30
..	11 42
..	11 44	13 05
..	17 06	17 30	22 34
..	17 08	17 31
..	17 15	17 37
..	17 22	17 44	22 47
..	17 27	17 49	22 55

7. A população e as suas fontes

A consulta de algumas das fontes que nos permitem aprofundar o enquadramento histórico e geográfico do território da antiga paróquia de Santa Justa leva-nos a recorrer a informações complementares sobre o território e povoamento do concelho de Arraiolos ao qual pertence. Como fontes privilegiadas apontamos a “Corografia Portuguesa” do Pe. António Carvalho da Costa (Capítulo XI, 1708.II). Complementarmente assinalamos o “Dicionário Geográfico” do Pe. Luís Cardoso (1747.I, p. 589) que à semelhança de Costa recolheu, através de três interrogatórios descritos no primeiro volume (op. cit., Prólogo) “*o primeiro das terras, o segundo das serras, e o terceiro dos rios*”, com o intuito de preparar uma “História Geográfica” do Reino. Sobre a população o Pároco de Arraiolos registou a presença de trezentos e setenta e cinco vizinho, e o Pároco de Vimieiro duzentos e noventa e três vizinhos (Anexo)

Estes trabalhos foram largamente consultados por Rivara (1983) servindo hoje a outras informações divulgadas sobre o mesmo assunto. Para este autor, tomando por base a informação contido nas Memórias Paroquiais de 1758 (ANTT) – levantamento promovido por aviso de 18 de Janeiro de 1758 do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo, que enviou aos Bispos do Reino e a todos “*os párocos do reino, os interrogatórios sobre as paróquias e povoações pedindo as suas descrições geográficas, demográficas, históricas, económicas, e administrativas, para além da questão dos estragos provocados pelo terramoto de 1 de Novembro de 1755.*”

Um documento da Assembleia Municipal de Arraiolos (Pronuncia: 2012) refere a existência de 42 fogos em 1757 e de 110 em 1874. Por sua vez o crescimento do aglomerado populacional de Vale Pereiro, a cerca de 1,5 km da referida Igreja (loc. cit.) “*surge presumivelmente nos últimos anos do século XIX*” aquando da construção da linha de caminho de ferro e do apeadeiro – depois estação – que aí funcionou desde então à desclassificação da linha.

Nessa mesma linha viajou Silva Teles (Dionísio, 1927.II, p. 94) na sua viagem pela linha férrea entre Azaruja e Vimieiro referindo-se especificamente a Vale do Pereiro. Sobre esta localidade o autor escreve: “*raros habitantes: em geral de estatura um pouco acima do regular, secos de carne, trigueiros, bigode hirsuto, caído, sobrancelhas espessas, chapéus de abas largas, com samarras e safões, espingarda ou cajado. São os pastores, os caçadores, os moços de lavoura. Andar lento; olhar severo, quase triste*”. Sobre os traços da população de Arraiolos, mais de um século depois Saramago (1995, p. 316) anota o seguinte: “*Em Arraiolos, o viajante estranha. Bem sabe que o alentejano não tem riso fácil, mas entre uma gravidade aprendida com o primeiro passo dado fora do berço e estes rostos fechados a distância é muita e não se percorre todos os dias. Grandes hão-de ser os males*”.

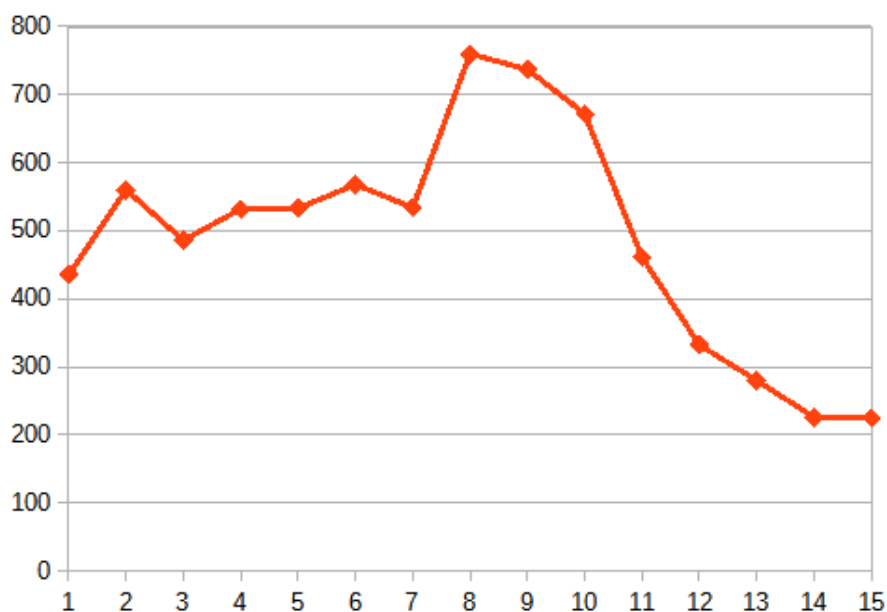
Estes são os habitantes de uma terra descrita no Guia de Portugal (loc. cit.), com “*horizontes cada vez mais curtos e terreno mais acidentado., literalmente coberto de montados, onde se vêem varas de porcos gordos e ‘montes’ alvejando por entre azinheiras*”. A descrição anterior coincide com a de Costa (1708.II, p. 526) que anota a cultura “*abundante de trigo, centeyo, cevada, azeite, vinho, boas frutas, excellentes meloens, caça e gado (...)*”. Por sua vez Barbosa (2016, p. 24) recorrendo ao levantamento que faz parte das Memórias paroquiais de 1758 regista que o pároco de Santa Justa especificou os “*(...) frutos de mattos, de azinhos e sobro*” como uns dos principais indicadores económicos da localidade.

Também na freguesia vizinha de S. Bento do Mato (loc. cit.) as culturas de sequeiro exploradas passariam por “*(...) os frutos que na freguezia se colhem em mayor abundancia são trigo e cevada e centeyo menos, porque [...] de todos os géneros se semeam*”; e a Ribeira do Divor (loc. cit.), “*centro com solos de grande aptidão agrícola, permitia cultivar, nas suas margens, “(...) maloais, milho, feijoais*” contribuindo assim para a base de sustento e alimentação dos seus habitantes. Acrescenta-se ainda a utilização dos solos, de perfil agro-florestal (Rocha e Santos, 2013: 143) para a exploração olivícola e vinícola, maioritariamente, compreendidos entre as freguesias de Santa Justa, Igrejinha e S. Bento do Mato, com menos visibilidade em Santa Maria (Évoramonte) mas que, de certa forma, perpetuaram

uma imagem “romanizada” patenteada, ainda, pela exploração da tríade mediterrânica.

Na ausência de dados mais precisos que nos permitam entender a evolução da população na área de estudo e as condições naturais que atingem o crescimento natural dos seus habitantes. Como se assinala em “Notícias do Monte”⁷⁰ “Estabelecendo uma comparação com os estudos demográficos da primeira metade do século XIX verificou-se um decréscimo populacional ao longo do tempo, uma vez que no ano de 1801 e 1849 contavam-se, respectivamente 442 ou 444 indivíduos nesta freguesia” constituída por uma só povoação: Vale do Pereiro.

Santa Justa: Evolução da população: 1864-2011



Legenda: Os números de 1 a 15, referem-se, sucessivamente, aos recenseamentos de: 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001 e 2011.

Estas notas permitem entender a sequência da informação recolhida desde 1864 através da realização dos Recenseamentos periódicos da população e dos dados relativos às freguesias do Reino. Esta evolução põe em evidência:

⁷⁰ “Notícias do Monte” (2006). Nº 6 https://www.monte-ace.pt/site/NoticiasMonte_Ago06.pdf
30AGO23

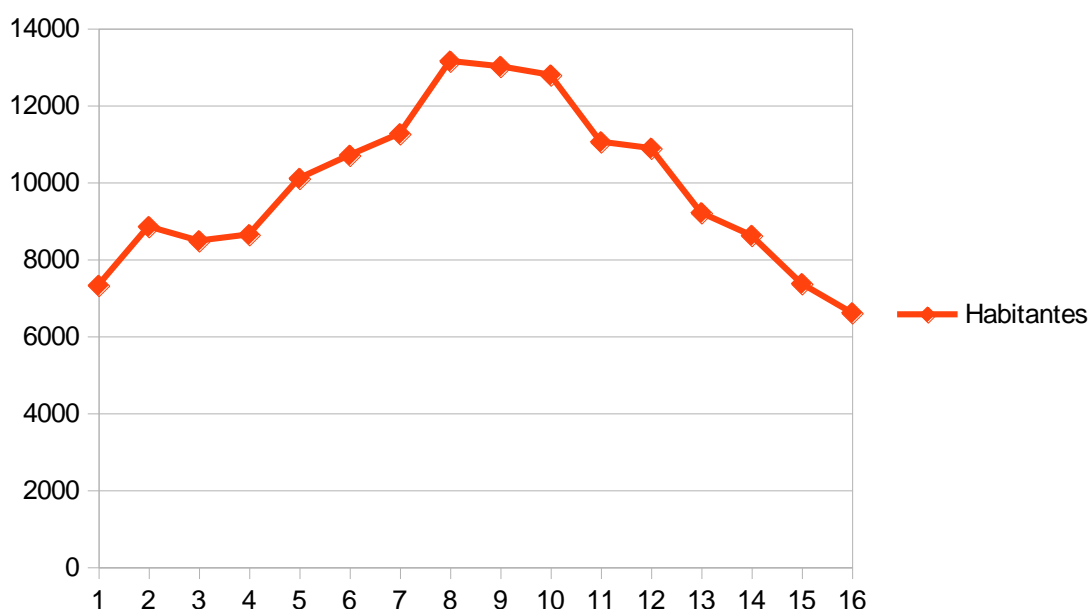
- Um crescimento continuado dos habitantes residentes na freguesia de Santa Justa e no seu núcleo residencial de Vale do Pereiro até 1940, quando esse montante atinge os 760 habitantes,

- Uma redução ainda pouco acentuada no decurso das duas décadas seguintes: em 1950: 737 habitantes; 1960: 672 habitantes e 461 habitantes em 1970,

- Uma quebra cada vez mais acentuada desde então até atingir, em 2011, pouco mais de duas dezenas de habitantes.

Os dados referentes ao censo de 2021 dão conta de 437 habitantes na União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa.

Arraiolos: Evolução da população: 1864-2021



Arraiolos: Evolução da população: 1864-2021

Legenda: Os números de 1 a 16, referem-se, sucessivamente, aos recenseamentos de: 1864, 1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e 2021

A evolução demográfica traduz os efeitos das migrações internas e da emigração para o estrangeiro. O registo de saídas legais registadas no concelho de Arraiolos entre 1955 e 1974 (Arroteia, 2015) indica um total de 253 emigrantes, dos quais: 98 para a R.F. Alemanha e 108 para França. Em todo o distrito de Évora esse total superou os 5,1 milhares de emigrantes dos quais 32,9 % saíram com destino à R. F. A. e 46,1% com destino a França. No mesmo período as saídas para o Brasil

representaram apenas 3% desse montante num total de 159 emigrantes registados na emigração transoceânica.

Sobre o desenvolvimento local nestas terras de comendas e senhorios, transcreve-se a caracterização descrita em “Notícias do Monte” relacionadas com a freguesia de Santa Justa-Vale do Pereiro:

- Em termos económicos na freguesia de Santa Justa, ainda prevalecem as actividades do sector primário, designadamente a agricultura, no entanto esta, tem atravessado uma grave crise, sendo cada vez menos aqueles que com ela conseguem alcançar o seu sustento. Os cereais, a oliveira e o sobreiro são as culturas que mais destaque têm na economia local.

- O sector secundário, ainda não tem qualquer representação nesta freguesia, embora se acredite que fosse rentável a implementação de uma indústria relacionada com a cortiça.

- No que se refere ao sector terciário, verifica-se apenas a existência de duas mercearias e três cafés que são explorados por os seus proprietários e os seus familiares

- Estes habitantes contam com uma fundação de solidariedade social que faz a assistência domiciliária aos idosos, uma extensão de saúde e um ensino básico primário, onde é ministrado o ensino até ao 4º ano. Possui ainda uma associação que se dedica às actividades culturais recreativas e desportivas”.

A relevância das atividades *”realizadas pelo indivíduo ou pela unidade empresarial, que fornece bens centrais”* (Gaspar, 1972, pp. 50-52) - *“produto ou serviço obtido a partir de um ponto que ocupa uma posição central em relação ao mercado que serve”* -, permite apreciar a capacidade de atração do *“lugar central”* (loc. cit.) que é Vale do Pereiro, enquanto *“ponto do espaço geográfico onde se exercem funções centrais”* de natureza pública ou privada. Registamos as atividades que cabem dentro desta classificação.

Nesse estudo sobre a área de influência da cidade de Évora Gaspar (1972, p. 138), regista, para os finais da década anterior, alguns indicadores do desenvolvimento local relativos a Vale do Pereiro, a saber:

- Rendimento coletável: 28 000 (escudos)

- População residente	364 (hab.)
- Indiv. colectados Imp. profissional	4
- N° de telefones	1
- Empregados (ind. transform, e outras) ⁷¹	2
- Emp. Caminhos de ferro ⁷²	2
- N° de funções centrais (f.c.)	5
Mercearia, Taberna, Barbeiro, Sapateiro)	
Loja de roupas	
- Unidades funcionais (u.f.)	9

Do levantamento realizado pelo autor (Gaspar, op. cit.) não há referência sobre a existência de funções centrais oficiais ou oficializadas em Vale do Pereiro. Quanto à indústria à data das 23 unidades industriais existentes no concelho de Arraiolos nenhuma delas estava localiza nesta freguesia.

Embora parcelarmente o levantamento recente revela a existência de diferentes serviços e equipamentos sociais existentes na freguesia, a saber:

Equipamentos sociais da freguesia de Santa Justa

- Administração local

Junta de freguesia

- Médico-assistenciais

Posto médico

Centro de dia

- Escolares

Escola EBI de Vale do Pereiro

Educação Pré-Escolar Itinerante de Vale do Pereiro

- Desportivos, culturais e recreativos

Sociedade Grupo Musical e Recreativo Vale Pereirense

Polidesportivo descoberto

3 linhas de Tiro ao alvo

Parque infantil

⁷¹Com rendimento anual superior a 18 000\$00 (Gaspar, 1972, p. 140)

⁷² Idem, ibidem

ilustra a situação do município de Arraiolos no contexto da Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central.

Os elementos divulgados nestes dois estudos confirmam a extensão do “*Inverno demográfico português*” (Arroteia, 2015) e os efeitos associados ao despovoamento, envelhecimento da população, redução da natalidade, dependência demográfica, mobilidade geográfica dos habitantes. Este panorama, retratado no estudo de Soares, Andrade *et al.* (2016/17) que, tomando como exemplo o concelho de Arraiolos, aprofunda um tema caro da Economia Regional e do desenvolvimento sócioeconómico deste município. Vão mais além inventariando diversos vetores do desenvolvimento local necessários à definição de uma “*estratégia de desenvolvimento para o território em questão ou para uma das suas potencialidades específicas*” (op. cit., 10). potencialmente existentes na área do município que acolhe a União de Freguesias e de Santa Justa, esta última objeto deste apontamento despretensioso sobre a geografia humana e social deste território e comunidade.

⁷⁷ CIMAC, ADRAL (2014) Estratégia integrada de desenvolvimento territorial. Alentejo Central 2020 <https://www.cimac.pt/estrategia-integrada-de-desenvolvimento-territorial-do-alentejo-central-para-o-periodo-de-programacao-2021-2027/> 30AGO23

Nota final

Os elementos recolhidos neste apontamento sobre Santa-Justa-Vale do Pereiro, referidos e diferentes ciclos de vida deste território e da sua comunidade, confirma uma das validades da Geografia e do seu contributo para o conhecimento da terra e da sua gente (Ribeiro, 1970, p, 324). Como traço comum deste território temos a sua localização na parte sul do país com uma altitude média inferior aos 400 metros o que lhe confere uma identidade (op. cit., p. 328) de *“uma terra unida, lisa ou apenas ondulada, aberta ao trânsito, sem obstáculos que limitem, sem montanhas que se isolem ou fundos vales que mantenham uma inviolada originalidade”*. Esta assenta, também, nas condições de clima e culturas, mancha vegetal, povoamento e circulação, regime de propriedade e exploração rural.

O exemplo Santa Justa e Vale do Pereiro constitui, apenas, um caso de muitas das terras alentejanas que sobreviveram às vicissitudes de um passado remoto, sugerido pelo latifúndio romano e confirmado pelas doações régias firmadas no decurso da Monarquia e confirmadas durante o regime até à implantação do Liberalismo e à venda dos bens públicos e religiosos operadas durante esse período. Neste caso assistimos à conjugação favorável de três fatores (Ribeiro, op. cit., p. 332):

- *“Abertura de caminhos-de-ferro e estradas, que asseguravam o escoamento dos produtos, orientando assim a agricultura não apenas para prover os mercados locais, mas para abastecimento nacional e exportação;*

- *Emprego de adubos químicos, que permitiram o êxito de arroteias em terras pobres, delgadas e declivosas;*

- *‘Lei dos cereais’, conjunto de providências destinado a desenvolver a cultura nacional do trigo, impondo pautas desfavoráveis à importação, recurso até aí exclusivo à sua escassez”*.

Os ciclos de vida expressos nos vestígios de diversos tipos de povoamento Antigo, Medieval, Antigo Regime e mais recente, afluído no texto anterior põe em evidência os efeitos da exploração moderna do território do Alentejo, como, também ciclos distintos de influência civilizacional expressos em testemunhos patrimoniais: arqueológicos, arquitetónicos e monumentais, escritos e orais que identificam outros ciclos de poder:

- O sítio de Santa Justa ligado à presença romana, às Comendas reais, ao povoamento concentrado rural à pastorícia e à cultura extensiva dos cereais, à divisão da propriedade e à maior fixação da população nas margens dos grandes domínios senhoriais;

- O “lugar central” de Vale do Pereiro”, com a sua evolução demográfica, expansão na direção da Estação ferroviária, instalação de equipamentos e crescimento local, evoca a idade de ouro da circulação ferroviária promovida pela Regeneração e mantida durante a República até meados do século passado em que a mudança social promovida no continente europeu pelo fim da segunda guerra mundial e auxílio financeiro do Plano Marshall permitiu a reconstrução do velho continente, o incremento da industrialização-urbanização em Portugal e o intensificar do êxodo rural para as bacias de emprego da capital e de outros centros urbanos;

- Finalmente a nova “União de Freguesias de São Gregório e Santa Justa” constitui, localmente, um exemplo da utilidade do poder local num país periférico e numa região, igualmente periférica inscrita na sua designação mais antiga: Entre Tejo e Odiana.

Ter a possibilidade de encontrar no exemplo do Vale Pereiro evidências desta marcha civilizacional e humana foi um privilégio que veio confirmar o que aprendemos nos bancos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa: *“O que é humano importa à Geografia, desde que, directa ou indirectamente, tenha reflexo no aspecto das paisagens”* (Ribeiro: 1970, p. 143). A memória deste Professor permite-nos sublinhar como estas paisagens, para além do elemento humano expresso em testemunhos do passado, refletem também os traços sociais

e culturais de uma sociedade em constante ebulição e mudança. Assim se vai escrevendo a nossa memória e o quotidiano dos nossos dias que acompanham a agonia do Alentejo, evocada na pena de Eugénio de Andrade (Poesia e Prosa, 1980. cit: Mourão-Ferreira e Seixo, 1980, p. 491):

*Agonia
dos lentos inquietos
amarelos,
a solidão do vermelho
sufocado, por fim o negro,
fundo espesso, como no Alentejo
o branco obstinado”.*



Antiga Estação de Caminho de Ferro de Vale do Pereiro (Recuperada)

Bibliografia

- ANTT - Memórias Paroquiais 1758 . vol. 5 n° 7 – Arraiolos (Folha de rosto)
<https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4239060> 4SET23
- ANTT - Memórias Paroquiais 1758, vol 41, n° 243 – Vimieiro (Folha de rosto)
<https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4242305> 4SET23
- Alegria, Maria Fernanda (1986), O povoamento a sul do Tejo nos séculos XVI e XVII. Análise comparativa entre dois mapas e outras fontes históricas. REVISTA DA FACULDADE DE LETRAS - GEOGRAFIA I Série, Vol. I, Porto, 1986, p. 179 a 206
- Alves, Rui M. Vaz (2015). Arquitetura, Cidade e Caminho de Ferro. Coimbra: Universidade de Coimbra – Departamento de Arquitetura (Tese de Doutoramento – II Volumes)
https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/29052/2/ArquiteturaCidadeCaminhodeFerro_Volume_II.pdf 1SET23
- Araújo, Paulina (2016). Carta de tesoureiro da freguesia de Santa Justa – Vimieiro. Boletim do Arquivo Distrital e Évora, p. 21
- Archivo Histórico de Portugal. Lisboa, 1ª série n° 26, Janeiro de 1890 e n° 27, Janeiro de 1890
- Arquivo Histórico Parlamentar – Requerimento da Câmara da Vila de Arraiolos
https://ahpweb.parlamento.pt/Detalle/?&pesq=pa&t=8&id=84358&tx=&q=AND_topic_type_id_2_32293 30AGO23
- Arroteia, Jorge Carvalho (1985). Atlas da emigração portuguesa. Porto: Secretaria de Estado da Emigração
- Arroteia, Jorge Carvalho (2015). Portugal XXI: conspecto demográfico. Aveiro: Edição do autor <https://ria.ua.pt/handle/10773/36394> 2SET23
- Barbosa, Ruben (2018). Reflexão a propósito dos troços calcetados da Herdade das Postas e da ponte da Fargelinna (Vimieiro, Arraiolos)- Al-Madan – arqueologia, património, história local on line 22, T. 1, Janeiro 2018, pp.50-59
https://www.academia.edu/35796278/A_rede_vi%C3%A1ria_romana_como_objeto_de_reflex%C3%A3o_a_prop%C3%B3sito_dos_tro%C3%A7os_calcetados_da_Herdade_das_Postas_e_da_ponte_da_Fargelinha_Vimieiro_Arraiolos 29AGO23
- Barbosa, Ruben M. C. (2016). Rede de povoamento romano a oeste da Serra d’Ossa. Évora: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais
- Bolama, Marquez d’Avila e Bolama (1914). A nova Carta Chorográfica de Portugal.(T. III) Lisboa: Imprensa Lucas
https://books.google.pt/books/about/A_nova_carta_chorographica_de_Portugal.htm?id=Jbj7nQEACAAJ&redir_esc=y 29AGO23
- Calado, M., Barradas, M. P., Matolo, J. L. (1999). Povoamento proto-histórico no Alentejo Central. Revista de Guimarães, pp. 363-386
https://www.uniarq.net/uploads/4/7/1/5/4715235/calado_barradas_mataloto_1999.pdf 24AOG23
- Caminhos de Ferro - Gazeta dos Caminhos de Ferro (1956), n° 1652 – 16 de Outubro (revista quinzenal)
- Campos, Maria Amélia A. (2012). Santa Justa de Coimbra na Idade Média: o espaço urbano, religioso e sócio-económico. Coimbra Universidade de Coimbra –

Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento)
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21840> 23AGO23

- Cardoso, Pe. Luiz (1747). Dicionário geográfico ou Notícia histórica de todas as cidades, villas e lugares (...). Lisboa: Régia Officina Sylviana Adademia Real (II Vols.) <https://purl.pt/13938> 3SET23

- Costa, Pe. António Carvalho (1708). Corografia Portuguesza e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal (...). Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes <https://purl.pt/434> 4SET23

- Dionísio, Sant'Anna – Dir. (1927). Guia de Portugal.II – Estremadura, Alentejo, Algarve. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

- Galego, Júlia e Daveau, Suzanne (1986). O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias, nº 9)

- Gaspar, Jorge (1972). A área de influência de Évora: sistema de funções e lugares centrais. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias)

- Gromicho, António Bartolomeu, “Aspectos do Alto Alentejo”. In: Boletim da Junta de Província do Alto Alentejo. I, Évora, 1956, pp. 11-23

- Henriques, Francisco da Fonseca (1726). Aquilegio medicinal, Lisboa: Na Officina da Musica <https://purl.pt/22614> 3AGO23

- Janeiro, Jorge e Mendes, Paula (2016). Contributos para o estudo da evolução territorial dos municípios do Distrito de Évora (1836-1962). Évora: Bolteim do Arquivo Distrital de Évora, 4, pp. 97-113

- Monteiro, Eduardo F. P. (2014). O património da Ordem de Cristo em Mendo marques como expressão de poder. . Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Dissertação de Mestrado) <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/77370> 29AGO23

- Mourão-Ferreira, David e Seixo, M. Alzira (1981). Portugal, a terra e o homem. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian)

- Passão, Telmo D. S. (2015). De território Romano a Condado medieval – a transição na ocupação do espaço da época Romana para a Medieval no Concelho de Arraiolos. Évora: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais (Dissertação de Mestrado em Arqueologia - II Vols)

- Pereira, Hugo José S. (2012). A política ferroviária nacional (1845-1899). Porto: Universidade do Porto – Faculdade de Letras (Tese de Doutoramento). <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67281> 29AGO23

- Pinto, Pedro (2015). Dos manuscritos à personagem: o percurso de Álvaro Fragoso, procurador de Évora e da comarca de Entre-Tejo-e-Odiana para os feitos dos forais (revisitando a reforma dos forais de D. João II e D. Manuel I). In: *eHumanista* 31 (2015): 80-153 <https://run.unl.pt/handle/10362/19495> 17AGO23

- Ribeiro, Orlando (1970). Ensaios de Geografia Humana e Regional. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.

- Rivara, Joaquim Heliodoro Cunha (1983). Memórias da Villa de Arrayolos. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos (2ª edição)

- Rocha, Leonor (2013). Contributo para o conhecimento do Concelho de Arraiolos: o projeto LAPA. In: A Arqueologia em Portugal. Lisboa: Associação dos Arqueólogos de Portugal, pp. 141-150 https://www.researchgate.net/publication/341042769_Contributo_para_o_conhecimento_do_concelho_de_Arraiolos_o_projeto_LAPA 24AGO23

- Sá, Victor (1985). A reforma administrativa Liberal que precedeu a de Mouzinho da Silveira. Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto, pp. 201-216 <https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/5845> 28AGO23
- Saramago, José (1995). Viagem a Portugal. Lisboa: Caminho (18ª Ed.)
- Silva, Antunes (1985). Suão. Lisboa: Livros Horizonte (1ª edição: 1960. Lisboa: Portugália)
- Silva, Henrique D. (2012). Reformas administrativas em Portugal desde o século XIX. Jurismat – Revista Jurídica, nº 01 Lisboa: Universidade Lusófona, pp. 65-97 <https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/3891> 28AGO23
- Soares, Dário e Andrade, Ingo (2016/2017). Economia Regional: Análise Sócioeconómica – Concelho de Arraiolos (Caracterização e Potencialidades do Coração Alentejano). Évora: Universidade de Évora – Escola de Ciências Sociais / Departamento de Economia https://www.academia.edu/37966650/Concelho_de_Arraiolos 30AGO23
- Tomás, A. e Valério, Nuno (2013). Autarquias locais e divisões administrativas em Portugal 1836-2013. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão – Universidade de Lisboa (DT/WP nº 63) <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/19157> 3SET23
- Tomás, Ana e Valério, Nuno (s/d). Estudos de História Empresarial de Portugal – o setor ferroviário. Lisboa: Instituto Superior de Economia – Universidade de Lisboa (GHES-CSG-Working Papers Series, nº 68) <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/20176> 4SET23
- Valente, Rogério Torroais (1956). A influência do Caminho de Ferro na vida das Nações. In: Caminhos de Ferro - Gazeta dos Caminhos de Ferro, 1956, p. 531-532

Outros

- Carta Militar de Portugal (1/25.000) . f.438 – Santa Justa/Vale do Pereiro
- ANTT - <https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=996484> 25AGO23
- ANTT - <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4242888> 25AGO23
- ANTT - <https://antt.dglab.gov.pt/exposicoes-virtuais-2/comissao-do-exame-dos-forais-e-melhoramento-da-agricultura/> 17AGO23
- Anuário Católico de Portugal http://www.anuariocaticoportugal.net/ficha_notas_historica.asp?nota_historicaid=8 23AGO23
- C.M. de Arraiolos - <https://www.cm-arraiolos.pt/wp-content/uploads/2020/07/diagnosticoconcelho.pdf> 29AGO23
- CSCBarroseiro,(2013) - Anexos. <https://www.rdp.uevora.pt/bitstream/10174/16059/4/IV%20-%20Anexos.pdf> 30AGO23
- Castelo de Arraiolos [https://www.castelosdeportugal.pt/castelos/Castelos\(pos\)SECXIII/arraiolos.html](https://www.castelosdeportugal.pt/castelos/Castelos(pos)SECXIII/arraiolos.html) 23AGO23
- C.M. de Arraiolos - https://sig.municipoarraiolos.pt/docs_diversos/CartaEducativaArraiolos_VF-Nov2006.pdf 30AGO23

- C. M. de Arraiolos <https://www.cm-arraiolos.pt/wp-content/uploads/2020/07/PlanodeDesenvolvimentoSocial.pdf> 30AGO23
- CIMAC, ADRAL (2014) Estratégia integrada de desenvolvimento territorial. Alentejo Central 2020 <https://www.cimac.pt/estrategia-integrada-de-desenvolvimento-territorial-do-alentejo-central-para-o-periodo-de-programacao-2021-2027/> 30AGO23
- Constituição da República Portuguesa – Parlamento <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> 28AGO23
- El Debate (2022): <https://www.eldebate.com/religion/20220719/que-santo-celebramos-hoy-martes-19-julio-2022.html> 23AGO23
- Memórias das Pedras Talhas <http://pedrastalhas.blogspot.com/2016/05/?m=0> 30AGO23-
- Município de Arraiolos <https://arquivo.cm-arraiolos.pt/pt/conteudos/o+concelho/historia/historia.htm> 24AGO23
- Notícias do Monte” (2006). Nº 6 https://www.monte-ace.pt/site/NoticiasMonte_Ago06.pdf 30AGO23
- O novo Aquilégio http://www.aguas.ics.ul.pt/evora_fsjusta.html 29AGO23
- Património cultural: https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturaearquivamento/2023/megalitismo_alentejano/mertola/mapasemconjunto.pdf 23AGO23250
- Património megalítico da região do Alentejo https://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/patrimonio_imovel/classificacao_do_patrimonio/despachosdeaberturaearquivamento/2023/megalitismo_alentejano/mertola/mapasemconjunto.pdf 23AGO23
- Pedro Paiva - <https://bussoladetempo.blogspot.com/2019/08/igreja-de-santa-justa-antiga-igreja.html> 25AGO23
- Por caminhos de Vimieiro - <https://porcaminhosdevimie.wixsite.com/caminhos-em-vimieiro/historia> 29AGO23
- <https://www.cardapio.pt/outdoor/noticias/17887-comemoracoes-dos-500-anos-do-foral-manuelino-do-vimieiro-arraiolos/> 25AGO23
- https://pt.wikipedia.org/wiki/Arraiolos#/media/Ficheiro:Arraiolos_freguesias_2013.svg 1SET23
- https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Horario_Caminho_de_Ferro_do_Sueste_-_Diario_Illustrado_103_1872.jpg 1SET23
- https://satellites.pro/Vale_do_Pereiro_map.Evora_region.Portugal#38.742934,-7.819079,17 4SET23

MAPAS E QUADROS DA EMIGRAÇÃO

OS ÍLHAVOS E OS MURTOSEIROS NA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Anexo gráfico⁷⁸

⁷⁸ Os elementos constantes deste Caderno fazem parte do volume de Anexos apresentado em 1983, conjuntamente com a Tese escrita: **“OS Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa”** à Universidade de Aveiro para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais – especialidade de: Desenvolvimento Sócio-Económico (1983)

Ver: <https://ria.ua.pt/handle/10773/13115> 14JUN2023

Transcrevem-se neste capítulo dados recolhidos no decurso dos trabalhos de investigação para elaboração da Tese de Doutoramento e que foram apresentados em Anexo à respetiva Tese (Arroteia, 1983). Muitos destes elementos serviram posteriormente para a redação de outros trabalhos, a saber:

- **A Emigração portuguesa: suas origens e evolução** (1984). Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve);

- **Atlas da Emigração Portuguesa** (1985): Porto - Secretaria de Estado da Emigração;

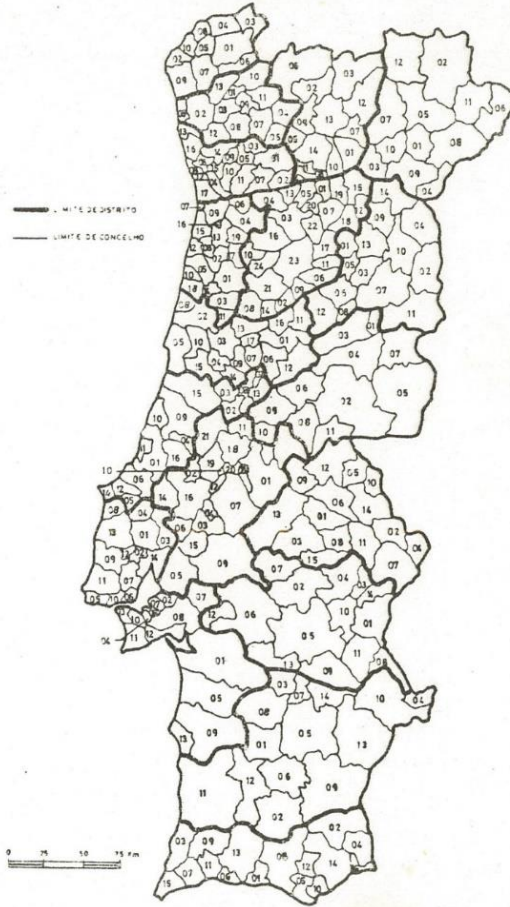
= CÓDIGO ESTATÍSTICO PARA OS CONCELHOS =

Distrito de AVEIRO					
01 . Águeda		09 . Mértola		07 . Mirandela	12 . Pampilhosa da Serra
02 . Albergaria-a-Velha		10 . Moura		08 . Mogadouro	13 . Penacova
03 . Anadia		11 . Odemira		09 . Torre de Moncorvo	14 . Penela
04 . Arouca		12 . Ourique		10 . Vila Flor	15 . Soure
05 . Aveiro		13 . Serpa		11 . Vimioso	16 . Tábua
06 . Castelo de Paiva		14 . Vidigueira		12 . Vinhais	17 . Vila Nova de Poiares
07 . Espinho					
08 . Estarreja		Distrito de BRAGA		Distrito de CASTELO BRANCO	Distrito de Évora
09 . Feira		01 . Amares		01 . Belmonte	01 . Alandroal
10 . Ílhavo		02 . Barcelos		02 . Castelo Branco	02 . Arraiolos
11 . Mealhada		03 . Braga		03 . Covilhã	03 . Borba
12 . Murtosa		04 . Cabeciras de Basto		04 . Fundão	04 . Estremoz
13 . Oliveira de Azeméis		05 . Calorico do Baato		05 . Idanha-a-Nova	05 . Évora
14 . Oliveira do Bairro		06 . Esposende		06 . Oleiros	06 . Montemor-o-Novo
15 . Ovar		07 . Fafe		07 . Penhascor	07 . Mora
16 . S. João da Madeira		08 . Guimarães		08 . Prouença-a-Nova	08 . Mourão
17 . Sever do Vouga		09 . Póvoa de Lanhoso		09 . Sertão	09 . Portel
18 . Vagos		10 . Terras de Bouro		10 . Vila Rei	10 . Redondo
19 . Vale de Cambra		11 . Vieira do Minho		11 . Vila Velha de Ródão	11 . Reguengos de Monsaraz
		12 . Vila Nova de Famalicão			12 . Vendas Novas
		13 . Vila Verde		Distrito de COIMBRA	13 . Viana do Alentejo
Distrito de BEJA				01 . Arganil	14 . Vila Viçosa
01 . Aljustrel		Distrito de BRAGANÇA		02 . Cantanhede	
02 . Almodôvar		01 . Alândega da Fé		03 . Coimbra	Distrito de FARO
03 . Alvito		02 . Bragança		04 . Condeixa-a-Nova	01 . Albufeira
04 . Barrancos		03 . Carrazeda de Ansiães		05 . Figueira da Foz	02 . Alcoutim
05 . Beja		04 . Freixo de Espada à Cinta		06 . Góis	03 . Aljezur
06 . Castro Verde		05 . Macado de Cavaleiros		07 . Lousã	04 . Castro Marim
07 . Cuba		06 . Miranda do Douro		08 . Mira	05 . Faro
08 . Ferreira do Alentejo				09 . Miranda do Corvo	06 . Lagoa
				10 . Montemor-o-Velho	07 . Lagos
				11 . Oliveira do Hospital	08 . Loulé

09 . Monchique	07 . Castanheira de Pera	05 . Castelo de Vido	02 . Alcanena
10 . Olhão	08 . Figueiró dos Vinhos	06 . Crato	03 . Almeirim
11 . Portimão	09 . Leiria	07 . Elvas	04 . Alpiarga
12 . S. Brás de Alportel	10 . Marinha Grande	08 . Fronteira	05 . Benavente
13 . Silves	11 . Nazaré	09 . Gavião	06 . Cartaxo
14 . Tavira	12 . Óbidos	10 . Marvão	07 . Chamusca
15 . Vila do Bispo	13 . Pedrógão Grande	11 . Monforte	08 . Constância
16 . Vila Real de Stº António	14 . Pombal	12 . Nisa	09 . Coruche
	15 . Pombal	13 . Ponte de Sor	10 . Entroncamento
Distrito da GUARDA	16 . Porto de Mós	14 . Portalegre	11 . Ferreira do Zêzere
01 . Aguiar da Beira		15 . Sousel	12 . Golegã
02 . Almeida	Distrito de LISBOA		13 . Nação
03 . Colorido da Beira	01 . Alenquer	Distrito do PORTO	14 . Rio Maior
04 . Fig. de Castelo Rodrigo	02 . Arruda dos Vinhos	01 . Amarante	15 . Salvaterra de Magos
05 . Fornos de Algodres	03 . Azambuja	02 . Baião	16 . Santarém
06 . Gouveia	04 . Cadaval	03 . Felgueiras	17 . Sardoal
07 . Guarda	05 . Cascais	04 . Gondomar	18 . Tomar
08 . Manteigas	06 . Lisboa	05 . Lousada	19 . Torres Novas
09 . Neda	07 . Loures	06 . Maia	20 . Vila Nova da Barquinha
10 . Pinhel	08 . Lourinhã	07 . Marco de Canaveses	21 . Vila Nova de Ourém
11 . Sabugal	09 . Mafra	08 . Matosinhos	
12 . Seia	10 . Oeiras	09 . Paços de Ferreira	Distrito de SETÚBAL
13 . Trancoso	11 . Sintra	10 . Paredes	01 . Alcácer do Sal
14 . Vila Nova de Foz Coa	12 . Sobral de Monte Agraço	11 . Penafiel	02 . Alcochete
	13 . Torres Vedras	12 . Porto	03 . Almada
Distrito de LEIRIA	14 . Vila Franca de Xira	13 . Póvoa de Varzim	04 . Barreiro
01 . Alcobaça		14 . Santo Tirso	05 . Grândola
02 . Alvalázore	Distrito de PONTALEGRE	15 . Valongo	06 . Moita
03 . Ansião	01 . Alter do Chão	16 . Vila do Conde	07 . Montijo
04 . Batalha	02 . Arronches	17 . Vila Nova de Gaia	08 . Palmela
05 . Bombarral	03 . Avia		09 . Santiago do Cacém
06 . Caldas da Rainha	04 . Campo Maior	Distrito de SANTARÉM	10 . Seixal
		01 . Abrantes	

11 . Sesimbra	Distrito de VISEU	= AÇORES =	= MADILRA =
12 . Setúbal	01 . Armamar	Distrito de ANGRA DO HEROÍSMO	Distrito do FUNCHAL
13 . Sines	02 . Carregal do Sal	01 . Angra do Heroísmo	01 . Calheta
Distrito de VIANA DO CASTELO	03 . Castro Daire	02 . Calheta	02 . Câmara de Lobos
01 . Arcoz de Valdevez	04 . Ciafães	03 . St ^o Cruz Graciosa	03 . Funchal
02 . Caminha	05 . Lamego	04 . Velas	04 . Machico
03 . Melgaço	06 . Mangualde	05 . Vila Rica Vitória	05 . Ponta do Sol
04 . Monção	07 . Moimenta da Beira	Distrito da HORTA	06 . Porto Moniz
05 . Paredes de Coura	08 . Mortágua	06 . Corve	07 . Porto Santo
06 . Ponde da Barca	09 . Nelas	07 . Horta	08 . Ribeira Brava
07 . Ponte de Lima	10 . Oliveiras de Frades	08 . Lagos das Flores	09 . Santa Cruz
08 . Valença	11 . Penalva do Castelo	09 . Lagos do Pico	10 . Santana
09 . Viana do Castelo	12 . Penedono	10 . Madalena	11 . S.Vicente
10 . Vila Nova de Cerveira	13 . Resende	11 . St ^o Cruz das Flores	
Distrito de VILA REAL	14 . Santa Comba Dão	12 . S. Roque do Pico	
01 . Alijó	15 . S. João da Pesqueira	Distrito de PONTA DELGADA	
02 . Boticas	16 . S. Pedro do Sul	13 . Lagoa	
03 . Chaves	17 . Sátão	14 . Nordeste	
04 . Mesão Frio	18 . Sernancelhe	15 . Ponta Delgada	
05 . Mondim de Basto	19 . Tabuaço	16 . Povoação	
06 . Montalegre	20 . Tarouca	17 . Ribeira Grande	
07 . Murça	21 . Tondela	18 . V.F.do Campo	
08 . Peso da Régua	22 . Vila Nova de Paiva	19 . Vila do Porto	
09 . Ribeira de Pena	23 . Viseu		
10 . Sabrosa	24 . Vouzela		
11 . St ^a Marta de Penaguão			
12 . Valpaços			
13 . Vila Pouca de Aguiar			
14 . Vila Real			

A -



= INDICE DAS FIGURAS =

- A .
- 1 . Origem da emigração para o Brasil (1955-59)
 - 1.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas, por concelho (1955-59)
 - 2 . Origem da emigração para o Brasil (1960-64)
 - 2.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas, por concelho (1960-64)
 - 3 . Origem da emigração para o Brasil (1965-69)
 - 3.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas, por concelho (1965-69)
 - 4 . Origem da emigração para o Brasil (1970-74)
 - 4.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas, por concelho (1970-74)
 - 5 . Origem da emigração para o Brasil (1955-74)
 - 5.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas, por concelho (1955-74)
 - 6 . Contributo da emigração para o Brasil em relação ao total das saídas para este país (1955-74) *
 - 7 . Origem da emigração para os E.U.A. (1955-59)
 - 7.1 Contributo da emigração para os E.U.A. no total das saídas, por concelho (1955-59)
 - 8 . Origem da emigração para os E.U.A. (1960-64)
 - 8.1 Contributo da emigração para os E.U.A. no total das saídas, por concelho (1960-64)
 - 9 . Origem da emigração para os E.U.A. (1965-69)
 - 9.1 Contributo da emigração para os E.U.A. no total das saídas, por concelho (1965-69)
 - 10 . Origem da emigração para os E.U.A. (1970-74)
 - 10.1 Contributo da emigração para os E.U.A. no total das saídas, por concelho (1970-74)
 - 11 . Origem da emigração para os E.U.A. (1955-74)
 - 11.1 Contributo da emigração para os E.U.A. no total das saídas, por concelho (1955-74)
 - 12 . Contributo da emigração para os E.U.A. em relação ao total das saídas para este país (1955-74) *
 - 13 . Origem da emigração para a Venezuela (1955-59)
 - 13.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho (1955-59)
 - 14 . Origem da emigração para a Venezuela (1960-64)
 - 14.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho (1960-64)
 - 15 . Origem da emigração para a Venezuela (1965-69)
 - 15.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho (1965-69)
 - 16 . Origem da emigração para a Venezuela (1970-74)
 - 16.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho (1970-74)
 - 17 . Origem da emigração para a Venezuela (1955-74)
 - 17.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho (1955-74)
 - 18 . Contributo da emigração para a Venezuela em relação ao total das saídas para este país (1955-74) *
 - 19 . Origem da emigração para o Canadá (1956-59)
 - 19.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas, por concelho (1956-59)
 - 20 . Origem da emigração para o Canadá (1960-64)
 - 20.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas, por concelho (1960-64)
 - 21 . Origem da emigração para o Canadá (1965-69)
 - 21.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas, por concelho (1965-69)

- das saídas,por concelho (1965-69)
- 22. Origem da emigração para o Canadá (1970-74)
 - 22.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho (1970-74)
 - 23. Origem da emigração para o Canadá (1956-74)
 - 23.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho (1956-74)
 - 24. Contributo da emigração para o Canadá em relação ao total das saídas para este país(1956-74)*
 - 25. Origem da emigração para a Africa do Sul(1955-59)
 - 25.1 Contributo da emigração para a A.do Sul no total das saídas,por concelho (1955-59)
 - 26. Origem da emigração para a A.do Sul (1960-64)
 - 27. Origem da emigração para a A.do Sul (1965-69)
 - 28. Origem da emigração para a A.do Sul (1970-74)
 - 29. Origem da emigração para a A.do Sul (1955-74)
 - 30. Contributo da emigração para a A.do Sul em relação ao total das saídas para este país (1955-74)*
 - 31. Origem da emigração para a França (1955-59)
 - 31.1 Contributo da emigração para a França no total das saídas,por concelho (1955-59)
 - 32. Origem da emigração para a França (1960-64)
 - 32.1 Contributo da emigração para a França no total das saídas,por concelho (1960-64)
 - 33. Origem da emigração para a França (1965-69)
 - 33.1 Contributo da emigração para a França no total das saídas,por concelho (1965-69)
 - 34. Origem da emigração para a França (1970-74)
 - 34.1 Contributo da emigração para a França no total das saídas,por concelho (1970-74)
 - 35. Origem da emigração para a França (1955-74)
 - 35.1 Contributo da emigração para a França no total das saídas,por concelho (1955-74)
 - 36. Contributo da emigração para a França em relação ao total das saídas para este país(1955-74) *
 - 37. Origem da emigração para a Alemanha (1965-69)
 - 37.1 Contributo da emigração para a Alemanha no total das saídas,por concelho (1965-69)
 - 38. Origem da emigração para a Alemanha (1970-74)
 - 38.1 Contributo da emigração para a Alemanha no total das saídas,por concelho (1970-74)
 - 39. Origem da emigração para a Alemanha (1965-74)
 - 39.1 Contributo da emigração para a Alemanha no total das saídas,por concelho (1965-74)
 - 40. Contributo da emigração para a Alemanha em relação ao total das saídas para este país(1965-74) *
 - 41. Emigração oficial,por distritos (1900-1954)
 - 42. Origem da emigração,por concelhos (1955-59)
 - 43. Origem da emigração,por concelhos (1960-64)
 - 44. Origem da emigração,por concelhos (1965-69)
 - 45. Origem da emigração,por concelhos (1970-74)
 - 46. Origem da emigração,por concelhos (1955-74)
 - 47. Contributo da emigração por concelhos,em relação ao total das saídas (1955-74) *
 - 48. Emigração oficial,por distritos (1900-1974)
 - 49. Taxas migratórias (1951-60)
 - 50. Taxas migratórias (1961-70)
- (*) Continente

Um dos factos mais significativos registado pela emigração portuguesa nos últimos anos foi, a par do incremento das saídas clandestinas, a profunda alteração nos destinos dos seus emigrantes.

Com efeito preponderantes durante décadas, a partir de 1962 as saídas para o Brasil tornaram-se cada vez mais diminutas em consequência da redução da emigração transoceânica, devido ao maior interesse e oportunidades de trabalho oferecidas pelos países industrializados da Europa Ocidental.

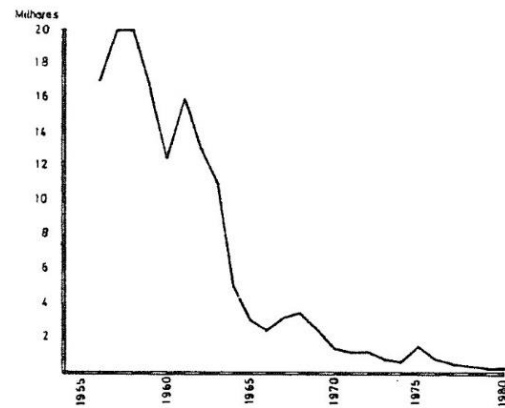
Assistiu-se deste modo a uma diminuição das saídas para este país, que se tornaram insignificantes na actualidade, e a uma alteração profunda dos padrões de distribuição espacial deste movimento, que cobrindo nos primeiros anos da nossa análise praticamente todo o Norte e Centro do Continente, se circunscreveram, entre 1970 e 1974 a três concelhos apenas - Lisboa, Porto e Arouca - de onde saíram cerca de um milhão de emigrantes em cada concelho.

Se analisado em termos de preferência emigratórias, entre 1955 e 1974, as maiores percentagens cabem aos concelhos de Castelo de Paiva e de Arouca, onde a emigração para este país representou mais de 75% do total de saídas oficiais registadas nesses concelhos.

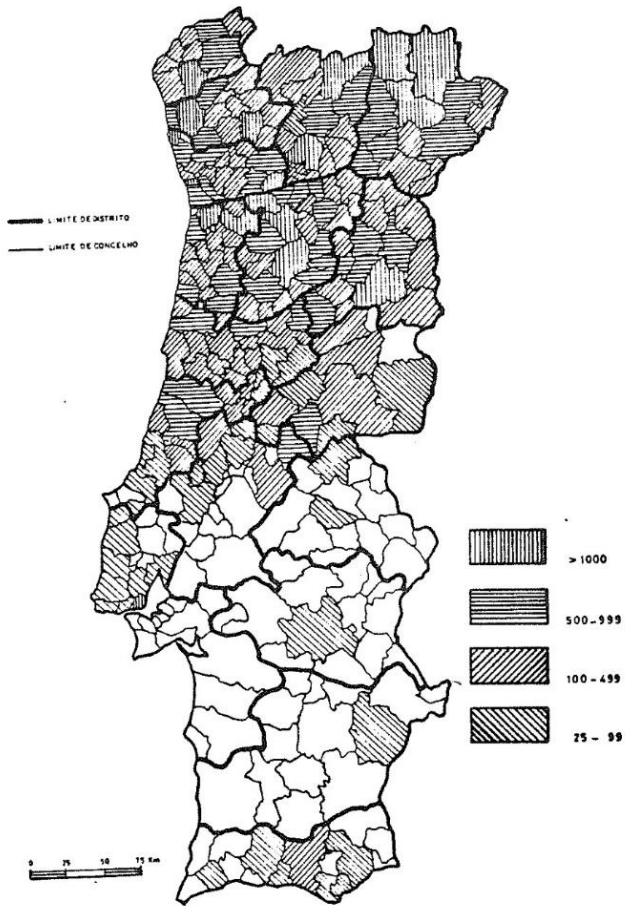
Quanto à situação nas ilhas, as saídas para o Brasil foram ainda relevantes em concelhos do distrito do Funchal (mais de 15000 emigrantes), com destaque particular para a sua sede de onde saiu mais de um terço desse valor.

Em relação à região autónoma dos Açores, contam-se entre 1955 e 1974, apenas 1,5 milhões de emigrantes para este país.

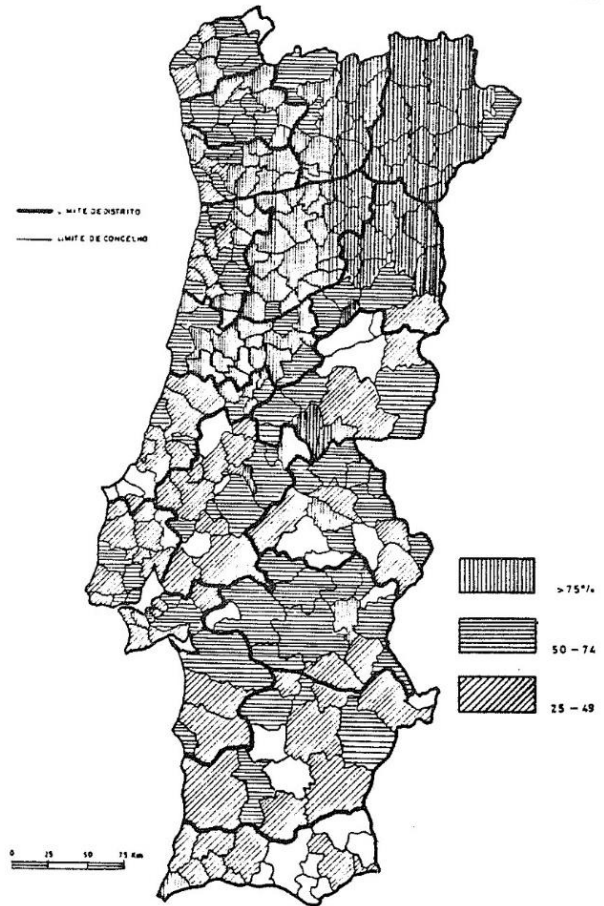
Emigração para o Brasil



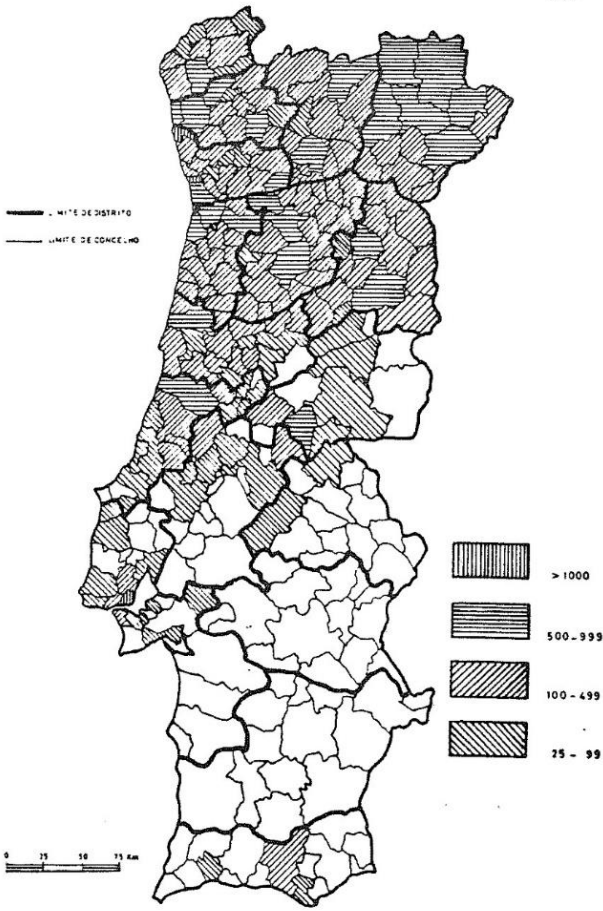
A1



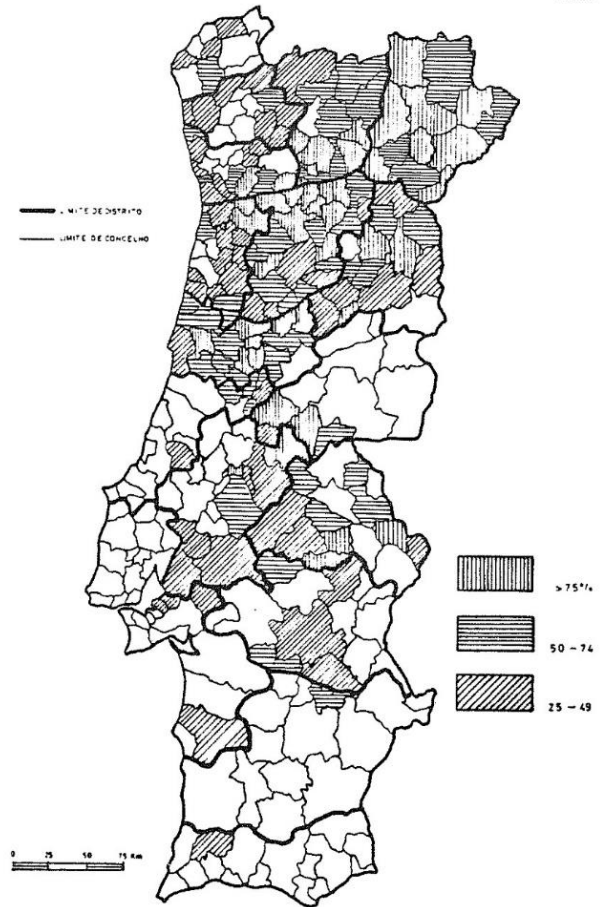
A11



A2

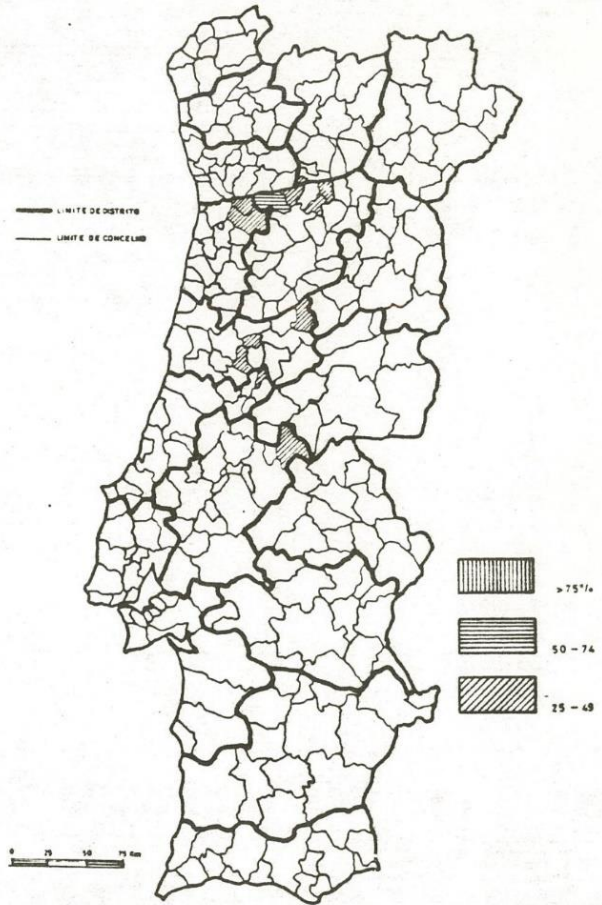
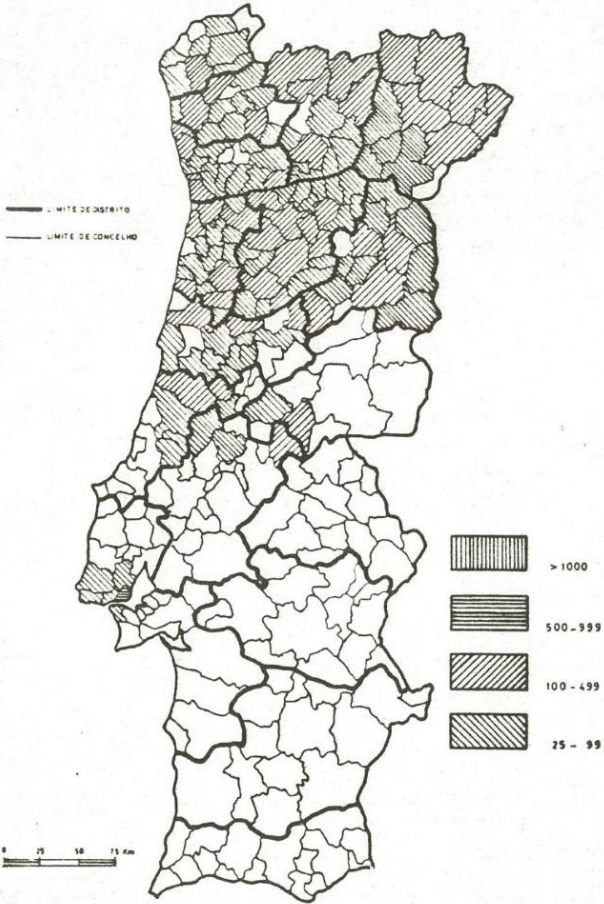


A21

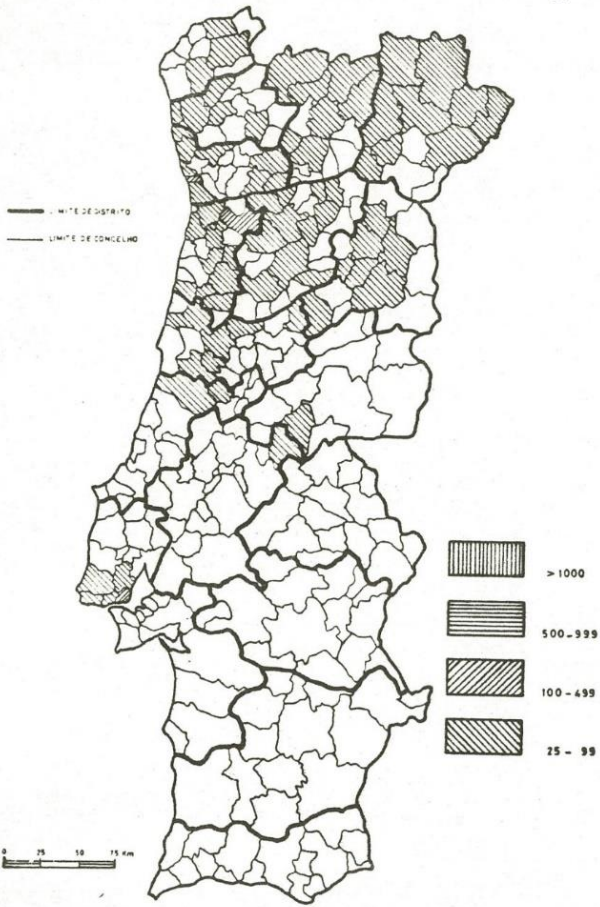


A3

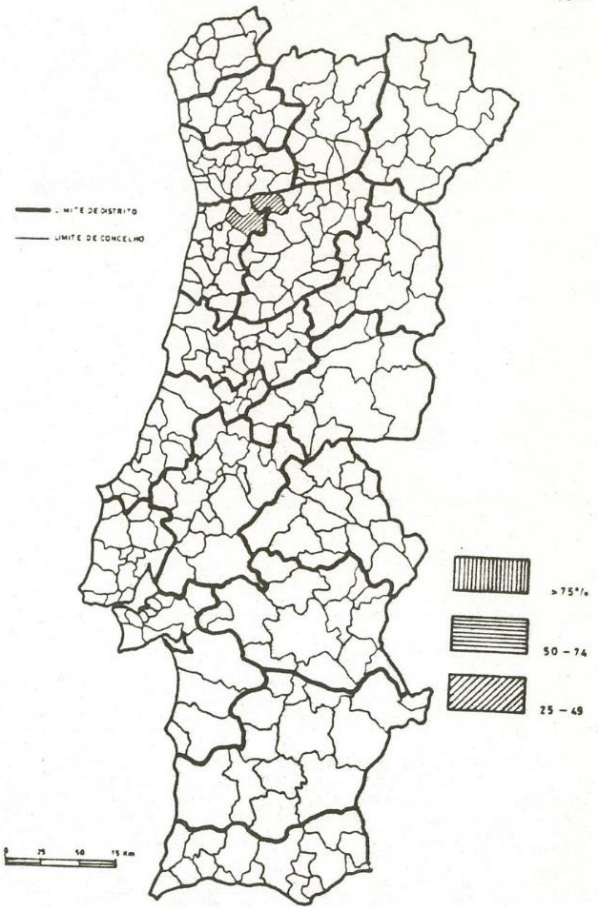
A31.



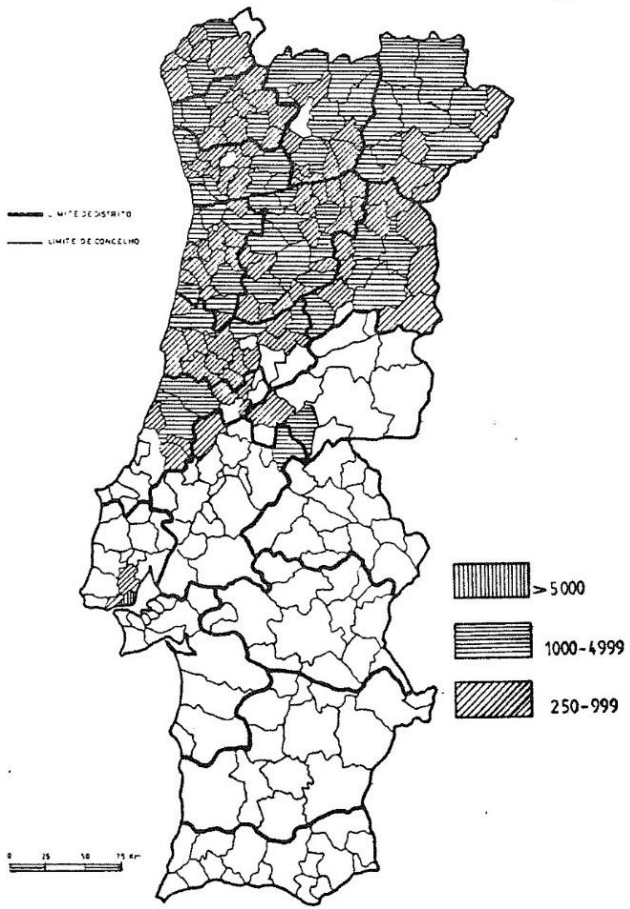
A4



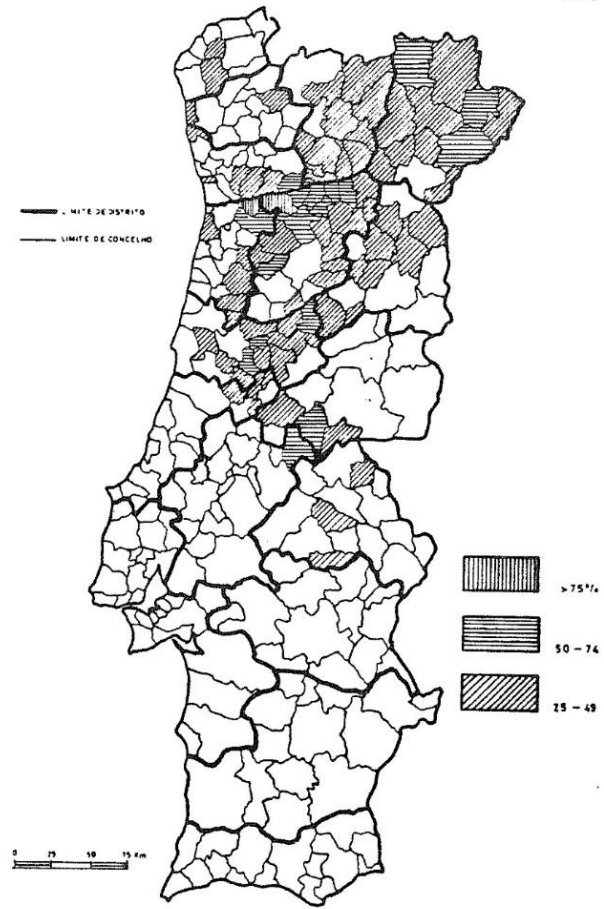
A4.1



A5

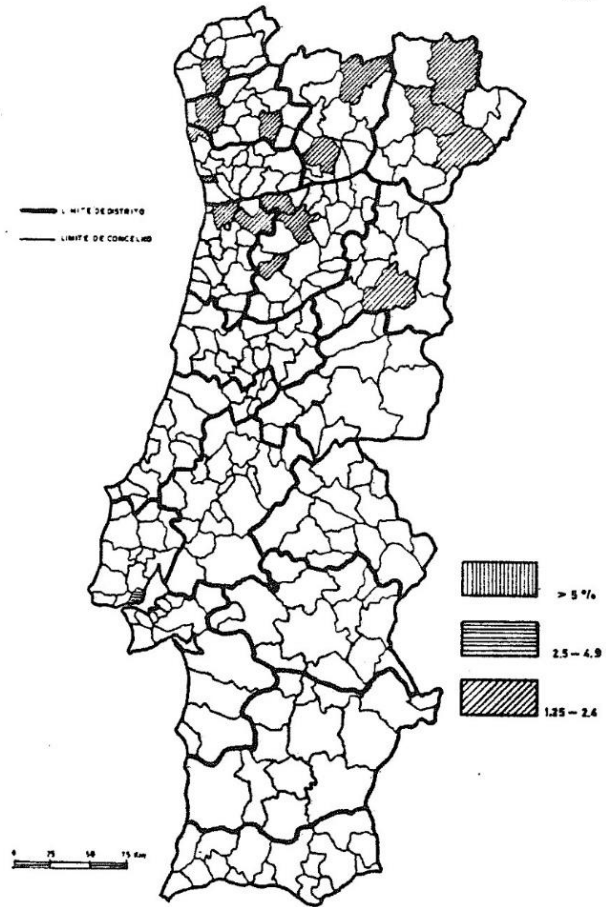


A51



Embora decedentes nos últimos anos, as saídas para o Brasil representaram durante o período da nossa análise, mais de 15% da emigração oficial portuguesa, num total de 169238 emigrantes, dos quais 152020 naturais do continente, 15777 da Madeira e 1441 dos Açores.

Daí a persistência de alguns núcleos, onde a emigração para este país foi ainda considerável, realçando assim a persistência da tradicional corrente transoceânica, que durante séculos caracterizou a emigração portuguesa.



Emigração para os E.U.A.

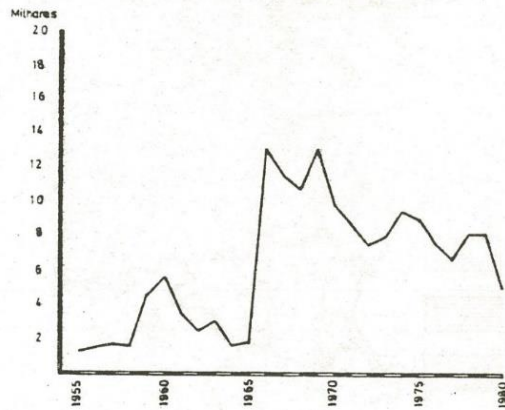
O acréscimo da emigração para os E.U.A. registado sobretudo entre 1966 e 1969 e a sua persistência, com valores elevados desde então, traduziu-se por um alargamento das áreas de emigração em diversos concelhos do continente.

Temos assim que, depois de 1964, a par de áreas restritas de emigração para este país, se verificou um aumento dessas manchas em particular no último quinquênio, de 1970 a 1974.

Assim as maiores preferências ocorreram em concelhos do litoral a norte do rio Tejo e em núcleos dispersos do Norte transmontano e da Beira interior. Foi aliás o que se verificou em Montalegre, Chaves, Boticas, Mangualde, Penalva do Castelo, Gouveia e Celorico da Beira, na Murtosa e em Alcobaga, onde as saídas para os E.U.A. oscilam entre os 25% e os 49% da emigração total registada nesses concelhos, testemunhando aliás o maior interesse pela emigração por este país.

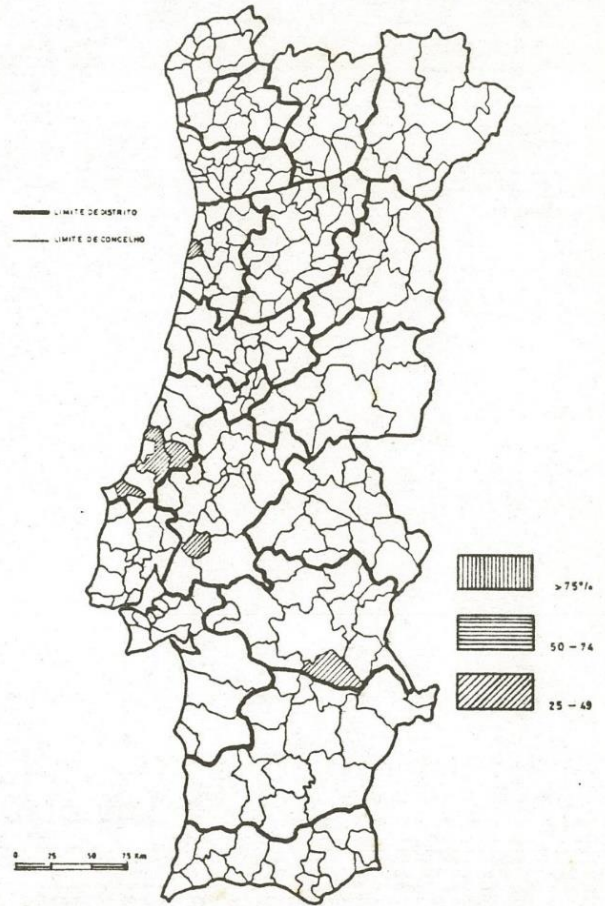
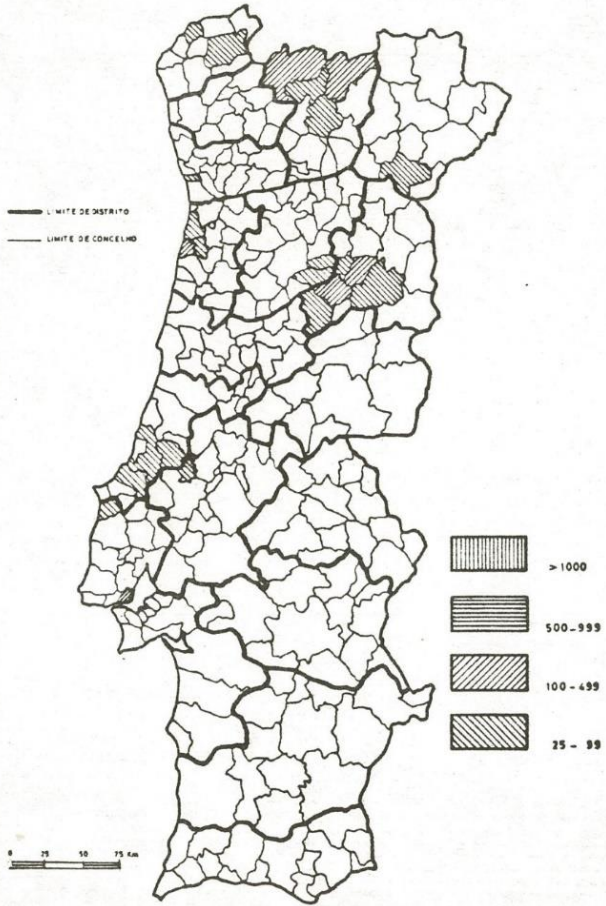
De realçar no entanto que as maiores preferências emigratórias verificaram-se em distritos açoreanos, onde a emigração transoceânica é facilitada pela situação geográfica do arquipélago e pela antiguidade deste movimento, já que desde o século passado a presença de açoreanos em algumas áreas da costa oriental dos E.U.A. é relevante.

Daí que no seu conjunto, entre 1955 e 1974, cerca de 50% das saídas aí registadas se tenham dirigido para este país, contrariamente ao que se verificou na Madeira, onde este movimento é praticamente desconhecido.



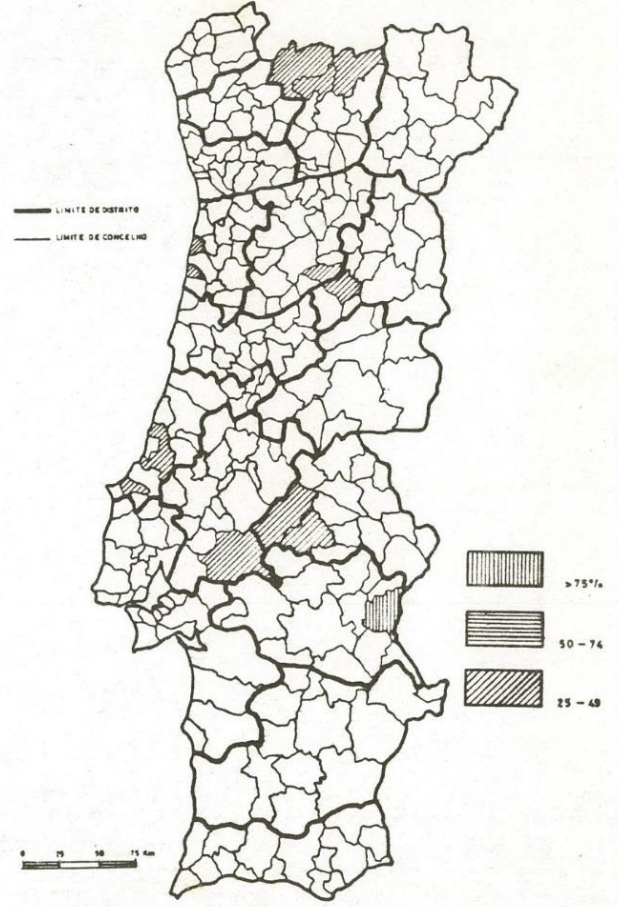
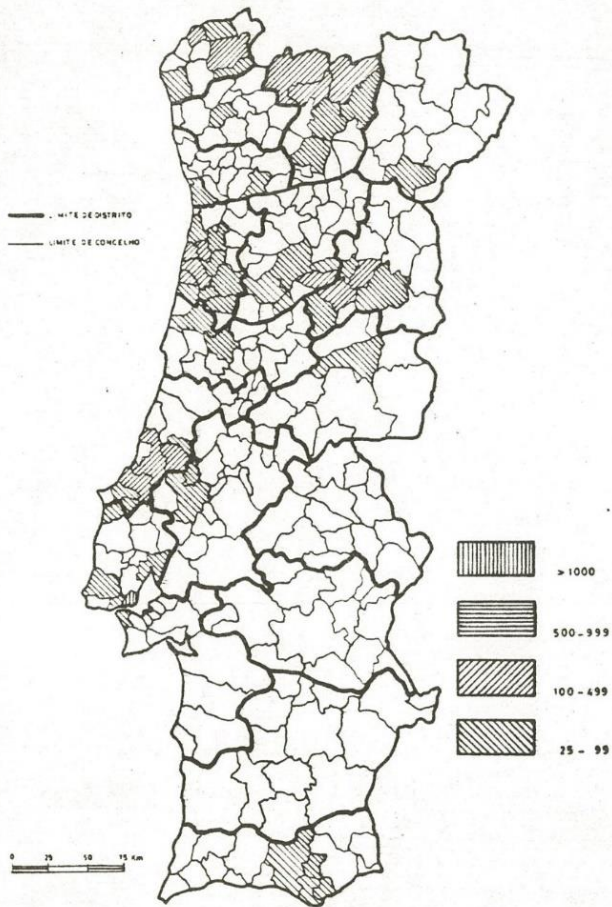
A7

A7.1

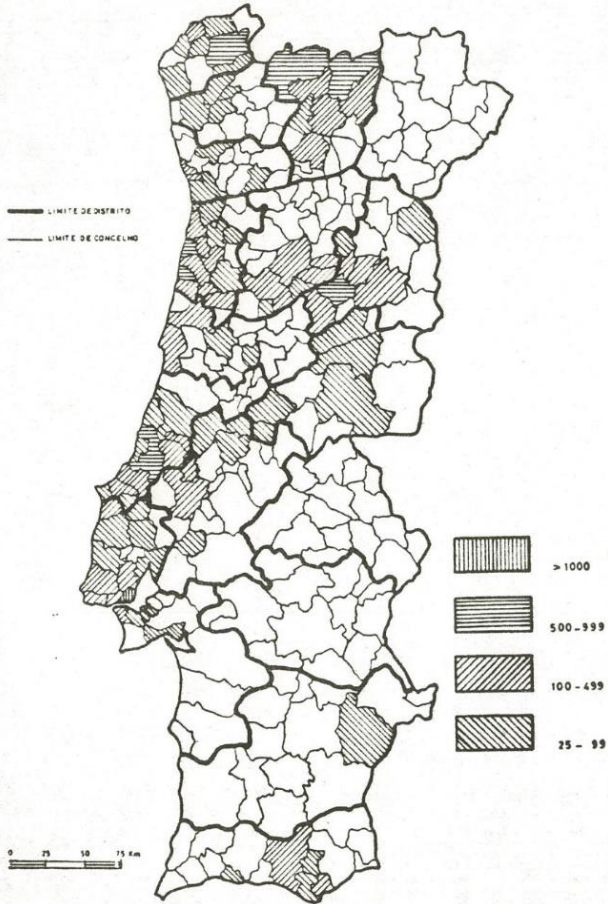


A8

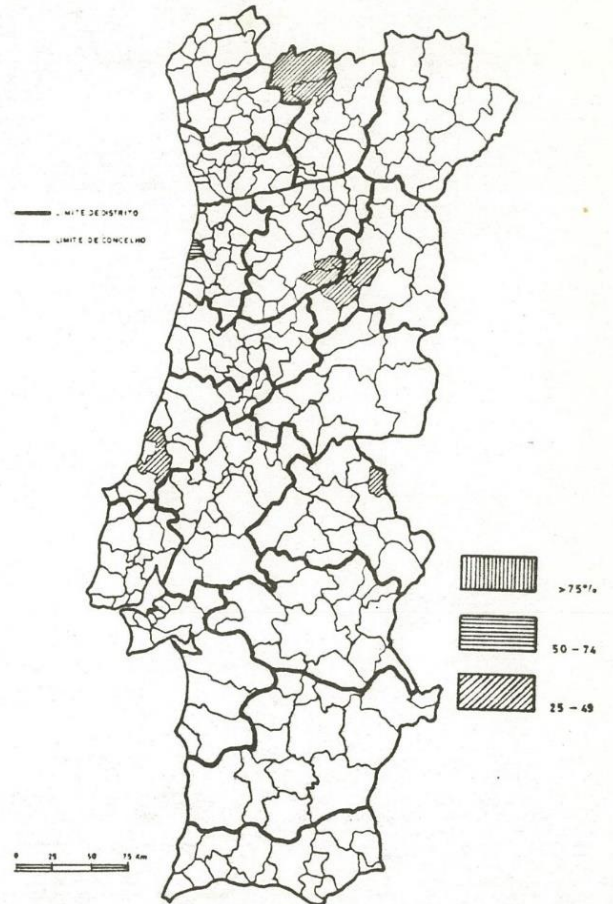
A81

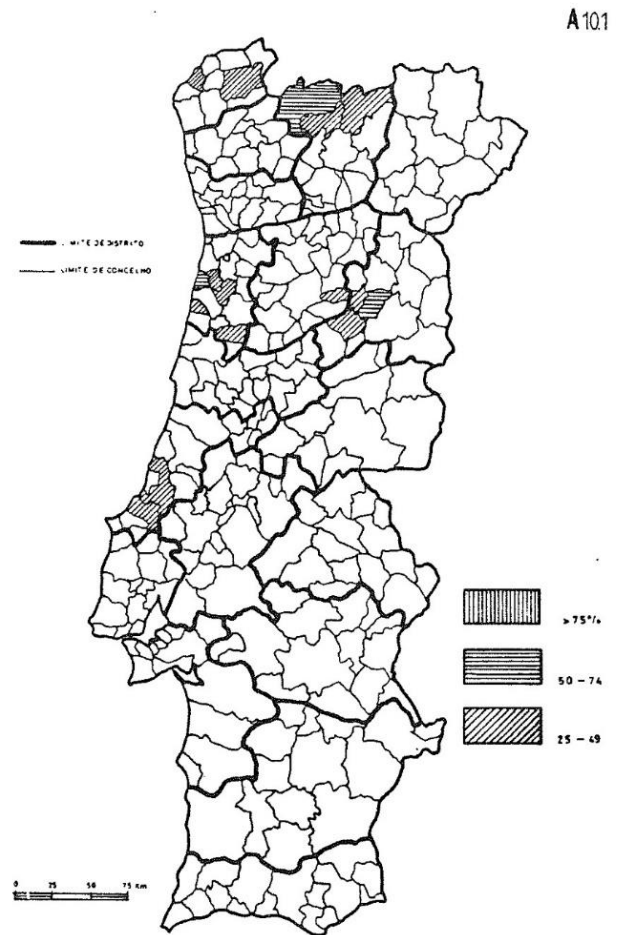
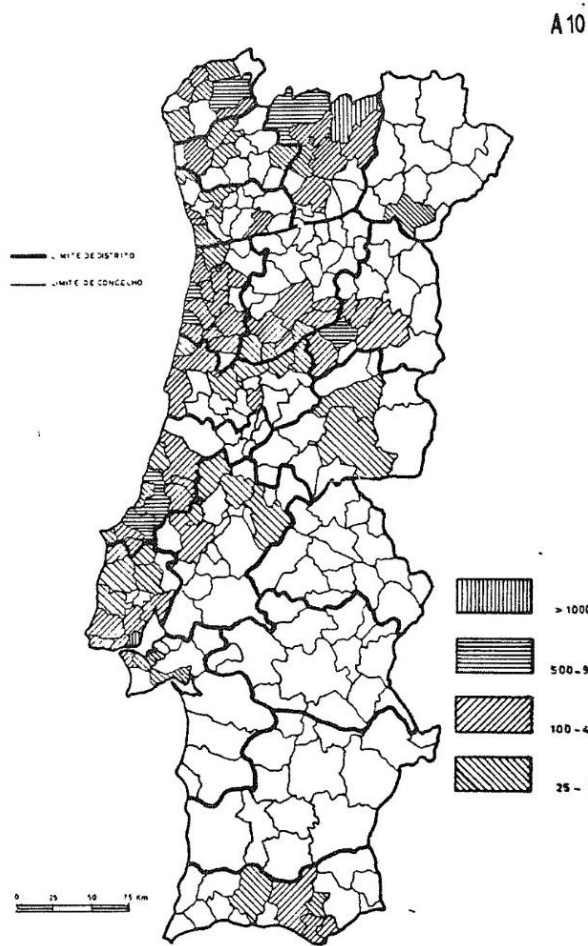


A9



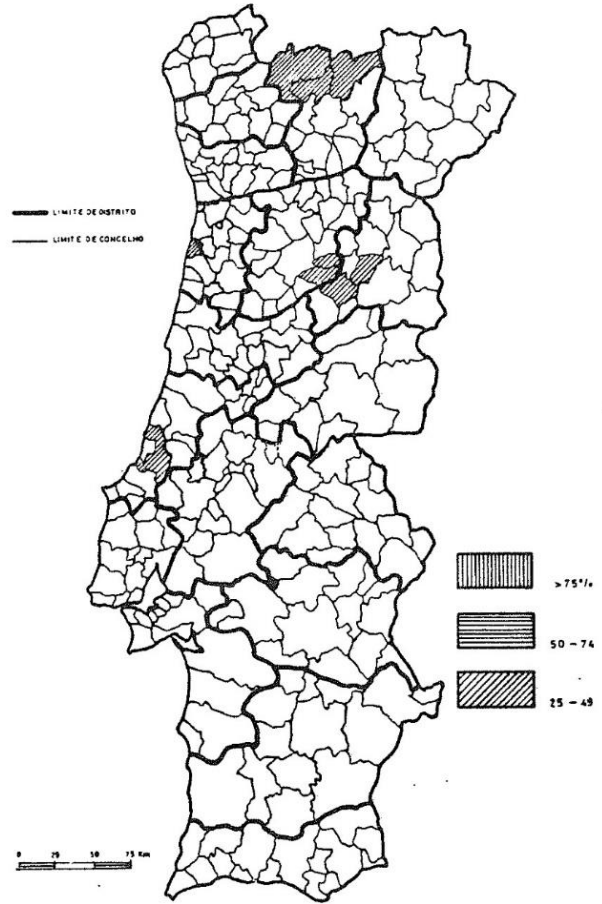
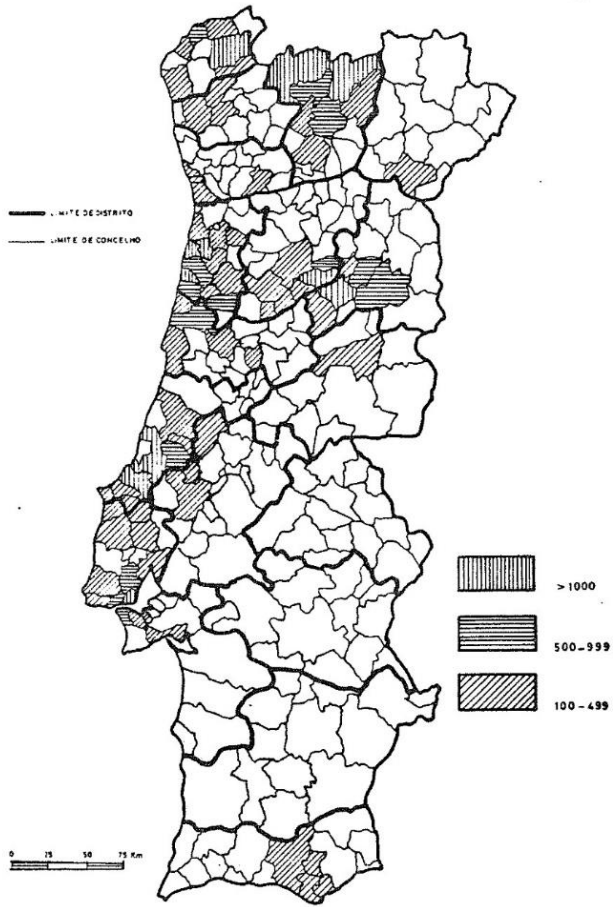
A91





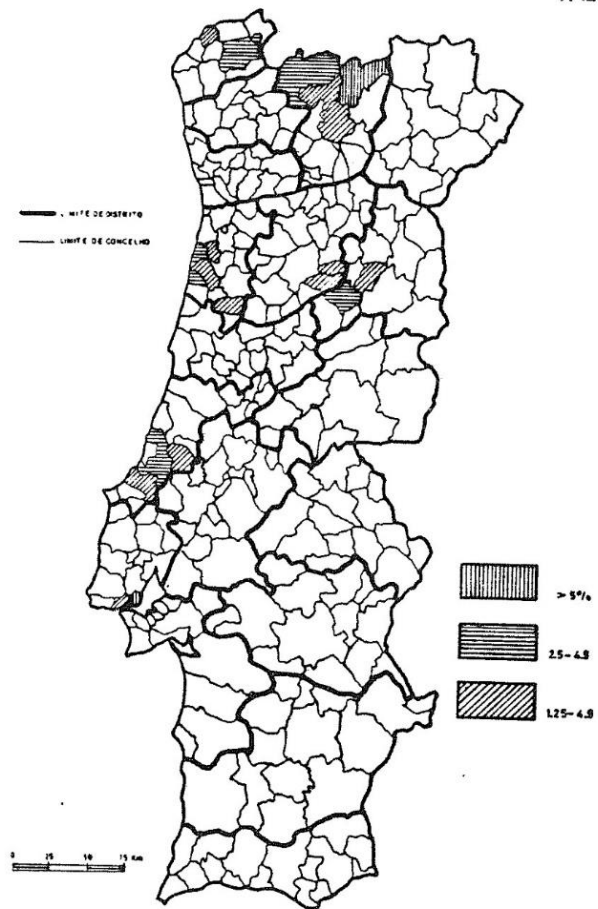
A11

A11.1



Como já assinalámos a emigração para os E.U.A. (90686 emigrantes naturais do continente, 68343 dos Açores e 993 da Madeira), notada em algumas áreas do litoral, estendeu-se ainda para o interior, onde se verificou um número considerável de saídas para este país.

Alguns dos exemplos aqui referidos comprovam aliás a sua dispersão, tendo em conta o contributo de cada um destes concelhos, em relação ao total de saídas para os E.U.A., registadas no continente.



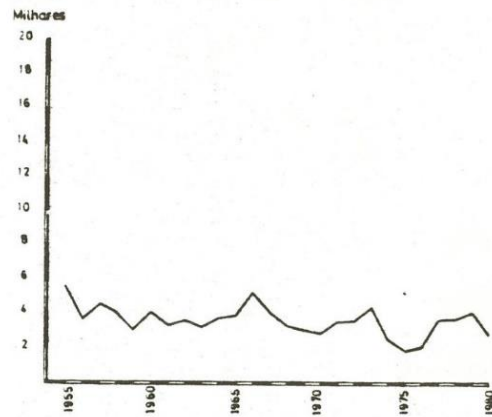
Emigração para a Venezuela

Bastante regular mas numericamente menos representativo que o movimento para os outros países, a emigração para a Venezuela circunscreveu-se praticamente, durante todo o período da nossa análise a duas áreas bem distintas do continente português: ao litoral do distrito de Aveiro, com ramificações para os distritos contíguos de Coimbra e do Porto, e ao litoral algarvio, em alguns dos concelhos do distrito de Faro.

Pertencem no entanto ao distrito de Aveiro as maiores preferências - caso de Espinho, Vila da Feira, Ovar, Estarreja, Vagos e Oliveira do Bairro, onde as saídas para este país do continente americano representam cerca de um terço das saídas oficiais aí registadas.

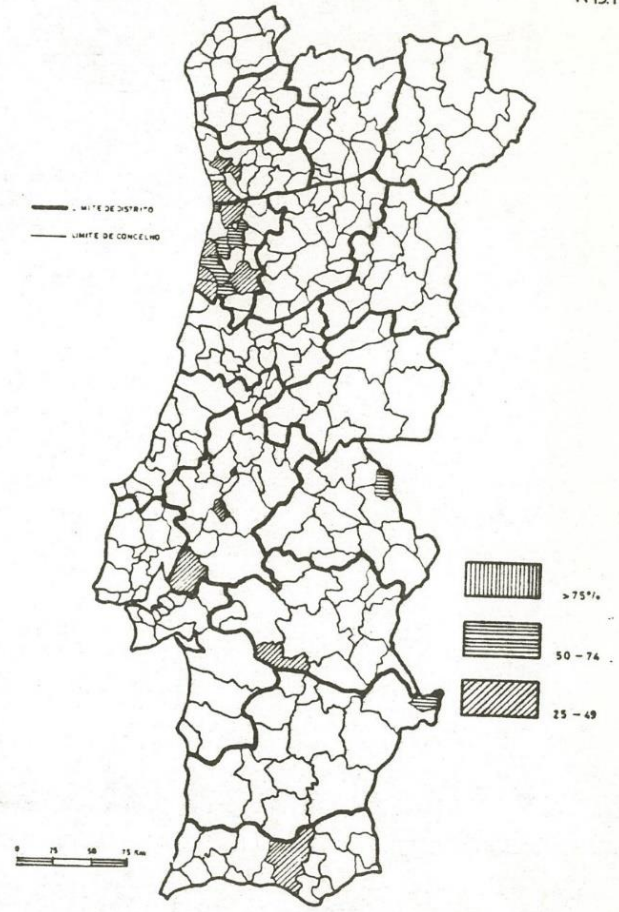
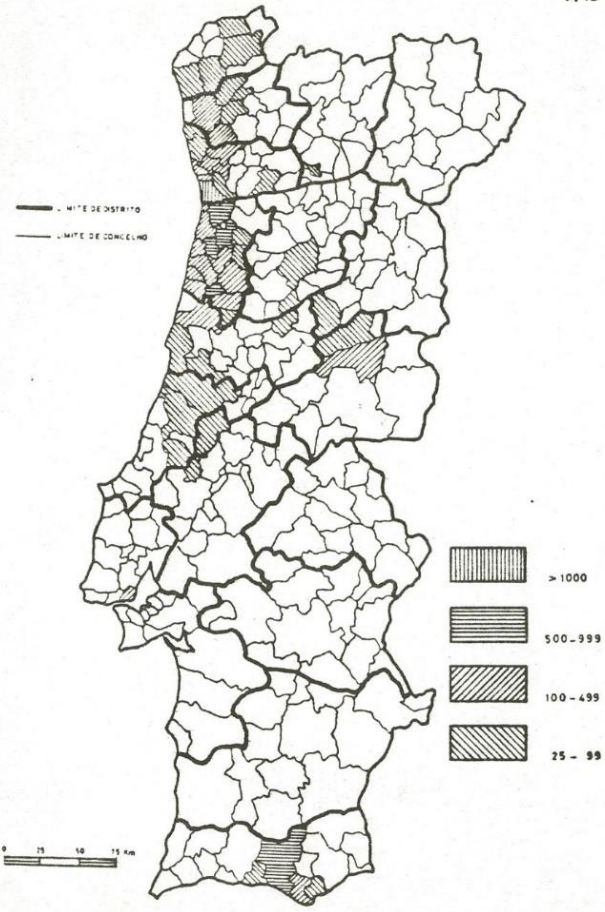
Ainda que desconhecida nos Açores, a emigração para a Venezuela tem sido reforçada pela chegada de novos contingentes, oriundos sobretudo da Madeira, de onde não muito tempo atrás partiram emigrantes com destino a este país do continente sul americano.

Assim, só no período que escolhemos, quase 60% da emigração proveniente do distrito do Funchal dirigiu-se para a Venezuela, num total de mais de 40 000 emigrantes. O que confirma aliás, a grande preferência notada em todos os concelhos desse distrito, pela emigração transoceânica.

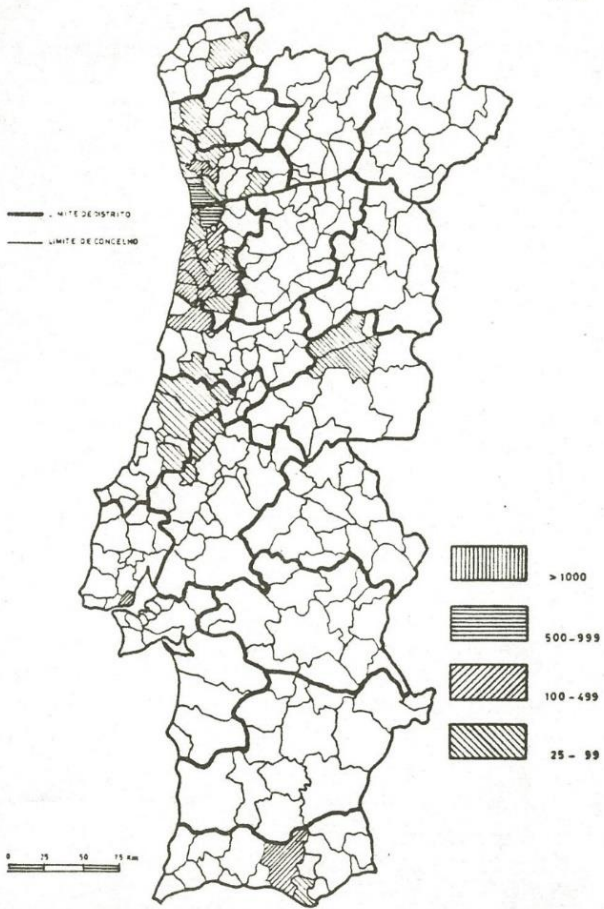


A13

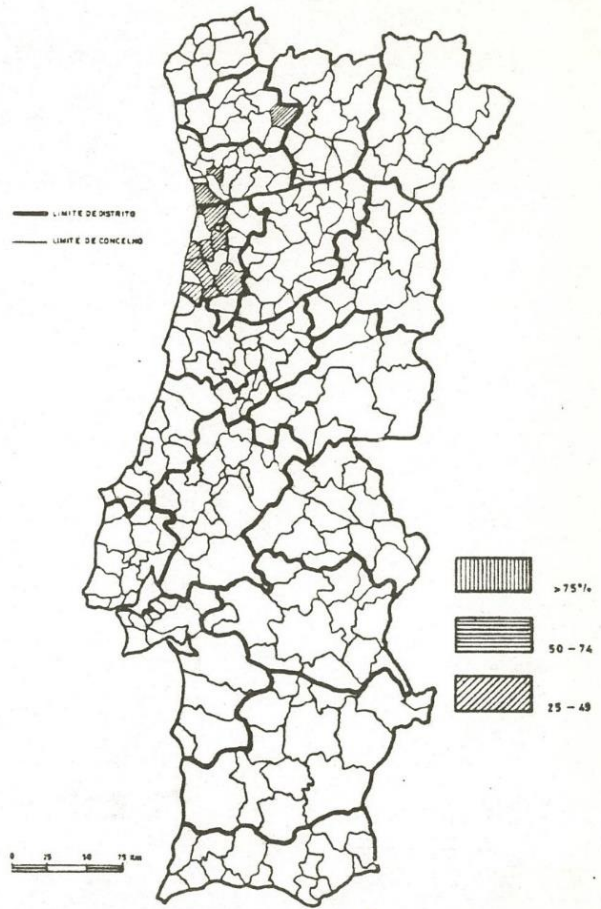
A131



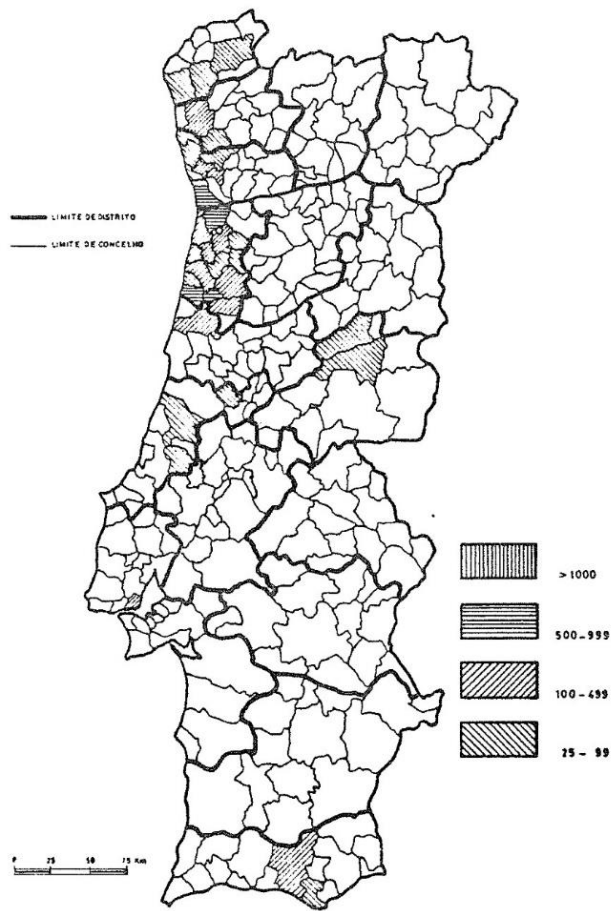
A 14



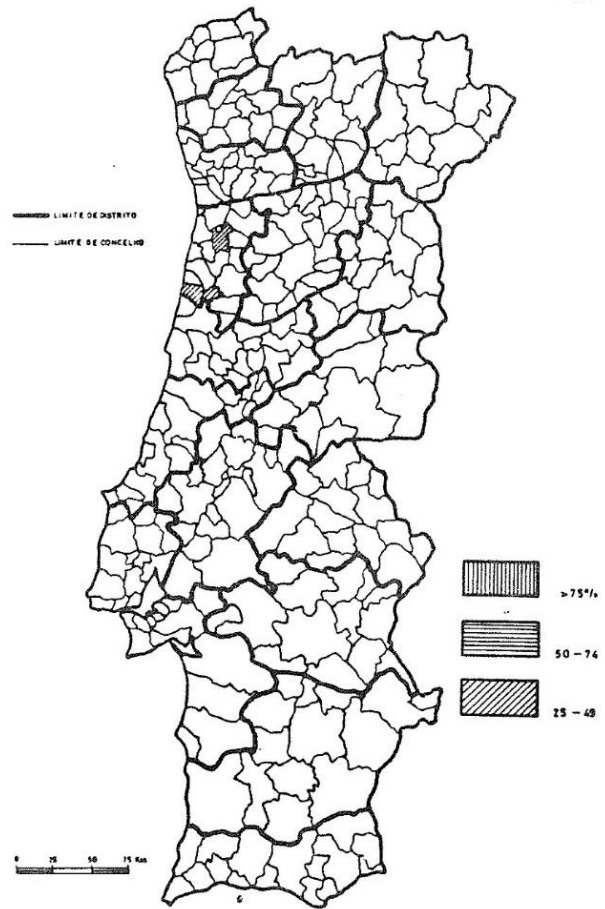
A 14.1



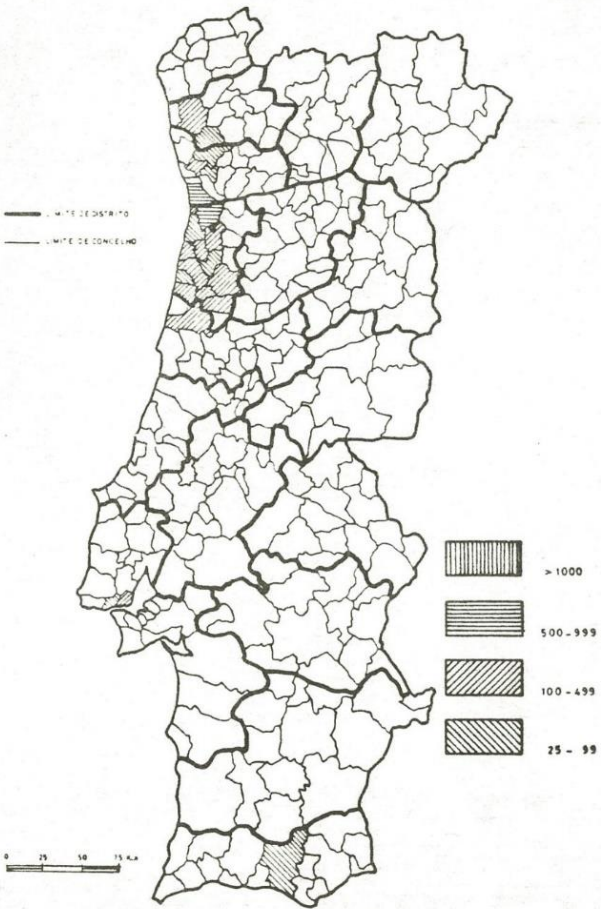
A 15



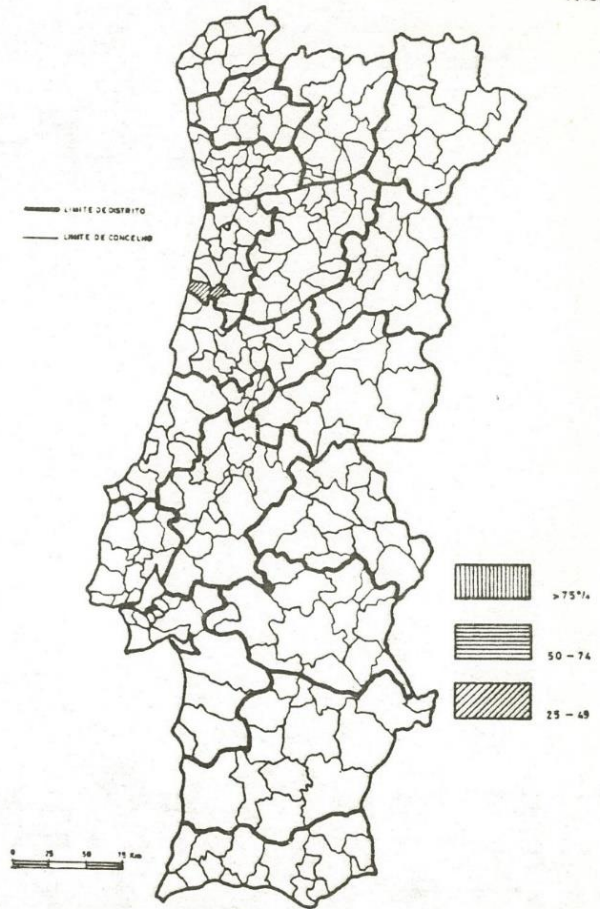
A151



A16

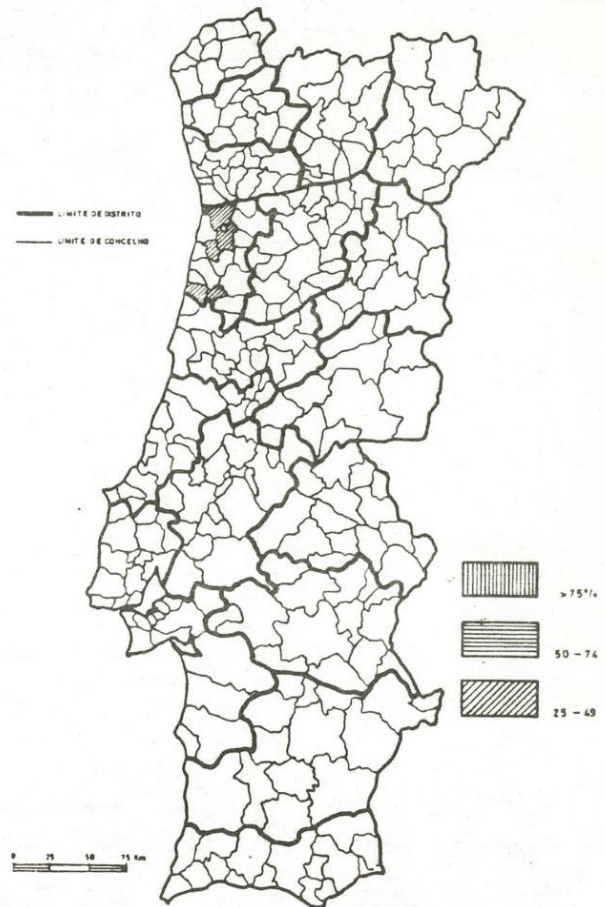
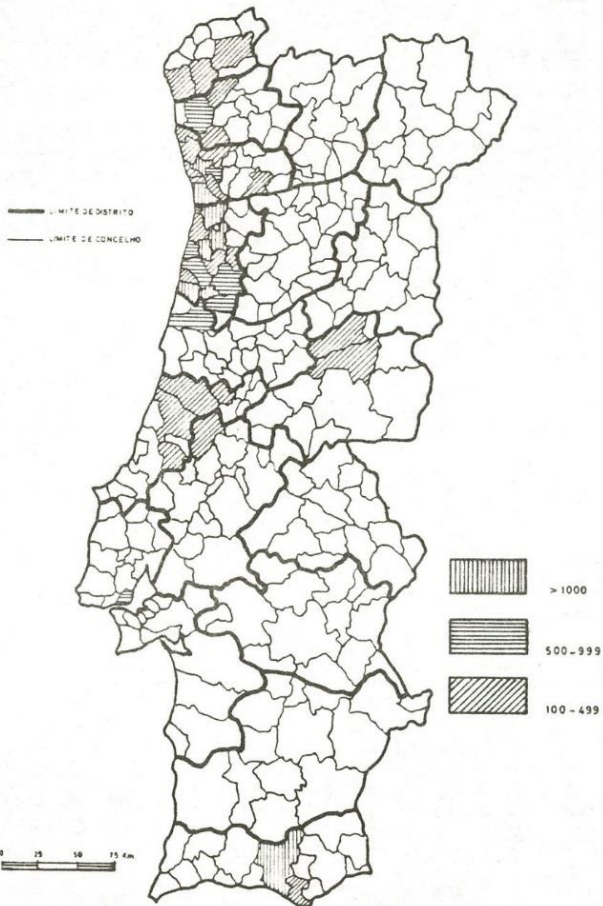


A161



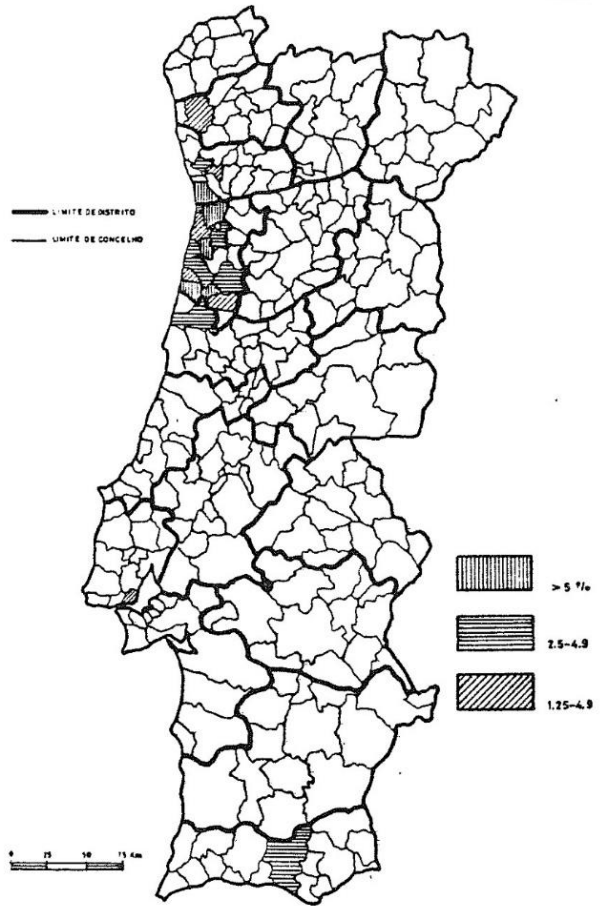
A17

A171



Bastante numerosa no distrito de Aveiro, a emigração para a Venezuela (30931 emigrantes naturais do continente, 43992 da Madeira e apenas 298 dos Açores), ocorreu ainda em alguns concelhos dispersos no litoral norte e sul do país, como demos conta em nota anterior.

Praticamente desconhecida noutras áreas do continente, os valores aqui assinalados comprovam, na sua essência, a reduzida extensão e volume que este movimento teve no território nacional.

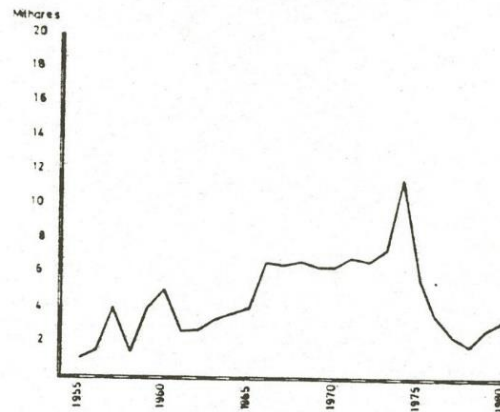


Emigração para o Canadá

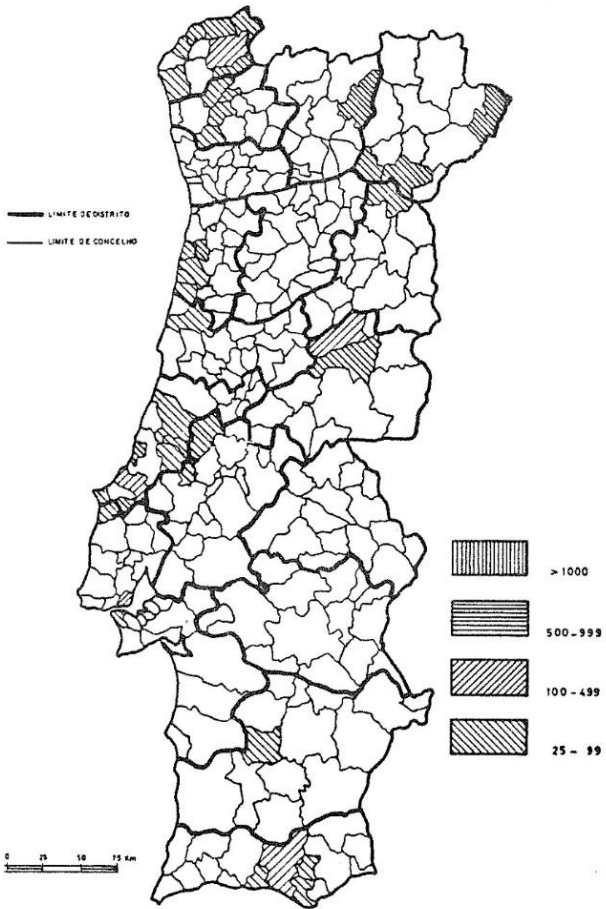
A semelhança do que verificamos com a emigração para os E.U.A., as saídas para este país, cujo aumento gradual veio a verificar-se durante a década de sessenta até atingir um máximo em 1974, distribuem-se por todo o litoral a norte do rio Tejo e ainda pelo Algarve, com particular destaque para os concelhos de Faro e de Loulé. Assim e embora quantitativamente importantes nos concelhos de Arcos de Valdevez, Caldas da Rainha e Lisboa, só no segundo exemplo a emigração para o Canadá representou entre 1955 e 1974 uma parcela significativa, com cerca de 1/4 das saídas registadas nesse concelho.

Como assinalámos já para os E.U.A., também a emigração para o Canadá foi considerável nos distritos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, dividindo-se praticamente as saídas deste arquipélago entre aquele país e o Canadá. Contudo as maiores preferências registaram-se em concelhos de Ponta Delgada, de onde saíram mais de 3/4 dos emigrantes que do arquipélago partiram para este país do continente americano.

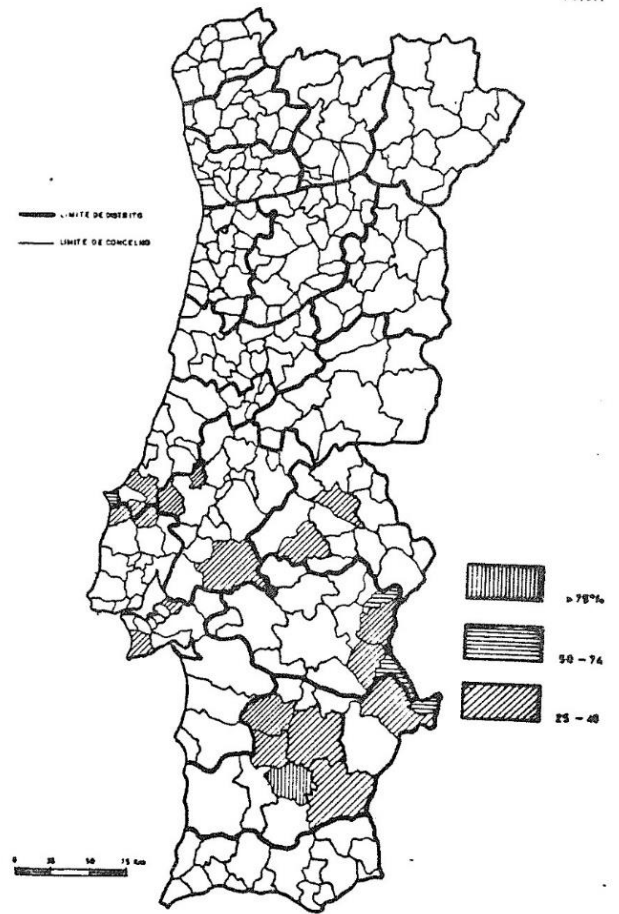
Praticamente inexistente foi no entanto o movimento a partir do distrito do Funchal onde, durante o período considerado, ultrapassou um escasso milhar de emigrantes.



A19

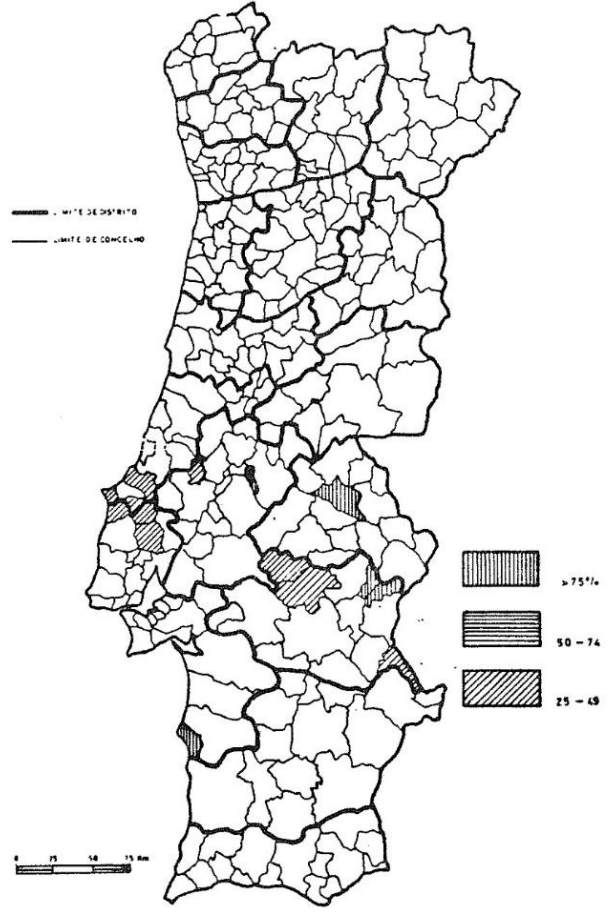
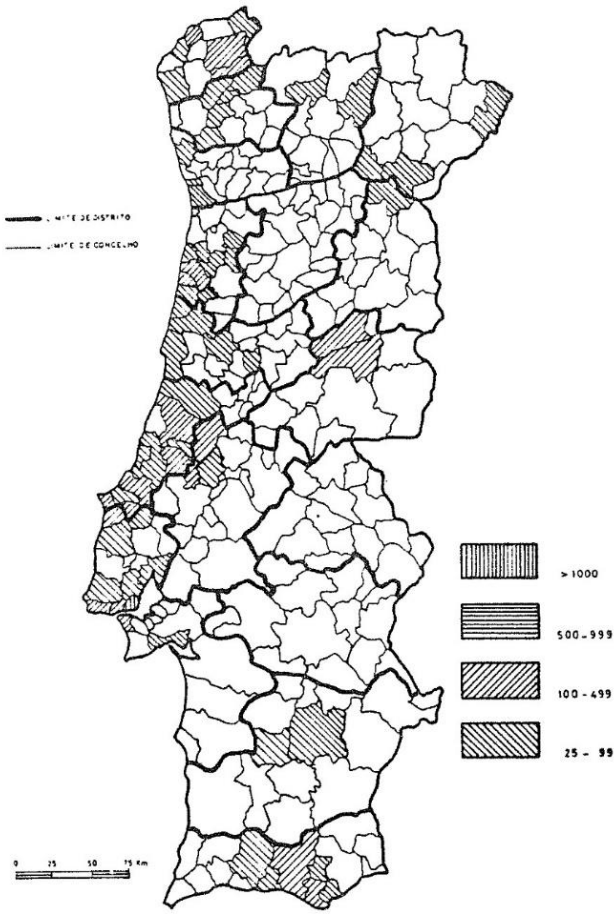


A19:1



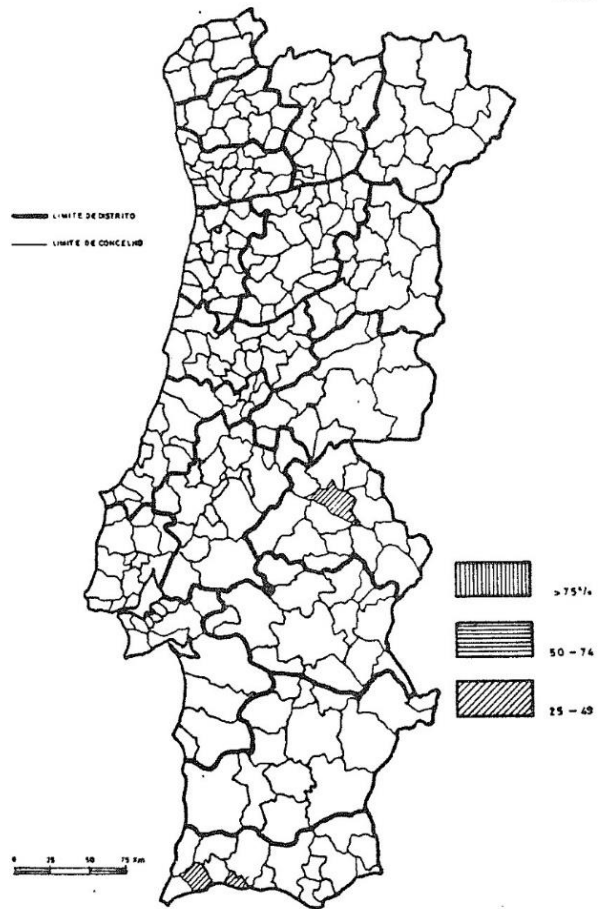
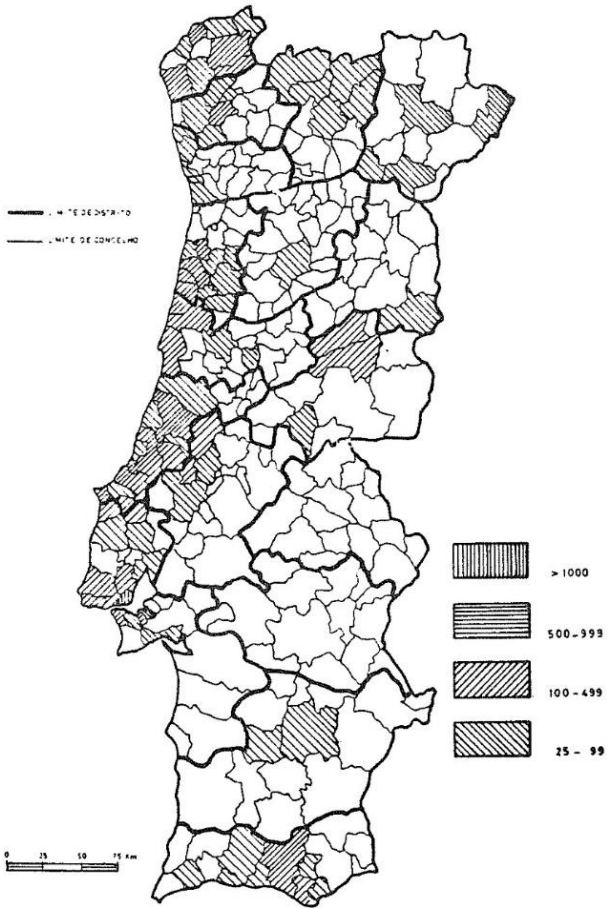
A 20

A 20.1

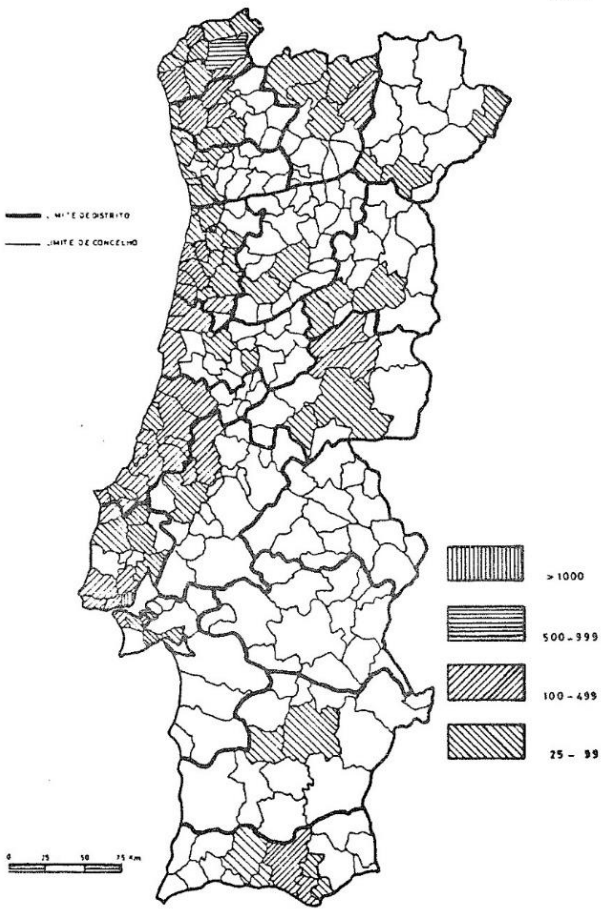


A 21

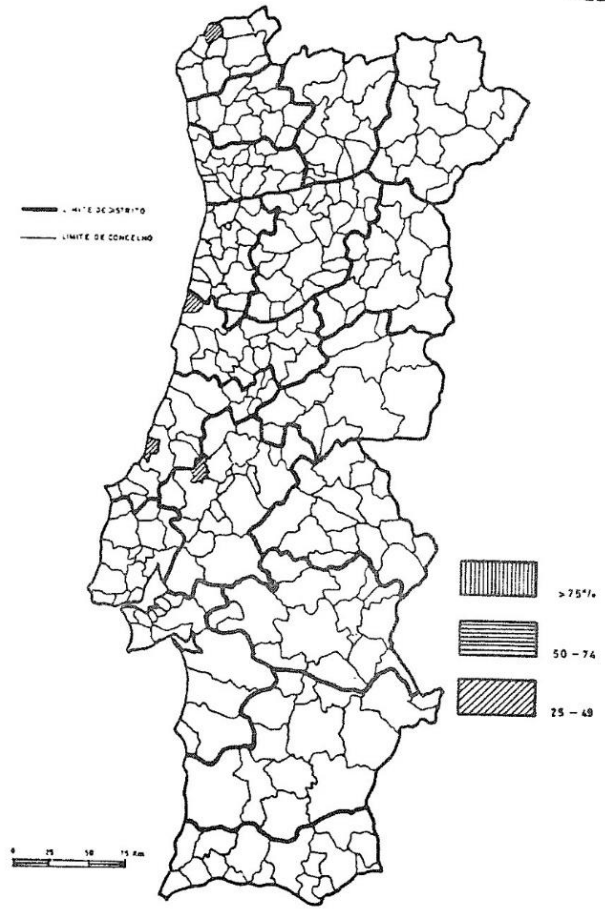
A 21



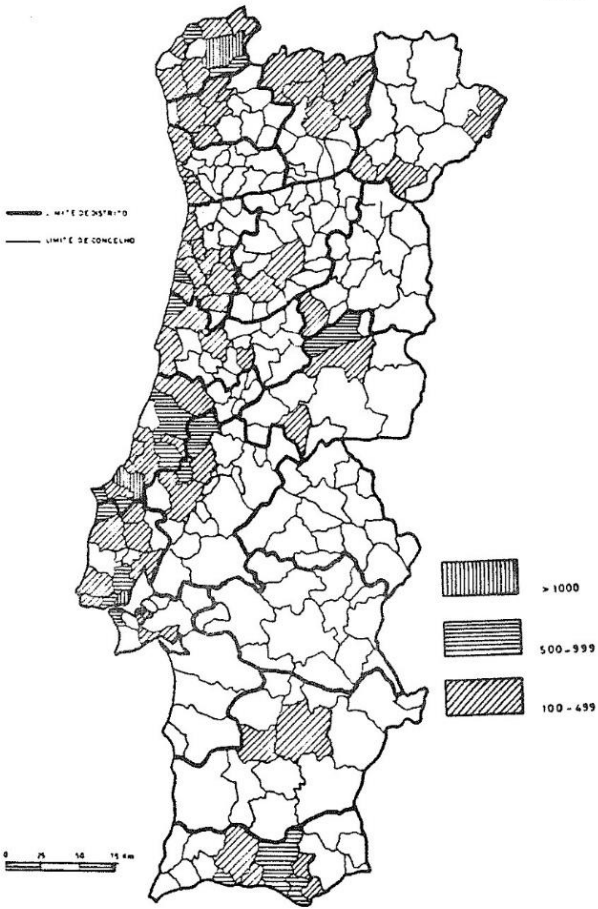
A22



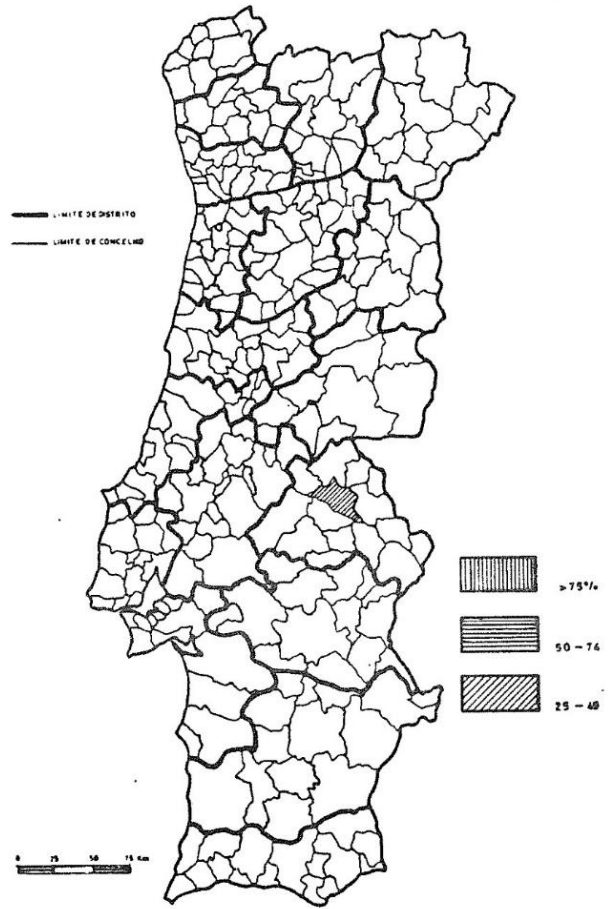
A221



A 23



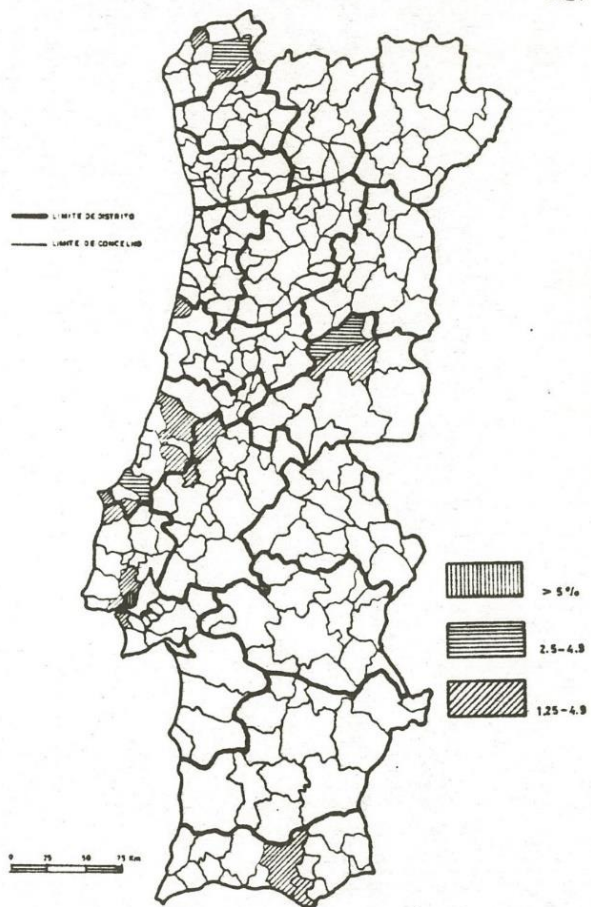
A 231



A24

Numéricamente pouco relevantes - apenas 37081 emigrantes naturais do continente, 62883 dos Açores e 1148 da Madeira - a emigração para o Canadá ocorreu em diferentes áreas do território, mas sobretudo a partir de núcleos bem individualizados, que confirmam um processo de difusão deste fenómeno, à semelhança do que se verificou também com as saídas para os restantes países.

É aliás o que sugere a análise da figura seguinte.



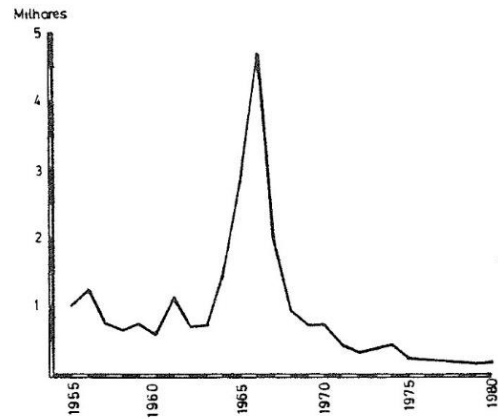
Emigração para a África do Sul

Os valores mais diminutos da emigração portuguesa para a África do Sul, face às saídas para os outros países justifica, em parte, a sua menor extensão no continente e a ocorrência de determinados núcleos - pertencentes aos distritos do Porto e de Lisboa - onde se verificaram aliás, o maior número de partidas para este país.

Assim e com excepção do período compreendido entre 1965 e 1969, durante o qual a emigração para a África do Sul foi relevante em concelhos do distrito de Aveiro, entre 1955 e 1974 apenas em Maia, Vila Nova de Gaia e em Lisboa, esse valor superou um milhão de emigrantes.

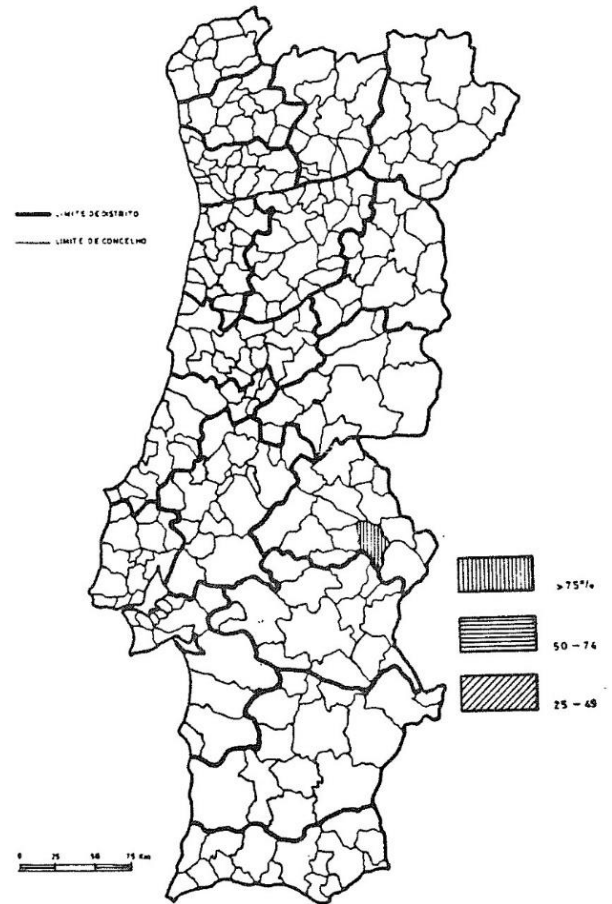
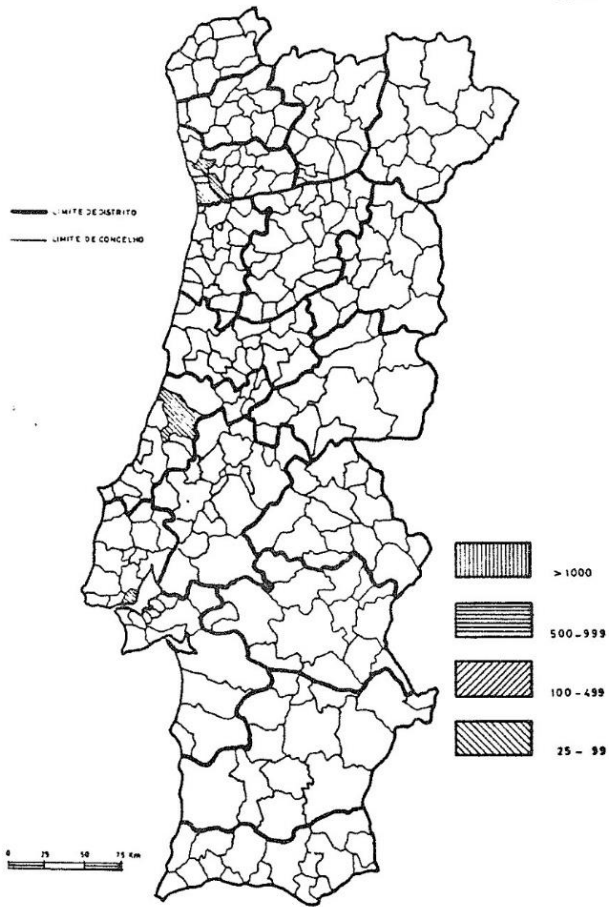
Dá-se que em quaisquer destes concelhos se tenha registado uma preferência significativa quanto à emigração para a África do Sul, que não passou siém dos 17% no primeiro caso, contrariamente ao que se registou na Madeira no concelho da Calneira, onde aquele valor quase duplicou.

Trata-se aliás da persistência de um movimento mais antigo, anterior ao período por nós escolhido, que levou à fixação inúmeros colonos madeirenses naquele território do continente sul africano. Contrariamente ao que se verificou nos Açores, onde a emigração para a África do Sul é praticamente desconhecida.

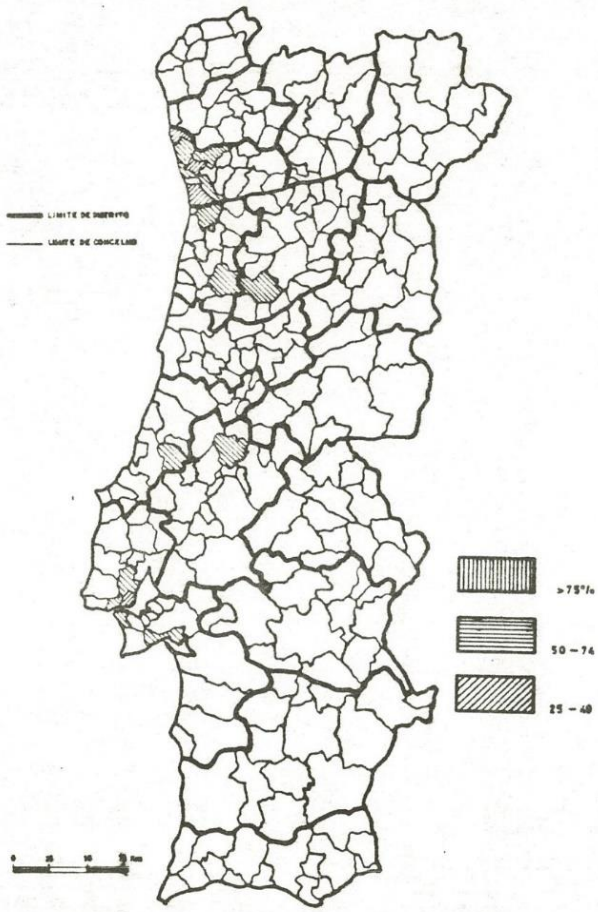


A25

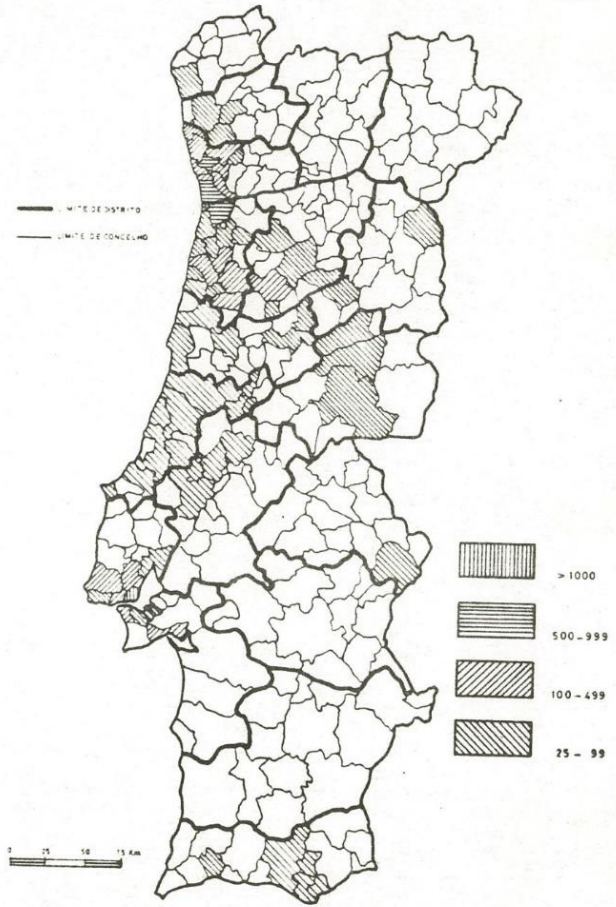
A251



A26

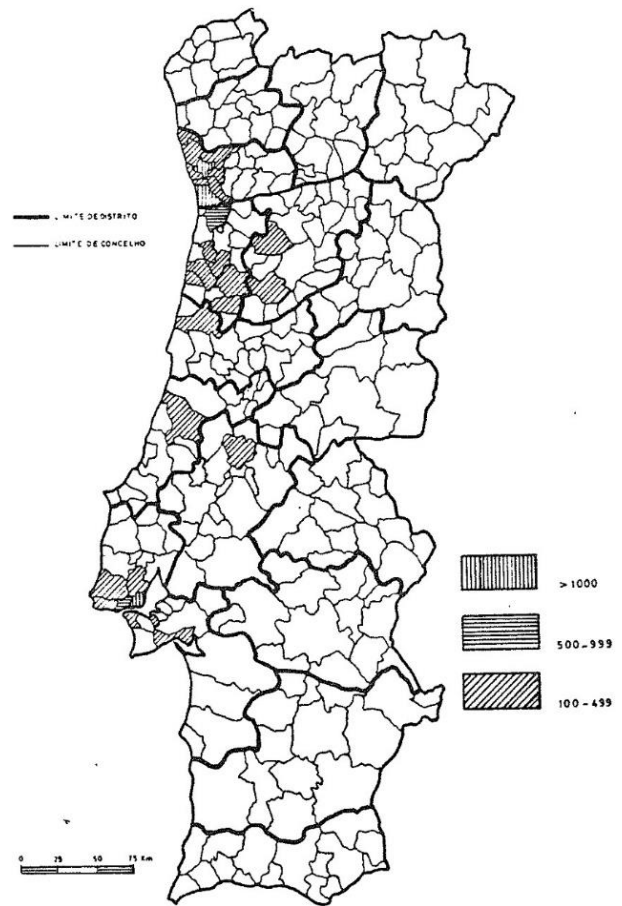
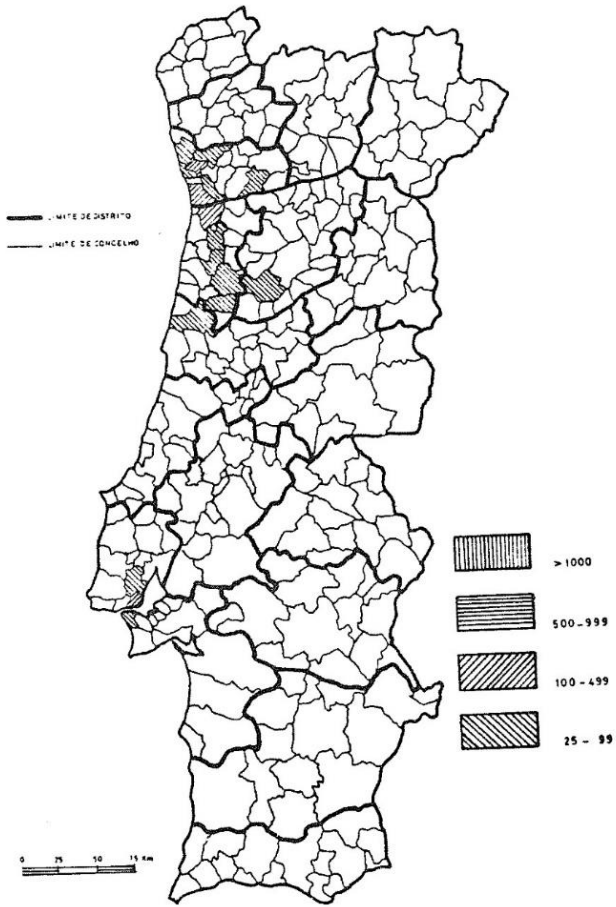


A27



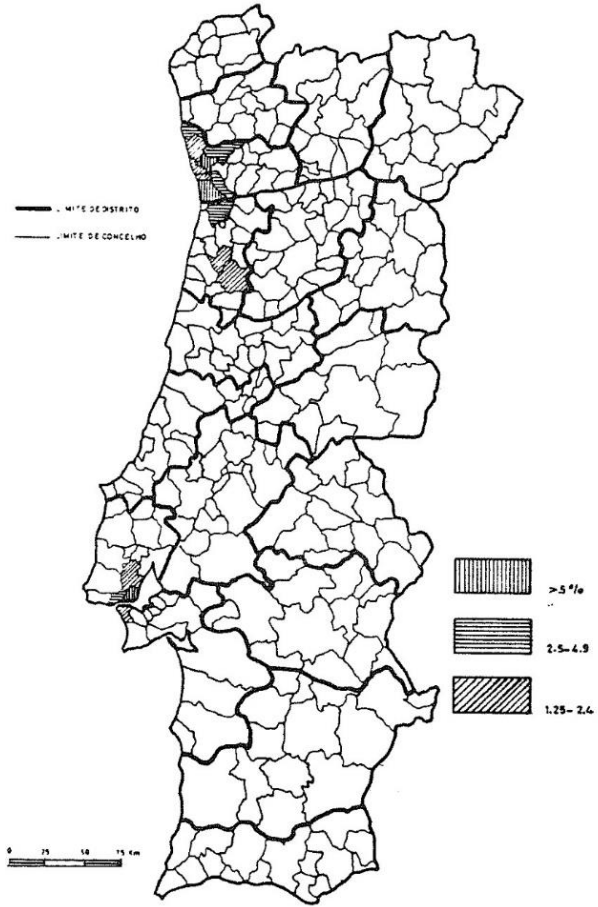
A 28

A 29



Como o referimos para o Canadá, a emigração para a África do Sul foi pouco considerável - apenas 14776 emigrantes naturais do continente, 7451 da Madeira e 48 dos Açores - aparecendo em áreas circunscritas do território, com maior desenvolvimento nos distritos do Porto, de Aveiro e de Lisboa.

Ainda que registada noutros concelhos, o seu contributo, em relação ao total de saídas verificadas para este país, não merece no entanto qualquer destaque.



Embora já conhecida nos finais do século passado, só no início da década de cinquenta é que a emigração portuguesa para a França se generalizou, em particular durante os decénios seguintes.

Com efeito, os valores da emigração oficial referentes à segunda metade da década de sessenta - 73419 emigrantes legais em 1966 - e mais de 100 000 clandestinos nos anos de 1970 e de 1971 - bastam para exemplificar o volume e a extensão deste fenómeno que se quedou, como a emigração para os restantes países da Europa Ocidental, nos anos posteriores à crise energética de 1974.

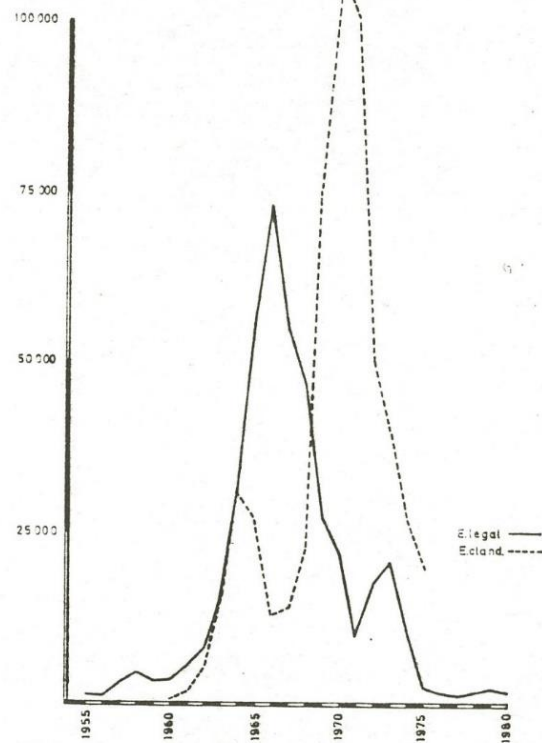
Assim, de um pequeno núcleo de concelhos - Pombal, Vila Nova de Ourém, Leiria - localizados no centro do país, e de outros dispersos pelo norte e interior do continente assistiu-se, depois de 1955-59 a uma difusão deste fenómeno, que se tornou extensivo a todo o continente e levou à suspensão da tradicional corrente e migratória transoceânica, já então decadente.

Exceptuam-se no entanto alguns (raros) concelhos dos distritos de Évora e de Portalegre onde a emigração para a França foi menos importante, em contraste com as saídas para a Alemanha, que se registaram nesta parte do território.

Com particular incidência nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Guarda, Castelo Branco, Leiria, Santarém e ainda em Lisboa e em Faro, a emigração para França foi de acordo com os dados oficiais preponderante na quase totalidade dos concelhos pertencentes ao distrito de Castelo Branco, ultrapassando em regra os 75% do total de saídas legais aí registadas. O que de algum modo justifica a importância desses movimentos não só nessa área mas em todo o continente, já que as saídas para França representaram quase metade da emigração legal registada no continente, entre 1955 e 1974.

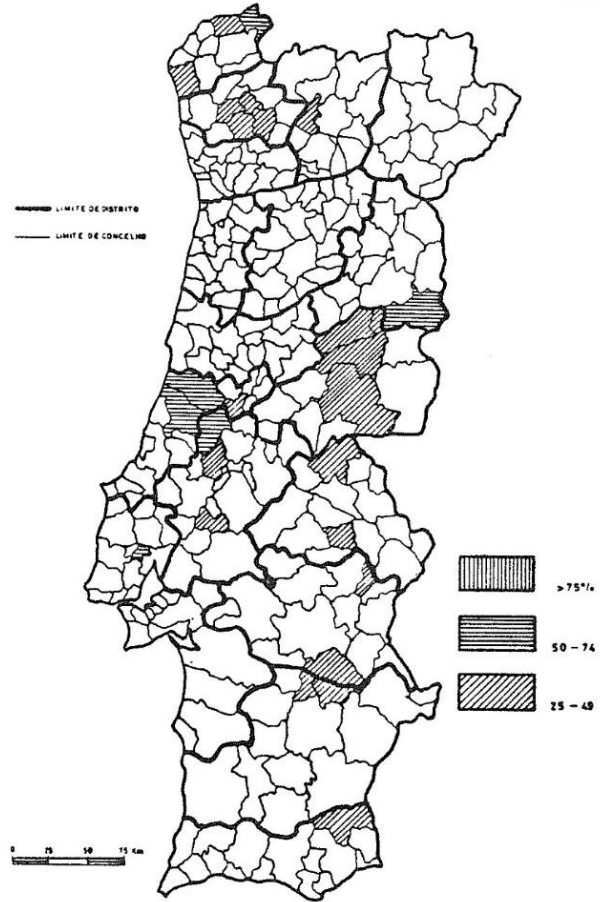
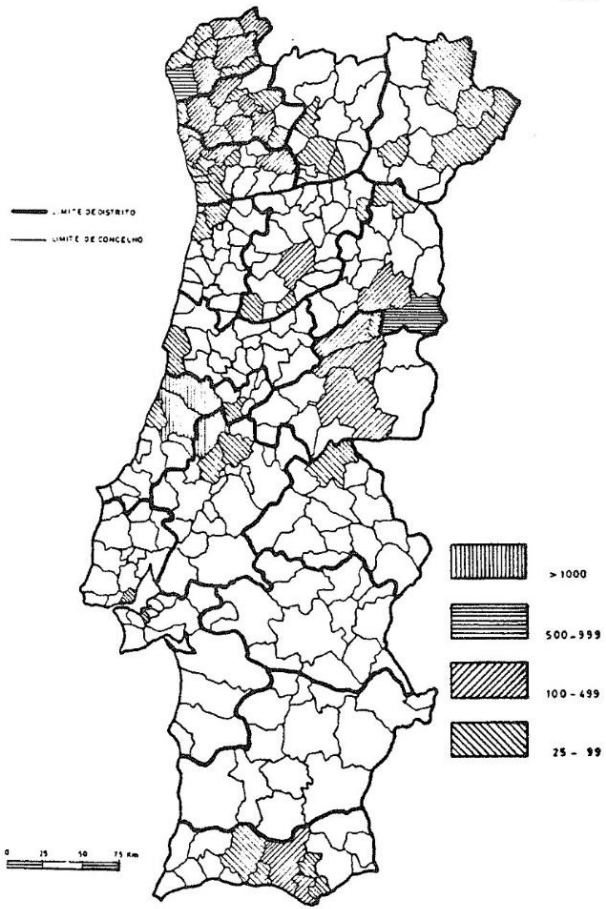
Facto que contrasta com os valores reduzidos das saídas provenientes dos Açores e da Madeira, que não atingiram um milhão de emigrantes.

Emigração para a França



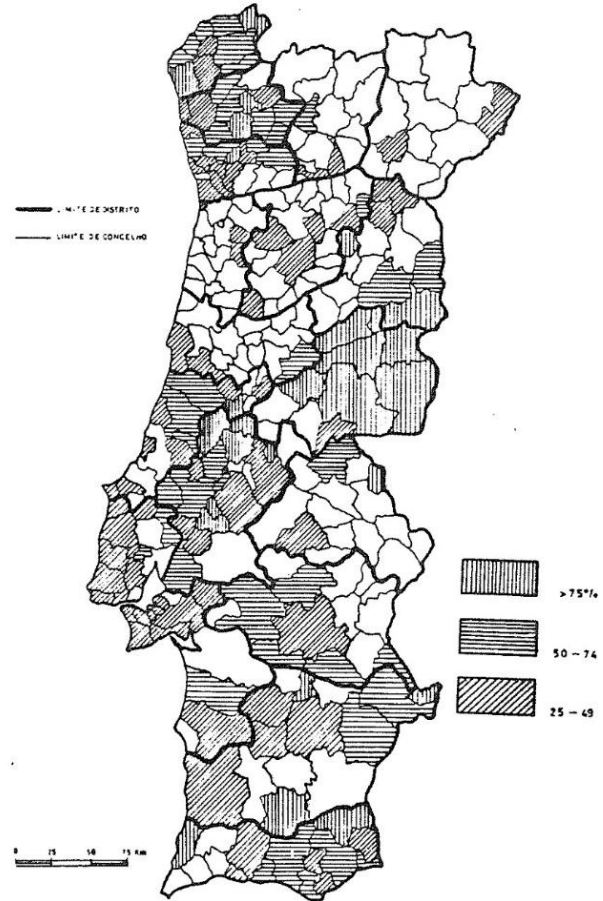
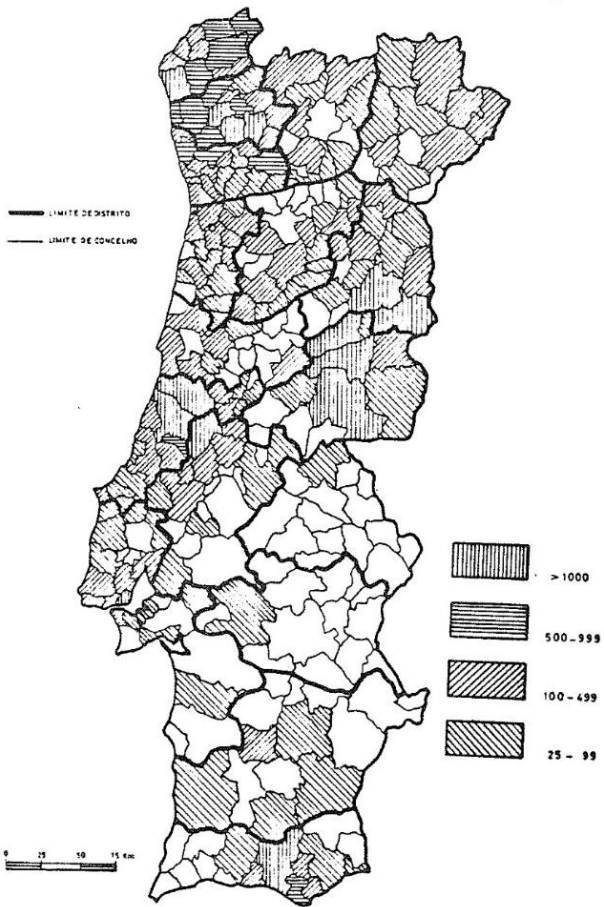
A 31

A31.1



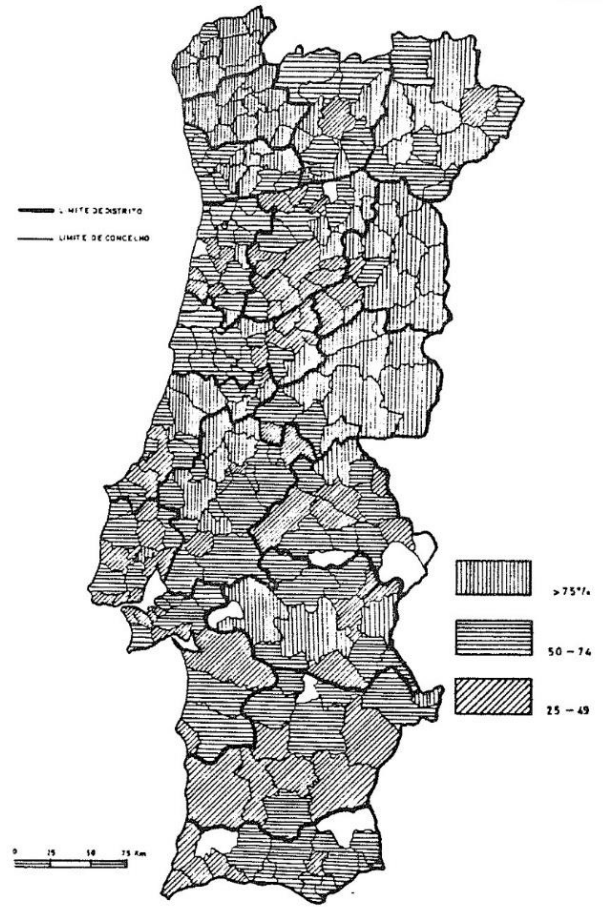
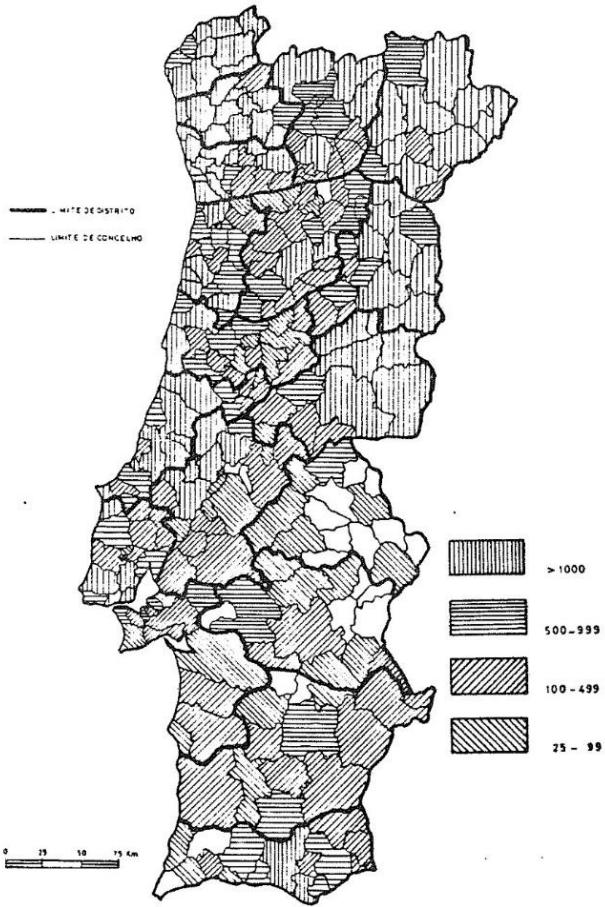
A 32

A 321



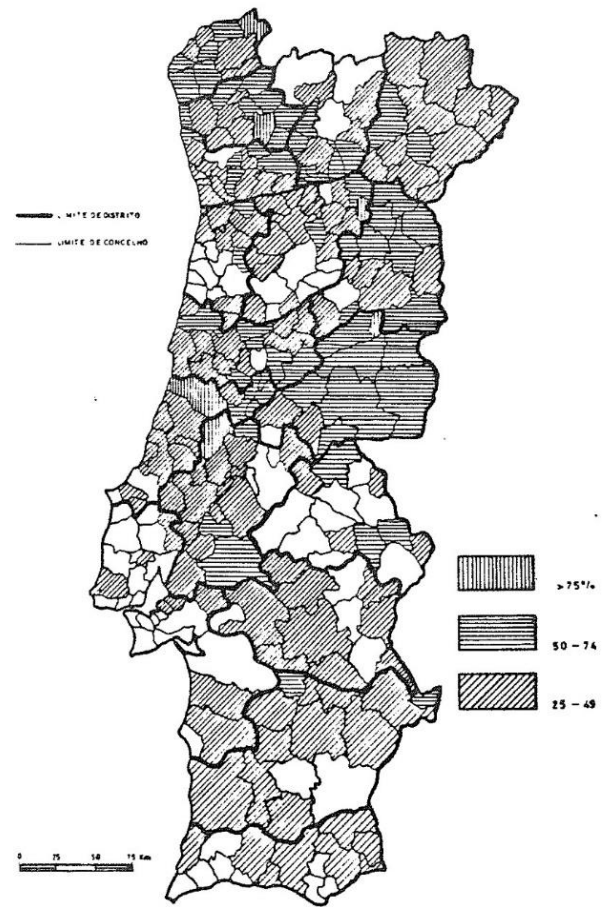
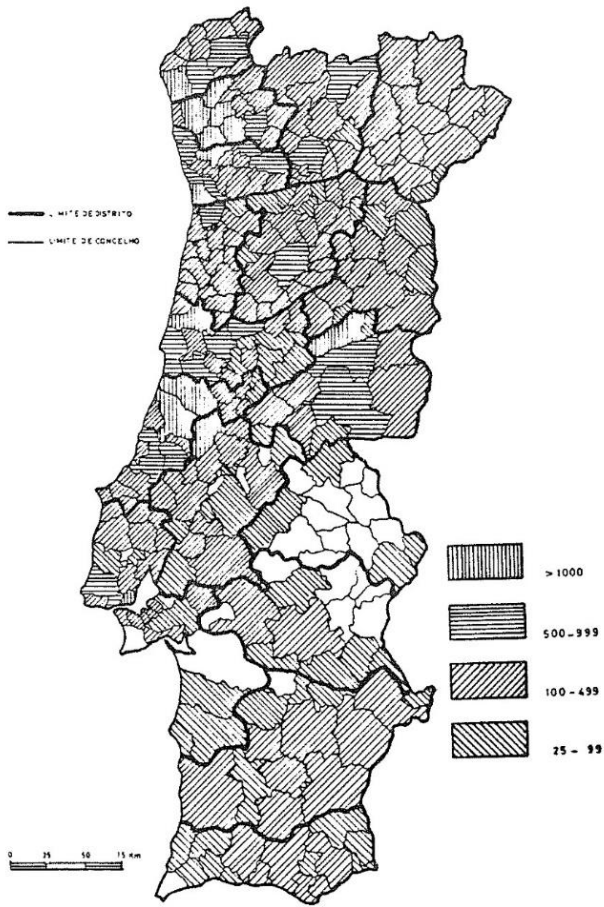
A 33

A331

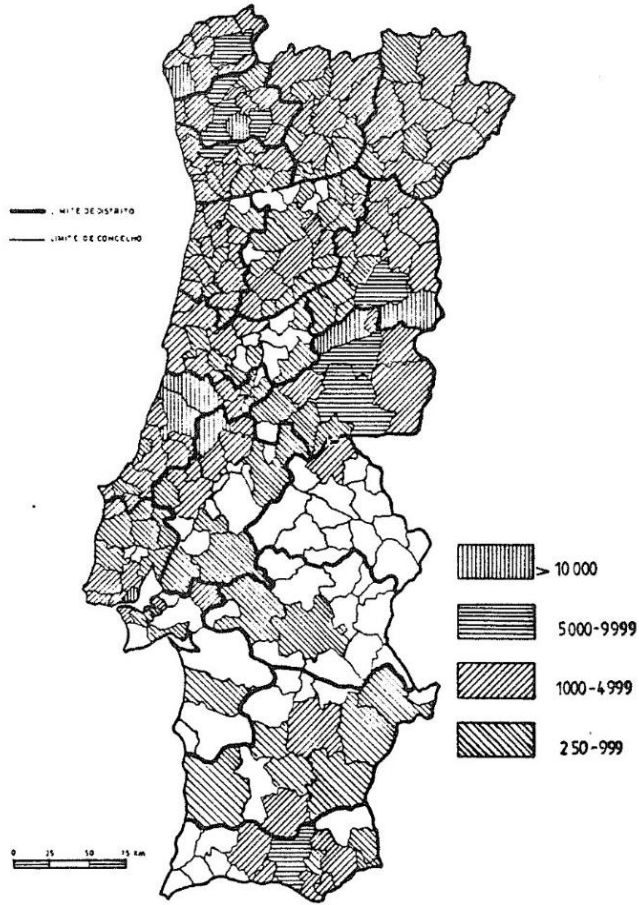


A 34

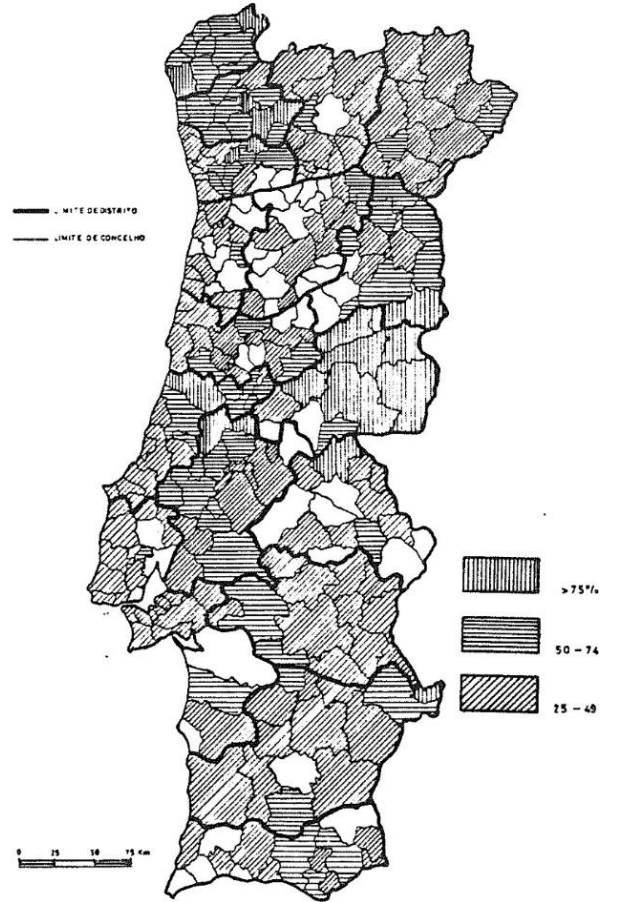
A 341



A 35

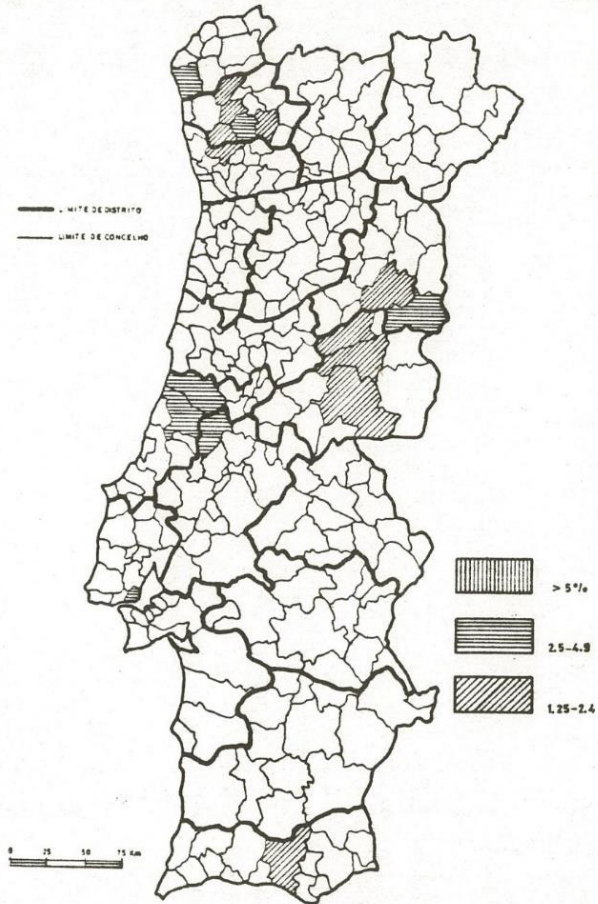


A35.1



Embora as saídas para a França tenham sido extensivas a todo o território-422102 emigrantes naturais do continente, 107 dos Açores e 341 da Madeira -, os valores oficiais da emigração para este país realçam a sua maior incidência no Norte e Centro litoral e no Sul, onde uma vez mais nos surgem, isoladamente ou em grupo, concelhos onde este movimento foi predominante.

De qualquer modo os dados aqui referidos devem ser encarados com algumas reservas, dado o volume e a grande intensidade de saídas clandestinas, que reforçam aliás a difusão deste movimento, em todos os concelhos do continente.



Emigração para a Alemanha

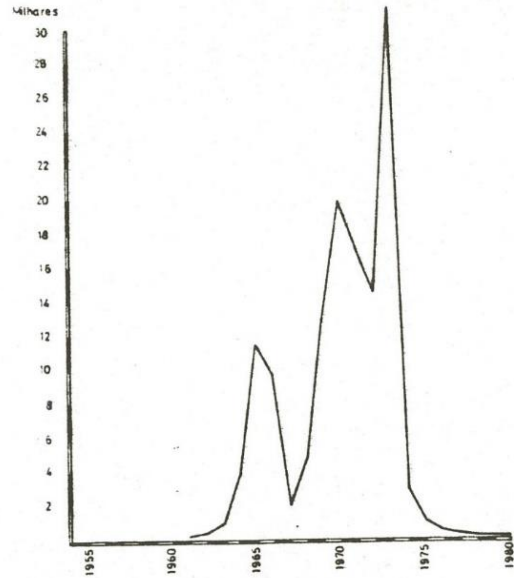
Embora relativamente recente e referindo mesmo algumas oscilações desde o seu início, a emigração portuguesa para a R.F.A. - cujo máximo coincidiu com o período auge da emigração para a França - foi igualmente suspensa em 1973, tornando-se insignificante desde então.

Ainda que extensivas a todo o território, as saídas para este país foram particularmente sentidas nos distritos de Setúbal, Évora e Beja, menos afectados no seu conjunto pela emigração para os outros países da Europa Ocidental e sobretudo do continente americano.

Dispensos pelo território, os principais núcleos de emigração para a Alemanha, foram no entanto os concelhos de Santo Tirso, Viseu e Lisboa, onde declararam residir a maior parte dos emigrantes que se ausentaram legalmente para este país.

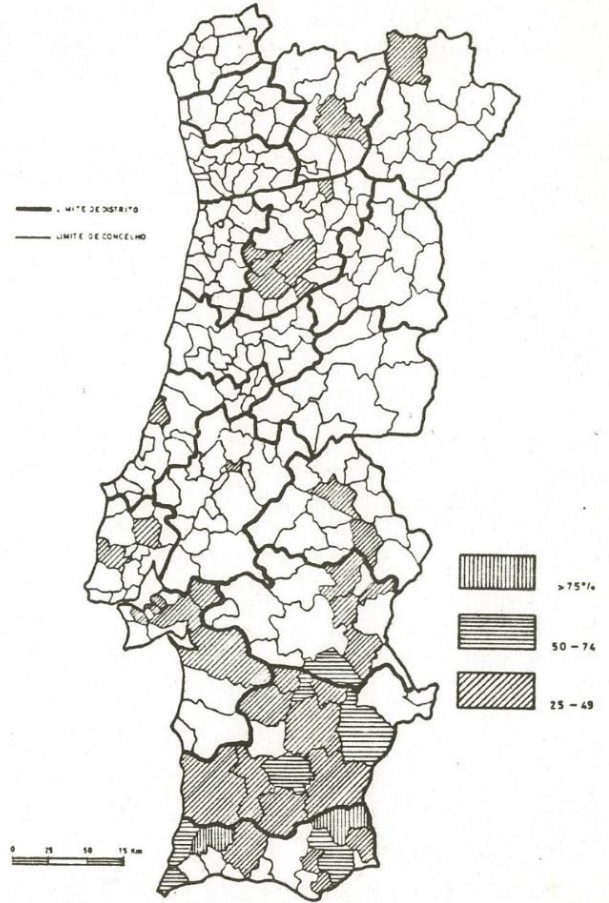
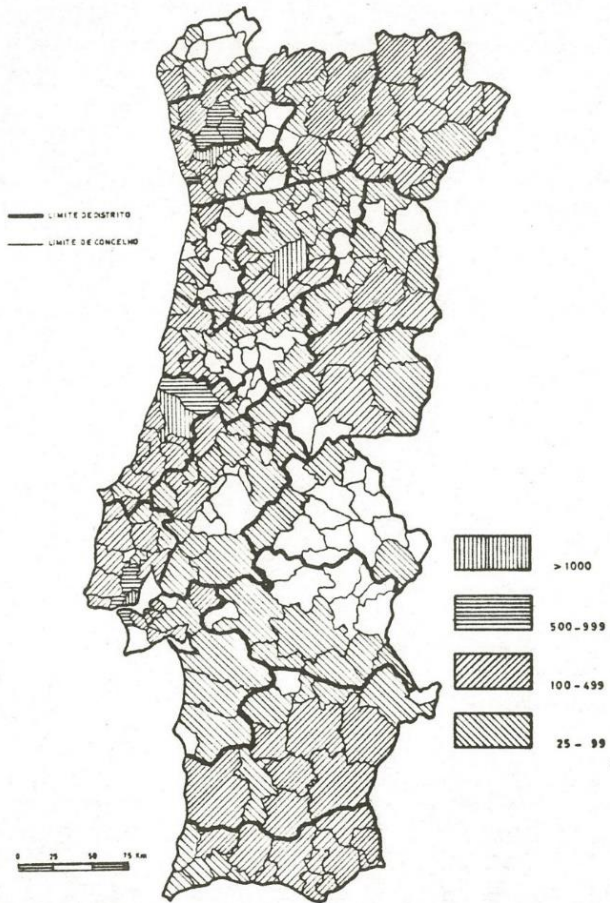
Quanto às preferências, elas foram particularmente relevantes em concelhos pertencentes aos distritos do Alentejo, embora em muitos outros as saídas para a R.F.A. tenham registado marcas significativas - da ordem dos 20% ou mais - em concelhos do distrito do Porto, de Viseu e de Lisboa.

Como a emigração para a França, também as saídas para este país foram sobretudo de continentais, já que a emigração oficial para a R.F.A., proveniente dos Açores e da Madeira, não ultrapassou a centena de emigrantes.

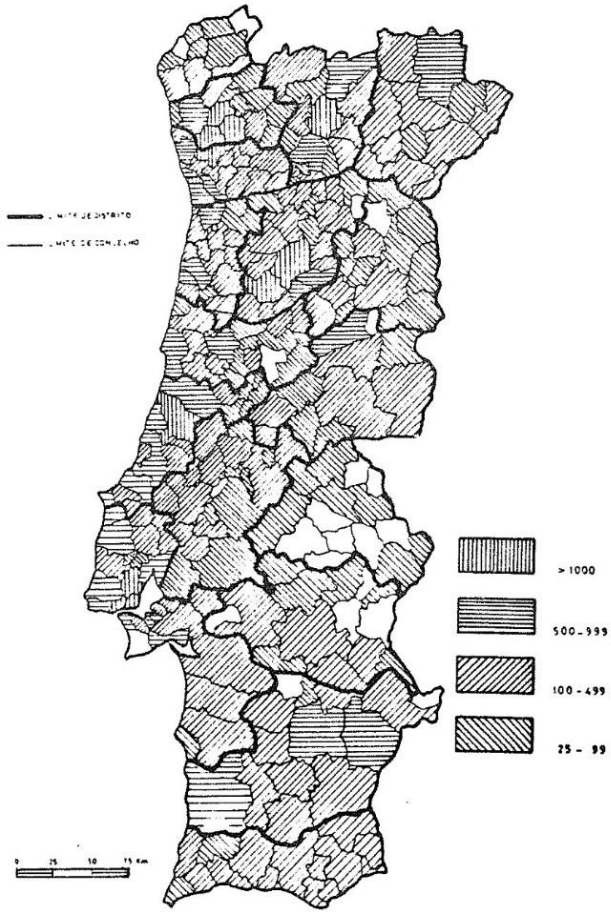


A 37

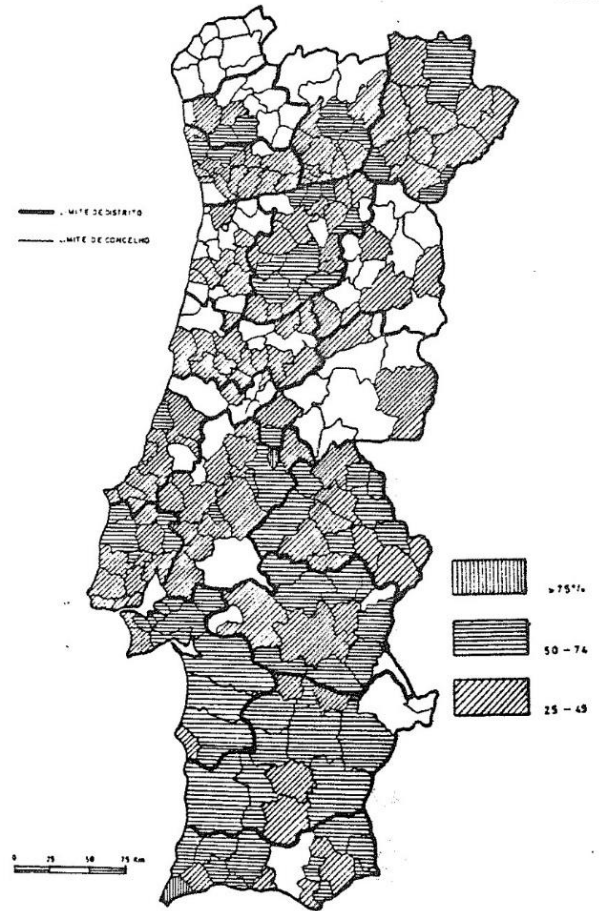
A 37.1



A 38

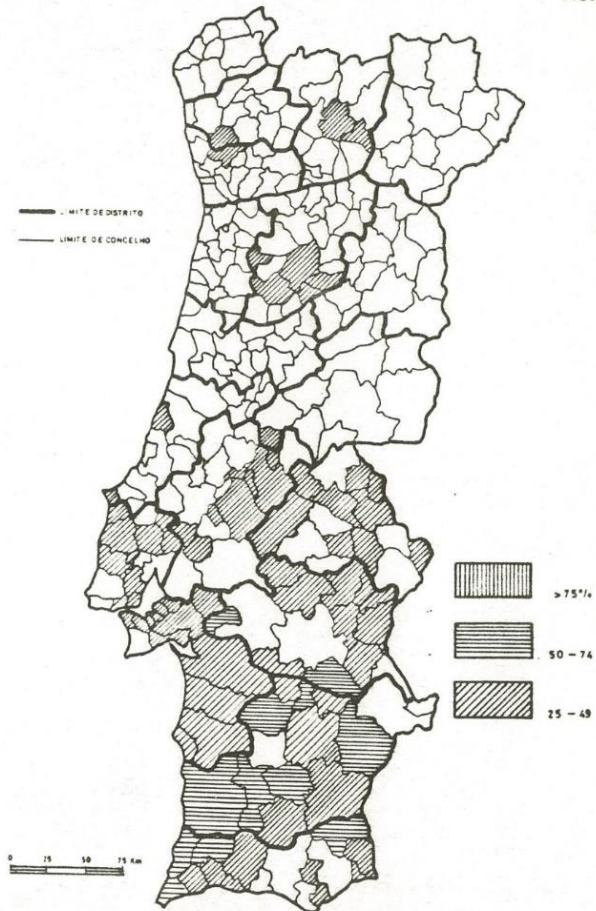
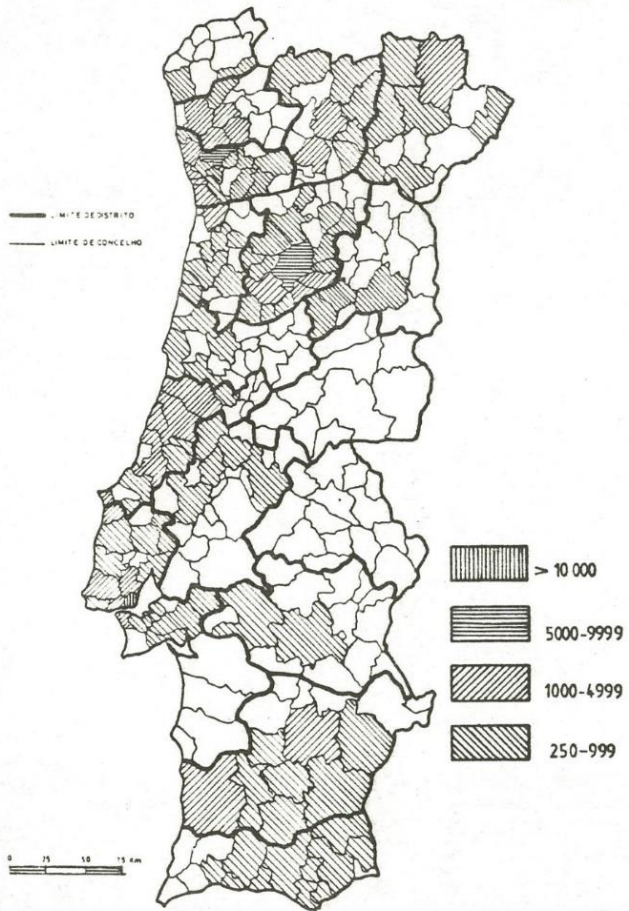


A 38.1



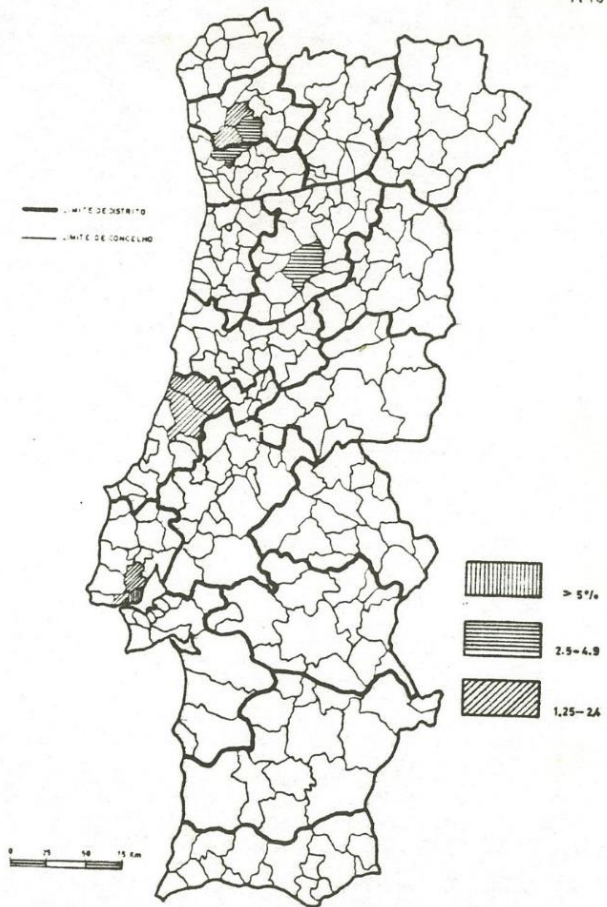
A 39

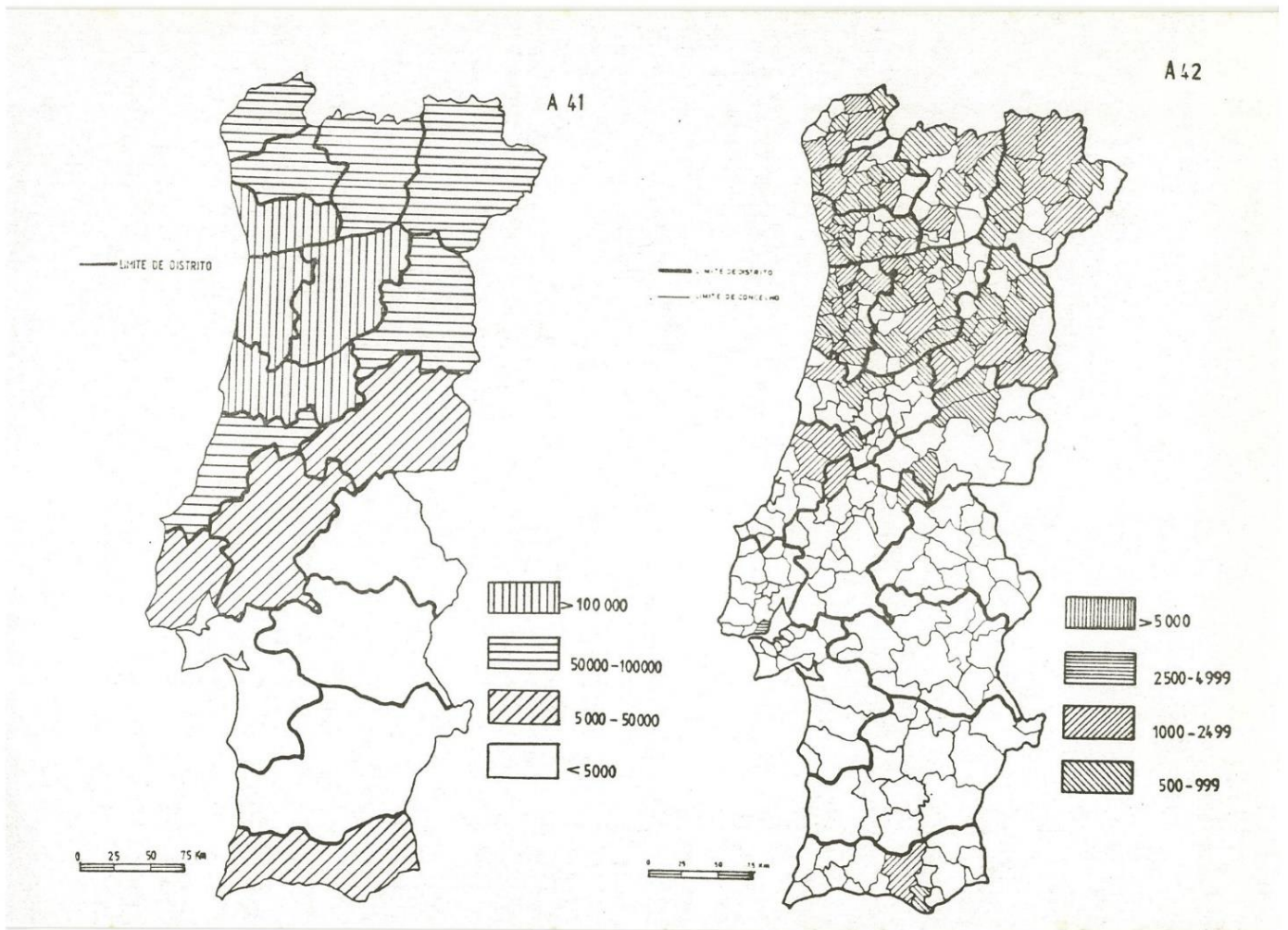
A 39.1



Incrementando-se a partir dos meados da década de sessenta, a emigração portuguesa para a R.F.A. estendeu-se todo o território nacional, incluindo aos distritos do Alentejo contando-se, durante o período da nossa análise cerca de 131100 emigrantes para este país, dos quais 131053 naturais do continente, 37 dos Açores e 50 da Alemanha.

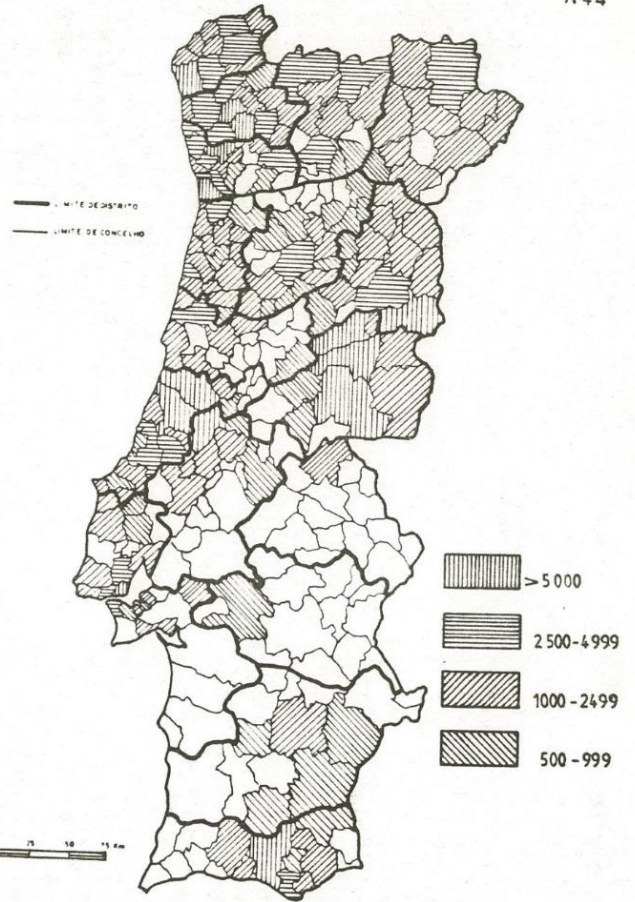
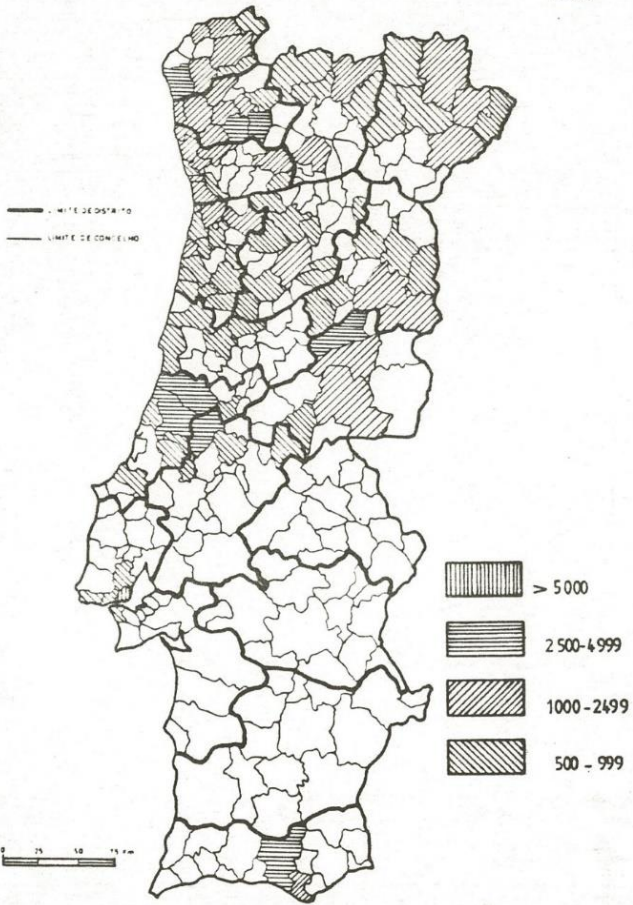
Particularmente sentida em alguns dos concelhos do norte e centro do continente (litoral e interior), a sua distribuição acompanha algumas das áreas de forte emigração já assinaladas, coincidentes com as regiões mais densamente povoadas do território.



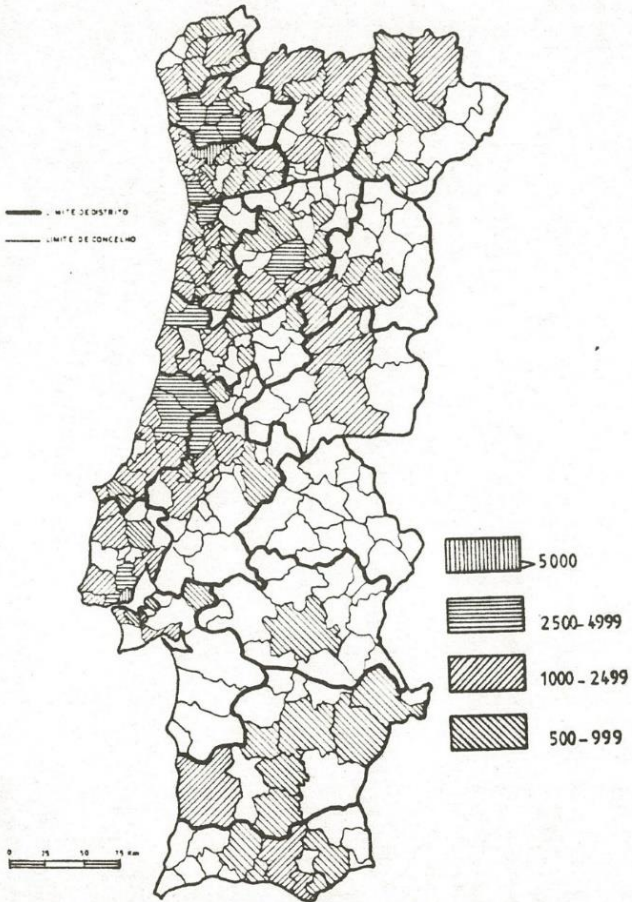


A43

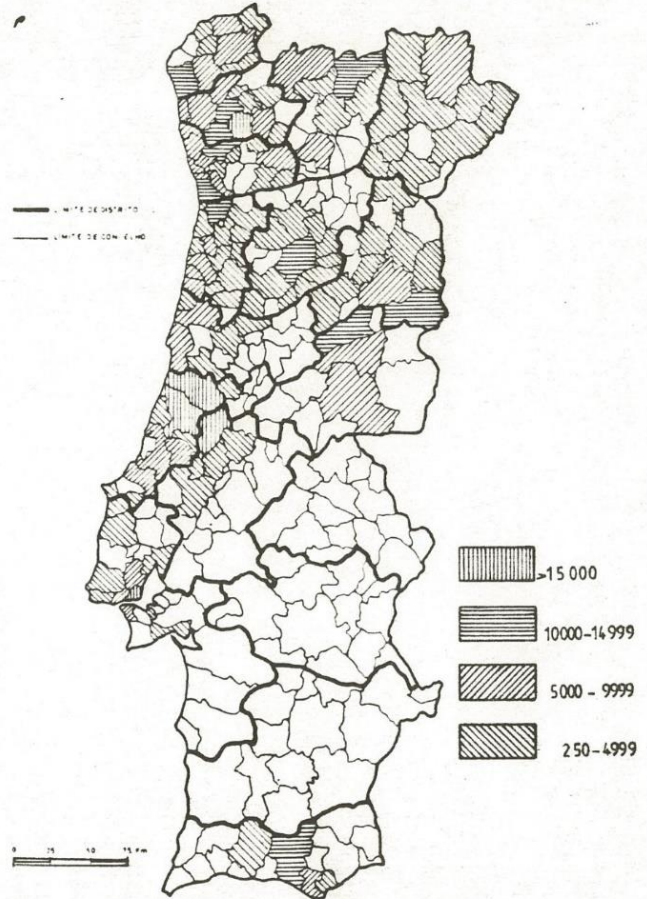
A44



A45



A46



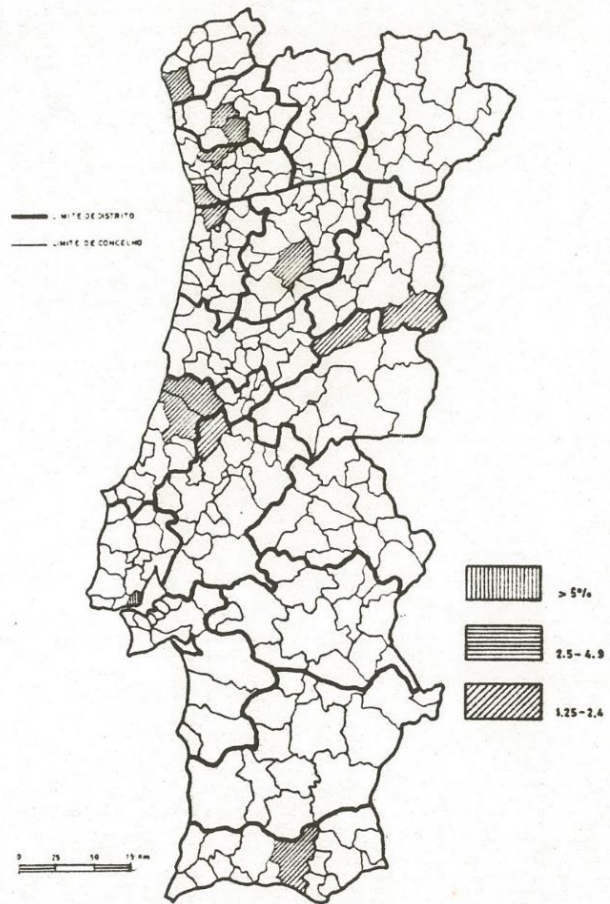
Ainda que revestindo formas diferenciadas no que respeita ao tipo de saídas - emigração legal e clandestina - a sua evolução e a distribuição espacial - o fenómeno emigratório tornou-se extensivo a todo o continente, como aliás o pudemos verificar através da análise das figuras anteriores. O que não contraria aliás, a sua maior incidência nas regiões mais densamente povoadas do Norte e Centro do país e no Algarve, contrastando com as áreas planálticas e montanhosas do interior, onde os valores da emigração legal foram mais reduzidos.

O mesmo ocorreu nos distritos alentejanos, que embora afectados por outros tipos de movimento - migrações internas - só tardiamente vieram a acusar o maior interesse pelas saídas para o estrangeiro.

Daí o podermos individualizar alguns núcleos preferenciais, que para além de registarem um maior número de emigrantes, parecem ter funcionado como "pólos" de difusão do fenómeno emigratório, na sua irradiação por 'mancha contínua', a todo o território nacional.

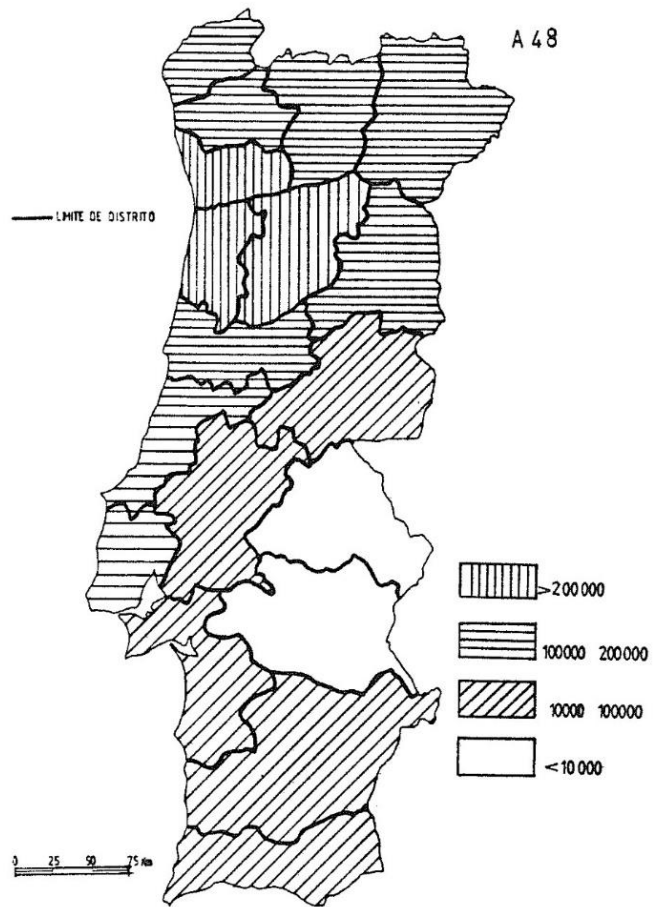
Estão neste caso os concelhos de Viana do Castelo, Braga, Guimarães, Santo Tirso, Viseu, Covilhã, Sabugal, Leiria, Pombal, Vila Nova de Ourém, Lisboa e Loulé onde se registaram os maiores valores da emigração legal e que por isso podem de algum modo ser considerados como 'núcleos' difusores deste movimento.

O mesmo se verificou nos concelhos mais densamente povoados do grupo central do Arquipélago dos Açores e na encosta meridional da Ilha da Madeira.



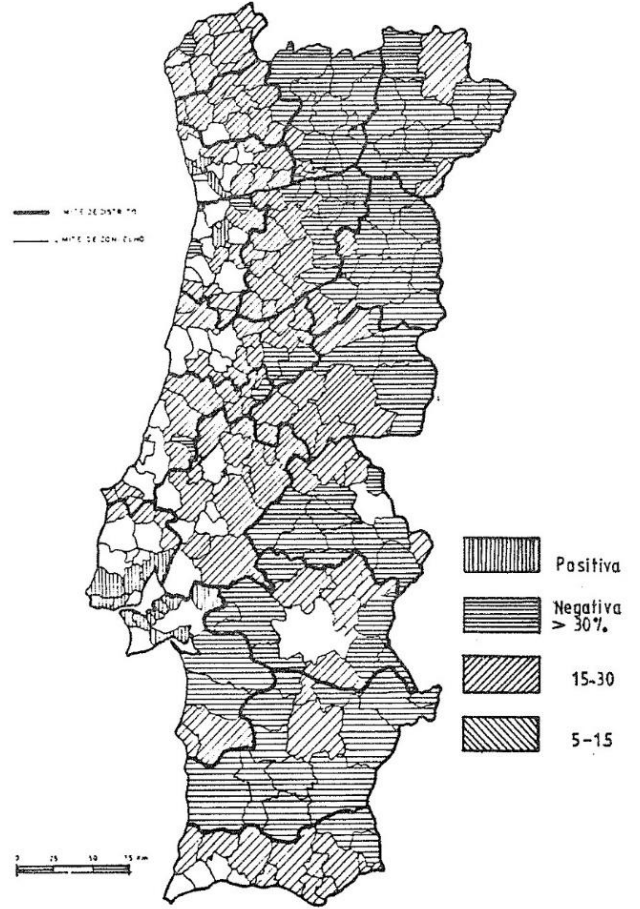
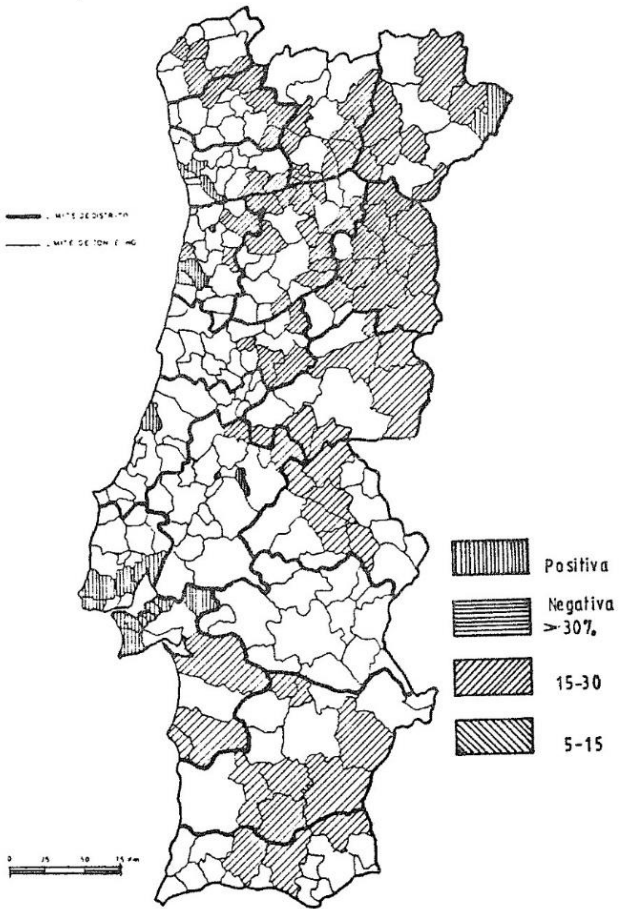
Embora tendo somente em atenção os valores da emigração oficial, os dados que analisamos, referentes à extensão do fenómeno emigratório em todo o continente, apontam para a sua persistência nos distritos mais densamente povoados do Norte e do Centro do país -Porto, Aveiro e Viseu - onde se registaram, para além do período da nossa análise, um número considerável de partidas integradas essencialmente na emigração transoceânica. Processo que de algum modo se verificou noutras áreas do continente, em especial a Norte do rio Tejo e no Algarve.

Afectado ainda pelos movimentos internos da população, com destino sobretudo aos principais centros urbanos, os valores da emigração recentes, não deixam de tornar claro a natureza e a existência dos desequilíbrios regionais e sectoriais que afectam as estruturas demográficas, económicas e sociais da sociedade portuguesa e que são os principais responsáveis por estes tipos de movimentos.

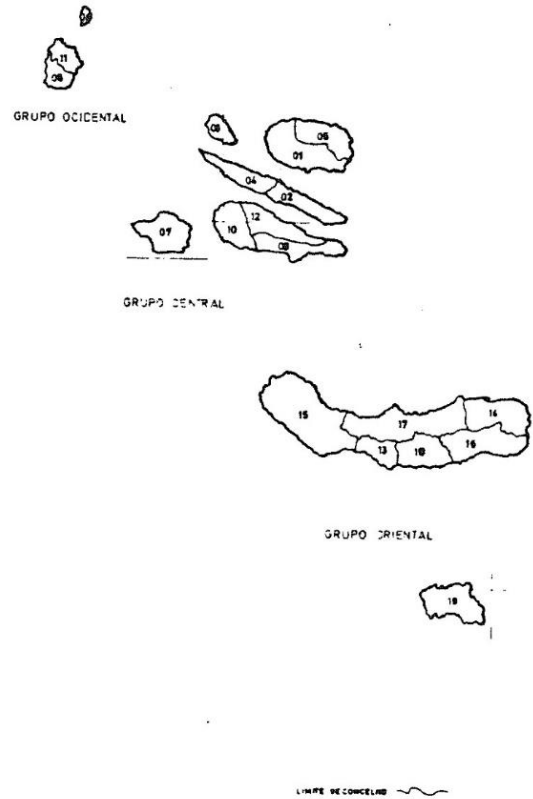


A49

A50



ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



INDICE DAS FIGURAS

B . AÇORES

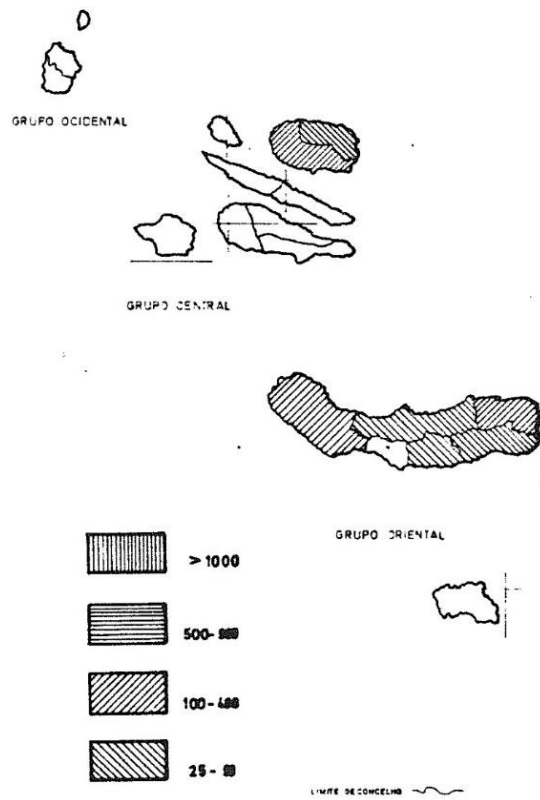
- 1 . Origem da emigração para o Brasil (1955-59)
- 2 . Origem da emigração para o Brasil (1960-64)
- 3 . Origem da emigração para o Brasil (1955-74)
- 4 . Contributo da emigração para o Brasil em relação ao total das saídas para este país(1955-74) +
- 5 . Origem da emigração para os E.U.A.(1955-59)
- 5.1 Contributo da emigração para os E.U.A. no total das saídas,por concelho(1955-59)
- 6 . Origem da emigração para os E.U.A.(1960-64)
- 6.1 Contributo da emigração para os E.U.A.no total das saídas,por concelho(1960-64)
- 7 . Origem da emigração para os E.U.A.(1965-69)
- 7.1 Contributo da emigração para os E.U.A.no total das saídas,por concelho(1965-69)
- 8 . Origem da emigração para os E.U.A.(1970-74)
- 8.1 Contributo da emigração para os E.U.A.no total das saídas,por concelho(1970-74)
- 9 . Origem da emigração para os E.U.A.(1955-74)
- 9.1 Contributo da emigração para os E.U.A.no total das saídas,por concelho(1955-74)
- 10 . Contributo da emigração para os E.U.A. em relação ao total das saídas para este país(1955-74)+
- 11 . Origem da emigração para a Venezuela(1965-69)
- 12 . Origem da emigração para a Venezuela(1970-74)
- 13 . Origem da emigração para o Canadá(1955-59)
- 13.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho(1955-59)

- 14 . Origem da emigração para o Canadá(1960-64)
- 14.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho(1960-64)
- 15 . Origem da emigração para o Canadá(1965-69)
- 15.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho(1965-69)
- 16 . Origem da emigração para o Canadá(1970-74)
- 16.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho(1970-74)
- 17 . Origem da emigração para o Canadá(1955-74)
- 17.1 Contributo da emigração para o Canadá no total das saídas,por concelho(1955-74)
- 18 . Contributo da emigração para o Canadá em relação ao total das saídas para este país(1955-74)
- 19 . Origem da emigração por concelhos(1955-59)
- 20 . Origem da emigração por concelhos(1960-64)
- 21 . Origem da emigração por concelhos(1965-69)
- 22 . Origem da emigração por concelhos(1970-74)
- 23 . Origem da emigração por concelhos(1955-74)
- 24 . Contributo da emigração por concelhos em relação ao total das saídas(1955-74) +

(+) Açores + Madeira

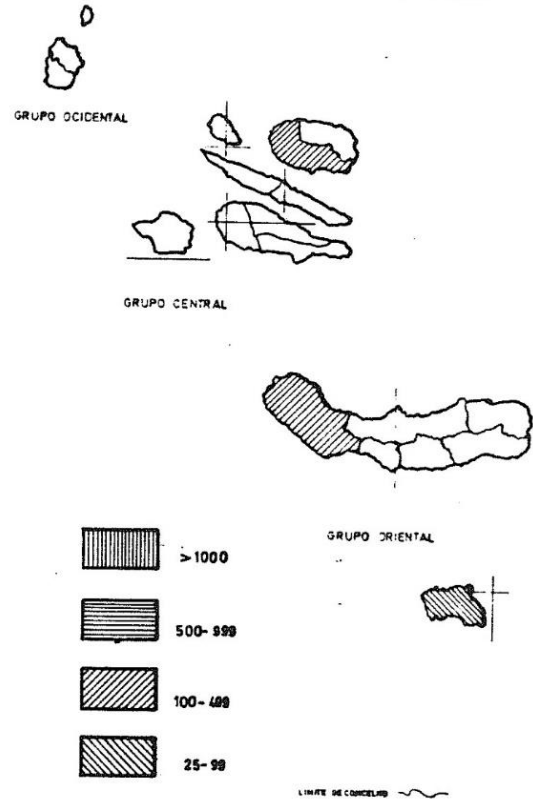
B1

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



B2

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

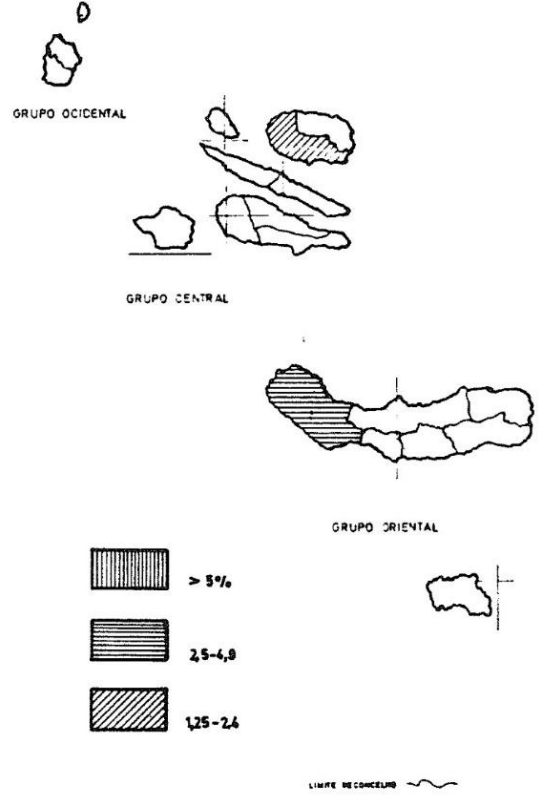
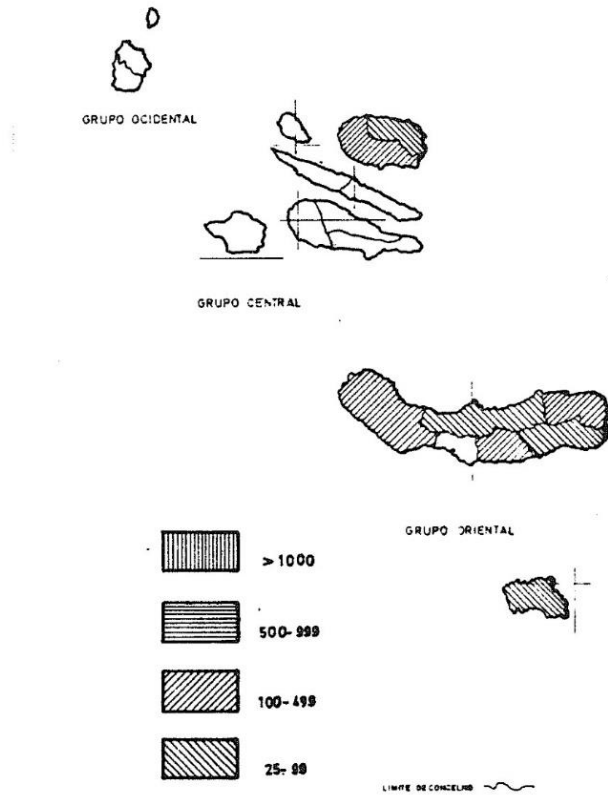


B3

B4

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

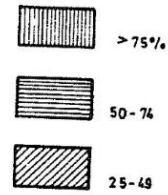
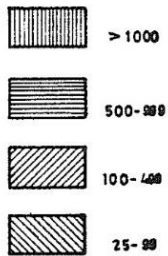
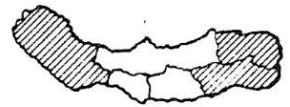
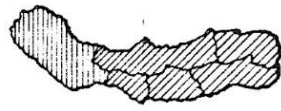
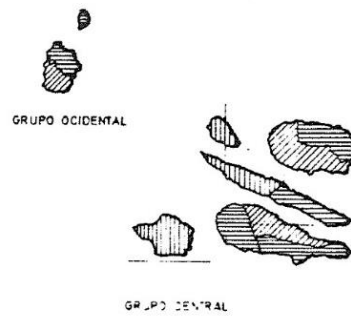
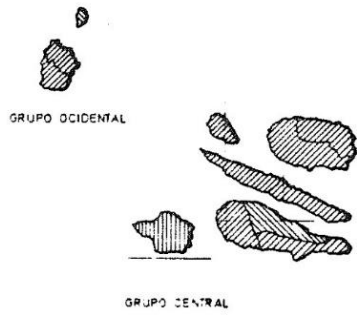


B5

B5.1

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



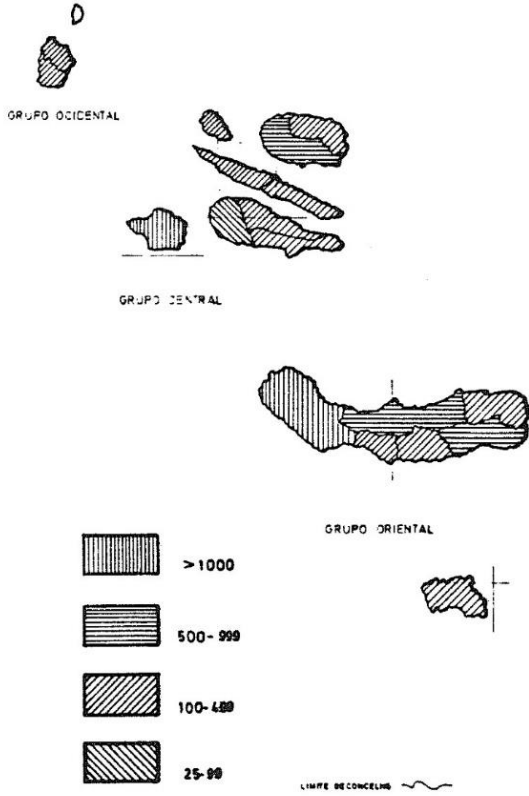
LIMITE DE CONCELHO

LIMITE DE CONCELHO

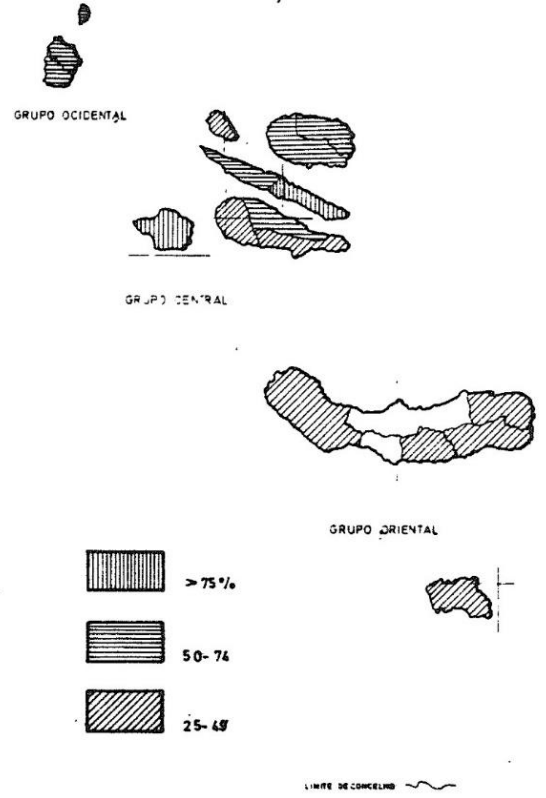
B 6

B 6.1

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

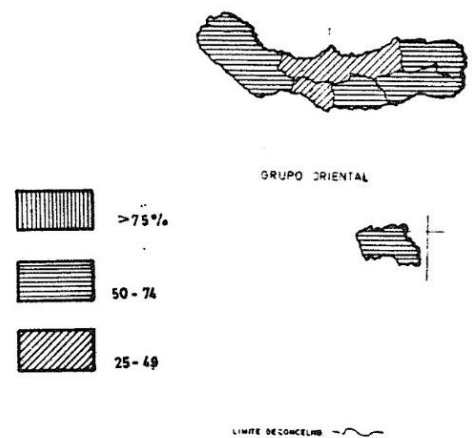
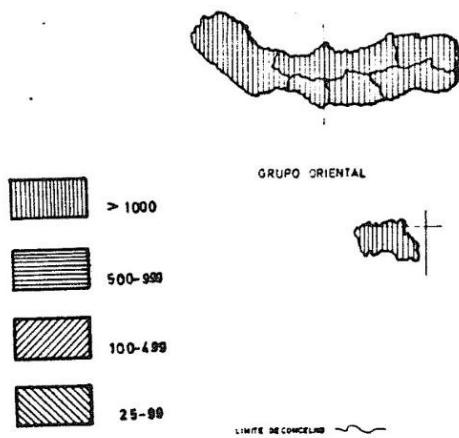
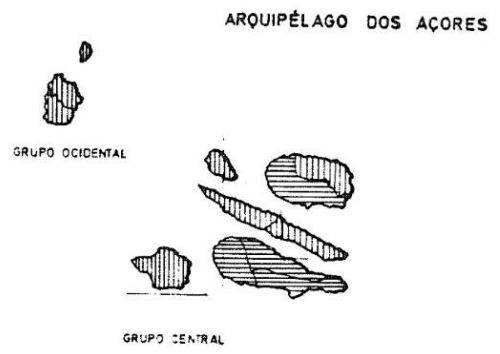
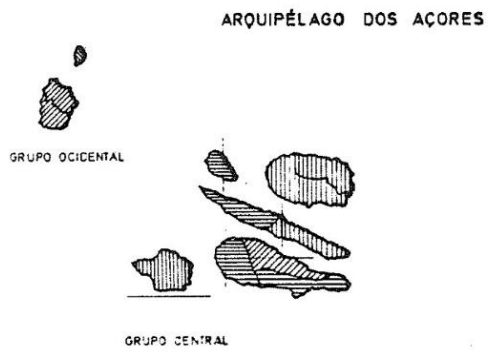


ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



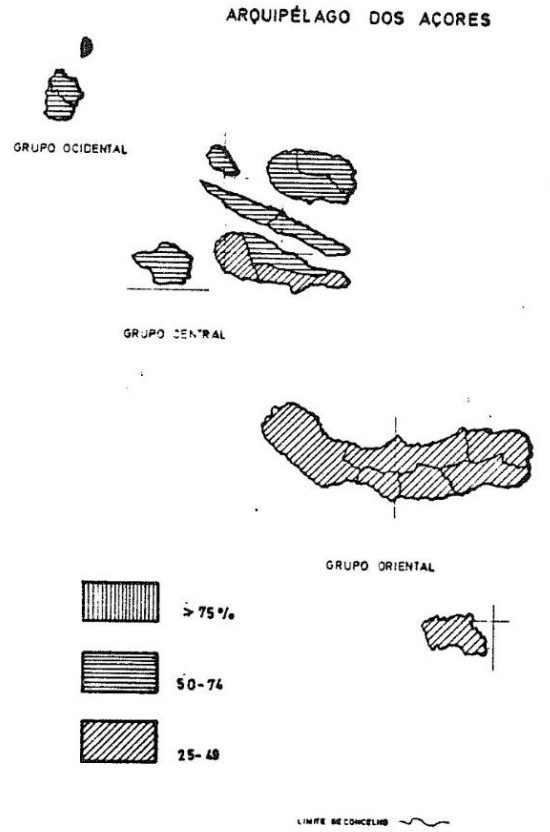
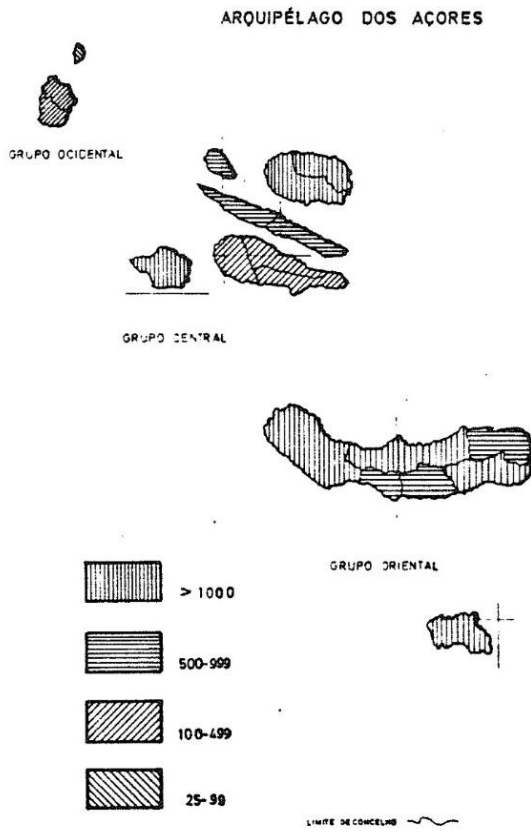
B 7

B7.1



B 8

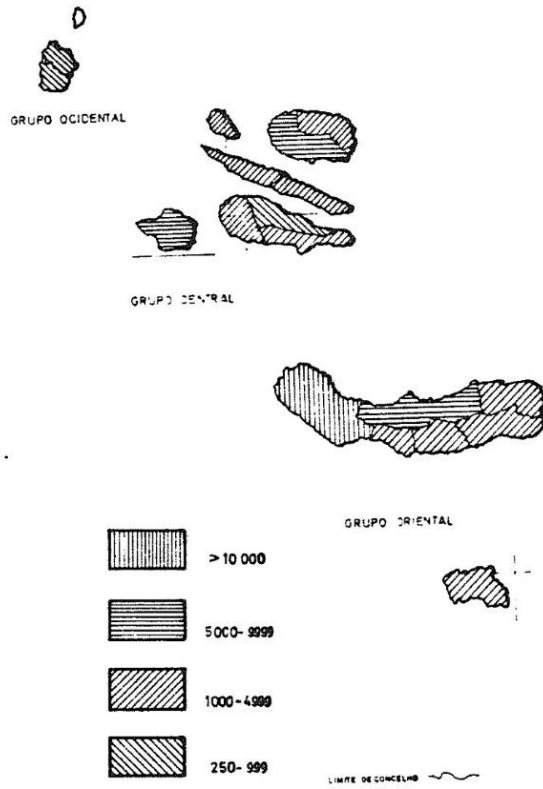
B 8.1



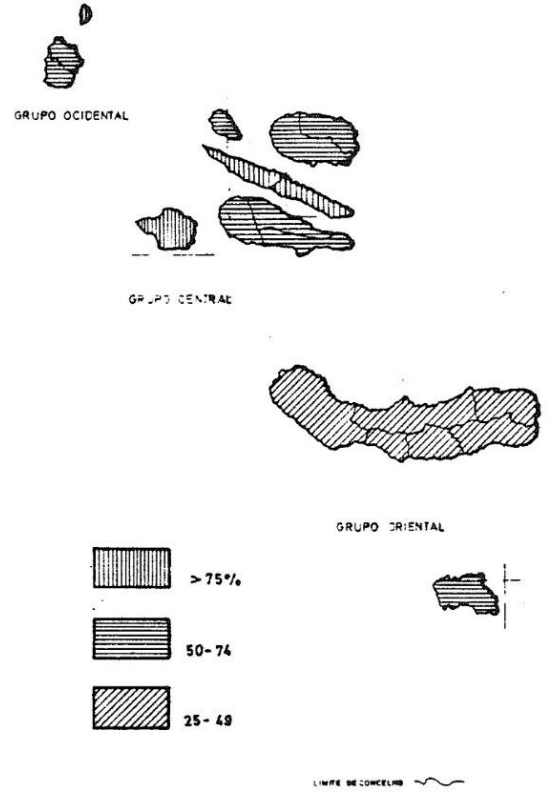
B9

B9.1

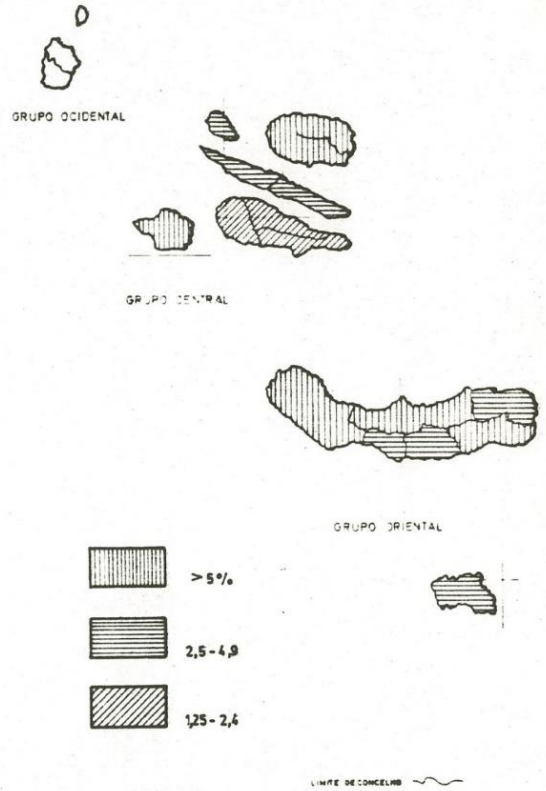
ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

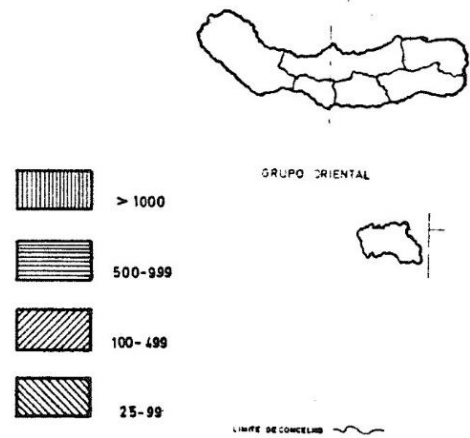
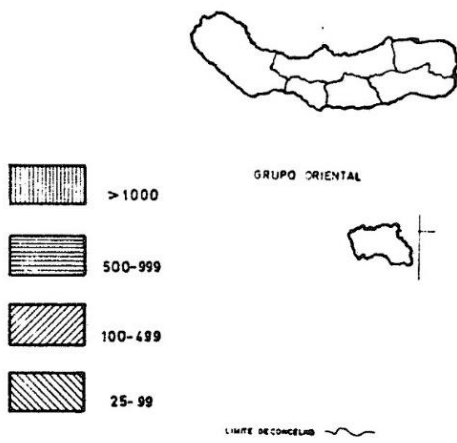


Contrariamente ao que se verificou para o Brasil, onde a emigração foi particularmente relevante em dois dos concelhos açorianos - Angra do Heroísmo e Ponta Delgada - as saídas para os E.U.A. constituem desde o século passado, um dos principais destinos dos emigrantes açorianos.

E aliás o que se pode avaliar através da análise da figura seguinte, onde apenas em três dos concelhos deste arquipélago - Corvo, Lagoa das Flores e Santa Cruz - esta tendência é contrariada.

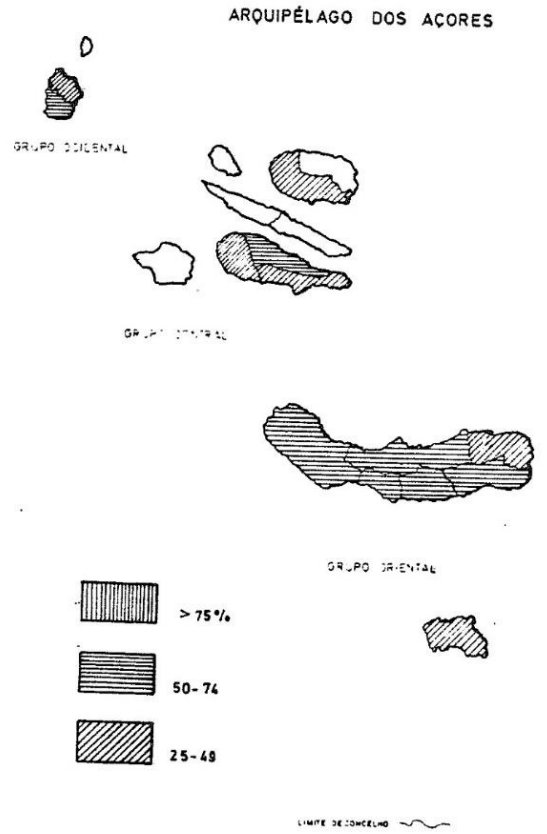
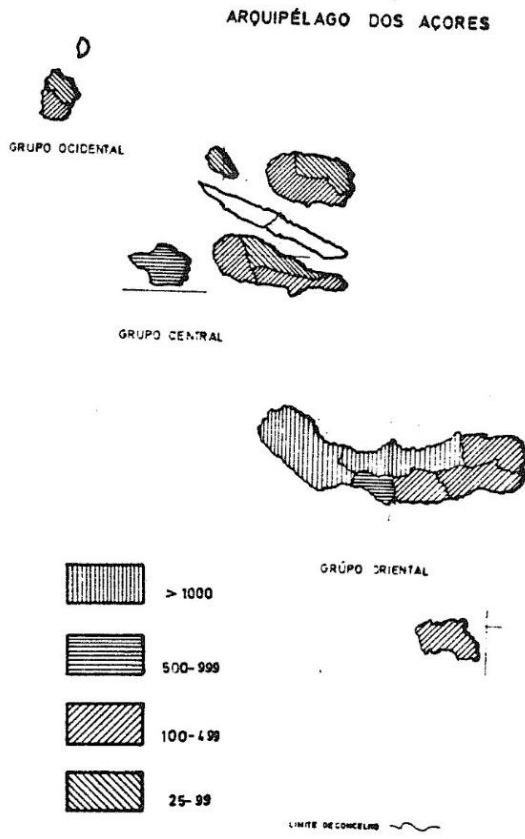
B 11

B 12



B13

B13.1

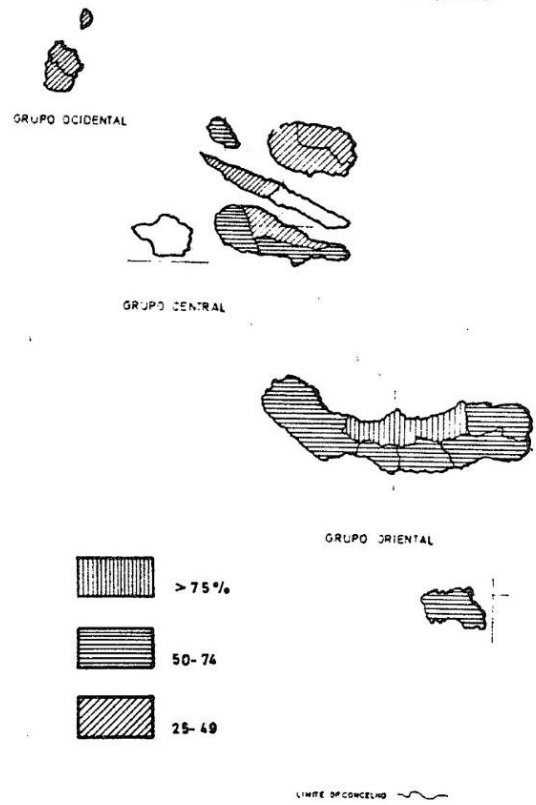
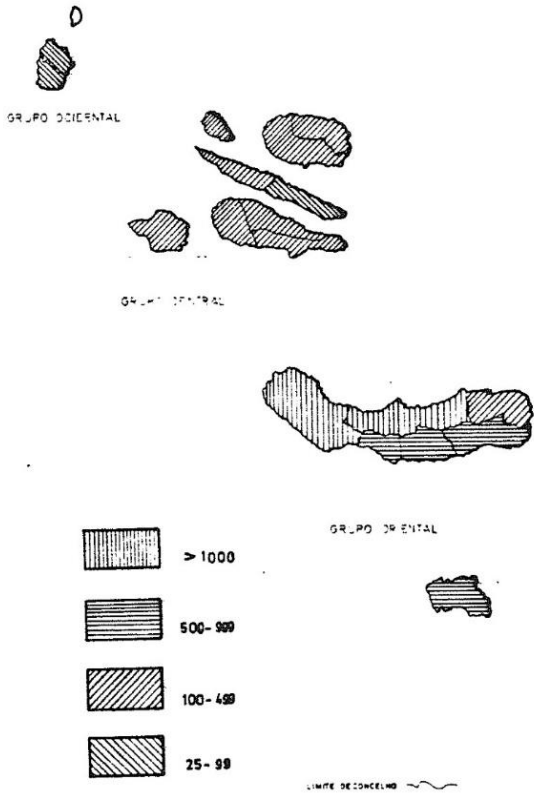


B 14

B14.1

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

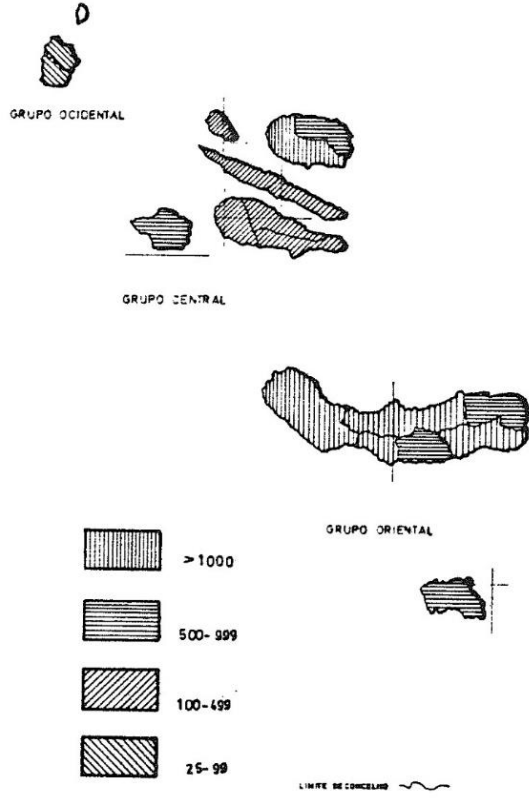
ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



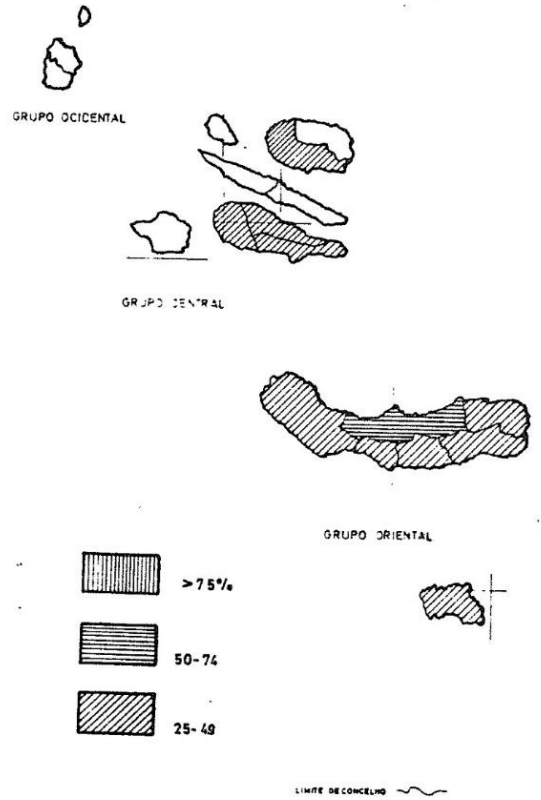
B 15

B 15.1

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

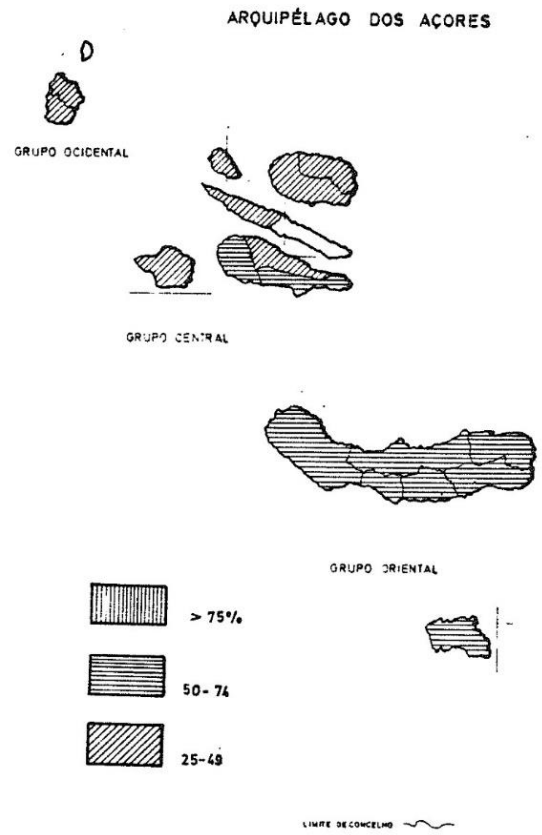
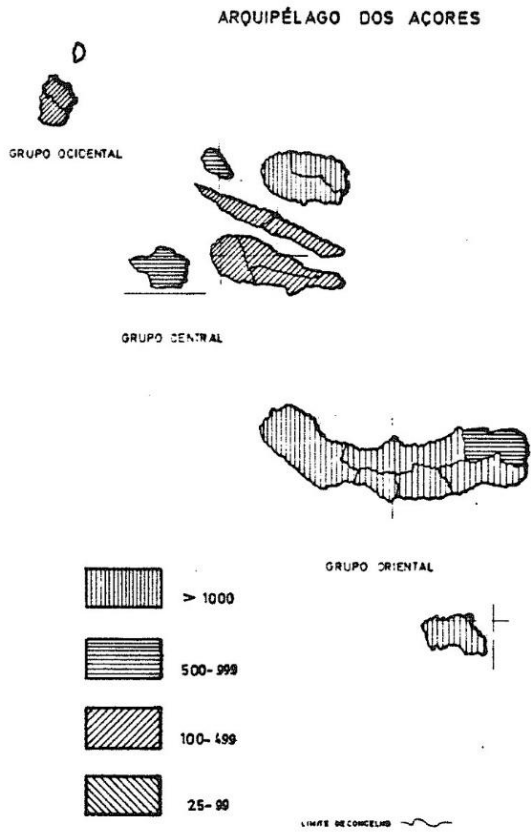


ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



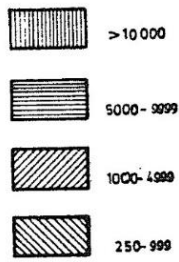
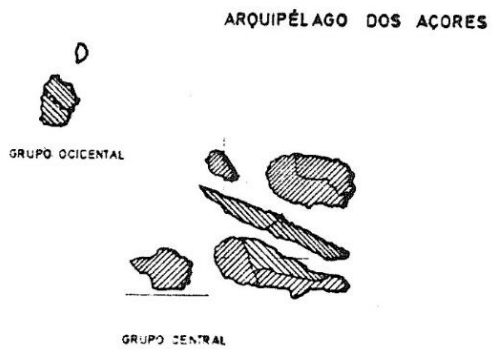
B16

B16.1



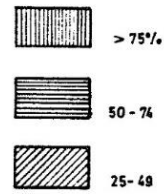
B17

B17.1



GRUPO ORIENTAL

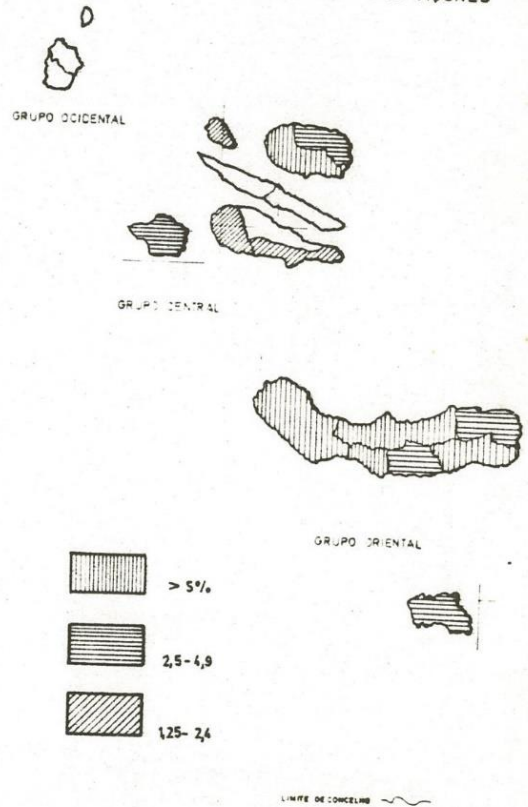
LIMITE DE CONCELHO



GRUPO ORIENTAL

LIMITE DE CONCELHO

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



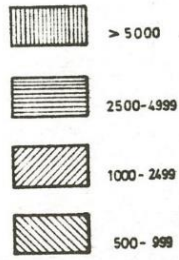
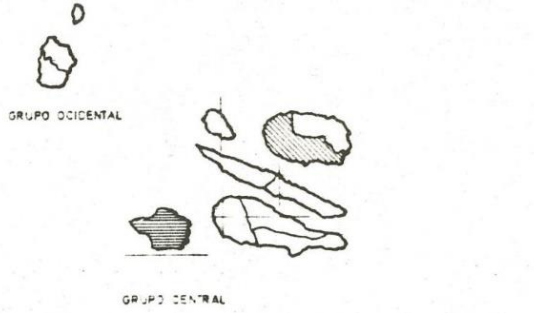
Também as saídas para o Canadá foram particularmente relevantes no arquipélago dos Açores, com a excepção das Ilhas do grupo ocidental - Flores e Corvo (do distrito da Horta) - e ainda na ilha de S. Jorge (concelhos de Calheta e de Velas), onde as saídas para este país foram menos significativas.

Daí que dos mais de sessenta mil emigrantes açorianos que entre 1965 e 1974 se dirigiram para o Canadá, quase 30% eram naturais do distrito de Ponta Delgada, onde as preferências foram mais acentuadas.

B 19

B 20

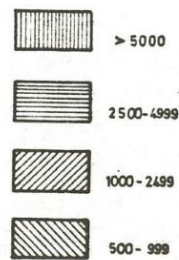
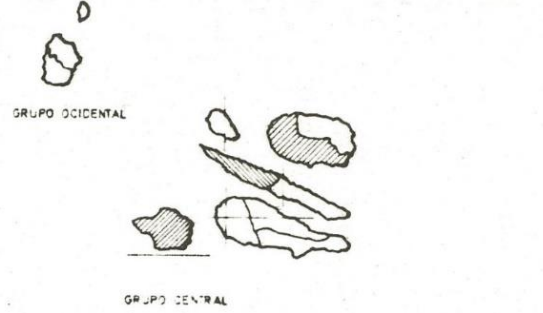
ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



GRUPO ORIENTAL

LIMITE DE CONCELHOS

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

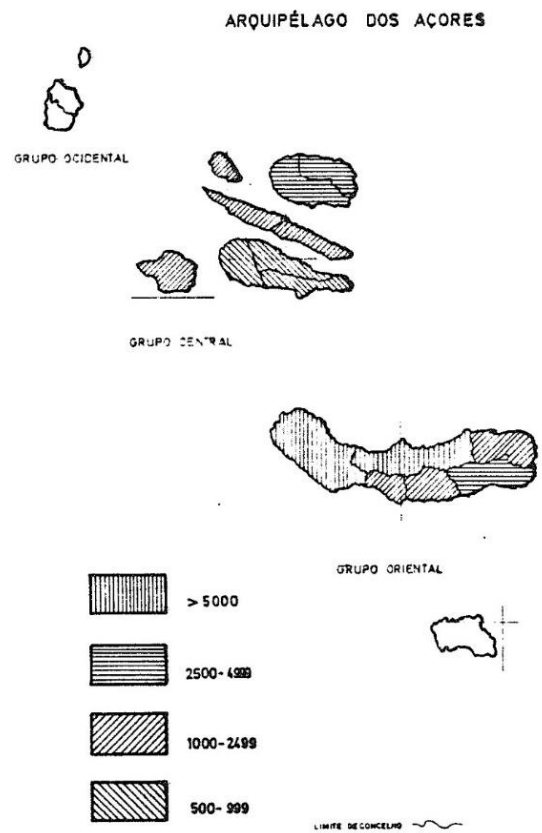
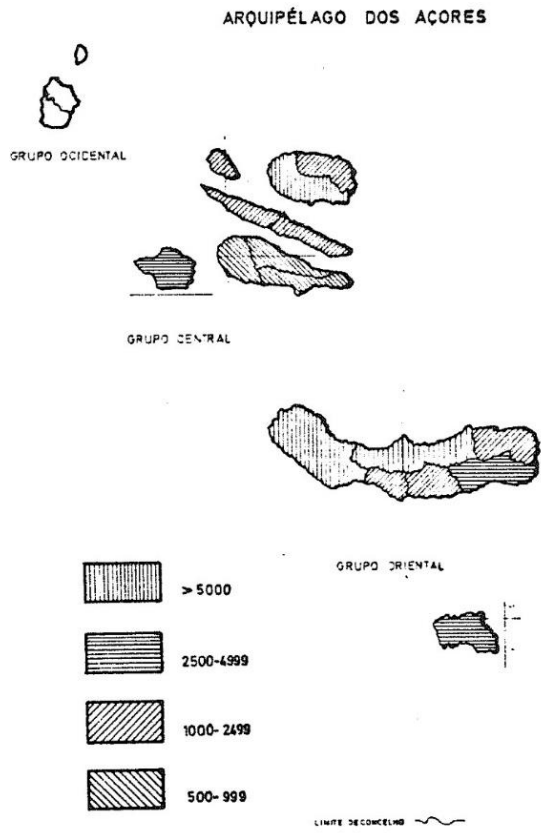


GRUPO ORIENTAL

LIMITE DE CONCELHOS

B 21

B 22

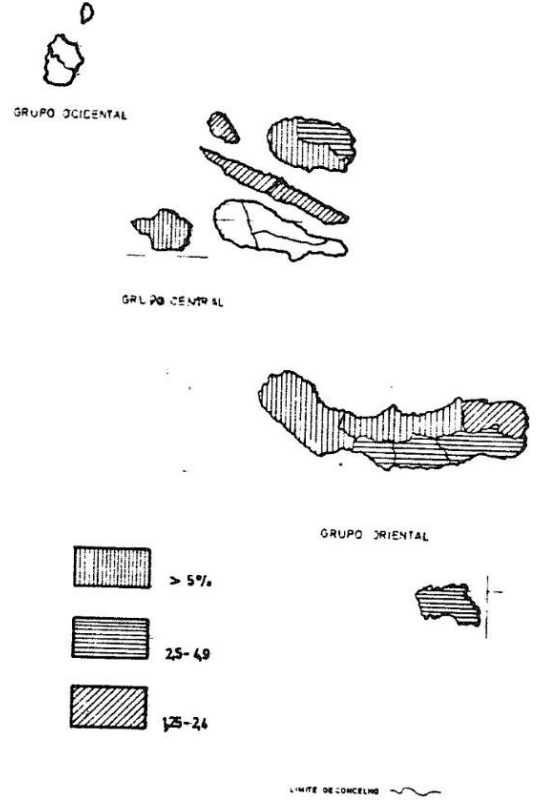
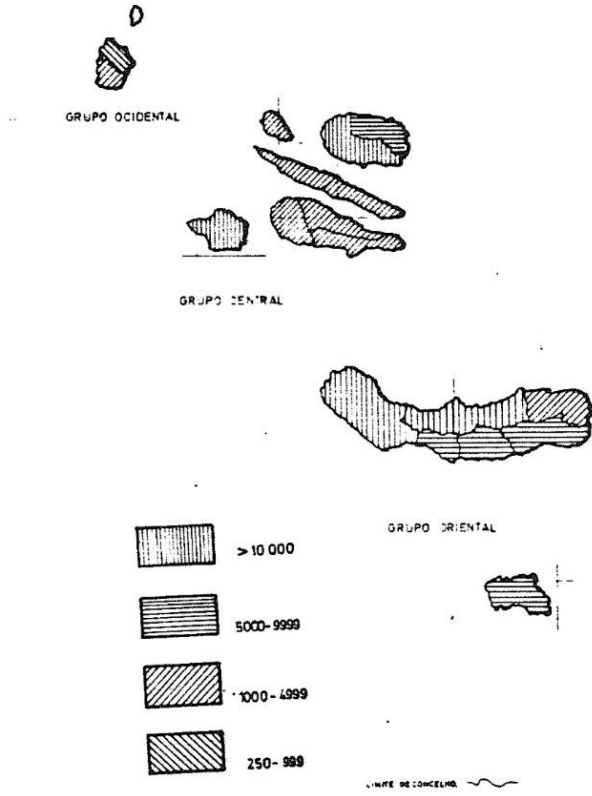


B 23

B 24

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES

ARQUIPÉLAGO DOS AÇORES



ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



INDICE DAS FIGURAS

C. MADEIRA

1. Origem da emigração para o Brasil(1955-59)
- 1.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas,por concelho(1955-74)
2. Origem da emigração para o Brasil(1960-64)
- 2.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas,por concelho(1960-64)
3. Origem da emigração para o Brasil(1965-69)
- 3.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas,por concelho(1965-69)
4. Origem da emigração para o Brasil(1970-74)
5. Origem da emigração para o Brasil(1955-74)
- 5.1 Contributo da emigração para o Brasil no total das saídas,por concelho(1955-74)
6. Contributo da emigração para o Brasil em relação ao total das saídas para este país(1955-74)
7. Origem da emigração para os E.U.A.(1955-59)
8. Origem da emigração para os E.U.A.(1960-64)
9. Origem da emigração para os E.U.A.(1965-69)
10. Origem da emigração para os E.U.A.(1970-74)
11. Origem da emigração para os E.U.A.(1955-74)
12. Origem da emigração para a Venezuela(1955-59)
- 12.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas,por concelho(1955-59)
13. Origem da emigração para a Venezuela(1960-64)
- 13.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas,por concelho(1960-64)
14. Origem da emigração para a Venezuela(1965-69)
- 14.1 Contributo da emigração para a Venezuela no total

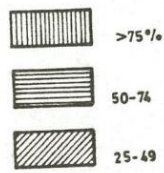
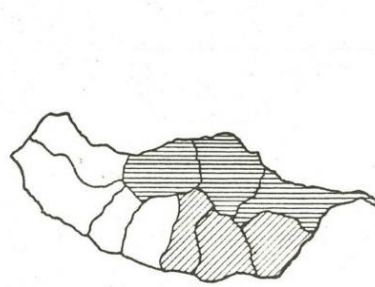
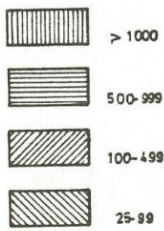
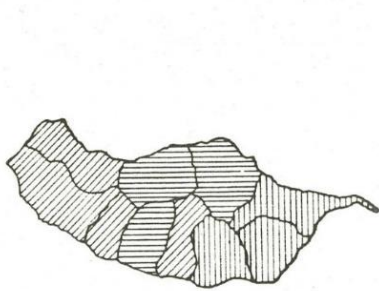
- das saídas, por concelho(1965-69)
- | | | | |
|------|---|-----|---|
| 15. | Origem da emigração para a Venezuela(1970-74) | 33. | Origem da emigração por concelhos(1955-74) |
| 15.1 | Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho(1970-74) | 34. | Contributo da emigração por concelhos em relação ao total das saídas(1955-74) + |
| 16. | Origem da emigração para a Venezuela(1955-74) | | |
| 16.1 | Contributo da emigração para a Venezuela no total das saídas, por concelho(1955-74) | | |
| 17. | Contributo da emigração para a Venezuela em relação ao total das saídas para este país(1955-74) + | | |
| 18. | Origem da emigração para o Canadá(1955-59) | | |
| 19. | Origem da emigração para o Canadá(1960-64) | | |
| 20. | Origem da emigração para o Canadá(1965-69) | | |
| 21. | Origem da emigração para o Canadá(1970-74) | | |
| 22. | Origem da emigração para o Canadá(1955-74) | | |
| 23. | Origem da emigração para a A.do Sul(1955-59) | | |
| 23.1 | Contributo da emigração para a A.do Sul no total das saídas, por concelho(1955-59) | | |
| 24. | Origem da emigração para a A.do Sul(1960-64) | | |
| 24.1 | Contributo da emigração para a A.do Sul no total das saídas, por concelho(1960-64) | | |
| 25. | Origem da emigração para a A.do Sul(1965-69) | | |
| 26. | Origem da emigração para a A.do Sul(1970-74) | | |
| 27. | Origem da emigração para a A.do Sul(1955-74) | | |
| 27.1 | Contributo da emigração para a A.do Sul no total das saídas, por concelho(1955-74) | | |
| 28. | Contributo da emigração para a A.do Sul em relação ao total das saídas para este país(1955-74) + | | |
| 29. | Origem da emigração por concelhos(1955-59) | | |
| 30. | Origem da emigração por concelhos(1960-64) | | |
| 31. | Origem da emigração por concelhos(1965-69) | | |
| 32. | Origem da emigração por concelhos(1970-74) | | |
- (+) Açores + Madeira

C 1

C 1.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

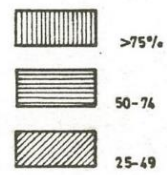
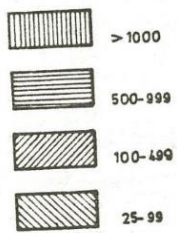
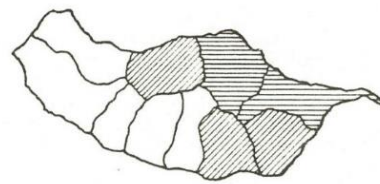
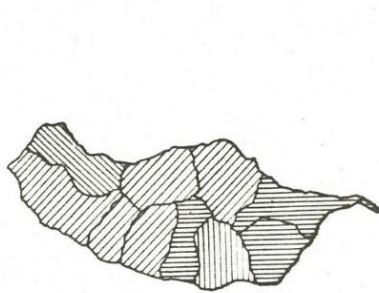


C2

C2.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

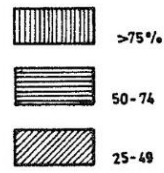
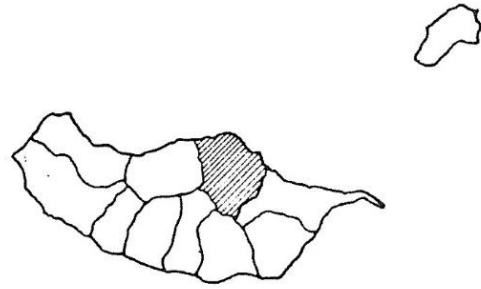
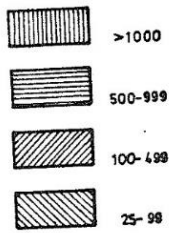
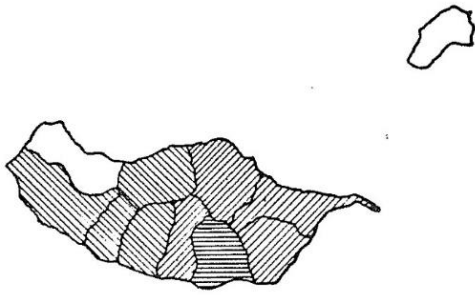


C 3

C 3.1

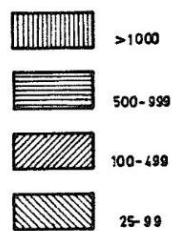
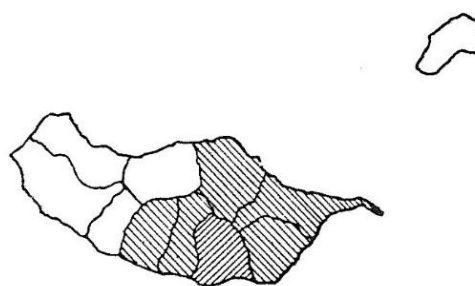
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

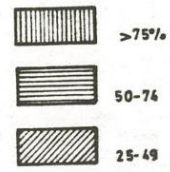
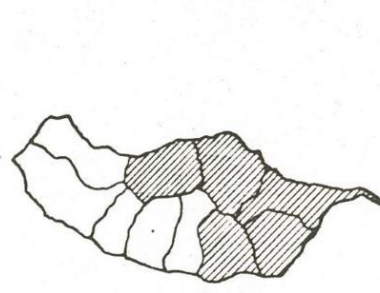
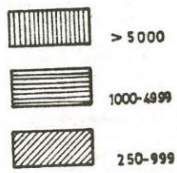
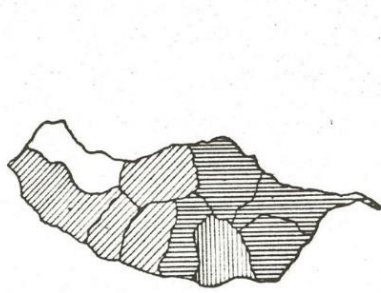


C 5

C 5.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

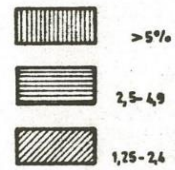
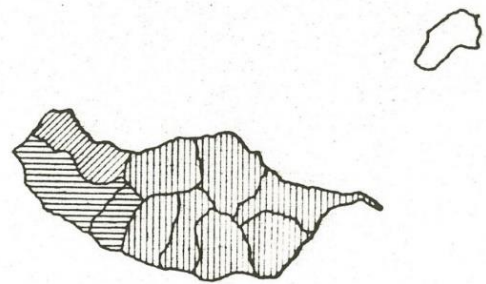
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO 

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Além dos emigrantes naturais do continente, foram ainda numerosos os madeirenses que entre 1955 e 1974 partiram para o Brasil, movimento que se espalhou por toda a região central da ilha da Madeira, em particular ao concelho do Funchal, de onde saíram quase um terço dos emigrantes naturais desta região autónoma que emigraram para terras de Vera Cruz.



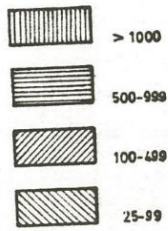
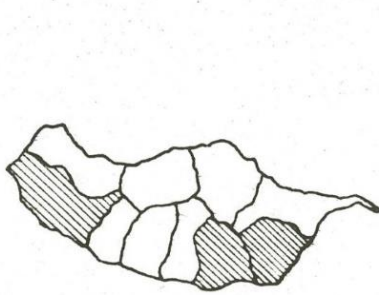
LIMITE DE CONCELHO 

C7

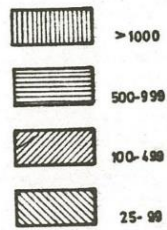
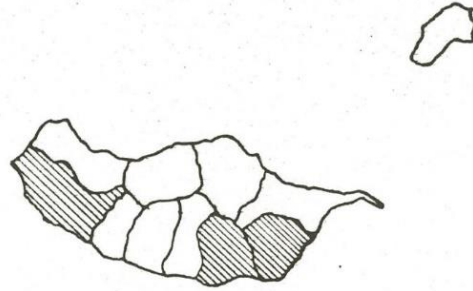
C8

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



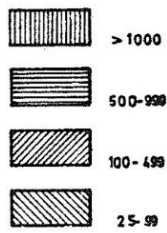
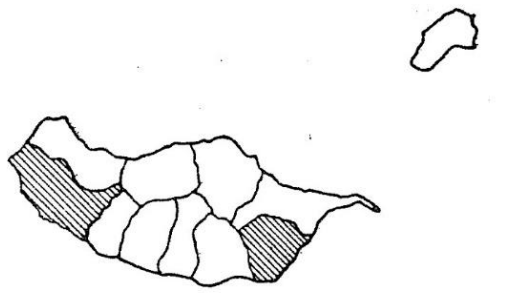
LIMITE DE CONCELHO ~~~~~



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~

C 9

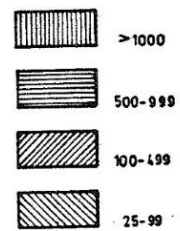
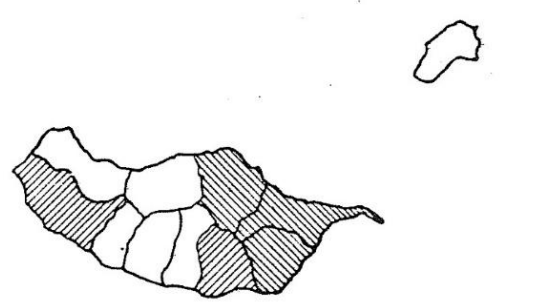
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO

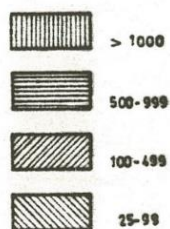
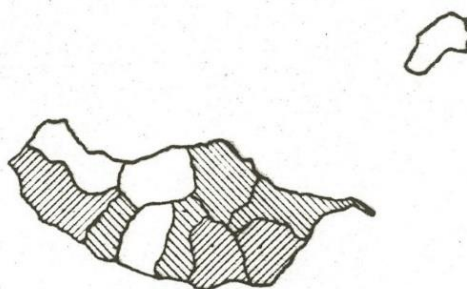
C 10

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO

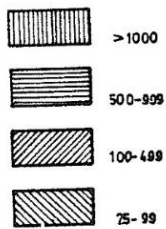
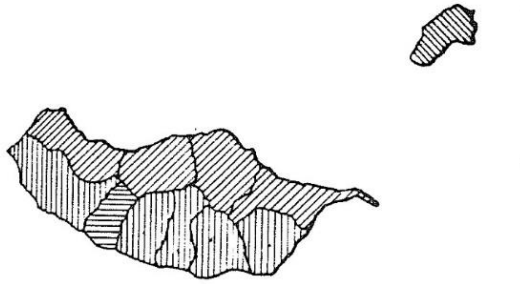
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO 

C12

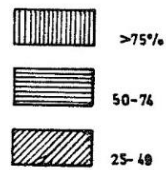
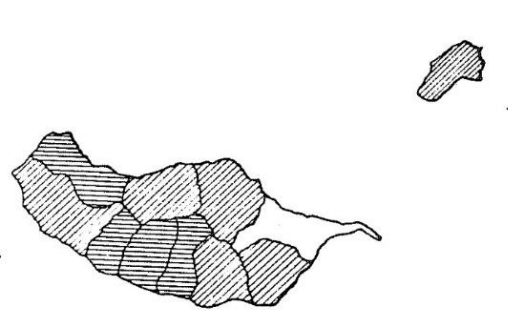
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO

C12.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



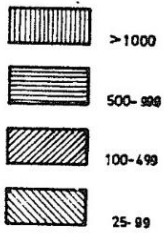
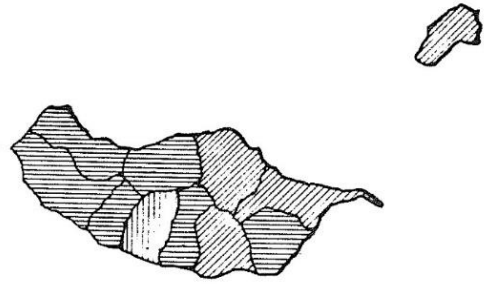
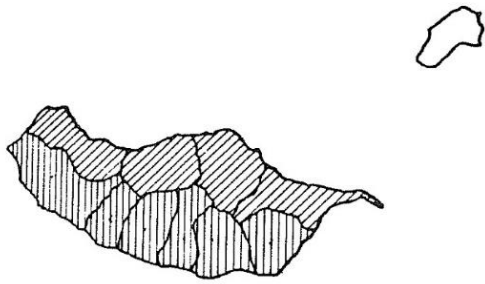
LIMITE DE CONCELHO

C13

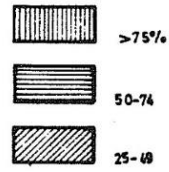
C13.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO 

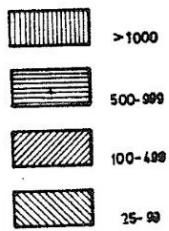
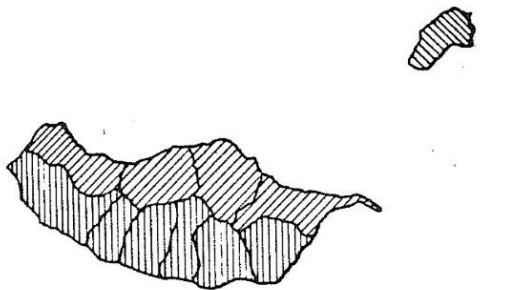


C 14

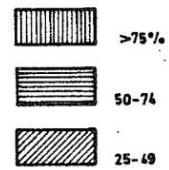
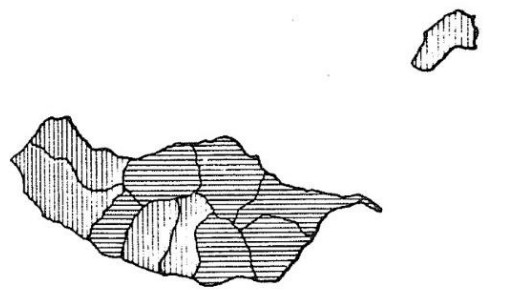
C 14.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~



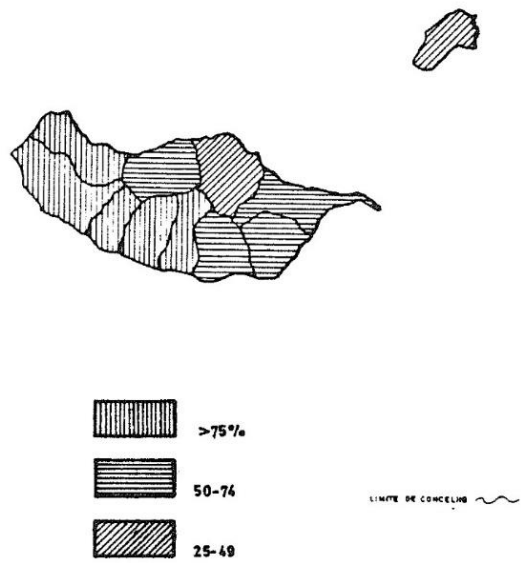
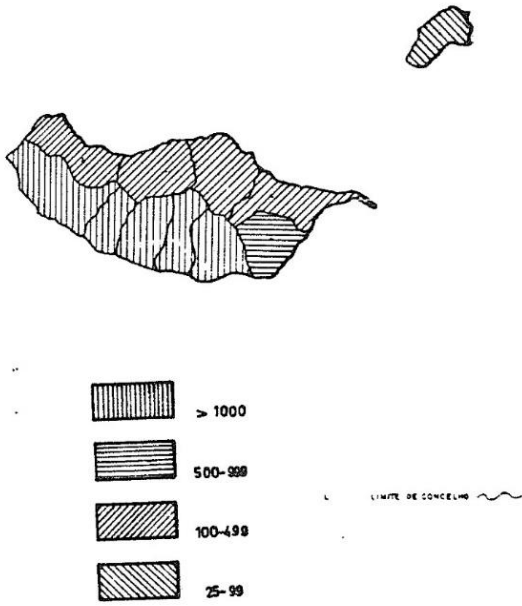
LIMITE DE CONCELHO ~~~~~

C15

C15.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

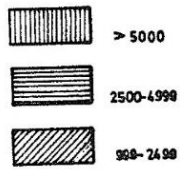
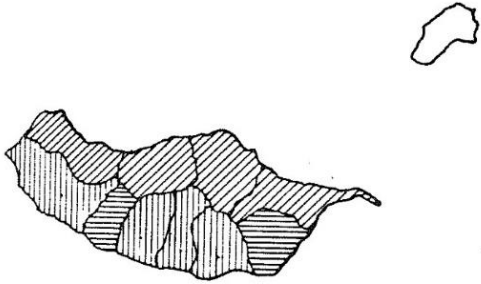


C16

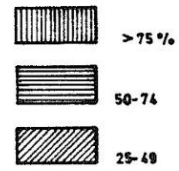
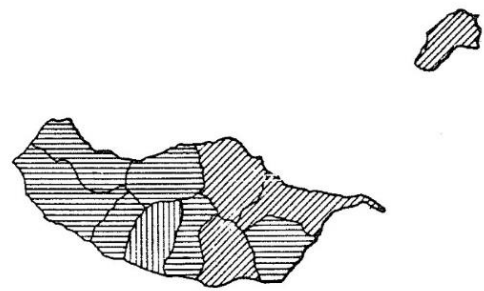
C16.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LÍMITE DE CONCELHO

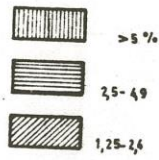
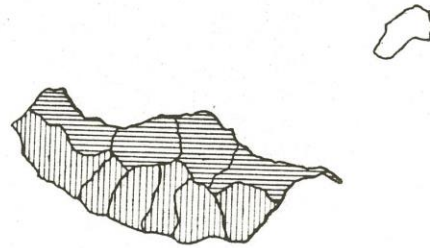


LÍMITE DE CONCELHO

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

Mais do que a emigração oriunda do continente, a maior parte das saídas com destino à Venezuela registaram-se a partir da Madeira, região que conta com uma numerosa colónia residente nesse país.

Como áreas mais afectadas, registam-se os concelhos situados na vertente meridional da ilha, em particular Câmara de Lobos e Funchal, dois dos principais núcleos da emigração madeirense para a Venezuela.



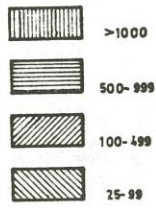
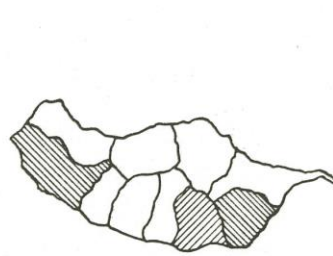
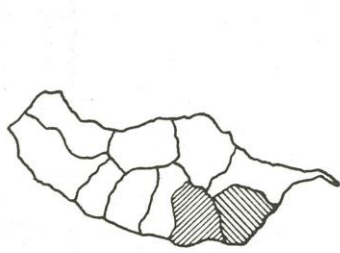
LIMITE DE CONCELHOS 

C 18

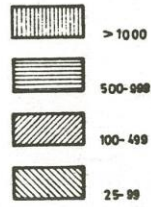
C 19

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

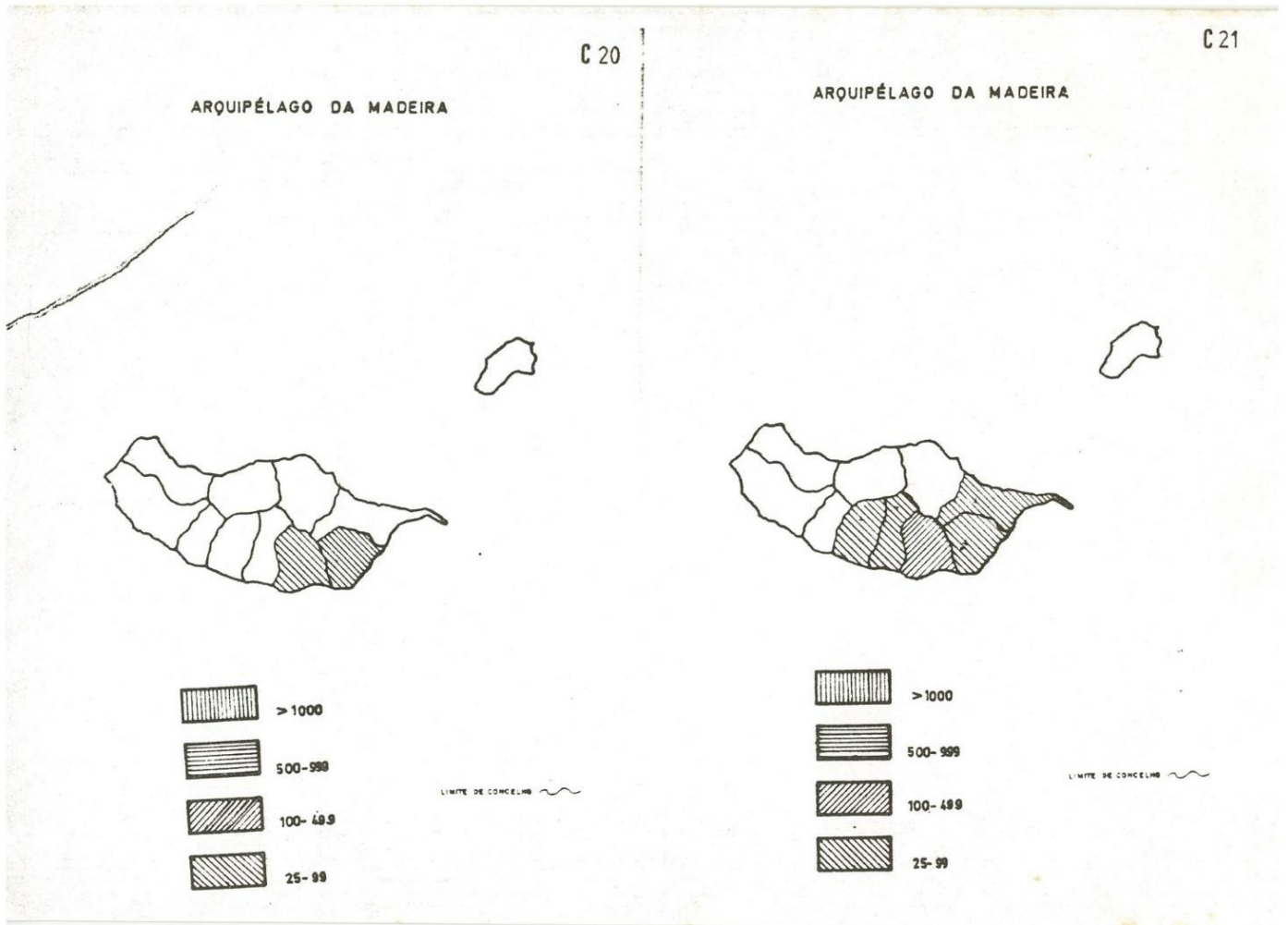
ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



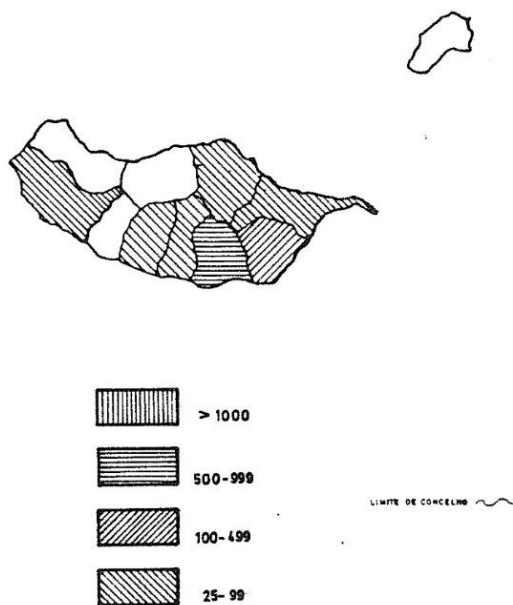
LIMITE DE CONCELHO ~~~~~



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~



ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

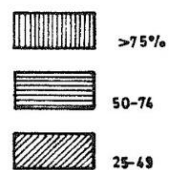
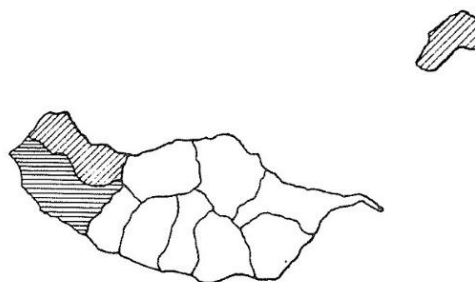
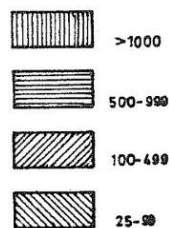
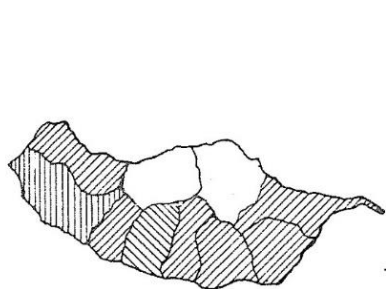


C 23

C 23.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



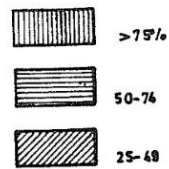
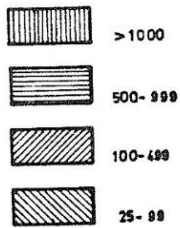
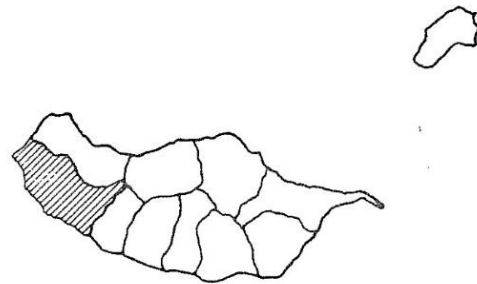
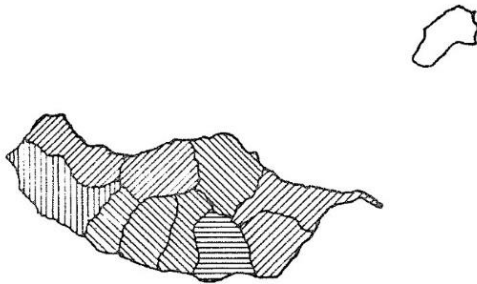
LÍMITE DE CONCELHO

C 24

C 24.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



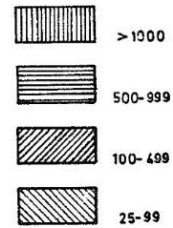
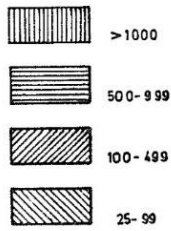
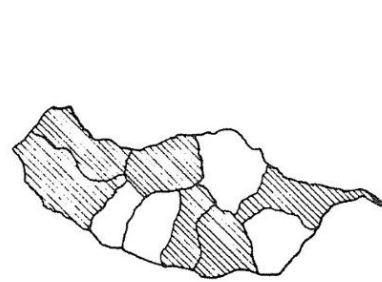
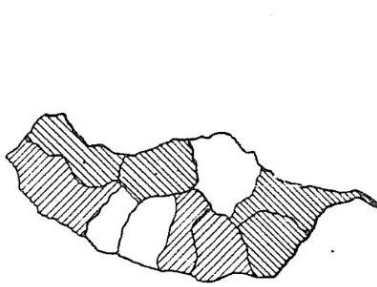
LIMITE DE CONCELHO

C 25

C 26

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

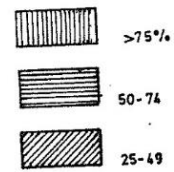
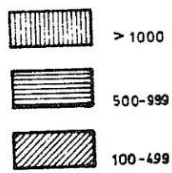
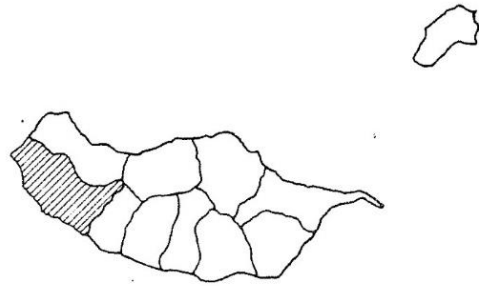
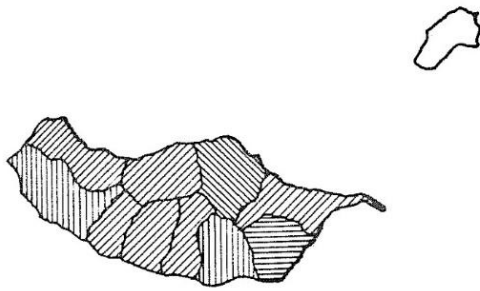


C 27

C 27.1

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

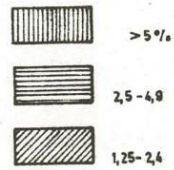
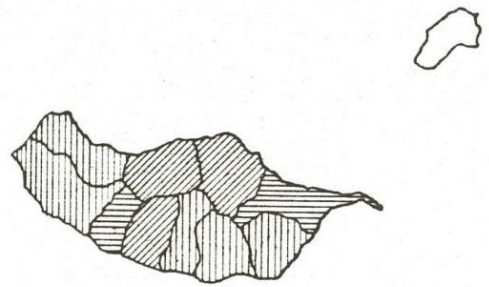


UNIDADE DE CONCELHO

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

A semelhança do que assinalámos com as saídas para a Venezuela, também a emigração para a África do Sul apresenta uma numerosa colónia, há largos anos aí radicada e portanto responsável pela chegada de novos contingentes.

Desta vez além do Funchal, de Câmara de Lobos e de Santa Cruz, é possível individualizar um outro núcleo, constituído pelos concelhos de Porto Moniz e de Calheta, de onde saíram aliás, mais de metade dos emigrantes para este país.



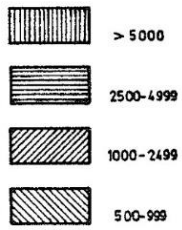
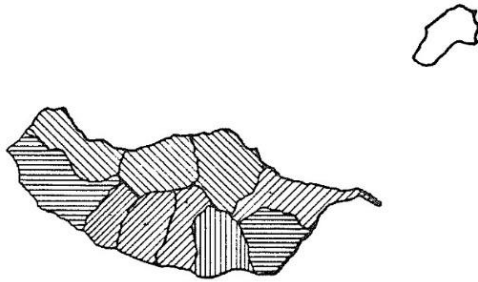
LIMITE DE CONCELHO 

C 29

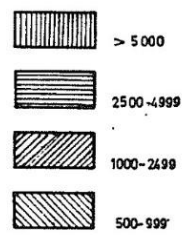
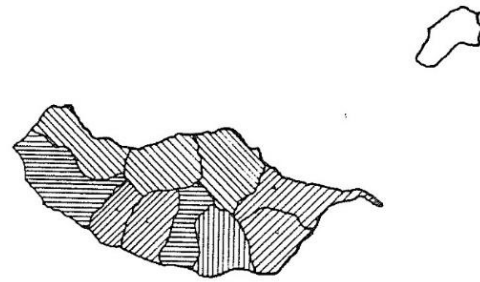
C 30

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~



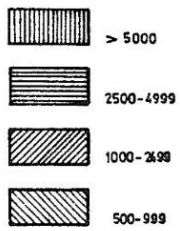
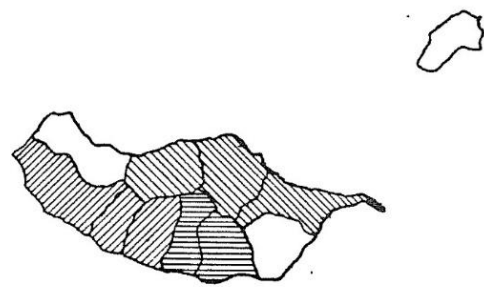
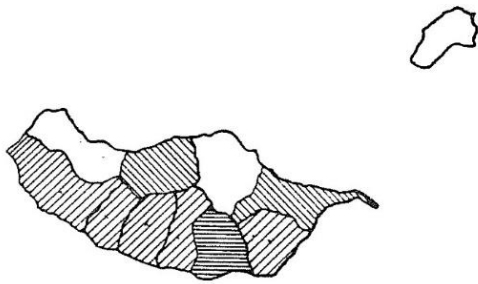
LIMITE DE CONCELHO ~~~~~

C 31

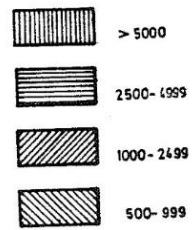
C 32

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHOS ~~~~~



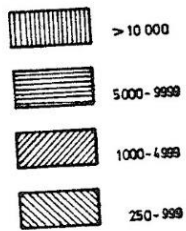
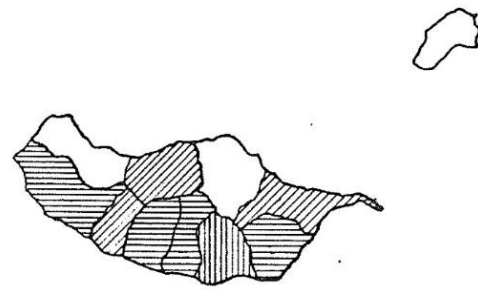
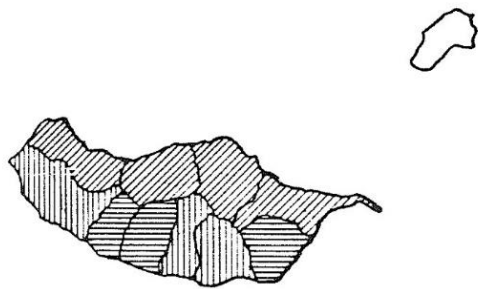
LIMITE DE CONCELHOS ~~~~~

C 33

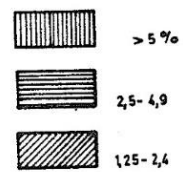
C 34

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA

ARQUIPÉLAGO DA MADEIRA



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~



LIMITE DE CONCELHO ~~~~~

Anexo estadístico

= INDICE DOS QUADROS =

A . CONTINENTE

- I. Composição da emigração portuguesa, por concelhos de origem e países de destino (1955-59)
- II. Composição da emigração portuguesa, por concelhos de origem e países de destino (1960-64)
- III. Composição da emigração portuguesa, por concelhos de origem e países de destino (1965-69)
- IV. Composição da emigração portuguesa, por concelhos de origem e países de destino (1970-74)
- V. Composição da emigração portuguesa, por concelhos de origem e países de destino (1955-74)
- VI. Contributo da emigração por concelho, em relação ao total das saídas - por países de destino (1955-74)

B . AÇORES E MADEIRA

- I. Composição da emigração por concelhos de origem e países de destino (1955-59)
- II. Composição da emigração por concelhos de origem e países de destino (1960-64)
- III. Composição da emigração por concelhos de origem e países de destino (1965-69)
- IV. Composição da emigração por concelhos de origem e países de destino (1970-74)
- V. Composição da emigração por concelhos de origem e países de destino (1955-74)
- VI. Contributo da emigração por concelho, em relação ao total das saídas - por países de destino (1955-74)

I.
I. I.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	989	1,6	2,4	0,9	54,6	33,0	2,1	-
02	509	1,6	2,9	2,2	65,2	22,6	0,4	-
03	924	0,4	1,7	2,3	76,0	17,0	0,5	-
04	1 159	0,1	0,3	0,2	96,5	1,4	0,8	-
05	675	1,5	5,6	3,4	31,3	50,1	0,9	-
06	392	-	-	0,3	99,0	0,3	-	-
07	450	-	1,3	-	32,0	61,8	2,9	-
08	1 086	-	4,1	7,4	32,1	52,0	1,1	-
09	2 079	0,8	0,2	-	55,5	39,2	2,7	-
10	586	-	7,3	10,8	41,1	32,1	0,5	-
11	367	0,8	3,0	-	86,1	7,1	0,5	-
12	835	0,1	5,3	26,6	27,8	36,3	0,4	-
13	1 052	-	0,6	0,5	43,7	52,7	1,8	-
14	1 051	0,1	2,0	1,3	30,1	63,5	0,6	-
15	977	0,1	0,8	3,4	73,0	17,7	3,3	-
16	85	-	2,4	-	75,3	20,0	1,2	-
17	470	-	3,8	0,2	74,9	16,8	0,6	-
18	1 070	-	3,0	1,8	54,3	38,5	0,1	-
19	353	-	4,2	-	81,0	11,3	-	-
01	58	-	44,8	1,7	10,3	5,2	13,8	-
02	22	-	13,6	4,5	45,6	9,1	-	-
03	6	-	-	-	33,3	16,7	-	-
04	2	-	50,0	-	-	50,0	-	-
05	68	-	32,4	4,4	33,8	1,5	11,8	-
06	28	-	85,7	-	3,6	7,1	-	-
07	9	-	-	-	55,6	-	44,4	-

II.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
08	8	-	25,0	-	50,0	-	-	-
09	33	6,1	39,4	3,0	27,3	3,0	3,0	-
10	40	2,5	40,0	5,0	45,0	-	-	-
11	45	2,2	13,3	2,2	40,0	2,2	11,1	-
12	19	5,3	15,8	-	63,2	-	-	-
13	57	1,8	14,1	15,8	57,9	-	7,0	-
14	3	-	-	-	33,3	-	33,3	-
01	367	-	12,3	0,8	48,2	11,4	24,5	-
02	1 739	0,2	0,1	0,1	68,2	14,0	8,5	-
03	743	0,3	3,8	0,7	64,1	4,2	25,2	-
04	205	-	-	-	89,8	1,0	8,8	-
05	448	-	0,7	0,4	77,7	1,8	17,9	-
06	920	0,1	0,9	0,1	74,3	1,0	7,5	-
07	1 553	-	0,2	0,1	72,6	0,3	26,7	-
08	678	0,1	1,6	0,9	54,4	2,8	39,8	-
09	669	-	1,2	0,1	64,7	3,3	28,6	-
10	296	-	4,4	0,7	78,0	5,1	7,4	-
11	535	-	0,6	-	89,5	0,9	7,9	-
12	873	0,5	7,0	0,2	62,4	14,5	12,8	-
13	1 311	0,2	3,2	0,9	75,5	4,5	13,9	-
01	313	-	0,6	-	98,1	-	1,0	-
02	1 375	-	0,1	0,2	90,5	0,1	5,6	-
03	713	0,1	4,7	0,7	89,5	1,0	1,8	-
04	143	-	4,2	-	94,4	-	-	-
05	1 061	-	0,8	-	96,3	-	1,6	-

III.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
BRAGANÇA (cont.)								
06	421	-	12,4	0,7	67,7	-	9,0	-
07	962	0,2	0,4	0,2	96,8	0,1	1,2	-
08	1 034	0,1	0,4	0,1	94,7	0,2	4,0	-
09	451	-	7,8	5,5	84,0	0,4	2,2	-
10	625	-	-	-	94,9	0,5	4,3	-
11	928	-	-	-	92,1	-	3,6	-
12	1 074	-	0,2	-	97,7	-	1,6	-
C BRANCO								
01	85	1,2	5,9	-	21,2	1,2	48,2	-
02	274	0,4	3,6	2,2	44,5	4,0	40,5	-
03	743	0,3	18,2	0,5	18,0	12,4	39,7	-
04	654	0,5	10,2	2,3	15,6	16,1	49,1	-
05	52	-	11,5	-	53,8	5,8	7,7	-
06	51	3,9	2,0	2,0	72,6	2,0	13,7	-
07	65	1,5	1,5	-	33,8	-	13,8	-
08	623	-	2,9	-	92,5	0,3	0,3	-
09	262	1,9	3,4	2,7	74,4	4,6	0,8	-
10	85	1,2	-	14,1	60,0	11,8	2,4	-
11	74	-	-	-	89,2	-	-	-
COIMBRA								
01	208	7,2	2,9	4,3	79,3	2,9	0,9	-
02	1 094	-	2,6	1,4	74,7	20,7	0,2	-
03	554	2,5	2,5	4,3	80,0	3,1	2,2	-
04	172	-	3,5	0,6	85,5	8,7	1,7	-
05	442	2,3	5,2	4,3	57,3	7,0	11,2	-
06	80	-	2,5	1,3	86,3	6,3	1,3	-
07	351	2,6	3,7	4,3	80,1	6,8	-	-

IV.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
COIMBRA (cont.)								
08	272	-	8,5	-	83,5	7,7	0,4	-
09	326	-	-	-	97,9	-	-	-
10	232	-	-	0,9	94,4	0,9	-	-
11	681	1,0	0,3	2,2	83,4	1,5	0,7	-
12	78	-	6,4	5,1	53,8	6,4	17,9	-
13	674	-	0,6	0,6	91,5	3,1	3,6	-
14	209	2,4	1,4	0,5	89,0	0,5	-	-
15	326	1,8	-	-	87,4	7,7	2,5	-
16	254	1,2	3,5	7,1	67,3	9,8	2,0	-
17	150	-	-	0,7	92,7	2,0	-	-
ÉVORA								
01	9	-	33,3	-	55,5	-	-	-
02	4	-	-	-	50,0	-	-	-
03	3	-	-	-	67,7	-	33,3	-
04	14	-	-	21,4	64,3	-	-	-
05	58	3,4	5,2	-	70,7	1,7	6,9	-
06	39	2,6	2,6	10,3	53,8	5,1	2,6	-
07	10	-	-	10,0	50,0	-	-	-
08	2	-	50,0	-	50,0	-	-	-
09	3	-	-	33,3	33,3	-	33,3	-
10	8	-	-	-	75,0	-	12,5	-
11	4	-	25,0	-	25,0	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	12	-	-	-	50,0	41,6	-	-
14	8	-	50,0	-	12,5	-	12,5	-

V.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FARO								
01	229	1,7	16,6	-	11,4	20,1	24,9	-
02	13	-	-	-	23,1	-	30,8	-
03	5	-	-	-	40,0	-	20,0	-
04	30	-	26,7	13,3	16,7	10,0	6,7	-
05	689	0,1	9,1	2,4	8,3	21,3	23,4	-
06	36	2,8	22,2	-	30,6	5,6	13,9	-
07	68	1,5	19,1	5,9	44,1	-	13,2	-
08	1 605	0,4	7,4	1,0	10,5	39,8	16,0	-
09	9	-	11,1	-	66,6	-	-	-
10	261	0,4	6,1	9,2	18,8	15,3	22,2	-
11	42	-	7,1	4,8	33,3	19,0	14,3	-
12	187	4,3	17,6	-	7,5	11,2	15,0	-
13	166	6,0	10,2	2,4	38,0	9,0	18,7	-
14	133	-	6,0	3,8	26,3	2,4	17,3	-
15	11	-	-	-	51,8	18,2	-	-
16	41	-	12,2	2,4	39,0	24,4	9,8	-
01	254	-	0,8	2,0	92,1	-	-	-
02	359	-	0,8	0,8	86,1	0,3	5,6	-
03	763	0,1	1,4	13,8	80,5	0,3	0,3	-
04	530	3,4	-	0,4	90,0	1,5	3,0	-
05	612	-	1,0	1,0	84,0	0,3	-	-
06	639	0,3	1,6	22,4	56,5	3,3	0,8	-
07	1 609	0,1	0,7	3,7	75,0	1,3	11,1	-
08	128	-	0,8	-	99,2	-	-	-
09	469	-	0,2	0,4	93,4	0,4	4,9	-
10	911	0,3	0,1	0,2	96,3	1,0	0,5	-

VI.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
GUARDA (cont)								
11	1 307	-	0,3	-	26,1	0,6	64,0	-
12	1 179	0,1	1,3	4,8	56,0	2,7	0,2	-
13	940	-	0,4	0,1	94,9	0,2	2,0	-
14	575	0,3	4,9	0,2	86,4	0,7	7,0	-
01	206	1,0	9,7	28,2	46,6	3,9	0,5	-
02	244	2,0	4,9	0,8	52,9	7,8	25,0	-
03	549	2,2	1,1	0,2	79,8	10,7	0,9	-
04	275	1,1	9,8	6,9	65,5	6,2	6,5	-
05	178	0,6	42,7	5,1	32,6	1,1	6,2	-
06	247	-	40,9	16,6	24,7	4,5	2,0	-
07	81	-	-	3,7	95,1	-	1,2	-
08	260	1,2	0,8	0,4	84,2	1,5	2,3	-
09	1 966	1,4	2,6	0,9	32,0	3,1	54,9	-
10	231	0,4	1,3	-	74,9	1,7	17,7	-
11	92	2,2	46,7	1,1	32,6	-	5,4	-
12	71	-	19,7	28,2	19,7	1,4	9,9	-
13	95	5,3	18,9	4,2	52,6	8,4	6,3	-
14	151	0,7	51,0	5,3	6,6	6,6	5,3	-
15	1 918	0,6	1,1	0,1	37,6	2,8	55,3	-
16	418	-	17,2	16,7	37,1	16,7	0,5	-
LISBOA								
01	49	2,0	22,4	10,2	40,8	4,1	8,2	-
02	18	-	-	5,6	33,3	-	55,6	-
03	20	-	-	-	75,0	5,0	10,0	-
04	55	-	34,5	3,8	38,2	9,1	3,6	-
05	136	2,9	14,0	5,9	36,8	5,1	8,8	-

VII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
LISBOA (cont.)	06	2 708	2,1	9,5	7,2	60,2	6,1	3,1	-
	07	72	2,8	4,2	4,2	59,7	9,7	12,5	-
	08	160	0,6	44,4	20,0	25,0	1,3	5,0	-
	09	60	5,0	10,0	5,0	56,7	8,3	5,0	-
	10	93	2,2	15,1	6,5	50,5	7,5	8,6	-
	11	108	0,9	14,8	0,9	45,4	5,5	7,4	-
	12	9	-	11,1	-	44,4	22,2	-	-
	13	104	-	18,3	6,7	40,4	2,9	7,7	-
	14	110	10,0	14,5	4,5	30,9	10,0	10,0	-
	01	28	-	3,6	-	92,9	3,6	-	-
	02	3	-	-	-	33,3	-	-	-
	03	8	-	25,0	-	-	-	-	-
	04	5	20,0	-	-	60,0	-	-	-
	05	22	-	-	4,5	79,7	-	4,5	-
PORTALEGRE	06	24	-	29,2	-	37,5	12,5	12,5	-
	07	30	-	13,3	3,3	46,7	3,3	13,3	-
	08	16	-	-	6,3	50,0	-	43,8	-
	09	20	6,7	-	-	56,7	23,3	3,3	-
	10	2	-	-	-	50,0	50,0	-	-
	11	1	100,0	-	-	-	-	-	-
	12	82	1,2	9,8	-	51,2	-	32,9	-
	13	41	12,2	17,1	9,8	31,7	-	2,4	-
	14	28	-	-	3,6	67,9	10,7	3,6	-
	15	13	-	-	-	80,0	-	-	-

VIII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
PORTO	01	884	-	0,3	0,1	81,3	2,6	14,6	-
	02	1 080	-	0,1	0,2	96,7	0,7	2,1	-
	03	300	-	0,3	-	88,7	3,0	7,7	-
	04	831	6,4	0,6	0,1	71,4	10,0	6,9	-
	05	202	0,5	-	-	97,0	1,0	1,5	-
	06	1 013	6,8	1,0	1,0	37,9	42,3	7,7	-
	07	802	0,4	0,5	0,7	89,3	8,2	0,7	-
	08	673	3,6	-	0,4	63,3	20,4	7,7	-
	09	222	0,5	-	1,4	65,3	4,5	27,9	-
	10	369	-	0,3	-	88,3	6,0	4,6	-
	11	511	-	-	1,0	92,0	2,7	2,2	-
	12	1 915	1,0	0,9	1,5	84,4	5,8	2,8	-
	13	1 642	1,2	0,4	0,1	87,0	2,6	7,0	-
	14	879	2,0	0,5	0,1	65,8	15,6	14,4	-
	15	534	0,9	0,7	0,2	33,7	46,8	13,7	-
	16	1 019	0,8	1,3	-	77,1	6,9	10,0	-
	17	2 136	2,4	1,0	0,5	43,4	40,0	2,8	-
SANTARÉM	01	141	2,1	6,4	0,7	71,6	9,2	2,1	-
	02	260	-	30,0	10,4	35,0	14,0	3,1	-
	03	28	-	10,7	3,6	32,1	3,6	46,4	-
	04	15	-	-	-	53,3	26,7	20,0	-
	05	42	11,9	-	-	38,1	35,7	-	-
	06	25	4,0	4,0	4,0	64,0	8,0	4,0	-
	07	17	-	5,9	-	64,7	5,9	5,9	-
	08	2	-	-	-	100,0	-	-	-
	09	11	-	45,5	9,1	36,4	9,1	-	-

IX.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
10	8	-	-	-	62,5	25,0	-	-
11	87	-	10,3	1,1	43,7	10,3	24,1	-
12	9	-	11,1	11,1	22,2	22,2	-	-
13	651	-	-	2,6	90,6	0,9	0,3	-
14	25	-	28,0	-	32,0	24,0	-	-
15	14	-	7,1	42,9	21,4	-	7,1	-
16	132	-	11,4	9,8	44,7	7,6	6,8	-
17	21	-	-	9,5	66,7	9,5	14,3	-
18	168	6,5	0,6	1,8	47,0	10,1	20,2	-
19	117	1,7	7,7	2,6	55,0	4,3	38,5	-
20	19	-	-	5,3	42,1	5,3	5,3	-
21	2 187	0,4	2,1	0,5	19,1	1,5	75,4	-
01	20	-	-	-	55,0	20,0	10,0	-
02	10	-	30,0	-	50,0	10,0	-	-
03	124	4,8	21,0	6,5	42,7	11,3	1,6	-
04	140	4,3	4,3	0,7	55,7	4,3	22,9	-
05	19	10,5	5,3	5,3	26,3	-	10,5	-
06	21	-	4,5	4,5	42,9	4,8	23,8	-
07	18	-	5,6	-	27,8	16,7	16,7	-
08	22	4,5	9,1	-	59,1	13,6	9,1	-
09	29	-	6,9	-	41,4	10,3	3,4	-
10	24	-	4,2	-	75,0	4,2	8,3	-
11	25	-	32,0	-	32,0	4,0	12,0	-
12	160	6,3	12,5	9,4	46,9	7,5	11,9	-
13	6	-	-	-	50,0	-	-	-

X.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	1 154	-	16,1	3,6	52,6	4,2	17,9	-
02	254	-	0,8	2,8	71,3	3,3	13,4	-
03	615	-	4,9	-	24,4	1,1	65,7	-
04	1 016	-	3,5	0,8	53,1	2,6	35,0	-
05	575	-	0,5	0,3	84,9	1,6	11,5	-
06	474	-	19,2	2,5	56,1	3,2	15,2	-
07	1 550	0,1	1,4	0,5	81,6	4,8	7,1	-
08	421	0,7	15,9	8,8	39,0	3,8	19,5	-
09	1 526	1,4	2,6	0,5	30,5	4,4	40,9	-
10	334	-	13,5	5,1	53,9	4,5	11,1	-
01	458	0,2	-	0,7	96,3	-	2,6	-
02	494	0,2	3,8	12,6	81,4	-	0,2	-
03	1 825	0,1	0,8	11,3	80,6	0,1	0,3	-
04	283	-	-	-	97,2	0,4	1,8	-
05	271	-	0,7	-	98,2	-	1,1	-
06	718	-	3,2	23,8	68,2	0,3	0,3	-
07	206	-	2,4	-	97,6	-	-	-
08	340	-	-	0,3	88,8	4,1	4,4	-
09	152	-	2,6	5,9	60,5	-	29,6	-
10	336	-	0,3	0,3	88,4	1,2	8,3	-
11	345	0,3	-	0,3	82,9	3,9	1,7	-
12	392	0,1	3,0	0,6	95,1	0,4	0,1	-
13	712	-	2,4	4,5	92,3	0,3	0,1	-
14	1 449	-	0,6	0,8	93,7	1,1	3,5	-

XI.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Cong.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	591	-	-	-	39,3	-	0,3	-
02	514	0,6	1,0	4,3	80,4	5,4	7,0	-
03	1 087	-	0,3	0,2	99,0	0,1	-	-
04	1 239	0,1	-	0,2	99,3	0,2	0,2	-
05	568	-	0,4	0,2	37,5	0,9	0,9	-
06	796	-	1,3	6,8	81,2	1,0	0,4	-
07	614	-	-	0,5	35,8	2,9	0,8	-
08	375	0,3	1,6	-	82,1	0,8	14,1	-
09	538	0,3	1,4	1,0	76,2	4,1	0,2	-
10	173	-	3,5	-	82,1	11,0	0,6	-
11	629	0,2	0,2	11,0	86,5	0,3	0,2	-
12	331	-	-	0,6	84,3	-	13,6	-
13	658	0,9	-	-	37,1	0,8	0,9	-
14	318	3,5	2,2	1,6	65,1	2,8	2,8	-
15	307	-	-	-	96,7	1,0	2,0	-
16	710	2,7	0,7	0,3	90,6	0,9	3,1	-
17	807	0,1	0,1	0,2	97,5	0,5	0,9	-
18	489	-	-	-	35,9	0,6	3,3	-
19	343	-	0,3	0,6	97,4	0,6	-	-
20	315	1,9	-	-	97,1	0,6	0,3	-
21	735	2,9	1,1	2,3	87,2	2,9	1,4	-
22	461	0,4	0,7	0,2	33,5	0,2	5,0	-
23	1 526	0,1	1,0	1,4	86,5	2,4	7,1	-
24	442	-	1,6	0,9	31,2	3,8	1,4	-

A. II
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	851	5,6	2,2	3,4	47,9	27,5	10,4	-
02	396	3,5	8,8	14,9	47,7	12,6	8,1	-
03	753	2,1	4,2	12,1	60,8	11,0	8,0	-
04	1 095	-	-	0,5	82,5	0,4	16,3	-
05	848	1,5	12,9	12,1	20,0	27,7	24,5	-
06	350	-	-	-	89,1	0,9	8,9	-
07	640	0,8	2,2	2,3	24,2	34,2	35,8	-
08	383	-	9,6	14,9	22,4	47,2	4,5	-
09	1 772	3,7	0,5	0,1	49,4	28,3	15,5	-
10	622	0,8	16,1	27,2	26,2	19,0	8,7	-
11	257	-	2,7	1,2	65,0	5,8	11,7	-
12	780	-	7,3	42,3	20,8	27,6	1,0	-
13	827	0,2	1,0	6,8	33,7	39,3	18,0	-
14	833	-	5,6	4,3	33,9	49,3	6,4	-
15	880	0,5	0,9	5,8	58,1	10,8	22,8	-
16	122	-	11,3	3,3	51,6	16,4	14,8	-
17	607	0,2	5,9	1,0	45,6	5,4	40,5	-
18	328	0,6	6,9	6,4	37,9	44,6	2,4	-
19	496	1,6	6,3	-	42,7	3,6	44,2	-
01	300	-	15,3	-	-	0,3	36,7	-
02	87	-	5,7	-	5,7	1,1	77,0	-
03	-	-	-	-	-	-	-	-
04	25	-	-	-	-	-	92,0	-
05	181	1,7	17,1	3,9	8,8	-	46,4	-
06	93	-	17,2	1,1	3,2	-	4,3	-
07	1	-	-	-	-	-	100,0	-

II.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
08	9	-	-	-	-	-	33,3	-
09	140	0,7	2,1	-	2,1	0,7	23,6	-
10	35	20,0	-	-	3,6	-	60,0	-
11	149	-	11,4	0,7	2,0	0,7	26,2	-
12	49	-	4,1	4,1	4,1	-	20,4	-
13	38	-	10,3	5,3	18,4	-	30,0	-
14	4	-	-	-	50,0	-	-	-
01	594	-	14,5	2,7	13,1	1,9	66,3	-
02	1 538	0,3	0,8	1,2	40,6	4,6	42,6	-
03	2 196	0,4	2,0	1,5	8,6	0,5	73,7	-
04	261	0,4	-	0,8	26,1	26,1	72,4	-
05	346	-	2,0	1,4	37,6	1,2	57,2	-
06	1 359	-	1,5	-	43,4	0,1	37,0	-
07	2 741	0,1	0,1	0,1	27,0	-	71,2	-
08	3 160	0,1	0,6	-	6,1	0,4	79,6	-
09	1 177	-	1,9	-	18,9	0,2	77,6	-
10	233	-	11,2	3,4	45,9	0,4	21,0	-
11	574	-	2,1	0,3	57,7	0,3	38,2	-
12	1 435	-	4,7	0,1	19,9	4,7	60,3	-
13	1 561	0,3	3,1	1,5	37,2	0,8	55,3	-
01	329	-	1,5	-	93,0	-	4,3	-
02	1 289	-	-	-	72,6	-	22,4	-
03	409	-	9,0	0,7	84,4	0,2	3,2	-
04	179	-	0,6	1,1	88,3	-	6,7	-
05	959	-	0,8	-	89,8	-	8,7	-

III.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
BRAGANÇA (cont.)	06	698	-	5,0	-	61,5	0,1	25,6	-
	07	632	0,3	0,2	0,2	39,6	0,2	7,3	-
	08	1 038	1,1	-	-	82,9	-	14,5	-
	09	450	-	10,2	5,6	61,3	0,2	13,6	-
	10	476	-	-	-	70,6	0,2	28,6	-
	11	1 095	-	0,1	0,1	76,6	-	14,7	-
	12	758	-	0,3	0,7	85,9	0,1	9,5	-
	01	463	-	1,7	0,4	2,4	-	87,9	-
	02	1 166	0,2	1,8	1,3	8,4	0,2	36,3	-
	03	3 152	0,2	7,8	0,3	2,3	1,3	35,1	-
	04	2 170	0,5	6,3	1,2	2,5	2,9	32,8	-
	05	77	1,3	3,9	1,3	3,1	-	79,2	-
C. BRANCO	06	91	-	2,2	-	13,2	1,1	76,9	-
	07	365	-	0,3	-	4,4	0,8	30,7	-
	08	556	0,2	2,9	-	91,5	0,4	1,6	-
	09	255	2,4	5,1	2,0	75,3	3,1	7,5	-
	10	42	-	4,8	16,7	35,7	16,7	14,3	-
	11	70	4,3	-	-	60,0	1,4	28,6	-
	01	89	7,9	2,2	14,6	57,3	2,2	13,5	-
	02	371	0,6	5,1	6,2	58,2	16,2	12,7	-
	03	574	3,8	6,3	4,5	54,0	1,0	21,4	-
	04	228	-	3,1	-	64,5	4,8	24,1	-
	05	707	2,0	3,8	2,5	26,4	2,4	33,2	-
COIMBRA	06	46	-	6,5	13,0	65,2	-	8,7	-
	07	252	2,4	10,7	7,1	77,0	1,2	1,6	-

IV.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.		
COIMBRA (cont.)	08	402	-	18,2	1,2	71,6	3,7	5,2	-	
	09	184	0,5	-	-	98,4	-	-	-	
	10	73	-	1,4	-	80,8	-	9,6	-	
	11	446	1,8	0,4	4,5	80,3	1,6	4,0	-	
	12	208	-	4,3	3,8	8,2	1,3	71,2	-	
	13	548	-	0,2	3,8	76,6	2,3	14,4	-	
	14	128	10,2	4,7	3,9	73,4	-	2,3	-	
	15	352	0,6	0,3	0,3	56,0	8,2	30,4	-	
	16	143	0,7	6,3	2,8	75,5	3,5	3,4	-	
	17	48	-	2,1	4,2	91,7	-	-	-	
	ÉVORA	01	1	-	-	100,0	-	-	-	-
		02	4	-	25,0	-	-	-	50,0	-
		03	1	-	100,0	-	-	-	-	-
		04	25	-	12,0	-	32,0	-	3,0	-
		05	54	5,6	1,9	3,7	31,5	3,7	37,0	-
		06	30	1,3	2,5	5,0	13,8	6,3	62,5	-
		07	3	-	33,3	-	66,6	-	-	-
08		7	-	28,6	-	-	-	71,4	-	
09		7	-	-	-	28,6	-	71,4	-	
10		1	-	-	-	-	-	-	-	
11		-	-	-	-	-	-	-	-	
12		8	-	-	-	12,5	-	62,5	-	
13		2	-	-	-	50,0	-	50,0	-	
14		7	-	85,7	-	14,3	-	-	-	

V.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Cons.	T O T A L 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	396	-	16,3	1,3	2,0	4,3	53,3	-
02	5	-	-	-	-	-	80,0	-
03	8	-	-	-	12,5	-	87,5	-
04	29	-	17,2	-	3,4	-	37,9	-
05	1 451	1,10	11,5	4,2	2,8	3,8	56,4	-
06	22	-	27,3	18,2	18,2	-	36,4	-
07	54	1,9	46,3	3,7	11,1	9,3	14,8	-
08	2 929	0,4	6,4	3,2	3,4	14,2	56,6	-
09	13	-	15,4	-	46,2	-	15,4	-
10	444	2,0	6,3	20,3	5,2	3,6	39,6	-
11	107	5,6	7,5	2,8	23,4	3,7	13,1	-
12	328	1,5	25,6	11,0	2,7	3,0	38,4	-
13	154	1,3	17,5	1,9	10,4	3,2	39,0	-
14	173	3,5	3,5	2,3	13,9	-	52,0	-
15	9	-	33,3	22,2	22,2	-	-	-
16	143	-	2,1	-	13,3	-	51,0	-
01	472	-	-	1,7	19,5	-	78,4	-
02	732	-	-	0,3	25,3	0,1	61,3	-
03	468	-	4,1	24,4	60,5	-	6,6	-
04	395	2,0	0,3	-	71,4	-	24,1	-
05	211	-	0,9	23,2	67,3	0,9	2,4	-
06	589	0,7	1,5	34,1	32,4	2,9	8,0	-
07	1 827	0,1	1,0	4,6	30,3	0,5	57,6	-
08	66	-	-	1,5	80,3	-	16,7	-
09	220	-	0,5	0,3	60,0	-	37,3	-
10	589	1,0	0,2	1,9	81,0	0,7	11,9	-

VI.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Cons.	T O T A L 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
11	2 510	-	0,1	0,1	4,8	0,1	32,2	-
12	801	0,7	2,5	10,3	41,3	1,4	2,9	-
13	658	-	0,3	1,1	73,5	0,2	16,7	-
14	457	1,5	8,3	-	47,7	0,2	41,1	-
01	418	1,9	6,2	35,4	16,3	1,0	24,2	-
02	515	1,7	1,2	0,8	14,4	2,1	78,4	-
03	482	0,8	1,2	-	58,5	7,5	29,3	-
04	300	2,4	5,6	3,4	13,3	0,1	65,1	-
05	277	0,7	46,6	14,8	12,6	0,7	13,1	-
06	536	0,2	37,7	24,8	11,4	1,1	16,6	-
07	27	3,7	7,4	3,7	74,1	-	11,1	-
08	152	2,0	4,6	3,3	52,6	-	17,1	-
09	4 992	0,4	2,6	0,4	8,9	0,3	74,5	-
10	777	0,9	0,6	0,8	12,6	0,8	40,0	-
11	203	3,9	22,7	4,9	12,3	-	35,5	-
12	206	0,5	13,4	28,2	4,4	1,0	40,8	-
13	126	-	8,7	2,4	29,4	7,3	49,2	-
14	362	1,7	49,2	5,2	3,6	1,7	27,9	-
15	4 008	0,1	1,1	0,4	13,1	0,8	76,5	-
16	777	3,9	14,4	18,7	27,5	5,7	25,7	-
01	81	4,9	28,4	1,2	7,4	1,2	19,8	-
02	15	-	-	-	6,7	-	66,7	-
03	44	4,5	9,1	-	15,9	-	63,6	-
04	76	-	34,2	1,3	14,5	-	46,1	-
05	618	2,3	18,4	3,6	12,3	2,1	31,7	-

VII.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
LISBOA (cont.)	06	8 368	1,9	13,2	10,2	28,8	1,6	20,2	-
	07	707	4,7	10,6	3,4	19,7	2,4	39,7	-
	08	368	1,1	40,2	7,6	9,5	-	25,5	-
	09	71	-	4,2	8,5	14,1	2,8	39,4	-
	10	972	7,4	16,3	6,3	16,4	1,1	34,1	-
	11	491	4,9	11,2	5,7	19,6	0,6	32,8	-
	12	21	-	9,5	4,8	23,8	-	28,6	-
	13	128	1,6	21,1	7,8	19,5	0,8	31,3	-
	14	453	2,0	14,3	7,5	12,6	0,7	24,1	-
	01	16	-	6,3	-	68,8	-	6,3	-
	02	1	-	-	-	100,0	-	-	-
	03	4	-	-	25,0	25,0	-	25,0	-
	04	5	-	-	-	40,0	-	20,0	-
	05	3	-	-	-	66,7	-	-	-
PORTALEGRE	06	14	-	32,3	-	-	7,1	-	-
	07	39	-	2,6	10,3	10,3	23,1	-	-
	08	10	-	-	-	30,0	-	10,0	-
	09	28	-	-	-	71,4	3,6	14,3	-
	10	5	-	-	-	-	-	100,0	-
	11	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	116	2,6	8,6	-	21,6	-	65,5	-
	13	69	13,0	17,4	26,1	39,1	1,4	2,9	-
	14	11	-	-	-	63,6	-	9,1	-
	15	8	-	-	-	87,5	-	-	-

VIII.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
PORTO	01	1 050	0,1	0,1	-	22,7	0,5	70,3	-
	02	614	-	0,3	-	37,3	-	11,7	-
	03	371	-	0,3	2,2	36,4	-	53,8	-
	04	897	7,0	0,3	-	39,2	5,5	41,1	-
	05	114	0,9	-	0,9	48,2	1,3	41,2	-
	06	1 030	16,0	0,4	0,1	21,1	24,9	34,1	-
	07	421	-	0,5	7,1	62,0	3,0	18,5	-
	08	676	3,8	3,3	2,2	28,3	7,2	49,0	-
	09	443	1,4	0,5	-	8,4	1,4	35,6	-
	10	285	0,7	0,4	0,4	63,9	2,3	31,2	-
	11	237	0,4	-	-	76,8	4,2	15,2	-
	12	1 894	0,8	1,5	3,5	63,8	1,9	20,7	-
	13	1 800	7,2	0,5	0,3	62,7	1,4	26,9	-
	14	1 522	5,6	1,3	0,5	17,7	5,3	62,4	-
	15	483	2,3	0,4	1,0	17,2	27,5	44,9	-
	16	1 086	6,3	2,5	-	34,0	3,1	50,3	-
	17	1 777	5,9	1,4	1,5	28,9	23,7	27,7	-
SANTARÉM	01	129	2,3	7,8	2,3	44,2	4,7	32,6	-
	02	523	-	33,1	8,4	15,5	4,8	34,4	-
	03	70	-	10,0	-	-	-	88,6	-
	04	21	-	-	-	9,5	-	30,5	-
	05	48	-	6,3	2,1	27,1	4,2	52,1	-
	06	24	-	16,7	-	45,8	-	29,2	-
	07	34	5,9	8,8	-	50,0	2,9	32,4	-
	08	4	-	75,0	-	25,0	-	-	-
	09	34	-	-	29,4	35,3	-	23,5	-

IX.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
10	18	-	-	-	44,4	-	44,4	-
11	303	1,0	2,0	1,7	3,3	1,3	89,8	-
12	8	-	12,5	-	12,5	-	62,5	-
13	555	1,3	0,7	-	87,4	0,5	6,3	-
14	47	-	17,0	-	14,9	-	57,4	-
15	19	-	21,1	10,5	26,3	-	26,3	-
16	355	2,0	5,6	9,9	8,2	2,8	64,8	-
17	10	-	-	-	10,0	10,0	30,0	-
18	507	5,3	1,6	0,4	3,7	2,2	75,5	-
19	384	1,8	3,3	1,3	10,7	0,3	70,3	-
20	12	-	16,7	-	75,0	-	-	-
21	4 587	0,3	2,3	0,3	7,0	0,8	38,1	-
01	23	8,7	21,7	4,3	13,0	4,3	21,7	-
02	13	-	15,4	7,7	38,5	-	23,1	-
03	611	6,1	17,8	7,4	18,3	1,0	27,2	-
04	259	5,4	3,3	6,6	25,1	1,5	30,9	-
05	71	-	8,5	1,4	4,2	-	56,3	-
06	117	-	8,5	6,8	3,4	2,6	42,7	-
07	158	1,3	3,2	4,4	33,5	2,5	33,5	-
08	41	-	22,0	9,8	17,1	4,3	46,3	-
09	50	-	6,0	2,0	38,0	-	44,0	-
10	188	3,7	5,3	4,8	16,0	-	46,8	-
11	11	-	18,2	9,1	18,2	-	36,4	-
12	269	12,6	17,5	8,2	20,4	-	27,9	-
13	9	-	77,8	-	-	-	-	-

X.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	1 604	0,1	12,2	9,9	13,3	1,7	60,1	-
02	292	2,1	5,8	2,1	34,3	0,3	30,3	-
03	744	-	4,6	-	8,3	0,3	36,3	-
04	1 221	-	1,6	2,4	29,0	0,7	62,2	-
05	474	0,2	0,6	1,5	44,3	0,4	49,6	-
06	633	0,2	16,3	4,9	14,8	0,6	53,2	-
07	1 470	0,1	2,2	0,3	30,2	1,3	43,0	-
08	779	0,4	17,7	14,9	11,4	0,4	52,2	-
09	3 749	0,4	1,1	0,1	7,2	0,5	33,5	-
10	400	0,5	12,0	6,0	18,0	0,5	61,3	-
01	341	-	-	2,1	86,8	-	10,6	-
02	593	-	9,3	26,1	59,0	-	4,9	-
03	1 733	0,1	1,2	26,5	56,4	-	12,2	-
04	176	1,7	-	0,6	84,1	-	12,5	-
05	106	-	-	-	95,3	-	2,8	-
06	304	-	2,4	30,6	49,6	0,3	11,7	-
07	133	-	1,5	-	94,7	0,8	3,0	-
08	329	-	-	0,9	66,4	1,7	27,1	-
09	303	-	2,3	5,0	22,1	0,3	69,6	-
10	265	-	0,8	0,4	61,5	-	35,8	-
11	185	-	-	-	94,6	1,1	4,3	-
12	618	0,6	7,0	10,5	71,0	-	9,5	-
13	489	-	4,5	17,2	71,4	-	4,7	-
14	1 125	-	1,7	4,4	80,1	-	11,4	-

XI.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Cens.	T O T A L 100%	VISEU							
		A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
01	239	-	-	-	37,2	-	1,0	-	
02	402	-	1,5	11,7	62,2	5,2	14,7	-	
03	770	-	0,1	-	33,5	-	2,6	-	
04	519	-	-	0,2	37,7	0,2	1,5	-	
05	266	0,4	0,4	-	89,1	0,4	6,8	-	
06	655	0,8	1,4	32,4	41,7	2,4	7,6	-	
07	447	-	0,4	0,4	89,3	3,4	6,3	-	
08	666	0,2	0,6	1,4	28,8	0,3	34,1	-	
09	361	1,1	4,4	4,4	50,1	2,5	9,4	-	
10	131	0,8	2,3	0,8	64,1	3,8	3,1	-	
11	515	-	0,4	17,5	71,5	0,2	7,4	-	
12	507	-	-	0,8	33,3	-	65,9	-	
13	301	-	-	-	37,3	-	1,0	-	
14	269	4,1	3,7	5,2	44,6	2,6	18,2	-	
15	237	1,7	0,8	0,8	64,1	-	21,5	-	
16	662	3,6	0,6	1,1	65,9	1,4	25,1	-	
17	406	-	-	-	80,5	0,2	11,3	-	
18	343	-	-	-	53,4	0,3	34,1	-	
19	186	-	-	-	93,5	-	2,2	-	
20	160	0,6	1,3	-	91,9	-	2,5	-	
21	533	6,6	0,4	9,0	54,0	0,4	19,1	-	
22	620	-	0,6	0,2	53,4	0,2	44,4	-	
23	1 241	0,3	1,0	6,4	42,0	0,8	36,3	-	
24	244	0,8	0,8	0,8	90,2	3,3	1,6	-	

A. III

I.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	1 451	14,2	1,9	5,1	3,0	15,6	50,7	1,3
02	336	21,3	5,6	12,6	7,6	3,7	36,9	2,1
03	1 365	5,4	3,7	13,3	6,1	10,1	38,3	1,7
04	340	1,6	0,1	1,3	4,4	0,9	50,9	1,4
05	2 216	4,9	6,4	10,6	1,8	11,4	61,0	2,3
06	122	-	-	-	4,4	-	50,8	2,5
07	1 170	6,2	2,0	2	1,6	27,8	58	3,0
08	1 313	5,2	6,0	19,7	4,1	24,4	35,7	5,8
09	4 270	11,7	0,3	0,3	4,8	21,6	56,1	3,3
10	2 570	3,2	10,0	19,8	1,4	2,3	48,6	13,0
11	702	3,4	3,1	1,9	4,7	1,0	78,1	5,7
12	1 428	2,2	5,1	53,9	1,7	17,4	16,9	1,3
13	1 330	4,2	1,4	3,8	5,8	27,8	54,2	1,4
14	1 506	4,4	2,7	8,6	4,3	36,1	41,8	1,0
15	1 353	4,1	3,2	8,6	3,6	3,1	61,6	2,5
16	251	6,8	7,6	4,0	10,4	10,0	57,0	1,6
17	1 207	1,4	3,6	0,8	6,1	2,5	78,3	6,4
18	2 214	1,5	5,3	7,3	4,7	27,0	48,3	3,8
19	1 277	5,0	1,1	3,1	4,2	2,0	70,2	13,9
01	737	1,4	7,8	-	-	0,3	47,3	13,6
02	395	-	0,4	0,1	0,2	0,1	67,8	29,9
03	24	-	-	-	-	-	67,7	29,2
04	106	-	-	-	-	-	38,1	1,9
05	1 126	0,9	3,3	0,1	0,2	-	54,4	37,0
06	384	0,8	4,7	0,3	0,3	-	32,8	56,3
07	37	-	5,4	-	-	-	16,2	72,3

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
08	106	3,8	3,4	1,3	-	-	50,0	28,3
09	587	0,3	3,2	0,2	-	-	33,4	43,4
10	305	5,5	-	2,3	0,3	-	70,2	16,4
11	421	2,4	1,2	0,7	-	1,7	44,4	40,4
12	184	-	2,7	-	-	-	46,7	46,2
13	748	0,1	1,1	5,5	0,3	-	34,9	53,3
14	84	1,2	-	3,5	-	-	54,8	31,0
01	1 783	0,2	3,6	1,8	1,1	0,6	86,7	3,7
02	3 664	2,0	1,0	2,4	3,3	3,1	77,6	5,6
03	5 679	0,7	1,8	1,4	1,0	0,3	75,8	17,1
04	1 037	0,6	-	0,5	1,0	-	93,5	1,4
05	1 388	0,4	0,1	1,1	3,9	0,1	91,3	1,4
06	1 340	0,6	1,2	0,4	3,6	0,8	79,0	1,6
07	4 569	0,1	0,2	0,2	2,3	0,2	94,7	1,4
08	3 302	0,2	0,2	0,2	0,3	0,1	88,6	3,2
09	2 438	0,1	0,5	0,1	1,5	0,2	93,3	1,3
10	676	-	3,0	3,6	4,0	0,1	70,4	5,8
11	1 240	0,5	1,4	0,1	5,0	-	85,6	5,0
12	4 347	0,8	1,5	0,3	1,4	1,5	78,0	15,3
13	3 327	0,2	2,1	1,3	3,6	0,6	86,1	5,6
01	481	-	0,4	0,2	12,1	-	74,0	12,9
02	2 751	0,1	0,3	0,1	3,7	-	78,0	16,4
03	878	0,2	4,9	0,1	9,3	0,2	60,9	23,7
04	455	0,2	2,0	0,9	2,0	0,4	74,1	18,5
05	1 516	0,1	2,2	0,1	8,8	-	78,0	3,8

III.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Cons.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
BRAGANÇA (cont.)								
06	1 727	0,3	4,1	-	7,3	-	74,3	12,3
07	1 377	0,7	0,4	-	5,8	0,4	81,0	10,3
08	1 524	1,0	0,3	-	10,6	-	82,3	4,0
09	1 804	0,2	3,6	1,3	2,7	-	73,0	15,7
10	1 136	-	0,8	-	5,4	0,2	36,5	7,0
11	1 411	-	-	0,1	5,3	-	40,3	4,0
12	1 019	0,2	0,2	0,3	11,2	-	61,8	25,3
C. BRANCO								
01	1 253	-	-	0,2	0,1	0,1	35,1	4,1
02	5 418	0,3	0,3	0,7	0,2	0,1	93,5	3,1
03	6 303	0,5	4,2	0,4	0,3	0,6	88,3	3,2
04	5 335	0,6	2,1	0,7	0,1	0,5	91,4	2,5
05	1 459	0,2	0,4	0,3	-	-	91,0	5,7
06	803	0,6	0,2	0,4	0,1	-	33,9	8,2
07	1 839	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	95,6	2,4
08	542	1,7	5,5	0,2	23,1	0,4	63,5	2,4
09	467	4,1	1,3	7,7	8,6	1,1	61,3	10,3
10	158	2,5	3,8	22,8	2,5	3,3	38,6	22,8
11	263	-	-	-	4,6	-	83,0	4,2
COIMBRA								
01	207	14,0	5,3	10,1	17,4	4,8	39,6	5,3
02	3 108	3,1	3,4	6,0	3,3	7,7	71,3	3,3
03	1 288	4,0	2,1	6,1	6,1	0,5	68,9	7,2
04	391	1,0	2,3	1,8	18,7	1,8	67,7	5,9
05	2 167	2,4	10,3	5,8	2,4	0,7	54,7	12,1
06	88	3,4	-	5,7	5,7	1,1	73,9	3,1
07	404	5,0	10,1	18,1	20,0	1,7	35,3	5,2

IV.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Cons.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
COIMBRA (cont.)								
08	1 025	1,9	16,6	1,2	6,8	0,3	69,3	2,6
09	134	6,7	0,7	3,0	26,1	-	46,3	16,4
10	266	2,3	0,3	-	5,6	-	71,8	16,5
11	424	3,2	0,7	3,3	27,4	0,2	34,4	3,7
12	530	0,2	0,3	0,9	1,5	-	86,3	6,6
13	1 156	0,3	0,6	1,2	12,0	0,3	82,0	2,2
14	203	10,3	-	4,4	23,6	-	51,2	7,4
15	1 270	0,6	-	1,0	6,8	1,2	72,8	13,2
16	192	3,3	6,3	3,4	6,8	1,0	47,4	17,2
17	91	-	-	1,1	28,6	1,1	64,3	3,3
ÉVORA								
01	22	-	-	-	-	-	77,3	22,7
02	35	-	-	-	-	-	62,1	14,7
03	13	-	7,7	-	-	-	38,5	23,1
04	65	-	-	1,5	-	-	53,8	33,8
05	411	1,0	1,7	-	1,7	-	77,1	10,5
06	728	2,2	-	0,5	0,1	-	78,8	11,8
07	78	1,3	1,3	-	-	-	73,1	16,7
08	158	3,2	-	-	-	0,6	67,7	19,6
09	145	-	-	-	-	-	44,1	55,9
10	20	-	-	-	-	-	40,0	43,0
11	165	1,8	-	-	-	-	58,8	32,7
12	145	2,1	-	1,4	-	-	46,2	26,2
13	199	2,2	-	0,7	-	-	71,9	21,6
14	43	11,6	7,0	-	-	2,3	44,2	25,6

V.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conz.	TOTAL 100%	A.SUL.	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
FARO	01	1 132	1,3	6,4	1,4	0,1	1,3	61,1	24,9
	02	557	-	-	0,2	0,2	0,2	32,1	76,3
	03	148	2,7	0,7	-	-	-	34,5	56,8
	04	339	1,0	-	0,3	-	-	33,4	42,4
	05	3 070	2,0	5,3	2,6	0,2	1,1	68,0	11,6
	06	236	3,4	30,5	14,0	-	0,4	25,4	20,8
	07	147	6,1	25,2	5,4	1,4	1,4	25,3	21,1
	08	5 841	0,3	4,3	2,6	0,2	3,3	73,1	6,0
	09	130	2,3	0,8	1,5	-	-	11,5	79,2
	10	1 775	1,7	3,1	8,1	0,4	0,7	30,1	25,5
	11	298	3,7	4,7	2,0	1,0	0,3	48,7	19,8
	12	365	3,4	5,4	3,0	0,2	0,2	47,7	33,3
	13	1 281	1,4	4,4	0,7	0,7	0,7	56,1	30,8
	14	1 171	1,5	1,0	0,2	0,1	-	70,2	21,9
	15	96	2,3	1,2	2,3	1,2	-	25,6	61,6
	16	325	1,2	3,1	1,8	2,2	-	64,6	18,6
GUARDA	01	651	0,2	-	5,5	3,4	-	87,7	1,8
	02	2 176	0,1	0,4	0,1	1,7	-	93,0	3,6
	03	1 244	0,3	1,0	29,3	7,6	-	53,3	2,0
	04	1 055	3,6	-	3,0	7,0	-	83,3	1,7
	05	502	0,6	0,2	31,3	12,2	0,4	49,2	2,6
	06	1 739	2,0	0,7	35,8	4,7	0,6	38,3	5,7
	07	4 602	-	0,5	4,5	2,7	0,5	87,3	3,7
	08	259	0,8	0,8	-	6,6	-	88,8	2,7
	09	1 267	0,4	0,2	0,1	2,4	0,1	95,7	0,9
	10	1 720	1,3	0,6	0,6	10,7	0,4	83,0	2,4

VI.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conz.	TOTAL 100%	A.SUL.	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
GUARDAFONTES	11	7 260	-	0,4	0,1	0,4	-	37,2	1,6
	12	974	1,8	2,0	17,6	10,6	2,2	27,6	8,0
	13	1 755	0,1	0,7	0,9	3,7	-	84,8	3,0
	14	2 319	0,5	0,3	0,1	2,9	0,1	93,7	1,3
LEIRIA	01	2 522	1,9	4,0	26,9	0,7	0,3	49,4	12,5
	02	861	3,4	0,9	0,9	3,3	1,0	85,7	3,4
	03	1 221	3,0	0,2	0,3	3,5	2,5	73,5	10,3
	04	1 752	1,1	3,3	3,3	2,1	0,7	70,7	12,4
	05	1 274	0,3	18,3	7,1	0,5	0,1	53,5	11,2
	06	2 164	2,6	13,4	22,6	0,5	0,1	39,6	9,9
	07	57	3,5	5,3	3,5	29,3	-	45,6	8,8
	08	375	7,7	4,3	0,5	3,7	0,5	69,9	5,6
	09	8 262	0,7	2,8	1,2	0,8	0,5	79,1	13,8
	10	1 540	2,1	2,7	1,8	0,9	0,6	53,0	28,3
	11	732	3,0	10,1	4,8	0,3	-	64,3	14,3
	12	771	1,2	11,5	24,1	-	-	53,8	7,7
	13	389	3,3	3,9	3,6	0,5	0,3	82,3	4,9
	14	1 975	2,6	18,3	3,0	1,0	0,3	53,1	19,9
	15	8 367	0,4	0,8	0,2	1,3	0,3	87,2	8,6
	16	2 635	2,2	8,9	16,1	1,1	1,0	59,3	10,3
LISBOA	01	467	2,8	9,2	9,6	0,6	0,2	32,8	25,9
	02	225	-	-	1,3	-	-	80,9	11,1
	03	304	3,0	2,0	2,6	1,3	-	63,5	19,4
	04	359	1,1	21,6	8,6	0,4	-	44,5	14,0
	05	2 126	4,0	7,6	6,8	2,5	0,5	45,1	13,6

VII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
LISBOA (cont.)								
06	20 527	5,5	5,1	13,7	3,3	0,5	32,0	20,3
07	3 588	5,4	7,0	7,1	1,2	0,5	50,8	17,7
08	2 123	0,6	15,4	6,6	0,1	0,3	50,6	23,5
09	469	2,8	2,6	6,2	0,4	0,2	48,0	30,5
10	3 752	11,2	7,0	9,8	2,1	0,5	37,4	20,3
11	2 386	4,9	6,5	5,2	1,6	0,5	53,1	15,0
12	36	1,2	-	2,3	2,3	-	32,6	22,1
13	1 133	0,6	5,7	2,4	1,1	0,2	53,6	20,5
14	1 682	4,0	5,2	5,8	0,9	0,4	12,2	31,2
PORTALEGRE								
01	21	4,8	14,3	-	-	-	42,3	14,3
02	3	22,2	-	-	-	-	44,4	11,1
03	110	-	4,5	-	4,5	-	57,3	3,1
04	104	3,8	1,0	-	1,0	-	19,2	23,1
05	26	11,5	-	-	-	-	57,7	15,4
06	40	-	25,0	-	-	-	25,0	25,0
07	340	7,4	1,2	1,8	-	-	18,8	13,8
08	37	-	-	-	5,4	-	62,2	24,3
09	76	7,9	-	-	5,3	5,3	68,4	11,8
10	18	-	-	33,3	-	-	44,4	16,7
11	8	-	-	-	-	-	62,5	25,0
12	1 038	-	1,3	-	0,7	-	33,3	4,0
13	151	6,6	5,3	13,2	1,3	-	36,4	23,2
14	52	3,6	5,8	-	-	-	55,8	17,3
15	25	-	4,0	4,0	-	-	24,0	24,0

VIII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
PORTO								
01	3 378	0,4	0,1	-	1,6	0,1	30,3	6,8
02	461	2,6	-	-	24,3	-	66,4	5,0
03	2 334	-	0,1	-	2,4	-	35,3	1,4
04	2 525	3,4	0,6	1,0	2,9	0,8	73,3	8,2
05	414	0,7	-	1,7	2,2	-	26,2	8,7
06	2 386	23,0	0,3	0,2	1,8	8,8	59,1	3,9
07	517	1,0	-	11,2	12,9	3,6	54,5	5,7
08	2 322	3,5	2,2	4,3	3,7	2,4	57,3	15,0
09	1 538	1,9	-	0,4	0,3	0,3	92,4	3,8
10	820	2,3	0,1	0,7	5,4	2,2	84,3	2,7
11	497	0,2	0,4	0,6	6,8	-	82,3	3,5
12	3 305	4,4	2,5	4,0	8,9	0,5	56,6	16,4
13	2 723	9,7	1,5	0,7	8,7	1,1	72,4	4,8
14	6 926	4,1	0,3	0,6	1,2	1,4	59,6	31,0
15	1 756	6,4	0,4	0,5	1,6	7,1	75,4	5,9
16	2 716	6,5	1,0	0,9	4,1	1,2	72,4	12,3
17	5 277	18,5	1,2	0,9	2,6	15,0	51,4	5,9
SANTARÉM								
01	504	3,8	3,0	2,2	3,6	1,0	65,9	14,3
02	1 366	2,3	15,8	8,1	0,5	1,2	67,0	4,1
03	347	2,0	4,3	1,2	0,3	0,3	81,3	6,3
04	110	7,3	0,9	0,9	-	0,3	73,6	13,6
05	331	6,6	1,5	2,1	-	0,6	62,2	13,6
06	156	1,9	3,2	5,1	1,9	1,3	62,8	17,9
07	77	-	-	-	1,3	-	68,8	10,4
08	27	-	-	-	3,7	-	59,3	22,2
09	332	0,9	1,8	2,1	1,5	-	72,6	8,4

IX.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
SANTARÉM (cont.)	10	123	10,5	4,9	-	2,4	1,5	59,3	17,1
	11	681	0,6	2,1	4,3	0,7	-	35,3	6,2
	12	52	1,3	7,7	-	-	-	48,1	15,4
	13	408	4,2	2,9	2,7	36,0	0,7	36,8	11,0
	14	364	1,6	1,6	4,4	1,4	-	73,4	13,2
	15	270	3,7	5,9	3,3	1,1	-	48,1	13,6
	16	1 354	1,7	1,9	6,9	1,0	0,2	76,5	7,8
	17	34	-	-	-	-	-	73,5	20,6
	18	1 400	7,1	1,4	2,1	1,3	0,6	76,3	6,3
	19	1 783	2,5	4,3	0,9	0,8	-	83,3	5,5
	20	36	13,4	-	-	2,8	-	44,4	33,3
21	5 368	0,4	2,9	0,7	1,1	0,3	31,1	2,9	
SETÚBAL	01	138	2,9	8,0	1,4	1,4	-	46,4	31,2
	02	166	0,6	5,4	3,0	4,8	-	58,4	6,0
	03	2 626	3,2	8,5	3,1	1,4	0,3	36,1	22,2
	04	1 375	6,5	15,3	2,8	0,9	0,1	37,3	22,3
	05	387	2,3	-	2,3	0,3	0,3	64,3	14,0
	06	903	4,3	6,5	3,1	1,0	0,1	44,1	30,5
	07	1 262	0,2	1,0	1,3	1,4	0,5	63,5	26,5
	08	247	2,4	4,5	0,8	1,6	1,2	52,6	29,1
	09	264	0,8	4,2	2,3	-	-	51,9	23,5
	10	857	4,3	4,8	4,4	0,7	0,4	44,2	28,5
	11	81	-	3,7	2,5	-	-	58,0	19,8
	12	1 039	10,2	7,7	9,5	0,9	0,4	41,3	18,6
	13	140	1,4	4,3	5,0	-	-	25,7	11,4

X.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
V DO CASTELO	01	4 304	0,1	7,8	12,2	1,6	1,0	75,6	0,4
	02	1 083	1,0	0,7	1,9	3,5	0,4	85,5	3,0
	03	1 304	0,2	1,3	0,2	0,5	-	96,3	0,5
	04	2 545	0,2	2,3	1,4	3,2	0,2	32,5	0,3
	05	1 253	0,1	1,4	2,2	7,3	-	86,1	1,7
	06	1 692	0,3	8,0	5,3	2,6	0,2	78,7	4,5
	07	2 569	0,5	1,4	0,7	8,3	1,6	83,8	1,5
	08	1 779	1,2	10,8	14,6	1,2	0,1	68,0	1,7
	09	6 369	0,6	1,3	0,5	1,0	0,4	31,2	1,7
	10	368	0,3	6,3	6,0	1,8	0,1	81,8	2,0
VILA REAL	01	621	2,6	-	3,2	10,1	-	69,7	14,0
	02	1 279	0,2	4,7	26,2	8,9	-	56,8	2,0
	03	4 297	0,6	0,3	23,0	6,8	-	63,2	4,3
	04	36	-	-	1,0	30,2	-	37,3	8,3
	05	213	1,4	-	1,4	12,2	-	77,0	6,6
	06	2 639	0,2	1,1	34,1	4,7	-	51,0	6,7
	07	389	2,1	0,8	0,3	10,8	-	54,2	30,8
	08	392	-	0,3	1,5	7,7	-	76,3	9,7
	09	1 119	-	0,3	6,2	1,3	-	84,3	7,0
	10	511	-	-	1,6	11,5	0,2	81,2	4,1
	11	281	-	-	4,3	14,6	0,4	69,4	10,3
	12	1 336	0,4	3,6	5,7	6,8	-	77,6	5,3
	13	1 393	0,1	2,2	19,7	5,9	-	41,0	29,0
	14	2 756	0,1	0,7	3,3	10,2	-	70,9	13,4

XI.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1965-1969

Cód. Conc.	T O T A L 100%	VISEU						
		A. SUL	CAN.	P.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	105	1,0	1,0	-	39,0	3,3	20,0	34,3
02	444	-	1,1	15,4	13,4	2,6	42,3	23,0
03	641	1,4	2,7	0,6	25,0	0,6	34,4	14,4
04	255	1,6	0,8	1,2	64,3	1,6	25,1	4,7
05	302	1,0	-	0,3	16,6	-	57,9	21,9
06	1 213	2,2	0,7	36,4	7,4	0,5	26,3	22,2
07	704	-	-	1,3	16,3	1,3	67,8	10,7
08	1 343	0,7	0,7	1,6	3,7	0,1	58,9	9,3
09	572	0,2	0,7	5,2	3,9	0,6	33,4	32,2
10	237	1,0	2,3	-	12,2	1,7	38,0	40,8
11	366	-	0,7	42,3	7,3	0,1	33,9	13,9
12	761	-	-	0,1	5,3	-	34,2	0,4
13	189	-	-	1,1	29,6	-	43,4	20,6
14	336	5,6	2,6	10,4	6,3	-	36,6	24,3
15	873	0,5	-	0,1	5,0	-	87,1	6,2
16	751	7,7	1,1	-	19,0	-	58,3	11,6
17	1 279	0,2	-	0,3	9,2	-	81,5	7,7
18	755	-	-	-	5,0	-	82,6	12,1
19	338	-	2,1	1,2	12,7	-	71,9	11,5
20	34	3,2	-	-	43,6	-	26,6	23,4
21	1 282	11,2	0,7	7,8	8,5	0,3	43,2	25,8
22	1 170	0,3	0,1	0,1	11,5	0,1	84,9	3,0
23	4 110	0,7	1,1	3,6	4,6	0,4	47,8	40,7
24	307	1,6	2,6	1,3	13,2	1,3	45,3	27,0

A. IV

I.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	1 123	3,7	5,5	12,3	3,7	12,3	21,7	36,8
02	919	2,9	4,7	30,3	3,0	5,7	21,2	27,1
03	1 334	2,8	3,1	33,7	2,4	3,3	28,3	9,2
04	-62	1,3	1,5	1,5	36,1	1,5	45,5	3,7
05	1 315	0,8	3,1	19,8	0,9	7,3	22,3	34,0
06	149	-	0,7	-	10,7	-	53,0	24,2
07	672	1,2	3,7	4,5	1,0	27,1	43,0	17,7
08	1 727	0,3	6,5	26,1	1,3	21,0	13,3	21,8
09	2 989	4,0	1,5	2,0	2,9	23,4	31,3	30,2
10	1 717	1,0	18,2	33,3	0,3	2,9	12,9	30,7
11	473	0,8	8,0	12,3	1,3	1,3	45,0	27,5
12	1 662	0,5	8,6	58,3	0,6	10,6	7,0	12,3
13	1 418	1,8	3,7	12,0	1,9	18,1	33,5	22,1
14	822	2,6	6,7	17,2	3,0	33,5	20,7	9,0
15	325	1,4	5,0	17,4	4,1	6,6	36,8	22,6
16	278	0,4	9,4	10,4	1,8	17,6	31,7	19,4
17	573	0,3	7,0	2,3	6,5	1,3	52,5	26,7
18	1 601	0,6	13,7	18,3	1,7	27,5	23,8	12,2
19	933	1,2	3,2	12,5	2,6	1,0	36,0	36,7
01	590	0,3	6,5	-	-	0,3	34,8	50,3
02	895	0,1	0,6	-	-	-	42,7	47,0
03	43	-	4,7	-	2,3	-	55,8	27,9
04	70	-	-	-	-	-	54,3	10,0
05	992	0,1	3,8	1,1	0,2	0,4	30,1	57,7
06	616	-	3,4	-	0,1	-	24,0	48,3
07	83	-	-	-	-	-	38,6	53,0

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
08	269	0,7	2,6	-	-	-	31,2	61,3
09	452	-	-	0,7	0,2	-	24,1	62,2
10	573	0,2	-	-	0,2	-	42,6	22,3
11	1 213	-	-	1,5	-	-	26,1	70,1
12	332	-	0,3	2,7	-	-	26,3	63,0
13	398	-	1,6	0,8	-	-	23,2	56,1
14	272	-	-	-	0,4	-	30,3	46,6
01	514	-	18,3	3,3	0,8	2,5	48,4	16,0
02	2 826	0,2	4,6	4,7	2,3	3,6	45,0	34,3
03	3 670	-	3,1	1,6	0,8	0,2	40,7	50,0
04	302	-	-	3,3	3,0	-	73,8	11,3
05	412	0,2	0,2	0,7	2,7	-	74,8	10,4
06	784	0,3	5,7	0,4	4,0	1,7	62,8	12,6
07	1 102	-	1,3	0,7	3,9	0,5	77,0	12,3
08	4 759	0,2	0,7	0,4	0,3	0,1	45,5	50,9
09	602	0,5	2,2	0,2	2,3	0,2	72,3	11,5
10	289	-	7,3	4,4	0,7	0,7	51,3	19,0
11	484	0,6	2,7	1,9	4,5	-	61,6	9,5
12	3 353	0,4	2,6	0,7	0,7	0,8	29,3	60,7
13	1 751	0,2	6,5	4,7	3,1	0,5	60,4	19,7
01	248	-	0,4	-	4,4	-	54,8	36,7
02	1 070	-	0,8	1,5	3,5	-	38,0	50,6
03	600	0,2	5,8	1,2	6,7	0,7	28,2	52,0
04	212	0,5	0,9	1,9	2,4	-	38,7	54,2
05	675	0,1	2,4	0,1	6,4	-	46,1	41,0

III.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
BRAGANÇA (cont.)	06	438	0,2	13,3	1,4	7,3	-	32,9	40,2
	07	642	0,2	1,6	0,3	6,5	0,2	50,2	35,4
	08	390	0,3	-	-	17,7	-	48,5	29,0
	09	723	-	5,3	4,3	2,8	-	35,8	48,5
	10	307	-	0,3	-	12,4	-	44,0	36,8
	11	258	-	1,2	-	10,9	-	45,3	36,4
	12	585	-	-	2,6	3,9	-	42,7	42,7
	01	96	-	-	-	-	-	77,1	20,8
	02	1 194	0,9	2,8	2,3	0,7	-	63,1	24,3
	03	1 941	0,2	15,7	0,9	0,6	0,3	52,4	27,3
	04	1 081	0,4	13,3	4,3	0,5	1,1	61,1	15,5
	C. BRANCO	05	360	-	4,2	3,3	-	0,3	53,3
06		331	-	2,7	3,9	0,9	-	66,8	21,1
07		226	-	0,9	2,2	-	-	65,9	24,3
08		301	0,3	12,3	0,3	15,9	-	45,2	16,6
09		469	0,9	3,8	0,2	4,9	0,9	43,5	38,0
10		190	-	10,0	8,9	-	0,5	21,6	52,6
11		108	-	-	0,9	8,3	-	64,8	23,1
01		176	0,6	6,8	6,8	11,4	0,6	47,7	19,3
02		2 500	1,7	11,0	13,2	2,2	7,0	50,2	10,5
03		1 603	0,5	2,8	5,5	2,4	0,6	40,0	40,6
04		351	1,4	4,3	1,4	9,7	-	33,0	32,2
COIMBRA	05	2 075	0,1	5,4	6,3	0,6	0,3	31,3	30,1
	06	52	-	-	5,8	1,9	-	59,6	30,8
	07	577	-	8,8	23,2	3,3	1,9	23,4	32,1

IV.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.		
COIMBRA (cont.)	08	319	0,3	34,6	9,4	1,2	1,1	44,4	6,7	
	09	183	1,6	1,1	-	8,2	-	42,1	33,3	
	10	423	0,5	0,5	0,7	2,6	-	31,2	41,1	
	11	522	1,9	3,1	6,1	8,0	0,2	34,1	37,5	
	12	188	-	4,8	6,4	1,1	0,5	50,0	29,8	
	13	790	-	2,4	7,6	9,1	1,0	68,9	9,4	
	14	271	0,7	-	3,3	2,6	-	58,3	28,4	
	15	1 079	0,1	0,8	1,1	3,2	1,5	48,9	27,2	
	16	275	0,4	0,7	10,5	1,5	-	38,5	39,6	
	17	133	-	-	1,5	8,3	3,0	57,9	24,8	
	ÉVORA	01	38	-	-	-	-	-	44,7	50,0
		02	150	-	-	-	0,7	-	31,3	55,3
		03	29	-	-	-	-	-	34,5	58,6
		04	64	-	1,6	7,8	-	-	23,4	59,4
		05	671	0,3	0,6	1,3	0,7	0,1	28,2	36,2
		06	429	0,5	0,7	1,6	-	-	39,6	47,1
		07	62	-	8,1	-	-	1,6	27,4	59,7
08		157	-	-	-	-	-	26,1	24,2	
09		238	-	-	-	-	-	25,2	60,5	
10		31	3,2	-	-	-	-	9,7	45,2	
11		233	-	-	-	-	-	23,4	59,1	
12		250	-	-	0,4	-	-	19,2	65,2	
13		105	1,0	1,0	1,0	-	-	28,6	57,1	
14		75	-	8,0	-	1,3	1,3	40,0	45,3	

V.

EMIGRAÇÃO POR CONC. LHMOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	1970-1974							
		A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
01	509	0,2	11,6	1,2	-	1,0	30,3	49,9	
02	296	-	-	-	-	-	26,7	70,9	
03	161	-	-	1,2	-	-	26,7	71,4	
04	283	0,7	1,1	1,8	-	0,7	33,9	59,4	
05	1 033	1,1	11,6	11,2	-	1,1	23,8	39,6	
06	321	0,3	4,4	5,0	0,3	-	10,6	67,0	
07	266	0,4	6,4	4,9	-	-	13,5	48,1	
08	1 441	0,2	9,9	11,5	0,1	4,5	33,6	22,0	
09	129	-	-	-	-	-	22,5	70,5	
10	850	0,6	3,1	11,8	-	1,4	13,6	52,2	
11	390	1,3	3,1	1,3	2,1	-	18,7	54,1	
12	347	1,2	8,4	13,0	-	0,3	22,2	52,4	
13	965	0,2	3,7	2,9	0,2	0,1	34,6	51,4	
14	539	0,2	2,8	1,5	-	0,2	48,6	40,1	
15	93	-	1,1	1,1	-	-	14,0	81,7	
16	259	-	4,6	3,1	-	0,3	35,5	52,9	
01	256	-	1,2	2,7	4,3	-	66,4	23,0	
02	192	-	5,2	-	3,1	-	43,8	47,4	
03	610	-	0,7	52,5	5,2	-	30,0	3,8	
04	155	0,6	5,2	1,9	9,7	-	56,8	23,9	
05	403	0,2	1,0	39,0	9,7	-	35,7	12,2	
06	1 163	0,9	2,1	44,1	0,5	1,4	17,2	24,4	
07	913	0,1	3,9	21,6	3,2	-	41,3	25,1	
08	85	-	-	3,5	1,2	-	50,6	41,2	
09	168	-	1,2	3,6	17,3	0,6	58,9	14,3	
10	434	-	1,6	2,5	13,4	2,1	36,2	21,4	

VI.

EMIGRAÇÃO POR CONC. LHMOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	1970-1974							
		A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
11	265	-	7,5	4,2	-	-	58,3	13,5	
12	1 120	0,6	4,3	16,4	3,0	0,3	29,4	23,9	
13	477	0,2	1,5	3,6	14,5	-	30,5	26,2	
14	195	0,5	3,1	0,5	7,7	1,0	60,0	17,4	
01	2 244	0,3	5,4	32,0	0,2	0,3	25,8	32,7	
02	424	1,2	3,8	1,7	0,7	1,3	74,3	12,5	
03	756	1,7	0,4	1,6	4,5	2,1	46,8	40,1	
04	1 127	1,2	3,9	17,7	0,6	0,2	42,2	27,5	
05	848	-	15,6	13,7	0,1	-	33,6	26,8	
06	2 130	0,4	20,8	25,5	0,1	0,5	20,3	28,5	
07	107	-	0,9	4,7	3,8	-	52,4	35,5	
08	416	0,2	2,4	1,4	1,2	0,2	74,5	11,1	
09	3 388	0,2	4,8	3,8	0,4	0,6	46,0	42,2	
10	1 478	0,4	2,6	2,6	0,8	0,1	27,7	62,9	
11	452	0,4	25,2	10,0	1,8	-	32,2	25,9	
12	567	-	14,6	20,1	-	-	34,3	25,3	
13	109	0,9	1,8	2,8	0,9	-	67,3	22,9	
14	1 516	0,1	21,6	4,5	0,1	-	24,6	45,7	
15	4 843	0,2	2,2	0,4	1,3	0,5	75,9	16,8	
16	1 621	0,6	13,8	21,2	0,8	0,7	38,1	23,6	
01	548	-	9,7	11,5	1,6	-	19,9	48,7	
02	100	-	-	7,0	-	-	40,0	47,0	
03	485	0,4	0,6	3,1	0,4	-	36,9	52,2	
04	449	-	21,6	14,9	-	-	22,7	32,5	
05	1 500	0,6	10,9	13,4	2,5	1,0	14,5	37,3	

VII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
LISBOA (cont.)								
06	15 756	0,7	8,3	14,4	2,3	1,0	15,7	45,6
07	2 382	0,8	10,8	10,2	1,4	0,5	16,6	48,3
08	1 470	0,3	18,5	7,5	-	-	20,4	50,2
09	427	-	4,2	13,3	0,5	0,2	21,8	45,4
10	3 193	0,6	11,6	13,7	2,3	0,9	15,7	43,8
11	1 360	1,0	9,3	3,2	1,6	0,3	28,4	33,9
12	78	-	10,3	6,4	-	-	12,8	60,3
13	1 257	0,2	6,0	6,6	0,1	0,2	13,6	58,3
14	1 252	0,7	5,6	8,5	0,3	0,4	47,7	16,9
01	31	-	-	16,1	-	-	16,1	41,3
02	4	-	-	-	-	-	50,0	50,0
03	50	-	-	-	-	-	34,0	16,0
04	140	-	3,6	1,4	2,9	-	25,0	33,6
05	21	-	-	-	4,8	-	19,0	76,2
06	31	-	16,3	-	-	-	12,1	47,3
07	155	1,9	2,6	0,6	-	-	23,2	43,9
08	20	-	-	-	-	-	35,0	60,0
09	56	1,8	1,8	-	-	-	28,6	67,9
10	12	-	-	-	-	-	33,3	38,3
11	6	-	-	-	-	-	66,6	33,3
12	123	-	-	1,6	0,8	-	61,0	33,3
13	175	-	5,1	2,9	1,1	0,6	20,6	53,7
14	116	-	-	1,7	0,3	-	20,7	63,5
15	17	-	-	-	-	5,9	23,5	33,3
PORTALEGRE								

VIII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
PORTO								
01	1 186	0,3	0,3	0,2	3,0	0,2	52,2	32,4
02	334	0,5	0,8	-	12,4	-	48,5	30,2
03	796	0,1	0,5	0,5	0,9	-	74,2	23,5
04	1 430	2,1	1,9	1,5	1,5	1,1	40,1	45,2
05	521	0,2	0,4	1,2	2,5	0,2	45,3	47,4
06	1 334	11,9	0,8	1,3	1,4	10,7	25,3	36,6
07	856	6,8	1,5	12,3	3,0	2,0	32,2	33,4
08	1 794	2,3	3,4	7,9	2,2	1,2	31,3	44,3
09	706	0,7	1,8	0,7	0,7	1,3	52,1	33,5
10	485	1,2	-	1,6	3,3	0,4	53,3	30,7
11	782	0,5	0,1	-	1,9	0,3	45,1	43,1
12	2 361	1,0	3,8	6,8	5,7	0,6	32,4	44,3
13	1 199	1,7	4,3	3,3	3,9	0,7	56,2	26,1
14	5 357	1,1	0,5	0,6	0,7	1,0	21,9	71,3
15	333	1,4	1,6	2,7	1,6	10,4	44,6	31,9
16	1 437	2,9	2,9	0,5	3,1	1,2	34,0	53,2
17	3 437	4,7	1,3	2,3	2,4	21,6	33,9	22,6
01	627	0,5	3,8	4,0	1,1	-	23,6	53,1
02	734	0,5	37,7	3,7	-	1,4	34,3	14,6
03	309	-	3,2	1,0	-	0,3	58,3	34,0
04	124	-	-	3,2	0,8	-	40,3	50,8
05	243	1,6	0,8	1,6	-	0,8	31,3	40,3
06	247	0,8	2,0	4,9	-	1,2	37,2	48,6
07	149	-	1,3	2,0	-	-	38,3	43,0
08	47	-	-	-	-	-	19,1	61,7
09	334	-	1,2	5,4	0,3	0,3	59,9	24,3
SANTARÉM								

IX.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
10	117	0,3	3,5	1,7	-	-	33,3	50,4
11	309	-	2,3	1,0	0,3	1,0	63,1	28,5
12	52	-	3,8	-	-	-	42,3	34,6
13	230	-	4,5	2,4	17,6	-	28,3	42,4
14	277	0,4	1,4	5,1	0,4	-	43,0	37,2
15	350	-	0,3	6,0	-	-	30,3	41,7
16	1 101	0,2	5,2	12,8	0,9	0,1	43,9	30,9
17	37	-	-	-	-	-	16,2	81,1
18	1 000	1,2	1,7	4,2	0,2	0,5	47,7	30,8
19	1 035	0,6	10,8	2,1	0,3	0,2	46,5	35,7
20	126	-	-	4,0	0,8	-	33,3	48,4
21	3 321	0,1	7,6	1,5	1,3	0,3	81,1	6,3
01	157	0,6	12,7	4,5	-	-	8,3	66,2
02	139	-	3,0	4,0	1,0	-	31,2	53,8
03	1 770	1,5	10,3	14,2	1,2	0,2	13,1	49,2
04	1 392	0,5	3,3	7,0	0,4	0,4	13,6	56,8
05	224	-	1,8	0,4	-	0,4	29,5	61,2
06	999	0,7	5,8	3,1	0,1	0,2	16,7	65,8
07	785	0,1	2,0	2,2	0,4	0,4	27,6	60,8
08	355	1,4	2,0	3,4	-	-	17,2	69,9
09	237	-	7,6	2,5	0,4	-	25,3	51,9
10	751	0,5	6,0	8,7	0,1	0,3	20,0	56,6
11	50	-	-	18,0	-	-	22,0	46,0
12	1 187	1,4	8,0	8,3	0,5	0,5	13,8	57,9
13	147	-	13,6	2,0	-	-	20,4	47,6

X.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	2 119	-	24,0	33,8	1,7	0,8	34,0	3,3
02	308	0,3	11,0	5,2	4,9	0,3	37,1	15,3
03	357	0,3	13,2	1,7	3,6	-	79,0	1,4
04	507	-	10,7	9,7	6,1	0,4	60,7	6,9
05	550	0,3	5,1	6,2	3,8	-	72,4	6,0
06	331	-	20,7	14,2	0,9	0,5	40,2	22,2
07	364	-	3,3	1,6	10,1	1,1	64,3	15,5
08	642	-	25,4	38,2	0,8	-	25,4	8,3
09	2 211	0,6	6,3	4,3	0,3	0,6	70,3	12,1
10	298	-	15,8	37,3	5,4	-	34,2	6,0
01	641	0,5	2,3	-	3,4	0,3	55,4	32,8
02	584	0,3	9,4	47,8	8,3	-	26,0	7,7
03	2 388	0,1	1,3	46,0	3,9	0,3	21,4	21,7
04	120	0,8	-	-	7,5	1,7	55,0	25,0
05	300	-	-	2,7	8,7	-	30,3	25,0
06	1 420	-	4,2	56,3	3,9	0,1	15,4	15,5
07	326	-	3,1	0,3	4,3	-	23,1	52,1
08	417	-	1,2	3,6	2,9	-	51,6	35,3
09	407	-	1,2	15,0	2,7	-	53,3	25,6
10	244	-	-	-	9,0	0,8	53,7	27,0
11	227	-	0,4	1,8	6,2	-	60,4	26,9
12	952	0,1	12,0	11,9	5,3	0,5	31,7	32,6
13	1 344	0,1	2,9	15,1	2,5	0,2	22,2	52,6
14	1 765	0,2	1,0	8,6	4,7	0,1	39,2	33,3

XI.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1970-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	1970-1974						
		A.SUL	CAN.	P.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	286	-	2,1	2,8	3,1	-	17,5	62,9
02	794	0,1	1,4	15,0	2,9	0,1	35,0	43,5
03	619	-	2,4	2,4	3,6	-	32,6	44,9
04	239	2,5	-	0,4	30,5	0,4	38,3	23,4
05	477	-	0,6	0,2	5,0	-	31,7	57,2
06	1 444	0,1	1,5	23,5	1,7	0,3	14,1	56,0
07	608	0,2	0,5	1,6	6,7	1,3	41,3	45,1
08	583	0,5	0,3	7,0	1,2	1,5	28,8	35,7
09	1 154	0,8	1,6	6,3	1,6	0,7	18,6	64,8
10	266	-	2,3	3,8	7,1	1,1	29,7	46,6
11	302	-	0,3	32,3	2,4	-	18,3	43,3
12	94	-	-	4,3	13,3	-	77,7	3,2
13	291	-	-	1,7	3,6	-	26,5	53,3
14	583	0,3	2,2	3,8	2,1	-	23,0	45,1
15	210	-	-	0,5	1,3	-	53,3	41,0
16	508	2,4	3,1	2,4	3,3	0,2	37,0	39,0
17	582	0,2	0,3	3,1	3,8	-	39,7	49,0
18	358	-	-	-	5,0	-	39,1	54,2
19	280	-	0,7	3,2	11,8	1,1	42,5	39,6
20	204	-	-	0,5	3,9	-	42,2	45,6
21	1 931	1,7	4,2	3,4	2,1	0,1	17,9	53,3
22	300	-	1,0	-	15,0	-	57,3	24,0
23	4 322	0,1	1,7	3,2	1,1	0,1	19,3	70,2
24	343	-	0,9	4,1	4,4	0,3	30,0	51,3

A. V

I.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	4 414	7,1	3,0	5,7	23,4	21,0	24,7	3,8
02	2 760	3,0	5,3	17,1	22,5	10,8	20,8	3,7
03	4 376	3,3	4,3	16,5	26,3	11,2	31,9	3,2
04	3 656	0,6	0,3	0,7	71,0	1,0	24,0	1,6
05	5 554	2,6	3,2	13,0	7,9	17,4	35,6	12,0
06	1 013	-	0,1	0,1	75,9	0,4	17,0	4,0
07	2 932	2,3	2,3	2,6	11,1	33,0	41,5	5,3
08	5 603	1,9	5,4	18,5	11,0	32,3	19,1	8,7
09	11 110	6,3	0,6	0,3	20,3	26,5	33,0	3,5
10	5 495	1,9	13,0	23,3	3,1	7,3	27,3	15,7
11	1 799	1,7	4,3	4,1	30,7	3,0	44,1	3,4
12	4 705	0,9	6,7	48,3	4,1	20,0	7,8	4,3
13	4 687	1,3	1,3	6,1	13,1	32,5	29,3	7,1
14	4 212	2,1	3,3	7,6	16,4	45,0	20,4	2,1
15	4 135	1,8	2,5	8,3	33,7	10,3	34,0	5,9
16	736	2,4	8,3	5,3	21,5	15,1	34,0	7,3
17	2 857	0,7	4,3	1,2	25,3	5,4	52,5	8,1
18	5 813	0,3	7,7	3,6	13,3	32,1	25,4	5,0
19	3 059	2,7	2,3	5,1	13,8	3,0	47,4	17,0
01	1 745	0,7	9,3	0,1	0,3	0,5	40,1	23,2
02	1 399	0,1	0,3	0,1	0,3	0,2	36,2	36,0
03	73	-	2,7	-	4,1	1,4	54,8	26,0
04	203	-	0,5	-	-	0,5	31,3	4,4
05	2 367	0,6	5,3	0,9	1,8	0,2	42,4	43,1
06	1 121	0,3	7,0	0,2	0,5	0,2	24,3	51,9
07	130	-	1,5	-	3,8	-	33,1	34,6

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
08	332	1,5	4,3	0,5	1,0	-	35,7	50,0
09	1 212	0,4	2,3	0,4	1,1	0,2	28,0	44,4
10	353	2,7	1,7	0,6	2,4	-	50,3	13,3
11	1 328	0,6	1,5	1,3	1,1	0,5	30,0	60,3
12	584	0,2	1,3	1,9	2,4	-	31,7	56,0
13	1 341	0,1	2,0	3,3	2,3	-	31,2	53,1
14	363	0,3	-	2,2	1,1	-	36,1	44,4
01	3 258	0,1	3,0	2,4	3,5	2,4	70,0	4,5
02	9 767	0,9	2,0	2,6	20,7	5,4	50,4	12,2
03	12 288	0,4	2,4	1,4	6,1	0,6	61,3	24,7
04	1 805	0,4	-	1,3	15,1	0,1	78,7	2,7
05	2 544	0,2	0,5	1,0	21,3	0,5	71,0	2,4
06	5 003	0,3	1,3	0,2	27,5	0,3	51,3	2,6
07	3 365	0,1	0,3	0,2	20,1	0,2	75,7	2,3
08	18 499	0,2	0,4	0,3	3,3	0,2	74,2	13,5
09	4 386	0,1	1,1	0,1	14,5	0,6	79,1	2,1
10	1 434	-	3,4	3,1	24,6	1,3	46,7	6,4
11	2 333	0,3	1,6	0,4	31,6	0,2	57,2	4,3
12	10 508	0,5	2,7	0,4	3,8	2,8	54,8	27,3
13	3 550	0,2	3,4	2,0	20,7	1,2	64,2	6,3
01	1 371	-	0,7	0,1	49,7	-	37,1	11,5
02	6 485	-	0,3	0,3	35,7	-	45,0	15,3
03	2 600	0,2	5,7	0,6	42,5	0,5	23,1	20,4
04	989	0,2	1,2	1,0	31,0	0,2	43,6	20,7
05	4 211	0,1	1,6	0,1	48,9	-	37,8	10,2

III.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Cons.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.		
BRAGANÇA (cont.)	06	3 234	0,2	6,6	0,3	26,8	-	50,1	11,3	
	07	3 613	0,4	0,6	0,1	44,8	0,2	41,4	10,6	
	08	3 986	0,7	0,2	-	51,9	0,1	41,3	4,5	
	09	3 428	0,1	5,5	3,0	21,1	0,1	48,0	19,6	
	10	2 604	-	0,4	-	39,6	0,2	51,2	7,7	
	11	3 692	-	0,1	0,1	50,7	-	39,1	5,7	
	12	3 436	0,1	0,2	0,7	54,4	-	28,2	15,3	
	C. BRANCO	01	1 897	0,1	0,7	0,2	1,6	0,1	91,8	4,2
		02	8 052	0,7	1,0	1,1	3,0	0,2	86,1	5,7
		03	12 739	0,3	7,7	0,5	1,9	1,4	79,2	5,9
		04	9 340	0,6	4,8	1,3	1,7	2,1	83,4	3,2
		05	1 948	0,2	1,6	0,9	1,3	0,2	85,8	10,4
06		1 276	0,5	1,1	1,3	4,2	0,2	82,4	7,8	
07		2 495	0,1	0,2	0,3	2,1	0,2	90,0	4,0	
08		2 022	0,5	5,0	0,1	62,2	0,3	24,3	3,2	
09		1 453	2,3	3,2	3,4	31,0	2,0	35,4	15,6	
10		475	1,1	5,7	15,2	14,7	5,1	23,2	28,6	
11		515	0,6	-	0,2	25,0	0,2	62,9	7,0	
COIMBRA	01	620	7,6	4,6	8,1	40,0	2,3	26,5	6,6	
	02	7 673	1,3	6,0	7,7	20,3	10,4	46,3	4,3	
	03	4 019	2,4	3,0	5,4	21,6	1,0	41,4	18,6	
	04	1 142	0,8	3,2	1,1	35,1	2,9	37,4	12,0	
	05	5 391	1,5	7,2	5,4	9,3	1,3	38,8	17,1	
	06	266	1,1	1,9	5,6	39,5	2,3	38,0	10,2	
	07	1 584	2,2	8,3	15,2	36,2	2,8	17,9	13,0	

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Cons.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.		
COIMBRA (cont.)	08	2 618	0,3	22,3	3,9	22,8	2,1	43,3	3,4	
	09	327	1,6	0,4	0,5	66,5	-	16,3	11,4	
	10	994	0,8	0,5	0,5	30,6	0,2	33,2	22,0	
	11	2 373	3,1	1,1	4,0	32,3	0,9	16,7	11,2	
	12	1 304	0,1	2,7	2,9	6,9	1,0	71,4	9,1	
	13	3 168	0,1	1,0	3,1	39,4	1,7	50,3	3,1	
	14	811	5,1	1,1	3,0	41,3	0,1	32,7	11,3	
	15	3 027	0,5	0,3	0,9	19,9	2,8	51,8	15,4	
	16	864	2,4	3,8	8,0	34,3	3,7	24,8	16,4	
	17	422	-	0,2	1,4	52,1	1,9	32,2	8,5	
	ÉVORA	01	70	-	4,3	1,4	7,1	-	48,6	34,3
		02	253	-	0,4	-	1,2	-	42,7	38,7
		03	46	-	4,3	-	4,3	-	34,3	43,5
		04	168	-	2,4	5,4	10,1	-	31,0	39,3
		05	1 194	0,9	1,3	0,9	5,9	0,3	44,4	24,5
		06	1 276	1,6	0,5	1,5	2,6	0,5	62,3	23,0
		07	153	0,7	4,6	0,7	4,6	0,7	48,4	32,7
08		324	1,5	0,9	-	0,3	0,3	47,2	21,3	
09		393	-	-	0,3	0,8	-	33,1	57,3	
10		60	1,7	-	-	10,0	-	30,0	38,3	
11		404	0,7	0,2	-	0,2	-	37,5	47,8	
12		403	0,7	-	0,7	0,2	-	29,8	50,4	
13		258	1,6	0,4	0,8	2,7	1,3	50,8	34,3	
14		133	3,8	14,3	-	2,3	1,5	37,6	33,8	

VI.

V.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
FARO	01	2 326	0,3	10,3	1,2	1,5	3,6	43,4	24,3
	02	571	-	-	0,1	0,5	0,1	24,1	73,0
	03	322	1,2	0,3	0,6	0,3	-	31,7	61,8
	04	741	0,3	2,2	1,3	0,3	0,7	43,5	45,3
	05	6 243	1,4	3,2	3,4	1,5	4,0	53,1	12,4
	06	615	1,5	16,3	3,6	2,6	0,5	17,4	42,3
	07	535	2,2	17,2	5,0	7,1	1,3	20,0	30,1
	08	11 316	0,6	5,3	3,6	2,4	11,4	56,4	5,7
	09	281	1,1	1,4	0,7	4,3	-	16,4	69,0
	10	3 330	1,4	3,3	10,3	2,4	2,4	38,7	27,3
	11	837	4,3	4,4	1,9	6,0	1,6	23,4	33,3
	12	1 827	2,7	10,3	6,0	1,4	1,3	37,3	27,5
	13	2 566	1,2	5,3	1,7	3,5	1,2	44,6	34,3
	14	2 016	1,2	2,0	1,4	3,0	0,2	59,4	23,6
	15	139	1,0	2,5	2,5	6,0	1,0	17,6	64,3
	16	768	0,5	3,3	2,0	5,5	1,4	43,3	28,3
GUARDA	01	1 633	0,1	0,3	3,4	21,0	-	68,0	4,3
	02	3 453	0,1	0,6	0,2	15,6	0,1	74,5	5,3
	03	3 085	0,2	1,5	29,3	31,2	0,1	30,5	2,8
	04	2 135	3,0	0,4	1,7	39,7	0,4	50,5	2,6
	05	1 728	0,2	0,3	24,2	43,3	0,3	22,9	3,6
	06	4 130	1,2	1,4	35,8	15,5	1,6	22,5	3,3
	07	8 351	0,1	1,0	6,1	21,4	0,6	62,9	4,3
	08	538	0,4	0,6	0,7	36,8	-	52,3	7,8
	09	2 124	0,2	0,3	0,5	29,7	0,2	66,7	1,6
	10	3 654	0,3	0,5	1,0	43,7	0,8	47,8	3,7

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
GUARDA (cont)	11	11 362	-	0,5	0,1	4,3	0,1	31,6	1,7
	12	4 074	0,8	2,5	12,2	27,7	1,3	15,3	3,3
	13	3 330	0,1	0,7	1,0	43,2	0,1	48,5	4,8
	14	3 546	0,6	2,6	0,1	22,5	0,3	70,3	1,3
LEIRIA	01	5 330	1,2	5,0	29,7	3,5	0,5	35,7	13,3
	02	2 044	2,3	2,1	1,0	11,4	2,3	74,3	4,1
	03	3 008	2,2	0,6	0,6	28,9	4,7	61,1	14,3
	04	3 354	1,4	5,8	11,1	3,3	0,3	57,0	13,8
	05	2 577	0,3	22,4	9,3	3,9	0,2	33,3	14,5
	06	5 077	1,3	23,0	23,3	2,6	0,6	27,2	16,6
	07	272	1,1	2,2	4,0	43,0	-	31,6	15,3
	08	1 203	3,0	2,3	1,2	26,4	0,6	30,2	5,6
	09	19 108	0,6	3,2	1,5	6,0	0,3	68,7	15,5
	10	4 026	1,2	2,1	1,3	7,4	0,5	41,4	36,3
	11	1 473	2,3	18,7	6,2	4,4	-	46,3	16,4
	12	1 615	0,6	14,0	23,4	1,4	0,2	43,6	12,3
	13	719	2,6	6,4	3,3	12,5	2,6	64,3	6,1
	14	4 004	1,5	23,6	3,8	0,6	0,5	38,2	27,7
	15	19 136	0,3	1,2	0,3	7,4	0,7	78,3	3,6
	16	5 451	1,8	11,8	18,1	7,6	2,8	43,7	12,2
LISBOA	01	1 145	1,6	11,4	10,0	3,3	0,3	24,6	34,8
	02	358	-	-	3,1	2,0	-	67,6	20,9
	03	853	1,5	1,5	2,7	3,3	0,1	47,1	36,7
	04	1 139	0,5	23,1	10,4	3,0	0,4	34,1	19,7
	05	4 380	2,5	10,5	8,6	5,0	1,1	31,6	19,6

VII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1955-1974

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
LISBOA (cont)	06	47 359	3,1	9,6	12,9	10,9	1,2	22,3	25,3
	07	7 349	3,4	8,3	7,3	3,6	0,3	35,3	29,2
	08	4 121	0,5	13,3	7,5	1,3	0,2	35,3	31,0
	09	1 027	1,6	3,3	3,3	4,7	0,9	34,0	34,3
	10	8 010	6,4	10,0	11,0	4,5	0,8	27,3	27,7
	11	4 345	3,3	8,2	6,7	4,3	0,5	40,3	21,3
	12	194	0,5	5,6	4,1	5,7	1,0	22,7	34,0
	13	2 682	0,4	7,0	4,8	3,0	0,3	34,3	36,6
	14	3 497	2,8	6,3	6,3	3,1	0,7	24,5	23,5
	01	96	1,0	5,2	5,2	38,5	1,0	15,6	19,3
	02	17	11,8	-	-	11,8	-	33,3	17,6
	03	172	-	4,1	0,6	3,5	-	41,3	15,7
	04	254	2,0	2,4	0,8	3,9	-	22,0	28,7
	05	72	4,2	-	1,4	26,4	-	27,3	27,8
PORTALEGRE	06	169	-	26,6	-	5,3	1,8	14,8	31,4
	07	564	5,0	2,3	2,1	3,2	0,2	20,0	20,9
	08	33	-	-	1,2	22,9	-	45,8	25,3
	09	190	4,7	0,5	-	21,6	6,7	38,4	25,3
	10	37	-	-	16,2	2,7	2,7	45,9	27,0
	11	15	6,6	-	-	-	-	60,0	26,7
	12	1 359	0,3	2,3	0,1	5,5	-	84,3	6,2
	13	436	5,5	8,3	10,8	10,1	0,5	21,6	29,6
	14	207	2,4	1,4	1,4	13,0	1,4	26,6	41,5
	15	65	-	1,5	1,5	32,3	4,6	16,3	18,5

VIII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1955-1974

Cód. Conç.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
PORTO	01	6 498	0,3	0,2	0,1	16,1	0,5	71,1	9,9
	02	2 549	0,5	0,2	0,1	68,5	0,3	23,2	5,6
	03	3 791	-	0,2	0,3	12,2	0,3	80,5	5,8
	04	5 743	6,7	1,0	0,9	18,1	2,9	50,3	15,6
	05	1 251	0,5	0,2	1,1	21,3	0,4	51,4	22,8
	06	6 363	17,0	0,4	0,4	10,6	17,1	42,1	7,2
	07	2 696	2,5	0,7	7,8	40,2	5,3	22,1	12,0
	08	5 465	5,7	2,4	4,8	13,6	4,8	41,9	21,2
	09	2 909	1,4	0,5	0,5	6,6	1,3	76,7	11,7
	10	1 359	1,6	0,2	0,8	29,1	2,6	54,4	8,8
	11	2 027	0,3	0,1	0,4	34,6	1,3	39,9	19,2
	12	9 375	2,2	2,3	4,1	34,6	1,9	32,5	17,0
	13	7 360	5,9	1,6	0,9	38,6	1,4	44,0	6,1
	14	14 684	3,0	0,5	0,5	6,6	2,5	43,4	41,0
	15	3 706	3,8	0,8	1,1	8,3	16,3	54,3	11,1
	16	6 318	4,6	1,7	0,5	20,8	2,5	49,5	18,5
	17	12 687	10,2	1,2	1,3	12,8	24,4	35,1	10,2
SANTARÉM	01	1 401	2,0	4,1	2,9	13,1	1,7	37,5	28,9
	02	3 483	1,4	24,1	8,6	5,2	2,8	50,5	5,5
	03	754	0,9	4,6	1,1	1,3	0,4	71,2	16,8
	04	270	3,0	0,4	1,9	4,1	1,9	56,7	28,9
	05	664	4,7	1,5	1,8	4,4	3,2	46,2	21,7
	06	452	1,3	3,3	4,6	6,6	1,5	43,8	32,7
	07	277	0,7	2,2	1,1	10,5	0,7	44,0	26,0
	08	80	-	3,8	-	5,0	-	31,3	43,8
	09	711	0,4	2,1	5,1	3,1	0,3	63,2	15,3

IX.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	1955-1974						
		A.SUL	CAN.	EU.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
SANTARÉM (cont.)								
10	266	5,3	6,0	0,8	6,0	1,5	45,1	30,1
11	1 380	0,5	2,6	2,8	3,9	1,2	77,5	9,5
12	121	0,8	6,6	0,8	2,5	1,7	43,0	21,5
13	1 904	1,3	1,5	1,8	56,9	0,6	14,1	9,1
14	713	1,0	3,5	4,2	2,9	0,8	57,9	21,6
15	653	1,5	3,4	8,3	1,7	-	37,1	30,9
16	3 442	1,2	3,7	3,2	3,4	0,7	62,2	14,1
17	102	-	1,0	2,0	14,7	2,9	41,2	36,3
18	3 075	4,8	1,5	2,5	5,1	1,3	63,8	13,2
19	3 321	1,8	7,4	1,4	3,0	0,2	68,7	14,2
20	193	3,6	1,0	3,1	3,8	0,5	30,6	38,3
21	16 063	0,3	3,3	0,7	5,3	0,6	86,0	2,5
SETÚBAL								
01	338	2,1	10,7	3,0	4,7	1,5	24,9	44,1
02	388	0,3	5,2	6,2	5,2	0,3	41,8	30,2
03	5 131	6,0	10,5	10,6	4,4	0,6	26,3	29,3
04	3 166	3,7	11,9	4,9	5,1	0,5	25,7	35,5
05	701	1,6	1,6	1,7	1,3	0,3	50,9	27,4
06	2 040	2,5	6,3	3,3	1,5	0,5	30,4	46,3
07	2 223	0,3	1,5	1,8	3,6	0,7	48,4	37,1
08	665	1,8	4,4	2,7	3,6	1,2	31,9	48,1
09	580	0,3	5,9	2,2	5,5	0,5	37,9	32,2
10	1 320	2,6	5,3	6,2	3,0	0,3	34,0	38,3
11	167	-	7,8	7,2	6,0	0,6	38,9	33,4
12	2 655	6,3	9,1	8,9	5,5	1,1	25,9	33,7
13	302	0,7	10,9	3,3	1,0	-	21,9	28,5

X.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

Cód. Conc.	TOTAL 100%	1955-1974						
		A.SUL	CAN.	EU.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
V. DO CASTELO								
01	3 187	-	13,4	15,7	10,1	1,3	56,0	0,9
02	1 937	0,1	3,1	2,6	17,3	0,8	66,2	4,3
03	3 620	0,1	4,1	0,2	6,3	0,2	37,3	0,4
04	5 289	0,1	3,2	2,3	19,0	0,8	70,9	0,9
05	2 852	0,1	1,8	2,5	28,5	0,4	62,3	2,2
06	3 730	0,2	14,0	7,1	11,0	0,8	56,7	9,2
07	6 573	0,2	1,7	0,7	35,3	2,2	53,7	3,0
08	3 621	0,7	15,5	18,1	7,7	0,6	51,4	2,5
09	14 455	0,6	2,4	1,0	5,6	0,9	80,0	2,9
10	2 000	0,6	10,1	10,6	14,3	0,9	58,9	1,9
VILA REAL								
01	2 061	1,0	0,7	1,5	39,9	1,0	40,6	14,4
02	2 350	0,2	6,2	28,2	31,0	-	30,8	2,4
03	10 243	0,3	1,2	26,9	27,7	0,1	33,6	6,3
04	675	0,6	-	0,3	68,3	0,4	21,9	5,6
05	890	0,3	0,2	1,2	47,1	-	36,1	10,0
06	5 681	0,1	2,4	38,0	19,7	0,1	29,4	7,0
07	1 054	0,8	1,9	0,4	36,3	0,1	29,4	27,5
08	1 378	-	0,6	1,7	36,0	1,3	42,9	13,7
09	1 981	-	1,1	7,8	3,3	3,3	71,5	9,2
10	1 356	-	0,2	0,7	39,9	0,5	49,3	6,4
11	1 038	1,0	1,0	1,6	49,7	3,6	33,3	8,7
12	4 498	0,3	5,7	6,6	34,7	0,2	41,4	9,2
13	4 538	0,1	2,8	15,1	25,0	0,1	22,6	31,5
14	7 095	0,1	0,1	4,5	37,0	0,2	39,8	15,3

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1955-1974

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	EU. L.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	VISEU
01	1 271	0,1	0,6	0,6	73,6	0,3	6,0	17,4	
02	2 554	0,2	1,2	12,3	31,3	2,3	23,6	21,3	
03	3 117	0,3	1,2	0,7	64,5	0,2	12,6	12,6	
04	2 352	0,5	0,1	0,4	87,7	0,4	7,4	3,0	
05	1 613	0,2	0,4	0,2	53,6	0,4	21,6	21,5	
06	4 108	0,8	1,3	25,5	25,2	0,8	14,0	27,0	
07	2 373	0,1	0,2	1,2	48,3	2,2	33,0	13,3	
08	2 567	0,5	0,3	2,4	13,8	0,5	41,8	10,4	
09	2 375	0,6	1,6	4,7	24,7	1,5	18,2	38,4	
10	357	0,5	2,7	1,3	32,7	3,7	22,5	31,6	
11	2 312	-	0,6	28,2	34,2	0,2	17,3	13,0	
12	1 693	-	-	0,6	29,7	-	69,0	0,4	
13	1 439	0,4	-	0,5	70,6	0,3	11,7	13,5	
14	1 706	3,2	2,6	7,7	22,0	0,3	22,7	24,0	
15	1 627	0,5	0,1	0,2	30,5	0,2	57,2	10,2	
16	2 631	4,3	1,3	0,8	48,3	0,6	30,3	11,2	
17	3 074	0,1	0,1	0,8	40,8	0,2	43,1	13,4	
18	1 945	-	-	-	36,4	0,2	46,1	16,3	
19	1 147	-	0,3	1,3	50,9	0,4	31,3	13,8	
20	773	1,3	0,3	0,1	64,9	0,3	15,0	15,7	
21	4 481	5,2	2,3	7,7	24,0	0,6	22,6	31,5	
22	2 551	0,2	0,4	0,1	36,9	0,1	57,4	4,5	
23	11 699	0,3	1,3	3,5	17,8	0,6	29,3	44,5	
24	1 336	0,5	1,5	1,8	52,2	2,4	18,3	19,7	

A. VI

I.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	-	2,1	-	0,5	0,7	-	-	-
02	-	1,7	-	0,9	-	1,0	-	-
03	0,6	1,1	0,7	1,6	0,9	1,8	-	-
04	-	-	-	-	1,7	-	-	-
05	0,6	1,0	1,2	1,4	-	3,1	-	0,5
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	0,6	-	-	-	0,3	-	-
08	0,6	0,7	1,0	2,0	-	3,9	-	-
09	1,3	4,8	-	-	1,5	3,5	0,9	0,8
10	0,6	0,7	1,9	2,6	-	1,4	-	0,7
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	0,5	-	0,9	4,5	-	3,0	-	-
13	0,5	0,6	-	0,6	-	4,9	-	-
14	-	0,6	-	0,6	-	6,1	-	-
15	-	-	-	0,7	0,9	1,5	-	-
16	-	-	-	-	-	-	-	-
17	-	-	-	-	-	0,5	-	-
18	-	-	1,2	1,1	0,7	6,0	-	-
19	-	0,6	-	-	-	-	-	-
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	-	-	-	-	-	-	-	0,6
03	-	-	-	-	-	-	-	-
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	-	-	-	-	-	-	-	0,8
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	-	-	-	-

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
08	-	-	-	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	0,8
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	0,7
14	-	-	-	-	-	-	-	-
01	-	-	0,8	-	-	-	0,5	-
02	1,1	0,6	-	0,5	1,3	1,7	1,2	0,9
03	1,4	0,3	0,8	-	-	-	1,8	2,3
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	0,6	-	-	-	0,9	-	0,6	-
07	1,1	-	-	-	1,3	-	1,8	-
08	2,1	-	-	-	-	-	3,3	2,8
09	0,6	-	-	-	-	-	0,9	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	1,2	-	0,8	-	-	1,0	1,4	2,2
13	1,0	-	0,8	-	1,2	-	1,3	-
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	0,7	-	-	-	1,5	-	0,7	0,8
03	-	-	-	-	0,7	-	-	-
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	-	-	-	-	1,4	-	-	-

III.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
BRAGANÇA (cont.)								
06	-	-	0,6	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	1,1	-	-	-
08	-	-	-	-	1,4	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	0,7	-	-	-
11	-	-	-	-	1,2	-	-	-
12	-	-	-	-	1,2	-	-	-
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	0,9	-	-	-	-	1,6	-	-
03	1,4	-	2,6	-	-	0,6	2,4	0,6
04	1,1	-	1,3	-	-	0,7	1,9	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	-	0,5	-	-
08	-	-	-	-	0,8	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-
C. BRANCO								
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	0,9	-	1,2	1,2	1,0	2,6	0,9	-
03	-	0,6	-	-	-	-	-	0,6
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	0,6	0,5	1,0	0,6	-	-	0,5	0,7
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	-	-	-	-
COIMBRA								
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	-	-	-	-	-	-	-	-
03	-	-	-	-	-	-	-	-
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	-	-	-	-
08	-	-	-	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-

IV.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
COIMBRA (cont.)								
08	-	-	1,6	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	0,7	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	0,3	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	-	-	-	-	-
16	-	-	-	-	-	-	-	-
17	-	-	-	-	-	-	-	-
ÉVORA								
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	-	-	-	-	-	-	-	-
03	-	-	-	-	-	-	-	-
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	-	-	-	-
08	-	-	-	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	-	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-

V.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1953/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
FARO	01	-	0,6	-	-	-	-	-	
	02	-	-	-	-	-	-	-	
	03	-	-	-	-	-	-	-	
	04	-	-	-	-	-	-	-	
	05	0,7	0,6	1,4	0,5	-	0,8	0,8	0,6
	06	-	-	-	-	-	-	-	-
	07	-	-	-	-	-	-	-	-
	08	1,3	-	1,9	0,8	-	4,4	1,6	0,5
	09	-	-	-	-	-	-	-	-
	10	-	-	-	0,7	-	-	-	0,7
	11	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	-	-	-	-	-	-	-	-
	13	-	-	-	-	-	-	-	0,7
	14	-	-	-	-	-	-	-	-
	15	-	-	-	-	-	-	-	-
	16	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARDA	01	-	-	-	-	-	-	-	
	02	-	-	-	-	-	0,6	-	
	03	-	-	1,8	0,7	-	-	-	
	04	-	-	-	-	-	-	-	
	05	-	-	0,8	-	-	-	-	
	06	-	-	2,3	-	-	-	-	
	07	1,0	-	1,1	1,3	-	1,3	-	
	08	-	-	-	-	-	-	-	
	09	-	-	-	-	-	-	-	
	10	-	-	-	1,0	-	-	-	

VI.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1953/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
GUARDA (cont)	11	1,3	-	-	-	-	-	2,5	
	12	-	-	1,0	0,7	-	-	-	
	13	-	-	-	1,1	-	-	-	
	14	-	-	-	-	-	-	-	
LEIRIA	01	0,6	-	0,7	3,2	-	-	0,8	
	02	-	-	-	-	-	-	-	
	03	-	-	-	-	-	-	-	
	04	-	-	0,6	0,9	-	-	0,5	
	05	-	-	1,6	0,5	-	-	-	
	06	0,6	-	3,1	2,4	-	-	0,6	
	07	-	-	-	-	-	-	-	
	08	-	-	-	-	-	-	-	
	09	2,2	0,8	1,6	0,6	0,8	0,6	3,1	2,3
	10	-	-	-	-	-	-	-	1,3
	11	-	-	0,7	-	-	-	-	-
	12	-	-	0,6	0,7	-	-	-	-
	13	-	-	-	-	-	-	-	-
	14	-	-	-	2,5	-	-	-	0,8
	15	2,2	-	0,6	-	0,9	-	3,6	1,3
	16	-	0,7	1,7	1,9	-	-	-	-
LISBOA	01	-	-	-	-	-	-	-	
	02	-	-	-	-	-	-	-	
	03	-	-	-	-	-	-	-	
	04	-	-	0,7	-	-	-	-	
	05	0,8	1,2	0,7	-	-	-	-	

VII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
LISBOA (cont.)	06	5,4	3,9	12,4	12,2	3,4	1,9	2,6	3,2
	07	0,8	1,7	1,8	1,2	-	-	0,6	1,6
	08	-	-	2,2	-	-	-	-	0,9
	09	-	-	-	-	-	-	-	-
	10	0,9	3,5	2,2	1,7	-	-	0,5	1,7
	11	0,6	1,1	1,1	0,7	-	-	-	0,8
	12	-	-	-	-	-	-	-	-
	13	-	-	-	-	-	-	-	-
	14	-	-	-	-	-	-	-	-
	01	-	-	-	-	-	-	-	-
	02	-	-	-	-	-	-	-	-
	03	-	-	-	-	-	-	-	-
	04	-	-	-	-	-	-	-	-
	05	-	-	-	-	-	-	-	-
PORTALEGRE	06	-	-	-	-	-	-	-	-
	07	-	-	-	-	-	-	-	-
	08	-	-	-	-	-	-	-	-
	09	-	-	-	-	-	-	-	-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-
	11	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	-	-	-	-	-	-	-	-
	13	-	-	-	-	-	-	-	-
	14	-	-	-	-	-	-	-	-
	15	-	-	-	-	-	-	-	-

VIII.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL %	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.	
PORIO	01	0,7	-	-	-	0,7	-	1,1	-
	02	-	-	-	-	1,1	-	-	-
	03	-	-	-	-	-	-	0,7	-
	04	0,6	2,6	-	-	0,7	0,5	0,7	0,7
	05	-	-	-	-	-	-	-	-
	06	0,7	7,3	-	-	-	3,5	0,6	-
	07	-	-	-	-	0,7	-	-	-
	08	0,6	2,1	-	0,3	-	0,9	0,5	0,9
	09	-	-	-	-	-	-	0,5	-
	10	-	-	-	-	-	-	-	-
	11	-	-	-	-	-	-	-	-
	12	1,1	1,4	0,6	0,3	2,1	0,6	0,7	1,2
	13	0,8	2,3	-	-	1,3	-	0,8	-
	14	1,7	3,0	-	-	-	1,2	1,5	4,6
	15	-	1,0	-	-	-	2,0	0,5	-
	16	0,7	2,0	-	-	0,9	0,5	0,7	0,9
	17	1,4	8,3	-	-	1,1	10,0	1,1	1,0
SANTARÉM	01	-	-	-	-	-	-	-	-
	02	-	-	2,3	0,6	-	-	-	-
	03	-	-	-	-	-	-	-	-
	04	-	-	-	-	-	-	-	-
	05	-	-	-	-	-	-	-	-
	06	-	-	-	-	-	-	-	-
	07	-	-	-	-	-	-	-	-
	08	-	-	-	-	-	-	-	-
	09	-	-	-	-	-	-	-	-

EX.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
SANTARÉM (cont.)								
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	0,3	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	-	-	-	-	-
16	-	-	-	0,6	-	0,5	-	-
17	-	-	-	-	-	-	-	-
18	-	1,0	-	-	-	-	-	-
19	-	-	0,7	-	-	-	0,5	-
20	-	-	-	-	-	-	-	-
21	1,8	-	1,6	-	-	-	3,3	-
SETÚBAL								
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	-	-	-	-	-	-	-	-
03	0,6	2,1	1,5	1,1	-	-	-	1,1
04	-	0,8	1,0	-	-	-	-	0,9
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	-	-	-	-	-	-	-
07	-	-	-	-	-	-	-	0,6
08	-	-	-	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	0,5
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	-	0,7	-	-	-	-	-	0,7
13	-	-	-	-	-	-	-	-

X.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Conc.	TOTAL	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
V DO CASTELO								
01	1,0	-	3,3	2,8	-	-	1,2	-
02	-	-	-	-	-	-	-	-
03	-	-	-	-	-	-	0,7	-
04	0,6	-	-	-	0,7	-	0,9	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	-	1,4	0,5	-	-	0,5	-
07	0,7	0,1	-	-	1,5	-	0,3	-
08	-	0,2	1,5	1,3	-	-	-	-
09	1,6	0,6	1,0	-	-	-	2,3	-
10	-	0,1	0,5	-	-	-	-	-
VILA REAL								
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	-	-	-	1,6	-	-	-	-
03	1,2	-	-	5,4	1,9	-	0,8	0,5
04	-	-	-	-	-	-	-	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	0,6	-	-	4,3	0,7	-	-	-
07	-	-	-	-	-	-	-	-
08	-	-	-	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	-
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	-	-	-	-	-	-	-
12	0,5	-	0,7	0,6	1,0	-	-	-
13	0,5	-	-	1,4	0,7	-	-	1,1
14	0,8	-	-	0,6	1,7	-	0,7	0,8

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74 -

Cód. Cens.	T O T A L %	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
01	-	-	-	-	-	-	-	-
02	-	-	-	0,6	-	-	-	-
03	-	-	-	-	1,3	-	-	-
04	-	-	-	-	1,3	-	-	-
05	-	-	-	-	-	-	-	-
06	-	-	-	2,1	0,7	-	-	0,8
07	-	-	-	-	0,8	-	-	-
08	-	-	-	-	-	-	-	-
09	-	-	-	-	-	-	-	0,9
10	-	-	-	-	-	-	-	-
11	-	1,6	-	-	-	-	-	-
12	-	-	-	-	-	-	-	-
13	-	-	-	-	0,7	-	-	-
14	-	-	-	-	-	-	-	-
15	-	-	-	-	-	-	-	-
16	-	-	-	-	0,8	-	-	-
17	-	-	-	-	0,8	-	-	-
18	-	-	-	-	-	-	-	-
19	-	-	-	-	-	-	-	-
20	-	-	-	-	-	-	-	-
21	0,5	-	-	0,7	0,7	-	-	1,1
22	-	-	-	-	-	-	-	-
23	1,3	-	-	0,8	-	-	-	4,0
24	-	-	-	-	1,4	-	0,8	-
TOTAL 100 %	100,0	100	100	100	100	100	100	100

VISEU

B. I.

I.

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
ANGRA DO HER.	01	728	-	26,0	46,7	24,6	-	-
	02	147	-	15,0	74,1	4,1	-	-
	03	131	-	20,3	76,4	-	-	-
	04	226	-	10,2	89,8	-	-	-
	05	210	-	15,2	56,6	21,9	-	-
HORTA	01	38	-	13,2	65,8	-	-	-
	02	3 406	-	22,1	77,0	0,6	-	-
	03	226	-	52,2	46,9	-	-	-
	04	288	-	42,4	55,9	-	-	-
	05	269	-	47,2	51,3	-	-	-
	06	154	-	33,8	65,6	-	-	-
	07	211	-	50,7	46,0	-	-	-
PONTA DELGADA	01	821	-	73,8	18,9	1,8	-	-
	02	553	-	49,9	28,0	21,0	-	-
	03	3 377	-	57,6	29,6	8,5	-	-
	04	306	-	53,4	34,8	6,8	-	-
	05	2 010	-	72,9	19,9	3,5	-	-
	06	740	-	56,1	22,8	13,2	-	-
	07	416	-	46,9	46,9	3,8	-	-

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1959

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FUNCHAL	01	3 576	54,3	0,1	0,7	10,8	31,6	-
	02	2 293	6,6	0,6	0,3	31,3	58,7	-
	03	5 291	9,1	3,1	0,7	43,8	37,4	-
	04	1 795	6,7	0,8	0,2	67,2	23,1	-
	05	1 588	8,4	-	-	22,2	61,3	-
	06	751	25,4	0,1	0,1	18,1	55,3	-
	07	64	26,6	-	1,6	21,9	43,8	-
	08	2 126	3,0	0,3	0,3	22,4	70,7	-
	09	2 822	12,9	1,1	1,2	37,2	45,8	-
	10	340	2,0	1,2	0,9	58,3	33,1	-
	11	347	2,4	0,9	-	60,7	33,9	-

3. II

I.

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
ANGRA DO HER.	01 1 390	-	33,1	56,1	10,3	-	-	-
	02 400	-	15,0	82,0	-	-	-	-
	03 493	-	50,1	49,9	-	-	-	-
	04 584	-	33,5	65,1	-	-	-	-
	05 484	-	35,5	59,1	4,5	-	-	-
HORTA	01 19	-	31,6	68,4	-	-	-	-
	02 2 207	-	17,9	80,8	-	-	-	-
	03 220	-	40,0	60,0	-	-	-	-
	04 438	-	36,3	42,5	-	-	-	-
	05 330	-	66,1	33,0	-	-	-	-
	06 155	-	40,0	59,4	-	-	-	-
	07 222	-	45,5	50,9	-	-	-	-
PONTA DELGADA	01 1 046	-	71,5	21,5	-	-	-	-
	02 876	-	60,8	33,1	-	-	-	-
	03 5 213	-	54,2	38,9	2,3	0,4	-	-
	04 1 442	-	56,7	36,3	1,1	-	-	-
	05 3 542	-	75,4	20,8	0,5	-	-	-
	06 886	-	61,3	28,6	1,4	-	-	-
	07 974	-	53,7	36,3	4,9	-	-	-

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1960-1964

Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FUNCHAL	01 2 367	44,7	0,9	3,1	6,6	53,7	0,1	-
	02 2 537	3,6	0,3	-	24,2	69,6	-	-
	03 5 566	12,9	2,9	0,9	40,3	38,6	-	-
	04 1 407	7,1	1,1	-	53,0	30,3	-	-
	05 1 748	5,4	-	0,3	10,5	88,3	-	-
	06 716	18,0	-	-	13,0	67,6	-	-
	07 36	8,3	2,7	-	41,7	44,4	-	-
	08 2 176	3,7	0,4	-	17,6	76,1	-	-
	09 2 477	10,1	2,1	1,3	30,4	53,4	-	-
	10 665	6,8	1,7	-	53,4	32,9	-	-
	11 844	12,3	-	-	28,0	55,6	-	-

B. III

I.

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1965-1969

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
ANGRA DO HER.	01 5 123	-	25,5	73,7	0,2	-	0,1	-
	02 1 152	0,3	8,3	87,7	-	2,9	0,2	0,2
	03 1 234	-	23,4	76,5	-	-	-	-
	04 1 078	-	13,5	85,5	-	-	0,8	-
	05 2 445	0,1	24,6	75,1	0,2	-	-	-
HORTA	01 50	-	2,0	98,0	-	-	-	-
	02 3 256	-	14,3	85,0	-	-	-	-
	03 220	-	19,1	80,5	-	-	0,5	-
	04 853	-	28,7	71,0	-	0,2	-	-
	05 903	-	31,2	68,4	0,1	-	0,2	-
	06 192	-	13,5	85,9	-	0,5	-	-
	07 533	-	28,7	71,3	-	-	-	-
PONTA DELGADA	01 2 188	-	47,3	46,8	-	-	-	-
	02 1 382	-	35,1	63,0	-	0,3	0,1	-
	03 14 130	-	43,2	53,2	-	0,1	0,1	-
	04 3 771	-	35,1	61,1	-	-	0,1	-
	05 7 662	-	59,0	38,3	-	0,2	0,1	-
	06 2 326	-	39,7	51,6	-	-	-	-
	07 2 503	-	36,3	61,9	-	-	-	0,1

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1965-1969

Cód. Conc.	T O T A L 100%	A. SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FUNCHAL	01 1 900	9,4	0,7	1,6	2,4	83,6	-	-
	02 2 485	4,6	0,4	-	4,5	83,3	-	-
	03 3 422	7,1	1,2	0,5	15,4	60,3	0,3	-
	04 606	10,2	0,5	-	23,4	58,4	-	-
	05 1 545	1,3	0,1	0,6	3,6	69,5	-	-
	06 435	5,7	-	-	1,1	91,0	-	-
	07 35	-	-	-	17,1	80,0	-	-
	08 2 125	0,3	0,2	-	4,2	92,8	0,1	-
	09 1 731	3,6	2,5	4,7	10,2	73,4	-	-
	10 447	4,3	0,4	0,3	31,3	57,3	0,2	-
	11 542	5,2	1,1	-	16,6	72,5	-	-

3. IV

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1970-1974

Cód. Cons.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
ANGRA DO HER	01	4 674	-	39,6	59,9	0,1	0,1	-
	02	1 093	1,5	19,2	63,3	-	8,2	0,8
	03	1 372	-	39,1	60,6	-	0,1	0,1
	04	1 143	-	30,4	63,3	-	0,2	-
	05	3 078	0,1	41,5	58,0	0,3	-	0,1
HORTA	01	53	-	7,5	30,6	-	-	1,9
	02	2 314	-	26,7	73,2	-	-	-
	03	468	-	37,4	62,6	-	-	-
	04	763	-	52,4	47,4	-	-	0,1
	05	316	-	33,7	46,2	-	-	0,1
	06	369	-	34,1	65,0	-	0,5	0,3
	07	564	-	46,1	53,3	-	-	-
PONTA DELGADA	01	2 198	-	64,1	32,3	-	0,2	0,1
	02	1 733	-	55,7	43,6	-	0,1	0,1
	03	13 066	-	59,6	38,8	0,1	0,1	0,1
	04	2 752	-	55,7	41,0	-	-	0,1
	05	7 038	-	72,6	26,0	-	0,3	0,2
	06	2 192	-	58,9	37,2	-	-	0,4
	07	2 263	-	52,0	47,6	-	-	-

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO

1970-1974

Cód. Cons.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FUNCHAL	01	2 055	4,8	1,0	5,0	1,0	78,2	3,1
	02	2 715	1,3	1,6	0,6	2,0	81,1	6,1
	03	3 869	1,7	5,5	5,1	4,1	52,8	3,3
	04	808	4,8	3,2	3,2	5,7	53,3	3,3
	05	1 508	0,5	1,2	1,3	1,5	75,7	3,8
	06	491	6,5	1,2	0,2	1,0	85,1	0,4
	07	70	1,4	8,6	24,3	-	35,7	2,9
	08	2 312	1,0	1,8	0,7	1,8	88,6	3,2
	09	1 657	1,4	4,1	6,0	4,0	54,7	4,2
	10	519	2,9	6,4	3,1	7,5	43,4	11,4
	11	667	4,0	1,3	0,3	2,4	60,3	15,4

I.
3. V
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

	Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
ANGRA DO HER.	01	11 915	-	32,1	64,6	2,8	0,1	-	-
	02	2 792	0,1	14,1	78,6	0,3	4,6	0,4	0,1
	03	3 290	-	33,8	55,9	0,1	0,1	-	-
	04	3 031	-	23,5	75,8	0,1	0,1	0,3	-
	05	6 217	0,1	33,5	64,8	1,3	-	-	-
HORTA	01	160	-	10,0	84,4	4,4	-	0,6	-
	02	11 183	-	20,1	79,3	0,2	-	-	-
	03	1 134	-	37,3	62,4	0,1	-	0,1	-
	04	2 342	-	43,9	56,1	0,2	0,1	-	-
	05	2 418	-	46,3	53,3	0,2	-	-	-
	06	870	-	30,6	68,7	-	0,3	-	0,1
	07	1 630	-	40,9	58,2	0,3	0,2	-	-
PONTA DELGADA	01	6 253	-	60,8	33,8	0,3	0,1	0,1	-
	02	4 844	-	47,7	47,9	2,6	0,1	-	-
	03	36 346	-	52,2	43,4	1,3	0,2	0,1	-
	04	8 871	-	46,3	48,1	0,9	-	-	-
	05	20 252	-	68,0	29,1	0,4	0,3	0,1	-
	06	6 144	-	51,5	39,7	1,8	-	0,1	-
	07	6 156	-	45,8	51,6	1,0	-	-	-

II.
EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
1955-1974

	Cód. Conc.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FUNCHAL	01	10 498	32,5	0,6	2,3	6,0	54,8	0,6	-
	02	10 030	3,9	0,7	0,3	16,2	73,6	1,7	-
	03	18 148	8,3	3,2	1,7	28,9	45,5	0,8	0,2
	04	4 616	7,0	1,3	0,7	48,2	35,2	1,7	0,2
	05	6 389	4,0	0,3	0,6	11,8	71,3	0,3	-
	06	2 393	15,8	0,4	0,1	10,0	71,6	0,1	-
	07	205	10,2	3,4	8,8	17,1	47,3	1,0	1,0
	08	8 739	2,1	0,7	0,3	11,3	82,1	0,9	-
	09	8 687	8,1	2,2	2,8	23,5	55,2	0,8	-
	10	2 571	3,8	2,2	2,2	42,1	39,4	2,4	-
	11	3 000	6,1	0,8	0,2	30,6	52,8	3,5	-

3. VI

I.

II.

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74

Cód. Cons.	TOTAL %	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
ANGRA DO HER.	01	5,6	-	6,0	11,1	2,0	-	-
	02	1,3	-	0,6	3,2	-	-	-
	03	1,6	-	1,7	3,1	-	-	-
	04	1,4	-	1,1	3,3	-	-	-
	05	2,9	-	3,3	5,8	-	-	-
HORTA	01	0,1	-	-	0,2	-	-	-
	02	5,3	-	3,5	12,3	-	-	-
	03	0,5	-	0,7	1,0	-	-	-
	04	1,1	-	1,6	1,3	-	-	-
	05	1,1	-	1,7	1,9	-	-	-
	06	0,4	-	0,4	0,9	-	-	-
	07	0,8	-	1,0	1,4	-	-	-
PONTA DELGADA	01	3,0	-	5,9	3,1	-	-	-
	02	2,3	-	3,6	3,3	-	-	-
	03	17,2	-	29,6	22,8	2,7	-	-
	04	4,2	-	6,5	6,2	-	-	-
	05	3,6	-	21,5	3,5	-	-	-
	06	2,9	-	4,3	3,5	-	-	-
	07	2,9	-	4,4	4,6	-	-	-

EMIGRAÇÃO POR CONCELHOS DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
COMPOSIÇÃO DO MOVIMENTO - 1955/74

Cód. Cons.	TOTAL 100%	A.SUL	CAN.	E.U.A.	BRAS.	VEN.	FR.	ALEM.
FUNCHAL	01	5,0	45,5	0,1	-	3,6	13,0	-
	02	4,8	5,2	0,1	-	9,4	16,7	-
	03	8,6	20,1	0,9	-	30,5	18,6	-
	04	2,2	4,3	0,1	-	12,9	3,7	-
	05	3,0	3,4	-	-	4,4	10,4	-
	06	1,1	5,0	-	-	1,4	3,9	-
	07	0,1	0,3	-	-	0,2	0,2	-
	08	4,1	2,5	0,1	-	5,7	16,2	-
	09	4,1	3,4	0,3	-	11,9	10,3	-
	10	1,2	1,3	-	-	6,3	2,3	-
	11	1,4	2,4	-	-	5,3	3,6	-
TOTAL 100 %	100,0	100	100	100	100	100	-	

Sociologia e geografia das migrações: preferências

A referência aos dados globais da emigração portuguesa, nomeadamente no que respeita às saídas clandestinas, ajudam-nos a compreender a extensão do fenómeno que se estendeu a todas as regiões do território continental e insular embora se tenha registado a sua maior incidência no noroeste do território. De notar que nos primórdios deste movimento nem só as regiões mais densamente povoadas do centro e norte de Portugal foram as mais afectadas. Também o sul do país, especialmente o Algarve terá perdido um número elevado de habitantes que se dirigiam para Espanha e já para algumas das ilhas atlânticas, dos Açores a Cabo Verde.

Como recorda Orlando Ribeiro, a mó braçal largamente conhecida no Algarve estendeu-se àquelas ilhas, em particular ao arquipélago de Cabo Verde. Já alguns caracteres culturais da Madeira aproximam-se do Noroeste português, sendo conhecida a proximidade destas marcas entre Santa Maria e o Algarve, entre São Miguel e a Estremadura e Ribatejo ou entre o Minho, a Beira e as restantes ilhas deste arquipélago.

No que concerne a emigração para o Brasil, Magalhães Godinho dá-nos conta das saídas para este território na região de Entre-Douro e Minho, em especial para Pernambuco onde, nos finais do século XVI, quando se levantava alguma arruaça, os habitantes gritavam, em vez de “*ai que del-rei*”, “*ai que de Viana*”. Justificando tal movimento pela “míngua de meios de subsistência” Oliveira Martins deixou-nos uma descrição bastante completa deste movimento durante o último Quartel de Oitocentos (entre 1866 e 1889), durante o qual, num total de 309574 saídas, as maiores percentagens couberam às províncias do Minho e da Beira Alta, respectivamente 108280 e 70890 emigrantes, sendo o contributo das demais, o seguinte:

Estremadura:	22532
Trás-os-Montes:	3533
Algarve:	2401
Beira-Baixa:	1075
Alentejo:	475
Açores:	60088
Madeira:	23203

Esta repartição é secundada pelos estudos de Orlando Ribeiro que nos deixou um levantamento sobre a extensão deste movimento entre 1886 e 1950 o qual revela a sua maior incidência nos distritos de Porto, Aveiro e Viseu. Certamente que por influência do caminho de ferro e das facilidades de circulação criadas por este meio de transporte ainda nos finais de Oitocentos o movimento alastrou a Braga e a Coimbra, a Vila Real, Bragança e Guarda, estendendo-se já para sul do Mondego até ao distrito de Leiria.

Já a participação dos distritos do sul do país foi inicialmente insignificante, salvo após o incremento da emigração para a Europa. Quando o fenómeno se generalizou a todo o território. Este expatriamento que prosseguiu objectivos fundamentais de natureza económica foi assim justificado por Orlando Ribeiro: *“com uma densidade de população moderada, um solo inteiramente ocupado (excepto alguns sítios mais elevados) e uma indústria reduzida, a população portuguesa vive dentro de horizontes de trabalho muito apertados: em relação aos recursos a pressão demográfica é muito forte e a emigração aparece como o seu inevitável remédio”*.

Distrito	Emig. Oficial	
	1900-1954	1955-1974
Aveiro	149286	79522
Beja	4454	14811
Braga	85966	91400
Bragança	83998	39699
C. Branco	15267	42712
Coimbra	110190	36563
Évora	1321	5135
Faro	31623	35293
Guarda	97834	54249
Leiria	56971	79063
Lisboa	32536	87559
Portalegre	3500	3736
Porto	158877	95381
Santarém	16944	39225
Setúbal	766	20176
V. Castelo	51307	53238
V. Real	93498	45438
Viseu	179101	63101
A. Heroísmo	50110	27245
Horta	19705	19737
P. Delgada	74461	88866
Funchal	76696	75276
Total	1394411	1097525

Mais recentemente Carlos de Almeida e António Barreto no seu trabalho “*Capitalismo e emigração em Portugal*” consideraram como causas principais deste movimento, “*a fome, a miséria, as opressivas condições de trabalho, as insuportáveis condições de vida e a insegurança total*”, mais do que a famosa “*pressão demográfica*” que, no seu entender, constitui o “*bode expiatório de todas as maleitas, crónicas ou não*”, registadas em Portugal. Por uma outra razão, por motivos religiosos, políticos e intelectuais, por mera sugestão de outrem ou por iniciativa própria o certo é que este movimento alastrou a todo o território nacional de onde saíram durante a primeira metade de Novecentos (entre 1900 e 1954) quase 1,4 milhões d indivíduos, dos quais 1,2 milhões oriundos do continente e apenas 22 milhares dos Açores e da Madeira. De realçar que neste período o maior volume de partidas – mais de cem mil emigrantes – registou-se nos distritos de Viseu, Porto, Aveiro e Coimbra, respectivamente 179101, 158877, 149286 e 110190 emigrantes. Logo no Quartel seguinte, entre 1955 e 1974 os maiores volumes ocorreram no Porto e em Braga: 95381 e 91400 emigrantes, tendo-se difundido este movimento não só nos distritos limítrofes de Aveiro, Viseu e Viana do castelo, mas ainda no centro e sul do país, à Guarda, Leiria e Lisboa, distritos de onde saíram oficialmente mais de meia centena de milhar de emigrantes.

No caso dos Açores e da Madeira é evidente a supremacia do distrito de Ponta Delgada, com cerca de nove dezenas de milhar de saídas neste período, valor que ultrapassou o do Funchal, com cerca de 7,5 dezenas de milhar de emigrantes durante o mesmo lapso de tempo. Depois de 1974 este movimento decaiu consideravelmente, embora continuando a atingir as áreas já anteriormente referidas do norte e centro do território, além da grande Lisboa.

<i>Ano</i>	<i>Emig legal</i>	<i>Emig. clandestina</i>
1975	24811	20107
1976	17493	15753
1977	17226	11763
1978	18659	5802
1979	20574	3818
1980	18071	13710
1981	16513	14721
1982	9359	5324
1983	6905	5521
1984	6573	5000

Embora consideradas no seu conjunto registamos a ocorrência de pólos dispersos constituídos por concelhos isolados ou grupos de concelhos onde este movimento foi mais intenso. Destacam-se os concelhos de Lisboa, Leiria-Pombal, Braga-Santo Tirso-Guimarães, Viana do castelo, Vila Nova de Gaia-Vila da Feira, Viseu, Covilhã, Sabugal, Loulé, de onde saíra oficialmente, durante o terceiro Quartel do século XX, mais de uma dezena de milhar de emigrantes com destino ao novo mundo e ao velho continente, que depois dos anos cinquenta abriu definitivamente as suas portas à emigração portuguesa.

Quadro – Emigração oficial no continente, Açores e Madeira: 1890-1954

Distrito	890-900	1900-1909	1910-1918	1919-1929	1930-1939	1940-1949	1950-1954	900-1954
Aveiro	29640	31402	34322	40544	15470	10669	16879	149286
Beja	1576	733	2431	694	226	149	221	4454
Braga	17118	19697	23030	21637	7728	3496	10378	85966
Bragança	8703	12407	34807	14858	5635	3718	12573	83998
C. Branco	879	1403	5174	4673	1271	819	1927	15267
Coimbra	28759	26128	32157	28761	7864	4934	10346	110190
Évora	250	203	381	397	136	49	155	1321
Faro	1757	2423	6525	10681	5293	2506	4195	31623
Guarda	11226	15833	32571	22719	8197	5693	12821	97834
Leiria	10006	9051	18289	16552	4633	1795	6651	56971
Lisboa	6066	5585	9311	10587	1885	1531	3737	32536
Portalegre	249	227	470	1095	1428	86	194	3500
Porto	38648	34220	37784	43138	14810	8028	20897	158877
Santarém	1502	1778	4335	5542	1776	824	2689	16944
Setúbal	0	0	0	0	122	148	946	766
V. Castelo	10656	12086	13521	9893	4989	2836	7982	151307
V. Real	23620	21516	33138	18071	6950	3414	10409	93498
Viseu	33857	38831	50743	41153	17859	9831	21684	179101
<i>Contin.</i>	224512	233523	338989	290895	106272	59526	144234	1173439
Ang. Her.	8842	14143	27655	5320	1055	795	1142	50110
Horta	7070	9270	6303	3265	259	208	400	19705
P. Delg.	18519	33686	24563	7802	1848	1570	4092	74461
Funchal	17775	16298	17946	17627	8800	15625	400	76696
<i>Reg.Aut.</i>	52206	73397	76467	34911	11962	18198	36034	220972
Total	276718	306920	415456	325809	118234	77724	150268	1394411

Fonte: ARROTEIA (1983, 77) (Adapt.).

Para um período mais recente, os dados já assinalados permitem-nos ajuizar sobre a dimensão global do fenómeno, a nível de distritos, considerando, para o efeito, o movimento global de saídas ocorridas entre 1900 e 1954. Verifica-se, assim, que, dos 1394411 emigrantes registados neste período, 84.2% eram provenientes dos distritos do continente e os restantes 15.8% das regiões autónomas, das quais, 5.5% do distrito do Funchal; 5.3% de Ponta Delgada; 3.6% de Angra do Heroísmo; e 1.4% da Horta. Comparativamente, notamos que os valores da emigração no Funchal ou mesmo em Ponta Delgada foram numericamente inferiores aos já citados para Braga ou Bragança, superando, por sua

vez, os correspondentes a Leiria. Em termos reais, assinalamos neste período: 76696 saídas no Funchal, 74461 em Ponta Delgada, 50110 em Angra do Heroísmo e apenas 19705 no distrito da Horta.

Recapitemos o que se passou entre 1955 e 1974, datas já referidas por coincidirem com o termo dos ciclos “europeu” e “americano”, devido à suspensão da emigração na maior parte dos países, até então receptores de mão-de-obra. Neste período, a apreciação da extensão deste fenómeno mostra que este movimento continua a alastrar em todo o território nacional, mantendo-se as áreas de maior emigração distribuídas irregularmente pelo país, ainda com maior incidência no litoral e a norte do rio Tejo (Arroteia, 1983). Mais ainda, notámos que a sua distribuição no território parecia ter-se processado através de “difusão em cadeia” (*Op. cit.*, 87), a partir quer de concelhos isolados, quer de grandes manchas, caracterizadas por uma certa homogeneidade relativamente ao volume de saídas ou às preferências migratórias. Esta ocorrência foi por nós identificada em relação a determinados fluxos preferenciais para o Brasil, França, Alemanha e E.U.A., quando procedemos à análise da distribuição deste movimento no período de 1955 a 1974 (*Op. cit.*).

Vejamos outros exemplos. Entre 1955 e 1959, num período de grande intensidade da emigração transoceânica, destacamos, em torno de Aveiro, os concelhos de Vagos, Oliveira do Bairro e Cantanhede (com pouco mais de um milhão de emigrantes), que registaram grandes perdas e uma maior preferência pelo Brasil e Venezuela, dois dos primeiros países escolhidos por emigrantes desta região. O mesmo sucede nos concelhos de Estarreja e de Oliveira de Azeméis, enquanto que, em Arouca, Castro d’Aire e Cinfães, persistem as saídas para o Brasil. Comportamento idêntico é o que podemos assinalar nos concelhos da Feira, Vila Nova de Gaia e na Maia.

Já nos finais dos anos cinquenta de Novecentos, começam a esboçar-se, no território, núcleos de emigração para a Europa. Assim aconteceu no concelho de Sabugal, desde a Segunda Guerra Mundial (devido à acção de antigos emigrantes e contrabandistas), ou mesmo em Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém, onde predominavam já as saídas para França. Mais a sul, outros exemplos são-nos

sugeridos por Lisboa ou no Algarve, em Loulé, onde as partidas para França e para o Brasil se equilibram. Neste período, embora se tenha verificado uma diminuição da emigração, quer para o Brasil, quer para a Venezuela, o aumento registado para a França, E.U.A. e Canadá originou um relativo alastrar deste fenómeno a todo o território nacional, que não só às áreas mais circunscritas do Norte e ao centro do país.

Quadro 21 – Emigração oficial no continente, Açores e Madeira: 1955-1988

<i>Distrito</i>	<i>1955-59</i>	<i>1960-64</i>	<i>1965-69</i>	<i>70-74</i>	<i>1975-79</i>	<i>1980-84</i>	<i>1985-88</i>
Aveiro	15109	13940	28881	21592	7141	6119	2592
Beja	398	1111	5904	7398	622	1751	835
Braga	10337	17175	43040	20848	3646	4330	1888
Bragança	9100	8312	16139	6148	948	2609	1484
C. Branco	2968	8407	25040	6297	1332	1737	891
Coimbra	6103	5399	12944	12117	2735	2687	2104
Évora	174	200	2227	2534	312	474	233
Faro	3525	6265	17621	7882	1718	1203	407
Guarda	10275	9995	27543	6436	2570	2121	1280
Leiria	6982	14658	34897	22526	4497	3406	2448
Lisboa	3702	12913	39487	31457	16205	13556	5571
Portalegr	335	329	2055	1017	204	174	51
Porto	15012	14700	40595	25074	5287	4358	2419
Santarém	3979	7692	16825	10829	2596	3290	1645
Setúbal	618	1820	9485	8253	3823	3293	1657
V. telo	7919	7501	25066	8887	2773	2708	936
V. Real	8581	7200	17922	11735	3898	4386	2859
Viseu	14616	10730	19877	17878	3261	4983	3226
Ang. Her.	1502	3351	11032	11360	70576		
Horta	4592	3591	6007	5547	2570		
P. Delg.	9323	13779	34522	31242	18047	*37567	*8266
Funchal	22193	21139	15273	16671	7563	4393	1190

T. geral

*Açores

Se tivermos em conta a situação nos Açores e na Madeira, verificamos a grande preferência dos emigrantes madeirenses pela Venezuela e pelo Brasil, país que absorveu mais de 2/3 das saídas. Esta tendência contraria a preferência por outros destinos, nomeadamente pelas Antilhas, destino que, entre 1944 e 1954, acolheu quase três milhares de emigrantes, oriundos deste distrito. Nos Açores, enquanto que no distrito de Ponta Delgada as maiores preferências vão para o Canadá, já nos distritos da Horta e de Angra do Heroísmo, as saídas para os EUA representam o maior número de emigrantes.

Como já registámos, as preferências da emigração portuguesa começaram a alterar-se durante os anos cinquenta e modificaram-se no início da década seguinte,

acompanhando o acréscimo de saídas em todo o continente e o arranque do “ciclo emigratório europeu”, em detrimento do “ciclo brasileiro” (Quadro 21). Daí que, a nível do continente, verifiquemos, durante a primeira metade dos anos sessenta, entre 1960 e 1964, um acréscimo das saídas para França, com a individualização de núcleos de concelhos, que funcionam como aglutinadores das preferências emigratórias. Assim, de entre os concelhos mais afectados, continua a destacar-se um núcleo de concelhos em torno de Leiria: Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém, concelhos onde se registam as maiores preferências para França, superiores a $\frac{3}{4}$ da emigração legal. Igual preferência notamos no concelho de Sabugal, onde as saídas legais, para aquele país, ultrapassam os 90%.

A importância da emigração para o Brasil foi ainda sensível noutras áreas, em particular em todo o distrito de Viseu, mantendo-se elevada no distrito de Aveiro, nomeadamente em Arouca e mesmo em Vila da Feira. Contudo, o acréscimo generalizado da emigração para França foi o grande responsável pelo aumento da emigração noutras regiões, em particular do norte do país, nos distritos de Braga e em Viana do Castelo.

Quanto ao movimento por distritos, podemos dividi-los em dois grupos: os que já no período anterior apresentaram um forte contingente migratório e os que continuaram a evidenciar uma emigração relativamente reduzida. Estão no primeiro caso: Aveiro, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Vila Real, Leiria, Lisboa, Viana do Castelo e Bragança. No segundo grupo, situamos os distritos de Faro, Santarém, Setúbal, Beja, Portalegre e Évora, realçando a oposição entre o norte e o sul do país, quanto à participação nesse processo de saídas.

Em relação aos Açores e à Madeira, entre 1960 e 1964, a situação manteve-se relativamente estável, apesar do pequeno aumento verificado - 41860 emigrantes - dos quais 21139 provenientes da Madeira e 20721 dos Açores. Nota-se, ainda, um aumento da emigração proveniente de Ponta Delgada, com 13779 emigrantes, dos quais 8542, dirigiu-se para o Canadá e 4344 para os E.U.A.

Por sua vez, nos distritos da Horta e em Angra do Heroísmo, para um total de 3591 e 3351 saídas respectivamente, mais de 60% dirigiram-se para este último país, quedando-se em cerca de 30%, apenas, a emigração para o Canadá. Recorde-

se, a propósito, que a emigração para os E. U. A. sofreu um aumento em virtude do acolhimento dado pelo governo americano a muitos sinistrados do Vulcão dos Capelinhos (em 1957), medida que veio ainda a beneficiar muitos outros açorianos.

No que respeita ao movimento proveniente da Madeira, notamos um aumento de 1437 saídas em relação ao período anterior (11148 emigrantes), verificando-se um decréscimo da emigração quer para o Brasil, quer mesmo para a África do Sul, representando respectivamente 28.5% e 13.3% da emigração total.

Relativamente à segunda metade de sessenta, entre 1965 e 1969, a emigração sofreu um acréscimo considerável, tendo-se registado, no continente, a saída de 385548 emigrantes. Na sua maior parte, estes dirigiram-se para a França, 68.4%, e para a Alemanha, 10.8%, tendo a emigração para o Brasil, para o Canadá e para os E. U .A. apresentado valores mais diminutos.

De entre os vários concelhos que apresentaram maior número de emigrantes, destacamos um núcleo no Norte do país, constituído por Braga, Guimarães e Santo Tirso; no centro, Pombal, Leiria e Vila Nova de Ourém; no interior, Sabugal, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, além de Lisboa e de Loulé, no Sul. A preferência pela emigração para a França foi um fenómeno comum em todos os concelhos do continente, à excepção dos concelhos do Vale do Ave e Santo Tirso, onde a emigração para a Alemanha foi relevante.

Em relação às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, começamos por assinalar, durante a segunda metade dos anos sessenta, a redução das saídas provenientes da Madeira - 15273 emigrantes - por oposição ao que se verificou nos Açores. Este aumento deve-se, fundamentalmente, ao acréscimo da emigração para os E. U. A.: 30996 emigrantes (apenas 8793 no período anterior). Também as saídas para o Canadá passaram de 10979, entre 1960 e 1964, para 19216, das quais 15513 provenientes do distrito de Ponta Delgada.

Nos distritos de Horta e em Angra do Heroísmo, manteve-se importante a corrente emigratória para o Canadá - 2468 emigrantes, no segundo distrito, e 1235, no primeiro -, ao mesmo tempo que se incrementaram as saídas para os E.U.A., em número de 8490, em Angra, e de 4761, na Horta.

No distrito do Funchal, a quebra da emigração deve-se, fundamentalmente, à sua redução para a África do Sul e para o Brasil - apenas 772 e 1514 emigrantes. Para a Venezuela este movimento manteve-se praticamente inalterável (11685 emigrantes), representando 76.5% da emigração total registada nesse distrito. Embora em valor diminuto (218 saídas, depois de 1967, já que, até então, estas vinham englobadas nos outros países), o aparecimento da emigração para o Reino Unido surge por influência do turismo, mobilizando alguns trabalhadores, sobretudo do ramo hoteleiro.

O envelhecimento da população em Portugal e na Europa

Homenagem ao Professor Doutor Joaquim Manuel Pantoja Nazareth (U.N.L.)

1. Apresentação

O envelhecimento da população na Europa constitui um dos "males actuais" dos países industrializados do ocidente europeu, sendo o resultado do processo de modificações operadas pelo fenómeno de urbanização-industrialização iniciado com a revolução industrial. Com efeito a transferência das populações rurais para as áreas de maior concentração mineira, industrial e urbana, iniciada no decurso dos séculos XVIII e XIX, deu origem não só ao movimento contínuo das migrações internas, que desde então constituem um dos sintomas do processo de desenvolvimento económico, mas ainda a um conjunto de fenómenos complexos resultantes da aculturação urbana decorrentes desse mesmo fenómeno.

Recorde-se a propósito que os principais factores responsáveis pelo desencadear deste tipo de movimentos foram as oportunidades de trabalho criadas em torno das bacias mineiras as quais estiveram na origem da atracção de novos contingentes de mão de obra, masculina e feminina, que se instalaram na periferia dessas bolsas de emprego geradas pela diversificação das actividades industriais e pela concentração de serviços que gradualmente aí se foram desenvolvendo.

Note-se ainda que, como resultado dessas migrações familiares, e perante os novos contextos sociais, económicos e culturais de natureza urbana, muitos dos valores, então apanágio das sociedades rurais tradicionais foram alterados, daí decorrendo a construção de novas mentalidades e padrões de comportamento distintos, que hoje identificam as novas civilizações urbanas. Entre estes identificamos não só a mudança dos valores tradicionais relacionados com a vida em comunidade e a solidariedade social, a divisão do trabalho e o crescimento humano, através do contróle dos nascimentos. Tal facto está por natureza intimamente associado à quebra dos nascimentos e à redução da fecundidade da mulher alterando, por conseguinte, as estruturas demográficas da população residente.

EUROPA - INDICADORES DEMOGRÁFICOS (NAZARETH, 1988)

	<i>T.B.M</i> ‰		<i>T.B.N</i> ‰		<i>T.Fec.Ger.</i> ‰		<i>Esp. de vida</i>	
	1976	1985	1976	1985	1976	1985	1976	1985
<i>Europa</i>	10	10	15	13	64.4	48.9	71	73
E. do Norte	12	11	13	13	64.1	54.1	72	74
Dinamarca	10	11	14	10	68.0	42.9	73	74
Irlanda	11	9	22	19	93.8	85.5	72	73
R.Unido	12	12	13	13	58.7	44.8	72	73
E. Ocidental	11	11	13	12	63.4	44.7	72	74
Bélgica	12	11	13	12	64.2	45.4	71	73
França	10	10	15	14	64.0	48.6	73	75
R.F.A.	12	11	10	10	61.2	40.8	71	74
Lux.	12	11	11	12	65.6	44.7	71	72
Holanda	8	8	14	12	63.9	41.4	74	76
E. Oriental	10	11	17	16	67.3	61.2	70	71
E. do Sul	9	9	18	13	84.1	63.2	71	73
Grécia	8	9	16	14	73.0	63.5	72	74
Itália	10	10	16	11	65.7	46.8	72	74
Portugal	11	9	19	14	78.2	64.8	68	71
Espanha	8	7	19	13	91.5	73.1	72	74

Note-se ainda que por via da melhor cobertura médico-sanitária disponível nos centros urbanos, e gradualmente extensiva às restantes áreas do território, verificou-se um alargamento progressivo da "esperança de vida", fenómeno comum, hoje em dia, aos países industrializados e em vias de desenvolvimento. De forma genérica podemos assim concluir que após o "baby-boom" ocorrido na maior parte dos países do ocidente europeu, depois da 2ª guerra mundial, o aumento progressivo da 3ª idade constitui um dos sintomas preocupantes dos desequilíbrios demográficos que hoje afectam o velho continente.

2. O envelhecimento da população

Como verificámos, uma das formas de se avaliar o envelhecimento da população é através da análise dos grupos funcionais, comparando o peso relativo dos diferentes grupos etários, em especial dos mais idosos, sobre a população total. Geralmente aceita é a existência dos seguintes grupos funcionais: jovens: 0-14 anos; adultos: 15-64 anos e idosos: > 65 anos.

IMPORTÂNCIA DOS JOVENS E DOS VELHOS NA EUROPA - 1976 e 1985
(NAZARETH, 1988)

	<i>Pop. < 15 anos (%)</i>		<i>Pop. < 65 anos (%)</i>	
	<i>1976</i>	<i>1985</i>	<i>1976</i>	<i>1985</i>
<i>Europa</i>	24	22	12	13
E. do Norte	24	21	13	15
Dinamarca	23	20	13	15
Irlanda	31	31	11	11
R. Unido	24	20	14	15
E. Ocidental	23	20	13	14
Bélgica	23	20	14	14
França	24	22	14	13
R.F.A.	22	17	14	15
Luxemb.	20	19	13	13
Holanda	26	22	11	12
E. Oriental	23	24	11	11
E. do Sul	26	24	10	12
Grécia	24	22	12	13
Itália	24	21	12	14
Portugal	27	26	10	11
Espanha	28	26	10	11

Da mesma forma poderemos ter uma imagem do envelhecimento desta população através da observação das pirâmides etárias, representação gráfica privilegiada que nos dá uma idéia global não só da composição da população por sexos, mas ainda da sua estrutura pelos diferentes grupos etários.

A análise de uma, qualquer, pirâmide etária, permite assim verificar diferentes tipos de envelhecimento: um envelhecimento na base, se se verifica uma redução acentuada do número de nascimentos; um envelhecimento no topo, se se verifica um aumento acentuado da população idosa e, finalmente, um envelhecimento na base e no topo, se à redução do número de nascimentos podemos juntar um acréscimo, significativo, da população mais velha.

PORTUGAL - NÍVEIS DE ENVELHECIMENTO POR REGIÕES
(NAZARETH, 1985)

	<i>Envelhec. na base</i>			<i>Envelhec. no topo</i>		
	<i>(Pop. 0-19anos -%)</i>			<i>(Pop. > 60 anos -%)</i>		
	<i>1930</i>	<i>1960</i>	<i>1980</i>	<i>1930</i>	<i>1960</i>	<i>1980</i>
Portugal	41.9	37.6	34.3	9.6	11.7	15.8
Algarve	42.0	31.6	28.0	9.8	14.9	23.4
Alentejo	42.8	33.1	28.3	8.4	11.7	20.6
A.M.Lisboa	34.8	28.5	30.3	8.9	12.4	14.6
Centro Lit.	43.2	38.2	33.4	10.7	12.0	16.5
N.C.Lit.	43.3	39.1	31.2	10.9	13.6	23.4
A.M.Porto	42.8	41.4	38.1	8.1	9.8	12.2
N.Lit.	44.4	46.2	43.2	9.4	9.7	12.0
Madeira	46.2	44.0	41.8	8.4	9.9	14.2
Açores	45.6	44.9	39.3	9.9	8.8	15.8

A comparação de diferentes pirâmides etárias relativas, por exemplo, à situação demográfica portuguesa em diversas épocas, ou a diferentes regiões do país, permite-nos ilustrar estes diferentes tipos de envelhecimento. Quedamo-nos, no entanto, pela análise do traçado da estrutura da população portuguesa nos finais da década de oitenta para reforçarmos o que anteriormente assinalámos: a existência de um duplo envelhecimento, na base e no topo, fenómeno que se tem vindo a acentuar durante as duas últimas décadas.

Como causa das imediatas deste fenómeno não será descabido lembrar o declínio gradual dos nascimentos, apanágio do processo de urbanização-industrialização que se tem vindo a operar em todo o hemisfério ocidental há mais de dois séculos e o aumento da esperança de vida, conseqüente à melhoria da cobertura médico sanitária e ao desenvolvimento de novas formas de divisão do trabalho e de assistência social, reduzindo assim as taxas de mortalidade geral.

Note-se, no entanto, que a quebra de nascimentos, hoje específica daquele tipo de civilizações, está associada a diversos fenómenos entre os quais se conta, ainda, a redução da nupcialidade, o casamento tardio, a emancipação da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho. Por outro lado, devemos ainda contar com a generalização dos métodos anticonceptivos e os encargos sociais, acrescidos, decorrentes de uma família numerosa e nem sempre totalmente satisfeitos pelos sistemas de segurança social.

Outras razões poderiam ainda ser invocadas, bastando-nos estas para recordar, apenas, certos aspectos geralmente relacionados com a redução brusca de nascimentos, que hoje afectam as sociedades industriais, quando comparadas com as sociedades em vias de desenvolvimento. Note-se, no entanto, que neste conjunto de países tem sido frequente a defesa, por razões religiosas e políticas, dos regimes natalistas, demonstrando-se assim o peso de outros factores condicionantes da evolução natural de uma população.

3. Perspectivas futuras

A alteração dos regimes demográficos, registada há várias décadas nos diversos países do globo, tem provocado numerosas alterações não só de natureza demográfica e social mas ainda mudanças significativas no seio da família tradicional. Com efeito, se tivermos em conta as funções tradicionais da família que Murdock lhe atribuiu - sexual, económica, reprodutiva e educativa -, hoje em dia deveremos contar com uma outra, resultante da integração dos idosos, que em muitas circunstâncias deve ser considerada como uma responsabilidade dos agregados familiares.

Note-se a propósito que esta integração ocorre, muitas vezes, com prejuízo da estabilidade financeira do núcleo familiar, tendo em conta os encargos que tal presença acarreta sobre a população activa que constitui esse agregado.

Para além dos aspectos já referidos, note-se que o acréscimo de idosos tem efeitos directos não só sobre a família e a comunidade, mas ainda sobre a sociedade em geral, agravando as taxas de dependência em relação à população activa. Por tal facto e muito embora devamos considerar como relevante o aumento das taxas de actividade femininas, o certo é que as alterações demográficas ora registadas acabam por se repercutir na classe dos activos sobre os quais pesam, cada vez com maior incidência, os encargos decorrentes da formação, da assistência e da protecção social dos restantes grupos funcionais: dos jovens e dos idosos.

Por esta razão será de esperar uma maior consciencialização e uma produtividade acrescida do grupo funcional dos adultos, sobre os quais pesam as responsabilidades de produção de bens e serviços para os demais grupos etários.

Note-se que a alteração das estruturas demográficas já registadas, ou em curso nos diversos países do globo, não deixará de se processar sem alguns conflitos e tensões, tendo em conta o aumento da classe dos inactivos e a necessidade de integração dos idosos no seio das diversas comunidades e famílias. Daí a necessidade de se repensarem as formas de organização social e comunitária actualmente existentes, promovendo o reforço da solidariedade social que deverá constituir o apanágio das sociedades ocidentais.

Embora não sendo necessário parece-nos oportuno lembrar que, não obstante a melhoria das condições de vida que estão na base do acréscimo da população idosa, continuam a persistir muitas desigualdades quer no que respeita às suas condições de vida quer às causas da morte desta população. Basta, para o efeito, ter em atenção o desigual desenvolvimento tecnológico do território e a passagem de uma economia de subsistência para uma economia industrial que não foi sentida uniformemente em todo o território, bem como a persistência dos desequilíbrios regionais urbanos que hoje afectam não só Portugal, mas de uma forma geral o velho continente europeu. Daqui resultam diversas formas de acessibilidade que geram diferenças, muito significativas, nas condições de assistência e na ocupação destes grupos etários marcados, muitas vezes, pela inactividade, pelo desamparo social e pelo isolamento.

Estes sintomas sugerem, por conseguinte, a necessidade de um conjunto de acções, a nível nacional e europeu, que tenham em conta o peso e a especificidade destes grupos etários, as suas tradições e cultura, as possibilidades de ocupação dos tempos livres e o interesse social do trabalho desenvolvido por esta população mais idosa, integrando-os em projectos ocupacionais de interesse para a comunidade. Só assim será possível reduzir as consequências nefastas geradas pelo desequilíbrio demográfico resultante do acréscimo de uma classe aparentemente de inactivos e dos seus reflexos sobre os grupos etários produtivos.

Nestas circunstâncias o problema social do envelhecimento da população sugere uma atenção, cada vez maior, aos diversos aspectos da política social que atenda, entre outros, aos problemas seguintes:

- ao aumento dos encargos de pensões sociais e de doença, que se irão repercutir sobre toda a sociedade, devido ao alargamento do grupo dos idosos e à antecipação dos limiares de reforma;

- à diminuição do espírito de iniciativa e a própria resistência à inovação que não deixará de afectar as áreas habitadas pela população mais idosa. Da mesma forma deveremos ainda considerar os contrastes que virão acentuar o dinamismo entre essas áreas e as regiões habitadas pela população jovem, naturalmente mais agressiva e mais aberta à inovação e à mudança;

- à maior dependência, interna e externa, resultante da escassez de mão de obra, gerando por isso novos movimentos da população e o acentuar de alguns dos contrastes regionais já existentes;

- à persistência de "bolsas de idosos", que podem constituir uma das características dos países já envelhecidos, geradas pela concentração de determinados grupos etários em áreas de maior repulsão demográfica ou em áreas dotadas de melhores infra-estruturas ou condições de clima.

Não esqueçamos, no entanto, que a tendência europeia para a constituição de um vasto "mosaico multicultural" e para o reforço da solidariedade social, acabará por justificar o desenvolvimento de um novo *programa de acção comunitária de apoio à família e à solidariedade entre gerações*. Com efeito, perante as perspectivas, bastante sombrias, de envelhecimento da população nos diferentes países comunitários e o crescimento demográfico, explosivo, que se continua a registar nos países mais próximos dos outros continentes, haverá que precaver situações mais embaraçosas que no futuro se poderão vir a desencadear quando a tecnologia se mostrar incapaz de resolver os problemas sociais e humanos que passarão a afectar as áreas menos jovens do "velho continente".

Daí, portanto, advogarmos a existência de uma cooperação mais estreita, ao nível dos países comunitários, que tenha em conta a valorização e a promoção cultural destes recursos humanos habilitados, em grande parte, com uma larga experiência e saberes profissionais.

Para além da promoção da mobilidade destes habitantes, a cooperação europeia neste domínio deveria assegurar o aproveitamento destes grupos etários em acções

específicas de investigação-acção, em prol dos restantes grupos etários e sociais beneficiando, por isso, da sua maior disponibilidade e conhecimentos.

Estamos certos que algumas intervenções nesta área facilitarão, num futuro próximo, o reforço da solidariedade e da coesão social, que devem identificar a Europa que hoje ajudamos a construir.

Abril/ 92

A propósito do envelhecimento da população portuguesa ⁷⁹

O envelhecimento da população registado em Portugal bem como nos demais países do continente europeu, tem vindo a constituir um dos temas de estudo, particularmente aprofundado por Nazareth (1979; 1988), autor que melhor tem estudado os diferentes cenários relativos ao crescimento da população portuguesa. Sendo evidente que tal se constitui um fenómeno demográfico preocupante em Portugal e nos demais países da União Europeia (cf: Nazareth; 1995) entendemos, mesmo assim, retomar este tema apreciando alguns dos seus aspectos recentes e das suas relações com outros fenómenos sociais.

Como observa Gurvitch (1979; 87), sendo que *"todas as camadas ou níveis da realidade social estão sempre essencialmente e indissolúvelmente interpenetrados"*, a análise do envelhecimento recorda-nos aspectos diferentes da evolução da própria sociedade, testemunhados em diferentes aspectos da sua "morfologia social". Evocamos por isso o envelhecimento demográfico como uma consequência imediata do fenómeno mais vasto e complexo desencadeado pela industrialização-urbanização dos nossos dias. Com efeito, a transferência das populações rurais para os centros de maior concentração mineira, industrial e urbana, iniciada no decurso dos séculos XVIII e XIX aquando do início da revolução industrial, deu origem ao movimento contínuo de "êxodo rural" que desde então constitui um dos sintomas do actual processo de crescimento das grandes urbes.

Recorde-se a propósito que entre os principais factores responsáveis por este tipo de movimentos da população contam-se as oportunidades de trabalho criadas em torno dessas "bacias" de emprego que continuam a alimentar as migrações de vários contingentes de mão-de-obra masculina e feminina, atraídos pela diversificação das actividades industriais e pela concentração de serviços responsáveis pela evolução das grandes áreas metropolitanas.

⁷⁹ (2001) "A propósito do envelhecimento da população portuguesa". In: *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - Universidade do Porto, nº 7, 2001, pp. 95-100

Note-se ainda que em resultado das migrações familiares e perante os novos contextos sociais, económicos e culturais, que passaram a identificar as novas sociedades urbanas, muitos dos valores dominantes, até então específicos das sociedades rurais tradicionais, foram alterados. Entre estes contamos os que se referem à vida em comunidade, à solidariedade social, à divisão do trabalho, à comunicação inter-pessoal e ao desenvolvimento humano. O conjunto dos aspectos acima referidos conduziram à progressiva emancipação da mulher, à redução da sua fecundidade e à quebra acentuada da natalidade alterando, por via do envelhecimento na base, as estruturas demográficas da população.

Se quisermos pensar na realidade portuguesa, verificamos que os valores médios de natalidade, superiores aos 30‰ no primeiro quartel do século XX, decaíram para menos de 20‰ durante a segunda metade desse século, situando-se no começo da década de noventa abaixo dos 12‰. Em 1997, o valor médio da natalidade registado na população portuguesa foi de 11,4‰. (Quadro I).

Quadro I - Indicadores demográficos (1997)

	<i>T. Natalidade</i>	<i>T. Mortalidade</i>	<i>T.Mort. Infantil</i>
Norte	12.3%	8.9‰	7.1‰
Centro	10.2‰	12.0‰	5.6‰
Lx. e Vale do Tejo	11.0‰	10.7‰	5.8‰
Alentejo	9.0‰	14.6‰	5.2‰
Algarve	11.0‰	13.0‰	6.0‰
Açores	14.4‰	11.6‰	10.6‰
Madeira	12.1‰	9.9‰	6.7‰

Escusado será recordar que a melhor cobertura médico-sanitária disponível nos centros urbanos, extensiva gradualmente ao restante território, foi igualmente responsável pela queda acentuada da mortalidade geral e da mortalidade infantil, conduzindo igualmente ao alargamento progressivo da "esperança de vida".

Retomando o exemplo anterior verificamos que os valores médios de mortalidade da população portuguesa, orçando os 20‰ no termo do primeiro quartel do século XX, baixaram para cerca de metade nos anos sessenta, situando-se em valores próximos de 10,4‰ nos anos noventa. A mesma quebra foi registada em relação á mortalidade infantil.

Quanto ao aumento da esperança de vida à nascença, estimada em 75 anos no total, em 1997, justifica as tendências de envelhecimento, no topo, das estruturas

demográficas da população portuguesa. Assim e de forma global podemos recordar que após o "baby-boom" ocorrido na maior parte dos países do ocidente europeu e em Portugal, depois da 2ª guerra mundial, o aumento progressivo da população com idade avançada constitui um dos sintomas preocupantes dos desequilíbrios demográficos que hoje afectam o nosso território.

Tal facto pode comprovar-se através quer do peso dos diversos grupos funcionais (jovens: 0-14 anos; adultos: 15-64 anos e dos idosos: > 65 anos) em relação à população total, quer através de alguns indicadores privilegiados. Indicamos alguns dados relativos a 1997:

- Índice de envelhecimento (65+anos/0-14 anos) 88.5%
- Índice de dependência total (0-14 e 65+anos) / 15-64 anos 47.3%
- Índice de dependência de jovens (0-14/15-64 anos) 25.1%

Quanto à distribuição dos diferentes grupos funcionais, o Quadro II comprova as assimetrias demográficas existentes entre o norte e o sul, aspectos que comprovam a diversidade física e humana, identificada por outros indicadores económicos e sociais.

Quadro II - População residente, por grupos etários (1997)

<i>Pop. total</i>	<i>0-14anos</i>	<i>15-64anos</i>	<i>65+anos</i>	
Portugal	9 979.5	1 681.5	6 778.9	1 519
Norte	3 578.3	658.3	2 462.6	457.4
Centro	1 710.3	267.7	1 132.1	310.5
Lx. V. Tejo	3 326.5	518.7	2 292.4	515.3
Alentejo	510.3	73.0	327.2	110.1
Algarve	348.7	56.1	227.9	64.7
Açores	244.9	55.8	159.9	29.2
Madeira	260.4	52.0	176.6	31.8

(Unid: 1 000)

Os dados acima referidos, se comparados com a análise das respectivas pirâmides etárias, acentuaria os tipos de envelhecimento: na base (devido à redução do número de nascimentos) e no topo (provocado pelo aumento da população idosa) da população portuguesa.

Note-se que a quebra de nascimentos em parte justificada pelo aumento da urbanização acompanha-se de outros fenómenos relacionados com a redução da nupcialidade, com o casamento tardio e com a emancipação da mulher. Quanto à

nupcialidade, esta taxa bruta, calculada para 1997, orça os 6.6%, sendo que a idade média do casamento aumentou, no mesmo ano, para 27,1 anos nos homens e 25,3 anos nas mulheres. E a idade média da mulher em relação ao nascimento do primeiro filho, foi de 25,9 anos.

Assim, em relação ao total de nascimentos registados neste ano (no montante de 113 047), 33,9% registaram-se no grupo etário feminino, dos 25-29 anos; 25,3 no grupo etário dos 30-34 anos e 22,9% no grupo dos 20-24 anos. As razões anteriormente invocadas parecem ainda justificar que apenas 6,7% desses nascimentos se tenham registado no grupo etário feminino, dos 15-19 anos, valor inferior ao ocorrido entre os grupos etários mais tardios, dos 35-39 anos.

A generalização dos métodos anticonceptivos, a divulgação dos métodos de planeamento familiar, bem como os encargos sociais decorrentes de uma família numerosa, não satisfeitos pelos sistemas de segurança social, podem justificar os valores acima referidos. Por outro lado, realçam as mudanças ocorridas no seio da família tradicional. Esta situação leva-nos a afirmar que, para além das funções tradicionais atribuídas por Murdock à família: a sexual, a económica, a reprodutiva e a educativa, as alterações demográficas anteriormente descritas sugerem o aparecimento de uma outra relacionada com o acolhimento dos idosos. Em muitas circunstâncias esta é encarada como uma responsabilidade dos agregados familiares.

Aceite, muitas vezes, com prejuízo evidente da estabilidade financeira do respectivo núcleo familiar, o acréscimo da população idosa tem efeitos directos não só sobre a família, mas também sobre a sociedade devido ao agravamento das taxas de dependência em relação à população activa. Em 1997, o Índice de dependência de idosos (65+anos/15-64 anos) era de 22,2%, valor que traduz os encargos acrescidos, decorrentes da formação, da assistência e da protecção social dos grupos funcionais dos jovens e dos idosos, que pesam sobre a população activa.

Note-se que a evolução das estruturas demográficas apontando para o aumento da classe dos inactivos e para a necessidade do seu acolhimento pela sociedade, têm levado ao crescimento progressivo das despesas de protecção social. Em relação ao P.I.B., estas despesas aumentaram, entre 1990 e 1997, de 14,4 % para 23.3%,

respectivamente. Por sua vez em relação ao total das prestações sociais pagas no ano de 1997, num total de 3 539 milhões de contos, as prestações sociais de velhice e sobrevivência representaram quase 43% desse montante e as prestações sociais de saúde, quase 46% .

A evolução desta situação obriga a que se repensem os modelos de assistência social conduzindo, necessariamente, ao reforço da solidariedade inter-geracional e à adopção de novas medidas de política social e laboral, que não descurem as assimetrias espaciais e sociais existentes na nossa sociedade. Recorde-se que estas agravam as diferentes acessibilidades em relação à assistência e à ocupação social destes grupos etários, sobretudo dos mais idosos, situação marcada frequentemente pela inactividade, pelo desamparo familiar e pelo isolamento social.

Este panorama que se tem vindo a acentuar com o envelhecimento progressivo da população portuguesa sugere, por isso, um conjunto de medidas de política social que atendam, nomeadamente:

- ao aumento dos encargos de pensões sociais e de doença que continuarão a pender sobre toda a sociedade, hoje agravados com o peso da população envelhecida, o desemprego e a antecipação da idade de reforma;
- à diminuição do espírito de iniciativa e à resistência à mudança, que poderá afectar as áreas onde esta população é dominante, em contraste com as regiões habitadas pela população jovem naturalmente mais agressiva e aberta à inovação e à mudança;
- ao agravamento da dependência laboral resultante da escassez de mão-de-obra jovem e adulta, sobretudo em certos sectores de actividade, podendo assim conduzir a novos movimentos da população (migrações internas e imigração) e ao acentuar dos contrastes regionais já existentes;
- à persistência de "bolsas de idosos" que identificam as áreas de maior repulsão demográfica e social.

Estas algumas das questões que hoje em dia se prendem com o fenómeno do envelhecimento da população portuguesa e da população na União Europeia, onde se registam os mesmos fenómenos e tendências.

Bibliografia

Arroteia, Jorge Carvalho (1984) - *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 93)

Evangelista, João (1971) - *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa; Centro de Estudos Demográficos - Instituto Nacional de Estatística

Gurvitch, Georges (1979) - *A vocação actual da Sociologia*. Lisboa; Edições Cosmos

Nazareth, J. Manuel (1979) - *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa; Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais

Nazareth, J. Manuel (1988) - *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX* (III vol. de: *Portugal-os próximos 20 anos*). Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian.

Nazareth, J. Manuel P. (1995) - "Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico de Portugal no contexto da União Europeia até ao ano 2050". in: *População e Sociedade*. Porto; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; 5; pp. 5-23

Fertilidade, maternidade e demografia: que problemas? ⁸⁰

Homenagem ao Professor Doutor António Teixeira Fernandes (Univ. Porto)

1. Sobre a evolução da população portuguesa

A análise da evolução demográfica da população portuguesa, sobretudo nas últimas décadas, parece demonstrar as vicissitudes que afectaram o crescimento regular da população relacionadas com o povoamento e, sobretudo, com os movimentos da população que desde longa data têm atingido o continente português. Vejamos alguns aspectos.

Embora com algumas reservas inerentes à natureza das fontes e aos objectivos a que se destinava o conhecimento da população nacional, anteriormente a 1864, reveste-se de algumas incertezas devido, sobretudo, à precariedade dos levantamentos estatísticos e aos seus objectivos imediatos. A partir, no entanto, dos meados do século passado, a realização periódica de arrolamentos dos habitantes sob a responsabilidade da *Repartição Geral de Estatística do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, deu origem aos dois primeiros recenseamentos da população, o de 1864 e o de 1878, iniciando-se então o processo de inventariação regular da população nacional.

Com a publicação da *Carta de Lei*, de 25 de Agosto de 1887, estas contagens passaram a ser realizadas decenalmente nos anos terminados em zero - o que veio a acontecer como regra desde 1890, salvo em 1911 - tendo-se alterado esta periodicidade a partir do *XII Recenseamento Geral da População*, realizado em 1981. Tal alteração ficou a dever-se ao cumprimento de uma das directivas comunitárias, adoptada em 1973, na qual se defendia a realização, em datas próximas, dos recenseamentos da população nos diversos estados-membros da C.E.E. Este mesmo assunto foi objecto de uma nova directiva do Conselho das Comunidades Europeias, adoptado em 1987, no qual se estabeleceram as datas da

⁸⁰ (Comunicação apresentada no XII Encontro Nacional da Pastoral da Saúde - Fátima; 1/4 DEZEMBRO 1998)

realização do novo recenseamento da população nos diversos países comunitários, marcadas para o período compreendido entre 1 de Março e 31 de Maio de 1991.

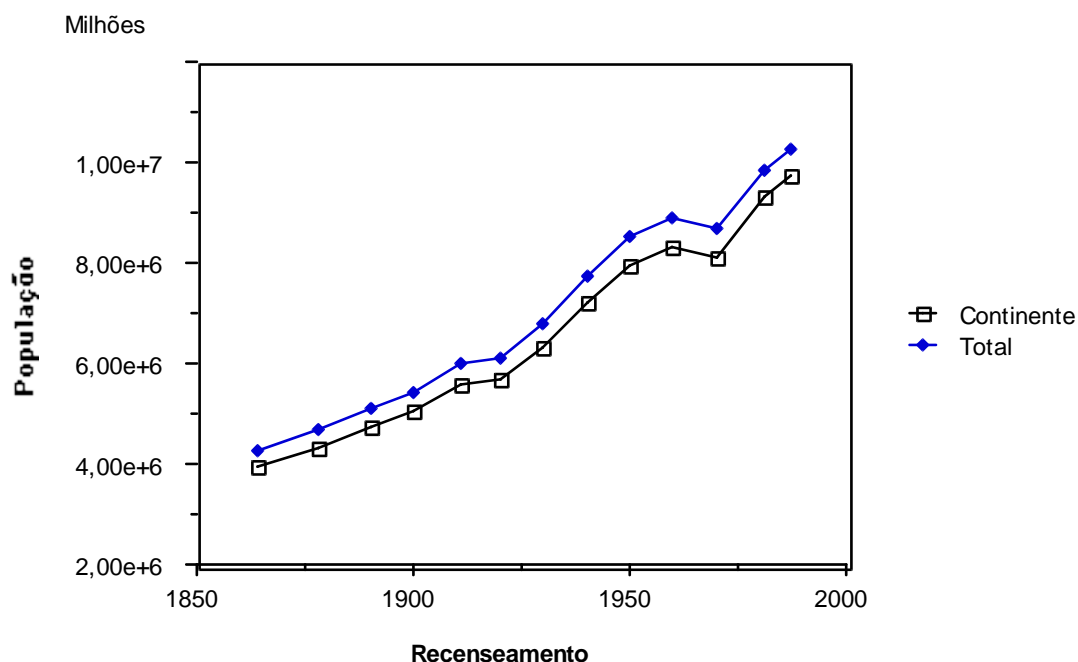
Quanto à evolução da população portuguesa foram várias as vicissitudes que durante este lapso de tempo afectaram o seu regular crescimento pelo que os resultados finais de cada um dos censos constitui, para o início de cada década, um quadro fidedigno dos diversos tipos de "perturbações" sociais ocorridas nos lustres anteriores. A nível nacional tal facto pode comprovar-se através da evolução demográfica global realçando a ocorrência de diversos factores, internos e externos, que no seu conjunto permitiram que a população portuguesa passasse de 3,9 milhões de habitantes em 1864, para mais de 9,3 milhões no continente, em 1981, montante que na actualidade deve orçar os dez milhões de indivíduos.

Como tem sido demonstrado por vários autores (Evangelista; 1971, Arroiteia; 1983, Nazareth; 1988), esta evolução, para além de não ter sido uniforme ao longo destas décadas, ficou igualmente marcada por um crescimento assimétrico no território o que reforçou o peso demográfico das regiões do litoral em detrimento das restantes áreas do país. De acordo com a terminologia utilizada por Nazareth (1988; 120), tal facto reforçou a "*bipolarização*" e a "*litoralização*" do continente português contribuindo, desta forma, para o acentuar das assimetrias regionais, de natureza física, humana, económica, social e cultural, que desde longa identificam o nosso país.

Vejamos alguns aspectos dessa evolução destacando, para o efeito, a variação percentual da população em diversos períodos inter-censitários.

- O primeiro, que vai desde 1864 a 1911, ficou marcado por um aumento gradual da população - mais de 1,6 milhões de habitantes - acréscimo já notado em alguns dos distritos do litoral, de Braga a Setúbal.

FIG 1 - Evolução demográfica portuguesa: 1864-1991



Neste período distritos houve que viram a sua população aumentar, embora de forma não muito volumosa, mas proporcionalmente relevante, como sucedeu em todos os distritos do sul: Évora, Beja, Portalegre e Faro. Este fenómeno que não teve grande continuidade nas décadas seguintes ficou a dever-se, essencialmente, à fixação de novos habitantes nas terras então arroteadas destinadas à cultura dos cereais.

Pelo contrário, embora globalmente positivo, o crescimento demográfico noutras áreas do país, principalmente na parte mais setentrional do "Noroeste" português - distritos de Braga e Viana do Castelo - não foi proporcionalmente tão elevado como nos restantes, tendo-se registado um aumento de menos de uma centena de milhares de habitantes. Já nos outros distritos que prolongam para sul esta região natural - Porto e Aveiro - o aumento da população ultrapassou as três centenas de milhares, facto que realça, só por si, o início de uma forte expansão demográfica que foi igualmente acompanhada pelo crescimento e diversificação do tecido económico e empresarial.

- O segundo período é relativo ao período inter-censitário de 1911-20, durante o qual a população portuguesa apresentou um crescimento muito ligeiro: menos de

uma centena de milhares de habitantes. Neste caso alguns dos distritos que viram a sua população aumentar situavam-se ainda no sul do território - Évora, Beja, Portalegre - verificando-se os maiores acréscimos no litoral português: Porto, Aveiro, Leiria, Santarém, Lisboa e na área do distrito de Setúbal. Nos restantes notou-se uma perda global de habitantes, superiores à dezena de milhar, como sucedeu em Bragança, Vila Real, Guarda e Viseu.

A justificação para este fenómeno deverá encontrar-se na persistência do fenómeno emigratório - elevado ainda durante os primeiros anos dessa década - e na ocorrência da gripe pneumónica que terá contribuído para aumentar, de forma significativa, a mortalidade geral registada em algumas destas regiões do continente português.

Da mesma forma não podemos ficar indiferentes ao fenómeno das migrações internas as quais, orientando-se não só para os grandes centros urbanos, mas ainda em direcção ao sul do país contribuíram para alterar, de forma considerável, os padrões tradicionais de distribuição da população nacional.

- O terceiro período da nossa análise abarca as décadas que vão desde 1920 a 1950, durante o qual se verificou um crescimento efectivo da população: mais de 2,2 milhões de habitantes. Este acréscimo prosseguiu em todos os distritos do continente, embora de forma mais acentuada junto das grandes concentrações urbanas e industriais do litoral, em detrimento das áreas de menores recursos e menos desenvolvidas do interior. Como já observámos esta tendência veio a acentuar-se durante o terceiro quartel do nosso século agravando ainda mais os desequilíbrios já existentes e dificultando o processo de desenvolvimento económico e social do continente português.

- A partir dos anos cinquenta o crescimento da população portuguesa ficou assinalado, em todo o território nacional, por um agravamento destes desequilíbrios demográficos em resultado quer da persistência das migrações internas quer, ainda, sobretudo durante os anos sessenta, pelo fenómeno da emigração. Com efeito se tivermos em conta a evolução da população portuguesa durante o período intercensitário de 1950/1960, logo verificamos que o número global de habitantes do continente aumentou menos de quatro centenas de milhar de indivíduos, fenómeno

que no período seguinte correspondeu a uma perda real de quase metade daquele montante.

No primeiro caso, porém, o crescimento verificado em todos os distritos do litoral, à excepção apenas de Viana do Castelo e de Faro, que registaram perdas de população, respectivamente, de 14 milhares e de 2 milhares de habitantes, conseguiram superar os decréscimos populacionais ocorridos nos restantes distritos. Note-se que apenas Bragança e Vila Real viram a sua população aumentar durante o mesmo período em mais de 10 milhares de indivíduos.

- O decénio seguinte, de 1960-1970, foi marcado por um "êxodo" maciço da população ao qual apenas os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Lisboa e Setúbal se opuseram, contrariando a tendência geral ocorrida nos restantes distritos do continente. Neste caso entre os distritos que perderam maior número de habitantes encontram-se os da Guarda e de Viseu - mais de setenta milhares de habitantes, cada - prolongando-se esta mancha pelas áreas contíguas de Castelo Branco, Vila Real e Bragança onde estes valores superaram, em cada uma destas unidades administrativas, a meia centena de milhar. Da mesma forma também os distritos de Beja, Portalegre, Faro e Évora figuram entre os menos atractivos do continente, despovoando-se em favor de outros centros.

- Por sua vez o período inter-censitário, 1970-1981, ficou marcado por um aumento da população portuguesa - mais de 1,2 milhões de habitantes - facto a que não foram indiferentes a quebra da emigração e o afluxo de cidadãos nacionais e estrangeiros ao nosso país. E à semelhança da tendência esboçada anteriormente as áreas que registaram maiores ganhos demográficos continuaram a localizar-se na periferia dos principais centros urbanos do litoral português.

- Em relação ao último período, de 1981 a 1991, o crescimento global da população portuguesa foi insignificante, menos de meio milhão de habitantes, facto que se deve não tanto à quebra dos valores do crescimento migratório, mas, sobretudo, à quebra do movimento natural devido à redução das taxas de natalidade.

Ao prosseguirmos com a análise desta variação verificamos que este crescimento foi negativo nos distritos raianos da Guarda, Castelo Branco e Portalegre, manifestando-se ainda em Vila Real e em Beja, locais onde estas perdas

ultrapassaram, no seu conjunto, a meia centena de milhares de habitantes. Nos restantes distritos o crescimento mais acentuado foi registado em Lisboa: cerca de meio milhão de habitantes; no Porto: quase 250 milhares e em Setúbal, quase 190 milhares.

Note-se, no entanto que, durante este período, outros factores que não só as migrações internas e o regresso dos emigrantes, vieram a contribuir para o aumento da população residente. Estamos a pensar nas migrações internacionais que passaram a escolher Portugal como país de acolhimento, alterando a imagem deixada nas décadas precedentes em que o nosso país ficou conhecido como sendo um dos principais países de emigração do velho continente.

QUADRO I - População residente: 1991

	<i>Pop. Presente</i>	<i>Famílias</i>
Total do país	9 866,0	3 149,8
Continente	9 362,1	3 020,3
Norte	3 434,5	1 009,6
Lx. V.Tejo	3 310,3	1 127,8
Alentejo	540,6	193,7
Algarve	367,8	118,1
Açores	240,5	63,6
Madeira	263,4	65,8

A descrição que acabamos de apresentar, tendo por base apenas o distrito esconde, no entanto, uma outra realidade bem mais complexa que deveríamos ter em conta, ou seja, a evolução deste mesmo fenómeno a nível concelhio. Tal tipo de observação permitiria não só detectar os contrastes registados dentro dessas grandes unidades administrativas, mas ainda conhecer, com mais detalhe, as tendências registadas durante cada um dos períodos considerados. Igualmente nos permitiria conhecer os períodos de ruptura, positiva (crescimento acentuado) e negativa (decréscimo) ocorridos em várias épocas. Vejamos alguns aspectos relativos a esta evolução.

2. Condicionantes da evolução demográfica

Embora dependendo, sobretudo, de factores internos relacionados com os movimentos naturais: natalidade e mortalidade, os movimentos migratórios: emigração e imigração, têm um peso relevante no crescimento de qualquer

população. Deixando, por ora, a consideração destes fenómenos, atendamos a alguns aspectos relativos à evolução dos nascimentos e dos óbitos na população portuguesa.

QUADRO II - Nados-vivos e óbitos

<i>Regiões</i>	<i>Nados-vivos</i> <i>1996</i>	<i>Óbitos</i> <i>1996</i>
Portugal	110 261	106 925
Norte	43 092	32 128
Centro	17 087	20 742
Lx e V. Tejo	35 435	36 137
Alentejo	4 364	7 835
Algarve	3 690	4 624
Açores	3 554	2 718
Madeira	3 021	2 697

Quanto aos nascimentos é conhecido como estes se têm vindo a reduzir no decurso das últimas décadas de tal forma que, se atendermos à evolução da natalidade, deparamos com uma quebra dos valores médios das taxas de natalidade que dos 30‰, registados ainda no começo da década de vinte, decaíram gradualmente para valores da ordem dos 20‰ no começo dos anos sessenta e para menos de 11‰ na actualidade.

Por sua vez, quanto à mortalidade, dos valores médios de cerca de 20‰ no começo do nosso século, a taxa de mortalidade geral decaiu para menos de 15‰ no início da década de sessenta, para os 10‰ actuais. Estas razões justificam, em parte, a variação global da população portuguesa, fazendo com que o saldo fisiológico, ou seja, o excedente de vidas, tenha permanecido fortemente positivo até praticamente aos meados do nosso século, para se reduzir drasticamente desde então. Na actualidade (1997) a taxa de crescimento efectivo da população portuguesa orçou os 0,2%, havendo regiões do país, caso do Alentejo, onde esse crescimento foi fortemente negativo.

Estes dados, se apoiados na apreciação de outros indicadores demográficos tais como as "taxas de fecundidade", ou seja, o nº de nados-vivos por mil mulheres em idade de procriação (dos 15 aos 49 anos), têm vindo a decair no continente: de 51,4‰ em 1985, para 45,1‰ em 1989, situando-se na actualidade na ordem dos 40‰.

QUADRO III - Principais indicadores demográficos (1997)

	<i>T.Cresc. efect.%</i>	<i>T.Nat.‰</i>	<i>T.mort.‰</i>	<i>T.m.inf.%</i>
Portugal	0,2	11,4	10,5	6,4
Continente	0,2	11,3	10,5	6,3
Norte	0,5	12,3	8,9	7,1
Lx. V.Tejo	0,2	11,0	10,7	5,8
Alentejo	-0,8	9,0	14,6	5,2
Algarve	0,4	11,0	13,0	6,0
Açores	0,5	14,4	11,6	10,6
Madeira	0,5	12,1	9,9	6,7

Dos restantes indicadores demográficos recordamos a "taxa de fecundidade geral" (número de nascimentos em relação ao total de mulheres, dos 15 aos 49 anos). Ora uma vez que a fecundidade varia com a idade interessaria rectificar este valor com o cálculo de fecundidade por grupos de idade, operação que só ficaria completa através do conhecimento da repartição dos nascimentos segundo a idade da mãe.

Por outro lado, uma vez que a fecundidade (legítima) de uma população está ligada ao número de casamentos celebrados, haveria vantagens em conhecer a relação entre estes casamentos e a população média através do cálculo da "taxa bruta de nupcialidade". De realçar que um dos primeiros factores a fazer variar este indicador é a estrutura por idades da população, mas há outros acontecimentos ligados a "variações temporais" devidas a perturbações da ordem pública e às crises sociais e económicas, por exemplo, que poderão condicionar a sua ocorrência.

Mesmo assim não deixamos de recordar que *"o desenvolvimento é o melhor dos contraceptivos"*. De facto, como em tempo escreveu Nazareth (1978; 792), a *"micro-demografia do espaço português é bastante heterogénea"* sendo de realçar o nível de fecundidade mais elevado nos *"distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real, Bragança e Viseu, sobretudo quando comparados com o Sul do País"*. Acompanhando esta tendência, o "índice sintético de fecundidade" - que expressa o nº de crianças que, em média, cada mulher tem durante a sua vida fecunda - baixou consideravelmente de cerca de 2 em 1985, para cerca de 1,6 na actualidade.

Estes constituem, em nosso entender, dois dos indicadores mais expressivos das alterações demográficas ultimamente registadas na sociedade portuguesa

relacionadas com a capacidade de regeneração da nossa sociedade, sendo certo que a quebra de nascimentos prenuncia sérias dificuldades desta se perpetuar. Se ela perde a sua capacidade de procriação, então corre o grave risco de definhar.

Vejam os mesmo assim novos aspectos que podem condicionar esta capacidade de regeneração social. Embora sem pretendermos ser exaustivos não deixamos de recordar alguns elementos reveladores da estrutura, por idades, da população portuguesa, procurando relacionar a ocorrência deste fenómeno com os demais fenómenos demográficos. Recorremos, para o efeito, à estrutura etária da população e à sua repartição pelos três principais grupos funcionais: 0-14, 15-64 e mais de 65 anos. A repartição da população mostra-nos que estes valores orçavam, em 1991, os 21%; os 66% e os 14%, respectivamente.

Quanto à sua distribuição no espaço, a percentagem mais elevada de jovens situava-se em todos os distritos da faixa atlântica do nosso território, de Braga a Setúbal. Esta imagem traduz o reforço da "litoralidade" evidenciada, neste caso, por uma estrutura demográfica rejuvenescida, que continua patente na maior parte dos distritos do litoral os quais apresentam, no seu conjunto, as maiores percentagens de população jovem indiciando, desta forma, a ocorrência e o volume dos movimentos migratórios.

QUADRO IV - Estrutura da população residente - 1997

	<i>Pop. total</i>	<i>0-14anos</i>	<i>15-64anos</i>	<i>>64anos</i>
Portugal	9 957,3	1 695,6	6 760,8	1 500,8
Continente	9 454,2	1 586,3	6 427,9	1 440,0
Norte	3 561,8	664,8	2 446,4	450,5
Lx. V.Tejo	3 319,9	518,8	2 294,1	507,0
Alentejo	514,8	74,8	329,9	110,1
Algarve	347,4	56,1	227,2	64,1
Açores	243,8	56,5	158,0	29,3
Madeira	259,3	52,8	174,9	31,5

Já os valores mais elevados referentes à população idosa encontram-se nos distritos do interior e do sul do país os que, globalmente, têm sido mais seriamente afectados pelo fenómeno da desertificação. Este facto só por si denuncia as características repulsivas que justificam o crescimento, nalguns casos negativo, da sua população residente.

Note-se, no entanto, que o envelhecimento da população, tal como as alterações registadas na maternidade e na fecundidade femininas, constituem-se como um dos

"males actuais" dos países industrializados sendo o resultado das transformações operadas pelo fenómeno de urbanização-industrialização iniciado com a revolução industrial. Com efeito a transferência das populações rurais para as áreas de maior concentração mineira, industrial e urbana, iniciada no decurso dos séculos XVIII e XIX, deu origem não só ao movimento contínuo das migrações internas, que desde então constituem um dos sintomas do processo de desenvolvimento económico, mas ainda a um conjunto de fenómenos complexos resultantes da aculturação urbana destas populações.

Recorde-se a propósito que os principais factores responsáveis pelo desencadear deste tipo de movimentos assentam nas oportunidades de trabalho criadas em torno destas bacias industriais. Estas estiveram na origem da atracção de novos contingentes de mão de obra, masculina e feminina, que se instalaram na periferia dessas bolsas de emprego geradas pela diversificação das actividades industriais e pela concentração de serviços que gradualmente aí se foram desenvolvendo.

Como resultado dessas migrações familiares e perante os novos contextos sociais, económicos e culturais de natureza urbana, do aumento das taxas de ocupação feminina e da alteração dos papéis familiares e sociais, muitos dos valores e dos hábitos, então apanágio das sociedades rurais tradicionais, foram alterados. Daí decorreu a construção de novas mentalidades e padrões de comportamento que hoje identificam as novas civilizações urbanas. Entre estes identificamos não só a mudança dos valores tradicionais relacionados com a vida em comunidade e a solidariedade social, mas ainda com a divisão do trabalho e o crescimento humano através do contróle dos nascimentos. Tal facto está por natureza intimamente associado à quebra dos nascimentos e à redução da fecundidade da mulher alterando, por conseguinte, as estruturas demográficas da população residente.

Se pretendermos utilizar outros indicadores relacionados com a situação demográfica portuguesa, no final da presente década, podemos ainda referir os seguintes:

- Índice de envelhecimento (+65 anos/0-14 anos) = 88.5
- Índice de dependência total (0-14 e 65 +anos)/15-64 anos = 47.3
- Índice de dependência de idosos (65+anos/15-64anos) =22.2

Da mesma forma poderemos ter uma outra imagem do envelhecimento desta população através da observação das pirâmides etárias, representação gráfica privilegiada que nos dá uma idéia global da composição da população por sexos e da sua estrutura pelos diferentes grupos etários. Com efeito a análise de uma pirâmide etária permite verificar os diferentes tipos de envelhecimento: o envelhecimento na base, se se verifica uma redução acentuada do número de nascimentos, consequência da quebra da natalidade e da fecundidade feminina; o envelhecimento no topo, se se verifica um aumento acentuado da população idosa. Finalmente, um envelhecimento na base e no topo, se à redução do número de nascimentos podemos juntar um acréscimo, significativo, da população mais velha.

A comparação de diferentes pirâmides etárias relativas à situação demográfica portuguesa em diversas épocas permite-nos ilustrar estes diferentes tipos de envelhecimento. Quedamo-nos, no entanto, pela análise da estrutura da população portuguesa em 1981 e em 1991, para reforçarmos o que anteriormente assinalámos: a existência de um duplo envelhecimento, na base e no topo, fenómeno que se tem vindo a acentuar durante as duas últimas décadas.

Como causa das imediatas deste fenómeno relembramos o declínio gradual dos nascimentos, apanágio do processo de urbanização-industrialização e o aumento da esperança de vida consequente da melhoria da cobertura médico sanitária e do desenvolvimento de novas formas de divisão do trabalho e de assistência social que vieram a permitir uma redução das taxas de mortalidade geral. Note-se, no entanto, que a quebra de nascimentos, específica da nossa civilização urbano-industrial, está associada a muitos outros fenómenos entre os quais se contam a redução da nupcialidade, o casamento tardio, a emancipação da mulher e a sua maior participação no mercado de trabalho.

No que concerne a realidade portuguesa, notamos que em 1997, a idade média do primeiro casamento foi de 27,1 anos no homem e de 25,3 anos na mulher. De qualquer modo o nº de casamentos em relação à população em geral (se referida a 1000 habitantes, designa-se por "taxa de nupcialidade"), não ultrapassava os 8, enquanto que o nº de divórcios ("taxa de divorcialidade") ascendia a 1.5.

Quanto à idade média da mulher em relação ao nascimento do primeiro filho era, na mesma data, de 25,9 anos. A acrescentar a este panorama devemos ainda contar com a generalização dos métodos anticonceptivos e os encargos sociais acrescidos decorrentes de uma família numerosa e nem sempre totalmente satisfeitos pelos sistemas de segurança social. Esta situação pode justificar a dimensão média dos agregados familiares no Continente, que no início da década actual era fundamentalmente constituída por apenas 2 indivíduos: cerca de 29% dos casos; por 3 indivíduos: 24% dos casos ou por 4 indivíduos: 22% dos casos. Temos, assim, a persistência de agregados familiares de dimensões bastante reduzidas, contrariamente às famílias extensas dos anos cinquenta.

Para além do significado dos movimentos internos da população importará realçar como estes se acompanharam de inúmeras saídas para o exterior. Neste caso a maior intensidade destes movimentos repartiu-se pelas áreas mais densamente povoadas do "noroeste" do território e do centro do país, seguindo o padrão normal de distribuição da população portuguesa e as suas áreas de maior pressão demográfica. Esta constatação recorda-nos o que a este respeito Oliveira Martins escreveu - ao analisar a distribuição espacial da emigração portuguesa e, ao verificar, que as áreas de maior intensidade emigratória se situavam no noroeste português - associando a ocorrência deste movimento à maior pressão demográfica e "*à míngua de meios de subsistência*".

Esquecendo uma referência detalhada às causas destes movimentos, ao seu volume e à sua extensão recordamos, mesmo assim, que a emigração foi a grande responsável pela evolução da população portuguesa durante as últimas décadas, condicionando de forma decisiva a dinâmica demográfica, económica e social, ocorrida nas várias regiões do continente.

3. O crescimento demográfico e os demais fenómenos sociais

Não se ficam nos exemplos anteriores os efeitos da fertilidade e da maternidade, reduzidas, na demografia portuguesa. Nem tão pouco a acção destes factores, conjuntamente com os movimentos, natural e migratório, sobre a estrutura social da nossa população.

Notamos ainda que o crescimento da população não é independente das condições de vida e do bem-estar dos habitantes pelo que se poderia justificar o recurso a outros tipos de indicadores que nos permitiriam aprofundar a nossa análise e apreciar os principais factores que condicionaram a evolução da população portuguesa durante as últimas décadas. Notámos o caso das estruturas demográficas que realçam muitas das modificações operadas na sociedade portuguesa tais como a redução dos valores de natalidade; o aumento da classe dos inactivos; a necessidade de uma protecção mais eficaz à maternidade e a integração dos idosos no seio da comunidade e das famílias.

Não esqueçamos, no entanto, que a tendência portuguesa e europeia para a constituição de um vasto "mosaico multicultural" e para o reforço da solidariedade social, tem vindo a justificar o desenvolvimento de diversas acções comunitárias de apoio à família e à solidariedade entre gerações. Neste caso perante as perspectivas de envelhecimento acentuado da população em todos os países comunitários, da quebra da fertilidade feminina e do crescimento demográfico explosivo que se continua a registar nos países mais próximos dos continentes africano e asiático, haverá que precaver situações embaraçosas que no futuro se poderão vir a desencadear quando a tecnologia se mostrar incapaz de resolver os problemas, sociais e humanos, que afectam as áreas menos jovens do "velho continente".

Estas condições sugerem a necessidade de uma cooperação mais estreita entre os países comunitários que tenha em conta a valorização e a promoção cultural dos nossos recursos humanos, sugerindo o reforço da solidariedade e da coesão social que devem identificar a velha Europa. Daí que, este tipo de acções, não deve esquecer novos empreendimentos vocacionados não só com a procura de melhores condições de trabalho e de bem-estar social, mas ainda de novas perspectivas de realização pessoal e profissional dos habitantes que levem à alteração dos factores que influenciam a postura da mulher e da família perante novos nascimentos.

Tais acções deverão ser igualmente acompanhadas de um outro tipo de reflexão relacionada com os problemas de exclusão social que em regra lhes andam associados. Não será despiciendo evocar alguns destes aspectos: a gravidez sem casamento; o abuso do álcool, das drogas e ocorrências das doenças sexualmente

transmissíveis; a aumento das mulheres victimizadas. Sendo temas actuais a sua apreciação só poderá ser feita em conjunto com outros indicadores demográficos e sociais que realcem a importância da informação numa maternidade conveniente e saudável.

Ainda que de difícil recolha e nem sempre da melhor qualidade, os dados que eventualmente possamos encontrar sobre estes temas permitem-nos compreender as diversas facetas de que se revestem os fenómenos demográficos e sociais relacionados com uma maternidade saudável, conduzindo-nos a um melhor entendimento da realidade social e da "*crosta exterior*" da sociedade portuguesa na actualidade.

Bibliografia

- ALARCÃO, Alberto (1964) - " Exodo rural e atracção urbana no continente".
in: *Análise Social*. 7-8; pp.511-573
- ALARCÃO, Alberto (1969) - *Mobilidade geográfica da população de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes). Migrações internas. 1921-1960*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian - Centro de Estudos de Economia Agrária
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) - *A emigração portuguesa: suas origens e evolução*. Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; 79)
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1985) - *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; 93)
- EVANGELISTA, João (1971) - *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística - Centro de Estudos Demográficos
- NAZARETH, J. Manuel (1988-a) - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença
- NAZARETH, J. Manuel (1988-b) - *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX* (Vol. III de: *Portugal - os próximos 20 anos*). Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

I CONGRESSO PORTUGUÊS DE DEMOGRAFIA

Estado Actual dos Conhecimentos e Perspectivas

Tróia – Grândola, 21 a 23 de Setembro 2000

Traços da evolução recente da população portuguesa*

Jorge C. Arroiteia / Eduardo Anselmo de Castro (U.A.)

Introdução

A importância do conhecimento actual da população portuguesa no que concerne aos aspectos relacionados com a sua evolução e estrutura, à sua composição e distribuição espacial, aos seus movimentos e prospectiva, leva-nos a considerar a oportunidade e o interesse por novos estudos que explorem as diferentes facetas desta mesma problemática. Justificam-se por isso os diversos trabalhos de pesquisa que individualmente ou conduzidos por equipas de investigação, têm sido levados a cabo nas duas últimas décadas abordando aspectos diversos relacionados com o estudo das "populações humanas" e que interessam não só à Demografia e à Sociologia, mas também às demais Ciências Sociais. Entre estas contamos tradicionalmente com a História e a Economia, a Geografia e a Antropologia e, modernamente, a Ecologia, ciência que complementarmente àquelas tem vindo a dedicar-se cada vez mais aos estudos relacionados com as populações humanas.

Sem pretendermos evocar as diversas etapas por que têm passado os estudos demográficos em Portugal recordamos apenas que o despontar do interesse por estes temas foi possível com o alargamento da rede de estabelecimentos do ensino superior universitário, iniciado em 1973 com a "reforma Veiga Simão", o qual permitiu a criação de novas Universidades e Institutos Politécnicos em diversos pontos do país favorecendo assim a constituição de grupos de investigação que têm contribuído para o aprofundamento dos estudos de natureza demográfica. Importa realçar a importância dessas equipas e o significado das iniciativas destinadas à discussão dos problemas demográficos que de forma global afectam a sociedade

portuguesa. No seu conjunto estas realizações têm contribuído para valorizar a Demografia nos seus diferentes aspectos e abordagens, de natureza qualitativa, de natureza quantitativa e de natureza prospectiva.

Foi seguindo estas perspectivas que preparámos o texto seguinte onde procuramos apreciar através de considerações de natureza qualitativa, o significado de alguns dados estatísticos actuais e, a partir deles, realçar o significado e a pertinência de algumas observações retiradas da leitura das projecções demográficas. Trata-se de uma nova orientação da Demografia Social relacionada com a análise prospectiva da população que tem vindo a reforçar o significado estratégico desta ciência.

2. Aspectos da demografia portuguesa

As alterações sócio-demográficas que se operaram na sociedade portuguesa no decurso das três últimas décadas, nomeadamente no que concerne à evolução do movimento natural e do movimento migratório, acompanharam as grandes tendências registadas no continente europeu durante a segunda metade do século XX, sendo devidas ao processo de reconstrução da Europa e do seu sistema económico e social. Entre os aspectos mais salientes destas transformações recordamos a estagnação demográfica registada em Portugal a partir dos anos sessenta, a alteração profunda das estruturas da população, o recrudescimento dos movimentos migratórios e o agravamento dos padrões tradicionais de distribuição dos habitantes no espaço nacional, responsáveis pelo agravamento das assimetrias já existentes.

Estas transformações foram acompanhadas de outras modificações estruturais da sociedade portuguesa geradas pelo fenómeno complexo da industrialização-urbanização, decorrente da abertura gradual do tecido empresarial português ao investimento estrangeiro que se operou depois da integração de Portugal na EFTA. A partir dos anos sessenta este processo foi o grande responsável pelo surto de industrialização registado em diversas regiões do país, mas que não alterou, apesar de tudo, a imagem do país rural que então identificava a nossa sociedade. Assim, em 1960, numa população de 3,3 Milhões de activos, cerca de 44% estavam ainda

ocupados no sector primário, 27% no sector secundário e os demais no sector terciário.

Para além desta realidade que se alterou gradualmente por influência de outros factores relacionados com a industrialização-urbanização do território, com o desenvolvimento do turismo e da emigração, mantiveram-se grande parte dos desequilíbrios espaciais e sociais anteriormente identificados. Assim persistiram diversas áreas marcadas por núcleos de maior desenvolvimento industrial e de serviços que contrastam com as largas faixas menos desenvolvidas ou dotadas de menores acessibilidades, que ultrapassam as regiões fronteiriças conhecidas tradicionalmente pelo seu maior subdesenvolvimento.

No entanto a sociedade portuguesa tem vindo a beneficiar, sobretudo nas duas últimas décadas com a aplicação de fundos estruturais europeus, de novas dinâmicas sociais elas próprias acompanhadas por alterações significativas de alguns dos indicadores demográficos. Assim aconteceu como a natalidade, com a mortalidade geral e com a mortalidade infantil cujos valores bastante elevados confirmavam, há algumas décadas, o estágio de desenvolvimento da nossa sociedade.

Note-se que em resultado da industrialização, da urbanização e da terciarização crescentes da sociedade portuguesa, assistimos ainda ao desenvolvimento de grandes movimentos internos da população que alimentaram o "êxodo rural" já conhecido desde há longas décadas no nosso território. A imagem actual deste fenómeno confirma a tendência da repulsão-atração registada em grande parte dos concelhos portugueses durante a segunda metade do século XX e a dimensão da "desertificação humana" que nos afecta.

A apreciação dos valores referentes às migrações internas reflecte os fenómenos de saturação demográfica que por via dos grandes investimentos, das maiores oportunidades de emprego e das acessibilidades sócio-culturais têm contribuído, de forma duradoura e persistente, para a "litoralização" crescente do nosso território. Para tanto terão contribuído: a melhoria gradual das vias de comunicação e dos transportes rodoviários e ferroviários, o alargamento crescente as "áreas

metropolitanas" (de Lisboa e do Porto), a democratização do nosso sistema político e as dinâmicas locais geradas pelo poder autárquico.

No seu conjunto estes factores favoreceram decisivamente as mudanças sociais e demográficas registadas na sociedade com particular destaque para a evolução dos seus habitantes e das suas estruturas demográficas.

3. Estimativas da população

Foi neste contexto que procedemos a uma estimativa recente da evolução da população portuguesa para os anos compreendidos entre 1995 e 2000. Recorrendo ao cenário demográfico de “populações abertas” os dados referidos no Quadro I permitem-nos assinalar, para o conjunto do continente português, algumas transformações.

Quadro - Estimativas da população portuguesa: 1995-2020

NUTIII	Pop. Estimada		- Variação da população (%) -		
	1995	2020	1995-2000	2000-10	2010-20
Alentejo Central	172351	159666	-1.2	-3.6	-2.8
Alentejo Litoral	97630	85067	-2.8	-5.4	-5.3
Algarve	342604	358373	8.1	0.5	-3.7
Alto Alentejo	126627	105692	-1.8	-8.1	-7.5
Alto T.-Montes	232111	164870	-12.7	-11.4	-8.1
Ave	478445	536433	4.7	4.5	2.4
Bxo. Alentejo	140364	102570	-6.8	-12.3	-10.6
Bxo. Mondego	327060	322259	5.3	-1.8	-4.7
Bxo. Vouga	357105	367325	4.7	0.4	-2.1
Beira Int. N.	116892	105065	-0.4	-5.4	-4.7
Beira Int. S.	79302	65867	-1.3	-8.2	-8.4
Cávado	367531	419410	6.0	5.2	2.4
Cova Beira	92485	80048	-3.1	6.1	-4.9
Dão-Lafões	280397	243534	-3.3	-5.6	-4.8
Douro	239703	155273	-21.5	-12.8	-5.3
Entre D.-Vouga	260609	288206	5.4	3.9	1.0
Gde. Lisboa	1845575	1813844	0.7	-0.3	-2.2
Gde. Porto	1198368	1270033	3.8	2.3	-0.2
Lezíria Tejo	232072	214125	2.0	-4.2	-5.5
Médio Tejo	226740	217005	3.0	-3.0	-4.3
Minho-Lima	250532	192158	-12.6	-8.3	-4.3
Oeste	361323	371873	5.1	0.0	-2.1
Pen. Setúbal	658054	702545	8.7	2.0	-3.7
Pinhal Int. N.	135116	111228	-3.2	-8.3	-7.3
Pinhal Int. S.	48454	35575	-9.4	-11.8	-8.1
Pinhal Lit.	227001	237017	4.8	0.5	-0.9
Serra Estrela	53658	43096	-2.4	-9.1	-9.5
Tâmega	538525	610756	3.3	4.7	4.9

Assim, verificamos:

- uma variação positiva dos habitantes, traduzida num acréscimo de 141 715 habitantes;
- uma intensificação dos movimentos de atracção e de repulsão ao nível das NUTIII.

Na sua globalidade esta evolução futura aponta para:

1. o agravamento da “desertificação” registada em todas as NUTIII da área fronteiriça, desde o Alto Trás-os-Montes, ao Douro e à região das Beiras (Beira Interior, norte e sul, Cova da Beira, Dão e Lafões, Serra da Estrela), alargando-se por todo o Alentejo (Alto Alentejo, Alentejo Central e Alentejo Litoral).

Este fenómeno ocorreu ainda em áreas mais próximas do litoral, como aconteceu na bacia do Minho-Lima e na zona do Pinhal (litoral e interior);

2. o reforço da “litoralização”, traduzida nos acréscimos da população registados nas NUTIII da faixa litoral: Cávado, Ave, Entre-Douro e Vouga, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Médio-Tejo, Lezíria do Tejo e mais a sul, no Algarve;

3. o alargamento das áreas metropolitanas, do Porto e de Lisboa, estendendo-se ainda este crescimento até à Península de Setúbal;

4. a ocorrência de “ilhas” interiores marcadas por crescimento demográfico positivo, como é o caso da NUTIII do Tâmega.

A apreciação espacial destas variações comprova a importância de diversas dinâmicas locais associadas a actividades produtivas, aos serviços, ao desenvolvimento do ensino superior, às condições de circulação e a outros factores globalmente responsáveis pela variação positiva da população durante o período considerado.

A metodologia de análise seguida anteriormente permitiu-nos construir um cenário prospectivo referente à evolução da população portuguesa para as próximas duas décadas. E as conclusões finais apontam para uma variação negativa da população portuguesa, superior a 250 milhares de indivíduos, situação que leva à estimativa de uma população residente, no ano de 2020, semelhante à população residente no ano de 1991.

Independentemente desta constatação e das variações espaciais relativas à sua distribuição no território, os dados mais relevantes desta evolução apontam para uma alteração significativa da sua estrutura demográfica. Neste caso para além de se acentuar o envelhecimento na base (decorrente da redução do número de nascimentos), deverá verificar-se, em 2020, um acentuado envelhecimento no topo, devido ao aumento do número de idosos.

Estas questões são relevantes não só para a demografia, mas ainda para a política social, pelas implicações que acarreta no funcionamento dos sistemas, educativo, social e de saúde. Além disso sugere um conjunto de outras repercussões ao nível das relações inter-geracionais e das perspectivas de desenvolvimento sócio-económico da sociedade portuguesa.

Não cabendo esta apreciação no âmbito desta comunicação, retenhamos os aspectos mais salientes desta variação, relativas às NUTIII.

Recorrendo ao mesmo cenário das populações abertas, entre 2000 e 2010, a população portuguesa deverá perder cerca de seis dezenas de milhar de indivíduos, sendo que esta variação:

1. agrava as tendências de “desertificação”, registadas no período anterior, principalmente nas áreas do interior e centro do país.

2. evidencia novas estas perdas, desta vez no litoral ou em áreas próximas, tais como nas NUTIII de: Oeste, Lezíria e Médio Tejo.

Deverá igualmente registar-se na área da Grande Lisboa;

3. continuará a registar variações positivas ao nível de “ilhas” isoladas, de onde se destacam as NUTIII de: Ave, Cávado, Entre-Douro e Vouga, Baixo Vouga, Pinhal Litoral, Península de Setúbal e Algarve.

No interior esta variação positiva deverá manter-se ao nível da NUTIII do Tâmega.

Estas observações realçam as assimetrias que acompanham a distribuição da população e das suas actividades no continente português apesar da melhoria das condições de circulação e da difusão dos padrões de povoamento que se farão sentir em torno dos principais eixos de circulação.

Alargando a nossa análise ao período de 2010-2020, verificamos poder vir a registar-se uma perda maior da população portuguesa, da ordem das quase duas centenas de milhar de indivíduos. Este facto será primeiramente justificado pela redução de nascimentos que se está já a verificar contribuindo ainda mais para o envelhecimento demográfico português. Agravando-se o envelhecimento, na base e no topo, as perdas registadas deverão fazer-se sentir ao nível das NUTIII à excepção apenas, de: Cávado, Ave, Entre-Douro e Vouga e Tâmega. Nestas circunstâncias os ganhos de população deverão acompanhar quer os valores de fecundidade aqui registados, quer os movimentos internos de habitantes.

Reflexos

Por sua vez estes movimentos deverão continuar a afectar as áreas mais deprimidas do interior, agravando ainda mais as condições de repulsão aí existentes e o envelhecimento que as caracteriza. Mesmo em relação litoral, as perdas demográficas poderão afectar a evolução das actividades produtivas e dos serviços aqui sediados, abrindo as portas a novas formas de recrutamento da população. E na impossibilidade dos défices de mão-de-obra serem preenchidos pelas migrações internas, tenderá a acentuar-se o fenómeno da imigração estrangeira, que não sendo já na actualidade exclusiva dos grandes centros urbanos, deverá generalizar-se a todo o território e a algumas das suas actividades.

Esta a perspectiva global da variação da população portuguesa nas próximas duas décadas marcada, em suma, por:

1. redução geral dos efectivos populacionais;
2. intensificação do fenómeno de desertificação e de despovoamento do interior;
3. reforço dos fenómenos de litoralização e de difusão do povoamento;
4. individualização de um número reduzido de “ilhas” de crescimento demográfico;
3. agravamento do fenómeno de envelhecimento, na base e no topo;
4. acréscimo da imigração;
5. alteração das dinâmicas sociais locais e regionais.

Embora algumas das situações acima referidas possam alterar-se entendemos que os dados do próximo recenseamento da população, em 2001, serão determinantes para se aferir da evolução futura da população portuguesa e das suas consequências imediatas.

Nesta sequência importa recordar que a alteração dos regimes demográficos, registada há várias décadas nos diversos países do globo, tem provocado numerosas alterações não só de natureza demográfica e social, mas ainda mudanças significativas no seio da família tradicional. Com efeito, se tivermos em conta as funções tradicionais da família que Murdock lhe atribuiu - sexual, económica, reprodutiva e educativa -, hoje em dia deveremos contar com uma outra, resultante da integração dos idosos, que em muitas circunstâncias deve ser considerada como uma responsabilidade dos agregados familiares. Note-se a propósito que esta integração ocorre, muitas vezes, com prejuízo da estabilidade financeira do núcleo familiar, tendo em conta os encargos que tal presença acarreta sobre a população activa que constitui esse agregado.

Para além dos aspectos já referidos, note-se que o acréscimo de idosos tem efeitos directos não só sobre a família e a comunidade, mas ainda sobre a sociedade em geral, agravando as taxas de dependência em relação à população activa. Por tal facto e muito embora devamos considerar como relevante o aumento das taxas de actividade femininas, o certo é que as alterações demográficas ora registadas acabam por se repercutir na classe dos activos sobre os quais pesam, cada vez com maior incidência, os encargos decorrentes da formação, da assistência e da protecção social dos restantes grupos funcionais: dos jovens e dos idosos.

Por esta razão será de esperar uma maior consciencialização e uma produtividade acrescida do grupo funcional dos adultos, sobre os quais pesam as responsabilidades de produção de bens e serviços para os demais grupos etários.

Note-se que a alteração das estruturas demográficas já registadas, ou em curso nos diversos países do globo, não deixará de se processar sem alguns conflitos e tensões, tendo em conta o aumento da classe dos inactivos e a necessidade de integração dos idosos no seio das diversas comunidades e famílias. Daí a necessidade de se repensarem as formas de organização social e comunitária

actualmente existentes, promovendo o reforço da solidariedade social que deverá constituir o apanágio das sociedades ocidentais. Embora não sendo necessário parece-nos oportuno lembrar que, não obstante a melhoria das condições de vida que estão na base do acréscimo da população idosa, continuam a persistir muitas desigualdades quer no que respeita às suas condições de vida quer às causas da morte desta população. Basta, para o efeito, ter em atenção o desigual desenvolvimento tecnológico do território e a passagem de uma economia de subsistência para uma economia industrial que não foi sentida uniformemente em todo o território, bem como a persistência dos desequilíbrios regionais urbanos que hoje afectam não só Portugal, mas de uma forma geral o velho continente europeu.

Daqui resultam diversas formas de acessibilidade que geram diferenças, muito significativas, nas condições de assistência e na ocupação destes grupos etários marcados, muitas vezes, pela inactividade, pelo desamparo social e pelo isolamento.

Estes sintomas sugerem, por conseguinte, a necessidade de um conjunto de acções, a nível nacional e europeu, que tenham em conta o peso e a especificidade destes grupos etários, as suas tradições e cultura, as possibilidades de ocupação dos tempos livres e o interesse social do trabalho desenvolvido por esta população mais idosa, integrando-os em projectos ocupacionais de interesse para a comunidade. Só assim será possível reduzir as consequências nefastas geradas pelo desequilíbrio demográfico resultante do acréscimo de uma classe aparentemente de inactivos e dos seus reflexos sobre os grupos etários produtivos.

Nestas circunstâncias o problema social do envelhecimento da população sugere uma atenção, cada vez maior, aos diversos aspectos da política social que atenda, entre outros, aos problemas seguintes:

- ao aumento dos encargos de pensões sociais e de doença, que se irão repercutir sobre toda a sociedade, devido ao alargamento do grupo dos idosos e à antecipação dos limiares de reforma;

- à diminuição do espírito de iniciativa e a própria resistência à inovação que não deixará de afectar as áreas habitadas pela população mais idosa. Da mesma forma deveremos ainda considerar os contrastes que virão acentuar o dinamismo entre

essas áreas e as regiões habitadas pela população jovem, naturalmente mais agressiva e mais aberta à inovação e à mudança;

- à maior dependência, interna e externa, resultante da escassez de mão de obra, gerando por isso novos movimentos da população e o acentuar de alguns dos contrastes regionais já existentes;

- à persistência de "bolsas de idosos", que podem constituir uma das características dos países já envelhecidos, geradas pela concentração de determinados grupos etários em áreas de maior repulsão demográfica ou em áreas dotadas de melhores infra-estruturas ou condições de clima. Não esqueçamos, no entanto, que a tendência europeia para a constituição de um vasto " mosaico multicultural" e para o reforço da solidariedade social, acabará por justificar o desenvolvimento de um novo *programa de acção comunitária de apoio à família e à solidariedade entre gerações*.

Perante as perspectivas, bastante sombrias, de envelhecimento da população nos diferentes países comunitários e o crescimento demográfico, explosivo, que se continua a registar nos países mais próximos dos outros continentes, haverá que precaver situações mais embaraçosas que no futuro se poderão vir a desencadear quando a tecnologia se mostrar incapaz de resolver os problemas sociais e humanos que passarão a afectar as áreas menos jovens do " velho continente".

Daí, portanto, advogarmos a existência de uma cooperação mais estreita, ao nível dos países comunitários, que tenha em conta a valorização e a promoção cultural destes recursos humanos habilitados, em grande parte, com uma larga experiência e saberes profissionais. Para além da promoção da mobilidade destes habitantes, a cooperação europeia neste domínio deveria assegurar o aproveitamento destes grupos etários em acções específicas de investigação-acção, em prol dos restantes grupos etários e sociais beneficiando, por isso, da sua maior disponibilidade e conhecimentos. Estamos certos que algumas intervenções nesta área facilitarão, num futuro próximo, o reforço da solidariedade e da coesão social, que devem identificar a Europa que hoje ajudamos a construir.

Confrontados com as tendências esboçadas há cinco décadas quanto à evolução da população portuguesa é justo que nos interroguemos sobre as causas profundas do seu comportamento malthusiano e do devir dos nossos habitantes e e sociedade.

Importa primeiramente destacar que o decréscimo da população autóctone é hoje um fenómeno comum em diversos países europeus, fenómeno este radicado num conjunto de mudanças económicas, sociais e culturais que advêm do fenómeno da industrialização, da concentração dos excedentes rurais nas áreas urbanas, da emancipação progressiva da mulher e sua participação no mundo do trabalho, na terciarização, segmentação e competitividade deste, no aumento de instrução dos habitantes e na alteração profunda dos padrões culturais dominantes. Não bastassem estas razões temos ainda a deterioração do mundo do trabalho com o acréscimo do desemprego e inserção cada vez mais tardia dos jovens no mercado de emprego, a dependência alargada destes em relação aos seus familiares, a alteração das vivências e dos núcleos familiares.

A par destas contamos com a socialização crescente sobre a “modernidade” traduzida na afirmação das uniões espontâneas, na banalização do sexo e postura de apoio incondicional ao aborto, entendido como forma estruturante da emancipação feminina e de liberdade acrescida dos jovens no “mundo virtual” que os rodeia. Este oferece cenários fictícios de mobilidade social e de desenvolvimento humanos, o gozo sem limites permitido pela sua autonomização – em certos domínios – da célula parental, o acesso ao mercado da libertação e dos sonhos e a oferta de todo um rol de benesses que integram a sociedade consumista em que vivemos.

Estas situações convergentes no tempo actual e no espaço português, justificam uma série de interrogações e de preocupações sobre o futuro de uma sociedade como a nossa, caracterizada:

- pela tendência antiga de um crescimento nulo da sua população, como nos é realçado pelos dados dos últimos recenseamentos;

- pelo envelhecimento da sua população residente – no topo da sua pirâmide demográfica – traduzido no acréscimo de habitantes de idade sénior, no aumento da sua esperança de vida, bem como no aumento dos encargos familiares e prestações sociais;

- pela redução acentuada do nº de nascimentos – traduzido num envelhecimento na base da pirâmide demográfica – e agravamento dos índices de dependências (jovem e sénior) em relação à população activa;

- pela incapacidade de renovação da sociedade portuguesa, traduzida no indicador de fertilidade da mulher (1.3) o que antevê a impossibilidade da sua renovação interna nas próximas gerações;

- pelo agravamento, estrutural, emigração portuguesa;

- pela registo contínuo da “fuga” de cidadãos academicamente qualificados para o exterior.

Não fossem estas situações, já de si preocupantes, permitam-me que refira outras que ampliam o anteriormente descrito:

- um território desarticulado no seu ordenamento físico, na sua rede urbana, nas suas acessibilidades e redes de infra-estruturas, na sua organização central, municipal e autárquica;

- uma estrutura produtiva desarticulada - por via quer de factores internos, quer internacionais - que estão na origem da quebra de actividades tradicionais relacionadas com os sectores Primário e Secundário, com a desertificação do nosso território, com o despovoamento geográfico e a dependência extrema dos mercados exteriores;

- um poder político míope em relação à construção das nossas identidades regionais, às estratégias de desenvolvimento a prosseguir, à riqueza do seu capital humano e permeável a diferentes interesses de “élites” económicas e financeiras;

- a afirmação progressiva de uma estado de “anomia” identificado com o marasmo económico, a contestação social e a emergência de novas solidariedades espontâneas e transversais à sociedade portuguesa;

- a perda progressiva da “consciência colectiva” que uniu diversas gerações de activos, que partilham as inquietações de um devir sombrio e insistente da sociedade e do país onde nasceram.

As imagens acima referidas justificam a oportunidade de reflexões e de medidas conclusivas sobre o nosso futuro e o devir das nossas famílias. Como ponte de partida regista-se a organização deste encontro sobre a quebra da natalidade.

Devemos registar que a sua redução está plasmada nas tendências globais descritas na Teoria da Transição Demográfica mundial - T. T. D. - há quase um século e sobejamente tratadas, face aos múltiplos exemplos arrolados pela comunidade científica internacional, nomeadamente em Portugal, desde os anos sessenta de Novecentos até aos nossos dias? O que fazer agora para romper o ciclo vicioso do envelhecimento-transição-crescimento?

Na ausência do processo de globalização muitas sociedades do continente europeu e de outras paragens podiam sobreviver cerrando-se à volta do seu regime político, dos mercados ou à influência directa – vulgo, dependência – de potências e/ou de mercados internacionais. Tal situação, hoje impensável, mas de todo em todo não completamente resolvida, transformou-se por via da conjugação de diferentes factores relacionados com a mobilidade de capitais, de mercadorias, com as migrações humanas e acima de tudo, pela difusão da inovação com base nas novas tecnologias de informação. Vive-se hoje de forma diferente da que conhecemos ainda na nossa infância e uma vez adquiridos certos direitos e hábitos culturais, como seja o culto pelas famílias de média dimensão, não parece credível retomar o anterior modelo.

Não havendo soluções milagrosas sugerimos, mesmo assim, um olhar atento sobre certas situações que podem minimizar os efeitos do declínio populacional que registamos. Decerto que nem todas colhem a vossa concordância ou aceitação:

- a geografia da “dependência demográfica” – expressa nos índices de dependência dos grupos funcionais dos jovens (< 20 anos) e dos idosos (>65 anos) sobre a população em idade activa (20-65 anos) – merece ser analisada em detalhe, sugerindo “investimentos demográficos” que habilitem a ocupação laboral, mesmo que em regime de apoio ao voluntariado, capazes de susterem os efeitos perversos do envelhecimento e do esvaziamento demográfico, populacional e social. Estaremos em condições de estabelecer compromissos de sustentabilidade intergeracional e social capazes de impedirem o agravamento dos “buracos negros” populacionais existentes no nosso país?

- a economia do envelhecimento carece de ser revista e apoiada. Tão importante como protelar a idade da reforma, importa que se incentive o “empreendedorismo

sénior e activo” como meio de reduzir a dependência social de certos aposentados que reúnem condições humanas para actividades produtivas. Estaremos em condições de o compreender e iniciar?

- dispomos de uma rede escolar obrigatória e de “educação terciária” suficientemente ampla e diversificada - tendencialmente sub-aproveitada, uma vez que não foram devidamente tidos em conta os fenómenos de recessão demográfica – capaz de suportar uma população escolar diversificada nas suas origens sociais e culturais. Estaremos em condições de oferecer formações mais especializadas e de atrair novas populações e de formar empreendedores capazes de dinamizar as áreas adormecidas que dominam não só o país como a região Centro?

- seguimos um “contrato social” que em muitos aspectos não se coaduna já com a evolução da sociedade destes tempos de ócio forçado e de ócio sonhado que muitos são obrigados ou ainda podem usufruir, de usufrutos de direitos não devidamente partilhados por todos os grupos de cidadãos, de direitos e impostos democraticamente estabelecidos mas que se direccionam sobre as grandes massas deixando certos grupos de privilegiados. Estaremos em condições de re-escrever um novo contrato?

Ainda mais: numa sociedade democrática como a nossa, colhem os nossos mais directos decisores a formação e uma visão integrada do nosso país e sociedade ou registam apenas os interesses a que inevitavelmente estão ligados?

Acredito que a visão algo sombria que transmiti sugere, mesmo assim outras reflexões complementares:

- como outros países europeus o fizeram, não basta apenas fixar a população jovem-adulta, em idade de procriação entre nós e de fomentar a fecundidade dos casais. Importa igualmente olhar com serenidade para o fenómeno da imigração. Em tempo de austeridade poucas razões subsistem que possam justificar a continuidade deste movimento e incentivar a fixação de imigrantes e dos seus familiares entre nós. Contudo não havendo capacidade de um auto-rejuvenescimento da base da nossa pirâmide etária - por acréscimo dos nascimentos da população autóctone -, só nos resta reunir condições para que a população jovem

não agrave ainda mais a situação de dependência demográfica que nos identifica e que a população imigrante o consiga fazer;

- oportuno é incentivar “políticas de família” abrangentes e devidamente articuladas que promovam o agravamento da nossa recessão populacional, e também civilizacional, que nos ameaça;

- importa ainda prever formas audazes de interacção social dignas de referência no domínio das “boas práticas” institucionais que possam colher, através da formação e da afirmação dos processos e dos resultados, formas consistentes da vida de uma nação e de um povo; práticas que privilegiem a afirmação de uma cultura permanente e de uma visão integrada da sociedade e da relevância dos problemas populacionais relacionados com a fertilidade, o envelhecimento, o desemprego, a inclusão social;

- desejamos que as condições políticas e económicas permitam a construção, tão breve quanto possível, de uma política sistémica centrada no cidadão e no seu desenvolvimento humano. Se assim acontecer, podemos não estar a contribuir directamente para o acréscimo significativo dos nascimentos e da nossa população, mas estaremos, seguramente, a valorizar o cidadão e a recentrá-lo como prioridade absoluta das políticas pública de crescimento e sustentabilidade social. Como não há economia sem mercados, tão pouco podemos equacionar a sociedade humana sem o seu crescimento, sustentabilidade, nem tão pouco ao arrepio da dignificação do ser humano, como entidade recolectora, predadora, mas também criadora do seu meio e ambiente.

É para isso que aqui estamos, saudando a iniciativa e oportunidade do “Movimento Ideais do Centro” e aguardando que os diversos actores ora envolvidos, possam dar as mãos e ajudar a construir um projecto de valorização das nossas comunidades rurais e urbanas, dos seus anseios, e acima de tudo da sua sobrevivência futura. É que, se assim não for, corremos o risco do agravamento do despovoamento estrutural da região Centro, da perda da identidade que se pretende reforçar, da desarticulação ainda maior do seu território e do agravamento das assimetrias espaciais e sociais que a corroem por dentro e a ameaçam nas áreas de fronteira.

Bibliografia

Arroteia, Jorge Carvalho (1985) - *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; 93)

Evangelista, João (1971) - *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa; Instituto Nacional de Estatística - Centro de Estudos Demográficos

Nazareth, J.Manuel (1988-a) - *Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença

(1988-b) - *Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX*. (Vol. III de: *Portugal - os próximos 20 anos*). Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

Nazareth, J. Manuel P. (1995) - "Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico de Portugal no contexto da União Europeia até ao ano 2050". in: *População e Sociedade*. Porto; Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade; 5; pp. 5-23

Portugal XXI: questões de geografia da população⁸¹

Homenagem ao Professor Doutor Joaquim Moreira de Azevedo (U. C. P.)

Introdução

A evolução demográfica portuguesa no decurso do último quartel de Novecentos põe em evidência um conjunto de alterações relacionadas com o crescimento moderado de habitantes, a quebra de nascimentos, o aumento progressivo dos idosos e a flutuação dos movimentos migratórios: aumento e baixa da imigração; redução e acréscimo da emigração. Esta situação ilustra um capítulo da geografia da população na sua relação directa com território, palco das acções humanas organizadas e no estudo dos fenómenos populacionais nomeadamente no que respeita à sua quantificação numérica, expressão no espaço e evolução temporal (George, 1972). Mais ainda, sugere uma análise sobre outras situações relativas ao estado da população portuguesa, ao seu futuro, efeitos e consequências sobre as diversas camadas e estratos da sociedade (Gurvitch, 1979) e acomodação dos habitantes no território. Estes são aspectos geográficos com os quais a sociedade portuguesa tem de conviver no início de mais um século.

Evolução

Os dados da evolução da população portuguesa no decurso das últimas décadas acompanham as mudanças sócio-culturais e geográficas registadas na nossa sociedade que entre 1970 e 1981 sofreu um aumento de + 1.284,1 milhares de habitantes, valor que entre 1981 e 1991 ascendeu a + 9,6 milhares. Entre 1991 e 2001 o seu crescimento foi de + 495,5 milhares de indivíduos e entre 2001 e 2011, de apenas + 199,7 milhares.

⁸¹ Texto elaborado com base na participação do autor na “Comissão para uma política de natalidade em Portugal” (Abril-Julho de 2014)

Evolução da população portuguesa: 1991-2012 (INE)



In: INE, 2013⁸²

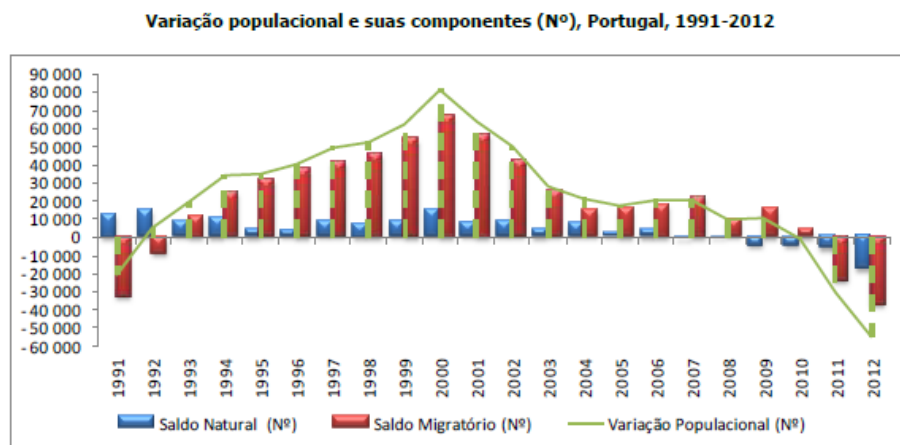
Esta evolução espelha um crescimento diferenciado das duas componentes de crescimento censitário: saldo natural e saldo migratório. O primeiro que decorre da diferença entre a natalidade e a mortalidade, é herdeiro de um regime demográfico de tipo tradicional baseado na evolução, em alta, da natalidade; da quebra acentuada da mortalidade na sua transição para a baixa acentuada destas duas componentes. Tal variação anda a par do aumento da esperança de vida da população (82,59 anos para as mulheres e 76,67 anos para os homens em 2012), acompanha a transição demográfica (ou da fecundidade) que o sistema démico português registou no decurso de Novecentos bem como os ajustamentos decorrentes da interacção de outros factores, sobretudo de natureza cultural e pessoal, que influenciam o saldo natural da população no seu conjunto.

Movimentos

A situação de declínio demográfico evidente há algumas décadas reforçou-se desde o início do século mercê da conjugação de outros factores, nomeadamente as migrações internacionais e a mobilidade acrescida da população activa. Daqui decorre que crescimento tendencialmente em baixa da população portuguesa na actualidade traduz a quebra acentuada dos nascimentos (cerca da 82,7 milhares em 2013, menos 7,9% que em 2012), a fraca capacidade de atracção de habitantes (-23,7 milhares de indivíduos em 2013) e de renovação da sociedade portuguesa (-59,9 milhares de habitantes em 2013 em relação ao ano anterior); o agravamento do despovoamento do nosso território e uma dependência demográfica cada vez mais

⁸² INE (2013) - “Estimativas de população residente em Portugal” - http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=160861565&att_display=n&att_download=y. 24ABR14

acentuada decorrente do envelhecimento da população residente.



In: INE, 2013 ⁸³

Tendo presente que os movimentos internos da população são igualmente responsáveis pela variação das componentes do saldo natural, em particular da natalidade, as migrações - do e para o exterior: imigração e emigração - são responsáveis pela variação natural e pelo balanço ou saldo migratório - entradas (imigração) e saídas (emigração) - da população portuguesa. No que respeita às saídas da população portuguesa acentuam o carácter estrutural deste fenómeno alimentado pela emigração para a EU e outros destinos fora do contexto europeu. Alguns dados relativos aos últimos anos permitem conhecer duas das formas desse movimento: a emigração permanente e a emigração temporária⁸⁴:

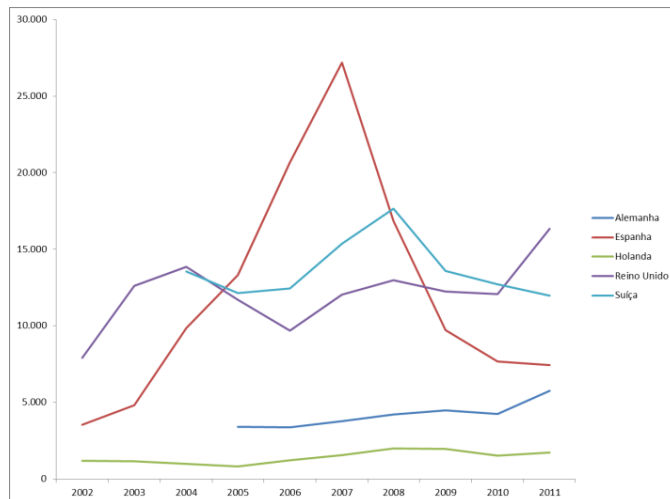
- a primeira, anda associada a opções individuais e familiares e a projectos de vida diferenciados no domínio profissional;

- as saídas temporárias decorrem de diferentes formas de desempenho e da natureza dos contratos profissionais que correspondem a um dos traços da mobilidade de cidadãos no contexto da EU, seja de trabalhadores especializados seja de jovens diplomados na procura do seu primeiro emprego.

⁸³ INE (2013) - “Estimativas de população residente em Portugal” - http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=160861565&att_display=n&att_download=y. 5ABR14

⁸⁴ <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/2586.html> 15NOV12

Emigração portuguesa



In: Observatório da Emigração⁸⁵

A mobilidade dos portugueses inclui ainda regressos anunciados de antigos emigrantes que por razões de idade, alteração do projecto de vida ou já de desemprego nos anteriores países de imigração e que regressam ao seu país. Inclui ainda os movimentos de (re)emigração que continuam a alimentar a mobilidade externa.

O estado da população portuguesa nas últimas décadas tem vindo a traduzir os efeitos destes movimentos bem como da imigração que nos finais do século passado se registou no nosso território: 106664 imigrantes em 1991; 226715 em 2001 e 394496 em 2011. A relevância desta imigração sobretudo na última década, de 2001 e 2011, permite destacar a sua evolução e a dimensão das diversas comunidades de cidadãos europeus, latino-americanos - com particular destaque para os brasileiros - e naturais dos PALOP's que em momentos distintos do ciclo político dos seus países emigraram para Portugal.

Estas preferências são igualmente seguidas por cidadãos da antiga Europa de leste, por chineses e indianos, com comunidades muito representativas no nosso país em locais distintos do território, mas concentrados essencialmente na área da grande Lisboa e na península do Sado. Esta distribuição espelha uma população diferenciada nas suas origens geográficas e sociais cujos percursos de vida

⁸⁵ <http://www.observatorioemigracao.secomunidades.pt/np4/3384.html>

17ABR2014

inscrevem-se, com frequência, no espaço de circulação europeu à procura de melhores condições vida e de emprego.

Ranking das nacionalidades mais representativas: 2011

País	2011	2001	Var. 01/11
Brasil	109787	31869	244,50%
C. Verde	38895	33145	17,30%
Ucrânia	33790	10793	213,10%
Angola	26954	37014	-27,20%
Roménia	24356	2661	815,30%
Guiné-B.	16360	15824	3,40%
R. Unido	15774	8227	91,70%
França	14360	15359	-6,50%
China	11458	2176	426,60%
Espanha	10486	9047	15,90%
Moldávia	10475	2984	251,00%
S.T.Prínc.	10408	8517	22,20%

In: INE, 2013⁸⁶

A par do contributo destes cidadãos é igualmente de realçar o seu contributo no crescimento natural e efectivo de habitantes como acontece com os nados-vivos de mães de nacionalidade estrangeira que aumentaram de 5,2% em 2001 para 10,3% em 2011. De acordo com o INE (2014): *“Cerca de 28% das crianças com nacionalidade estrangeira (13 983 crianças) tem naturalidade portuguesa, facto relacionado com as características demográficas da população estrangeira, mais jovem e com índices de fecundidade mais elevados.”* É na comunidade chinesa que se verifica a percentagem mais elevada de crianças com naturalidade portuguesa, (58,8%) seguindo-se a ucraniana (41,6%), a angolana (33,2%) e a romena (30,3%).

⁸⁶ INE: (2013) – A população estrangeira em Portugal – 2011. http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y. 5 ABR 14

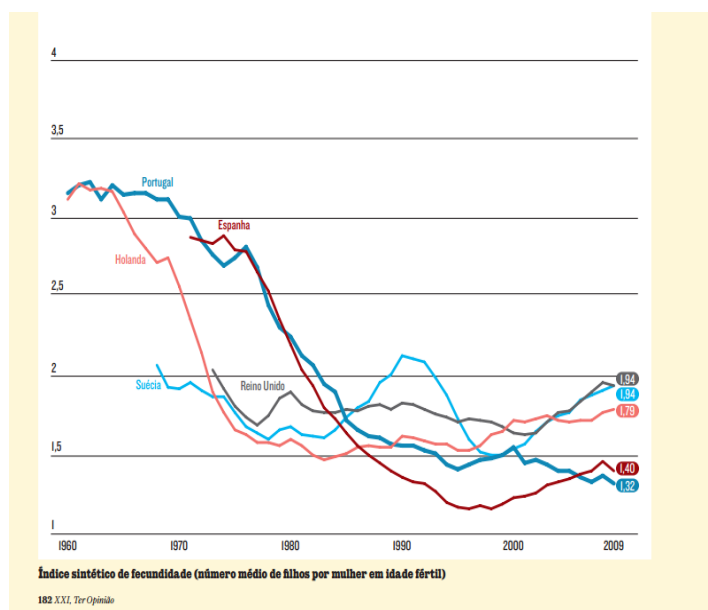
Fecundidade e família

Os exemplos relacionados com a evolução da população na sua relação directa com os movimentos naturais e os movimentos migratórios acompanham uma outra realidade ligada às contantes e profundas mutações sócio-culturais e do mundo de trabalho no qual a mulher está cada vez mais representada. Daí que a evolução anteriormente referida tenha sido acompanhada de alterações ao nível da família cuja evolução, composição, projectos de vida e estratificação tem sido condicionada pelas exigências do mundo do trabalho, condições de vida, dimensão e composição dos próprios agregados. Acompanham esta situação a mobilidade individual e a alteração da carga reprodutiva das famílias, cada vez com menor extensão e composição mais diferenciada.

As alterações da composição familiar traduzem-se na fecundidade da mulher que em 1960 tinha, em média, 3,2 filhos. O índice sintético de fecundidade (ISF), em quebra acentuada desde o início da década de oitenta (cerca de 2,0) desceu na actualidade para valores próximos de 1,21 expressando a incapacidade de renovação das novas gerações. Esta é uma situação descrita pelo INE (2009 e 2014)⁸⁷ cuja estimativa prevê uma quebra da população residente daqui até ao ano de 2060:

“A população residente em Portugal tenderá a diminuir até 2060, em qualquer dos cenários de projecção. No ‘cenário central’ a população diminui de 10,5 milhões de pessoas, em 2012, para 8,6 milhões de pessoas, em 2060. Para além do declínio populacional esperam-se alterações da estrutura etária da população, resultando num continuado e forte envelhecimento demográfico. Assim, entre 2012 e 2060, o índice de envelhecimento aumenta de 131 para 307 idosos por cada 100 jovens, no ‘cenário central’. Nesse mesmo período e cenário, o índice de sustentabilidade potencial passa de 340 para 149 pessoas em idade ativa por cada 100 idosos.”

⁸⁷ INE (2014) – Projeções de população residente 2012-2060 In: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_pesquisa&frm_accas=PESQUISAR&frm_show_page_num=1&frm_modos_pesquisa=PESQUISA_SIMPLES&frm_texto=envelhecimento+demografico&frm_modos_texto=MODO_TEXTO_ALL&frm_data_ini=&frm_data_fim=&frm_tema=QUALQUER_TEMA&frm_area=o_ine_area_Destaques&xlang=pt 5ABR14

Índice Sintético de Fecundidade⁸⁸

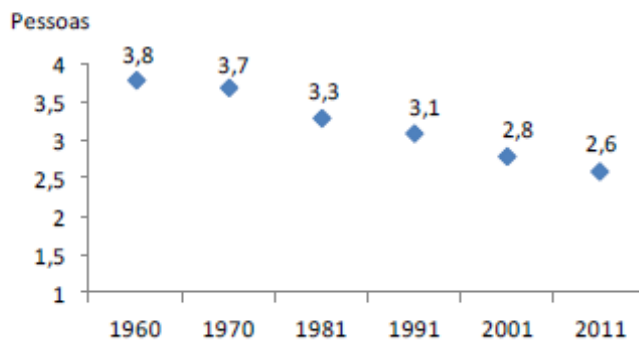
In: FFMS (2014)

Note-se que a evolução e a transição da fertilidade para valores que não asseguram a renovação da população de origem (abaixo de 2,1), seguiu um modelo de racionalidade familiar em que a procriação natural garantida durante séculos pela unidade de subsistência e sobrevivência da família – *fase natalista* – foi afectada pelas mudanças operadas pela revolução industrial, e mudança social dela decorrente. A partir de então as condições laborais que levaram à concentração das populações rurais nos pólos industriais e nos centros urbanos próximos deram origem a uma primeira quebra dos valores de natalidade.

Sequencialmente esta acentuou-se ainda mais face à empregabilidade da mulher, situação que conduziu a uma fase de racionalidade laboral – *fase trabalhista* – em que o número de filhos passou a estar dependente das possibilidades financeiras e de tempo do casal. Esta acompanhou-se da entrada da mulher no mundo laboral e das condições de vida em casal daí resultantes referidas, em primeiro lugar, pela redução da prole familiar.

⁸⁸ In: FFMS (2014). “População cresce devagar, envelhece depressa”. In: XXI, *Ter opinião*, p. 182 In: <http://ffms.pt/xxi-ter-opiniao> 29JUN14

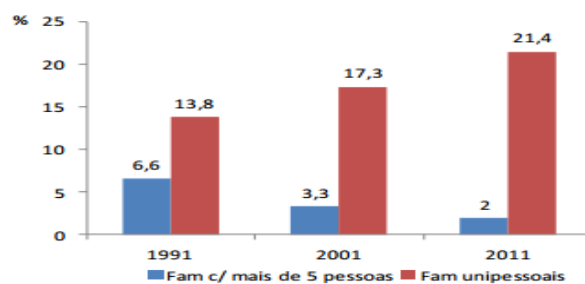
Gráfico 1 – Dimensão média das famílias, 1960 a 2011



In: INE (2014) <file:///C:/Users/User/Downloads/14DiaIntFamilia2014.pdf> 16JUN14

Outros factores como a idade média ao casamento e a idade da mãe quando do nascimento do 1º filho (25 anos de idade em 1960 e 29,7 anos de idade em 2013)⁸⁹, a divorcialidade e a conjugalidade revelam as mutas alterações registadas ao nível da instituição familiar, da nupcialidade e fecundidade da nossa população. Note-se que a fecundidade tem vindo a evoluir separadamente da situação matrimonial realçando uma evolução distinta da registada nos padrões tradicionais em que o maior volume de nascimentos acontecia no seio da unidade familiar. Os nados vivos nascidos fora do casamento, subiu de 23,8% em 2001 para 42,8% em 2011, as uniões de facto acompanharam este acréscimo.

Gráfico 2 - Famílias com mais de 5 pessoas e famílias unipessoais, 1991 a 2011



In: INE (2014) <file:///C:/Users/User/Downloads/14DiaIntFamilia2014.pdf> 16JUN14

⁸⁹ <http://www.pordata.pt/Portugal/Idade+media+da+mae+ao+nascimento+do+primeiro+filho-805> 15MAI14

De acordo com o INE (2014)⁹⁰: “Nos últimos 50 anos o número de crianças tem vindo a diminuir de forma continuada sendo esta diminuição mais evidente a partir da década de 80. Assim, entre 1981 e 2011 o país “perdeu” cerca de 936 mil crianças, o que corresponde a uma redução de 37,3%.” Tal significa que, embora potencialmente fecunda⁹¹, o número de filhos por mulher decresceu fazendo realçar os efeitos de um envelhecimento progressivo na base da pirâmide etária da sociedade portuguesa. Tal decorre da redução de crianças com menos de 15 anos cuja percentagem baixou de 29,2% em 1960 para 14,9% em 2011. Já os jovens entre os 15 e os 29 anos de idade que em 1960 representavam 23,9% da população passaram para 17,1% em 2011. Acrescem a estas perdas o valor das saídas para o exterior, valor que entre 2001 e 2011 orçou quase meio milhão de indivíduos.

Esta situação mostra como a questão demográfica decorrente da redução acentuada do nº de nascimentos e do regime de transição demográfica assente na redução conjugada dos valores da natalidade e variação da mortalidade, conjugada com os efeitos das migrações, merece ser encarada na actualidade.

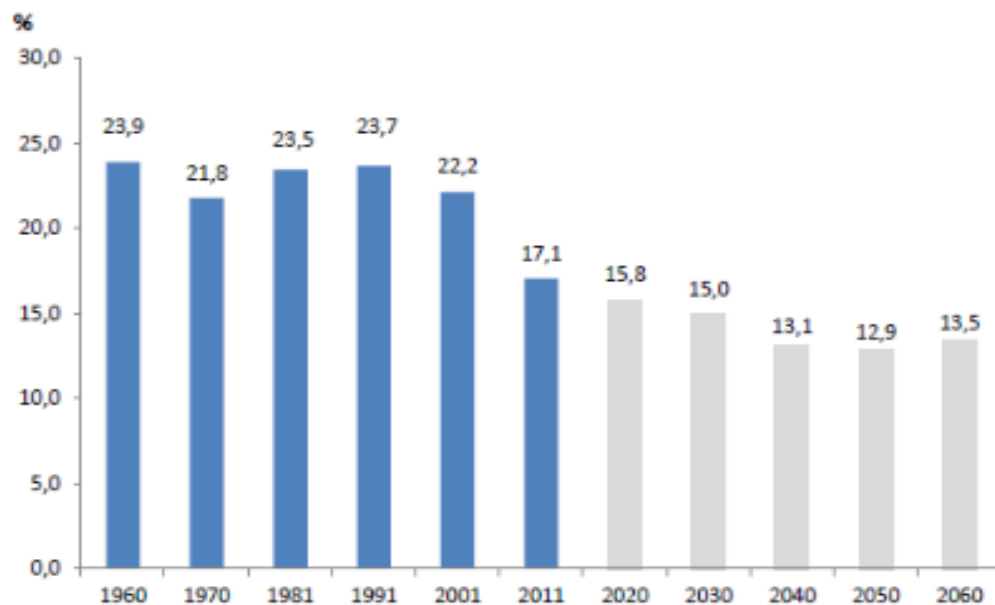
Dependências

Aos padrões da distribuição da população portuguesa (Ribeiro, 1970) marcados pelas assimetrias regionais, forte dimensão rural e mobilidade juntam-se diferentes mecanismos e factores decorrentes da evolução e da alteração das estruturas demográficas marcada pelo decréscimo quantitativo da população jovem (15-29 anos); pela relativa estabilização do grupo funcional dos adultos e o acréscimo do grupo funcional dos idosos (>65 anos) dos últimos censos⁹².

⁹⁰ INE (2014): Dia mundial da criança. In: file:///C:/Users/User/Downloads/30Dia%20Mundial%20Crian%C3%A7a_2014%20.pdf
15JUN14

⁹¹ Inquérito à Fecundidade (INE/FFMS, 2014).

⁹² INE (2012) – Censos 2011
file:///C:/Users/arroteia/Downloads/Censos2011_ResultadosDefinitivos_Portugal_1.pdf
12AGO14

Figura 2 – Proporção de jovens (15 - 29 anos) na população residente, 1960 a 2060

Fonte: Censos 1960 a 2011; Projeções Demográficas 2020-2060

In: INE, 2014⁹³

Tomando ainda como referência a análise da estrutura etária, a redução da população jovem e acréscimo do grupo funcional dos idosos (>65 anos) traduz-se num acréscimo dos Índice de envelhecimento da população (Pop. >65 anos/ pop. 0-14 anos), que em 2001 era de 102,23 e em 2011 atingiu o valor de 127,84 ou seja, por cada 100 jovens contavam-se 128 idosos. Valores distintos nas diferentes regiões confirmam o seu agravamento nas NUTII: Centro e Alentejo, locais onde no último censo a percentagem de jovens representava, apenas, 14% da população residente.

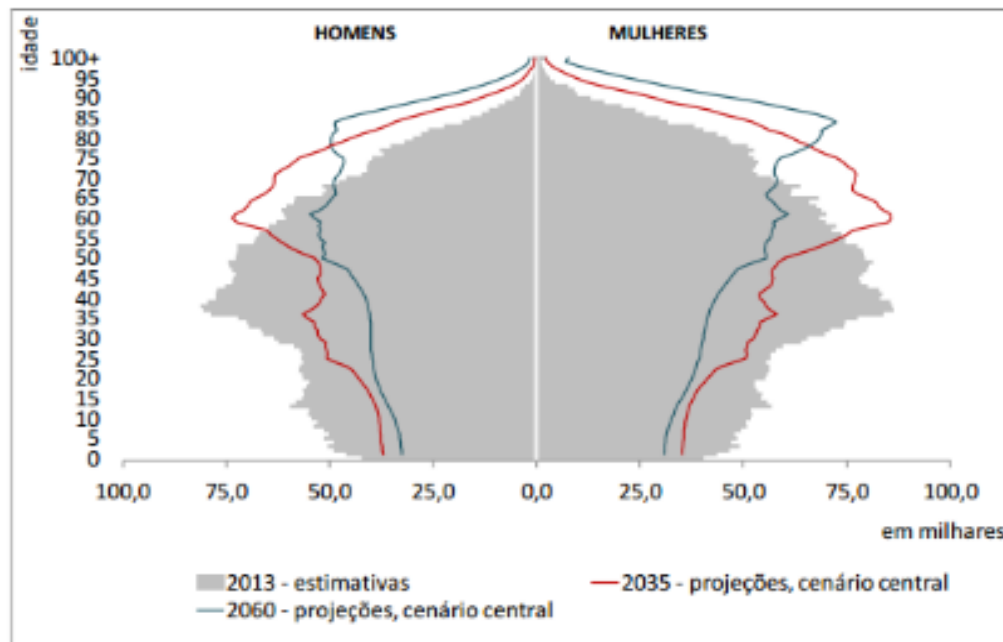
As situações acima descritas traduzem-se na representação gráfica da população – pirâmide etária – num estreitamento da base do seu traçado e redução dos efectivos dos grupos funcionais dos jovens, o que evidencia um envelhecimento de “base”. Não havendo contributo da população migrante esta situação vai repercutir-

⁹³ INE (2014) – Dia Internacional da Juventude

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=219698639&att_display=n&att_download=y 12AGO14

se nos anos seguintes através do estreitamento sequencial dos respectivos grupos funcionais dos jovens-adultos e dos adultos, expressa na figura seguinte.⁹⁴

Pirâmide etária, Portugal, 2013 (estimativas), 2035 e 2060 (projeções, cenário central)



In: INE (2014)⁹⁵

Ao chamado envelhecimento da “base” - revelador da redução do nº de nascimentos -, junta-se o envelhecimento de “topo”, traduzido num acréscimo dos indivíduos de idade maior. Tais situações alteram significativamente o traçado original em forma piramidal, para configurações do tipo “às de espadas”, em “urna” ou já para formas mais singulares, em “cogumelo”, como reflectem as imagens das projecções demográficas para o futuro. Trata-se de uma imagem comum a outros regimes demográficos de países europeus que registaram mais precocemente os efeitos da revolução industrial e conseqüente processo de terciarização, a sua revolução demográfica e sanitária e outras mudanças que lhe

94

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=218629052&DESTAQUEStema=55466&DESTAQUESmodo=2 12AGO14

95 INE (2014) – Projecções de população residente 2012-2060

http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=215593684&att_display=n&att_download=y.

andam associadas. Entre elas, a quebra da natalidade e a redução da população autóctone, compensada pelos movimentos migratórios.

Outras implicações da estrutura demográfica da população residente fazem-se sentir no cálculo do Índice de rejuvenescimento da população activa⁹⁶, indicador que traduz o nº de admissões no mercado de trabalho em função dos que dele saem. Reportando-nos apenas aos dados de natureza demográfica regista-se que em 2011 este indicador era de 94,34, enquanto no início da década anterior, em 2001, tal valor atingia os 143,05. Já o Índice de sustentabilidade potencial – que expressa o nº de indivíduos em idade activa (15-64 anos), por cada idoso (Pop. >65 anos), baixou de 4,14 em 2001 para 3,47 em 2011. Estas situações repercutem-se no processo de crescimento regional, nas práticas laborais, desemprego, precarização do trabalho e projectos da população, aspectos são particularmente sentidos na faixa interior do país onde o fenómeno de despovoamento assume valores mais elevados obrigam ao redimensionamento do mapa de novos equipamentos sociais e de saúde, aos investimentos públicos e às propostas de intervenção no território.

O conjunto de aspectos assinalados permitem realçar as situações de dependência demográfica de natureza geracional com expressão diferenciada por regiões, mas com resultados semelhantes no sistema social português. No seu conjunto os diversos indicadores decalcam as assimetrias espaciais, as dualidades sociais e a heterogeneidade dos níveis de desenvolvimento, de fadiga económica, bem como a capacidade de inovadora dos territórios onde se concentra a população que já tenha residido no estrangeiro ou com maior nível de instrução secundário e superior. Esta evolução traduz um desafio de quatro décadas que nos dias de hoje ganha maior pertinência e actualidade face aos indicadores encontrados e às suas implicações na sociedade actual e gerações futuras. Um desafio com raízes bem mais profundas que emergem na evolução antiga e recente da população portuguesa.

A par dos fenómenos de dependência demográfica os dados relativos à repartição da população em 2011 confirmam aspectos da desarticulação territorial – também social - marcada pela litoralização e despovoamento interior do nosso território. Tal

⁹⁶ INE (2012) – Censos 2011: resultados definitivos. Lisboa. INE
file:///C:/Users/arroteia/Downloads/Censos2011_ResultadosDefinitivos_Portugal_1.pdf

sucedem em consonância com as condições geográficas naturais, à natureza do relevo e do solo, às condições climáticas, aos padrões de distribuição humana mais antigos, assentes em razões históricas e de acessibilidade física. Na actualidade factores internos e externos estão na origem da quebra de actividades tradicionais do sector Primário e do sector Secundário, com a terciarização crescente da nossa sociedade, a sua mobilidade humana, o despovoamento geográfico e a dependência extrema dos mercados exteriores. Estas situações traduzem-se num conjunto de assimetrias espaciais que confirmam os desequilíbrios territoriais, sociais e humanos que afectam o nosso território e sociedade (Nunes, 1964).

O conjunto destas situações acompanha os efeitos da baixa da natalidade da população portuguesa e os fenómenos de dependência que lhes estão associados, realçando:

- a evolução da situação económica e a carência de investimentos produtivos e demográficos capazes de inverterem o estado actual;

- a emigração dos jovens, já de si denunciadora das difíceis condições de empregabilidade interna e do empreendedorismo social, torna-se ainda mais empobrecedora devido aos investimentos individuais e colectivos decorrentes do acréscimo de escolarização e formação e à fuga de emigrantes qualificados para o exterior;

- as disparidades territoriais que traduzem, na sua extensão e assimetrias, as dificuldades da coesão nacional e de bem-estar, de condições de vida, dos rendimentos e dos investimentos que possam suportar a democratização das amenidades sociais a todos os habitantes: jovens e adultos em idade de procriação, adultos e séniores.

Hoje como outrora fazem-se sentir as dicotomias: Norte-Sul; Litoral-Interior e, sobretudo, a dicotomia rural-urbano, reflectindo-se estas no espaço das áreas metropolitanas e no espaço da rede urbana associada, nas cidades e nas suas periferias, nos cenários dos campos abandonados e das queimadas e clareiras naturais e humanas – também demográficas - do território nacional.

Revisitar a Teoria

O estudo da população, dos seus movimentos e situações tem sido objecto de diversos tipos de análise que a geografia da população tem sabido aproveitar. Dos muitos contributos a reter a relação entre o crescimento demográfico e as subsistências é uma preocupação das sociedades contemporâneas estudada por Malthus em 1798. Desde então a evolução social e económica contemporânea alargou o debate para fora da relação directa entre a população e as subsistências, a pobreza e as suas causas, firmando a sua leitura e efeitos sobre os salários (Ricardo, 1817)⁹⁷, salários e crescimento económico (Proudhon, 1846)⁹⁸, propriedade privada e capital (Marx, 1867)⁹⁹. Estes são alguns dos contributos que reforçam a importância da população no âmbito da história económica e social, da economia e da ciência política no decurso de Novecentos e dos temas estruturantes das diferentes ciências sociais que se expandiram desde então (Unesco, 1984).

Já a leitura da “densidade demográfica e moral”, entendida por Durkheim (1893) como motor do progresso e da divisão do trabalho, permite novas interpretações que são ampliadas em Novecentos pelos conceitos da nova demografia relacionadas com a “sobre-população” e a “sub-população” estabelecidos em torno do “optimum” populacional e da sua relação com factores externos do crescimento demográfico. Cita-se a relação entre os recursos naturais e económicos, as condições técnicas, o projecto e o tipo de sociedade associados ao crescimento e evolução da população (Landry, 1934; George, 1951; Sauvy, 1952 e 1963); com os regimes e a transição demográfica (Thompson, 1929; Sauvy, 1952; Chesnais, 1986) como fenómeno universal a registar de acordo com o grau de desenvolvimento dos diversos países (Notestein, 1945). Estas referências completam as perspectivas de

⁹⁷ Ricardo, D. (1817). Des principes de l'économie politique et de l'impôt (Chapitres I à XVI).

In:

http://classiques.uqac.ca/classiques/ricardo_david/principes_eco_pol/ricardo_principes_1.pdf 14AGO14

⁹⁸ Proudhon, P. H. (1846). Système des contradictions économiques. Paris, Guillaumin et Cie, 2 vol. (XLIII-435,531 p.) In: <http://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb349400756> 14AGO14

⁹⁹ Marx, K. (1867). Das Kapital. Kritik der politischen Ökonomie, I

In: <https://archive.org/details/KarlMarxDasKapitalpdf> 14AGO14

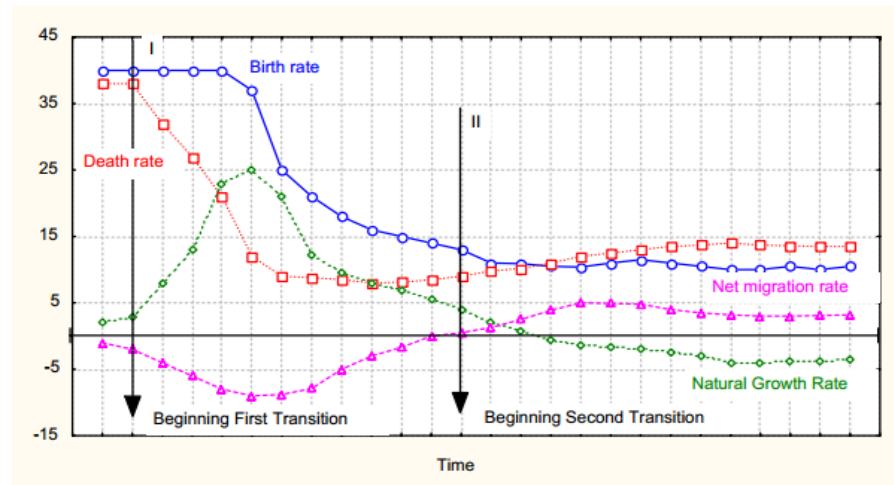
outros autores, como Livi-Bacci (1971) para quem a fecundidade, a mortalidade e a mobilidade, isoladamente e nas suas múltiplas combinações, eram as responsáveis pelo aumento, estagnação e redução das populações.

Por sua vez a análise relacionada com a população e o desenvolvimento económico foi assumida pela ONU nas conferências mundiais de Bucareste (1974); México (1984) e Cairo (1994). O desenvolvimento de estudos demográficos passou igualmente a incluir novos temas relacionados com o ambiente e a ecologia (Meadows, et al., 1972), o futuro das sociedades (George e Sauvy, 1990) ou mesmo a aprofundar temas específicos apresentados por P. George (1965) relacionados com envelhecimento (Nazareth, 1979) e a fecundidade (Decroly e Grimmeau, 1996), abrindo o leque das muitas preocupações demográficas da sociedade dos nossos dias. A natureza destes estudos reforça o contributo das ciências da população, da demografia e da geografia humana e a complementaridade da análise demográfica, de tipo quantitativo, e da análise geográfica estruturada em função da variação, composição, estado e movimentos da população num contexto espacial.

No que à situação portuguesa diz respeito a marcha dos movimentos natural e migratório obriga à sua apreciação conjunta na sua relação com os demais fenómenos populacionais e à sua evolução no tempo (Arroteia, 2007). As duas perspectivas confirmam a importância dos factores biológicos e sociais, o desenvolvimento sócio-económico e os legados culturais como estruturantes do crescimento e da “revolução demográfica” (Landry, 1934), da transição demográfica (Sauvy, 1952) e da marcha da população que a identifica. Para Pressat (1979, 278) a “Teoria da Transição Demográfica” (TTD) assenta na análise da *“situação de uma população em que a natalidade e a mortalidade, ou pelo menos um destes fenómenos, baixaram dos seus valores tradicionais para se situarem em valores mais baixos associados a processos de ‘fecundidade dirigida’ e ao emprego de meios modernos de luta contra a mortalidade”*.

Baseado na evolução da fecundidade nos países do ocidente europeu, Van de Kaa (1987) defende o desenvolvimento de um modelo com duas transições: a primeira regulada pelos mecanismos naturais, a segunda condicionada pelas migrações internacionais.

Transição demográfica



In: Van de Kaa, 1999

Nesta evolução é possível identificar:

- fase de pré-transição, desenvolvida a partir de um regime demográfico natural (ou primitivo), marcado por elevadas taxas de natalidade (superiores aos 30%) e de mortalidade (superiores a 15%). Esta etapa corresponde à Fase 1 (de “pré-transição”) da TTD em que apesar da elevada taxa de natalidade (e de fecundidade), a mortalidade, por se manter igualmente elevada, só permite um crescimento moderado da população (Arroteia, 2007);

- a fase de “transição”, marcada ainda por elevados os valores de natalidade - próximo dos 30% -, e a mortalidade situando-se abaixo dos 15%, tem lugar um acréscimo significativo da população residente. Tal resulta da melhoria das condições de vida baseadas na redução da fome, em resultado da melhor produtividade dos solos agrícolas e de assistência sanitária que se seguem às descobertas de Pasteur e de Kock e à consequente utilização das vacinas e de antibióticos. Tal conduziu a uma fase identificada por um declínio marcado da mortalidade no que se reconhece ser uma verdadeira “revolução sanitária”;

- fase de “pós-transição” identificado pelas descidas comuns das taxas de natalidade e de mortalidade e, por conseguinte, num crescimento reduzido de habitantes. Os baixos valores são o resultado do processo de industrialização e de urbanização e das transformações sociais daí decorrentes que conduziram, pela

maior participação da mulher no mercado de trabalho, ao casamento tardio, à redução das taxas de fecundidade feminina e à quebra do nº de filhos por casal.

No dizer de Poursin, (1976, 85) tal corresponde à fase de “*maturidade demográfica*” associada a um estágio de desenvolvimento económico mais acentuado e em que “*a mortalidade e natalidade têm valores muito semelhantes e baixos, sendo controlados pelo homem*”. Mais ainda, “*a fecundidade é considerada como uma variável dinâmica (...), e o crescimento da população torna-se estacionário*” (op. cit.).

Com o evoluir deste processo e a terciarização crescente da sociedade os nascimentos reduzem-se, os núcleos familiares, as vivências conjugais, a sexualidade e a procriação dos casais alteraram-se contribuindo para reduzir ainda mais a fecundidade. Esta é a “*revolução contraceptiva*” (Chesnais, 1986) assinalada pela quebra dos nascimentos e do índice sintético de fecundidade que no dizer de (Lesthaeghe, 1994) corresponde a uma “*segunda transição demográfica*”¹⁰⁰ expressa em diversos indicadores empíricos entre os quais, citamos:

- queda da fecundidade para valores inferiores aos que permitem a renovação das gerações;
- adiamento da idade de nascimento do 1º filho para idade próxima da 3ª década de vida;
- aumento da percentagem de nascimentos ilegítimos e extraconjugais;
- adiamento para idade tardia do casamento;
- aumento de divórcios;
- acréscimo da coabitação e procriação nessas uniões;
- aumento de famílias monoparentais;
- aumento da herança escolar e académica da mulher, traduzida no prosseguimento de estudos superiores e inserção laboral.

No modelo desta segunda transição, a fecundidade, situando-se abaixo dos valores de substituição das gerações, surge associada ao bem-estar da criança, à

¹⁰⁰ Para Coleman (2006, 401), a situação dominante há três décadas em países do ocidente europeu com baixa da fertilidade, envelhecimento da população, acréscimo da imigração e mudança na composição cultural e étnica da sociedade corresponde à “*terceira transição demográfica*”.

estabilidade das uniões, à prevalência de situações de deficiente situação económica, ao alargamento das famílias monoparentais e isolados (Adveev et al., 2011, 41). De acordo com Friedli (2006, 8), tal deve-se ainda ao desejo dos adultos poderem realizar os seus sonhos e ambições, dando maior ênfase à qualidade da sua relação. Estes aspectos põem em evidência formas distintas de análise dos fenómenos demográficos na sua relação com a mudança social, a evolução no tempo e o contexto geográfico onde se desenrolam (Dumont, 2008).

Note-se que os condicionalismos inerentes à marcha dos fenómenos sociais e totais (Gurvitch, 1979) relacionados com a reprodução humana conferem às decisões inerentes à natalidade um carácter individual, mais do que social, em que a decisão de procriar está ainda associada:

- ao cumprimento das necessidades básicas fundamentais (Maslow, 1943)¹⁰¹;
- à necessidade, desejo e satisfação individual;
- ao investimento ponderado pelos casais ou tão só pelos cidadãos, na motivação e benefícios em terem filhos. Esta situação, condicionada por factores diversos já assinalados, tende a adiar o registo de procriação para a segunda metade do ciclo fértil quando as principais necessidades fisiológicas, de segurança, de auto-realização e outras tendem a estar satisfeitas. Assim o escreve Van de Kaa (2002): *“The essential point is, that fertility will rise only when couples feel it is their best interest and that caring for (more) children will enrich their life”*¹⁰².

Da conjugação de diversos factores resultam interpretações variadas sobre a marcha da natalidade nos dias de hoje relacionadas com a *“teoria revolução reprodutiva”* (MacInnes e Díaz, 2008). Esta assenta no ajustamento da fecundidade, eficiência do sistema demográfico e alteração do papel da mulher como tradicional *“meio de produção”*. Centrada no estudo do *“contexto social da reprodução”*, incide sobre a criança, o seu bem-estar, a alocação de recursos e o desenvolvimento humano associado ao projecto individual e do casal, como factor de ajustamento populacional e de dinâmica intergeracional. O ajustamento populacional resultante

¹⁰¹ Maslow, A. H. (1943) – “A Theory of Human Motivation”. *Psychological Review*, 50: 370-396. In: <http://psychclassics.yorku.ca/Maslow/motivation.htm> 12AGO14

¹⁰² <http://apuntesdedemografia.wordpress.com/2011/08/26/1a-segunda-transicion-demografica-en-van-de-kaa-y-lestahege/> 2MAI14

da evolução destes fenómenos há mais de duas décadas leva a encarar esta situação como fazendo parte da “*terceira revolução da modernidade*” (Pérez-Díaz, op. cit.)¹⁰³ que acompanha a terceira transição demográfica (Coleman, 2006) em curso.

Estes são os traços fundamentais que acompanham os processos de industrialização e urbanização, o progresso e a democratização da ciência, as dinâmicas sociais e as respostas colectivas que identificam cada uma das diferentes fases de transição entre os regimes demográficos tradicionais e os que espelham o “inverno demográfico” registado nas sociedades pós-industriais.

Tal como se pode reler nos resultados do último censo da população (INE, 2011) e nos resultados do Inquérito à Fecundidade (INE, 2013)¹⁰⁴, a dependência estrutural da nossa população baseia-se em situações individuais e colectivas diferenciadas que fazem depender a fecundidade – realizada, final esperada e desejada – cada vez mais diferida no tempo, em função de factores de natureza geográfica, sócio-económica e cultural. Estes são os aspectos dominantes que marcam a evolução da população em Portugal e na Europa, quiçá noutros contextos geográficos marcados pela mudança social e extensão dos fenómenos da modernidade cuja difusão, à escala do globo, é evidente.

¹⁰³ http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS122_031207049049393.pdf 2 MAIO14

¹⁰⁴ INE (2013) – Inquérito à fecundidade (primeiros resultados) INE, 2013
http://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=208478593&att_display=n&att_download=y. 6 de ABR14 &
<http://www.ffms.pt/estudo/686/inquerito-a-fecundidade-2013>. 12AGO14

Nota final

As questões índole demográfica acima descritas relacionadas problemas da população portuguesa sugerem uma atenção redobrada ao nível do ordenamento social e territorial do país. Este é reconhecido pelos níveis de (des)articulação territorial agravado pela geografia da dependência expressa na distribuição, estado e prospectiva da população portuguesa. Bolsas de idosos, clareiras demográficas, áreas de forte atracção humana e áreas de repulsão demográfica em grande extensão são imagens que sugerem medidas articuladas de ordenamento do território, de investimentos demográficos, de planeamento social e de políticas públicas.

Não fosse a extensão dos desequilíbrios que identificam a “*sociedade dualista*” (S. Nunes, 1964) que temos construído as questões relativas à população poderiam resumir-se a uma abordagem geográfica mais aprofundada. Contudo a situação presente, na sua relação directa com a marcha dos fenómenos sociais e totais relacionados com o devir da nossa sociedade, a evolução da população, o seu envelhecimento, a quebra da natalidade, a actividade laboral e as políticas sociais e laborais exige uma atenção redobrada desta “pequena casa lusitana” (Ribeiro, 1970).

Bibliografia

- Adveev, A. et al. (2011). “Populations et tendances démographiques des pays européens (1980-2010)”. *Population* (66), 1: 9-130
<http://www.ined.fr/en/publications/population/bdd/publication/1548/> 13AGO14
- Arroteia, J. C. (2007) – *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 274 p.
- Chesnais, J. C. (1986). *La transition démographique, étapes, formes, implications économiques*. Paris, INED/PUF, 580 p. (Travaux et documents INED, n° 113)
- Coleman, D. (2006): “Immigration and Ethnic change in Low-fertility Countries: A Third Demographic Transition”. *Population and Development Review*: 32 (3): 401-406
- Decroly J.-M. e Grimmeau, J.-P. (1996). “Les fluctuations de la fécondité en Europe: États et régions.”. *Espaces, populations, sociétés*, 14, 1: 79-91
- Dumont, G.-F. (2008). “Les conséquences géopolitiques de ‘L’hiver démographique’ en Europe”. *Géotragiques*. N° 20 – Les crises en Europe: 29-46
http://www.strategicsinternational.com/20_03.pdf. 12AGO14
- Durkheim, E. (1893). *De la division du travail social*. Paris, Félix Alcan.
- Versão consultada: Durkheim, E. (2004). *De la division du travail social*. Paris, P.U.F., 416 p.
- Friedli, M. K. (2006). *L’influence de la politique familiale sur la fécondité des femmes en Italie, France, Suède et en Suisse. Genève: une étude comparative*. Licence, Université

de Genève – Faculte des Sciences Économiques et Sociales
http://aresoas.unil.ch/publications/2006_NJOK_00267.PDF 12AGO1

George, P. (1972). *Sociologie et Géographie*. Paris, Presses Universitaires de France, 220 p.

George, P. (1965). *Géographie de la population*. Paris, P. U. F. , 125 p. (Que sais-je?, n° 1187)

George, P. (1951) – *Introduction à l'étude géographique de la population du monde*. Paris, INED – Presses Universitaires de France, 288 p. (Travaux et documents, cahier n° 14)

George, P. e Sauvy, A. (1990). *La terre et les hommes: le monde où il va, le monde d'où il vient*. Paris, Economica, 184 p.

Gurvitch, G. (1979). *A vocação actual da Sociologia*. Lisboa, Cosmos, 567 p.

INE/FFMS (2014). *Inquérito à fecundidade 2013*. Lisboa, Instituto Nacional de Estatística/Fundação Manuel dos Santos, 117 p.

Landry, A. (1934). *La revolution démographique, Étude et essai sur les problèmes de la population*. Paris, Sirey, 231 p.

Lesthaeghe, R. (1994). *Una interpretación sobre la Segunda Transición Demográfica en los países occidentales. Demografía y políticas públicas*. EMAKUNDE. Vitoria, Instituto Vasco de la Mujer: 9-60.

http://www.emakunde.euskadi.net/contenidos/informacion/pub_jornadas/es_emakunde/adjuntos/jornada.02.demografia.politicas.publicas.cas.pdf 14AGO14

Livi-Bacci, M. (1971). *A century of portuguese fertility*. New York, Princeton University-Office of Population Research, 168 p.

MacInnes, J. e Pérez, J. (2008). “La tercera revolución de la modernidade: la reproductiva” *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas* (122): 89-118

In: <http://digital.csic.es/bitstream/10261/3482/1/MacInnesPerez2008.pdf> 2MAI14

Malthus, T. (1798). *An essay on the principle of population – An essay on the principle of population, as it affects the future improvement of society with remarks on the speculations of Mr. Godwin, M. Condorcet, and others writers*. London: J. Johnson, 126 p.

<http://www.esp.org/books/malthus/population/malthus.pdf> 10AGO14

Marois (2008). “Pierre George, un pionnier de la géographie de la population”. *Cahiers de géographie du Québec*, 52, 146: 295-301 <http://id.erudit.org/iderudit/019598ar> 13AGO13

Meadows, D., et al. (1972). *The limits to growth*. New York, Universe Books. 205 p. (A Report of the Club of Rome's)

Nazareth, J. M. (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa, Editorial Presença/G.I.S., 238 p.

Notestein, F.W. (1945). Population - the long view. p. 37-57 in: T.W. Schultz (ed): *Food for the World*, Chicago, Chicago University Press.

Nunes, S. (1964). “Portugal: sociedade dualista em evolução”. *Análise Social*, III, 7-8: 407-462

Poursin, J. M. (1976). *La population mondiale*. Paris, Éditions du Seuil, 144 p. (Points-série: Économie)

Pressat, R. (1979). *Dictionnaire de Démographie*. Paris, Presses Universitaires de France. 295 p.

Ribeiro, O. (1970). *Ensaio de Geografia Humana*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, XVI+373 p.

Sauvy, A. (1963). *Malthus et les deux Marx; le problem de la faim et de la guerre dans le monde*. Paris, Denoel, 367 p.

Sauvy, A. (1960). *Essai d'une vue d'ensemble la prévention des naissances dans la famille, ses origines dans les temps modernes*. H. B. e. a. (eds). Paris Cahier de l'INED, PUF: 375-391.

Sauvy, A. (1952) - *Théorie générale de la population*. Vol. 1 – *Économie de la population*. Paris, Presses Universitaires de France, 370 p. (Bibliothèque de Sociologie Contemporaine)

Thompson, W. (1929) – “Population”. *American Journal of Sociology*, 34, 6: 959-975

Unesco (1984). Révue Internationale des Sciences Sociales - L'épistémologie des sciences sociales. XXXVI, 4, 766 p.

Van de Kaa, D. J. (2002). “The idea of a second demographic transition in industrialized countries.” *Population Bulletin*, 42(1), Washington D.C.: Population Reference Bureau.

http://www.ipss.go.jp/webj-ad/webjournal.files/population/2003_4/kaa.pdf. 12AGO14

Van de Kaa, D.J. (1999). Europe and its population: the long view. Pp. 1-194 in: D. J. van de Kaa, H. Leridon, G. Gesano and M. Okolski, *European Populations: Unity in Diversity*, Dordrecht etc., Kluwer Academic Publishers

Van de Kaa, D. J. (1987). Europe's Second Demographic Transition. Population Bulletin, 42 (1), Washington, The Population Reference Bureau.

Documentos estatísticos.

INE (2012) – *Censos 2011 – Resultados definitivos*. Lisboa, INE

INE (2011) – XV Recenseamento Geral da População – V Recenseamento Geral da Habitação. Lisboa, INE

Contributo dos portugueses à demografia luxemburguesa ¹⁰⁵

Homenagem ao Professor Doutor Fernando Alberto Pereira de Sousa

Embora tratando-se de um dos países mais pequenos da Europa - apenas 2.586 km² (superfície idêntica à do distrito de Aveiro) - o Luxemburgo devido à sua posição estratégica entre a Bélgica, a França e a Alemanha, desempenha um conjunto de funções, sobretudo de natureza política e financeira, que lhe asseguram um lugar de destaque entre os demais países da União Europeia.

Com efeito tendo assegurado a sua independência apenas em 1867, no âmbito do tratado de Londres, o Grão-Ducado do Luxemburgo era, na época, um país essencialmente rural que veio a registar, depois dessa data, um conjunto de transformações sociais, económicas, políticas e demográficas que estiveram na origem do desenvolvimento de uma das mais importantes indústrias siderúrgicas da Europa. Diversos factores estiveram na origem destas transformações: por um lado o aproveitamento das jazidas de ferro aí existentes e a descoberta do processo de fabrico do aço, por desfosforação, levou à construção das primeiras grandes unidades industriais que se localizaram na bacia mineira de Esch-sur-Alzette, ou seja, próximo da Lorena francesa.

Por outro lado, a afluência de capitais, sobretudo alemães e mesmo luxemburgueses, foi determinante para o arranque industrial deste país numa época em que, devido à sua integração no "Zollverein" alemão, lhe permitiu o acesso ao grande mercado germânico ou eventualmente já a exportação para outros destinos.

O desenvolvimento da indústria siderúrgica, embora afectada pelas duas guerras mundiais que marcaram não só a economia, mas também a sociedade luxemburguesa devido aos mortos que provocou, veio a permitir não só o arranque da industrialização, mas também a construção de diversas infraestruturas que facilitaram a expansão do comércio e dos serviços, há muito implantados neste território. Porém só no começo da década de cinquenta com o aproveitamento dos

¹⁰⁵ III Encontro: *População portuguesa: história e prospectiva*. Centro de Estudos da População e Família - Universidade do Porto (Outubro-1997)

"Contributo dos portugueses na demografia luxemburguesa"

fundos do Plano Marshall para a reconstrução europeia é que este país arrancou com a sua 2ª revolução industrial através da modernização do caminho de ferro, da construção de barragens, da ampliação do aeroporto e, sobretudo, da implantação de novas indústrias localizadas estrategicamente no centro norte e fora da zona urbana da capital.

Em simultâneo passaram a implantar-se na cidade do Luxemburgo diversos serviços relacionados com as instituições comunitárias aí sediadas aquando da constituição da CECA e mais tarde da CEE, ou já por arrastamento em consequência da ampliação da praça financeira luxemburguesa. Note-se que desde os anos setenta que o Luxemburgo tem vindo a reforçar a sua posição neste sector acolhendo de momento mais de 12.500 sociedades de tipo holding (10.000 em 1991, 5.300 em 1980 e 2.570 em 1970).

O desenvolvimento destas actividades repercutiu-se na necessidade de recrutamento de mão-de-obra, o que tem acontecido desde os finais do século passado quando se iniciou a exploração mineira e o arranque da indústria siderúrgica. Neste processo, a par da mão de obra belga e mesmo alemã foram, no entanto, os emigrantes italianos que asseguraram, durante décadas, a construção económica do Luxemburgo. Só mais tarde, no decorrer dos anos sessenta quando do arranque da 2ª revolução industrial é que, devido às necessidades de mão-de-obra indiferenciada foram desenvolvidos esforços no sentido de se contratarem novos emigrantes surgindo então os primeiros trabalhadores portugueses.

População por nacionalidades

<i>Ano</i>	<i>Pop.Total</i>	<i>% Estrangeiros</i>
1875	204.606	2.3
1890	211.481	8.5
1900	234.674	12.4
1910	259.027	15.3
1922	261.643	12.8
1935	296.913	12.9
1947	290.992	10.0
1960	314.889	13.2
1970	339.841	19.4
1981	364.602	26.3
1991	384.634	29.7

Sobre o movimento imigratório

O arranque do fenómeno da industrialização desencadeado durante o 3º quartel do século passado foi o responsável pela chegada dos primeiros contingentes de imigrantes, oriundos inicialmente dos países vizinhos e nos anos seguintes da Itália, contribuindo até ao início da 1ª grande guerra para a evolução do chamado "milagre luxemburguês" assente, como foi dito, na exploração mineira e no arranque da indústria siderúrgica em torno da bacia mineira de Esch-sur-Alzette.

Este movimento manteve um saldo migratório fortemente positivo, de mais de 2.600 indivíduos entre 1892 e 1905, valor que desde o ano seguinte baixou consideravelmente registando uma perda de quase uma dezena e meia de imigrantes. Tal fenómeno provocado pela crise económica desencadeada pela guerra manteve-se de forma alternante nos anos seguintes de modo que entre 1923 e 1930 os saldos imigratórios são de novo positivos: +22.000 imigrantes ao contrário do período de 1931 a 1945 em que registam perdas de 26.000 indivíduos.

Somente durante a segunda metade do nosso século com o arranque da nova fase de industrialização e do desenvolvimento das actividades terciárias é que este movimento se volta a intensificar mantendo-se bastante elevado durante as décadas de setenta e oitenta, em simultâneo com o incremento da emigração estrangeira, nomeadamente da emigração portuguesa.

Evolução dos saldos, natural, migratório e global

<i>Ano</i>	<i>Saldo nat.</i>	<i>Saldo mig.</i>	<i>Saldo global</i>
1961	1496	2400	3900
1971	56	5090	5150
1986	339	1961	2200
1987	226	2396	2600
1988	763	3069	3800
1989	681	2857	3500
1990	1163	3942	5100
1991	1242	4173	5400
1992	1128	4255	5400
1993	1438	4243	5700
1994	1651	4004	5700
1995	1624	4610	6200

A apreciação da evolução demográfica relativa à população total residente no Luxemburgo, embora fortemente positiva a partir dos anos cinquenta, regista

algumas perdas significativas devidas aos períodos de crise e à guerra que atingiu o país durante os dois conflitos armados.

Se pelo contrário analisarmos a evolução da população de nacionalidade luxemburguesa verificamos um crescimento menos acentuado, senão mesmo negativo nalguns anos, sobretudo depois de 1966 data em que pela primeira vez se verificou um crescimento negativo da população local. Em 1970 este montante supera as seis centenas para a partir daí registar, anualmente, perdas superiores a um milhar de indivíduos. Estes valores comprovam a importância da imigração estrangeira no conjunto da população residente.

Crescimento natural da população

Excedente natural

<i>Ano</i>	<i>Pop. Luxemb.</i>	<i>Pop. Estrangeira</i>
1970	-632	889
1980	-1138	1194
1986	-700	1039
1987	-646	872
1988	-249	1012
1989	-412	1093
1990	-89	1252
1991	-104	1252
1992	-320	1448
1993	-97	1448
1994	-80	1731
1995	-144	1768

Tendo por outro lado em conta a evolução não só dos movimentos migratórios, mas do movimento natural geral, verificamos que as taxas de natalidade, fortemente elevadas no período de 1890-1910, da ordem dos 30‰, baixaram para metade entre 1950 -1974, situando-se em 11.4‰ em 1980 e 12.9‰ em 1991. Em relação à mortalidade verificamos que de cerca de 20‰ no primeiro período, esse valor decaiu para cerca de 13‰ entre o início dos anos cinquenta e 1974 situando-se em 11.3 ‰ em 1980 e 9.7‰ em 1991.

Movimento natural da população

<i>Ano</i>	<i>T. natalidade ‰</i>		<i>T. mortalidade ‰</i>	
	<i>Lux.</i>	<i>Est.</i>	<i>Lux.</i>	<i>Est.</i>
1970	11.3	20.5	13.6	6.1
1980	9.6	16.9	13.8	4.0
1986	10.7	14.3	13.3	3.9
1987	11.0	12.5	13.4	3.9
1988	11.9	13.4	12.8	3.7
1989	11.7	14.0	13.2	3.8
1990	12.1	14.9	12.5	3.7
1991	11.8	15.4	12.2	3.7
1992	11.9	15.8	13.1	3.7
1993	12.2	12.6	12.6	3.9
1994	11.9	16.9	12.2	3.6
1995	11.5	16.8	12.0	3.7

Os valores bastante diferenciados registados entre a população autóctone e a população estrangeira comprovam não só uma estrutura etária fortemente envelhecida da população luxemburguesa em relação à população imigrante, mas ainda diferentes hábitos culturais traduzidos no maior número de nascimentos entre esta população, sobretudo nos povos de origem mediterrânica como os portugueses.

Estes dados conduzem na prática não só a um decréscimo da população residente, mas a uma alteração significativa da sua estrutura etária, facto que é comprovado quer pela análise da respectiva pirâmide etária quer pela análise dos respectivos grupos funcionais. De forma global estes indicam a par de um nítido envelhecimento na base, por redução do número de nascimentos, um acentuado envelhecimento de topo, por via do acréscimo do número de idosos.

Variação da estrutura por idades da população residente

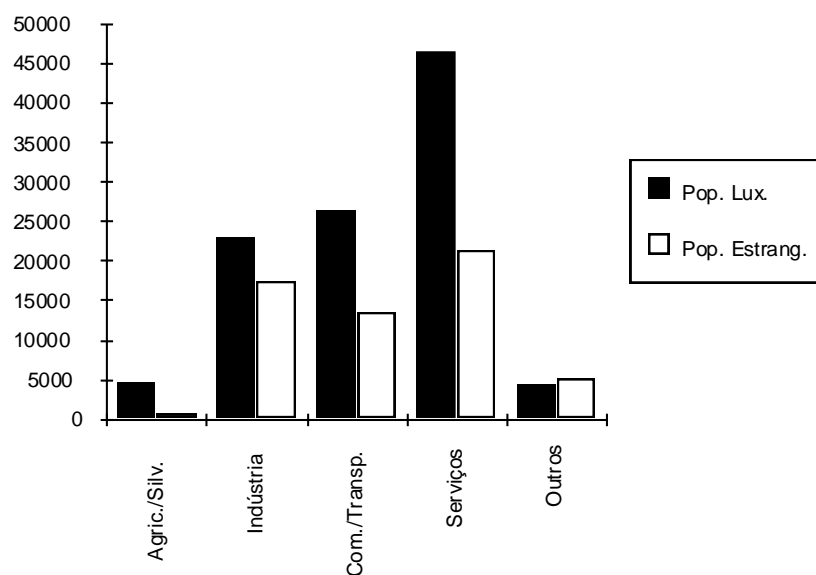
<i>Grupo func.</i>	<i>1980</i>	<i>1985</i>	<i>1991</i>
<20	26.6	24.5	22.8
20-59	55.7	57.3	57.3
>60	17.7	57.3	19.9

Em relação ao recenseamento de 1991 a estrutura, por idades, da população imigrante era a seguinte: <20 anos: 26,7% do total de estrangeiros; de 20 a 59 anos: 63.7% e >60 anos: 9.6%.

A persistência e um comportamento demográfico marcado não só pela redução da população autóctone, mas também pelo seu envelhecimento progressivo, numa

fase de expansão da economia luxemburguesa, fez acentuar as necessidades de mão-de-obra estrangeira, facto que tem sido colmatado não só pela imigração de carácter permanente - 115.365 imigrantes em 1991- mas sobretudo por grandes contingentes de imigrantes fronteiriços (oriundos da Bélgica, de França e da Alemanha), estimados em mais de cinco dezenas de milhar em 1995. A figura seguinte dá-nos uma idêia da distribuição desta população por ramos de actividade.

Repartição da população activa - 1991



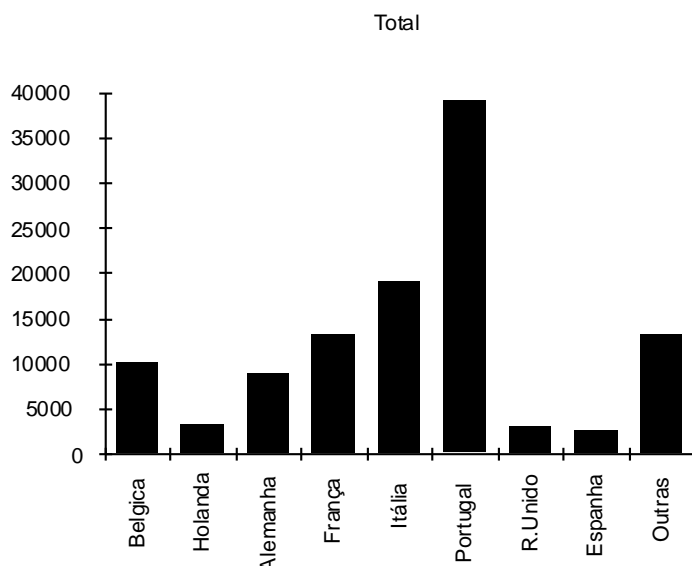
Nota sobre a emigração portuguesa

A entrada dos primeiros emigrantes portugueses no Luxemburgo, assinalada desde o início dos anos sessenta, intensificou-se durante a segunda metade dessa década com a entrada anual de mais de 500 trabalhadores nacionais. Note-se, no entanto, que entre 1969 e 1974 esse movimento aumentou de forma relevante de tal forma que neste período terão emigrado para esta país mais de 24.000 emigrantes portugueses. Este montante veio a superar o total de residentes de outras nacionalidades, nomeadamente os italianos que até 1979 formavam o contingente mais numeroso de estrangeiros residentes neste país.

Legal ou clandestinamente, oriundos do continente, em particular dos distritos de Coimbra e de Lisboa, esta população orçava nesta data os 13.3 milhares de activos entre os mais de 51.9 milhares de trabalhadores estrangeiros residentes no Luxemburgo. Entretanto com a chegada maciça de novos contingentes o contributo

da mão-de-obra de origem portuguesa foi-se alterando, tornando-se maioritária no conjunto da população activa (não luxemburguesa), representando em 1995 cerca de 25% do total dos 112 milhares de activos recenseados.

Distribuição da população estrangeira por nacionalidades - 1991

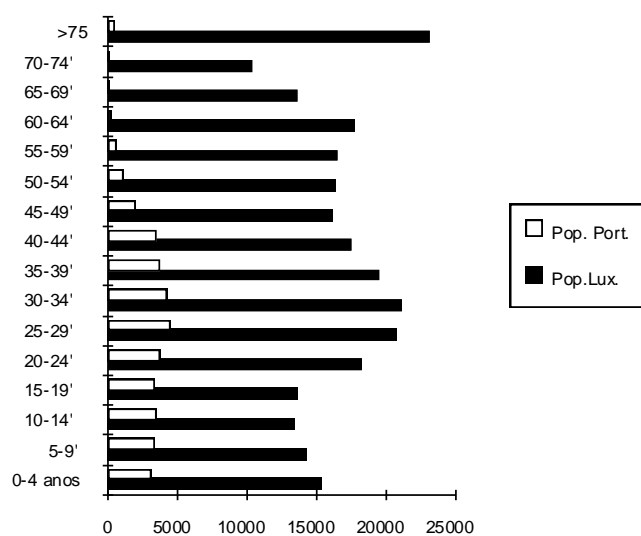


De realçar que embora com carácter constante, a emigração portuguesa para o Luxemburgo faz transparecer uma certa rotação de mão-de-obra, uma das características que acompanhou a emigração de outras nacionalidades, em especial a emigração italiana. Este modelo, representado por uma curta permanência do emigrante no Luxemburgo e regresso ao seu país de origem sendo substituído por outro logo de imediato, permitiu a manutenção de contingentes de emigrantes sempre jovens, sem os encargos consequentes de uma estada mais prolongada ou mesmo da sua fixação permanente. Embora as condições actuais se tenham vindo a alterar devido à facilidade de emprego, sobretudo em sectores de actividade menos exigentes em qualificação, o certo é que o balanço da própria emigração portuguesa sugere um forte movimento de entrada e saída acentuando assim a grande mobilidade deste movimento.

Balço migratório da população portuguesa

<i>Ano</i>	<i>Partidas</i>	<i>Excedente das admissões sobre as partidas</i>
1970	111	1938
1980	388	1388
1989	469	1883
1990	495	2203
1991	522	2150
1992	568	1580
1993	486	1722
1994	453	1230
1995	422	1318

Embora de forma incipiente os dados anteriores permitiram realçar a importância da emigração portuguesa no Grão-Ducado do Luxemburgo país onde a comunidade de nacionais aí residente não tem deixado de crescer nos últimos anos constituindo-se como uma das reservas mais abundantes de mão-de-obra estrangeira.

Estrutura etária da população portuguesa e luxemburguesa - 1991

Por esta razão e dadas as características desta emigração essencialmente jovem e adulta e do seu comportamento demográfico no contexto de uma população duplamente envelhecida, os portugueses têm dado um contributo não só na evolução global dos habitantes do território, mas também no traçado da sua estrutura etária e profissional facto que os valores anteriores, mesmo que apreciados globalmente, parecem comprovar.

Bibliografia

- ALS, Georges (1975) - *La population du Luxembourg*. Luxembourg; STATEC
- ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) - *O espaço migratório luxemburguês*. Aveiro; Universidade de Aveiro (Policopiado)
- (1985) - "A experiência imigratória do Grão Ducado do Luxemburgo". in: *BIBLOS* ; vol.LXI; pp.71-96
- (1986) - *A emigração portuguesa no Grão Ducado do Luxemburgo*. Porto; Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos
- (1997) - *O Luxemburgo e a sua população* (no prelo)
- CALOT, G. (1978) - *La démographie du Luxembourg: passé, présent et avenir*. Luxembourg; STATEC
- CHESNAIS, J.C. (1991) - *L'évolution démographique au Grand-Duché de Luxembourg*. Paris; Institut National d'Études Démographiques
- MARGUE, Paul (1984) - *Histoire sommaire du Luxembourg*. Luxembourg; Ministère d'Etat - Service Information et Presse
- STATEC (1990) - *Recueil statistique par commune Vol. 1 - Tableaux statistiques*. Luxembourg; Statec
- *Statistiques historiques: 1839-1989*. Luxembourg; Statec
- (1991)- *Recensement de la population au 1er mars 1991 - Population de résidence par commune - Résultats provisoires*. Luxembourg; Statec (Septembre)
- (1997) - *Annuaire statistique: 1996*. Luxembourg; Statec
- TRAUSCH, Gilbert (1992) - *Histoire du Luxembourg*. Paris; Hatier

Anexos**Luxemburgo: resumo estatístico – 1996**

População total	412.800 habitantes		
Luxembuugueses	274.750	"	(66.6%)
Estrangeiros	138.050	"	(33.4%)
Natalidade	13.2 ‰		
Mortalidade	9.3 ‰		
Nupcialidade	5.1 ‰		
Taxa de crescim. natural	3.9‰		
População activa	213.500 indivíduos		
Sector I	2.7%		
Sector II	27.2%		
Sector III	70.1%		

Evolução da população entre le 31.3.81 e 1.3.91

<u>Cantons</u>	<i>1.3.91</i>	<i>Variations</i>	
	<i>Chiffres abs.</i>	<i>en %</i>	
Ens. du pays	384062	19460	+5.3
Lux.-Ville	75377	-3535	-4.5
Capellen	31817	4664	+17.2
Esch.Alzette	116389	1906	+1.7
Lux.-Camp.	41611	6298	+17.8
Mersch	19135	2593	+15.7
Clervaux	10263	689	+7.2
Diekirch	23258	1386	+6.3
Redange	11073	805	+7.8
Vianden	2720	78	+3.0
Wiltz 9582	585	+6.5	
Echternach	11726	1077	+10.1
Grevenmacher	18113	1710	+10.4
Remich	12998	1204	+10.2

Contributo para o Atlas Sócio-Jurídico do Centro de Estudos Judiciários, sobre a emigração nas Comarcas Judiciais. Este trabalho foi realizado conjuntamente com a Professora Doutora Maria Beatriz Rocha-Trindade, a quem prestamos homenagem pela sua amizade, incentivo e apoio à investigação do fenómeno da emigração portuguesa.

CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
= 1984 =

A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA

Breve nota sobre a sua distribuição por comarcas

(1955-1977)



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

1. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA: UMA CONSTANTE HISTÓRICA

1.1. Breve relance sobre o passado.

Embora carecendo de um outro tipo de análise sobre os aspectos quantitativos mais importantes da "diáspora" portuguesa, da sua extensão e reflexos (que não só de natureza económica e demográfica, mas ainda, social) nas diferentes regiões do território, pensamos que o fenómeno emigratório recente se assemelha, em muitos dos seus aspectos, ao movimento tradicional.

Com efeito, a intensificação da emigração portuguesa, registada a partir da 2^a metade do nosso século, não deixa de sugerir, embora com outras características, as deficiências estruturais da economia portuguesa, incapaz de absorver os excedentes da mão de obra rural que a partir de então, e mercê do desenvolvimento urbano e industrial dos grandes centros, passaram a ser atraídos pelas oportunidades de emprego aí criadas.

Por outro lado, as carências de mão de obra sentidas na maior parte dos países do Ocidente Europeu, são uma consequência do processo de reconstrução iniciada no pós-guerra, e da necessidade de uma mão de obra indiferenciada, difícil de recrutar nessas áreas. Daí a intensificação destes movimentos, conhecidos em épocas anteriores não só nos países do Ocidente da Europa mas ainda do Novo Mundo e do continente australiano, que acompanharam a colonização maciça desses territórios, registada durante os séculos XVIII e XIX, ou já no começo do século XX. Aos quais Portugal se associou, através da saída maciça de muitos dos seus habitantes, que desde a primeira metade do século XV daqui debandaram, inicialmente com destino às Ilhas Atlânticas. As quais começaram por receber colonos provenientes do Algarve e mais tarde do noroeste de Portugal (entre Douro e Minho, principalmente (1), bem como habitantes de outras nacionalidades, em particular de flamengos que, a partir da 2^a metade daquele século, vieram participar na colonização do arquipélago dos Açores.

No decurso das décadas seguintes, este movimento alastrou aos territórios então descobertos da costa africana, do Oceano Índico e durante todo o Século XVI ao Brasil. Originando perdas bastante significativas da população portuguesa, só compensadas pela entrada de mão de obra escrava (2).



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Algumas referências permitem-nos assinalar, por volta de 1527, a saída para as praças do Índico, de cerca de 2.400 indivíduos anualmente (3), movimento que a partir da 2^a metade desse século se terá incrementado para o Brasil, para onde se terão continuado a dirigir cerca de 3.000 emigrantes/ano.

Daí resultando que a população portuguesa residente naquela colônia, estimada em 1576 em quase 57.000 indivíduos, tenha quadruplicado entre 1580 e 1600 (4).

Acréscimo em parte justificado pela perda de independência nacional, durante a qual se incrementaram as saídas de trabalhadores para Espanha-Madrid, Castela-a-Velha e Estremadura - onde, no dizer de M.S.FARIA "é notório que os mais dos mecânicos eram naturais deste reino, os quais, por não terem cá em que trabalhar, iam lá ganhar a Vida" (5). O mesmo se verificava em Sevilha, "onde antes da Aclamação havia tantos portugueses que muitas pessoas afirmavam que a quarta parte dos moradores ... eram nascidos em Portugal" (6).

Já para finais do Século XVII, a emigração para o Brasil tomara -se preponderante, devido à descoberta das "minas" nesse território. Vindo a provocar, como assinala J.SERRÃO (7) um "esboço de fuga maciça da população metropolitana", sobretudo do noroeste português.

A melhoria das ligações de transporte com o Brasil, parecem ser uma causa da saída anual de mais de 2.000 portugueses, embarcados nos portos de Viana, Porto e eventualmente em Lisboa, com destino a Pernambuco, Baía e ao Rio de Janeiro (8).

Procurando alcançar rapidamente fortuna, sobretudo no comércio, já que as tarefas agrícolas "continuariam ainda por muito tempo entregues à escravidão de extracção africana" (9), esse movimento abrangia não só os "indivíduos das classes mais humildes" mas ainda "fidalgos e letrados investidos de funções oficiais ou oficiosas", que aí se entregavam ao exercício das "profissões liberais" (10).

O interesse da emigração para o Brasil, está aliás demonstrado pelo número elevado de partidas - entre 8.000 a 10.000 anuais, registadas durante os dois terços do Século XVIII (11). Valor que embora decadente no seu termo, se terá intensificado no século seguinte, acompanhando a deslocação da coroa

portuguesa para aquele país. Interrompido parcialmente quando da sua independência (em 1822), mas recuperando nos finais do século XIX, quando após a abolição da escravatura, em 1888, o Brasil deparou com grandes carências de mão de obra. Recrutada, em grande número, nas regiões do Norte e do Centro do país, além dos arquipélagos dos Açores e sobretudo da Madeira.

Algumas referências indicam-nos que este movimento seria bastante antigo nos Açores, de onde partiram, por volta de 1673, os primeiros colonos para a região do Pará (12). O mesmo sucedendo, no decurso do século XVIII, para Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Esta forma de colonização estendeu-se ainda aos territórios de África, que nos finais do século XIX receberam alguns colonos madeirenses, transportados para o "planalto interior de Moçâmedes" (13). Contudo, já no termo desse Século seria considerável a emigração madeirense para a Oceânia (ilhas Sandwich) ou eventualmente para a Guiana Inglesa (Demerara), enquanto que os Açorianos preferiram o Continente Americano, como o descreve aliás O. MARTINS: "a pescaria da baleia dirigida por americanos é para uma parte da população açoriana, o que o Brasil é para o minhoto." (14)

1.2. Sua evolução na época contemporânea.

Ainda que a utilização das estatísticas oficiais nos ponha algumas reservas quanto ao valor exacto da emigração recente, não deixam de ser esclarecedoras as vicissitudes porque tem passado este movimento. Bastante elevado, até aos alvares da 1^a grande guerra (40.982 emigrantes em média, entre 1900 e 1913, contra 25.266 entre 1886 e 1899).

A partir de então, a média anual baixou para apenas 22.460 entre 1914 e 1919, aumentando ligeiramente até 1923 e quedando-se em valores bastante diminutos durante as décadas trinta e quarenta - apenas 132.448 saídas legais entre 1930 e 1940 e 90.191 entre 1941 e 1950 (Fig.1)

Embora reduzida, em virtude das dificuldades da navegação durante o segundo conflito armado, a emigração portuguesa foi sobretudo afectada, ainda antes dos anos trinta, pelo agravamento da crise económica e financeira mundial, levando o Brasil a impor restrições à entrada de novos trabalhadores e a suspender definitivamente esse movimento (e o envio das remessas) em 1931.

Só a partir dos meados do nosso século é que a emigração volta a incrementar-se, e particularmente depois dos anos sessenta, até 1973, (mais de cem



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

mil emigrantes anuais em média), data em que as primeiras medidas restritivas, impostas pela R.F.A., impediram a entrada de mão de obra estrangeira.

Atitude idêntica foi seguida pela França em 1974 e aplicada simultaneamente nos restantes países industrializados do ocidente europeu e do continente americano, quando o agravamento dos custos do petróleo na origem, desencadearam um novo período de recessão, agravando o desemprego, que antingiu, em primeiro lugar, a população emigrante.



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

2. OS PERCURSOS EMIGRATÓRIOS DOS PORTUGUESES: ORIGENS E DESTINOS

2.1. As formas da emigração.

Para além da emigração legal, não devemos esquecer o número elevado de clandestinos, que durante os anos áureos da emigração para o Brasil, para a França, ou mesmo na actualidade, têm abandonado o país por esta via.

Com efeito, são bastante antigos os exemplos de saídas clandestinas para o Brasil, a Argentina e a América do Norte, facilitados por "agentes ilícitos" que conduziam os emigrantes aos portos da Galiza, ou do Mediterrâneo e aí embarcavam em "vapores que não tocariam em Leixões nem em Lisboa" (15).

Já no termo da primeira grande guerra era conhecido este movimento para França, para onde se dirigiam, por volta dos anos vinte, 40 a 50 trabalhadores indocumentados, desembarcados diariamente na "estação de Hendaya" (16)

Este mesmo processo intensificou-se durante os anos sessenta, tendo atingido o seu máximo entre 1969 e 1971, com cerca de cem mil emigrantes clandestinos/ano. De tal modo que, atendendo apenas aos valores disponíveis para França, entre 1961 e 1974, este país terá recebido mais de meio milhão de trabalhadores nestas circunstâncias (Fig.2)

Embora em menor percentagem, a emigração clandestina persistiu depois de 1974, estando contabilizada desde essa data, até 1982, a regularização de mais de cem mil trabalhadores, naquele país.

Valor bastante significativo, se comparado com os dados da emigração oficial e que corrobora certas estimativas referentes ao peso da emigração clandestina, sobre o total de saídas. Estimada por alguns autores, como representando cerca de 1/3 daquele movimento (17).

2.2. Os destinos da emigração.

Como referimos, um dos principais destinos da emigração portuguesa tem sido o Brasil, país que há mais de meio século tem vindo a absorver cada vez menos portugueses - cerca de dez mil emigrantes entre 1970 e 1982 ou seja, apenas de 2,3% de movimento legal registado no mesmo período.



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Tal facto, contrasta como que se verificava no começo do nosso Século, dado que entre 1900 e 1914, mais de 2/3 daquelas saídas dirigiam-se para o Brasil o qual, somente em 1907, absorveu mais de 90% dos quase quarenta mil emigrantes portugueses. A partir de 1915 e acompanhando de certo modo a redução deste movimento, as saídas para o Brasil deixam de ser tão relevantes, muito embora continuem a representar mais de 50% do valor total da emigração, correspondendo não só a um certo interesse pelo continente europeu, mas ainda a uma intensificação das partidas para a Argentina, ou mesmo para os E.U.A., registada até começo da década de vinte.

QUADRO I - EMIGRAÇÃO LEGAL

PERÍODO	EMIGRAÇÃO TOTAL	BRASIL	VENEZUELA	EVA	CANADA	R.F.A.	FRANÇA
1900 a	1.074.743	756.796	*	169.655	*	*	*
1929							
1930 a							
1949	200.929	146.390	*	11.372	*	*	*
1950 a							
1959	342.928	237.327	36.236	16.193	14.189	30	14.724
1960 a							
1969	646.962	73.267	37.318	66.674	50.405	47.317	329.050
1970 a							
1982	437.125	9.777	39.843	94.568	62.807	87.600	94.919
1900 a							
1982	2.702.687	1.223.557	113.397	358.462	127.401	134.947	438.693

Como demos conta, o período seguinte, correspondendo a uma quebra do movimento geral, caracteriza-se por um maior interesse pela emigração brasileira, a qual, entre 1939 e 1941, voltou de novo a absorver mais de 95% dos cerca de quarenta mil emigrantes contabilizados nesse período.

Apesar do interesse crescente por outros países - Canadá, E.U.A., África do Sul e França por exemplo - as saídas para o Brasil persistiram elevadas, só decaindo a partir da década de sessenta. Sendo de realçar o ano de 1963, data em que a emigração para França, pôs definitivamente cobro àquela forma da emigração transoceânica. Sendo substituída pela emigração maciça, não só para este país, mais ainda para a Alemanha, a Bélgica, o Luxemburgo e outros países do Ocidente Europeu. Ou ainda do Continente Americano-Venezuela, Canadá e E.U.A.

QUADRO II - DISTRIBUIÇÃO DA EMIGRAÇÃO POR REGIÕES DE ORIGEM E PAÍSES DE DESTINO
(1955-1977)

	A.F.SUL %	CANADÁ %	E.U.A. %	BRASIL %	VENEZ. %	R.F.A. %	FRANÇA %	TOTAL %
CONTINENTE	66,5	38,2	43,0	90,0	42,2	99,9	99,7	79,7
AÇORES	0,2	60,6	56,0	0,8	0,4	-	-	13,3
MADEIRA	33,3	1,2	1,0	9,2	57,4	-	0,3	7,0
TOTAL EMIGRANTES (100%)	22.913	112.901	143.215	172.185	82.638	132.768	429.113	1.157.048



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

2.3. Composição e estrutura

Igualmente oportuno nos parece ainda apresentar outras facetas deste movimento, relativas à sua composição. Onde há desde já a assinalar o predomínio da emigração masculina, que nas últimas décadas têm, no entanto, vindo a decrescer, em virtude do reagrupamento familiar. Bastante acentuado no que respeita a emigração transoceânica e realçando o seu carácter definitivo, em detrimento das saídas mais generalizadas de "isolados", com destino à Europa Ocidental. Contudo, mesmo no movimento intraeuropeu, os dados que compilámos, entre 1955 e 1977, indicam um aumento relativo das saídas de emigrantes do sexo feminino.

Um outro aspecto que nos interessa analisar é a estrutura deste movimento por idades, grau de instrução e ocupação dos emigrantes, o que nos permite realçar o predomínio da população jovem e jovem-adulta - mais de 90% dos emigrantes tinha menos de 44 anos e 26,4% menos de 19 anos (Fig.3); cerca de 15% dessa população era analfabeta e mais de 25% dos emigrantes com mais de dez anos de idade, que se ausentaram legalmente do país durante este lapso de tempo, estavam ocupados no sector primário, contra 22% no sector secundário.

QUADRO IV - COMPOSIÇÃO DA EMIGRAÇÃO
(1955-1974)

	MOV. INTRAEUROPEU	MOV. TRANSCOCEÂNICO	TOTAL
Nº EMIGRANTES	598.616	561.291	1.159.907
% do sexo Masculino	66,1	50,9	58,8
DE 10 e MAIS ANOS *	156.172	100.276	907.776
c/act. económica -	105.032	36.915	500.451
% sector I	28,9	44,5	46,2
% sector II	56,1	33,3	39,4
% sector III	15,0	22,2	14,4
s/act. económica	51.140	63.361	407.325

* São desconhecidos os valores referentes a 1976 e 1977

Valores, que seriam bastante alterados, se fossem conhecidas as características de emigração clandestina, não só para a França, mas para outros países do Ocidente Europeu e dos continentes africano e americano.



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

3. ORIGEM E DESTINO DOS EMIGRANTES

As alterações já assinaladas quanto à evolução e à estrutura do movimento emigratório português, foram igualmente sentidas nas diferentes áreas do território, através de um novo tipo de distribuição espacial. Que acompanhou o aumento progressivo das saídas para a Europa, através da sua difusão a todas as comarcas do continente e contribuindo, deste modo, para agravar os valores globais da emigração tradicional.

Como aliás se pode analisar através das figuras I, II e III, referentes à distribuição deste movimento, no Continente, Açores e Madeira, entre 1955 e 1977. Quanto ao primeiro, é de assinalar a maior intensidade de saídas registadas em todas as comarcas a Norte do rio Tejo, e eventualmente no Algarve, em detrimento das restantes.

Como núcleos de maior emigração, referem-se as comarcas de Lisboa (62.899 emigrantes), seguidas das de Pombal, Leiria e V.N. ~~Covém~~ (19.662, 19.670 e 16.689 emig. cada).

Do mesmo modo, são de assinalar outros núcleos dispersos no litoral, sobretudo os do Norte do país - Guimarães, Sto. Tirso e V.N. de Famalicão (18.757, 14.838 e 10.704 emigrantes). Ou eventualmente os mais próximos da ~~praia~~ - Covilhã e Sabugal (14.953 e 11.424 emigrantes respectivamente) - para ajuizarmos da extensão deste fenómeno às regiões mais próximas da fronteira e do interior do país. Como Viseu (12.141 emigrantes) e Chaves (11.043 emigrantes), porventura dois dos exemplos mais sugestivos.

Já em relação aos Açores, é de assinalar a extensão deste fenómeno a todas as ilhas do arquipélago, em particular à de S. Miguel, onde se registam, aliás, os maiores valores: 48.372 emigrantes na comarca de Ponta Delgada, 22.664 na de Ribeira Grande e 14.223 na de Vila Franca do Campo.

Mais reduzidos, são os dados referentes à comarca de Angra do Heroísmo - 13.768 emigrantes e à da Horta - 11.908 emigrantes, situando-se as restantes, com uma emigração inferior.

Quanto à Madeira, podemos indentificar três núcleos de forte emigração, coincidindo com as comarcas do Funchal - 33.484 emigrantes; Ponta do Sol -



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

27.203 e Sta. Cruz - 14.333 emigrantes. Que se estendem por toda a parte meridional da Ilha, porventura a mais densamente ocupada deste território.

3.1. A EMIGRAÇÃO TRANSOCEÂNICA

Embora as saídas para o Brasil, se tenham vindo a reduzir ainda antes do 2º quartel deste século, não são raros os exemplos, que aqui podemos mencionar, de comarcas onde esse movimento foi relativamente importante: Lisboa - 7354 emigrantes; Porto - 5449 emigrantes; Vila Real - 3155 emigrantes; Chaves - 2852 emigrantes e ou ainda P.Varzim; Trancoso, Mangualde, Arouca, Mação e Anadia, que correspondem a focos dispersos de regiões, onde a emigração transoceânica absorveu, no passado, o maior número de saídas (Fig.IV)

Praticamente desconhecida nos Açores, é nas comarcas do Funchal - 7966 emigrantes e de Sta. Cruz - 4273 emigrantes - que se encontram outros testemunhos de um movimento considerável de saídas para o Brasil (Fig.V), recentemente substituído na Madeira, pela emigração Venezuelana. A qual registou neste Arquipélago os maiores valores : 18779 emigrantes na comarca da Ponta do Sol; 18.061 na do Funchal; 6883 na de Sta Cruz ou ainda 4705 na de S.Vicente. (Fig.VI).

Em quaisquer dos casos, estes montantes superaram os que se registaram em comarcas do continente : V.N. Gaia, Estarreja e Anadia, respectivamente, com 3306, 2866 e 2633 emigrantes (Fig.VIII). Já que, nos Açores, foi praticamente nulo.

O mesmo não poderemos dizer da emigração para o continente norte americano - Canadá e E.U.A. - a qual regista, neste território, as maiores preferências.

Quanto ao Canadá (Fig.VIII) continua a ser a Ilha de S.Miguel a que apresenta os maiores valores, nas comarcas da Ribeira Grande (14.806 emigrantes) e sobretudo na de Ponta Delgada, de onde saíram, durante este período, quase 25.000 emigrantes. Vila Franca do Campo, com 7597 saídas, superou a emigração para este país registada na Comarca de Lisboa, de onde saíram 7.414 emigrantes. Aliás o principal foco da emigração para o Canadá, que encontramos no continente português, onde são ainda visíveis outros grupos de comarcas, com algum interesse pela emigração canadiana (Fig.IX).



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

O mesmo podemos indicar quanto às saídas para os E.U.A., onde além da comarca de Lisboa (9501 emigrantes) referimos outros núcleos com um número considerável de saídas para este país - Estarreja, Chaves e Montalegre, respectivamente com 3651, 3391 e 2505 emigrantes cada (Fig.X).

Já no arquipélago dos Açores, a emigração para os E.U.A., bastante considerável na ilha de S. Miguel (21.479 emigrantes, somente na comarca de Ponta Delgada), estendeu-se às restantes ilhas do grupo central (Terceira, S.Jorge, Pico e Faial), situando-se os maiores valores nas comarcas da Horta (9470 emigrantes) (Fig.XI).

Se considerarmos ainda dentro deste grupo, as saídas para a África do Sul, verificamos que este movimento foi particularmente sentido no arquipélago da Madeira - comarcas de Ponta do Sol (3921 emigrantes) e do Funchal (2059 emigrantes) (Fig.XII). Já que, no continente, ele estendeu-se apenas às comarcas de Lisboa (2389 emigrantes); Porto (1834 emigrantes) e a Vila Nova de Gaia (1305 emigrantes) (Fig.XIII).

3.2. A EMIGRAÇÃO PARA A EUROPA.

Contrariamente ao que se registou na emigração transoceânica, as saídas para a Europa tiveram como origem principal o continente. Verificando-se uma certa preferência por estas saídas, das populações residentes no território a Sul do Rio Tejo, contrariamente ao que se havia notado quanto aos outros países.

Assim, no que concerne à emigração para a Alemanha (R.F.) (Fig.XIV), além da comarca de Lisboa, onde se registaram o maior número de saídas (16.741), notamos como principais núcleos da emigração para este país, as comarcas de Sto. Tirso (6.096 emigrantes) e de Viseu (5221 emigrantes). Que em quaisquer dos exemplos, parecem constituir centros difusores desta emigração às comarcas limítrofes, onde se destacam Braga (3066 emigrantes) e Porto (3422 emigrantes) no primeiro caso e Mangualde, no segundo (2787 emigrantes).

Do mesmo modo, é de assinalar a extensão deste fenómeno a todas comarcas a sul do rio Mondego, em particular a Leiria, com 2986 emigrantes e às comarcas do Baixo Alentejo.

Já a emigração para a França (Fig.XV), além de se estender a esta região



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

sul do país, foi particularmente significativa em todas as comarcas do litoral, entre os Rios Minho e Tejo, contornando a região fronteira até alcançar, pelo lado Nascente, este rio, nas comarcas de Idanha a Nova e Castelo Branco.

Destacando-se como principais polos deste movimento no litoral, as comarcas de: Lisboa (16.152 emigrantes), Leiria, Vila Nova de Ourém e Pombal (13.332, 14.145 e 15.487 emigrantes cada), Porto (10.797 emigrantes) e Viana do Castelo (11.811 emigrantes). E, no interior, as comarcas de Covilhã - 11.850 emigrantes - e a do Sabugal - 10.458 emigrantes.

Como já assinalámos, para além dos valores da emigração oficial devemos contar com um número significativo de clandestinos, oriundos não só destas comarcas, mas da maior parte das restantes, situadas no continente, onde se registaram saídas para este país. Como eventualmente para outros países, não sendo no entanto consideradas nesta nota, porque a elas não se referem as estatísticas oficiais, que registam a emigração portuguesa.



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

NOTAS

1. SERRÃO, J.; 1971; p.55
2. Cf. GARCIA DE RESENDE - "Cancioneiro geral"
in: SERRÃO; 1976; p.45
3. SERRÃO, J.; 1971: p.57
4. idem; idem; p.60
5. MANUEL SEVERINO DE FARIA - "Remédios para a falta de gente" in: Antologia
dos Economistas Portugueses (Sec.XVII)
cit. por: SERRÃO, J.; 1976; p.74
6. idem; idem
7. SERRÃO, J.; 1971; p.62
8. GODINHO, V.M.; 1978; p.9
9. SERRÃO, J.; ob.cit; p.64
10. idem; ibidem; p.63
11. GODINHO, V.M.; ob.cit; p.9
12. SERRÃO, J.; ob.cit; p.64
13. MARTINS, O.; 1956; p.234
14. idem; idem
15. EVANGELISTA, J.; 1971; p.122
16. idem; ibidem.
17. idem; ibidem; p.123



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1983 - A emigração portuguesa, suas origens e distribuição.
Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
(Biblioteca Breve, nº 79)

1984 - Os Ílhavos e os Murtoseiros na emigração Portuguesa.
Aveiro; ADERAV

1984 - Atlas da Emigração Portuguesa
Lisboa; Edit. Estampa (no prelo)

EVANGELISTA, João

1971 - Um século da população portuguesa.
Lisboa: Instituto Nacional de Estatística (Centro de
Estudos Demográficos)

GODINHO, Vitorino Magalhães

1978 - L'emigration Portugaise (XV^e.- XX^e. siècles):
Une constante structurale et les réponses aux
changements du monde
in: Revista de História Económica e Social: 1;pp.5-32

MARTINS, Oliveira

1956 - Fomento Rural e emigração.
Lisboa; Guimarães e Ca. Editores

SERRÃO, Joel

1971 - Emigração Portuguesa
Lisboa; Livros Horizonte (nº 12)
1976 - Testemunhos sobre a emigração portuguesa
Lisboa; Livros Horizonte (Nº 33)



Universidade de Aveiro

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

ESTATÍSTICAS

Boletim Anual:

- Lisboa; Junta Nacional da Emigração (de 1953 a 1969)
- Lisboa; Secretariado Nacional da Emigração (de 1970 a 1972)
- Lisboa; Secretaria de Estado da Emigração (de 1973 a 1975)
- Lisboa; Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (1976 e 1977)

A N E X O S

EMIGRAÇÃO POR COMARCAS - 1955 / 1977 -

COMARCA	EMIGRAÇÃO TOTAL	A. Sub	Can.	U. N. A	De.	Yen.	Alen.	Fr.
Abrantes	1 879	-	-	-	-	-	-	-
Agneda	7 935	-	-	-	23,7	15,4	-	33,3
Alb. a Velha	5 928	-	-	-	23,2	-	-	35,6
Allufeira	2 372	-	-	-	-	-	-	49,2
Alc. do Sal	370	-	-	-	-	-	-	-
Alcanena	3 705	-	-	-	-	-	-	-
Alcobaga	7 319	-	-	26,9	-	-	18,2	36,5
Alenquer	1 228	-	-	-	-	-	-	-
Alf. da Fé	1 397	-	-	-	-	-	-	-
Alijó	2 141	-	-	-	-	-	-	-
Almada	5 736	-	-	-	-	-	26,4	24,0
Almeida	3 473	-	-	-	-	-	-	74,4
Almodovar	2 192	-	-	-	-	-	-	56,3
Alvaiázere	2 099	-	-	-	-	-	-	73,3
Amarante	6 639	-	-	-	15,8	-	-	70,7
Amares	4 895	-	-	-	-	-	-	64,5
Anadia	11 689	-	-	13,4	21,9	22,5	-	28,1
Ansião	3 116	-	-	-	-	-	-	46,5
Arcos de Vald.	9 632	-	14,6	16,5	-	-	-	54,5
Arganil	1 031	-	-	-	-	-	-	-
Aruamar	2 313	-	-	-	62,3	-	-	-
Arouca	3 743	-	-	-	70,7	-	-	-
Arraiolos	426	-	-	-	-	-	-	-
Aveiro	11 771	-	11,2	20,7	-	12,4	13,1	30,0
Avis	173	-	-	-	-	-	-	-
Baião	2 590	-	-	-	67,5	-	-	-
Barcelos	10 195	-	-	-	19,9	-	12,0	49,6
Barreiro	3 453	-	-	-	-	-	32,8	-
Beja	4 230	-	-	-	-	-	33,9	41,1
Benavente	1 424	-	-	-	-	-	-	-
Boticas	3 099	-	-	-	-	-	-	-
Bragã	12 654	-	-	-	-	-	24,2	61,2
Bragança	6 541	-	-	-	35,5	-	15,8	45,0
Cast. de Rasto	1 842	-	-	-	-	-	-	82,8
Cast. de V. Rain.	2 985	-	21,1	21,6	-	-	15,0	30,3

COMARCA	IMIGRAÇÃO TOTAL	A. SuJ	Can.	E. U. A	Br.	Ven.	Alem.	Fr.
Caminha	1 966	-	-	-	-	-	-	65,5
Cantanhede	8 068	-	-	-	19,4	19,4	-	45,8
Car. Ansiães	2 676	-	-	-	41,4	-	-	-
Cartaxo	1 420	-	-	-	-	-	-	-
Cascais	5 171	-	-	-	-	-	-	27,3
Cast. Branco	8 715	-	-	-	-	-	-	64,1
Cast. Paiva	1 029	-	-	-	-	-	-	-
Cast. Vide	113	-	-	-	-	-	-	-
Cel. Basto	2 632	-	-	-	-	-	-	70,6
Castro d'Aire	3 238	-	-	-	62,3	-	-	-
Cel. Feira	3 393	-	-	34,9	30,2	-	-	-
Chaves	11 043	-	-	30,7	25,8	-	-	31,7
Cinfães	2 289	-	-	-	86,4	-	-	-
Coimbra	4 272	-	-	-	-	-	-	40,1
Cond. Nova	1 188	-	-	-	-	-	-	-
Coruche	748	-	-	-	-	-	-	-
Covilhã	14 953	-	7,3	-	-	-	-	79,3
Cuba	626	-	-	-	-	-	-	-
Elvas	882	-	-	-	-	-	-	-
Espinho	3 015	-	-	-	-	-	-	40,8
Esposende	5 117	-	-	-	26,9	-	-	51,9
Estarreja	11 027	-	-	33,1	9,6	26,0	-	13,3
Estremoz	195	-	-	-	-	-	-	-
Evora	1 540	-	-	-	-	-	-	-
Fafe	10 074	-	-	-	19,9	-	-	75,9
Faro	8 298	-	-	-	-	-	15,4	48,6
Felgueiras	3 876	-	-	-	-	-	-	80,2
For. Alentejo	2 219	-	-	-	-	-	-	-
For. Vêzere	1 420	-	-	-	-	-	-	76,5
Fig. Cast. Rod.	2 153	-	-	-	-	-	-	50,4
Fig. Foz	5 737	-	-	-	-	-	-	37,9
Fig. dos Vinhos	2 255	-	-	-	-	-	-	52,9
For. Algodres	1 844	-	-	-	-	-	-	-
Fronteira	201	-	-	-	-	-	-	-
Fundão	10 016	-	-	-	-	-	-	22,4
Golegã	895	-	-	-	-	-	-	-

COMARCAS	POPULACAO TOTAL	A. Sal	Can.	N. U. A.	Br.	Ven.	Alom.	Fr.
Colomira	1 895	-	-	-	-	-	58,4	-
Oleiros	1 310	-	-	-	-	-	-	82,4
Olhão	3 471	-	-	-	-	-	-	37,9
Ol. Azeméis	4 878	-	-	-	-	32,1	-	29,3
Ol. Brados	880	-	-	-	-	-	-	-
Ol. Hospital	2 169	-	-	-	50,6	-	-	-
Ourique	3 821	-	-	-	-	-	34,7	32,1
Ovar	4 279	-	-	-	32,7	-	-	33,3
P. Ferreira	2 957	-	-	-	-	-	-	76,1
Pamp. Serra	1 033	-	-	-	-	-	-	-
Parcedes	2 024	-	-	-	-	-	-	53,5
Par. Moura	2 914	-	-	-	-	-	-	62,4
Penacova	3 757	-	-	-	39,5	-	-	48,2
Penafiel	2 145	-	-	-	-	-	-	-
Panamacor	2 512	-	-	-	-	-	-	89,9
Penela	855	-	-	-	-	-	-	-
Peniche	4 136	-	24,4	-	-	-	27,3	37,5
P. Régua	2 502	-	-	-	40,7	-	-	-
Pinhel	3 692	-	-	-	43,3	-	-	47,7
Pombal	19 662	-	-	-	7,2	-	8,5	78,8
Ponte da Barca	3 840	-	-	-	-	-	-	55,5
Ponte de Lima	6 702	-	-	-	34,6	-	-	53,4
Ponte Sor	756	-	-	-	-	-	-	-
Portalegre	439	-	-	-	-	-	-	-
Portel	417	-	-	-	-	-	-	-
Portimão	1 568	-	-	-	-	-	-	-
Porto	26 135	7,0	-	-	20,8	8,5	13,1	41,3
P. Vós	9 934	-	-	18,0	-	-	12,2	47,2
Pov. Lanhoso	4 993	-	-	-	-	-	-	78,8
Pov. Varzim	7 529	-	-	-	37,9	-	-	43,8
Redondo	141	-	-	-	-	-	-	-
Reg. Monsaraz	765	-	-	-	-	-	-	-
Resende	1 488	-	-	-	68,3	-	-	-
Rio Maior	1 994	-	-	-	-	-	-	-
Sabrosa	1 399	-	-	-	-	-	-	-
Sabugal	11 424	-	-	-	-	-	-	91,5
Sta. Comba Dão	7 509	-	-	-	23,3	-	17,1	32,2
Santarém	4 678	-	-	-	-	-	-	61,9
Sant. Gacém	922	-	-	-	-	-	-	-
Santo Tirso	14 838	-	-	-	-	-	41,1	49,2

COMARCAS	POPULAÇÃO TOTAL	A. Sul	Can.	E. U. A.	Br.	Ven.	Alom.	Pr.
S. J. Madeira	751	-	-	-	-	-	-	-
S. J. Poço da Moura	3 375	-	-	-	29,8	-	-	63,3
S. P. Sul	2 712	-	-	-	47,0	-	-	-
Sátão	5 735	-	-	-	38,3	-	-	40,0
Seia	4 329	-	-	-	26,3	-	-	-
Seixal	2 088	-	-	-	-	-	-	-
Serpa	1 963	-	-	-	-	-	-	-
Sortã	4 113	-	-	-	43,3	-	-	28,3
Sesimbra	202	-	-	-	-	-	-	-
Setúbal	3 677	-	-	-	-	-	33,6	-
Silves	2 633	-	-	-	-	-	-	43,8
Sintra	5 730	-	-	-	-	-	19,1	35,4
Soure	3 084	-	-	-	-	-	-	51,9
Tábua	909	-	-	-	-	-	-	-
Talvaço	1 178	-	-	-	-	-	-	-
Tavira	2 134	-	-	-	-	-	-	59,2
Tomar	3 207	-	-	-	-	-	-	62,1
Tondela	4 300	-	-	-	22,5	-	29,6	32,6
T. Novas	3 453	-	-	-	-	-	-	67,0
T. Vedras	4 272	-	-	-	-	-	30,2	32,8
Trancoso	7 514	-	-	-	36,3	-	-	52,5
Vagos	13 326	-	10,3	8,8	17,7	29,9	-	26,3
V. Cambra	3 152	-	-	-	-	-	-	46,4
Valença	3 857	-	-	-	-	-	-	40,0
Valpaços	4 748	-	-	-	32,9	-	-	40,6
V. Castelo	14 808	-	-	-	-	-	-	79,8
Vieira do Minho	4 431	-	-	-	28,5	-	-	52,9
V. Conde	6 454	-	-	-	20,4	-	18,2	48,9
V. Feira	11 418	-	-	-	20,5	26,7	9,4	32,7
V. Flor	2 656	-	-	-	38,8	-	-	51,3
V. F. Mira	4 041	-	-	-	-	-	-	33,3
V. N. Cerveira	2 077	-	-	-	-	-	-	57,4
V. N. Famalicão	10 704	-	-	-	-	-	27,2	54,2
V. N. Foz Coa	3 606	-	-	-	-	-	-	70,0
V. N. Gaia	13 132	9,9	-	-	12,6	25,2	10,0	34,4
V. N. Ourense	16 689	-	-	-	-	-	-	24,8
V. P. Aguiar	6 903	-	-	14,6	19,2	-	23,8	26,7
Vila Real	3 418	-	-	-	37,5	-	14,1	38,8
V. B. Sto. Ant.	2 477	-	-	-	-	-	49,5	-

COMARCAS	EMIGRANTE TOTAL	A. Sul	Can.	N. N. A.	Br.	Vou.	Alem	Fr.
V. Verde	10 403	-	-	-	20,6	-	-	61,0
V. Vigosa	236	-	-	-	-	-	-	-
Vidioso	3 718	-	-	-	50,3	-	-	39,3
Vinhais	3 495	-	-	-	53,8	-	-	-
Viscu	12 141	-	-	-	17,2	-	43,0	39,7
Vouzela	1 372	-	-	-	-	-	-	-
<u>A C O R D E S</u>								
Angra do Her.	13 768	-	31,1	66,0	-	-	-	-
Horta	11 908	-	19,9	79,5	-	-	-	-
I. das Flores	2 408	-	-	68,7	-	-	-	-
I. Graciosa	3 867	-	31,2	68,6	-	-	-	-
I. Pico	7 106	-	47,4	73,4	-	-	-	-
I. S. Maria	6 968	-	42,8	54,8	-	-	-	-
I. S. Jorge	6 608	-	18,4	78,1	-	-	-	-
Nordeste	5 397	-	46,9	48,9	-	-	-	-
P. Delgada	48 372	-	51,4	44,4	-	-	-	-
Povoação	9 874	-	45,6	49,2	-	-	-	-
Rib. Grande	22 664	-	65,3	31,9	-	-	-	-
V. Franca Campo	14 223	-	53,4	39,8	-	-	-	-
V. F. Vitória	7 462	-	31,3	67,1	-	-	-	-
<u>M A D E I R A</u>								
Funchal	33 484	6,1	-	-	23,8	53,9	-	-
Ponta do Sol	27 203	14,4	-	-	8,7	69,0	-	-
Sta Cruz	14 333	7,3	-	-	29,8	48,0	-	-
S. Vicente	8 736	-	-	-	25,6	53,9	-	-
Obs: Só foram calculadas as percentagens correspondentes ao mon- tante igual ou superior a 1000 emigrantes.								



nederlands
centrum
buitenlanders

oudenoord 182, 3513 EV UTRECHT
correspondentie: postbus 638, 3500 AP UTRECHT
telefoon (030) 33 45 31
telefax (030) 31 88 83 / telex 70156 ncb nl

Aux rapporteurs sur l'intégration
sociale des ressortissants des
états tiers demeurant dans les
Etats-Membres de la Communauté
Européenne

onze referentie
JR89-526

uw referentie

datum
le 2 novembre 1989

onderwerp

Chère Madame, Cher Monsieur,

Par la présente lettre nous vous remercions vivement de
votre contribution à l'étude référenciée ci-dessus. Nous
espérons, le cas échéant, pouvoir continuer notre
coopération en matière de migration et de migrants.

La publication de l'ensemble des rapports nationaux et du
rapport de synthèse n'ayant pas encore été accordée, nous
vous envoyons sous ce pli une copie du document de la
Commission SEC (89)924 final, version anglaise. Ce document
a été envoyé par les services de la Commission aux
gouvernements des Etats-membres et devrait servir comme
document de base lors des débats sur l'intégration sociale
des migrants non communautaires résidant de façon légale et
permanente dans la Communauté Européenne. Ce sujet figurera
probablement à l'ordre du jour de la Réunion du Conseil, qui
se tiendra à Strasbourg les 2 et 3 décembre 1989.

En ce qui concerne le paiement de vos frais et honoraires,
veuillez vous adresser pour tout renseignement à l'adresse
suivante:

Commisson de la Communauté Européenne (D-G V)
Archimède AFCH 411
A l'att. de M. Elshout
200, rue de la Loi
1049 BRUXELLES
Belgique.
Tél.: +32.2.2351538
Télécopie:+32.2.2356507.

Stichting Nederlands Centrum Buitenlanders / Dutch Centre for Immigrants / Centre Néerlandais pour Immigrés

crediet- en effectenbank nv utrecht, rekeningnummer: 69.97.14.222
postbank rekeningnummer: 3144529

INTÉGRATION SOCIALE DES RESSORTISSANTS
NON - COMMUNAUTAIRES DANS LA C.E.E.

RAPPORT SOCIAL
P O R T U G A L

Jorge Carvalho Arroteia
= 1989 =

INTRODUCTION

En opposition à tout ce qu'on a enregistré dans les trois dernières décades, pendant lesquels on peut signaler une émigration considérable de la population portugaise, Portugal a enregistré, pendant les dernières années, un mouvement très significatif d'entrées d'étrangers.

Ce mouvement a eu son origine au début de la décade de soixante avec l'augmentation du phénomène touristique et la fixation de beaucoup d'étrangers au Portugal. A partir de 1974 ce mouvement a augmenté avec le retour des citoyens africains et autres qui résidaient dans les anciennes colonies portugaises devenues indépendantes après la révolution d'Avril et aussi avec le retour de beaucoup d'émigrants portugais des pays de l'Europe et de l'Amérique, en conséquence des aides au retour et de l'application d'une politique restrictive d'accueil aux nouveaux émigrants.

L'altération de la conjuncture économique, favorable pendant la décennie antérieure a attiré aussi beaucoup d'étrangers qui ont trouvé au Portugal des possibilités d'investissements dans le tourisme, le commerce, l'agriculture et les services, soit dans la région sud du pays, soit dans la région de Lisbonne et d'autres centres urbaines plus importants.

On peut encore signaler, pendant les dernières années un grand intérêt, de la part des individus d'autres nationalités, dans la concession d'un titre de séjour pour demeurer au Portugal où dans l'obtention de la nationalité portugaise en conséquence de l'intégration du Portugal à la CEE, et des facilités de circulation en Europe après 1992.

Malgré du tout, c'est pas facile étudier ce phénomène soit à cause de ses caractéristiques récentes soit à cause des insuffisances du système statistique portugais qui n'est pas ajusté pour étudier tout les aspects de ce phénomène récent. C'est pour ça que, malgré notre effort, ils nous manquent beaucoup d'éléments statistiques sur l'immigration des étrangers au Portugal. Mais nous attendons, dans le futur, soit la modernisation du système statistique portugais, soit le développement des études sur cette réalité qui touche, d'une façon considérable, pas seulement certaines régions urbaines et du sud du pays mais, aussi, toute la société portugaise.

DEMOGRAPHIE

Nous avons déjà signalé l'importance de l'immigration étrangère au Portugal à partir des années soixante et son évolution, positif, pendant les années suivantes. Malgré la différence des chiffres (et des sources d'information) on peut signaler, après 1974, un mouvement considérable d'immigration originaire des anciennes colonies d'Afrique : Angola, Mozambique, Cap Vert, Guinée Bissau, etc. Ces habitants représentait en 1981 (XII Recensement de la Population) presque 3/4 de la population étrangère résidant au Portugal (380 527 personnes, dans le total) et les autres nationalités, 29% de ce total.

Aujourd'hui il y a déjà beaucoup d'autres individus qui proviennent du Brésil, de Venezuela et des différents pays de l'Asie qui séjournent au Portugal. En 1988 les chiffres concernant ce mouvement, diffusés par le Service d'Étrangers, sont moins remarquables - seulement 94 453 personnes - mais nous savons qu'ils ne sont pas les véritables, en raison:

- d'une subdéclaration des étrangers auprès les organismes responsables (il y a quelques dizaines de milliers d'habitants des anciennes colonies qui résident d'une façon clandestine, au Portugal);
- du phénomène de retour de émigrants portugais, et de quelques membres de leurs familles qui possèdent une autre nationalité.

Nous attendons que le prochain Recensement de la Population apporte des éléments plus raisonnables en nous permettant comprendre cette anomalie statistique qui nous venons de signaler.

DURÉE DU SÉJOUR

Malheureusement les statistiques officielles portugaises n'ajoutent plus sur la durée du séjour. Il y a, quand même, des petites monographies sur les communautés étrangères résidant au Portugal qui signalent:

- la durée du séjour est dépendante du projet de retour et du montant des épargnes acquises au Portugal (dans les travaux pénibles du bâtiment et autres);
- la durée du séjour est dépendante de la permission des autorités portugaises et de l'obtention des 'visas' soit pour rester au Portugal, soit pour partir vers un troisième pays;
- les séjours permanents d'étrangers qui veulent rester définitivement au Portugal, surtout par des raisons politiques. Dans ce cas, les étrangers doivent remplir un dossier de demande de la résidence qui devra donner des renseignements concernant les moyens de subsistance et ses liens familiales avec d'autres

citoyens demeurant déjà au Portugal. De toute façon on peut trouver un grand nombre d' étrangers qui restent au Portugal après le premier séjour legalisé par les autorités portugaises.

REGROUPEMENT FAMILIAL

Malgré le manque des statistiques sur ce sujet, on peut signaler:

- les étrangers originaires des anciennes colonies d'Afrique représentent les pourcentages plus significatives d'habitants. Dans ce cas et par des raisons économiques et de civilisation, le regroupement familial c'est pas considerable;
- le groupe des résidents originaires des E.U.A., Venezuela et Brésil, dans lesquelles ont peut signaler l'équilibre des sexes correspondant à une plus significative fixation des familles au Portugal.

On attend dans le futur, surtout dans le premier cas, la croissance du phénomène de regroupement familial, après la résolution des problèmes de logement qui empêchent, pour l'instant, la fixation des familles au Portugal.

LOGEMENT ET CONCENTRATION DES POPULATIONS IMMIGRÉES

Comme nous pouvons regarder, dans les annexes, la plupart d'étrangers habitent dans la région de Lisbonne et dans le sud du pays-Algarve. Dans le premier exemple on peut signaler deux groupes de personnes:

- le premier groupe est représenté par des habitants avec un statut économique moyen et supérieur qui habitent, sans problèmes, dans les centres urbaines;
- le deuxième groupe correspond à travailleurs immigrés, avec un statut économique très bas, qui habitent dans les bidonvilles de Lisbonne .

Dans le sud du pays, une partie significatif d'étrangers ont leurs maisons dans les centres touristiques de cette région ou habitent dans les fermes ou dans les villages de la région.

EMPLOI, CHÔMAGE; CONDITIONS DE TRAVAIL

... Les derniers chiffres concernant la situation devant l'emploi (1987)

montrent aussi une différence entre les trois groupes des étrangers résidents au Portugal:

- les ressortissants des anciennes colonies d'Afrique;
- les ressortissants des pays d'immigration: France, R.F.A., Brésil et Venezuela;
- les autres: Grande Bretagne et E.U.A.

Dans le premier cas on peut signaler un taux considerable de population active et aussi un nombre significatif de résidents considérés par les statistiques comme population inactive, surtout des femmes et aussi des enfants et des étudiants.

Dans le deuxième cas il y a aussi un nombre très significatif de femmes et d'étudiants, mais le pourcentage des retraités est déjà remarquable.

Dans le troisième exemple - G.Bretagne et E.U.A.- est remarquable le nombre des retraités et des autres personnes qui cherchent le climat favorable de Portugal pour y demeurer.

Les relations concernant la distribution de la population active par secteurs d'activité et nationalité, est signalé dans les annexes.

PARTICIPATION À LA VIE SOCIALE ET CULTURELLE

En ce qui concerne la participation des étrangers à la vie sociale et culturelle, on peut signaler, aussi, deux groupes de personnes:

- les ressortissants des colonies (main-d'œuvre indifférenciée) qui résident dans les bidonvilles, sont ceux qui ont plus des difficultés d'intégration et participation sociale et culturelle. Dans ce cas, la marginalisation, surtout des jeunes et des femmes est considerable et pour ça sont fréquents les problèmes de drogue et prostitution;
- les ressortissants des autres pays qui ont un statut économique plus élevé et pour ça ne présentent des difficultés d'intégration sociale et culturelle.

Étant donné la présence, très significative, des réfugiés au Portugal, on peut remarquer les difficultés d'intégration de ces populations qui restent improductifs, parce qu'ils n'acceptent tous les travaux.

En ce qui concerne les ressortissants des colonies, il y a beaucoup d'associations créées par ces individus qui regroupent les citoyens du même pays.

EDUCATION GÉNÉRAL ET FORMATION PROFESSIONNELLE

Les éléments statistiques concernant la situation scolaire des ressortissants des pays tiers au Portugal ne permettent plus une caractérisation bien précise de cette population. En effet et au dehors des chiffres présentés dans les annexes, nous ne disposons pas de références soit sur leur répartition par niveau d'enseignement, soit sur les résultats scolaires, surtout au niveau de l'enseignement basique, universel et gratuit.

CONCLUSION

Les éléments statistiques concernant la situation des ressortissants des pays tiers résidents au Portugal sont très précaires, soit par insuffisance des sources, soit même par contradiction entre les chiffres disponibles. De toute façon on peut signaler l'existence de deux groupes d'étrangers: les ressortissants des anciennes colonies d'Afrique qui représentent, dans sa majorité, la main-d'oeuvre moins qualifiée résidant au Portugal et les autres. Dans ce cas, il y a des communautés d'étrangers qui ont un statut économique et sociale supérieur et beaucoup d'autres étrangers plus défavorisés, qui habitent au Portugal soit par des raisons politiques soit par des autres raisons. Dans ce cas nous pensons que les chiffres mentionnés par les sources officielles sont la petite pointe, d'un grand 'iceberg' constitué par un nombre considérable de 'clandestins' qui échappent aux mailles du contrôle des autorités et de l'appareil statistique de l'État.

I POPULATION SELON LA NATIONALITE - 1982

	Total	M	F
Nationaux	9 910 044	4 769 961	5 140 083
Autres C.E.E.	16 335	8 303	8 032
Cap Vert	20 957	14 113	6 844
Brésil	5 016	2 863	2 153
E.U.A.	3 821	2 035	1 786
Venez.	3 041	1 676	1 465
Angola	1 929	702	1 227
Autres Non C.E.E.	7 457	4 247	3 210
Totaux Non C.E.E.	42 221	25 636	16 585
Population Total	9 958 600	4 803 900	5 154 700

in: M.A.I.

I — POPULATION SELON LA NATIONALITE — 1987

	Total	M	F
Nationaux	10 180 447	4 909 302	5 271 145
Autres C.E.E.	23 897	12 379	11 518
Cap Vert	26 565	17 025	9 540
Brésil .	7 830	4 444	3 386
E.U.A.	6 184	3 251	2 933
Venez.	4 738	2 678	2 060
Angola	4 187	1 682	2 505
Autres non C.E.E.	16 152	9 339	6 813
Totaux non C.E.E.	65 656	38 419	27 237
Population Total	10 270 000	4 960 100	5 309 900

in: M.A.I.

En Milliers	1982			1987		
	M	F	T	M	F	T
Nationaux	4 769 961	5 140 083	9 910 044	4 909 302	5 271 145	10 180 447
Autres C.E.E.	8 303	8 032	16 335	12 379	11 518	23 897
Autres Europe	649	578	1 227	961	819	1 780
- Suisse - - -	192	167	359	248	202	450
Suède	179	146	325	265	226	491
Autriche	74	65	139	107	94	201
Norvège	72	59	131	123	84	207
Afrique	16 504	9 331	25 835	23 395	15 384	38 779
Cap Vert	14 113	6 844	20 957	17 025	9 540	26 565
Angola	702	1 227	1 929	1 682	2 505	4 187
Guiné(Bissau)	658	349	1 007	1 884	804	2 688
S. Tomé	445	413	858	814	811	1 625
Mozambique	386	311	697	1 375	1 225	2 600
Asie	839	519	1 358	1 948	1 212	3 160
Paquistan	233	147	380	387	270	657
Chine	245	108	353	660	287	947
Inde	98	89	187	306	227	433
Iran	104	81	185	274	158	432
Japan	106	40	146	169	100	269
Amerique	7 530	6 071	13 601	11 962	9 680	21 642
Brésil	2 863	2 153	5 016	4 444	3 386	7 830
E.U.A.	2 035	1 786	3 821	3 251	2 933	6 184
Venez.	1 676	1 365	3 041	2 678	2 050	4 728
Canadá	788	619	1 407	1 260	1 005	2 266
Argent.	91	62	153	141	88	229
Australie/Océanie	114	86	200	153	142	295
Totaux non C.E.E.	25 636	16 585	42 221	38 419	27 237	65 656
Popul.Total	4 803 900	5 164 700	9 968 600	4 960 100	5 309 900	10 270 000

in: M.A.I.

IB LA CRISSANCE DE LA POPULATION EN 1987 PAR RAPPORT À L'ANNÉE 1982
(Indices)

Indices 1987 1982 = 100	M	F	T
Nationaux	102.9	102.5	102.7
Autres C.E.E.	149.1	143.4	146.3
Cap Vert.	120.6	139.4	126.8
Brésil	155.2	157.3	156.1
E.U.A.	159.8	164.2	161.8
Venez.	159.8	150.9	155.8
Angolá	239.6	204.2	217.1
Autres non C.E.E.	219.9	212.2	216.6
Totaux non C.E.E.	149.9	164.2	155.5
Population Tctal	103.3	102.8	103.0

IC EFFECTIFS PAR CLASSE D'ÂGE - 1982

	14-25		26-45		46-60		> 60		Totaux	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Nationaux	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Autres C.E.E.	1 002	937	3 239	2 720	2 063	2 009	2 049	2 316	8 353	7 982
Cap Vert	5 912	3 023	6 483	2 963	1 519	611	199	247	14 113	6 844
Brésil	1 896	1 409	784	471	134	113	99	110	2 013	2 103
E.U.A.	350	345	410	501	402	446	873	494	2 035	1 786
Venez.	1 344	1 250	165	87	118	19	49	9	1 676	1 365
Angola	413	624	217	443	47	95	25	65	702	1 227
Autres non C.E.E.	1 540	1 112	1 756	1 263	657	500	353	394	4 306	3 269
Totaux non C.E.E.	11 455	7 763	9 815	5 728	2 877	1 784	1 598	1 319	25 745	16 594
Pop. Total	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

+ non disponible

in: M.A.I.

IC EFFECTIFS PAR CLASSE D'AGE - 1987

	0-14		15-45		46-60		60		Totaux	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Nationaux	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Autres C.E.E.	52	60	6 946	6 162	2 905	2 694	2 505	2 608	12 408	11 524
Cap Vert	27	19	15 039	8 383	1 650	734	309	404	17 025	9 540
Brésil	171	147	3 908	2 931	220	194	145	114	4 444	3 386
E.U.A.	191	205	1 491	1 571	544	577	1 025	580	3 251	2 933
Venez.	182	201	2 184	1 799	235	42	77	18	2 678	2 060
Angola	37	39	1 437	2 055	138	242	70	169	1 682	2 505
Autres non C.E.E.	175	185	7 624	5 230	1 147	917	489	565	9 445	6 897
Totaux non C.E.E.	783	796	31 693	21 969	3 934	2 706	2 115	1 850	38 525	27 321
Population Total	+	+	+	+	+	+	+	+	+	+

+ non disponible

in:M.A.I.

ID - DEMOGRAPHIE PORTUGAISE:INDICATEURS (1987)

milliers

Pop. Resid.	Acroissem . de la pop.	Acroissem. naturel	Solde migratoire
9 707,0	37,4	24,8	12,6

in: I,N.E.;1987

(Estatísticas Demográficas)

ID - 1' ACQUISITION DE NATIONALITE

	Modalité	
	par naturalisation (1)	autre (2)
1982	75	1 471
1987	32	1 724

1- Incomplet

2- Résidents d'Angola, Mozambique, Guiné, S. Tomé et Cap Vert (ex-colonies)

in: M.A.I.

IF - LA NATURE DU TITRE DE SÉJOUR EN POSSESSION DE L'ÉTRANGER

	Titre temporaire (Visas:affaires et Tourisme)	Titre permanent (Visas:résidence)
1986	16 022	19 787
1987	2 674	3 194

in:M.A.I.

I H - MARIAGES MIXTES PAR SEXE - 1987

(Chiffres absolus)

	M	F	Totaux
Nationaux (1)	71 043	70 573	71 656
C.E.E. (2)	144	80	-
Cap Vert	32	30	-
Brésil	77	85	-
E.U.A.	33	30	-
Venez.	55	61	-
Angola	14	38	-
Autres non C.E.E.	-	-	-
Totaux non C.E.E.	-	-	-

1 - Les portugais entre eux

2 - R.F.A.

 Belgique

 France

 Pays Bas

 Luxembourg

 G.Bretagne

in: I.N.E.;1987

(Estatísticas Demográficas)

I POPULATION SELON LA NATIONALITE - 1981

	Total	M	F
Popul. Total	9 833 014	4 737 715	5 095 299
Portugais	8 956 233	4 320 098	4 636 135
Étrangers	380 527	181 826	198 701
Angola	154 324	73 189	81 135
Mozambique	76 357	37 172	39 185
Autres Ex-Colonies	38 519	20 104	18 415
Autres Pays	111 327	51 361	59 966

In: Recensement de la Population
(1981)

I . EVOLUTION DES ÉTRANGERS

	n°
1978	36 156
1979	43 265
1980	49 319
1981	53 569
1982	57 659
1983	65 911
1984	72 646
1985	79 594
1986	86 982
1987	89 778
1988	94 453

in: M.A.I.

I ETRANGERS RESIDANT AU PORTUGAL

(31.12.87)

Pays d'origine	Total
Afrique du Sud	566
Allemagne - D.R.A.	2
Allemagne - R.F.A.	3 862
Angola	4 187
Arabie	11
Argélie	18
Argentine	229
Australie	295
Autriche	201
Barhain	1
Bangladesh	2
Belgique	842
Bénin	2
Birmanie	3
Bolivie	10
Brésil	7 830
Bulgarie	15
Cap Vert	25 565
Cameroun	1
Canada	2 266
Chili	61
Chine	947
Colombie	58
Congo	1
Corée - Nord	18
Corée - Sud	48
Côte d'Ivoire	10
Cuba	47
Danemark	318
Égypte	11

Équateur	5
Espagne	6 985
États-Unis	6 184
Éthiopie	3
Filippines	44
Finlande	120
France	2 673
G.Bretagne	6 577
Grèce	49
Guatémala	3
Guyane	3
Guinée (Bissau)	2 688
Haiti	2
Honduras	3
Hongrie	25
Inde	433
Iran	432
Irak	84
Irlande	184
Islande	10
Israël	41
Italie	974
Japon	269
Jordanie	8
Koweït	3
Lesotho	3
Liban	81
Libye	17
Luxembourg	25
Madagascar	3
Malawi	8
Mali	12
Malte	4
Maroc	37
Mauritanie	22
Mexique	61
Mozambique	2 600

Nigeria	27
Norvège	207
Nou.Zélande	18
Panama	38
Pakistan	657
Paraguay	10
Pérou	37
Pologne	66
Kenya	127
Rep. Dominicaine	11
Roumanie	14
Rwanda	2
Salvador,El	2
S.Tomé	1 629
Sénégal	18
Syrie	10
Swaziland	3
Suède	491
Suisse	450
Thaïlande	4
Tchécoslovaquie	16
Tanzanie	173
Tunisie	10
Turquie	21
Union Soviétique	97
Uruguay	28
Venezuela	4 738
Vietnam	3
Yougoslavie	41
Zaire	47

I REFUGIÉS AU PORTUGAL

(Demandes et Permissions de séjour)

	1981		1982		1983		1984		1985		1985		1986		1987 (1)	
	D	P	D	P	D	P	D	P	D	P	D	P	D	P	D	P
Angola	173	5	459	19	913	21	183	21	11	6	11	2	33	-	1 783	74
Cap Vert	2	-	6	-	5	1	-	-	-	-	1	-	-	-	14	1
Guiné	6	-	32	7	35	7	8	7	2	2	2	1	-	-	85	24
Mozamb.	75	-	307	53	567	50	160	53	29	15	17	3	7	1	1 162	175
S.Tomé	4	-	11	5	16	1	7	5	-	-	5	-	4	-	47	11
Autres pays d' Afrique	5	-	22	2	109	10	42	5	7	2	34	4	10	-	229	23
Autres Pays	30	15	28	13	63	4	17	10	17	8	16	-	5	1	176	51
Totaux	295	20	865	99	1 708	94	417	101	66	33	86	10	59	2	3 496	359

(1) 30.6.87

in: C.C.R.

(Comissão Consultiva para os Refugiados)

IIA PERSONNES SALARIÉES PAR SEXE - 1987

Chiffres absolus	Salariés		
	M	F	Totaux
Nationaux	2 461 100	1 718 700	4 179 800
Autres C.E.E.	2 700	500	3 200
Cap Vert	4 200	3 000	7 200
Brésil	500	200	700
E.U.A.	500	500	900
Venez.	300	300	600
Angola	200	400	600
Autres non C.E.E.	-	-	-
Totaux non C.E.E.	-	-	-
Pop. Totale (Pop. active)	2 470 200	1 724 200	4 194 400

in:I.N.E.;1987

(Inquérito ao emprego)

IIB CHÔMEURS PAR SEXE - 1987

Chiffres absolus	M	F	Totaux
Nationaux	157 400	230 300	387 700
Autres C.E.E.	300	-	300
Cap Vert	900	1 100	2 000
Brésil	100	100	200
E.U.A.	-	100	100
Venez.	100	-	100
Angola	100	100	200
Autres non C.E.E.	-	-	-
Totaux non C.E.E.	-	-	-
Pop. total	158 800	232 400	391 200

in: I.N.E.;1987

(Inquérito ao emprego)

II POPULATION ACTIVE PAR NATIONALITÉ ET ACTIVITÉS - 1987

	Agric.	Bâtiment	Indust.	Comerce	Professeurs	Ménagères	Etudiants	S/Activ.	Total
Nation.	+	+	+	+	+	+	+	+	+
Aut.C.E.E.	204	81	1 808	1 174	1 095	6 482	2 016	1 017	23 893
Cap Vert	57	4 301	2 646	12	18	7 121	3 291	210	26 565
Brésil	62	65	559	154	149	1 003	3 355	264	7 512
E.U.A.	291	30	245	49	238	1 675	848	141	5 788
Venez.	51	28	215	331	13	365	3 037	90	4 355
Angola	22	93	315	21	34	1 550	1 185	165	4 111
Aut.nonCEE	304	230	1 622	982	320	3 655	4 126	538	15 863
Tot.nonCEE	707	4 747	5 602	1 549	772	15 369	13 842	1 402	56 194
Pop.Total	+	+	+	+	+	+	+	+	+

+ non disponible

in: M.A.I.

III ÉTUDIANTS - 1987

	M	F	Totaux
Nationaux	436 000	462 400	898 400
Autres C.E.E.	1 000	1 200	2 200
Cap Vert	1 200	1 200	2 500
Brésil	500	200	700
E.U.A.	500	200	700
Venez,	500	300	800
Angola	100	200	300
Autres non C.E.E.	-	-	-
Totaux non C.E.E.	-	-	-
Pop. Total	440 300	466 500	906 800

in: I.N.E.;1987

(Inquérito ao Emprego)

IV RÉPARTITION GÉOGRAPHIQUE DES ÉTRANGERS - 1987

National. / Distrito						
	Aveiro	Faro	Lisboa	Porto	Setubal	Reste du Pays
C.E.E.	282	5 550	11 959	1 749	1 152	2 496
Cap Vert	107	1 530	17 272	686	5 851	1 011
Brésil	1 009	156	2 710	1 580	256	1 933
E.U.A.	707	298	2 022	137	120	1 199
Venez.	1 909	213	217	415	40	304
Angola	87	284	2 204	379	572	636

in: M.A.I.

IV LES ÉTRANGERS DANS LA RÉGION DE LISBONNE, PAR NATIONALITÉ ET CLASSE D'ÂGE - 1988 (1)

	14-25		26-45		46-60		> 60		Total
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Cap Vert	7 017	4 045	6 377	3 354	1 429	627	196	330	23 375
Espagne	491	342	934	783	738	776	713	839	5 616
Brésil	836	678	605	523	117	101	54	79	2 993
Angola	780	864	378	588	65	160	36	100	2 971

(1) 30.6.88

Ins:M.A.T.

IV POPULATION ACTIVE PAR NATIONALITÉ ET ACTIVITÉ ,DANS LA RÉGION DE LISBONNE-1988 (1)

	Cap Vert	Espagne	Brésil	Angola
Bâtiment	3 534	19	9	49
Industrie	2 209	590	236	253
Commerce	67	720	90	42
Hotellerie	216	254	21	35
Serv.Publiques	511	22	77	44
Non Qualifiés	6 536	31	17	96
Autres				
Étudiants	2 940	609	1 043	1 097
Ménagères	6 368	1 360	337	979
S/activité	191	129	94	47
TOTAL	23 375	5 616	2 993	2 971

1)30.6.88

in: M.A.I.

BIBLIOGRAPHIE

1 - Statistiques

I.N.E. (Instituto Nacional de Estatística)

- 1982 Estatísticas da Educação
Inquérito Permanente ao Emprego (2ª Semestre)
Anuário Estatístico
Estatísticas Demográficas
- 1987 Estatísticas da Educação
Inquérito Permanente ao Emprego (4º Trimestre)
Anuário Estatístico
Estatísticas Demográficas

Autres

- Cáritas Nacional : "Os estrangeiros em Portugal oriundos dos países Africanos e Asiáticos"
Lisboa;Cáritas (Policopiado)
- M.A.I. (Ministério da Administração Interna)-Serviços de Estrangeiros e Fronteiras : "Documentos"

2 - Autres

PIRES/MARANHÃO/QUINTELA/MONIZ/PISCO

- 1984 - "Os retornados-um estudo sociográfico"
Lisboa;Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

+ + + +

ASPECTOS DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA BACIA DE LÉON

Comunicação apresentada no *Colóquio internacional sobre emigração - imigração portuguesa nos séculos XIX e XX*

Lisboa; ISCTE; Novembro 92

Jorge Arroiteia
(Universidade de Aveiro)

1. Os portugueses em Espanha

A presença de portugueses em Espanha sendo, embora, um fenómeno conhecido há vários séculos, só recentemente, porém, ganhou contornos mais definidos depois do estabelecimento de mecanismos estatísticos de controle das saídas e de regularização da população que indevidamente se tenha ausentado do nosso território.

Tal facto, porém, não inviabiliza que uma percentagem significativa da população portuguesa residente na vizinha Espanha continue por recensear, facto que alterará os valores globais, ora referenciados, colhidos, essencialmente, junto de fontes estatísticas oficiais.

Ainda que reconhecendo essas limitações, entendemos que mais do que o cômputo global da imigração de nacionais no país vizinho interessará conhecer algumas das particularidades desse movimento, que em épocas recuadas assumiu um interesse extraordinário, de acordo com algumas referências históricas acerca deste movimento.

Recordamos, a propósito, o que Manuel Severim de Faria, no seu escrito "Remédios para a falta de gente", escreve a este respeito: ... *a segunda causa por que falta a gente deste reino é por não terem officios com que ganhem de comer por sua indústria,...* Outros se passam a reinos estranhos, principalmente para os de Castela, pela facilidade da vizinhança, onde ainda antes da Aclamação havia tantos portugueses que muitas pessoas afirmavam que a quarta parte dos moradores de Sevilha eram nascidos em Portugal, e que em muitas das ruas daquela cidade se falava a nossa língua e não a castelhana. Quase o mesmo se podia dizer de Madrid; e por toda a Castela Velha e Estremadura é notório que os mais dos mecânicos eram naturais deste reino, os quais, por não terem cá em que trabalhar, iam lá ganhar sua vida (cf: Serrão; 1976; 74).

Este tipo de movimentos não deixou, igualmente, de impressionar Oliveira Martins, que a propósito dos principais destinos da emigração portuguesa no mundo realça já as saídas para o velho continente, escrevendo a este respeito: ...*não falando na emigração para países europeus, em que principalmente avulta a saída de algarvios para as*

pescas e lavouras da vizinha Espanha... (cf. Serrão; 1976; 124)

Confirmando a importância deste movimento, assinala ainda este autor, entre 1880 e 1888, a saída de 1464 algarvios para este país, e de apenas 20 alentejanos, de 30 beirões naturais da Beira Baixa, de 70 da Beira Alta, de 7 trasmontanos e de 1036 estremenhos, que nesse mesmo período demandaram a Europa.

Testemunhos diversos, recolhidos junto das populações raianas dão-nos conta da importância, não só dos movimentos locais, muitos deles não referindo características de uma verdadeira emigração uma vez que resultaram de um contacto permanente aprofundado ao longo dos anos, mas ainda de outras correntes, duradouras e intensas, que têm continuado a afectar emigrantes oriundos de diferentes regiões do país. Refere-se, no primeiro caso, o maior intercâmbio existente, de há longa data, nas áreas das províncias de Galiza, Huelva e Badajoz e no segundo os movimentos de maior duração constituídos, essencialmente, por naturais de Coimbra, Lisboa, Braga, Bragança e Vila Real.

Em muitos destes casos a emigração para Espanha revestiu um carácter temporário, desenvolvendo-se de acordo com o ritmo das necessidades de mão de obra no país vizinho e as vicissitudes, de natureza política, económica e social que este tem atravessado. Como nota López Trigal (1991; 16), a afluência de emigrantes estrangeiros a este país deve-se *...à relação salarial mais vantajosa e ao desinteresse dos trabalhadores espanhóis por certos postos de trabalho...*, acontecendo aqui o mesmo que se havia verificado noutros países.

Note-se, contudo, que a presença desta população em Espanha anda associada ao desenvolvimento da corrente migratória para a Europa, em particular para França, país que desde os finais do século passado tem vindo a acolher um número crescente de trabalhadores portugueses. Daí que, sugestionados pelas novas oportunidades de emprego existentes no antigo reino de Castela ou impedidos de alcançarem a fronteira, além Pirinéus, muitos portugueses viram-se deslocados em Espanha pensando, muitos deles, que da velha Gália se tratava... Assim nos relata o estudo da Cáritas (1987; 107): *um em cada dez portugueses teve como primeira intenção emigrar para outro país diferente de Espanha, porém a imensa maioria só pensou em Espanha como lugar de destino.*

Note-se contudo que, tal como sucedeu noutros países da Europa Ocidental, só a partir dos anos cinquenta é que a Espanha passou a constituir-se como um país de imigração - *embora mantendo por sua vez o carácter tradicional de país de emigração com cerca de dois milhões de espanhóis residindo no exterior* (López Trigal; 1991; 16) -, uma vez que até essa data a emigração era uma das características dos países

mediterrânicos, sentida profundamente em Portugal como neste país.

Mesmo assim por volta de 1950 o número de estrangeiros, legalizados, aqui residentes, ultrapassava os 55 milhares, ascendendo em 1970 a 150 milhares e em 1989 a 400 milhares. Tal ocorrência denota o desenvolvimento progressivo que se registou em certas áreas deste território e que esteve na base da redução das saídas de espanhóis para França, para o Luxemburgo ou mesmo para outros países da Europa Ocidental. Tal facto não deixou de exercer uma forte atracção não só sobre a população portuguesa mas ainda sobretudo os africanos, em especial marroquinos, que a partir de então aí se fixaram em grande número.

QUADRO I - População estrangeira residente em Espanha

Ano	Europa %	África %	Total geral
1966	62.9	1.0	109244
1970	63.0	1.5	147727
1975	62.1	1.9	165289
1980	65.0	2.2	182045
1985	65.4	3.5	241971
1989	65.2	5.9	398147

in: Evaluacion del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural; 1992

Como o refere Pardo Abad (1989) a percentagem dos portugueses oscilou durante os últimos anos, tendo passado de 27% em 1950 para 10% apenas em 1987, representando em anos anteriores, 22% em 1960, 20% em 1965, 17% em 1970, 14 % em 1975 e 13% em 1980. Tal quebra, porém, deve ser entendida como resultado de um acréscimo significativo da população estrangeira residente confirmando, por outro lado, a *tendência para um saldo migratório positivo* registado neste país.

Embora pouco numerosos os estudos sobre este fenómeno não deixamos de recordar algumas das características sobre a presença dos portugueses em Espanha. Quanto à sua evolução, Pardo Abad (1989) assinala que em 1955 o total de portugueses residentes em Espanha, deveria orçar os 14,7 milhares, montante que se manteve praticamente estável, até 1960, quando esse montante terá tingido os 15,1 milhares.

Entre 1960 e 1985 ter-se-á verificado um aumento significativo da população emigrante de origem portuguesa, em particular até 1975,

passando esta para mais de 23,3 milhares de indivíduos nesta última data. Para tanto não deve ter sido alheia a evolução da própria emigração portuguesa, sobretudo para França, sugerindo, portanto, que muitos dos emigrantes portugueses inicialmente destinados àquele país tenham permanecido em Espanha. Note-se que entre as regiões que então acolheram maior número de portugueses contam-se não só a bacia mineira de León mas ainda as Astúrias que entre 1965 e 1975 terá acolhido mais de 1,5 milhares de portugueses.

De acordo com o estudo realizado pelo Colectivo IOE para a Cáritas Espanhola (1987; 108), *...no momento de migrar, 61% contava já em Espanha com algum familiar ou amigo que os ajudou a estabelecer; outros 10% haviam contactado em Poerugal com algum patrão ou empresa espanhola que lhes garantiu um posto de trabalho; e só 27% chegaram a Espanha sem nenhum contacto prévio.*

QUADRO II - População portuguesa residente em Espanha

Ano	Portugueses	Total C.E.
1966	21373	63181
1970	25407	84909
1975	23102	92218
1980	23856	106738
1985	23342	142346
1989	32936	231162

in: Evaluacion del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural; 1992

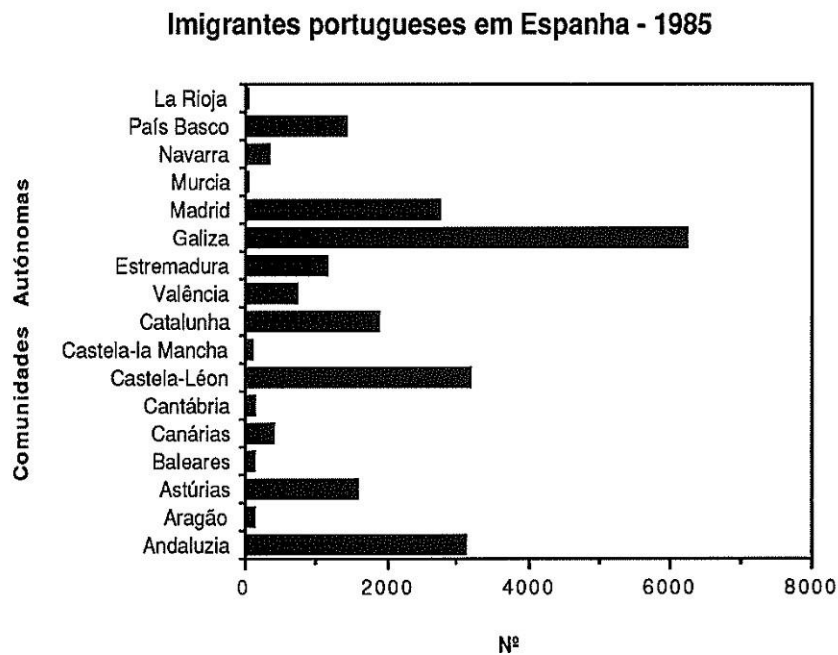
Antes de assinalarmos outros dados sobre as características desta população, interessará recordar que, se até aos anos sessenta grande parte destes habitantes se mantinham próximos da fronteira, sugerindo um movimento de fixação mais antigo (destacando-se, entretanto, a Galiza com mais de 40% dos nacionais aí residentes), a partir de então é possível destacar outras áreas de maior concentração como as províncias de Sevilha, Madrid, León, Galícia e Astúrias.

Com o aumento da população portuguesa, vão-se alargando as áreas de fixação destes novos habitantes de tal forma que nos finais da década anterior, em 1987, em todas as províncias espanholas estavam arrolados emigrantes portugueses. Entre estas, porém, Madrid e Orense - com mais de 4000 emigrantes cada -, León, Huelva, Pontevedra e Astúrias - com mais de 2000 emigrantes cada e ainda Barcelona, com mais de 1800

indivíduos -, acolhiam quase 70% dos 31012 emigrantes portugueses recenseados pelas autoridades espanholas.

Dadas as características deste fenómeno devemos ainda considerar a persistência de um outro tipo de emigração, a temporária, que sobretudo nas épocas das colheitas se dirige para este país mas que devido à ausência de registo oficial se torna, por isso, difícil de contabilizar.

FIGURA 1



No que concerne à actividade profissional desta população, tomado ainda por base os estudos de Pardo Abad (1989) a partir da análise dos vistos de entrada concedidos em 1987, conclui-se que das 4699 autorizações de residência concedidas nesse ano, 24,6% foram destinadas à indústria; 43,5% aos serviços e 17% à agricultura.

Como característica fundamental da emigração portuguesa, destaca-se ainda a sua componente masculina e adulta que identifica este tipo de migrações laborais.

Um outro tipo de caracterização (Cáritas; 1987; 109), permite-nos identificar melhor a colónia portuguesa residente neste país:

- trata-se da colónia mais "radicada" em Espanha, tanto pela sua antiguidade como pela sua estrutura familiar (72% vive em unidades familiares já constituídas);
- 35% moram em habitação própria, percentagem muito superior à das

outras colónias...;

- em contraste com os aspectos anteriores, os portugueses são, depois dos marroquinos, a colónia com menor nível cultural...;

- ...cerca de 10% dos portugueses estão em trânsito e vivem em pensões ou albergues;

...

- outra característica própria desta colónia, muito difícil de quantificar com precisão, é a presença significativa de "ciganos portugueses os quais, como minoria étnica marginalizada tanto em Espanha como em Portugal, apresentam uma problemática muito particular...

2. Nota sobre a emigração portuguesa em León

Como referimos, a presença de emigrantes portugueses em León não sendo um fenómeno recente, não deixa de se constituir como um exemplo paradigmático da nossa emigração tendo em conta não só a sua evolução e características, mas ainda as causas que estiveram directamente ligadas a estes movimentos. Com efeito a atracção pela bacia mineira de León, durante os anos sessenta, fez-se sentir principalmente sobre os trasmontanos que *...elegem León como destino e etapa nas migrações que então se dirigiam para os países desenvolvidos da Europa Ocidental; e a sua actividade quase única vai ser a mineira a Oeste de León, onde durante os anos sessenta e setenta se recrutava quase sem nenhuma documentação. Posteriormente este precedente traduziu-se numa imigração mais numerosa e com mmais ampla e diversificada procedência* (López Trigal; 1991; 24).

Desta forma a provincia leonesa pelas oportunidades de emprego oferecidas nas actividades mineiras, constituiu-se como um importante pólo de atracção para os nossos compatriotas, sobretudo durante os anos sessenta e setenta, registando três épocas de maior intensidade (Cáritas; 1987; 111): *...a primeira corresponde à primeira metade dos anos cinquenta, atraídos pelos trabalhos nas minas do noroeste da provincia; a segunda até meados dos anos sessenta coincidindo com a guerra colonial e formando parteda corrente migratória para a Europa; a terceira, até 1973, coincidindo com as últimas guerras coloniais.* Veremos mais adiante que esta última vaga de imigração se prolongou um pouco mais...

De qualquer forma as oportunidades de emprego registadas do outro lado da fronteira, em particular nas bacias mineiras, permitiram acolher um número crescente de mão de obra pouco qualificada como o exigiam as actividades extrativas aí radicadas. Tal facto permitiu, assim, um incremento não só da emigração legal mas sobretudo da clandestina, facilitando a sobrevivência da actividade mineira nas bacias Leonesa e das Astúrias.

Note-se que o incremento da actividade mineira na bacia de León resultou da crise energética de 1973 e das perspectivas que então se abriram a esta indústria, apoiadas em planos energéticos que facilitaram a intensificação *...da exploração de carvão a céu aberto, a abertura de novas jazidas, assim como a contratação de trabalhadores estrangeiros* (López Trigal; 1991; 35).

Parte desta população imigrante, chegada tardiamente - entre os

quais se destacam os cabo-verdeanos, os magrebinos e os paquistaneses - terão optado por outras actividades, nomeadamente pela construção civil e agricultura, sendo certo que a crise registada na exploração hulheira terá atenuado, substancialmente, as tendências deste movimento levando mesmo à redução da entrada de novos emigrantes nesta e noutras regiões do território espanhol. Como razão para este facto contam-se as medidas de racionalização, introduzidas pelo governo espanhol para o sector mineiro, de forma a viabilizar apenas as empresas capazes de sobreviverem, sem qualquer tipo de ajuda, depois de 1993.

QUADRO III - Produção mineira (hulha e antracite) e emprego na bacia mineira de León

<i>+Ano</i>	<i>Produção (ton.)</i>	<i>Emprego (total)</i>
1957	2.455.673	26.480
1967	3.741.315	6.634
1976	4.052.703	13.062
1989	5.518.796	11.888

in: López Trigal; 1991; 67

Por tal facto, o desemprego e a libertação dos excedentários através da reforma antecipada passaram a constituir sérios entraves quer à permanência dos emigrantes clandestinos, quer ainda à admissão de novos contingentes, contrariando assim a euforia registada durante os anos setenta. Daí que, nos finais da década passada, a percentagem de estrangeiros residentes em Castela-León fosse pouco relevante - 2,4% apenas dos imigrantes recenseados em Espanha na mesma data.

Deste montante, mais de metade eram de origem portuguesa (cerca de 4 milhares, dos quais cerca de 2,7 milhares residiam em León) facto que comprova a extensão deste movimento num período marcado por uma certa recessão e crise das indústrias tradicionais.

QUADRO II - População estrangeira residente em Espanha: 1987

	<i>Total</i>	<i>Europa</i>	<i>C.E.(10)</i>	<i>Portugal</i>	<i>Resto da Eur.</i>
Espanha	334.941	216.116	162.300	31.012	22.804
Castela e León	8.157	5.616	1.391	4.099	126
León	3.875	2.972	177	2.779	16

in: LópezTrigal; 1991; 65

No âmbito das actividades de avaliação do "Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural", em que participámos, tivemos oportunidade de recolher alguma informação complementar acerca das características da população de origem portuguesa residente em municípios mineiros leoneses (Bembibre, Igueña, Páramo del Sil, Torre del Bierzo e Villablino), bem como noutros municípios próximos desta região (Gijón, Mieres, Miranda e Pamplona). Globalmente, reconhecemos o carácter recente desta emigração na bacia de León, e uma fixação mais antiga nas Astúrias onde encontramos alguns indivíduos recenseados com 50 e mais anos, nascidos já neste país.

Quanto à estrutura deste movimento é de assinalar o predomínio absoluto da mão de obra adulta e jovem adulta, de ambos os sexos, com uma forte percentagem de população feminina. Da mesma forma se pode assinalar uma forte componente da emigração familiar, com três a quatro filhos em média e a existência de casamentos mistos, luso-espanhóis.

Como sucedeu para outros países, uma característica comum dos emigrantes mais antigos é o seu índice de analfabetismo, contrariando a escolarização mais avançada entre os jovens descendentes desses emigrantes. Por esta razão, a socialização desta população, através da frequência do sistema educativo espanhol, bem como a própria aculturação urbana, tem vindo a promover uma procura crescente dos pedidos de nacionalidade espanhola, como registamos seguidamente.

Da mesma forma podemos ainda assinalar a perspectiva generalizada para uma boa inserção social e profissional, sobretudo pelos emigrantes mais antigos, confirmando-se uma maior integração social da população de origem portuguesa na bacia de León, o que não sucede em relação a outras nacionalidades ou mesmo noutros pontos do território espanhol.

QUADRO IV - Portugueses que pediram a nacionalidade espanhola

Ano	Portug.	Total
1960-1969	361	1921
1970-1979	2807	14296
1980-1989	6845	59276

in: Evaluacion del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural; 1992

Tal sucede, como se justifica no relatório final da "Evaluación del Programa Hispano-Luso" (1992; 2), nos termos seguintes: *...entre los inmigrantes económicos, los portugueses gozan de estatuto favorable, por ser ciudadanos comunitarios, respecto al régimen de entrada, de permanencia y de salida, como en el ejercicio de la actividad laboral... y también se encuentran más integrados en especial cuando se establecen en las áreas vecinas a su país en regiones fronterizas con sus zonas de origen, pero, en todo caso, también entre los inmigrantes portugueses, por ser procedentes de sociedades rurales retrasadas, hay una cierta tasa de paro y de proporción de actividad clandestina, y además con tasa elevada de analfabetismo, se refuerza este aislamiento y marginación que solamente con una permanencia mayor en España, a través de matrimonios mixtos, corrientemente de portugués con española, se irá reduciendo y en ciertos casos con la adquisición de la nacionalidad española será completa la integración; si bien, como en el resto de los trabajadores extranjeros se trata de una inmigración en la que buena parte de sus componentes proyecta el retorno o "regreso".*

11

3. Nota final

Os dados que anteriormente referimos permitem-nos situar a importância da emigração portuguesa em Espanha, bem como algumas das características deste movimento quando comparado com o de outras nacionalidades.

Por outro lado os dados que apresentamos, referentes à emigração portuguesa na bacia mineira de León, permitem-nos situar melhor este fenómeno no contexto geral da imigração estrangeira em Espanha, realçando assim as relações dominantes entre o incremento deste fenómeno e o desenvolvimento local das actividades de produtivas, baseadas na exploração mineira.

Como notámos, embora as perspectivas de emprego não sejam no futuro as melhores, devido à redução dos postos de trabalho neste sector, pensamos que haverá uma tendência (confirmada por alguns dos inquéritos realizados) para uma relativa permanência da população mais idosa, enquanto que a população de origem portuguesa aí radicada, virá, certamente, a integrar os novos fluxos de emigrantes que a partir deste país se continuam a orientar para Andorra, Suíça ou ainda para outros destinos do continente europeu.

Estas, em suma, algumas das notas a propósito de um fenómeno que tende a continuar a gerar, por razões as mais diversificadas, um número crescente de fluxos atestando, assim, a importância e a permanência da mobilidade humana.



Bibliografia

ARROTEIA, Jorge Carvalho

1983 - A emigração portuguesa: suas origens e distribuição

Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; nº 79)

CARITAS ESPAÑOLA

1987 -Os inmigrantes en España

Madrid; Caritas Española (Documentación Social; nº 66)

I.A.E.C.P.

1992 - Dossier de Espanha - 1992

Lisboa; I.A.E.C.P.-S.E.C.P. (Policopiado)

LOPEZ TRIGAL, Lorenzo

1991 - La inmigración extranjera en León

León; Universidade de León

MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA - UNIVERSIDAD DE LEÓN

1992 - Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural

León; M.E.C.-Universidad de León (2 volumes)

PARDO ABAD, C.J.

1989 - "Inmigrantes portugueses en España: distribución geográfica y consideraciones socioeconómicas" (Comunicação apresentada no V Colóquio Ibérico de Geografia)

León; Universidade de León

SERRÃO, Joel e outros

1976 - Testemunhos sobre a emigração portuguesa

Lisboa; Livros Horizonte

“Uma visão retrospectiva sobre as migrações portuguesas”¹⁰⁶

Aproveito esta oportunidade para evocar a memória do Dr. Miguel Monteiro e saudar o Município de Fafe pelo acolhimento que deu a mais esta realização do “Museu das Migrações e das Comunidades”, dedicada à evocação de um dos fenómenos que tem acompanhado a evolução da nossa sociedade: a emigração portuguesa. Fenómeno bem conhecido no Noroeste do território onde se localiza este Município e que há vários séculos têm vindo a contribuir para engrossar a constante “fuga das gentes”, com destinos diversos que hoje constituem o universo da “Diáspora” portuguesa.

Uma diáspora:

- constituída por movimentos singulares e colectivos, de natureza constante e “geometria variável” consoante as oportunidades, as causas, os destinos e as situações vividas pelo emigrante português no seu porto de destino, no país de acolhimento, na sociedade local ou na comunidade onde fixou a sua residência;

- alimentada por homens e mulheres, crianças, jovens e adultos que têm vindo a engrossar a “sangria” humana decorrente da ausência de um crescimento harmónico da terra portuguesa, que continua a registar o agravamento das assimetrias regionais conhecidas há vários séculos;

- alicerçada num fenómeno humano que ao longo da nossa história funcionou, no dizer de Serrão (1977;115), como “*uma espécie de válvula de segurança da estrutura mais ou menos tradicional e tradicionalizante*” da nossa sociedade e para atenuar as tensões sociais dominantes. Uma fuga que continua a ser uma oportunidade de recurso para os habitantes que vêm negadas as condições de trabalho no seu país de origem;

- que a coberto de uma nova designação incluída nos fenómenos de mobilidade europeia, continua a espalhar-se pelos mais diversos contextos geográficos. Como

¹⁰⁶(2013) - “Uma visão retrospectiva sobre as migrações portuguesas”. In: Actas do Seminário: *A emigração portuguesa na Primeira República*. Fafe: Município de Fafe, pp. 125-140 (Org. ROCHA-TRINDADE, M. B., e ALVES, Isabel Ferreira)

aconteciam há décadas, cidadãos oriundos dos países da periferia são agora ainda mais atraídos pelos países do centro, identificados com a maior oferta de condições de trabalho e de salários;

- que a todos nos deixa mais pobres, mais angustiados e perplexos perante a evolução de uma consciência política que entende este fenómeno como uma oportunidade e uma experiência única de trabalho noutra contexto sócio-político, como um mal necessário e uma mobilidade alargada a todo o território europeu.

2. Pensar a emigração portuguesa obriga a que atendamos à sua relação com os outros fenómenos migratórios: as migrações internas e a imigração. Quanto às primeiras, evoco apenas o pensamento de A. Girão (1960) quando assinala o determinismo destes movimentos: *“para onde correm os rios, correm as gentes”*, renunciando assim o fenómeno actual da “litoralização” e da “desertificação humana” do interior português. Pensar na imigração, obriga evocar Garcia de Resende (1534), que a propósito dos Descobrimentos e dos seus reflexos, escreveu: *“Vimos muito espalhar / portugueses no viver, / Brasil, ilhas povoar, / e às Índias ir morar, / natureza lhes esquecer. / Vimos no Reino meter / tantos cativos crescer, / e irem-se os naturais, / que se assim for, / serão mais / eles que nós, a meu ver”*.

Se tomarmos em consideração o fenómeno emigratório durante a última centúria, devemos ponderar as razões históricas e civilizacionais que na transição de Oitocentos para Novecentos permitiram alimentar esse movimento de saídas com destino ao continente sul-americano, em particular ao Brasil, *“o Eldorado, onde para achar ouro não há mais do que tocar naquelas praias abençoadas”*, como escreveu Alexandre Herculano. Este, o país que durante séculos atraiu a maior parte dos emigrantes portugueses, transportados em veleiros mecanizados e em barcos a vapor, que beneficiando das inovações permitidas pela revolução industrial, conseguiam cruzar o Atlântico em menos de um mês em vez da demora anterior permitida pela navegação à vela.

Tratou-se de uma torrente constituída por emigrantes solitários e famílias inteiras de agricultores, comerciantes, ajudantes de comércio e outros artífices que foram atraídos pelas oportunidades de trabalho oferecidas pelas agências de viagem, pelos angariadores de mão-de-obra, pelos familiares e amigos residentes do outro lado do

Atlântico ou já por iniciativa dos governos a braços com carências de mão-de-obra menos qualificada. Uma torrente de emigrantes que se reuniu a outras comunidades de cidadãos estrangeiros deslocados pelas mesmas razões nesses países de imigração e acolhida pelo crescimento da economia local das plantações, da exploração dos recursos naturais, da industrialização crescente dos novos centros mineiros e industriais, da urbanização e do comércio.

Estes factos verificaram-se no continente americano e sobretudo nos E.U.A. e no Canadá, países que acolheram um número significativo de portugueses provenientes directamente do continente ou já emigrados no Brasil, na Argentina e noutros países sul-americanos. Através desta via foi possível contornar as dificuldades oficiais colocadas à entrada de cidadãos embarcados em portos portugueses ou em território vizinho.

Tendo em consideração a situação económica fora do país propícia ao recrutamento de grandes contingentes de mão-de-obra, o estado interno não era menos favorável. Recordamos, no início de Novecentos, a crise da agricultura, o fraco desenvolvimento industrial e urbano que alimentaram as tensões sociais dos últimos anos da Monarquia antes da sua queda em Outubro de 1910. Uma situação que alguns políticos assinalaram como inquietante face ao nosso desenvolvimento económico e aos contrastes regionais e sectoriais que o caracterizavam. Uma situação, que sendo necessário debelar, acabou por se manter nos anos seguintes à queda do regime monárquico dando azo a que a incipiente República tenha vivido dias difíceis que conduziram às vicissitudes que a história relata e à instauração posterior do Estado Novo. Nesta época a conjuntura internacional tornou-se menos propícia ao crescimento dos movimentos migratórios devido ao início do primeiro conflito armado. Tal facto acabou por desencorajar a emigração fazendo-a tombar para níveis bem mais baixos aos do início do século. E diz-nos a estatística que só no decurso da segunda metade do século passado acabou por recuperar.

De realçar que as repercussões destas saídas foram encaradas de forma distinta nos países de emigração e nos países de imigração. No caso dos primeiros, as saídas da população jovem e adulta testemunharam a fraqueza dos sistemas produtivos, das condições de vida e a fragilidade dos salários e das condições de segurança

social determinantes do desemprego. E com a saída da população jovem e adulta se é certo que tal facto pôde determinar a libertação de mão-de-obra excedentária, as perdas resultantes destas partidas não incentivaram a melhoria das condições de produção agrícola e industrial.

Quanto aos países de imigração a chegada destes trabalhadores, mesmo que profissionalmente pouco qualificados, foi útil para colmatar as lacunas que o desenvolvimento tecnológico e a transferência de mão-de-obra nacional vinham a exigir permitindo a revitalização de certos sectores básicos da economia sem os correspondentes encargos de formação. Estes países beneficiaram ainda de importantes fundos retidos nos sistemas de segurança social, mesmo que em contrapartida tenham assistido à transferência de avultadas quantias para os países de origem desses trabalhadores. Uma situação antiga que os sistemas sociais dos diferentes países europeus afectados por estes movimentos, estão a enfrentar.

3. A análise da emigração portuguesa com as suas particularidades regionais e dimensões, merece uma outra referência à situação sócio-económica do país e às causas que terão alimentado este movimento, com raízes antigas relacionadas com a fragilidade dos *“meios de subsistência”* e a *“desordem sempre crescente da economia social portuguesa”*, como assinalou O. Martins. Outras referências ajudam as encontrar as suas causas nos anos mais próximos da segunda metade do século XX. Assim, diz-nos Rocha-Trindade (1973), serem *“as motivações de natureza económica: impossibilidade de sobreviver; impossibilidade de realizar investimentos permitindo melhorar as condições de vida própria e da sua família”* as causas principais deste movimento nos anos finais do século passado.

Sendo certo que o desenvolvimento deste movimento depende não só das condições locais – *“pull factors”*, mas igualmente das condições de atracção – *“push factors”* - exercidas pelos países de imigração decorrentes das melhores oportunidades de emprego e remunerações aí praticadas, compreende-se a sua extensão e volume. Tal como referimos noutra local (Arroteia, 1983, 134), a persistência deste fenómeno assenta no estado de desenvolvimento do país *“justificado pela dualidade norte-sul, litoral-interior - assente em contrastes resultantes dos diferentes factores climáticos, da natureza e relevo do solo, da*

cobertura vegetal, do tipo de povoamento e das actividades predominantes (...), advém sobretudo do tipo de aproveitamento dos recursos e dos modelos de desenvolvimento postos em prática que não têm permitido atenuar os desequilíbrios existentes no território português”.

Como foi igualmente notado (Arroteia, 1986) outras razões, que não só as de natureza económica, terão igualmente influenciado estas partidas. Referimos a imagem de sucesso transmitida pelos emigrantes mais antigos ou a informação generalizada sobre as oportunidades de trabalho difundidas por diversos canais de informação e pela imprensa. Mais ainda, recordamos as causas de natureza política e a acção de diversos engajadores que arrastaram consigo muitos emigrantes.

De relance salientamos que as condições internas do país não evitaram estes movimentos. O fraco desenvolvimento industrial e o peso excessivo da agricultura; as poucas perspectivas de emprego para os jovens, em especial para os militares que haviam regressado de África e que não encontraram oportunidades de trabalho no país; as fortes assimetrias regionais compensadas, apenas, pelas maiores oportunidades de emprego registadas em torno dos principais centros urbanos, são algumas das causas apontadas para a explosão desse fenómeno no decurso da segunda metade de Novecentos.

A evolução deste movimento evidencia a existência de diversos ritmos com significados distintos quanto ao seu desenvolvimento e contextos. Não importa agora referenciá-los. Mesmo assim e em relação às suas particularidades, recordamos que tendo em atenção os dados globais não podemos esquecer que as saídas clandestinas, em especial para o Brasil - processando-se a partir dos portos espanhóis, em particular de Vigo, local de embarque de muitos cidadãos portugueses oriundos do noroeste do continente e de outras áreas do nosso território – bem como para França, foram sempre uma presença neste movimento.

A evolução deste fenómeno durante o século passado regista o seu declínio durante o primeiro conflito armado, fazendo-o tombar para níveis bem mais baixos aos do seu início. E diz-nos a estatística que só muito mais tarde, na segunda metade de Novecentos, voltou a recuperar. Estas saídas correspondem à procura de novos destinos na Europa e no continente norte-americano já que a instabilidade política, a

insegurança nos transportes marítimos verificada durante as guerras e a quebra registada nos sistemas produtivos assentes em culturas tradicionais e nas plantações, esbateram a extensão deste movimento para todos os destinos do continente sul-americano. Contudo, logo a seguir ao segundo conflito armado, as carências de mão-de-obra provocadas pelas necessidades de reconstrução e a expansão das economias industriais europeias, com particular destaque para a França e a Alemanha (dois dos países mais atingidos por estes conflitos armados), contribuíram fortemente para o incremento do fenómeno emigratório português. A estas razões podemos ainda juntar as facilidades de transporte entre Portugal e o velho continente, bem como a difusão da informação relativa às vantagens deste movimento. Tal facto seguiu as leis de “difusão” dos “fenómenos sociais e totais” (Gurvitch), alastrando por contiguidade às diversas regiões do território.

Sendo mais antiga, a emigração transoceânica representada essencialmente pela emigração brasileira só durante os anos sessenta do século XX deixou de ser significativa com o arranque das partidas para a Europa e o acréscimo do seu volume. Este facto assinala a consagração definitiva do “*ciclo migratório europeu*”. A partir de então, recordamos dois períodos distintos:

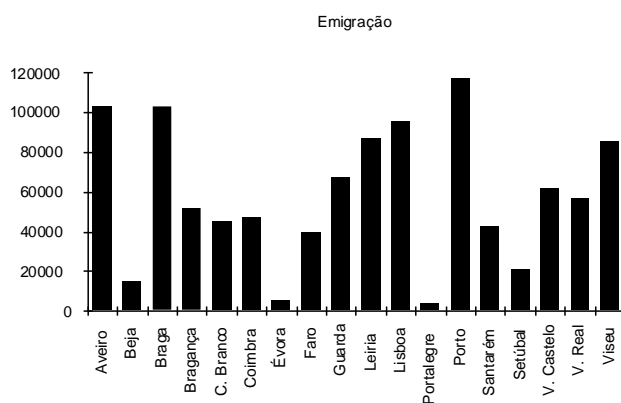
- o primeiro, iniciado nos anos cinquenta, vai até ao terceiro quartel do século XX. Ficou associado ao grande incremento da emigração portuguesa para o velho continente, em particular para a Gália. Embora merecendo uma análise detalhada das saídas mais recentes para o Luxemburgo e a Suíça, recordamos que a evolução da emigração intra-europeia veio a substituir a tradicional emigração transoceânica. De facto, se em 1955 o movimento intra-europeu representou apenas 3,7% do movimento global de partidas, em 1958 este valor atingiu já os 14,2%. Depois de um ligeiro acréscimo até 1962, quando este movimento representou 27,3% do total, a emigração para a Europa aumentou de forma explosiva nos anos seguintes tendo representado, já em 1965, 80,3% daquele volume. Estes valores justificam a quebra da emigração para o Brasil desde 1952, data em que se registou um novo máximo de mais de 40 milhares de saídas para este país. Desde então esta emigração volta a decrescer deixando de assumir a importância relevante que durante séculos assumiu no contexto global da emigração portuguesa.

- O último período desenvolveu-se a partir do início da década de setenta e agravou-se depois da crise energética de 1973 e das medidas de incentivo ao “retorno” de emigrantes tomadas pela França e pela Alemanha. Por esta razão e ainda devido às alterações registadas no mercado de emprego do ocidente europeu, a emigração portuguesa para a Europa decaiu consideravelmente. Com efeito a emigração intra-europeia, mantendo-se com percentagens sempre elevadas até 1974, data em que o movimento intra-europeu representou 40,5% do total, decaiu nos anos seguintes e em 1978 a emigração para a Europa foi já inferior à dos finais dos anos cinquenta. Neste período registamos o aparecimento de novos destinos para a emigração portuguesa, em particular os países do Médio Oriente, bem como o desenvolvimento de uma intensa corrente emigratória com destino ao Luxemburgo e à Confederação Helvética. Esta situação deve-se ao “crescimento económico” nos países do “centro” que levou ao recrutamento maciço de mão-de-obra estrangeira nos países da periferia, onde se contava Portugal. Lá, passou a competir com a mão-de-obra de outras nacionalidades, especialmente com a de origem mediterrânica e mais tarde com a dos países de leste.

Ainda durante a fase intensa da emigração para o estrangeiro assistimos ao aumento do reagrupamento familiar e do seu carácter definitivo. Assim aconteceu depois dos anos sessenta em que se consolidou a presença de diversas comunidades emigrantes portuguesas no estrangeiro. Esquecendo outras referências às características destes movimentos não podemos ficar indiferentes ao aumento do seu volume e extensão, condicionando de forma decisiva a dinâmica demográfica, económica e social de várias regiões do território. Evocamos os seus reflexos sobre a estrutura etária da população portuguesa que se traduziu no envelhecimento progressivo dos habitantes tal como ficou expresso nos últimos recenseamentos da população. Um envelhecimento no topo da pirâmide etária, dado o acréscimo da população idosa e um envelhecimento na base decorrente da redução do número de nascimentos, de crianças e de jovens.

4. Tendo como principais destinos na Europa: Espanha, França, Alemanha e mais recentemente o Luxemburgo, Suíça e Andorra, a emigração portuguesa registou num passado próximo um acréscimo notável de saídas (temporárias e de outra

natureza) que se continuam a repercutir em todo o território nacional. E a sua distribuição pelas áreas mais densamente povoadas do noroeste do território e ainda pela região centro do país, segue o padrão de maior pressão demográfica. Contudo, algumas diferenças foram assinaladas quanto à extensão das suas duas componentes principais: a migração transoceânica e a emigração intra-europeia (Arroteia, 1984). Quanto à primeira, notamos que as áreas mais fortemente atingidas foram os distritos do noroeste do continente: Porto, Braga, Viana do Castelo, Aveiro e Viseu. Esta distribuição deve-se à maior concentração demográfica, ao parcelamento da propriedade agrícola, à dimensão das famílias e à forte tradição emigratória, sobretudo no que diz respeito à emigração brasileira. No entanto também os distritos do centro do país, nomeadamente Leiria e Coimbra, ou já do Sul, como Lisboa e sobretudo Faro, registaram emigrantes com destino às terras de Vera Cruz.



E se excepção houvesse apenas os distritos do Alentejo mereciam uma referência especial pelo menor volume destas saídas. Este movimento atingiu igualmente os territórios da Madeira e dos Açores, embora neste último caso as maiores preferências tenham ido para as saídas para os EUA e para o Canadá. Em relação à emigração intra-europeia, tendo em conta o seu carácter explosivo e a grande difusão no território, podemos assinalar que ela atingiu todo o território nacional à excepção das Regiões Autónomas. Neste caso apenas a Madeira merece uma referência pela maior atracção pelo Reino Unido, como num passado próximo mereceu atenção pelo maior número de saídas para a África do Sul e Venezuela.

Um fenómeno tão antigo e com tantas consequências de natureza económica, demográfica e social, que afectou durante séculos praticamente todo o território e sectores de actividade, tem merecido diversos tipos de análise, sobretudo durante as

três últimas décadas. Não sendo nossa preocupação proceder ao levantamento desses estudos, resta-nos integrar a análise das migrações numa tipologia que tenha em conta os seus traços fundamentais (Arroteia, 1986). Esta análise deve ter em consideração:

- quadro geográfico onde se inscrevem (internas e além-fronteiras);
- natureza (espontâneas, forçadas e organizadas),
- composição (individuais, familiares e colectivas),
- modalidades (legais e clandestinas),
- causas (ecológicas, económicas, políticas, religiosas, psicológicas e intelectuais),
- duração (temporárias, de curta ou de longa duração e definitivas).

Como em tempo o referimos, esta caracterização (op. cit., 36-37) reflecte a importância deste fenómeno social, sendo um contributo para o melhor *“conhecimento do fenómeno emigratório português nas suas múltiplas facetas e quadrantes de quase seiscentos anos de história da Diáspora Lusitana”*.

Seguindo ritmos distintos e registando preferências diversificadas consoante a antiguidade e a tradição emigratória, as características sociais e as oportunidades de saída oferecidas a esta população, a emigração deu origem à formação de diversas comunidades de portugueses residentes no estrangeiro, que têm contribuído para o crescimento económico desses países e para o reforço das sociedades multi-culturais onde residem. E os valores referentes à população de origem nacional fora do país, nos finais da década de noventa, são esclarecedores da dimensão da “Diáspora Portuguesa” no início do século actual: cerca de 4,6 milhões de cidadãos de origem portuguesa residentes nos cinco continentes, a saber: Europa (1 336 700), África (540 391), América Norte (1 015 300), América Sul (1 617 837), América Central (6 523), Ásia (29 271), Oceânia (55 459).

Desta distribuição ressaltam aspectos diversos relacionados com a sua antiguidade e características recentes. Assim, em relação à emigração “transoceânica”, o Brasil é o país onde essa presença é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa, oriunda quer do continente quer dos Açores e mesma da Madeira, é mais manifesta. Já os EUA - destino

privilegiado dos Açores e de muitos emigrantes do continente – e o Canadá – registam uma presença numerosa de cidadãos nacionais. Mas não podemos deixar de recordar, ainda no continente americano, a Venezuela e a Argentina, as Antilhas Holandesas e as Bermudas, locais onde essa presença se estendeu.

Relacionada com a colonização de alguns territórios africanos contamos com os testemunhos de uma emigração oriunda sobretudo da Madeira em terras da África do Sul, ou já com outras comunidades de cidadãos nacionais em Angola e em Moçambique, no Zimbábue e noutros países africanos. A evolução dos regimes políticos africanos não permitiu o fortalecimento de comunidades numerosas noutros destinos pelo que o total de cidadãos nacionais neste continente não é relevante. Ainda significativa é a presença em certos países asiáticos. Neste caso as maiores percentagens, em Hong-Kong e na Índia parecem significar a manutenção de antigos laços com territórios de Macau à Austrália.

Como exemplo mais relevante da “emigração intra-europeia” destaca-se a França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior a um milhão, tem vindo a decrescer. Também a Alemanha tem hoje um significado mais reduzido nesta emigração. Outros, diferem como o Reino Unido, o Luxemburgo e sobretudo a Suíça, Espanha e Andorra. Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional, cerca de dez milhões de habitantes, os valores acima referidos, de quase cinco milhões, atestam a dimensão nacional deste fenómeno ao longo de séculos.

5. Não queremos deixar de assinalar que a emigração, como os demais “fenómenos sociais”, regista diferentes situações e gera interpretações distintas consoante a postura científica e a perspectiva metodológica que adoptamos. Tal, significa que não podemos fazer uma leitura única da emigração portuguesa, nem nos anos próximos da implantação da República, nem na actualidade. Mesmo assim e tomando este movimento no seu “continuum”, devemos assinalar:

- o seu carácter como “fenómeno colectivo”, revelado pelos quantitativos de saídas registadas;
- a existência de uma “consciência colectiva” revelada pela grande vivência das comunidades locais, sobretudo as de origem rural afectadas por estes movimentos;

- a “identidade” desses contingentes, realçada pela sua composição e origem geográfica, social e cultural;

- a “solidariedade” das comunidades emigrantes manifestada nas associações a que muitos deram origem em diversos locais de acolhimento e, sobretudo, nas suas ligações à sociedade de origem.

Entre as margens da primeira década de Novecentos e a década inicial de Mil, encontramos em leque variado de estudos e de iniciativas relacionadas com a evolução e distribuição, a vida social e cultural, as actividades económicas e de lazer, as realizações culturais e a vida associativa das comunidades portuguesas no estrangeiro. Esses estudos versam quer os aspectos singulares deste movimento, quer a sua inter-ligação com outras comunidades migrantes e as sociedades de acolhimento.

Seria difícil enumerar os autores, as obras, os centros de investigação e as sessões que tiveram lugar neste período. Mas não se podem esquecer algumas realizações actuais que permitem compreender e estudar esse fenómeno no seu contexto nacional e internacional. Passamos a referi-las:

- CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais), fundado pela Prof. Maria Beatriz Rocha-Trindade na Universidade Aberta, foi o primeiro Centro de Investigação dedicado essencialmente ao estudo dos fenómenos migratórios;

- CEPESE (Centro de Estudos da População e Sociedade), fundado conjuntamente por investigadores da Demografia, História e Geografia Humana (J. Nazareth, F. Sousa e J. Arroiteia), a Universidade do Porto e a Fundação António José de Almeida, tem vindo a desenvolver um conjunto de projectos no domínio das migrações internacionais, em particular com o Brasil;

- Museu das Migrações e das Comunidades, uma das primeiras iniciativas públicas a ser criada. Não nos compete ir além da sua referência pois tal iria colidir quer com a essência desse projecto a cargo do Município de Fafe, quer com as informações que nos podem ser dadas pelos seus responsáveis, membros do Conselho Científico e outros. Consideramo-lo como um projecto singular,

reconhecido internacionalmente e digno de ombrear entre as melhores iniciativas do género, de carácter científico internacional;

- Observatório da Emigração, criado através de acordo entre a DGCCP/MNE e o CES-ISCTE. Pela sua orientação científica, pela sua natureza com informação diária e pertinente, pela oportunidade de meios de que dispõe, constitui outra realização que honra a comunidade científica e que permite ao cidadão comum entender a evolução e os traços actuais deste fenómeno;

- Emigrateca Portuguesa, biblioteca digital lançada pelo Museu do Casal de Monte Redondo. Vive do voluntariado e do mecenato do seu criador. Trata-se de um projecto que reúne textos académicos e outros consagrados a este movimento e fenómeno, que sendo uma “constante estrutural” da nossa sociedade é, também, o “fluido intersticial” que anima a nossa sociedade e o “remédio santo” a que alguns continuam a recorrer.

Muitas outras referências eram dignas de uma evocação. Perdoem se o não fazemos, mas a informação disponibilizada na “sala de leitura” do Museu das Comunidades, nas fontes do Observatório da Emigração ou nos descritores da Emigrateca Portuguesa, servem-nos de guia para a descoberta deste fenómeno e das suas singularidades.

6. Neste centenário da República evocamos a mobilidade da população portuguesa e a emigração; valorizamos os aspectos quantitativos do movimento e os aspectos humanos e sociais que lhe dizem respeito; consideramos as comunidades em sentido macro e as vivências singulares de alguns grupos perdidos nas grandes urbes ou nos países de forte imigração. Assinalamos os movimentos locais fortalecidos pelas Associações de emigrantes e por outros “actores” que teimam em manter as suas raízes e os laços culturais com o país de origem.

De facto, sendo a emigração um fenómeno antigo, com múltiplas consequências (económicas, demográficas e sociais) na sociedade portuguesa e afectando de forma distinta o nosso país, devemos registar a alteração recente dos fluxos decorrente da evolução dos mercados de emprego. Note-se como estes têm vindo a alterar-se na Europa condicionando a mobilidade dos cidadãos e conduzindo a uma redução gradual das correntes migratórias extra-comunitárias no seio dos países da União

Europeia. Tal situação não deve esquecer a oportunidade de certas medidas que atendam à continuidade das medidas relacionadas com as necessidades de formação e ensino sentidas pelas populações de jovens imigrantes oriundos de famílias portuguesas. De igual modo não podemos esquecer os direitos fundamentais desses trabalhadores e dos seus familiares, sendo que as garantias de circulação no espaço europeu requerem uma verdadeira igualdade de tratamento no que respeita às condições de acesso ao trabalho e à protecção social e familiar desta população. Estas algumas das razões que justificam o interesse da população portuguesa pela emigração para certos países da UE – hoje considerada como um fenómeno de mobilidade entre os cidadãos europeus - onde as condições de trabalho e os salários se tornam atractivos face aos praticados em Portugal justificando, assim, as saídas da população jovem e de muitos diplomados

No que respeita à situação portuguesa é de salientar a evolução dos pedidos de alteração de estatuto, por razões de emprego e de reagrupamento familiar, de cidadãos estrangeiros residentes no nosso país. É conhecido que Portugal tem vindo a colher de forma crescente e continuada, de há cerca de três décadas a esta parte, um número significativo de imigrantes de diferentes nacionalidades, de refugiados políticos e outros cidadãos que viajando sozinhos ou com as suas famílias, têm vindo a transpor para esta terra lusa o mesmo tipo de questões e de problemas com que os nossos emigrantes há várias décadas se debateram.

Da nossa parte, que temos partilhado de algumas iniciativas relacionadas com a problemática das migrações internacionais, sobretudo no contexto europeu, apraz-nos recordar que a situação desta população imigrante nos deve merecer uma atenção redobrada não só do ponto de vista demográfico, mas também pelas mudanças culturais baseadas na presença dessas comunidades. Neste sentido importa atender às tendências recentes deste fenómeno, bem como à consolidação da nova sociedade "multicultural", cada vez mais partilhada com outros espaços políticos e geoestratégicos próximos. Pensamos nos países da bacia do Mediterrâneo e mesmo nos habitantes dos países subsarianos que aqui se acolhem seguindo novas rotas de escravidão civilizacional impostas pelas condições de exclusão social em que vivem.

Estas, algumas das razões que abonam a favor do interesse do estudo dos fenómenos sociais e culturais que caracterizam a "diáspora" portuguesa no mundo e a diáspora de outras nacionalidades em Portugal. As suas características recentes são sinais de mudança e desafios duradouros na construção de uma sociedade equitativa, solidária e humana, como o defendem os diversos tratados constituintes da União Europeia e os princípios relacionados com o desenvolvimento e os direitos humanos fundamentais que têm na velha Europa uma longa tradição e significado. De facto, se é certo que a adesão de PT à UE27 permite encobrir as situações reais de emigração através das referências contidas à mobilidade de cidadãos, não deixa de ser verdade que as estatísticas destes movimentos, por muito assertivas e completas que o sejam, não ajudam a conhecer a natureza humana e o "ser" que há dentro de cada cidadão migrante.

No cenário demográfico em que vivemos, quando a geração actual não consegue renovar-se, deixamos de poder invocar essa "*rendosa indústria de criação de gado humano para exportação*" e não podemos defender a constante "*fuga de cérebros*" e de activos qualificados que continuam a agravar a "*hemorragia social e científica*" que há muito padecemos. Uma atitude a evitar perante o agravamento do cenário de "*desertificação*" humana que nos atinge e que nos leva a estar aqui reunidos evocando o que se passou no início da outra "República". E os maus exemplos, não devem ser repetidos.

BIBLIOGRAFIA

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1983) - *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Lisboa, I.C.L.P. (Biblioteca Breve, nº 79).

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1984) - *Atlas da emigração portuguesa*. Porto, Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (1986) - *Ensaio tipológico dos movimentos migratórios portugueses*. Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos.

ARROTEIA, Jorge Carvalho (2007) - *A população portuguesa: memória e contexto para a ação educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz (1973) - *Immigrés portugais*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

SERRÃO, Joel (1972) - *Emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.

SERRÃO, Joel (1976) - *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte.

Fafe/Museu das Comunidades/21JAN11

92-1127
Em torno da emigração portuguesa: pós-guerra e anos cinquenta¹

A análise da emigração portuguesa no pós-guerra e durante os anos cinquenta, corresponde a um período de transição entre as duas décadas anteriores, em que a emigração baixara para valores bastante reduzidos - de menos de uma dezena de milhar de emigrantes/ano, entre 1931 e 1935 e entre 1941/45 - bem como a uma alteração nos destinos com um acréscimo da emigração intra-europeia, em detrimento da emigração transoceânica.

O primeiro fenómeno deve-se, essencialmente, aos efeitos da crise de emprego que acompanhou a depressão económica dos anos trinta, bem como às dificuldades dos transportes marítimo entre a Europa e a América. Estes factos vieram a provocar uma quebra significativa da emigração portuguesa, que até então tinha o Brasil como principal destino, o que vinha a acontecer desde o século XVII, após o “rush” mineiro responsável pelo despovoamento do “reino” e pelo forte movimento de saídas oriundas quer das regiões mais povoadas do noroeste e do centro de Portugal, quer de outras áreas do interior e do sul do país. Globalmente este movimento perdurou até 1963, quando a emigração oficial para a Europa superou o movimento tradicional para aquele país.

Importa notar que, para além do Brasil, a emigração transoceânica foi expressiva para outros países sul-americanos, tais como a Argentina (durante os anos vinte, mas com redução acentuada desde então, por razões económicas, com a desvalorização crescente do ‘peso’ e as dificuldades de transferência para o exterior), a Venezuela (entre as décadas de quarenta e de sessenta, embora decrescente a partir da 2ª metade de cinquenta, dada a restrição a novas entradas de emigrantes, salvo o reagrupamento familiar).

De fora tinha ficado a “África portuguesa”, que registou um forte impulso colonizador durante as décadas finais da transição de Oitocentos para Novecentos. Reduzida, desde então, no período correspondente à nossa análise só depois de 1951, este recrutamento foi conduzido pela Junta de Emigração que ficou responsável pelo recrutamento de colonos para Cella, Cunene, Limpopo e outros destinos. Apesar das responsabilidades assumidas pela colonização, as saídas para África eram, tradicionalmente, em número reduzido: menos de cinco milhares de saídas, em média, durante os anos quarenta, e mais de doze dezenas de milhar, em média, durante a década de cinquenta.

Este movimento, apoiado pelo Governo, envolvia o acompanhamento de diversas entidades ligadas aos serviços de emigração, tais como, Inspectores, Assistentes sociais, Médicos e Missionários. Já a emigração incluía, ainda, outros serviços de apoio, tais como a Casa do Emigrante, de Lisboa e do Porto, que era “*uma espécie de pensão, barata e limpinha, para onde vão, antes de embarcar, os emigrantes que o desejarem*”, como se descreve numa publicação oficial sobre a emigração. Assim, entre 1951 e 1959, no período de pré-embarque, beneficiaram dos serviços de alojamento, alimentação e assistência gratuita, nas cidades de Lisboa e do Porto, quase uma centena de milhar de emigrantes.

De acordo com legislação publicada em 1930 (Dec. Lei, nº 19 029), de 13/11/1930), eram considerados emigrantes os passageiros que viajassem em 3º classe ou noutras classes até à 2ª classe (exclusive), ou sejam, a grande maioria deste rendoso “gado humano”, que embarcava em navios, sobretudo de nacionalidade italiana, argentina e francesa, para portos sul-americanos.

Quando da eclosão do segundo conflito armado, temos implantada uma forte tradição emigratória, quer no continente, quer nas ilhas dos Açores, sobretudo de baleeiros e outros

¹ Jorge Carvalho Arroiteia (Professor da Universidade de Aveiro) - arroiteia@ua.pt

pescadores, para os EUA, e na Madeira, para a África do Sul, a Venezuela e mesmo para a Austrália. Esta situação pode ser quantificada através do registo de emigração, que entre 1940 e 1944, registou uma média anual de cinco milhares de emigrantes, valor que após o termo do 2º conflito armado, entre 1945 e 1949, aumentou para o dobro. Neste último período, dos mais de meia centena de milhar de emigrantes oficiais, cerca de 70% partiram com destino ao Brasil, distribuindo-se os restantes pela Venezuela (7.3%), EUA (5.8%) e Argentina (5.6%). As saídas para França, contadas depois de 1949, não ultrapassaram, a meia centena de milhar.

Importa recordar que após as assinaturas dos acordos de paz, de 1945, que puseram termo a este conflito bélico, surgiram novas perspectivas para a emigração transoceânica e, sobretudo, para a intra-europeia. Recorde-se que os países industrializados incentivados pela ajuda financeira dos EUA à Europa, através do “Plano Marshall”, depararam-se com a necessidade de reconstrução económica e social, necessitando de fortes contingentes de mão de obra, em especial pouco qualificada, não disponível nos mercados nacionais.

Ao mesmo tempo a acção de alguns organismos internacionais criados depois da guerra, tais O.I.R. (Organisation Internationale pour les Réfugiés, criada em 1947) e o C.I.M.E. (Comité Intergouvernemental pour les Migrations Européennes, criado em 1952), vocacionados para apoiar o movimento dos refugiados na Europa e para ordenar os movimentos migratórios internacionais, vieram a implementar a mobilidade geográfica da população, excedentária nalgumas regiões, permitindo orientar diversos fluxos migratórios para os países mais afectados pela guerra. O C.I.M.E., procurou, ainda, novos destinos de emigração, em particular no Canadá, nos EUA e na Austrália. Não admira por isso que estas condições viessem a surgir como novas oportunidades, uma vez conhecidas as dificuldades impostas pelo Brasil à entrada de mão-de-obra não qualificada. Apesar de tudo o Brasil continuou a receber, após a sua independência (em 1822), os maiores contingentes de emigrantes, fenómeno que se reduziu no período imediato ao da 2ª guerra mundial, em resultado da crise económica brasileira, da desvalorização do cruzeiro, da redução dos salários e do aumento do custo de vida.

No caso do continente norte-americano, as saídas para os EUA estavam condicionadas pelo regime de quotas e pelas relações de familiaridade próxima com antigos emigrantes. Outras admissões beneficiaram da residência em países do continente americano, para onde, de forma legal ou clandestina, se haviam dirigido. Neste contexto, a explosão vulcânica dos Capelinhos (1957-1958) veio a permitir a concessão de vistos adicionais de entrada às vítimas, fora do regime de quotas, para entrada dos açorianos nos EUA e no Canadá. Separadamente e por via da acção da Junta de Emigração, abriram-se as portas aos emigrantes do continente, facto que veio a consolidar a comunidade portuguesa já residente naqueles países.

No caso da Europa, o movimento de saídas durante e no pós-guerra, atingiu a vizinha Espanha, onde a comunidade portuguesa tem fortes raízes históricas, e, sobretudo, os países além Pirinéus, como a França, a Alemanha e o Luxemburgo. Estes movimentos, com carácter permanente ou já sob a forma de emigração temporária, sobretudo para a agricultura, permitiram colmatar lacunas de emprego em diversos sectores de actividade e em contextos geográficos diferenciados, reanimando o mercado de trabalho e as migrações de mão-de-obra, entre os países industrializados do “centro” europeu e os países da “periferia”, de forte tradição rural, da Europa meridional.

Recorde-se que para além da emigração transoceânica, a emigração intra-europeia foi incrementada após a participação das tropas portuguesas na 1ª Grande Guerra, em França e pelas ligações ferroviárias para este país. Apesar de tudo o Brasil continuava a acolher os maiores contingentes de emigrantes, fenómeno que se reduziu no período imediato ao da 2ª guerra mundial, por razões já esclarecidas.

Desde a implantação do Estado Novo a Constituição Política de 1933, (artº 31), reconhecia que *“O Estado tem o direito e a obrigação de coordenar e regular superiormente a vida económica e social (...) - Desenvolver a povoação dos territórios nacionais, proteger os emigrantes e disciplinar a emigração”*. Contudo exercia uma política cerrada de contenção do fenómeno emigratório com a publicação de legislação diversa. Ainda durante a guerra, porventura já com conhecimento das necessidades de mão-de-obra sentidas na Europa, é publicada legislação (Dec.Lei 33 918, de 5/9/1944), onde se lê: *“é vedada a concessão de passaportes ordinários a operários de qualquer indústria ou a trabalhadores rurais”*. Apenas alguns candidatos poderiam beneficiar do *“passaporte de turista”*, facto que se manteve até meados de sessenta, quando, em 1965, o Dec. Lei 46 748, de 15/12/1965), definiu que (artº 16): *“Não será concedido passaporte ordinário a qualquer pessoa que se julgue ter o propósito de emigrar”* e, ainda (artº 17), *“O titular de passaporte ordinário que o utiliza para emigrar fica sujeito às penas cominadas na lei para a emigração clandestina”*.

Estas referências confirmam os desígnios do Governo em manter fechadas as portas da emigração e, por esta via, em manter a sociedade rural tradicional nos campos, porventura alimentando o *“êxodo rural”* e as necessidades de mão-de-obra sentidas nos principais centros urbanos, sobretudo na capital. Esta uma das formas de controlar os salários, as mentalidades e a divisão do trabalho social. Aos Governos Cívís, cabia a responsabilidade de conhecer os desígnios do suposto candidato a emigrante... E a família, retida no país, sofria das inevitáveis consequências desse acto. Até porque, apesar da persistência de um fenómeno tão antigo, como a emigração clandestina, promovida por engajadores e causa de muita miséria e ruína, o sentido da *“consciência cívica”* nacional, acalentada pelo poder, fazia crer na responsabilidade colectiva de todos formarem um só e participarem na construção do Portugal de Salazar.

Disso nos dá conta, um excerto transcrito de uma obra da colecção da *“Campanha Nacional de Educação de Adultos”*, sobre a *“Emigração”* (1956), onde se lê: *“No trabalho ou nos sacrifícios, no sofrimento ou na caridade, nas alegrias ou nas preocupações da vida individual e colectiva fomos guiados – e salvos – pelo amor pátrio a reencontrar o elo de solidariedade que devia prender-nos como as pedras de um edifício – a sermos finalmente perante o mundo todos como um só”*.

Apesar destes apelos, a emigração persistia, agravada pelo preço exagerado das passagens e dos falsos negócios à sua volta (inicialmente no caso das passagens marítimas, transoceânicas e depois nas passagens por via terrestre, intraeuropeias), das falsas promessas de trabalho, das situações dramáticas da população espoliada que se apresentava nos consulados, muitos deles expatriados para a Metrópole. Estas razões estiveram na origem da publicação de legislação diversa alertando para a necessidade de *“valorização dos territórios do ultramar pelo aumento da população branca”* (Dec. Lei nº 36 199, de 29/3/1947), e pela suspensão da emigração portuguesa, *“excepto quando feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino”*.

Ainda nesta década foi criada a *“Junta de Emigração”* (Dec. Lei., nº 36 558, de 28/10/1947), na dependência do Ministério do Interior, organismo estatal que passou a centralizar os estudos e a informação relativa aos acordos internacionais, aos contratos de trabalho e *“chamando a si todas as diligências e formalidades preparatórias do embarque de qualquer emigrante e da formação do seu processo (...) libertando-o de engajadores e intermediários interesseiros”* (Preâmbulo).

Contida a emigração legal e restringindo-se, por força da lei, as saídas clandestinas, o candidato a emigrante era obrigado a decidir entre a vivência e felicidade do *“todo colectivo, nacional”* ou a experiência, incerta, prometida pelos engajadores ou por familiares seus, já residentes fora da Pátria. Assim se entende a legislação publicada em 9 de Agosto de 1954 –

Dec. Lei, nº 39 749 (artº 85), que estabelece “a pena de prisão até dois anos e multa correspondente”, a quem aliciar ou ajudar os “indivíduos a saírem da fronteira com destino a qualquer país estrangeiro sem documentação, com documentação falsa ou incompleta (...)”; os que viessem a interferir na obtenção de “passaportes ordinários sob pretexto de serem utilizados para fins turísticos”; os que “auxiliarem ou se propuserem auxiliar a saída de emigrantes clandestinos” (ou cooperarem na travessia da fronteira) e, por fim, todos os emigrantes clandestinos, ou sejam os indivíduos acima referidos e os que “tendo por objectivo fixarem-se em país estrangeiro, não estejam munidos do indispensável passaporte que para tal os habilite”. Esta legislação, relativa à obtenção de “passaportes ordinários”, só em 1965 acabou por ser revogada.

As notas acima referidas permitem-nos situar a evolução do movimento oficial, bem como entender a dimensão das saídas “a salto”, em especial para a Europa, registadas apesar do aumento da vigilância sobre as fronteiras e da acção local das forças de segurança e policiais. Desta forma, o movimento clandestino transatlântico, outrora filiado em Vigo e noutros portos espanhóis, cedeu lugar, logo após ao termo da 1º guerra, ao transporte ferroviário até Hendaya, e, nas décadas posteriores, à repressão sobre os angariadores e emigrantes clandestinos junto da fronteira portuguesa, ou então, por acção da Guarda Civil espanhola, na travessia deste país para a velha Gália.

Embora suspensa a emigração, o Estado Novo teve de reconhecer a sua dimensão, a acção dos angariadores clandestinos de mão de obra, a pressão interna resultante do carácter obsoleto das estruturas produtivas e das condições precárias de vida da população, bem como os apelos internacionais, que reclamavam mais mão de obra. E Portugal, conjuntamente com outros países ribeirinhos da orla mediterrânica, estava em condições de o fazer, até porque as pressões demográficas resultantes de uma população jovem abundante, alimentada por altas taxas de natalidade (próximas dos 25‰) e de abundante população activa indiferenciada, constituía uma considerável reserva demográfica disponível para angariar, no estrangeiro, os meios de subsistência negados na sua terra de origem.

Note-se que em 1950, a população portuguesa era de 8.4 milhões de habitantes (7.8 milhões no continente e 0.584 milhãres nas ilhas) e até 1959 havia aumentado, no seu conjunto, mais de meio milhão de habitantes). Na sua maioria, encontrava-se ocupada nas actividades agrícolas e nas lides domésticas, exercendo uma forte pressão interna, decorrente do estado da economia portuguesa com as suas estruturas rurais fortemente repulsivas e as estruturas económicas, baseadas na indústria e nos serviços, pouco dinâmicas.

Em 1950, num total de 3.2 milhões de activos, metade estava ocupada em actividades do sector I, 23.7%, no sector II e 26.3%, no sector III; em 1960, num total de 3.3 milhões, essas percentagens eram, respectivamente, de 44.6%, 27.9% e 27.5%. Conhecia, igualmente, os aspectos benéficos da emigração de sucesso, traduzidas nas remessas e nos investimentos fundiários e imobiliários, um pouco por todo o país pelo que, antes, ainda de se fazerem sentir outros efeitos relacionados com as primeiras medidas de democratização do ensino, promovidas por Leite Pinto (1956), em 1952, o Dec. Lei. Nº 38 787, de 18/6/1952, atribui ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, através da Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, “acelerar o andamento dos processos de emigração e simplificar os serviços da Junta de Emigração”, dispensando, para o efeito, o reconhecimento dos “contratos de trabalho e cartas de chamada autenticadas com o selo branco dos consulados ou legações de Portugal com competência para esse efeito”.

Medidas pontuais são tomadas em relação à Madeira, com a suspensão da emigração, em 1948 (Dec. Lei nº 36 819, de 6/4/1948), tendo em conta a pressão demográfica local e a dimensão das correntes locais para o Brasil, Curaçau, Venezuela, África do Sul e Austrália e aos Açores, na sequência dos acidentes vulcânicos do Faial. Nas Ilhas, como no continente,

estas medidas abriram as portas a novos destinos da emigração portuguesa, nos EUA e no Canadá, depois de 1953.

Por outro lado a assinatura dos primeiros acordos sobre prestações familiares dos portugueses em França, garantindo aos emigrantes os mesmos benefícios que em Portugal, deram novo fôlego à emigração portuguesa para este país, a emigrantes isolados, principalmente jovens e adultos e activos do sector primário, bem como ao reagrupamento familiar de mulheres e crianças. Acordos posteriores sobre a segurança social, o recrutamento e a protecção ao emigrante português em França e noutros países europeus, promoveram a intensificação deste fenómeno não só de forma legal, mas, igualmente de forma clandestina, como veio a suceder na década de sessenta.

Assim, nos finais dos anos cinquenta, a válvula de segurança da economia portuguesa foi definitivamente aberta, permitindo a expansão deste fenómeno a todas as regiões do país e o envolvimento de grupos etários e profissionais distintos, que passaram a engrossar os contingentes, já numerosos de emigrantes portugueses no seio da Europa comunitária. Caiu, então, uma das máximas do pensamento político que encobria o verdadeiro significado da emigração, como o *“ter-se deixado de amar este lindo país”*, esquecendo que *“todos não seremos demais para continuar Portugal?”*.

Os traços deste movimento desde então, confirmam as razões estruturais que, de longa data, levam a que a emigração não possa estar radicada da história, da geografia e da sociedade portuguesa². Assim o confirmam as fontes utilizadas na nossa análise, da responsabilidade da Junta de Emigração (e dos organismos que lhe sucederam), em particular o *“Boletim Anual da Junta de Emigração”*, editado regularmente desde 1953, que inclui dados retrospectivos anteriores a essa data. No entanto para além dos dados estatísticos oficiais, ficam de fora as histórias dramáticas da emigração, os movimentos de recrutamento e de saída, as condições de acolhimento e de transporte, e outras, que fazem parte do espólio literário e de estudos científicos sobre a emigração portuguesa e do acervo de memórias colectivas relacionadas com este fenómeno.

² (Arroteia, J.C. (2007) – *A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa*. Aveiro, Universidade de Aveiro, 274 p.).

Mancebos e emigrantes ¹⁰⁷

A análise da emigração portuguesa antes de 1974 não pode ficar indiferente à história militar do país e ao seu envolvimento na Guerra Colonial. Esta nota recorda alguns aspectos deste acontecimento na sua ligação imediata ao fenómeno da emigração. Tratando-se de um movimento bastante antigo na história da humanidade, conhecidas de diferentes povos e civilizações, as migrações foram consideradas pelo geógrafo Max. Sorre como “expressão de mobilidade da ecúmena”. Hoje em dia são tidas como um dos fenómenos que melhor atestam as mudanças sociais registadas em diversos contextos sociais, políticos, económicos e culturais que marcam o processo de globalização em que vivemos.

Quando apreciamos a evolução da emigração portuguesa ao longo dos séculos e, sobretudo, no decurso dos últimos anos, notamos como se continuam a evidenciar razões de diferente natureza, que não só de origem económica, que assinalam a continuidade e a evolução deste fenómeno. Outras causas para lá da procura de melhores condições de vida e trabalho podem ser testemunhadas quer nos movimentos intra-europeus, quer nas migrações transoceânicas. Entre elas destacamos as que se acentuaram durante a segunda metade do século XX, até à revolução de Abril de 1974. Referimo-nos às causas de natureza política que determinaram a saída de um número significativo de jovens e adultos, durante o período da guerra colonial portuguesa em África (1961 a 1974), em discordância com o regime do Estado Novo e a política seguida por António Salazar e continuada por Marcelo Caetano, em relação a Portugal e aos territórios africanos sob jurisdição portuguesa. Muitas destas razões estiveram na origem de número significativo de saídas de jovens estudantes e outros, fenómeno que teve expressão em diversos grupos sociais e regiões do país. Parte desta população expatriada esteve na origem da formação de um escol de diplomados e de profissionais ainda hoje radicados no estrangeiro ou já regressados a Portugal, que em tempo oportuno

¹⁰⁷ “Mancebos e emigrantes”. In: *Latitudes*. Paris – Association: Cahiers Lusophones, nº 37, 2010, pp. 3-7.

fortaleceram grupos sociais e as elites da vida política, cultural e económica, surgidas em Portugal depois da revolução de 1974.

Fixemos a nossa atenção na situação do país no início da década de sessenta do século passado quando a sociedade portuguesa vivia os últimos anos do regime do “Estado Novo”, com Oliveira Salazar como Presidente do Conselho de Ministros, a determinar as regras de vivência de uma sociedade de base rural, ainda pouco industrializada e urbanizada. Uma sociedade na qual o prestígio social era apanágio das elites políticas, culturais e económicas, constituídas por figuras gradas ao sistema e por algumas famílias de renome. Uma sociedade onde a par destes grupos sociais, algumas instituições da Igreja e as instituições militares eram bem aceites pelo Estado Novo e por diversos sectores da sociedade portuguesa, sobretudo nas áreas rurais. Assim sucedia dadas as perspectivas ainda reduzidas de abertura do sistema de ensino público à população jovem, aos encargos que decorriam do prosseguimento de estudos para além da 4^a classe (escolaridade obrigatória) e à possibilidade de ingresso na função pública quer dos mancebos (indivíduos recenseados e aprovados pelas Juntas militares) que tivessem cumprido o serviço militar obrigatório, quer de outros candidatos com formação liceal, técnica ou mesmo obtida em estabelecimentos da Igreja (Seminários).

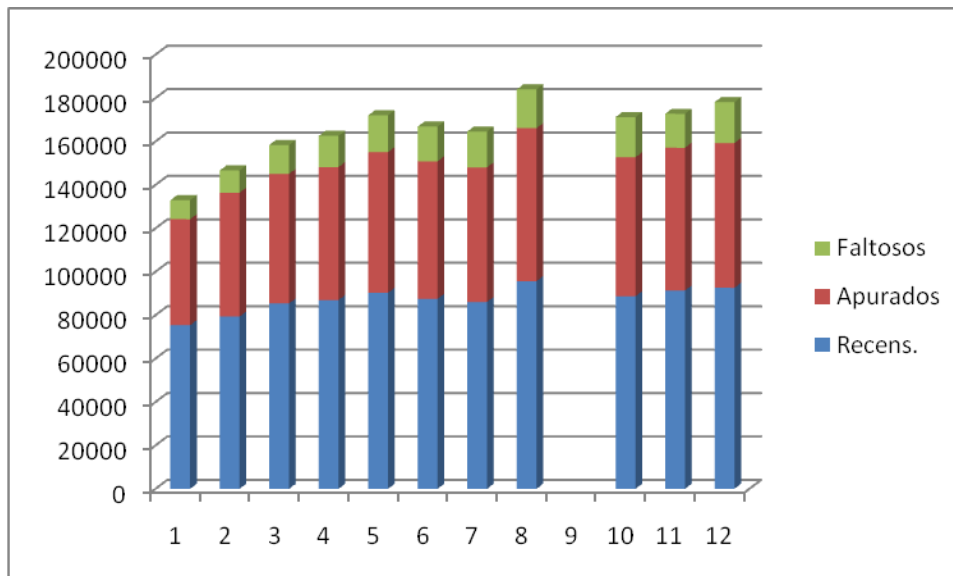
Estas considerações permitem compreender que a instituição militar, sendo reconhecida e prestigiada (o discurso oficial sobre a perda da Índia portuguesa, não permitiu alterar essa imagem), era encarada por grandes estratos da população jovem como uma porta que importava franquear para a obtenção da “alforria” familiar, antes de obter o ingresso autónomo no mundo laboral. O cumprimento do serviço militar abria portas em empresas, no Estado e quando da abertura económica da sociedade portuguesa registada desde o início da década de sessenta por via da emigração, da industrialização, da urbanização e do turismo, o cumprimento do serviço militar obrigatório (SMO) passara a facilitar a saída para o estrangeiro. Assim se justifica que o cumprimento do SMO se tenha mantido em curva ascendente até ao final da década de sessenta em virtude não só dos valores de natalidade elevada que se haviam registada nas décadas precedentes, como ainda à participação da população jovem na formação do contingente militar.

Figura 1: Saldos fisiológicos da população portuguesa (1940, 1945, 1950, 1955, 1960, 1965, 1970 e 1974)



Fonte: I.N.E.

Note-se que a contestação política ao regime mantinha-se sob vigilância da PIDE que mediante acção directa e através de uma rede de informadores no território, controlava os opositores ao regime e os seus movimentos. Este enquadramento, que um ensaio mais profundo pode retratar em profundidade, serve de apresentação ao clima social registado pelo Estado português quando da deflagração da guerra em Angola (1961) e posteriormente à sua generalização nos restantes territórios: Guiné-Bissau (1961), Moçambique (1964), alastrando-se igualmente a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe.

Figura 2: Recrutamento na Metrópole (1961 a 1972)

Fonte: EME, 1988, p. 258

A guerrilha em África, habilmente explorada pela nomenclatura política, serviu nos primeiros anos para gerar um movimento de algum apoio popular aos contingentes que passaram a dirigir-se cada vez com maior intensidade para aqueles territórios. No entanto com o envolvimento crescente do exército português em ac es militares nos diversos territórios africanos, com as notícias das perdas em combate e acidentes, com a chegada dos feridos e estropiados, juntamente com a contesta o interna ao regime consubstanciada nas crises acad micas de 1962 e de 1969 e no envolvimento cada vez maior de diversas forças políticas e partidárias, estão na origem de uma altera o significativa da leitura popular da guerra em África, da sua oportunidade e utilidade. De igual modo a pressão política internacional de repúdio   coloniza o portuguesa fazia-se sentir no território de diferentes maneiras: através de correntes de opinião, pela leitura da imprensa clandestina e através da escuta de emissões estrangeiras de r dio difundidas em língua portuguesa para Portugal e para os territórios de África e pelas restri es do regime.

Esta situa o foi acompanhada de mudanças significativas no processo de recrutamento militar - na idade legal ou antecipadamente em regime de voluntariado, dos mancebos maiores de dezoito anos de idade -, bem como na postura da juventude face ao seu envolvimento na guerra do Ultramar. As

obrigações militares estavam reguladas pela Lei de Recrutamento do Serviço Militar (LRSM, de 1937 e depois de 1968, pela nova versão então adoptada). De acordo com um documento do EME (1968, p.233-234), a “lei de 1937 continha doutrina particularmente focalizada para a preparação militar da juventude”, referindo-se no seu texto à legião Portuguesa e à Mocidade Portuguesa. Por sua vez LSM/68, já não se referia a estas situações, mas sim ao cumprimento do serviço militar “obrigatório para todos os cidadãos portugueses do sexo masculino, podendo os de sexo feminino prestar ‘serviço militar voluntário’”.

Na sequência do início da guerra colonial nos três “Teatros de Operações” – Angola, Moçambique e Guiné -, os efectivos militares das Campanhas de Portugal em África, que abrangiam também os recrutados localmente, aumentaram substancialmente. Os valores indicados pelo EME (op. cit., p. 240) registam o seguinte:

- Angola - em 1961: 33.000 militares; em 1965: 57.000; em 1973: 65.592 militares.

- Moçambique: aumento mais sensível desde 1964, tendo atingido o seu máximo em 1973, de 51.463 militares.

- Guiné: aumento desde 1963 até 1973, quando se atingiu um máximo de 32.035 militares.

Refere o mesmo documento (op. cit., p. 242):

- “o total dos efectivos no três TO aumentou bastante de ano para ano, com excepções dos anos de 1970 e 1972 em que se estabilizou. O seu valor mais elevado foi atingido em 1973 (149.090);

- A média anual de efectivos em Angola foi de 55.029; em Moçambique, de 31.910 e na Guiné de 20.876”.

Em princípio de 1974, os efectivos do Exército eram os seguintes (op. cit., p. 251):

- “ – na Metrópole – cerca de 51.000 homens;

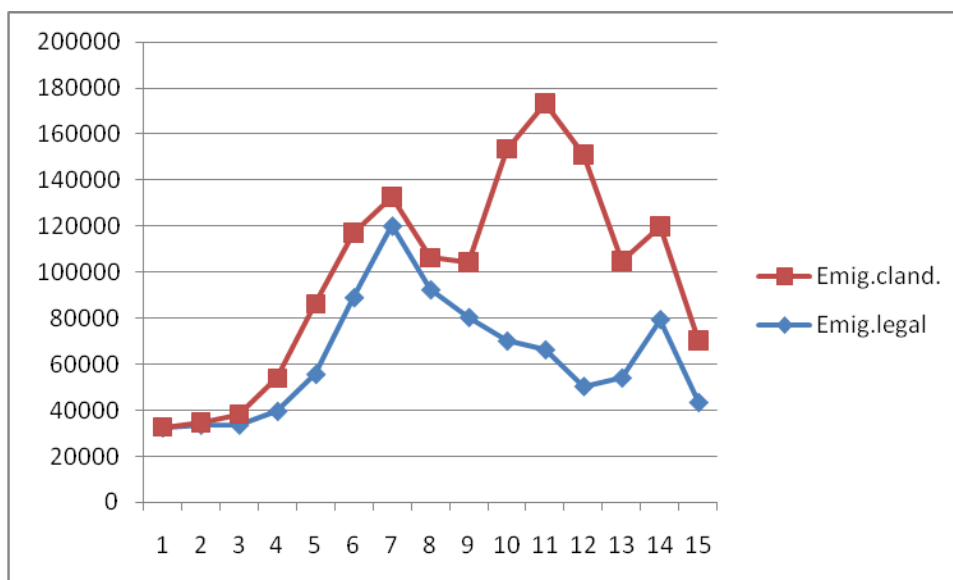
- no Ultramar (nos três teatros) – 142.359 homens”.

A expressão da guerra colonial em África traduzida não só no aumento de efectivos militares, nas reacções políticas internacionais e na situação do país,

decorria ainda do número de mortes e de feridos que ilustravam a dimensão destas Campanhas. Os valores oficiais indicam que o número de mortos e feridos sofridos pelo Exército, durante as mesmas (op. cit., p. 246), “foi, respectivamente, de 8.290 e 26.223”, dos quais, considerando “que os efectivos médios do Exército eram de cerca de 55.000 homens em Angola, de 21.000 na Guiné e 32.000 em Moçambique, resulta para estes territórios, respectivamente, uma permilagem de 1,69, 4,90 e 4,19”. Estes dados influenciavam a opinião pública e sobretudo os grupos funcionais dos jovens, alterando a sua leitura do SMO.

Tendo em conta a vigilância política aos movimentos estudantis e de opinião, uma das formas dessa contestação era a da não prestação do SMO, na efectividade de serviço e depois na disponibilidade. Por isso os valores relativos aos “faltosos” ou seja, os que não compareciam à inspecção militar (aos 20 anos de idade, completados durante esse ano civil), aumentou gradualmente a partir de 1963, situando-se no final dessa década próximo do 20%. A não comparência à junta de recrutamento por ausência no estrangeiro traduzia uma opção política em relação à guerra do Ultramar ou então uma saída decorrente da intensificação do fenómeno da emigração.

Figura 3: Emigração legal e emigração clandestina (1960 a 1974)



Fonte: Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (1981)

Recorde-se que desde 1961 a emigração portuguesa para a Europa aumentou substancialmente sendo que, a par da emigração legal, assistiu-se a um número de

crescente de saídas clandestinas para diversos países do ocidente europeu, assim distribuídas:

- de 1960 a 1964: 51442 emigr. clandestinos (em 245.990 emigrantes)
- de 1965 a 1969: 161359 emigr. clandestinos (em 613.773 emigrantes)
- de 1970 a 1974: 325974 emigr. clandestinos (em 619.732 emigrantes).

Em virtude dos valores elevados de natalidade nas décadas anteriores, expressos também em elevados valores dos saldos fisiológicos que entre 1948 e 1968 foram quase sempre superiores a uma centena de milhar de indivíduos, o total de jovens recenseados continuou a aumentar até esta última data (75,4 milhares em 1961 e 95,6 milhares, em 1968), facto que traduz a disponibilidade da “reserva demográfica” portuguesa existente no país, tal como sucedia noutros países da Europa mediterrânica. Contudo o agravamento do clima de guerra nos territórios africanos e as mudanças operadas na nossa sociedade, cada vez mais aberta aos movimentos de mobilidade interna, à emigração europeia, à luta política e ideológica interna e às perspectivas pouco animadoras de uma solução para esses conflitos, levou a uma contestação crescente que se fez sentir nos meios académicos e laborais. Em consequência a repressão tornou-se evidente em quartéis e em lugares públicos motivando um número crescente de adeptos e de candidatos à fuga ao serviço militar, antes ou já depois da respectiva incorporação no exército, na marinha ou mesmo na força aérea. O acréscimo de faltosos é disso um bom exemplo, cujo valor ultrapassou os 20% do total de recenseados nos anos de 1970, 1971 e 1972, respectivamente: 18,5 milhares; 15,6 milhares e 18,8 milhares.

Diversos estudos sobre as mudanças operadas na sociedade portuguesa durante os anos sessenta, até à revolução de Abril de 1974, permitem uma leitura mais aprofundada dos contextos sociais e locais de natureza política, associados ao fenómeno geral da emigração e à consequente fuga desta população. Os dados conhecidos apontam para alguma identidade entre as regiões com maior densidade emigratória, tais como o nordeste e o interior do país e os distritos que então registaram maior número de faltosos. Contudo, para além destes dados, os valores relativos aos cidadãos que durante o mês de Janeiro não se apresentassem ao recenseamento militar no ano em que completavam os 20 anos de idade (desde

1971, passou para os 18 anos, idade confirmada pela Lei do Serviço Militar de Julho de 1987), conhecidos por “faltosos”, ou porventura os que não se apresentassem “às sortes” (os “compelidos”, ou seja, os faltosos às Juntas de Inspeção), foi mais elevado nos distritos de maior emigração.

Noutros casos, conhecidas as dificuldades e os perigos da guerra colonial, as saídas para fora do país ocorriam já com os cidadãos incorporados numa determinada unidade militar e que aí não se apresentavam - “refractários” - ou depois, durante o período de cumprimentos do serviço militar obrigatório. Tratava-se, esta, de um crime grave, a “deserção”. Aqui, sempre que a “ausência ilegítima” era inferior a oito dias o militar era considerado “desertor”, sendo punido pelo Regulamento de Disciplina Militar. Quando a ausência fosse superior, era considerada como “crime militar” e por isso julgada pelo Código de Justiça Militar. A este respeito, reconhece o estudo do EME (1988, p. 247):

- que este fenómeno foi verificado quer em relação aos militares metropolitanos quer em relação aos ultramarinos;

- que no caso do “pessoal metropolitano, incidiam, sobretudo, nos graduados dos quadros de complemento”;

- que apesar da sua ocorrência, “a deserção para fugir à guerra ou protestar contra ela foi prática muito excepcional e só raramente verificada durante a permanência das unidades em operações no Ultramar”.

Estas situações completam as situações de cidadãos jovens que por razões de natureza política deixaram de cumprir o serviço militar obrigatório e realçam uma das categorias das migrações internacionais descritas em diversas tipologias, não só ocorridas em Portugal, mas igualmente noutros países sujeitos a regimes totalitários e que tenham vivido experiências de guerra e conflitos internos de natureza semelhante. A nota que elaboramos pretende apenas recordar tais movimentos e evocar os muitos colegas e amigos, que em condições físicas e materiais adversas, tiveram de engrossar os caudais emigratórios e que durante anos encontraram além Pirinéus o seu porto seguro e de acolhimento. Evoca também os muitos que hoje em dia continuam a residir fora do seu país de origem, geralmente sempre atentos e informados sobre este país, excêntrico na sua localização geográfica e que não

sabemos bem descrever: euro-africana ou áfrico-europeia (?) e, também, a sociedade plural construída a partir de uma “nesga de terra/ debruada de mar” (M. Torga – Pátria).

Bibliografia

Arroteia, Jorge Carvalho (2007) – A população portuguesa: memória e contexto para a acção educativa. Aveiro, Universidade de Aveiro.

Estado-Maior do Exército (1988) – Resenha histórico-militar das campanhas de África. Lisboa, EME (1º Vol.).

Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas (1981). Boletim anual: 1980-1981. Lisboa, SEECP.

Evocação da mestiçagem e diásporas ¹⁰⁸

1. A abordagem ao tema mestiçagem, entendida como encontro de povos, de raças e culturas distintas, sugere-nos algumas notas relacionadas com a história das migrações em particular no que se refere à realidade portuguesa. Tal situação pode ser apreciada em diferentes contextos históricos e geográficos associados a esta constante da sociedade portuguesa. Não cabendo agora discuti-la importa recordar que numa primeira fase este processo ficou marcado pelas grandes navegações marítimas dos finais de Quatrocentos e de Quinhentos com a ocupação, povoamento e colonização em terras de África, Ásia e continente sul-americano. Corresponde a um período alargado da nossa história marítima e ao estabelecimento de relações - de natureza étnica, cultural e outras - com a população autóctones.

A partir de Seiscentos, quando da intensificação da exploração dos recursos naturais e do aumento das migrações maciças de natureza transoceânica, familiares e de trabalho - por razões não só económicas, mas tantas vezes religiosas -, tal situação intensificou esse tipo de contactos com as populações nativas. As necessidades de mão-de-obra registadas em algumas dessas paragens, sobretudo no continente sul-americano, levaram ao desenvolvimento de comunidades de nacionais bem como à intensificação do cruzamento com os povos locais e com outros colonos aí residentes.

Complementarmente a estes movimentos, relacionadas com a emigração da população portuguesa, devemos considerar o processo inverso de arrastamento de populações indígenas para o Reino - em situações de apresamento e de escravatura -, destinado a colmatar as deficiências de mão-de-obra causadas pelas saídas dos habitantes do continente e das Ilhas do Atlântico. Noutros momentos mais recentes da nossa História encontramos situações relacionadas com o acolhimento e a fixação de cidadãos de outras nacionalidades que na época actual têm tido grande expressão na imigração estrangeira em Portugal.

¹⁰⁸(2012) “Migrações e mestiçagem: encontros”. In: *Latitudes*. Paris: Association: Cahiers Lusophones, n° 43, 2012, pp. 3-8.

2. Lembrar alguns aspectos destas migrações é uma oportunidade de evocar o processo de “mestiçagem”, inicialmente entendido como um cruzamento de populações de raças diferentes e com a procriação decorrente dessa união. Mais do que uma combinação “étnica”, a mestiçagem é um processo cultural com diferentes leituras e resultados. Refere-se como exemplo a “assimilação” característica da emigração dos europeus para os EUA, durante as grandes migrações dos finais do século XIX ao início do século seguinte, com a “americanização” de diferentes gerações e o resultado dessa “assimilação cultural” na construção da sociedade americana. Porventura o exemplo do Canadá sugere a construção de grandes comunidades nacionais que estão igualmente na origem de diferentes estados.

Por sua vez a colonização levada a cabo no sul da América e noutras paragens, feita pelos portugueses, está na origem da construção de novas sociedades e culturas marcadas pela “miscigenação” de diferentes grupos raciais, étnicos e culturais. Uma referência a essa combinação é retratada por Darcy Ribeiro, que a propósito das origens do povo brasileiro”, escreveu o seguinte:

"Nós, brasileiros, somos um povo em ser, impedido de sê-lo. Um povo mestiço na carne e no espírito, já que aqui a mestiçagem jamais foi crime ou pecado. Nela fomos feitos e ainda continuamos nos fazendo. Essa massa de nativos viveu por séculos sem consciência de si... Assim foi até se definir como uma nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros..."

Como resultado deste encontro nasceram gerações de “mestiços”, “mulatos”, “mistos” (e de cidadãos com outras designações) - que preenchem o imaginário popular e referidos em textos científicos - retratados em obras de natureza etnográfica, literária e artística que fazem parte da memória das populações de origem portuguesa. Tal facto permite evocar alguns testemunhos desse processo de mestiçagem resultante das migrações que têm acompanhado a diáspora portuguesa, bem como lembrar o exemplo da imigração estrangeira em Portugal.

Inscritas em cenários regionais bem diversificados podemos apenas assinalar que os traços comuns destes movimentos deixam marcas distintas que resultam da leitura, apreciação e/ou vivência de um longo processo sistémico de interacção

física e cultural que acompanhou o desenvolvimento dos processos de mestiçagem. Esta resulta do encontro e da articulação de sistemas sociais e de culturas diferenciadas, no tempo e no espaço, no território nacional e em muitas paragens onde se cruzam populações que partilham traços comuns de uma mesma herança genética, cultural e patrimonial.

3. Evocar as situações relacionadas com a mestiçagem da população de origem portuguesa obriga-nos a uma referência ao fenómeno das migrações e à evolução destes movimentos que desde o início do século XV, data da descoberta das Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira, estiveram na origem da saída constante da nossa população para África e depois para as Índias Orientais e Ocidentais. Esta situação levou Garcia de Resende (1470-1536) a evocar este movimento bem como a presença dos cativos Reino:

*“Vimos muito espalhar
portugueses no viver,
Brasil, ilhas povoar,
e às Índias ir morar,
natureza lhes esquecer.
Vimos no reino meter
tantos cativos crescer,
e irem-se os naturais,
que se assim for,
serão mais
eles que nós, a meu ver”.*

Já o fenómeno do despovoamento solo português foi retratado por Sá de Miranda (1481-1558) da seguinte forma:

*“Não me temo de Castela,
donde inda guerra não soa;
mas temo-me de Lisboa,
que, ao cheiro desta canela,
o Reino nos despovoa ...”*

Esta situação acentuou-se com o incremento das saídas da população portuguesa, que a partir do início do século XVII após a descoberta das minas de ouro e de pedras preciosas no Brasil, não mais deixaram de demandar este país. A esperança de um futuro mais promissor levou à intensificação da emigração transoceânica traduzida em algumas estimativas:

1. a saída de 8000 a 10000 portugueses com destino ao Brasil durante o século XVIII;
2. a saída de cerca de 28000 emigrantes durante a última década do século XIX.

No auge deste movimento, Guerra Junqueiro (“Finis Patriae”) descreve assim a extensão deste movimento no solo pátrio:

*“Olhai, olhai, vão em manadas
Os emigrantes...
Uivos de dó pelas estradas,
Junto dos cais, nas amuradas
Das naus distantes...
Velhinhas, noivas e crianças,
Senhor! Senhor!
Ao voar das últimas espr'anças
Crispam as mãos, mordendo as tranças,
Loucas de dor!
Lá vão levados, vão levados,
Pelo mar alto...
(...)
Lá vão levados, mar sem fundo,
Longe das noivas e dos pais!...
Terras, Jesus! nos fins do mundo...
Voltarão? Quando, mar profundo?
Jamais! jamais! “*

A dimensão deste fenómeno era então justificada pelo enriquecimento alcançado além-mar. Filinto Elísio (1734-1819) – Obras, vol. III), retrata a situação do brasileiro de torna viagem - o rico de Samardã – nos termos seguintes:

*“Saiu da Samardã certo pedreiro,
faminto de ouro, em busca da fortuna.
Embarca, vai-se ao Rio, deita às Minas
e lida e fossa e sua, arranca à Terra
o luzente metal, que o vulgo adora.
Vem rico à Samardã: vinhas, searas,*

*casas, móveis, baixela compra fofo;
brocados veste, vai-se nos domingos
espanejar à igreja, acompanhado
de lacaios esbeltos. Vem o Cura
saudá-lo coa água benta; os mais graúdos
do lugarejo a visitá-lo acorrem;
para ele os rapapés, as barretadas
se apostavam de longe, a qual mais prestes.
(...).*

III. No cenário das terras de imigração, no Brasil como noutras paragens marcadas pela colonização portuguesa, a par das relações de dominação estabelecidas pelos recém-chegados chegam-nos testemunhos e relatos diversos do cruzamento de portugueses com os povos autóctones. Estas gerações de “mestiços” registam semelhanças no seu genótipo que se traduzem em traços de um novo fenótipo marcado pela cor da pele e outras manifestações bio-culturais evocadas em narrativas e textos literários. Como tema central tem-se a mulher – “mulata” – com a sua graciosidade e beleza próprias do cruzamento entre grupos humanos, social e culturalmente, diferenciados.

Passagens recentes de Vinicius de Moraes, Luandino Vieira, ou Mia Couto realçam traços e memórias desta mestiçagem, da sua identidade e características. Permitam evocar alguns excertos.

De V. de Moraes¹⁰⁹: “*Mulata no sapateado*” (Vinicius de Moraes, Ary Barroso)

*Quem tem mais balanço no sapateado
Tem mais molejo, tem mais requebrado, oi
Do que a mulata tem?
Quem é mais faceira, mais apaixonada
Faz mais miséria quando está gamada
Tem mais feitiço que a mulata tem?
(...)*

De Luandino Vieira¹¹⁰ (Canção para Luanda, 1957), evocamos a sua mulata:

*(...)
Zefa mulata
o corpo vendido
batom nos lábios*

¹⁰⁹ http://www.viniciusdemoraes.com.br/site/article.php3?id_article=940, 13 AGO12

¹¹⁰ http://www.antoniomiranda.com.br/poesia_africana/angola/luandino_vieira.html 15AGO12

*os brincos de lata
sorri
abrindo seu corpo
– seu corpo-cubata!
Seu corpo vendido
viajado
de noite e de dia.
– Luanda onde está?
(...)*

Por sua vez, Mia Couto, em “Poema mestiço”, testemunha assim a sua vivência e fenómeno:

*“escrevo mediterrâneo
na serena voz do Índico
sangro norte
em coração do sul
na praia do oriente
sou areia náufraga
de nenhum mundo
hei-de
começar mais tarde
por ora
sou a pegada
do passo por acontecer...”*

4. Estas breves referências não esbatem o fenómeno cultural recente da mestiçagem cultural que acompanha o fenómeno das migrações contemporâneas, marcadas pelo volume e grande expressão da mobilidade humana. Relembrando a presença de cidadãos de outras nacionalidades oriundos primeiramente dos antigos territórios sob administração portuguesa, que depois da independência se acolheram em Portugal alterando significativamente o padrão normal das migrações no nosso país. Assim e contrariamente ao que já sucedia com outros países parceiros da Europa mediterrânica, a partir dos finais do século XX Portugal deixou de ser apenas um país de forte emigração – como ainda hoje se verifica - para se constituir, durante as quatro últimas décadas, num pólo de atracção para novos emigrantes. Comprovam-no o fortalecimento das diversas comunidades estrangeiras residentes no continente português, cujo montante legal ascendia, em 2011, a mais de meio milhão de cidadãos recenseados.

Quanto à emigração a evolução deste movimento durante a primeira metade do século XX assinalamos o seu incremento notável desde o início do século até 1914

e uma quebra acentuada no decurso dos anos seguintes em consequência das guerras e da crise económica dos anos trinta: 9,2 milhares de saídas anuais entre 1939 e 1945 e 26 milhares de saídas anuais entre 1946 e 1955. Depois de então realça-se o crescimento acelerado da emigração legal e clandestina, entre 1955 e 1974: mais de 1,6 milhões de portugueses saíram legalmente de Portugal, ou seja, uma média de 82000 emigrantes /anuais. Entre 1974 e o final da década de oitenta, este valor reduziu-se para cerca de 15000 saídas anuais. A esse período adapta-se bem o texto do poema de Manuel Alegre (“Portugal em Paris”) que retrata tal situação:

*“Solitário...
por entre a gente eu vi o meu país.
Era um perfil
de sal
e abril.
Era um puro país azul e proletário.
Anónimo passava. E era Portugal
que passava por entre a gente e solitário
nas ruas de Paris
Vi minha pátria derramada
na Gare de Austerlitz. Eram cestos
e cestos pelo chão. Pedacos
do meu país.
Restos.
Braços.
Minha patria sem nada
sem nada
despejada nas ruas de Paris.
E o trigo ?
E o mar ?
(...)”*

5. Não sendo esta a imagem actual mas aproximando-se dela em relatos ocasionais ou pontuais, não sabemos onde ela vai chegar. Se é certo que as condições actuais em Portugal e na Europa sugerem novas vagas de emigração – o que se tem continuado a registar desde a década de noventa de Novecentos e até aos dias de hoje -, também é certo que a situação demográfica da população portuguesa continua a carecer de um rejuvenescimento significativo da sua estrutura de base. Sendo assim é de esperar que o total de estrangeiros ora residentes venham a variar

deixando em aberto a possibilidade de novas admissões ou o registo fatal do seu regresso à terra natal.

Numa e noutra situação ousamos afirmar, numa referência a Fernando Pessoa, a frase que os navegadores antigos diziam como gloriosa:

"Navegar é preciso; viver não é preciso."

*Quero para mim o espirito desta frase, transformada
A forma para a casar com o que eu sou: Viver não
É necessario; o que é necessario é criar.*

*Nao conto gozar a minha vida; nem em goza-la penso.
Só quero torna-la grande, ainda que para isso
Tenha de ser o meu corpo e a minha alma a lenha desse fogo.*

*Só quero torna-la de toda a humanidade; ainda que para isso
Tenha de a perder como minha.*

*Cada vez mais assim penso. Cada vez mais ponho
Na essencia animica do meu sangue o propósito
Impessoal de engrandecer a pátria e contribuir
Para a evolução da humanidade.*

É a forma que em mim tomou o misticismo da nossa Raça."¹¹¹

Corroborando o pensamento do poeta recordamos, a concluir, a afirmação de Gilberto Freire¹¹²: "*Olha só quantos mulatos! A mestiçagem é a verdadeira prova da democracia racial brasileira*". Aqui se cruzam povos de diversas nacionalidades e proveniências. No que respeita à de origem portuguesa, construída ao longo do tempo e de gerações sucessivas, continua a expressar a herança e as exigências de uma antiga e ainda actual, Pátria avara!

J. Carvalho Arroiteia

AGO12

¹¹¹ In: <http://www.fpessoa.com.ar/poesias.asp?Poesia=036> 17AGO12

¹¹² <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7135.pdf> 2OUT23

L'émigration portugaise en Suisse*¹¹³

0. Introduction

L'augmentation de l'émigration en Europe, surtout après la deuxième guerre mondiale, est devenue une des conséquences plus visibles du processus de croissance et de développement industriel et urbaine qui a vécu ce continent pendant quelques ans. Ça correspond au période plus récent de reconstruction économique et sociale européenne après la deuxième guerre mondiale.

L'extension de ce phénomène dans les différentes payses européennes, mettre aussi en évidence les déséquilibres intérieurs entre *"les besoins de main d'oeuvre et les ressources, la pression démographique et le développement économique"* (Tapinos) qui opposent le Nord et le Sud de l'Europe. Ces oppositions renforcent la traditionnelle division *"Nord-Sud"* et confirme la dépendance des pays de la périphérie, surtout les pays méditerranéens, vis a vis les pays plus industrialisés de l'Europe Occidentale.

En ce qui concerne l'émigration portugaise, elle présente des caractéristiques et des différences très significatives dans le territoire. En effet les régions plus touchées par ce mouvement sont les régions avec une occupation humaine très dense et des activités rurales dominantes, du nord et du centre du pays. Mais l'émigration a touché, également d'autres régions, rurales et urbaines, du sud du pays. Les chiffres plus récents sur ce phénomène montrent bien que l'émigration est une des faces du processus socio-économique du Portugal qui depuis longtemps touche toute la société portugaise.

D'autre part ce mouvement est surtout composé par des jeunes gens et des adultes, qui sont partis pour différents pays, en Europe, en Amérique et d'autres continents où il y a, depuis longtemps, des communautés importantes de citoyens portugais. Surtout en Europe, l'activité de ces communautés montre l'importance de

¹¹³ Arroteia, Jorge (1996). Documento elaborado no âmbito da participação no grupo de trabalho *"Grupo de trabalho Luso-Suíço para analisar a situação da população escolar portuguesa na Suíça"*, estudo mandado elaborar pelo Ministério da Educação de Portugal e pela Conférence des Chefs de Département de l'Instruction Publique Suisse, em 1995 e 1996.

cette main-d'œuvre dans la construction d'une "*société multiculturelle*" connue, dans son ensemble, par un grand essor économique et social. En effet la population immigrée a joué un rôle très important dans ce processus et dans la construction d'un "*mosaïque culturel*" et l'édification d'une véritable "*Europe sans frontières*".

1. Sur l'évolution de l'émigration portugaise

L'analyse de l'évolution récente de l'émigration portugaise, pendant les dernières décades montre bien les changements qu'on a vérifié pendant les dernières années, avec une réduction considérable de ce mouvement. C'est ce que nous pouvons vérifier en regardant son évolution historique, surtout dès le début du XVème siècle, après la découverte et la colonisation des îles atlantiques des Azores et de la Madère.

Dès cette époque là, les sorties de la population portugaise en direction aux pays d'autre mer - Afrique, Indes Orientales et Occidentales - ont été une constante, dès le XVIème siècle. C'est ce que nous pouvons déjà confirmer par la moyenne annuelle de 2400 sorties pendant le premier tiers du XVIème siècle et plus de 8000 sorties au début du XVIIème siècle.

Pendant la deuxième moitié du XVIIème siècle et en conséquence de la colonisation et du "*rush minier*" vérifié au Brésil, ce mouvement a augmenté considérablement. Une estimation des sorties pendant les années suivantes, confirme :

- de 8000 à 10000 sorties annuelles pendant le XVIIIème siècle ;
- environ 28000 émigrants pendant la dernière décade du XIXème siècle ou même pendant les premières années du XXème siècle.

Dés le début du XXème siècle, ce mouvement présente des variations considérables, avec une réduction considérable des sorties, surtout pour le Brésil, le principal pays d'immigration pour la population portugaise.

En ce qui concerne l'évolution de ce mouvement pendant la première moitié du XXème siècle on doit signaler une émigration considérable, depuis le début du siècle, jusqu'à 1914, et une réduction pendant les années suivants. C'est une conséquence des guerres et de la crise économique de la décade de trente :

- 9200 sorties annuelles de 1939 à 1945;
- 26000 sorties annuelles de 1946 à 1955.

Seulement pendant les dernières années de la décade de cinquante ce phénomène s'intensifie en direction aux autres pays de l'Europe. En effet si nous comparons l'évolution de ce mouvement pendant la deuxième moitié de notre siècle, après et avant 1974, on peut vérifier :

- de 1955 à 1974, plus de 1, 6 millions de portugais ont quitté, légalement le pays, soit une moyenne de 82000 sorties par an ;
- de 1974 à 1988, seulement 230000 émigrants ont quitté, légalement le pays, soit une moyenne de 15000 sorties par an.

Au dehors de ce mouvement et en conséquence des restrictions imposées par les autorités, un nombre considérable d'émigrants a quitté clandestinement le pays surtout en direction en France et d'autre pays européens.

Dès le début de la décade soixante-dix, après la première "crise d'énergie" en Europe, on a vérifié une réduction de toutes ces sorties, soit en direction des pays de l'Europe industrialisée soit en direction de l'Amérique du Nord.

Comme nous avons déjà signalé, l'importance de ces sorties a été plus significative dans les régions nord et centre littoral du pays (et aussi aux îles atlantiques), dans lesquelles se concentrent la plupart des habitants du pays. Et pendant quelques siècles, jusqu'à nos jours, les régions de "Minho, Trás-os-Montes" et "Beira Alta" ont été les principales centres de recrutement d'émigrants, surtout en direction au Brésil, le traditionnel centre d'attraction de l'émigration portugaise.

Depuis les années soixante ce mouvement a changé en direction à l'Europe Occidentale : France, R.F.A et Luxembourg au début, Espagne et Suisse aujourd'hui, pays où la dimension de la communauté portugaise est très considérable. Ça confirme aussi le rôle de ces communautés dans les envois d'argent, du Brésil, de l'Europe et de l'Amérique, qui favorisent l'équilibre de la balance des paiements portugaise.

Parmi d'autres caractéristiques, l'émigration portugaise est une émigration active et adulte, surtout masculine, peu spécialisée et avec des lacunes d'instruction. Ça est une des caractéristiques plus remarquables surtout au début de ce mouvement. Par

contre et à cause des lacunes en ce qui concerne de développement du pays, l'émigration touche chaque fois plus les jeunes et les adultes qui possèdent, à nos jours, une scolarisation élémentaire complète ou même une formation professionnelle de base au niveau secondaire au même supérieur.

Population Portugaise - 1991

<i>Region</i>	<i>Pop. res.> 15 an. 1)</i>	<i>Pop. s/esc. 2)T. Analf. 3)</i>	
Norte	2 705 296	296 895	11.0
Centre	1 393 252	212 938	15.3
Lisbonne V.T.	2 697 129	240 070	8.9
Alentejo	448 395	105 723	23.6
Algarve	280 441	43 115	15.4
<i>Continente</i>	<i>7 524 513</i>	<i>898 741</i>	<i>11.9</i>

1) Population résidente d'âge inférieur à 15 ans ;

2) Population résidente sans avoir fréquenté l'école primaire (scolarisation obligatoire)

3) Pourcentage de la population résidente sans savoir lire ou écrire (analphabète)

De la même façon on peut signaler l'importance de l'émigration familiale, soit dans sa composant transocéanique, soit européenne, ce qui lui donne un caractère plus permanent. Ces caractéristiques contrastent avec l'émigration temporaire qui a touché, surtout, les nouvelles courants d'émigrants vers les nouveaux destins de l'ancien continent et les autres pays de l'Amérique, de l'Afrique, de l'Australie et du Moyen Orient.

Ça correspond, comme nous l'avons signalé, à une "diáspora" qui recouvre et confirme l'ancienneté de ce mouvement dans les terres qui ont été découvertes par les portugaises depuis le XVème siècle.

3. Les Portugais en Suisse

Avec une population résident d'environ 6,9 millions d'habitants (1993): 5,6 millions d'origine suisse et d'autres 1,3 millions étrangers, la Suisse est devenu, depuis longtemps, un des pays plus touchés par l'immigration étrangère, surtout pour l'émigration méditerranéenne: Italie, Yougoslavie, Portugal, Espagne.

Em même temps et à cause de sa localisation, elle a été touchée par l'émigration d'autres citoyens européens.

En ce qui concerne l'émigration portugaise elle est devenue chaque fois plus importante, surtout depuis les années 70, quand l'émigration vers d'autres pays d'Europe et Amérique est devenue plus difficile. En tout cas à ce temps lá, la Suisse

était déjà connue par beaucoup de portugais, surtout des saisonniers qu'ils cherchaient du travail.

En ce qui concerne l'émigration permanente et légale, Ribeiro (1986; 84) signale d'environ 5450 émigrants qui ont quitté le Portugal vers la Suisse pendant la période 1955/84.

Par contre en ce qui concerne l'immigration temporaire la Suisse a attiré, pendant la même période, environ 28500 travailleurs ce qui représente 30% du total d'immigrés temporaires portugais qui sont sortis du pays au même période.

Le même auteur, Ribeiro (1986; 97) signale l'importance de l'émigration portugaise temporaire pour ce pays au début des années 80: 2629 émigrants 1980; 18088 émigrants - 1981; 19000 émigrants 1982; 22000 émigrants - 1983 et 23000 émigrants -1984.

Émigration temporaire portugaise en Europe (1950/84)

<i>Pays/Période</i>	<i>1960/69</i>	<i>1970/79</i>	<i>1980/84</i>	<i>Total</i>
França	24 117	15 526	18 515	58325
Luxemburgo	-	374	646	1 020
Suiça	3 525	12 115	12 927	28 567
<i>Total Europe</i>	<i>27 652</i>	<i>28 016</i>	<i>32 562</i>	<i>88 387</i>

À propos de l'immigration portugaise dans ce pays, Minga (1985; 54); signale: "*il s'agit d'une émigration à augmentation constante. Cette augmentation est vérifiable tout aussi bien pour ceux qui ont le permis B ou C que pour les saisonniers*", ou encore, "*...cette augmentation est vérifiable aussi pour les clandestins, jeunes gens et jeunes filles qui à l'époque de l'émigration saisonnière arrivent par des vagues, et se concentrent surtout en Suisse Romande*".

Pas toujours légale, l'émigration portugaise est aussi connue par l'importance des clandestins qui sont arrivés en différentes époques et qui contribuent pour l'augmentation de la communauté portugaise dans ce pays. En effet la situation économique au Portugal avec des taux de chômage élevés, surtout parmi les jeunes ou même les difficultés à trouver une place à l'enseignement supérieur (surtout avant l'élargissement du réseau des établissements privés, pendant la décennie actuelle), justifient le grand nombre de jeunes qui arrivent en Suisse.

D'autre part ce mouvement est aussi préférée par d'autres personnes qui devant les difficultés de trouver un poste de travail d'ailleurs en Europe (France, Allemagne, Luxembourg,...) cherchent la Suisse pour y séjourner. Disons même que ce mouvement c'était fortement encouragé par le recrutement des saisonniers qui à partir des années 70 ont commencé à s'adresser à ce pays en nombre considérable.

Étant donné d'autres études sur l'émigration portugaise (cf: Arroiteia; 1985 et 1992) nous signalons, aussi pour ce pays, que les régions plus touchées par ce phénomène sont justement les régions moins développées, surtout de l'intérieur de Portugal: Viseu, Vila Real, Braga; Évora, Beja. De la même façon l'émigration a touché les régions du littoral : Braga, Porto, Aveiro, Leiria et Lisboa.

À l'exception de centres urbains et des pôles plus industrialisés du nord et centre littoral du pays, une des caractéristiques de régions plus touchées par l'émigration c'est justement son niveau de vie, très bas aussi bien que le niveau de scolarisation de ses habitants. Malgré du tout la composition plus récente de l'émigration portugaise en Suisse, de plus en plus jeune, possèdent, déjà une scolarisation de base au moins de six ans ou plus, quelques-uns avec des études secondaires.

Mais malgré les changements dans le niveau d'instruction des parents et d'une amélioration de son "capital culturel", les conditions de travail et la durée des horaires des parents (avec des journées de travail plus lourdes pour le père et aussi pour la mère), ne donnent pas du temps disponible pour accompagner les travaux scolaires des enfants.

Ces conditions aussi que les difficultés de langue et des programmes devront être les premiers responsables pour les résultats de la scolarisation de la population plus jeune. En même temps et surtout pour ceux qui arrivent après le début de l'année scolaire ou même pour ceux qui ont déjà fréquenté l'école au Portugal, les différences entre les systèmes éducatifs pourront justifier en Suisse, comme d'ailleurs à d'autres pays de l'Europe, les performances scolaires que nous enregistrons à différents cantons suisses.

L'évolution de la population scolaire dans les Cantons de Vaud et d'Aargovie, pendant la deuxième moitié des années 80 confirme l'importance de l'immigration étrangère en Suisse, notamment l'immigration portugaise dans ce pays. Et les

chiffres plus récents montrent bien ces oppositions par cantons et les différences concernant les permissions de résidence de cette population.

Elles confirment aussi quelques des caractéristiques qui nous venons de signaler auparavant.

Population portugaise en Suisse - 1996

<i>Canton</i>	<i>Permis C</i>	<i>Permis B</i>	<i>Permis A</i>	<i>Total</i>
Vaud	24 7125	590	1 638	31951
Genève	24 061	4 334	274	28 713
Valais	10 898	2 381	2 195	15 477
Zurich	9506	2 456	2 270	14 233
Neuchâtel	8 564	1 459	437	10 463
Fribourg	6 397	2 122	1 035	9 554
Bern	5220	1 608	2 260	9 089
Graubunden	788	1 276	4 091	6 158
Ticino	3 635	1 175	870	5 695
Aargau	3 260	687	680	4 633
Luzern	2 799	840	960	4 599
Thurgau	2 633	553	595	3 782
St. Gallen	2 028	577	675	3 280
Basel-S.	1 087	340	197	1 648
Basel-L.	869	170	193	1 245
Zug	644	193	239	1 076
Jura	598	237	150	986
Schwyz	486	176	256	918
Solothum	648	147	117	912
Obwalden	187	166	267	620
Schaffhausen	345	116	78	540
Nidwalden	148	86	215	449
Glarus	166	83	194	443
Uri	93	44	274	411
Appenzell A. Rh.	189	79	108	376
Appenzell I. Rh.	14	31	53	98

in: Office Fédéral des Étrangers

4. Sur les perspectives futures

Comme nous venons de signaler l'émigration portugaise est un phénomène très ancien, avec des multiples conséquences (économiques, démographiques et sociales) et des caractéristiques si diverses, qui a touché toutes les régions du pays et les habitants des différents secteurs d'activité. Elle est aussi un mouvement qui pendant la dernière année a changé de direction, étant considérée aujourd'hui peu significatif au niveau du nombre total des sorties.

C'est le résultat soit des restrictions posées par différents pays dans l'admission de nouveaux émigrants, soit en conséquence de l'intégration du Portugal dans la U. E. En effet, si les chiffres plus récents - moins d'une dizaine de millier d'émigrants par an - confirment sa réduction au niveau du pays, nous ne pourrions pas oublier soit l'importance des retours, soit la dimension et la structure des communautés portugaises qui habitent à l'extérieur dans lesquelles nous signalons, encore aujourd'hui, un nombre considérable de jeunes avec des besoins spécifiques de formation et scolarisation.

De la même façon nous ne pourrions pas oublier les droits sociaux fondamentaux des travailleurs portugais et de ces familles, surtout dans le contexte des pays communautaires, où les nouvelles exigences de la libre circulation imposent une égalité de traitement en ce qui concerne l'accès et les conditions au travail, aussi bien que dans la protection sociale et familiale de cette population. Ces conditions sont surtout attractives quand nous pensons dans les déséquilibres, régionaux et sectorielles, qui caractérisent le territoire portugais et la société portugaise et la demande d'emplois par une population jeune et adulte, qui veut améliorer son statut économique et social, parfois difficile de le faire au Portugal.

Ça justifie l'importance accrue de l'immigration portugaise en Suisse, pays où les conditions de travail et les salaires sont très attractives pour cette population.

Au dehors d'autres mesures concernant la protection sociale et la scolarisation de la population plus jeune, la situation de ces immigrés dans les différents cantons du pays, doit appeler notre attention pour la construction d'une société "multiculturelle" au sein d'un des pays plus attractifs de l'Europe. Il faut, alors, trouver dans ce nouveau contexte européenne des enjeux favorables, pas à une nouvelle "diáspora" portugaise en Europe, mais au développement d'une société plus équitante, solidaire et humaine, comme le prévoient les différents traités instituant l'Union Européenne dans laquelle la Suisse est chaque fois plus attaché.

(Novembre/96)

Bibliografia

- ARROTEIA, Jorge Carvalho
1983 - *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*
Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; n° 79)
- ARROTEIA, Jorge
1985 - *Atlas da emigração portuguesa*
Porto; Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos
- 1992 - *L'enfant portugais dans le contexte migrant portugais au G.D. du Luxembourg*
Lisboa; Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
- ARROTEIA, Jorge; PARDAL, Luis; MARTINS, António; PORTANTE, Dominique e
LOSCH, Jean
(1994) - *Avaliação dos cursos integrados em português no sistema de ensino luxemburguês*
Lisboa; Departamento da Educação Básica/Min. da Educação (Policopiado)
- MINGA, Teófilo Augusto R.
1985 - *La famille dans l'immigration - étude de la problematique dans le domaine de l'immigration portugaise en Suisse*
Porto; Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos
- OFFICE FÉDÉRAL DE LA STATISTIQUE
1995 - *Les indicateurs de l'enseignement en Suisse*
Berne; Office Fédéral de la Statistique
- RIBEIRO, F.G. Cassola
1986 - *Emigração portuguesa*
Porto; Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos
- SERRÃO, Joel e outros
1976 - *Testemunhos sobre a emigração portuguesa*
Lisboa; Livros Horizonte
- TRIGAL, Lorenzo-López (Dir.)
1992 - *Evaluacion del Programa Hispano-Luso para la Accion Educativa y Cultural* (2 Vols.)
Léon; Ministério de Educación y Ciência - Universidad de Léon
- WITZIG, A.
1994 - *Jovens portuguesas: insucesso escolar?*
Frauenfeld (Lucerna) (Policopiado)

A perda de raízes culturais - o ‘luto’ pela cultura mãe ¹¹⁴

Enquadramento

Conhecido há vários séculos pela importância dos seus movimentos migratórios internos, da emigração e da imigração, Portugal apresenta uma história diversificada de cada um destes fenómenos, que importa realçar. Dos movimentos internos há que destacar o processo de povoamento associado à Reconquista e as migrações que se sucederam de habitantes de diversos pontos do país, sobretudo do interior, para as áreas dominadas pelo comércio marítimo e urbano, para as vilas e cidades de maior dimensão, para os centros industriais e de serviços que se vieram a desenvolver no litoral, em áreas dotadas de maior acessibilidade económica e de transporte.

Quanto à emigração recordamos a forte emigração transoceânica que teve primeiramente no Brasil o principal porto de destino do emigrante português. Razões históricas e culturais justificam o grande movimento de saídas de portugueses para este país antes de se terem encontrado outras alternativas à emigração transoceânica que desde o início do século passado se diversificou para outros países do continente sul-americano e especialmente para a América do norte. Pescadores e agricultores, letrados ou simples analfabetos, oriundos de terras ribeirinhas e de áreas serranas do interior, daqui saíram em períodos marcantes da emigração portuguesa dando origem a fortes comunidades hoje radicadas em diversos centros dos E.U.A., do Canadá, do Brasil, da Venezuela e mesmo da Argentina, destinos bem conhecidos de muitos portugueses.

O incremento das partidas para a Europa conhecidas entre nós no decurso dos anos sessenta e setenta, embora contribuindo para enfraquecer aquele movimento transoceânico, acompanhou a tendência global da emigração portuguesa na sua vertente intra-europeia verificada igualmente noutros países mediterrânicos. Daí a formação de novas comunidades portuguesas na Alemanha, em França, no

¹¹⁴III Seminário de Verão *Diáspora e Lusofonia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Julho-1988)

Luxemburgo e modernamente na Suíça e em Andorra, países igualmente procurados por muitos cidadãos oriundos desta região ribeirinha.

Razões, várias, justificam a ocorrência deste fenómeno. Entre elas salientamos, no período posterior à segunda guerra mundial, o processo de desenvolvimento e de mudança social que experimentou o velho continente com a necessidade da reconstrução e da expansão económica que se seguiu àquele conflito armado. Esta nova situação justifica o volume e a sua extensão entre os países menos desenvolvidos da “periferia” do continente europeu face aos mais industrializados do “centro” industrializado. Mais ainda, realçam os desequilíbrios existentes entre as suas diferentes regiões. No entendimento de G. Tapinos esta situação decorreu da desigual repartição "entre as necessidades e os recursos, a pressão demográfica e o desenvolvimento económico", sendo mais um sintoma da tradicional "divisão norte-sul" manifestada na dependência dos países mediterrânicos face a o poder económico dos países industrializados do ocidente europeu.

Se tomarmos como exemplo a emigração portuguesa verificamos que estas saídas ficaram marcadas pelo estado de desenvolvimento das actividades económicas, pela "míngua dos meios de subsistência", pela fragilidade do tecido produtivo, pelo desemprego que conduziu ao "êxodo" de emigrantes isolados, de jovens e de famílias inteiras. Notamos ainda a sua evolução rápida e a sua expansão alargada que embora afectando todo o território nacional incidiu com maior incidência nas regiões mais densamente povoadas do norte, do centro e do litoral do país.

Seguindo ritmos e modalidades distintas, a emigração legal e a emigração clandestina registou ainda preferências diversificadas consoante a antiguidade e a tradição emigratória, as características sociais da população e as oportunidades de emprego e de salários oferecidos a esta população. Além destas circunstâncias importa ainda assinalar o contexto político associado a perseguições, à falta de liberdade expressão, à guerra nas antigas colónias e às práticas sociais dominantes que levaram à fuga de muitos jovens, antes ou durante o cumprimento do serviço militar.

Mudança social

Apreciados alguns aspectos relacionados com os traços gerais dos movimentos de saída da população portuguesa, importa destacar o contexto social e cultural em que estas populações se movimentaram. Dada a configuração geral da sociedade portuguesa, descrita por Sedas Nunes (1964) como uma “sociedade dualista” com alguns centros urbanos de maiores dimensões e grande extensão do meio rural, as referências culturais desta população eram, na sua grande maioria, as de origem rural, de onde saíram os maiores contingentes afectados por estes movimentos. Referimo-nos não só ao “êxodo rural” responsável pelo esvaziamento ou desertificação do território, mas já a “emigração maciça” que nos períodos áureos da emigração brasileira registada na transição de Oitocentos para Novecentos afectou todo o território nacional. Disso nos dá conta a emigração dominante na segunda metade de Novecentos, com destino à Europa.

São essas referências culturais que transportam as comunidades migrantes e que ditam a sua sobrevivência no seio das sociedades de acolhimento, gerando a reconstituição de uma certa “consciência colectiva” no seio das sociedades de acolhimento. Perante esta situação as comunidades imigrantes reagem por iniciativa própria criando as suas próprias instituições que tendem a preservar os traços de uma cultura deixada na pátria de origem e que a todo o custo se tenta conservar e transmitir às gerações mais novas. Dois ou três exemplos bastam para o confirmar. Recordamos em primeiro lugar as associações com fins de beneficência que foram importadas da Corte para o Brasil e que até à independência deste país permitiu a constituição de mais de uma centena de Santas Casas da Misericórdia, subsidiárias da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Destinadas a dar apoio aos emigrantes necessitados e mais tarde a todos os irmãos da Irmandade e à população em geral, estas instituições tendem hoje a garantir a sua acção noutros contextos europeus e tendem a divulgar-se em França e no Luxemburgo.

Para além destas associações temos múltiplos exemplos de outras instituições que se dedicaram à preservação dos traços culturais e recreativos, largamente espalhadas pelos países de imigração. Das suas actividades recordam-se as iniciativas ligadas ao desporto rei, as iniciativas etnográficas com escolas de dança

– ranchos folclóricos –, de música tradicional portuguesa e, muitas delas, promovendo o ensino da língua e da cultura portuguesa nestes contextos imigratórios. Neste caso a acção destas associações prolongou a acção da Igreja e das comunidades religiosas imigradas. O Estado português, a partir sobretudo do terceiro quartel de Novecentos, reforçou esta acção com a criação de uma rede de cursos de língua e cultura portuguesa assegurados por professores destacados para o efeito e com coordenações nacionais em diversos países de imigração. Esta rede de cursos e de escolas tem sofrido ao longo dos anos diversas alterações de projecto e de funcionamento, sendo que se constituem como um dos registos actuais mais marcantes da intervenção pública na remediação da “perda da memória” das comunidades emigrantes.

Outros exemplos, agora de carácter religioso, podemos destacar. Os sentimentos de religiosidade que identificavam a sociedade portuguesa de base rural estão bem representados nas inúmeras celebrações religiosas de que destacamos, apenas, os casos das peregrinações de portugueses aos Santuários de N^a Sr^a de Fátima em França (Paris) e no Luxemburgo (Wiltz). Estes exemplos permitem evocar as festas religiosas que têm lugar no país de origem dos emigrantes.

Por sua vez, a terra-mãe leva a cabo anualmente as peregrinações do emigrante, promovidas pela OCPM no Santuário de Fátima em 13 Agosto, ou as Festas do Senhor Santo Cristo, em Ponta Delgada. Mas se quisermos apreciar o calendário das festas populares registadas durante o mês de Agosto em todas as dioceses portuguesas verificamos que o “actor” emigrante e o fenómeno emigração animam a maior parte das celebrações religiosas e das festividades que outras entidades decidem organizar durante a mesma época.

Não pretendemos entrar no domínio da afectividade, das promessas, dos contributos e da participação social e cívica da população emigrante em obras de índole comunitária orientadas para a população local ou mesmo para as comunidades emigrantes da mesma ou de outras nacionalidades. Recordá-lo exigiria um levantamento exaustivo das situações concretas vividas ao longo de séculos em terras da emigração e nos países que acolhem as colectividades de imigrantes. Salientamos mesmo assim muitas dessas realizações vocacionadas para a recolha de

fundos destinados a projectos concretos de natureza social a desenvolver destinados aos parentes, a amigos e à comunidade da mesma terra e lugar.

Não raro vemos uma participação cívica alargada da comunidade emigrante em torno de projectos de índole religiosa, como por exemplo a construção ou beneficiação de templos religiosos; de grupos recreativos, como ranchos e filarmónicas ou de projectos assistenciais, como lares e residências destinadas à população idosa; de afiliação desportiva em torno de um clube de renome, ou até de defesa gastronómica e de outros aspectos de natureza cultural. Esta participação reflecte os laços de solidariedade, de identidade e de pertença da comunidade emigrante que através destas dádivas reforçam entre si os laços de solidariedade e as determinantes de uma “consciência colectiva” que reforça a coesão social e os laços de familiaridade entre os membros do mesmo grupo.

Exemplos, vários, dão-nos conta de digressões de ranchos, de bandas de música popular, de grupos desportivos e outros, que participam em iniciativas específicas orientadas para a divulgação da cultura autóctone junto das sociedades de acolhimento, das outras comunidades emigrantes e da comunidade nacional emigrada independentemente das suas origens e proveniências. E em datas festivas, como no “Dias da Comunidades”, é o poder político que incentiva algumas dessas deslocações com a realização de conferências, de exposições e de outras realizações que promovem o ser, o sentir, o espírito colectivo e de grupo da população emigrada e a sua valorização junto das sociedades de acolhimento.

Não raro vemos nos “actores” envolvidos neste fenómeno uma redefinição de papéis sociais reveladores de uma ascensão social permitida pela mobilidade geográfica das migrações, pelo trabalho realizado e pelos resultados económicos obtidos por indivíduos que sendo oriundos da base da escala social dominante no seu país conseguem almejar a lugares cimeiros no “ranking” de empresários em certos sectores de actividade e da vida económica. É o caso de muitas situações relativas às antigas e às novas gerações de emigrantes, muitos deles totalmente integrados nas sociedades de acolhimento e com uma participação cívica e política digna de realce.

Das situações conhecidas podemos recordar que a perda dos laços culturais que esbatem a “consciência colectiva” de pertença à mesma família ou região traduz-se num sentimento de perda de raízes, de laços afectivos e familiares que se assemelham à perda de um familiar próximo, de um parente ou de um amigo. De facto, o esbatimento dos sinais de sociabilidade entre os membros de um grupo ou com a sociedade de origem identificam-se com os sentimentos de perda causados pelo afastamento definitivo de alguém que parte para sempre.

Que o digam a forma como as “viúvas de vivos” se identificavam nas suas terras, vestindo-se de negro carregado, remetendo-se a um silêncio e um afastamento de toda a vida social enquanto os maridos, ausentes no Brasil ou noutra local distante, não tivessem voltado. A distância, os perigos da viagem, o retorno incerto de muitos deles, a ausência ou a morosidade de notícias, justificavam tal comportamento. Mais ainda, em comunidades fechadas, a regra não podia ser violada sem sanções sociais, familiares e até económicas, a que ficavam sujeitas as infractoras.

Sem entrar nas questões específicas da dor, das manifestações de luto e das suas consequências, podemos inferir que no domínio das migrações, como foi o caso da emigração portuguesa, o distanciamento da terra e da sociedade de origem foi um fenómeno sentido que se fortaleceu durante séculos quando das grandes viagens transoceânicas ou mesmo nos primeiros tempos da emigração europeia. Com a melhoria das redes de viagem e de comunicação entre os cidadãos emigrantes, os familiares e amigos, a terra natal e a sociedade portuguesa estas manifestações, embora presentes, ganham outros contornos. Mesmo assim a ausência duradoura do meio familiar, social e cultural de origem, causam perturbações e dor individual e transmite-se aos indivíduos do mesmo grupo como se os laços dessa pertença se identificassem a um fluido intersticial que alimenta os originários da mesma família ou região e que alimenta as células que lhe dão vida. A perda da sua fluidez, traduzida no afastamento familiar e cultural, conduz a uma procura de raízes, de meios que reforcem os laços de identidade com outros cidadãos oriundos da mesma comunidade e sociedade e que permitam compensar a fragilidade da separação e reforçar as raízes comuns que unem os cidadãos da mesma família e grupo social. É o que estamos a assistir hoje em dia com a procura crescente da identificação das

raízes familiares, da nacionalidade portuguesa ou da procura de outras referências culturais que julgávamos perdidas para sempre.

Acontece que a procura dessas raízes reforça os sentimentos de identidade, de pertença e de cidadania perante os grupos e as sociedades de acolhimento. Pelo contrário, o seu esbatimento reforça a dor causada pela perda de laços de consanguinidade, de familiaridade e a própria identidade. Nestas circunstâncias a dor é causada pelo enfraquecimento dos laços que unem o indivíduo ao seu grupo de origem geram maleitas tão ou mais perniciosas que as perdas causadas pela quebra dos laços de familiaridade directa. É o que podemos designar de “luto social”.

Remate

A reflexão anterior permite reconhecer a necessidade de se cuidar do luto social e cultural causado pelos movimentos migratórios, por uma ausência forçada ou desejada ou pelo afastamento temporário ou definitivo dos cidadãos em relação à sociedade de origem, como um fenómeno que afecta o indivíduo em si e o seu grupo social. Logo, reconhecer a existência de direitos e de deveres desta população, constitui-se uma questão fundamental. De facto, reconhecer os direitos de cidadania em relação ao seu país, às sociedades de acolhimento e às demais comunidades que partilham as mesmas condições de residência, de vida e de trabalho, é um dever nacional. E a participação dos cidadãos emigrantes na reconstrução dos seus países e das sociedades de acolhimento, inquestionável nos seus efeitos imediatos, nem sempre tem sido seguida nos aspectos práticos e quotidianos da sua vivência em países estrangeiros.

Na sua essência não basta assegurar, apenas, o cumprimento dos direitos humanos elementares e fundamentais. Importa sim que os cidadãos e(i)migrantes tenham idênticas condições de vida, de mobilidade e de integração social que os demais membros das sociedades de acolhimento. Sendo a exclusão social um dos males das sociedades dos nossos dias importa assegurar aos "cidadãos da diáspora" as condições cívicas essenciais que garantam as "interdependências" que hoje

identificam do ponto de vista político, económico e cultural, o "mosaico europeu" que habitamos.

Seria utópico pensar na "construção" de uma "Europa sem fronteiras", assente na mobilidade geográfica e social dos seus habitantes e na participação democrática das suas gentes se este processo não fosse acompanhado de uma autonomização crescente das populações migrantes, do reconhecimento pleno dos seus direitos cívicos e políticos fundamentais, do reforço da cidadania e da sua identidade, balizada pela interdependência progressiva dos diversos Estados afectados por estes tipos de movimentos. Uma tarefa comum que se reafirma como prioritária nesta "encruzilhada de culturas" que nos vinculam e que hoje partilhamos.

Reconhecer a sua existência e aprofundar os laços das populações migrantes que os prendem ao seu país natal é uma responsabilidade de todos nós, particularmente sentida quando evocamos a dimensão deste fenómeno e as suas relações culturais com a sociedade de origem. Diversos meios são utilizados para este fim. A divulgação da língua e da cultura portuguesa têm sido os eleitos. No entanto há que incentivar as iniciativas que permitam a partilha de identidade e a participação cívica que facilite a aproximação dos diferentes "cidadãos em diáspora" às respectivas "sociedades maternas".

Jorge Carvalho Arroiteia

12OUT2010

A emigração portuguesa em Espanha: retalhos de um percurso investigativo (1991-2011)

Enquadramento geral

Os resultados da investigação que ora divulgamos sobre os "Movimentos da população e mobilidade social dos portugueses na região fronteiriça de Castilla-Léon e no Nordeste de Portugal" são o resultado da nossa participação no "Programa Hispano-Luso para la acción educativa y cultural" (orientado pelo Professor Lorenzo López-Trigal, em 1991) bem como do aprofundamento desta pesquisa nos anos seguintes (juntamento com o Professor Francisco Cepeda, durante os anos de 1992 a 1994) no âmbito de um projecto de investigação apoiado pelo CRUP e apoiado financeiramente pelas "Acções Integradas Luso-espanholas-92".

Os objectivos gerais destes trabalhos destinavam-se a estudar os movimentos da população e a mobilidade social dos portugueses em Espanha, razão pela qual se integram dois textos relativos a este tema. O primeiro recorda alguns aspectos da emigração portuguesa na bacia de Léon; o segundo realça algumas das particularidades desse movimento na área do parque natural de Montesinho, umas das áreas do Nordeste português mais afectadas pela emigração para o país vizinho.

Embora realizados há algum tempo não quizémos deixar de apresentar os resultados desta investigação quando da publicação das actas do "Simpósio: Articulação territorial na fronteira luso-espanhola", realizado em Outubro de 1996 em Vilar Formoso.

Nesta oportunidade agradecemos ao Doutor Lorenzo Lopez Trigal, Professor da Universidade de Léon e ao Doutor Francisco Terroso Cepeda, Professor do Instituto Politécnico de Bragança, pela sua colaboração no desenvolvimento destes trabalhos. Da mesma forma queremos testemunhar o nosso apreço ao Doutor François Guichard, Investigador da Universidade de Bordeaux III, pelo seu esforço na implementação do projecto de pesquisa: "Articulation des territoires dans la Péninsule Ibérique", o qual tem vindo a permitir não só a realização de novos

trabalhos de investigação mas também o encontro de cientistas sociais, franceses, espanhóis e portugueses garantindo o reforço da "solidariedade territorial e institucional" entre estes três países.

1. Os portugueses em Espanha

A presença de portugueses em Espanha sendo, embora, um fenómeno conhecido há vários séculos, só recentemente, porém, ganhou contornos mais definidos depois do estabelecimento de mecanismos estatísticos de controle das saídas e de regularização da população que indevidamente se tenha ausentado do nosso território. Tal facto, porém, não inviabiliza que uma percentagem significativa da população portuguesa residente na vizinha Espanha continue por recensear, facto que alterará os valores globais, ora referenciados, colhidos, essencialmente, junto de fontes estatísticas oficiais.

Ainda que reconhecendo essas limitações, entendemos que mais do que o cômputo global da imigração de nacionais no país vizinho interessará conhecer algumas das particularidades desse movimento, que em épocas recuadas assumiu um interesse extraordinário, de acordo com algumas referências históricas acerca deste movimento.

Recordamos, a propósito, o que Manuel Severim de Faria, no seu escrito "Remédios para a falta de gente", escreve a este respeito: *a segunda causa por que falta a gente deste reino é por não terem ofícios com que ganhem de comer por sua indústria.... Outros se passam a reinos estranhos, principalmente para os de Castela, pela facilidade da vizinhança, onde ainda antes da Aclamação havia tantos portugueses que muitas pessoas afirmavam que a quarta parte dos moradores de Sevilha eram nascidos em Portugal, e que em muitas das ruas daquela cidade se falava a nossa língua e não a castelhana. Quase o mesmo se podia dizer de Madrid; e por toda a Castela Velha e Estremadura é notório que os mais dos mecânicos eram naturais deste reino, os quais, por não terem cá em que trabalhar, iam lá ganhar sua vida* (cf: Serrão; 1976; 74).

Este tipo de movimentos não deixou, igualmente, de impressionar Oliveira Martins, que a propósito dos principais destinos da emigração portuguesa no mundo

realça já as saídas para o velho continente, escrevendo a este respeito: *...não falando na emigração para países europeus, em que principalmente avulta a saída de algarvios para as pescas e lavouras da vizinha Espanha...* (cf. Serrão; 1976; 124)

Confirmando a importância deste movimento, assinala ainda este autor, entre 1880 e 1888, a saída de 1464 algarvios para este país, e de apenas 20 alentejanos, de 30 beirões naturais da Beira Baixa, de 70 da Beira Alta, de 7 trasmontanos e de 1036 estremenhos, que nesse mesmo período demandaram a Europa.

Testemunhos diversos, recolhidos junto das populações raianas dão-nos conta da importância, não só dos movimentos locais, muitos deles não referindo características de uma verdadeira emigração uma vez que resultaram de um contacto permanente aprofundado ao longo dos anos, mas ainda de outras correntes, duradouras e intensas, que têm continuado a afectar emigrantes oriundos de diferentes regiões do país. Refere-se, no primeiro caso, o maior intercâmbio existente, de há longa data, nas áreas das províncias de Galiza, Huelva e Badajoz e no segundo os movimentos de maior duração constituídos, essencialmente, por naturais de Coimbra, Lisboa, Braga, Bragança e Vila Real.

Em muitos destes casos a emigração para Espanha revestiu um carácter temporário, desenvolvendo-se de acordo com o ritmo das necessidades de mão de obra no país vizinho e as vicissitudes, de natureza política, económica e social que este tem atravessado. Como nota López Trigal (1991; 16), a afluência de emigrantes estrangeiros a este país deve-se *...à relação salarial mais vantajosa e ao desinteresse dos trabalhadores espanhóis por certos postos de trabalho...* , acontecendo aqui o mesmo que se havia verificado noutros países.

Note-se, contudo, que a presença desta população em Espanha anda associada ao desenvolvimento da corrente migratória para a Europa, em particular para França, país que desde os finais do século passado tem vindo a acolher um número crescente de trabalhadores portugueses. Daí que, suggestionados pelas novas oportunidades de emprego existentes no antigo reino de Castela ou impedidos de alcançarem a fronteira, além Pirinéus, muitos portugueses viram-se deslocados em Espanha pensando, muitos deles, que da velha Gália se tratava... Assim nos relata o estudo da Cáritas (1987; 107): um em cada dez portugueses teve como primeira

intenção emigrar para outro país diferente de Espanha, porém a imensa maioria só pensou em Espanha como lugar de destino.

Note-se contudo que, tal como sucedeu noutros países da Europa Ocidental, só a partir dos anos cinquenta é que a Espanha passou a constituir-se como um país de imigração - embora mantendo por sua vez o carácter tradicional de país de emigração com cerca de dois milhões de espanhóis residindo no exterior (López Trigal; 1991; 16) -, uma vez que até essa data a emigração era uma das características dos países mediterrânicos, sentida profundamente em Portugal como neste país.

Mesmo assim por volta de 1950 o número de estrangeiros, legalizados, aqui residentes, ultrapassava os 55 milhares, ascendendo em 1970 a 150 milhares e em 1989 a 400 milhares. Tal ocorrência denota o desenvolvimento progressivo que se registou em certas áreas deste território e que esteve na base da redução das saídas de espanhóis para França, para o Luxemburgo ou mesmo para outros países da Europa Ocidental. Tal facto não deixou de exercer uma forte atracção não só sobre a população portuguesa mas ainda sobretudo os africanos, em especial marroquinos, que a partir de então aí se fixaram em grande número.

QUADRO I - População estrangeira residente em Espanha

Ano	Europa %	África %	Total geral
1966	62.9	1.0	109244
1970	63.0	1.5	147727
1975	62.1	1.9	165289
1980	65.0	2.2	182045
1985	65.4	3.5	241971
1989	65.2	5.9	398147

in: Evaluacion del Programa Hispano-Luso para la accion Educativa y Cultural; 1992

Como o refere Pardo Abad (1989) a percentagem dos portugueses oscilou durante os últimos anos, tendo passado de 27% em 1950 para 10% apenas em 1987, representando em anos anteriores, 22% em 1960, 20% em 1965, 17% em 1970, 14% em 1975 e 13% em 1980. Tal quebra, porém, deve ser entendida como resultado de um acréscimo significativo da população estrangeira residente confirmando, por outro lado, a tendência para um saldo migratório positivo registado neste país.

Embora pouco numerosos os estudos sobre este fenómeno não deixamos de recordar algumas das características sobre a presença dos portugueses em Espanha. Quanto à sua evolução, Pardo Abad (1989) assinala que em 1955 o total de portugueses residentes em Espanha, deveria orçar os 14,7 milhares, montante que se manteve praticamente estável, até 1960, quando esse montante terá tingido os 15,1 milhares.

Entre 1960 e 1985 ter-se-á verificado um aumento significativo da população emigrante de origem portuguesa, em particular até 1975, passando esta para mais de 23,3 milhares de indivíduos nesta última data. Para tanto não deve ter sido alheia a evolução da própria emigração portuguesa, sobretudo para França, sugerindo, portanto, que muitos dos emigrantes portugueses inicialmente destinados àquele país tenham permanecido em Espanha. Note-se que entre as regiões que então acolheram maior número de portugueses contam-se não só a bacia mineira de León mas ainda as Astúrias que entre 1965 e 1975 terá acolhido mais de 1,5 milhares de portugueses.

De acordo com o estudo realizado pelo Colectivo IOE para a Cáritas Espanhola (1987; 108), ...no momento de migrar, 61% contava já em Espanha com algum familiar ou amigo que os ajudou a estabelecer; outros 10% haviam contactado em Portugal com algum patrão ou empresa espanhola que lhes garantiu um posto de trabalho; e só 27% chegaram a Espanha sem nenhum contacto prévio.

QUADRO II - População portuguesa residente em Espanha

Ano	Portugueses	Total C.E.
1966	21373	63181
1970	25407	84909
1975	23102	92218
1980	23856	106738
1985	23342	142346
1989	32936	231162

in: Evaluacion del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural; 1992

Antes de assinalarmos outros dados sobre as características desta população, interessará recordar que, se até aos anos sessenta grande parte destes habitantes se mantinham próximos da fronteira, sugerindo um movimento de fixação mais antigo (destacando-se, entretanto, a Galiza com mais de 40% dos nacionais aí residentes), a

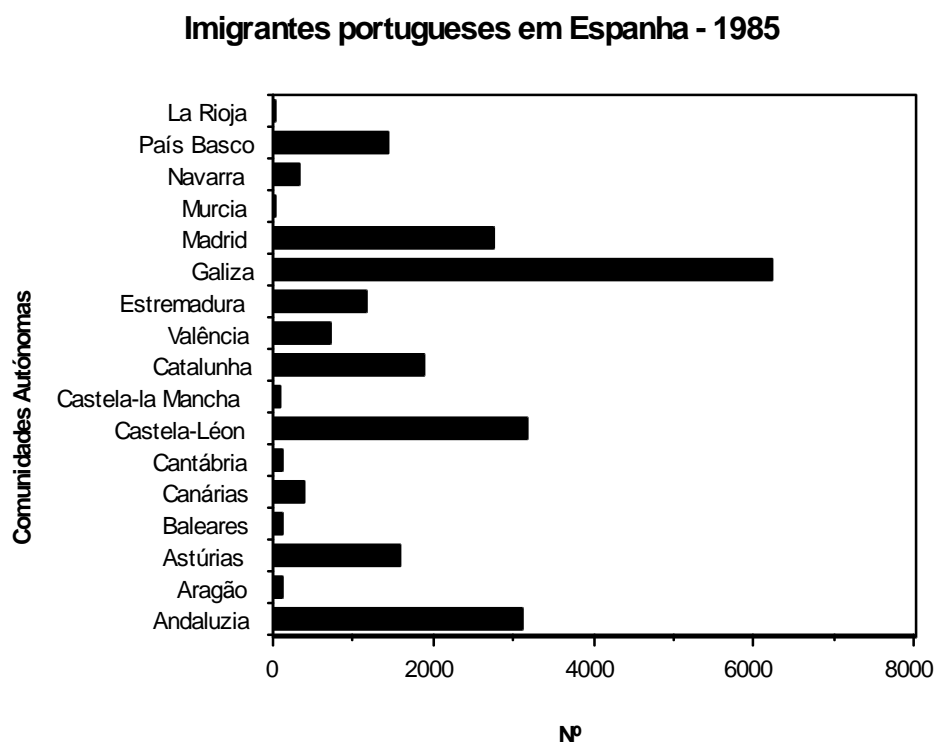
partir de então é possível destacar outras áreas de maior concentração como as províncias de Sevilha, Madrid, León, Galícia e Astúrias.

Com o aumento da população portuguesa, vão-se alargando as áreas de fixação destes novos habitantes de tal forma que nos finais da década anterior, em 1987, em todas as províncias espanholas estavam arrolados emigrantes portugueses. Entre estas, porém, Madrid e Orense - com mais de 4000 emigrantes cada -, León, Huelva, Pontevedra e Astúrias - com mais de 2000 emigrantes cada e ainda Barcelona, com mais de 1800 indivíduos -, acolhiam quase 70% dos 31012 emigrantes portugueses recenseados pelas autoridades espanholas.

Dadas as características deste fenómeno devemos ainda considerar a persistência de um outro tipo de emigração, a temporária, que sobretudo nas épocas das colheitas se dirige para este país mas que devido à ausência de registo oficial se torna, por isso, difícil de contabilizar. No que concerne à actividade profissional desta população, tomado ainda por base os estudos de Pardo Abad (1989) a partir da análise dos vistos de entrada concedidos em 1987, conclui-se que das 4699 autorizações de residência concedidas nesse ano, 24,6% foram destinadas à indústria; 43,5% aos serviços e 17% à agricultura.

Como característica fundamental da emigração portuguesa, destaca-se ainda a sua componente masculina e adulta que identifica este tipo de migrações laborais.

FIGURA 1



Um outro tipo de caracterização (Cáritas; 1987; 109), permite-nos identificar melhor a colónia portuguesa residente neste país:

- trata-se da colónia mais "radicada" em Espanha, tanto pela sua antiguidade como pela sua estrutura familiar (72% vive em unidades familiares já constituídas);

- 35% moram em habitação própria, percentagem muito superior à das outras colónias...;

- em contraste com os aspectos anteriores, os portugueses são, depois dos marroquinos, a colónia com menor nível cultural...;

- ...cerca de 10% dos portugueses estão em trânsito e vivem em pensões ou albergues;

...

- outra característica própria desta colónia, muito difícil de quantificar com precisão, é a presença significativa de "ciganos portugueses os quais, como minoria étnica marginalizada tanto em Espanha como em Portugal, apresentam uma problemática muito particular...

Bibliografia

- ARROTEIA, Jorge Carvalho
1983 - A emigração portuguesa: suas origens e distribuição
Lisboa; Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; n° 79)
- 1985 - Atlas da emigração portuguesa
Porto; Secretaria de estado da Emigração - Centro de Estudos
CARITAS ESPAÑOLA
1987 -Os inmigrantes en España
Madrid; Caritas Española (Documentación Social; n° 66)
I.A.E.C.P.
1992 - Dossier de Espanha - 1992
Lisboa; I.A.E.C.P.-S.E.C.P. (Policopiado)
- LOPEZ TRIGAL, Lorenzo
1991 - La inmigración extranjera en León
León; Universidade de León
LOPEZ TRIGAL, Lorenzo (Dir.)
1992 - Evaluación del Programa Hispano-Luso para la Acción Educativa y Cultural
León; M.E.C.-Universidad de León (2 volumes)
- PARDO ABAD, C.J.
1989 - "Inmigrantes portugueses en España: distribución geográfica y consideraciones socioeconómicas" (Comunicação apresentada no V Colóquio Ibérico de Geografia)
León; Universidade de León
- SERRÃO, Joel e outros
1976 - Testemunhos sobre a emigração portuguesa
Lisboa; Livros Horizonte

Traços da comunidade portuguesa em Pelotas ¹¹⁵

Jorge Carvalho Arroiteia – Universidade de Aveiro (P)

Regina Lucia Reis de Sá Britto Fiss – Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas (BR)

Sobre a emigração portuguesa

– Evolução

A análise da evolução da emigração portuguesa desde o início do século XV, data da descoberta das Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira, à actualidade marcada pela adesão de Portugal à União Europeia, testemunha as vicissitudes porque tem passado este fenómeno realçando, uma vez mais na sua história, a relação destas saídas com o estado de desenvolvimento de Portugal e com a evolução do mercado de mão-de-obra internacional. Como etapas mais significativas deste movimento destacamos a intensa fase de colonização que se seguiu aos descobrimentos portugueses e à enorme saída da população do Reino de Portugal para África e para as Índias Orientais e Ocidentais, desde o início do século XVI, provocada pela colonização destas paragens.

Em relação ao Brasil este fenómeno atravessou várias fases relacionadas com o crescimento económico deste território e a exploração do “pau Brasil” (séc. XVI); a cultura da cana do açúcar (sécs. XVI, XVII e XVIII), a exploração mineral (sécs. XVII e XVIII) e a cultura do café (séc. XIX). Uma estimativa destas saídas durante este período permite destacar:

- a saída de cerca de 2400 portugueses para o Brasil durante as primeiras décadas do século XVI;
- o acréscimo deste movimento – cerca de 8000 saídas anuais por volta

¹¹⁵ Comunicação apresentada no II Seminário Internacional: *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto, Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (2006)
“Traços da comunidade portuguesa em Pelotas”

de 1620 – valor que decaiu depois da Restauração (1640), aproximando-se no final do século XVII das 2000 saídas anuais;

- a saída de 8000 a 10000 portugueses com destino ao Brasil durante o século XVIII, movimento causado pela descoberta do ouro.

Note-se que este fenómeno durante o século XIX foi condicionado por diversos acontecimentos registados no seio da sociedade portuguesa tais como a transferência da Corte portuguesa para o Brasil e a saída de muitos fidalgos que a acompanharam, em 1807; as invasões francesas em Portugal, entre 1807 e 1811 e a guerra civil, entre os liberais e os absolutistas, que alastrou no país entre 1828 e 1834.

De realçar o aumento crescente da emigração portuguesa para este país durante a segunda metade do século XIX em virtude da supressão da escravatura (em 1888) e da intensificação dos transportes marítimos e do movimento comercial entre os dois países. A este respeito Serrão (1977) assinala a saída de cerca de uma dezena de milhar de portuguesas apenas no período de 1855 a 1865, oriundos sobretudo das ilhas atlânticas dos Açores e da Madeira, mas também das regiões do norte e centro de Portugal. Outra estimativa relativa às saídas registadas durante a última década do século XIX indica que num total de quase 220 milhares de emigrantes saídos de Portugal entre 1890 e 1900, cerca de 94% encaminharam-se para as terras de Vera Cruz.

Em relação à evolução deste movimento durante a primeira metade do século XX, estes valores mantiveram-se elevados no período que antecedeu a primeira grande guerra mundial estimando-se que cerca de 80% dos cerca de 450 milhares de emigrantes saídos de Portugal neste período se tenham dirigido para este país da América do Sul. No termo do 1º conflito armado verificou-se uma quebra acentuada que se prolongou pelos anos seguintes em consequência da crise económica dos anos trinta e da segunda guerra mundial. Assim registaram-se cerca de 9,2 milhares de saídas anuais entre 1939 e 1945 e 26 milhares de saídas anuais entre 1946 e 1955.

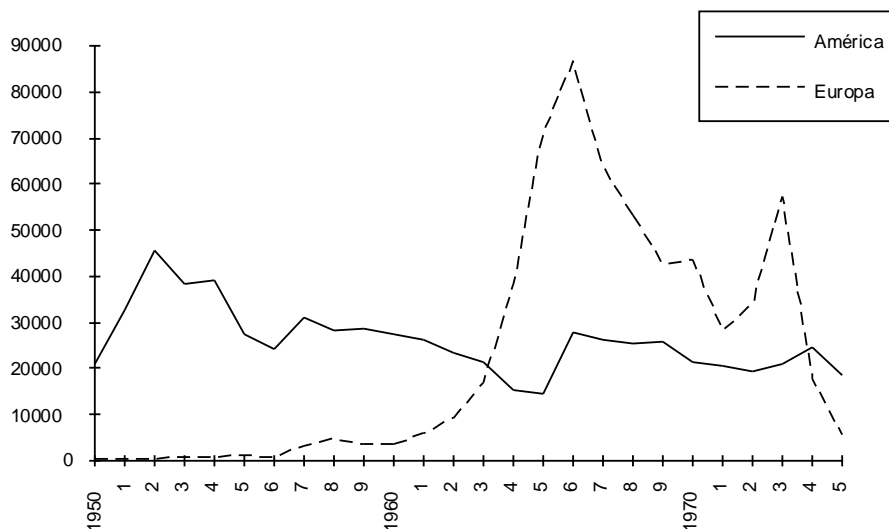
Nos períodos mais recentes destaca-se a emigração, entre 1955 a 1974, de mais de 1,6 milhões de portugueses, ou seja, uma média de 82000 emigrantes /anuais.

Isoladamente, destacamos a saída de 34113 emigrantes legais em média, entre 1950 e 1960, e de 68100 entre esta data e o início da década de setenta, contra menos de 8200 emigrantes entre 1940 e 1950. Já em relação a datas mais recentes é de salientar que entre 1974 e 1988, somente 230000 emigrantes saíram oficialmente do país reduzindo aquele valor para cerca de 15000 saídas anuais.

Se tivermos em consideração a evolução deste movimento no decurso do século XX verificamos, portanto, que este movimento sofreu alterações muito significativas em relação ao seu volume e destinos, à sua evolução e composição, às suas causas e reflexos sobre a sociedade de origem. Tal facto foi sobretudo evidente após a adesão de Portugal à União Europeia quando as saídas de portugueses para a Europa, embora mantendo-se significativas, passaram a ser consideradas no contexto da mobilidade de mão-de-obra comunitária deixando assim de ser devidamente quantificadas pelas estatísticas da emigração.

Note-se que a intensificação deste movimento durante a segunda metade do século XX foi acompanhado por uma preferência cada vez maior pelas saídas para a Europa, em particular para a França - 985 emigrantes em 1955; 3593 em 1960; 32641 em 1964 e 27234 em 1969 - em detrimento da corrente tradicional, com destino ao Brasil: 18486 emigrantes em 1955; 12451 emigrantes em 1960; 4929 emigrantes em 1964 e apenas 2537 emigrantes em 1969. Estes valores realçam a quebra do movimento transoceânico e a sua substituição pela emigração intra-europeia (Figura 1). Daí resultou uma segunda alteração que se verificou com o incremento das saídas clandestinas em relação às saídas oficiais. De facto, os dados disponíveis sobre este fenómeno indicam que o movimento clandestino terá superado, nos finais da década de sessenta, o movimento de saídas legais.

Figura 1 - Destinos da emigração portuguesa (emig. transoceânica e intra-europeia)



- Causas e efeitos

A importância crescente da emigração portuguesa para o Brasil justificada sobretudo por razões de natureza económica decorrentes da “míngua dos meios de subsistência” e da “desordem contínua da economia social em Portugal” (Oliveira Martins) parece justificar a enorme dimensão do “mito da fortuna” e do “mito do regresso” (cf: Pereira, 1981, 29) que andam associados à tradicional emigração portuguesa para este território. Recorde-se a importância dos “brasileiros” e dos “mineiros”, sobretudo nas regiões norte e centro de Portugal, expressa em diversos testemunhos materiais para reconhecermos a importância deste fenómeno na antiga sociedade portuguesa. Com efeito a importância da emigração par as terras de “Vera Cruz” ou o Brasil, “o Eldorado, onde para achar ouro não há mais que tocar naquelas praias abençoadas”, como descreveu Alexandre de Herculano (cf: Serrão, 1976, 94), realçam a importância deste destino que só veio a perder gradualmente essa importância depois do primeiro conflito armado (1914-18) e da crise económica que durante a década de trinta atingiu a economia mundial.

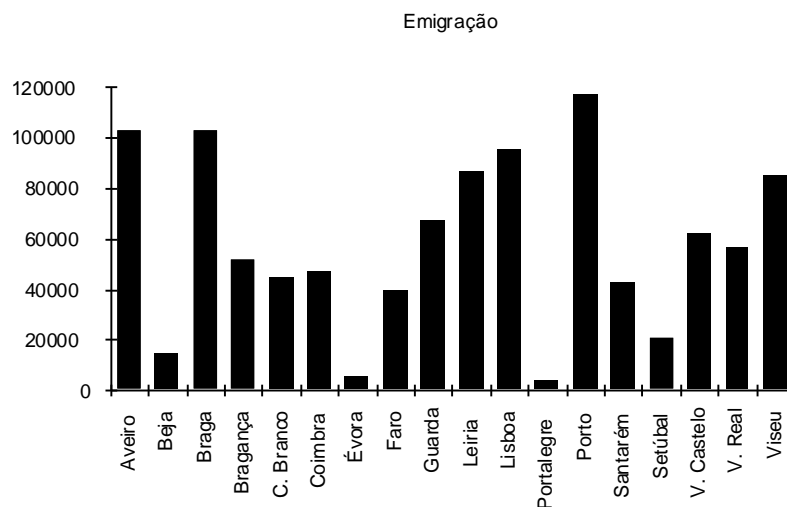
Em data mais recente notamos que o incremento dos movimentos da população no continente europeu, sobretudo no período posterior à segunda guerra mundial, foi um dos sintomas do processo de desenvolvimento e de mudança social que

experimentou o velho continente no período de reconstrução e de expansão económica que se seguiu àquele conflito armado. Assinala, por outro lado, a persistência deste fenómeno pondo a descoberto os desequilíbrios existentes entre as diferentes regiões europeias e a tradicional “divisão norte-sul” marcada pela dependência dos países da periferia, em particular dos países mediterrânicos, face ao poder económico dos países mais industrializados do ocidente europeu.

Como causas dominantes deste fenómeno indicamos as razões de natureza económica, o fraco nível de vida e de oportunidades de emprego, sobretudo nas regiões rurais. Esta situação comprova ainda a incapacidade do tecido produtivo industrial absorver os contingentes de assalariados e de trabalhadores não especializados libertos das actividades agrícolas e de subsistência registada em Portugal no decurso da segunda metade do século XX.

Para além destas razões também as causas de natureza política contribuíram para acelerar este movimento. Assim aconteceu com as pressões políticas impostas pelo regime Salazarista e pela guerra em África; a falta de liberdade de expressão e as práticas que levaram à fuga de muitos jovens, antes ou durante o cumprimento do serviço militar, e que conduziram à saída da população jovem para a Europa no decurso dos anos sessenta, até 1974.

Quanto à sua extensão verificamos o grande incremento e expansão deste movimento em todas as regiões do território português em particular nas regiões densamente povoadas do norte e do centro do país, assim como nas Ilhas Atlânticas dos Açores e da Madeira. Este fenómeno afectou particularmente as regiões do Minho, de Trás-os-Montes e da Beira-Alta, de onde partiram os maiores contingentes de emigrantes não só em direcção ao Brasil mas também, já durante a segunda metade do século XX, para os países industrializados da Europa Ocidental: França, Alemanha; Luxemburgo e mais recentemente para a Suíça.

Figura 2 - Emigração portuguesa por distritos de origem (1955-1974)

A importância da emigração portuguesa em todo o território nacional é comprovada pelas cerca de um milhão de saídas oficiais registadas no período compreendido entre meados dos anos cinquenta e os finais dos anos oitenta do século XX. Estas foram oriundas dos distritos de Lisboa, do Porto, de Setúbal, de Braga, de Aveiro, de Viseu e de Leiria. A dimensão deste fenómeno em todas as regiões do país, afectando sobretudo os jovens e os adultos de todas as idades, reforça a imagem de que a emigração se trata de uma “constante estrutural” da sociedade portuguesa. Em data mais recente a emigração anda associada ao declínio da antiga civilização agrária e rural na qual assentou, durante séculos, o desenvolvimento da sociedade portuguesa, bem como ao aparecimento de diversos “Eldorados” que surgiram no Brasil, nos EUA e mais tarde na Europa e levaram à fuga de muitos emigrantes.

Globalmente entre os reflexos deste fenómeno contamos com as perdas de população registadas em todo o país, sobretudo durante a segunda metade do século XX e a intensificação do processo de crescimento urbano e industrial sobretudo na faixa centro e norte litoral do território. Em simultâneo com as perdas demográficas para o estrangeiro notamos ainda os processos de envelhecimento demográfico e de desertificação do interior, causados fundamentalmente pelas saídas da população jovem. Para além destes aspectos e em resultado do movimento de transferência de divisas alimentado pela população emigrante, registamos que a emigração foi

globalmente responsável pela animação dos circuitos económicos regionais, o que levou ao aumento do comércio e das actividades terciárias em particular na periferia dos grandes centros urbanos de Lisboa e do Porto. No seu conjunto estas transformações contribuíram para gerar novas oportunidades de emprego, para o aumento do P.N.B. do país e para uma melhoria significativa do nível de vida de sua população. Contudo não bastaram para estancar o fenómeno emigratório português que registou, sobretudo durante o terceiro quartel do século XX, uma das fases de maior expansão com destino quer à Europa quer mesmo ao continente americano.

– A “diáspora” portuguesa

Seguindo ritmos distintos de emigração legal e clandestina e mostrando preferências diversificadas consoante a antiguidade e a tradição emigratória, as características sociais e as oportunidades de emprego no exterior, a emigração deu origem à formação de diversas comunidades de portugueses hoje dispersas pelo mundo. No seu conjunto estas têm contribuído para o crescimento económico dos países de acolhimento e para o reforço das sociedades multiculturais onde residem.

Quanto aos valores de natureza estatística referentes à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa (século XX), é de notar que a dimensão da “Diáspora Portuguesa” na actualidade ultrapassa os 4,6 milhões de cidadãos, residentes nos cinco continentes, assim distribuídos:

Europa:	1 336 700
África:	540 391
América Norte:	1 015 300
América Sul	1 617 837
América Central	6 523
Ásia:	29 271
Oceânia:	55 459

Uma análise mais pormenorizada realça a distribuição destes indivíduos por 28 países na Europa; 39 países em África; 32 países na América; 22 países na Ásia e 2 países na Oceânia, de que se destacam os mais importantes:

União Europeia	1 201 163
Brasil	1 200 000
Angola	20 000
Moçambique	11 668
Guiné-Bissau	800
Cabo Verde	500
S. Tomé e Príncipe	451

Desta distribuição ressaltam aspectos relacionados com a antiguidade deste fenómeno e com as suas características recentes. Assim, em relação à emigração “transoceânica”, entre os destinos referidos o Brasil continua a ser o país onde a presença portuguesa é mais relevante e onde os laços de consanguinidade com a sociedade portuguesa oriunda do continente, dos Açores e da Madeira, se faz sentir com maior intensidade. Como exemplo mais relevante da “emigração intra-europeia” destaca-se a emigração para França, país onde o número de cidadãos portugueses aí residentes, inferior na actualidade a um milhão, representa o destino mais procurado na história contemporânea da emigração portuguesa. Além deste país também a Alemanha, o Reino Unido, o Luxemburgo, a Suíça e a vizinha Espanha têm sido os destinos preferidos da emigração portuguesa na Europa.

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional, cerca de dez milhões de habitantes, os valores acima indicados de quase cinco milhões de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro atestam a dimensão nacional deste fenómeno. Estes dados são relevantes não só para entender as raízes e a evolução recente da emigração portuguesa mas ainda para realçar a importância dos estudos relacionados com as raízes e os traços culturais das comunidades de nacionais que habitam fora do país.

Repare-se que o conhecimento dos traços fundamentais das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, conhecida em muitos casos através de estudos monográficos especializados, nem sempre permite uma visão sistemática e global deste fenómeno em virtude quer das suas diferenças metodológicas quer dos contextos em que os mesmos se inscrevem e das datas da sua realização. Confrontados com esta realidade iniciámos em 2001 um projecto de investigação-participada, via Web, com o título: “*Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania*”. Este projecto destina-se essencialmente a conhecer a situação dos

emigrantes portugueses e/ou, descendentes de emigrantes portugueses residentes em países de imigração. Inclui a recolha de elementos referentes à experiência imigratória, à participação cívica e à integração dos luso-descendentes nas sociedades de origem e/ou de acolhimento, estejam a residir fora ou que já tenham já regressado a Portugal. Os dados foram obtidos através do recurso a um questionário disponível em “site” na Internet: <http://sweet.ua.pt/~arroteia/diaspora>.

A metodologia seguida, apresentada noutro trabalho (Arroteia, 2003), teve em conta os trabalhos de pesquisa anteriormente realizados em contextos distintos, sobretudo em França, no Luxemburgo e em Espanha (cf: Arroteia, 1986, 1990, 1994). Procurámos ainda aprofundar a metodologia desenvolvida por Doudin (cf: Arroteia e Doudin, 1998) relacionada com o estudo da população portuguesa na Suíça. Nestas circunstâncias foi nossa intenção recolher indicadores relacionados com a identidade desta ‘nova geração’ de emigrantes, identificando por isso “um conjunto de variáveis relacionadas com o modo de vida desta população, com os símbolos de Portugal e o desejo de regressarem a este país, com a participação em actividades promovidas por associações de emigrantes ou outras.

Pareceu-nos que a intensidade destas experiências reforça a “identidade” desta população e o seu modo de ser quotidiano. Como traços fundamentais da cidadania, procurámos conhecer a participação na vida desta população nos países de acolhimento e o seu envolvimento em actividades culturais e políticas desenvolvidas no país de residência” (Arroteia, 2003). Estas preocupações foram parcialmente respondidas nos inquéritos que nos chegaram nos anos de 2001 e 2002. Sugeriram, no entanto, estudos pontuais mais detalhados sobre as características das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro. Foi essa a razão que em contacto com a Professora Regina Sá Britto Fiss solicitámos o seu empenho na aplicação de alguns questionários junto dos portugueses e luso-descendentes residentes em Pelotas.

Note-se que o interesse e a defesa na realização de estudos desta natureza segue as preocupações da autora, que juntamente com Carmen Pombo, levou a cabo um estudo que serviu de base à geminação das cidades de Aveiro e de Pelotas (cf: Fiss e Pombo, 1999). Neste trabalho as autoras defendem também o desenvolvimento de

estudos mais aprofundados sobre o património cultural comum luso-brasileiro de forma a garantir a sua preservação, defesa, valorização e dinamização: “Brasileiros e portugueses precisamos de conhecer com perfeição cada vez maior o grande espaço cultural que nos é comum, o espaço da cultura luso-brasileira, com seus valores básicos e padrões de acção, os seus costumes e ritos; as formas artísticas e trabalhos de investigação científica que nele se desenvolveram e estão se desenvolvendo”.

Apontam ainda a realização de estudos pioneiros que “já estão a abrir caminhos nesse sentido, seja no âmbito genérico da imigração lusa no município, através do estudo de Pombo - (1986 e 1990); como no aspecto associativo, no trabalho de Branco - (1991), ou, então, enfatizando-se aspectos económicos, na monografia de Sá Britto Fiss - (1988); quer, ainda, no campo arquitetónico, através da investigação de Branco Fiss (1990)”. A propósito da oportunidade destes trabalhos, referem que “esses estudos buscam explorar o aspecto da formação de Pelotas sob o ponto de vista da etnia”, sendo que “os tipos étnicos predominantes em Pelotas são os de origem portuguesa e alemã, conforme se pode constatar facilmente, através de observação directa, e também de acordo com os resultados de uma sondagem realizada nas escolas no ano de 1984”.

Quanto à importância da emigração portuguesa nesta região assinalam as autoras: “é sabido que, desde os primeiros tempos da história do município, o elemento de origem portuguesa se concentra na cidade, dedicando-se, principalmente, a actividades comerciais, enquanto que o de origem alemã caracteriza a zona rural, onde pratica a policultura em pequenas propriedades”. Referem ainda, a propósito, que: “Na mencionada sondagem foi levantada a origem de 39.000 habitantes, tendo se destacado as seguintes etnias (%)” (Rosa, 1985, 192).

- portuguesa	42.1
- alemã	20.0
- negra	9.8
- mulata	7.8
- italiana	7.4
- espanhola	7.0
- francesa	1.7
- cabocla	1.2
- polonesa	0.8
- libanesa	0.5

A importância da emigração portuguesa nesta cidade permitiu-lhes afirmar que Pelotas viu “em seu nascedouro, a actuação incansável de povoadores portugueses, que desde épocas mais distantes já criaram um clima de desenvolvimento com uma febril atividade sócio-cultural, atividades filantrópicas e uma economia baseada na indústria agropecuária e comércio de exportação. Tal facto justifica ser natural “que a cidade continuasse a ser pólo de atração para novos imigrantes e que os mesmos entrassem no ramo das atividades comerciais, principalmente” (Pombo, 1986, 24).

- Aspectos da vida e cidadania da população de origem portuguesa

Como já foi notado dada a antiguidade e o significado histórico na evolução da própria sociedade portuguesa, o Brasil é um país que durante séculos esteve sempre presente na memória e no imaginário do emigrante português. Esta a razão que justifica, conjuntamente com dos dados recolhidos por Fiss e Pombo (1999), o texto que elaborámos relacionado com a “identidade e cidadania” dos emigrantes portugueses em Pelotas, região brasileira que acolheu um número considerável de portugueses oriundos sobretudo da região aveirense.

Pareceu-nos importante associar os resultados do questionário ora realizado com os elementos recolhidos por Fiss e Pombo (ob. cit.) que tão bem caracterizaram o contexto físico, histórico, sócio-económico e cultural das cidades de Aveiro e de Pelotas

De acordo com as autoras (ob. cit., 12) o Rio Grande do Sul, trata-se de um imenso território com 282.184 km², “conquistado de forma dramática, escrevendo sua história com muita luta, suor e sangue”. De facto, pertencendo originariamente a Espanha (pelo Tratado de Tordesilhas) o solo riograndense foi tardiamente incorporado na Coroa Lusitana. Mais ainda, sendo este território “contíguo ao estratégico estuário do Prata, Portugal tratou logo de buscar uma fronteira natural, fundando em frente a Buenos Aires, a chamada Colônia do Santíssimo Sacramento tendo por Governador da região, D. Manuel Lobo. A povoação e fortaleza são erguidas em Janeiro de 1680, denominada, primeiramente de “Lusitânia”. Sofrendo a acção repulsiva dos espanhóis de Buenos Aires, Portugal luta para manter esta

importantíssima e estratégica localidade, muitas vezes destruída e outras tantas, reerguida”.

Proseguem as autoras assinalando que: “Muito antes do ano de 1680, fixaram-se como agricultores os primeiros habitantes do Rio Grande do Sul. Paulistas, mineiros e colonos portugueses da Laguna foram os primeiros povoadores”. Mais ainda, sobre a formação da população pelotense, afirmam (cf: Osório, 1922, 161): “O convívio do portuguez, no recanto de Pelotas, evidencia-se, pela íntima adaptação à nossa vida, pelo mesmo princípio colectivo de trabalho, pelo mesmo ideal de raça e pelo mesmo sentimento que nos irmana, ao italiano, ao francez, ao sul-americano, em menores massas”. De facto, como vemos nas questões do nosso questionário, o português mantém fidelidade às suas origens e valores culturais, bem como aos padrões de comportamento tradicionais, integrando-se, ao mesmo tempo, nas sociedades de acolhimento.

Curiosamente assinalam (ob. cit., 12): “talvez, devido a essa capacidade de integração com a comunidade de acolhimento fez com que o elemento luso nunca se apresentasse como ser xenófobo, ou estranho ao ambiente novo e, assim, também ficasse mais despercebido em termos de ser sujeito de estudos. Exemplo vivo é o da comunidade pelotense, de nascimento e formação lusitanas e que somente em épocas mais recentes, viu despertado o interesse em estudá-lo, sob forma científica: São bastante atuais os trabalhos de investigação referentes aos portugueses. Mais remotos e comuns são aqueles dedicados a alemães, italianos, franceses, etnias também existentes no município”. Tal facto, podemos comprovar, através das respostas obtidas junto da comunidade portuguesa e luso-descendente aqui residente que apontam para a sua integração plena na sociedade pelotense.

Importante é observação sobre a naturalidade da população estrangeira: “Os imigrantes portugueses em Pelotas, na sua grande maioria são provenientes do distrito de Aveiro e sua presença é vislumbrada também pela cultura, onde a ‘cidade dos doces’ possui como característica marcante destes, à base de ovos, influência presumível da doçaria de Aveiro, com seus famosos ‘ovos moles’”. Tal influência estende-se pelo nome dos estabelecimentos comerciais e nomes de ruas com motivos aveirenses (cf: Fiss, 1988, 44 e 91). Referem-se, a título elucidativo, nome

de ruas, estabelecimentos comerciais e edifícios que na cidade de Pelotas lembram Portugal:

- Panificadora e Lancheria Aveiro
- Agência de Bicicletas Águeda,
- Edifício Vila Nova de Gáia
- Edifício Mondego
- Edifício Coimbra.

- Bairro com o nome de ‘Recanto de Portugal’ onde está localizada a sede campestre do Centro Português e onde todas as ruas possuem nomes de concelhos de Portugal.

Prosseguem as autoras (*idem, ibidem*): “Muitos são os relatos de imigrantes que justificam suas preferências pelo sul do Brasil e por Pelotas, não só devido a grande concentração de aveirenses, como pelos próprios aspectos geográficos dessa cidade traduzidos sobretudo em idêntica história geológica, dominada por um sistema lagunar onde se inscrevem a “ria de Aveiro” bem como a Lagoa dos Patos e a Lagoa Mirim.

A proximidade dos contextos, geográfico e sócio-económico foi reconhecido pelas autoras defendendo por isso a geminação das cidades de Aveiro e de Pelotas, como na verdade se veio a concretizar. Nestas circunstâncias prosseguem afirmando: “não são vãs as palavras de emigrantes aveirenses, que afirmam que as semelhanças geográficas entre as comunidades são expressivas, razão porque escolheram o Município de Pelotas para fixar residência” (Pombo, 1986, 41).

O desenvolvimento deste estudo refere, a concluir, um conjunto de traços comuns a estas duas comunidades que sucintamente transcrevemos (*Fiss e Pombo, ob. cit., 90*):

- “Sobre a situação e traços físicos tem-se que ambas estão localizadas em áreas planas e junto à encosta de zonas mais altasLocalizam-se junto a regiões lagunares ... sofrendo, também influências climáticas (clima úmido), pela proximidade da água. Ambas as comunidades estão em uma faixa litoral apresentando formações arenosas e dunas costeiras, com clima subtropical e, portanto, com uma vegetação que se assemelha”.

Do ponto vista histórico, “cada comunidade possui aspectos tão próprios que não são comparáveis. Aveiro é milenar e Pelotas centenária ... ambas tiveram sempre ideais de liberdade e foram pioneiras no republicanismo”. Estes e outros traços comuns prosseguem em relação aos aspectos comuns: económicos, sociais e culturais, que unem as duas cidades. Por isso, concluem as autoras (ob. cit., 92): “convém salientar que a distância que as separam – localização em continentes diferentes – colabora para que se afrouxem os laços existentes, embora os vínculos culturais criados pela imigração. Nesse contexto, essa ligação tende a perder-se, caso não sejam tomadas providências no sentido de evitar que isso aconteça”, observação que remata com a proposta de geminação entre as cidades de Aveiro e de Pelotas.

4. A leitura do questionário

Os dados acima referidos ajudam-nos a compreender o significado de algumas das respostas obtidas (entre Janeiro de 2001 e Junho de 2002) relacionadas com a presença portuguesa na cidade de Pelotas. O total de respostas obtidas foi de 40, sendo 19 do sexo masculino e 21 do sexo feminino.

Quanto à idade dos inquiridos, a grande maioria pertencia ao grupo funcional dos adultos, com mais de 25 anos de idade, assim distribuídos:

<20 anos	1 indivíduo(s)
21-24 “	6 “
25-29 “	4 “
30-34 “	6 “
35-45 “	10 “
>45 “	13 “

Sobre a nacionalidade dos inquiridos, 26 tinham a nacionalidade brasileira, 13 a nacionalidade portuguesa e apenas um inquirido era de nacionalidade angolana. Estes dados indicam a par da emigração mais antiga para o Brasil a existência de uma segunda vaga de emigração registada com maior intensidade no período decorrente à revolução de 25 de Abril de 1974 e ao acolhimento de grande nº de retornados portugueses oriundos das ex-colónias de Angola e de Moçambique. Interessante é de assinalar que esta população registava na sua grande maioria uma formação académica de tipo universitário: 24 inquiridos; a par de outra formação

secundária e profissional: 12 respostas. Os restantes 4 inquiridos haviam realizado outro tipo de formação, particularmente de nível secundário. Tal facto abona a favor da antiguidade deste movimento para o Brasil e das perspectivas de mobilidade social alcançadas por esta população através do desenvolvimento de estudos de nível médio e superior.

Tal como verificámos noutros trabalhos, sobretudo os relacionados com a população portuguesa na Suíça, a “procura social” da educação por parte da população jovem constitui-se como uma das vias de melhor integração nas sociedades de acolhimento, facto que parece ser comprovado pelos resultados relativos à população de ascendência portuguesa residente em Pelotas. Estes aspectos podem ser globalmente comprovados pelo tipo de profissões exercidas pela população inquirida, como se vê no quadro abaixo que denota a importância das actividades relacionadas com as actividades terciárias que carecem de uma formação médio-superior.

Estudantes:

Empresários:	6
Industriais:	2
Activid. ligadas ao comércio, bancos e seguros:	10
Advogados e Promotores de Justiça:	6
Profissões ligadas à saúde:	5
Profissões ligadas ao ensino e investigação:	3
Aposentados:	3

Não obstante a integração desta população na sociedade de origem, nomeadamente através do exercício de actividades profissionais socialmente reconhecidas, mantém-se o interesse em relação às suas raízes familiares. No entanto inquiridos se desejavam mudar para Portugal, apenas 5 das respostas foram nesse sentido. A recusa em mudar de país compreende-se pelo facto dos inquiridos terem a sua vida estabilizada no Brasil. De igual modo o interesse pelo regresso a Portugal pode ser justificado por razões pessoais e familiares decorrentes de se tratar do país de origem ou da naturalidade dos familiares. Dos que desejariam regressar a Portugal destacam-se emigrantes aposentados ou então ainda estudantes. Como razões para esta mudança indica-se a boa imagem de Portugal, como “um

país em constante desenvolvimento”; a existência de “mais segurança e maiores chances profissionais” ou o prosseguimento de estudos.

É de destacar a “boa” imagem de Portugal junto desta comunidade imigrante e o interesse em relação ao seu país de origem traduzindo assim as raízes inerentes a uma certa “portugalidade” que parece persistir pelo menos junto de uma parte significativa da nossa amostra. Não obstante as actividades desenvolvidas pela sociedade local relacionadas com a população nascida no estrangeiro é de notar que apenas 8 dos inquiridos não participam em actividades associativas. A falta de disponibilidade parece ser a causa mais importante para esta atitude. Dos que podem participar em actividades associativas, destaca-se o clube “Centro Português 1º de Dezembro”, fundado pelos emigrantes lusos que desde longa data escolheram o Brasil, e sobretudo a região do Rio Grande do Sul, para se fixar.

**Entradas de imigrantes portugueses
no Brasil – 1872 - 1972**

Período	Número de pessoas
1872 – 1879	55.027
1880 – 1889	104.690
1890 – 1899	219.353
1900 – 1909	195.585
1910 – 1919	318.481
1920 – 1929	301.915
1930 – 1939	102.743
1940 – 1949	45.604
1950 – 1959	241.579
1960 – 1969	74.129
1070 – 1972	3.073
TOTAL	1.662.180

- A Comunidade Portuguesa e suas Associações em Pelotas

A região sul do Brasil, como já mencionado neste artigo, teve na sua ocupação territorial uma forte influência lusitana. Dessa trajetória resulta, também, uma população diferenciada daquela existente no restante do país, ocasionada pela mescla das diferentes etnias que na última metade do século XIX emigraram para o estado do Rio Grande do Sul. Características físicas e comportamentais juntam-se a factos históricos e dão ao povo gaúcho, além de alguma semelhança com o povo uruguaio e argentino, alguma resistência na manutenção e continuidade das tradições lusitanas. No entanto, Pelotas, como outras cidades do litoral e interior do estado, mostra através do seu casario, dos costumes, da gastronomia, da religiosidade, e outros aspectos, uma expressiva ligação com Portugal.

Para os portugueses e luso-descendentes aqui residentes a participação na vida cívica, quer junto das comunidades de emigrantes quer na sociedade de acolhimento, é uma afirmação do seu estatuto como cidadãos empenhados na participação cívica e política das sociedades onde residem.

Muitos hábitos ainda mantidos entre as famílias de imigrantes ou descendentes portugueses, de várias gerações, podem ser observados no dia a dia das famílias oriundas do continente ou das ilhas. Assim, como ocorre a manutenção da cultura lusitana numa terra tão distante? “No Brasil, a exemplo de outras comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo, o desejo de manter as tradições, o sentimento de solidariedade e a saudade, colaboraram para o aparecimento de diversas instituições, quer assistenciais, culturais, econômicas e recreativas. (...).

A partir da independência do Brasil, os portugueses aqui radicados passaram a sentir a diferença de estar em uma terra não mais pertencente a Portugal, ou seja, na qualidade de imigrantes” (Fiss, 2001, 4). No decorrer destes dois séculos o número de associações existente no Brasil atinge as 180, segundo informação da Embaixada de Portugal no Brasil, no ano 2000. No estado Rio Grande do Sul, de acordo com a

mesma fonte, encontram-se 12 grupos associativos como resposta ao desejo da manutenção das raízes lusitanas em solo gaúcho¹¹⁶.

Em Pelotas as duas associações representativas da comunidade portuguesa são a “Sociedade Portuguesa de Beneficência” e o “Centro Português 1º de Dezembro”. A primeira, fundada em 28 de junho de 1858, já com 350 sócios, sendo uma associação que surgia por desligamento daquela existente em Porto Alegre, ou seja, a uma distância de 250 km de Pelotas e que conseqüentemente ocasionava dificuldades. Hoje a Beneficência é uma casa de saúde que funciona como qualquer outro hospital mas sempre ligado à comunidade portuguesa de onde são escolhidos seus dirigentes e dada como preferência, pela mesma comunidade, quando da necessidade de hospitalização. “Possui 254 sócios ativos (sócios com título e pagamentos mensais), 1.708 sócios remidos (sócios com título de pagamento integral), banco de sangue e o plano de Saúde Maior. Este último é oferecido e garantido pela própria Beneficência com um total de 11.500 pessoas, destes são 1 por cento de portugueses natos e 60 por cento são de descendentes” (ob.cit.,8).

A segunda associação, recreativa e cultural – “Centro Português 1º de Dezembro” – é onde se observa com mais objectividade o interesse pelo resgate e preservação das origens lusitanas. Fundado em 26 de janeiro de 1926 como resultado da fusão de dois grupos: o “Congresso Português 1º de Dezembro” e do “Grêmio Republicano Português”, ambos com idéias divergentes mas que suplantadas as divergências políticas, acabam por unir esforços e fundar o “Centro Português 1º de Dezembro”. Conta com duas sedes sociais, uma instalada no centro da cidade construída em estilo Manuelino (inaugurada em 24.1.1930) onde se encontram salão de honra, secretaria, biblioteca, sala de jogos, sauna e salão de festas.

A segunda sede teve início no ano de 1966 com a compra de 75 ha. para a construção da sede campestre e tendo as suas dependências concluídas em 1983. Está localizada às margens do arroio Pelotas, no bairro Recanto de Portugal,

¹¹⁶ Habitante do Rio Grande do Sul, dedicado à vida pastoril e perfeito conhecedor das lides campeiras. Inicialmente homem sem domicílio certo, que andava de estância em estância, trabalhando em serviços que fossem executados a cavalo. (Existem centenas de hipóteses a respeito da origem da palavra gaúcho, que, apesar dos esforços dos pesquisadores, continua envolta em denso mistério).

possuindo além do esplendoroso edifício, um museu, sala de honra, salão principal, salão auxiliar, sala do rancho folclórico, bar, cozinha, uma extensa área de lazer com 2 piscinas, várias churrasqueiras, canchas de esporte, etc. É, portanto, no Centro Português que vamos encontrar, com mais expressão a manutenção dos valores da cultura portuguesa e, conseqüentemente, a mescla com outras etnias. É aí que vemos as festas religiosas, as procissões em honra de nossa senhora, as festas envolvendo a gastronomia como o festival do bacalhau onde este é confeccionado e apresentado em pratos diversos.

É também aí que se encontra o rancho folclórico onde quase todos os filhos e descendentes mais distantes dos portugueses aprendem a reconhecer as diversas danças regionais, os trajes, o que existe em cada região de Portugal. A maioria dos que participam ou já participaram do rancho dançando desde o Algarve ao Minho, incluindo ainda os Açores, reconhece a importância da manutenção da identidade cultural de seus antepassados através das associações, embora se sintam perfeitamente integrados na sociedade de acolhimento. Importante também é a assinatura de diversos jornais portugueses e que estão à disposição dos associados, principalmente daqueles que têm interesse em saber as notícias da sua terra.

Do artigo sobre “As associações de imigrantes e a manutenção da identidade lusitana”, escolhemos aleatoriamente alguns depoimentos onde esperamos contribuir com uma pequena mostra do significado das associações para cada pessoa: “O clube é como se fosse a nossa casa, se faz tudo com amor, com carinho por que é a continuação da nossa vida...” (esta frase é de um português já reformado e que durante a tarde vai ao clube - sede centro - para o jogo da sueca com outros compatriotas).

“... gosto do ambiente... estou no Rancho desde os 5 anos de idade” (a depoente é uma jovem universitária).

“Sinto orgulho de ser português... é importante que a comunidade saiba quem foram os portugueses, que conheçam a cultura, a gastronomia...” (este entrevistado é sócio-proprietário de uma das maiores agências de viagens da região e já teve, durante longo período, participação activa no clube).

“O pai sempre fazia comentários sobre a sua região em Portugal e sempre nos levava para o clube... manteve mais as tradições portuguesas do que pomeranas” (esta descendente, como tantos outros, é filha de pai português com mãe de outra etnia - mãe e filha integram o coral, sendo que a mãe é a atual directora do Coral).

“Admiro muito os portugueses mais antigos... o jogo da sueca, a actividade mais tradicional” (este depoimento é de um jovem advogado que desde a infância participou do rancho e hoje, junto com seu pai, é responsável pelos campeonatos do jogo da sueca).

“... estar no Centro Português é manter viva as raízes dos avós, dos pais, do marido, das pessoas que nos antecederam... faço isso com muito orgulho” (esta frase é de uma neta e esposa de português, com filhos nascidos no Brasil, actualmente responsável pelo rancho).

A espontaneidade dos depoimentos mostra que estar no clube, participar das actividades que lembram a terra natal dos pais ou mesmo dos avós, aprender a perceber os valores da cultura portuguesa, é algo importante.

Observando o que diz um dos entrevistados quanto ao jogo da sueca, convém salientar que este jogo é um elo muito forte entre o imigrante de primeira geração e que também originou o “Encontro das Comunidades do Cone Sul” que acontece anualmente, sendo que a cada ano em uma das cidades: Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, Montevideu (Uruguai) e Buenos Aires (Argentina). No ano de 2002 o encontro aconteceu em Montevideu com a participação, também, das cidades de Montenegro e Ijuí através de seus grupos folclóricos. O “Centro Português 1º de Dezembro” sagrou-se campeão no jogo da sueca com a premiação do 1º, 2º e 3º lugar.

Quanto à afirmativa de que “sente orgulho em ser português” vale fazer referência sobre o que é ser português numa sociedade que embora os acolha bem, ainda aponta para uma discriminação diante de factos históricos como, por exemplo, a escravidão. Isto quer dizer que filhos de portugueses, em escolas brasileiras, às vezes não se sentem totalmente a vontade ao revelarem a sua origem. Por quê? Porque ainda existe, em alguns meios académicos, a identificação do português

como colonizador e explorador da terra que descobriu, a dominação sobre a mão-de-obra escrava, a figura das anedotas, levando o adolescente ao constrangimento.

O Centro Português mantém um grupo de associados de 2.500 sócios, com cerca de 350 a 400 portugueses e descendentes de segunda e terceira geração.

A grande maioria dos associados, são descendentes mais distantes ou pertencem a outras etnias, ou melhor, a uma mescla de etnias. O que isso quer dizer? Muitos portugueses acabaram por casar com pessoas de outras etnias, criando um círculo de amizades diferente e obviamente os filhos recebendo influência de outras culturas na sua educação. Factos dessa natureza resultam num interesse natural de que os filhos participem na vida do clube e que vivenciem aquelas actividades deixadas além-mar, mas que a saudade trás ao presente (exemplo da filha que a mãe é pomerana entre tantos outros que poderiam ser registados).

Convém registar que na maioria dos casos os filhos acompanham os pais nas actividades do clube até à juventude, tanto no rancho, como nos jogos, no coral (com repertório de músicas do folclore português) e nas diversas representações. Quando é altura de ingresso na Faculdade e o início de uma carreira, permanecem afastados durante alguns anos, mas quando casam e vêm os filhos retornam ao clube para que estes conheçam as origens dos seus antepassados.

Como salienta a “Associação de Imigrantes” – Câmara Municipal de Loures, “(...) estas Associações têm duas principais funções, por um lado a conservação e a transmissão da sua cultura de origem por forma a manterem a sua identidade social e cultural, e por outro lado, a promoção da sua integração social e a participação cívica na sociedade civil” (www.cm-loures.pt/d – 03.2.2002).

Os inúmeros projectos desenvolvidos pelo Centro Português, enquanto instituição, têm contribuído para além de matar a saudade de seus imigrantes e descendentes, também dado a conhecer às demais etnias o que é ser português, qual a sua identidade cultural. Sem esquecer o forte entrelaçamento entre os outros povos que ocuparam o sul do Brasil e, ainda, que a administração do Clube, no período 2002/2004, não está a cargo de imigrantes de primeira geração ou descendentes de segunda geração, mas de brasileiros (descendentes mais distantes com mescla de várias etnias).

Quando se fala em mescla observa-se a perda da “identidade pura”, pois o processo de ‘aculturação’ é uma constante como acontece por ocasião das festas de carnaval através das fantasias das diversas tituladas que representam o clube. No entanto, é importante ressaltar, que essas fantasias utilizadas para as festas do carnaval (festa tipicamente brasileira) recebem uma conotação muito especial quando as tituladas (rainha, princesa, garota lusitana) escolhem, como motivo, algo representativo da cultura portuguesa, não só para homenagear seus antepassados como numa prova de ligação com as origens lusitanas.

Como exemplo podemos citar as “garotas lusitanas” conforme segue:

- Bruna Rajão Frio (1998/1999) usou a fantasia “Com Certeza uma Casa Portuguesa”, mostrando a casa com o São José de Azulejo, as vinhas, as flores além da música Casa Portuguesa;

- Jéssica Oliveira Tomberg (1999/2000) com a fantasia “Portus Cale, a Viagem do Coração”, representando os barcos chamados “Rabelos” que transportam o vinho do Porto das encostas do rio Douro para as caves do Porto;

- Vanessa Machado da Luz João (2000/2001), apresentou a fantasia “Madeira, Jóia e Jardim do Atlântico” com uma fantasia com muitas flores e o traje típico do arquipélago;

- Victoria Hoffmann Moreira (2001/2002) com a fantasia “Rainha Isabel – Vitória e Milagres do Amor”, que ao som da Canção do Mar, apresentou a todos a maravilhosa história do milagre das rosas.

- Louise Gadret Fernandes (2002/2003) com a fantasia “Vestida de Sol, as Jóias da Coroa”, mostrando as riquezas e obras de arte que contam grande parte da história lusa e, principalmente, enfatizando, na sua homenagem, a habilidade e criatividade dos famosos joalheiros portugueses, em Pelotas.

Dentro do Centro Português e incentivadas por seus pais, as garotas lusitanas realizaram uma homenagem aos seus avós com representações de algo tradicionalmente português, embora que dentro de uma actividade tipicamente brasileira como é o carnaval. A rainha Rita de Cássia Costa Ribeiro de Almeida (1999/2000) com a fantasia “Brasil 500 anos, Terra de Samba e Pandeiro” prestou uma homenagem a Portugal no que refere aos descobrimentos, através de Carmem

Miranda (portuguesa que se tornou um símbolo do samba no Brasil). Ainda, Aline André Rodrigues, rainha (2000/2001) ao som da música “Lisboa Antiga” gravada por Tânia Ramos (directora do Rancho), encantou a todos com a fantasia “Saudades de Lisboa”, contando a história do período quinhentista quando do porto de Lisboa, centenas de naus com a bandeira de Portugal, foram ao encontro de novos mundos.

Também, Karina Macedo Fernandes, rainha (2002/2003) foi destaque com a sua fantasia “A Bela das Belas – Uma História de Amor” referindo a época em que um grupo de jovens se une ao Mestre de Avis com o objectivo de combater Castela e manter a independência de Portugal. Durante o conflito Rui de Vasconcelos conhece a bela Madalena Mendonça, que passa a ser chamada a Bela das Belas, Rainha da Ala dos Namorados. O carnaval em um clube originalmente português, apresentando uma identificação com a cultura portuguesa através de algumas fantasias, mostra que as identidades estão em mutação e sugere que o tema “o que é ser português em terra estrangeira” continue a ser um interessante objecto de estudo.

- Conclusão

Como referimos em estudo anterior (Arroteia, 2003) os resultados obtidos através do desenvolvimento deste projecto permitiram-nos conhecer melhor alguns aspectos relativos à vida da comunidade portuguesa residente em Pelotas. Neste caso a antiguidade do fenómeno emigratório português para o Brasil está patente no elevado número de inquiridos de nacionalidade brasileira e na identificação de uma parte significativa desta população com este país. Destaca-se, no entanto, a existência de uma nova vaga de emigração para este país registada no decurso da década de setenta após a revolução de 25Abril74 e o processo de descolonização dos territórios africanos sob jurisdição portuguesa.

De destacar que parte significativa da população de Pelotas é de origem portuguesa e da região de Aveiro. Estes aspectos foram considerados na geminação entre as duas cidades. De facto, sendo o distrito de Aveiro conhecido de entre os demais distritos do continente pelo seu dinamismo económico e social, tem sido igualmente notado pela importância dos seus movimentos migratórios. Emigração e imigração cruzam-se neste cenário ribeirinho, outrora dominado pela forte

emigração transoceânica que teve primeiramente no Brasil o principal porto de destino do emigrante português.

Razões históricas e culturais justificam a forte emigração portuguesa para este país antes de se terem encontrado novas alternativas à emigração transoceânica que desde o início do nosso século diversificou as saídas para outros países do continente sul-americano e, especialmente, para a América do Norte. Pescadores e agricultores, letrados ou simples analfabetos oriundos das terras da "ria" ou das áreas montanhosas limítrofes, daqui saíram em períodos marcantes da emigração portuguesa dando origem a fortes comunidades hoje radicadas em diversos centros urbanos: nos E. U. A., no Canadá, no Brasil, na Venezuela e mesmo na Argentina, destinos bem conhecidos do emigrante aveirense.

O incremento da emigração para a Europa, conhecida no decurso dos anos sessenta e setenta (séc. XX), embora contribuindo para enfraquecer aquele movimento transoceânico acompanhou a tendência global da emigração portuguesa na sua vertente intra-europeia. Daí a formação de novas comunidades portuguesas na Alemanha, em França, no Luxemburgo e modernamente na Suíça, países igualmente procurados por muitos cidadãos oriundos desta região ribeirinha. Razões, várias justificam a evolução deste fenómeno, dos tempos mais remotos à actualidade. Discuti-las não cabe no âmbito desta notícia. Contudo importa assinalar que sendo Aveiro uma terra marcada pelo desenvolvimento das suas actividades económicas, sofreu da mesma forma os efeitos da "míngua dos meios de subsistência" que conduziram ao "êxodo" de emigrantes isolados e de famílias inteiras, hoje radicadas em diversos países de imigração.

Reconhecer a sua existência e aprofundar os laços que os prendem ao seu país natal é uma responsabilidade actual. Diversos meios são utilizados para este fim. A divulgação da cultura portuguesa e o incremento da participação cívica podem favorecer a aproximação dos "cidadãos da diáspora" à "sociedade materna". E Aveiro, cidade reconhecida pelas suas tradições democráticas e liberais tem uma responsabilidade acrescida em fomentar essa aproximação entre os que sentem o quotidiano da "bruma" que envolve o "pólipo" lagunar aveirense e os que, embora longe, não esquecem a luminosidade e a transparência das terras alagadas que

identificam a paisagem da "ria de Aveiro". Paisagem que muitos aveirenses radicados em Pelotas procuram lembrar através do convívio promovido pelas associações, principalmente o “Centro Português 1º de Dezembro”. Esta instituição além de representar com dignidade a terra portuguesa é o centro principal para a manutenção dos valores culturais na cidade de Pelotas. Mesmo distantes da sua terra, os portugueses procuram manter os hábitos e costumes na intenção de mostrar aos descendentes, e também à comunidade de acolhimento, que a cultura portuguesa não está sendo deixada para trás, mas lembrada e valorizada apesar da saudade.

Representantes das primeiras famílias imigrantes em Pelotas



In: <https://wp.ufpel.edu.br/museumaciel/files/2017/09/06.01.1167.jpg> 30OUT23

Bibliografia

- Aguiar, Maria Manuela (1987) – *Política de emigração e comunidades portuguesas*. Porto, Secretaria de Estado da Emigração e Comunidades Portuguesas – Centro de Estudos
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1983) - *A emigração portuguesa: suas origens e distribuição*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve; nº. 79)
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1982) - *Os Ílhavos e os Murtoseiros na Emigração Portuguesa*. Aveiro, Universidade de Aveiro
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1985) *Portugal: Perfil Geográfico e Social*. Lisboa, Livros Horizonte
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1985) - *Atlas da emigração portuguesa*. Porto, Secretaria de Estado da Emigração - Centro de Estudos
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1986) - *A emigração portuguesa no G. D. do Luxemburgo*. Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1987) - *Ensaio tipológico dos movimentos migratórios portugueses*. Porto, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas - Centro de Estudos
- Arroeteia, Jorge Carvalho (1990) – "L'émigration portugaise vue du Portugal: bilan des recherches" - "Immigration et enseignement du Portugais en Aquitaine". In: *Les portugais en Aquitaine*. Bordeaux, CENPA-CESURB / Maison des Sciences de l'Homme de l'Aquitaine, pp. 137-163 e 165-181 (Travaux et Documents du CENPA - 4)
- Arroeteia, Jorge Carvalho (2003) – “Portugueses em Diáspora: identidade e cidadania”. In: “*População e Sociedade*” – Porto, Universidade do Porto –Centro de Estudos da População Economia e Sociedade (CEPESE) (em publicação)
- Arroeteia, J.C. e Doudin, P.A. (1998) – *Trajectórias sociais e culturais e culturais de jovens portuguesas na Europa: questões multiculturais e de integração*. Aveiro, Universidade de Aveiro
- Barbosa, Fidélis Dalcin (1985) - *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro (3ª ed.)
- Branco, Estelita de Aguiar (1988) – *O imigrante português em Porto Alegre*. Porto Alegre, UFRGS (Policopiado)
- Branco, Estelita de Aguiar (1991) – *A Grande Tarefa: Processo e estratégias do imigrante português, estabelecido em Pelotas RS, na manutenção de sua identidade*. Porto Alegre, UFRGS (Policopiado)
- Câmara Municipal de Loures (2002) – *Associações de Imigrantes* [on line] www.cm-loures.pt/d - 03 fevereiro 2002.
- Fiss, Maria da Conceição Branco (1990) - *A Influência Lusitana nos Prédios de Pelotas*. Pelotas (Policopiado)
- Fiss, Regina Lúcia R. S. Britto & Pombo, Carmen Regina S.M. (1999) – *Aveiro – Pelotas: geminação e repercussões em estudo*. In: Boletim Municipal de Cultura. Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, XVI, nº 34, pp. 1-110
- Fiss, Regina Lucia Reis de Sá Britto (1988) - *Aspectos Gerais e História das Empresas de Pessoas de Origem Portuguesa, em Pelotas, na Década de 1980*. Pelotas (Policopiado)
- Fiss, Regina Lucia Reis de Sá Britto (2001) – *A Imigração Portuguesa e as Associações como forma de Manutenção da Identidade Lusitana – Sul do Brasil*. <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-27.htm>
- Godinho, Vitorino Magalhães (1977) - *Estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa, Arcádia (3ª. ed.)
- Hall, Stuart (1999) – *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro, DP&A, (3ª ed)
- Hugon, Paul (1973) – *Demografia brasileira*. São Paulo, Editora Atlas

- Lopez-Trigal (Dir.) et al. 81994) - *La migración de portugueses en España*. León, Universidade de León - Departamento de Geografia
- Martins, Oliveira (1956) - "A emigração portuguesa". in: *Fomento rural e emigração*. Lisboa, Guimarães e C^a. Editores
- Osório, Fernando (1922) - *A Cidade de Pelotas: Corpo, Coração e Razão*. Pelotas, Diário Popular
- Pereira, Miriam Halpern (1981) – *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa, A Regra do Jogo
- Pombo, Carmen Regina da Silva Matos (1986) - *A Imigração Portuguesa em Pelotas no Século XX*. Pelotas (Policopiado)
- Pombo, Carmen Regina da Silva Matos (1990) – *Confeitaria Nogueira, uma doce lembrança*. Pelotas, Diário Popular – Ed. Centenária
- Rocha-Trindade, M. B. (1981) - "A emigração portuguesa: as políticas do "trajecto de ida" e de "ciclo fechado". In: *Cadernos da Revista de História Económica e Social*. Lisboa, 1-2, pp. 71-90
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz (1995) - *Sociologia das migrações*. Lisboa, Universidade Aberta
- Rosa, Mário (1985) - *Geografia de Pelotas*. Pelotas, Ed. da UFPEL
- Serrão, J. (1976) - *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte
- Serrão, J. (1977) - *A emigração portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte (3^a ed.)
- Simões Lopes, Mirsca; Fiss, Regina Lucia R.S. & Amaral, Janice.(1996) *Centro Português 1º de Dezembro: resumo histórico*. Pelotas, Ed.Universitária/UFPelotas

“O envelhecimento da população portuguesa: responsabilidade social e cidadania”

Jorge Carvalho Arroiteia & Ana Paula Oliveira Cardoso (I. P. V.) ¹¹⁷

“A urgência desta reflexão é tanto mais importante quanto mais sabemos que se torna urgente encontrar novas formas de solidariedade e de convivência entre idades, grupos, gerações e culturas para tornar possível a existência de um capital social mínimo nas diferentes sociedades sem o qual todos os outros tipos de capital correm o risco de perder o sentido” (Nazareth, 1999, p. 249).

1. Envelhecimento demográfico e mudança social

Embora anunciado há várias décadas, devido à quebra gradual dos nascimentos registados em Portugal desde os anos setenta do século XX, o envelhecimento da população registado no nosso país, bem como nos demais países do continente europeu, tem vindo a emergir como um dos temas de estudo preferencial de diversos cientistas sociais. Sendo evidente que tal se constitui um fenómeno demográfico preocupante em Portugal e nos demais países da União Europeia (cf. Nazareth, 1995), é oportuno abordar este tema apreciando alguns dos seus aspectos recentes e das suas relações com outros fenómenos sociais. O cenário escolhido é o distrito de Viseu, um dos distritos da região Centro do país reconhecido pela sua centralidade, decorrente da sua posição geográfica, e pelas características da sua população e das actividades produtivas marcadas pela industrialização e incremento do sector de serviços, que assinalam as transformações em curso em toda a região beirã.

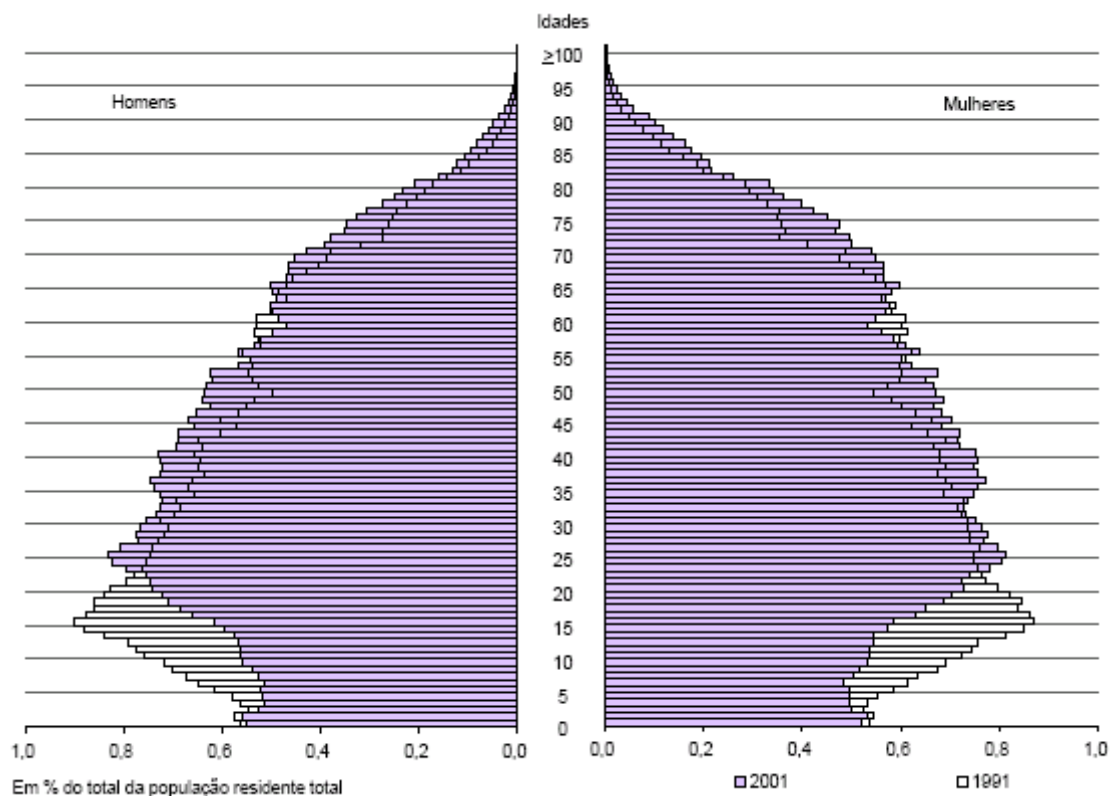
A quebra gradual de nascimentos registada na sociedade portuguesa a partir dos anos setenta de Novecentos e o aumento de esperança de vida que se tem vindo a registar desde então, são os primeiros factores responsáveis pelo envelhecimento progressivo da nossa população. Este fenómeno tem-se traduzido

¹¹⁷ Escola Superior de Educação de Viseu a.p.cardoso@esev.ipv.pt

no aumento gradual da proporção das pessoas idosas em relação à população total, aumento este que tem vindo a acentuar-se em detrimento da população jovem, e da população em idade activa¹¹⁸ (INE, 2002), a qual continua a ser afectada pelas migrações internacionais.

Retomando o fenómeno do envelhecimento notamos que este acompanha o processo de transição demográfica, normalmente definido como a passagem de um cenário demográfico onde a fecundidade e a mortalidade são elevadas para um contexto em que ambos os fenómenos atingem níveis mais baixos. A conjugação de ambos está na origem da redução da quebra de nascimentos e, por conseguinte, o estreitamento da base da pirâmide de idades (envelhecimento na base), levando à redução dos efectivos populacionais jovens e ao alargamento do topo, com o crescimento de efectivos populacionais mais idosos (envelhecimento no topo). Estes fenómenos têm vindo a acentuar-se nos últimos quarenta anos, período em que a população portuguesa sofreu profundas alterações na estrutura demográfica sendo visíveis no traçado da respectiva pirâmide de idades. Esta deixou de ser triangular, específica de um regime demográfico “jovem”, associado a natalidade e mortalidade elevadas, passando a revelar um estreitamente progressivo na base, resultado dos baixos índices de natalidade e um alargamento no topo, decorrente da redução da mortalidade geral e do aumento da esperança de vida da nossa população (Figura 1).

¹¹⁸ No presente documento consideram-se os seguintes limites de idade em cada categoria: 0-14 anos (população jovem); 15-64 anos (população em idade activa ou população potencialmente activa); 65 e mais anos (população idosa).



Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População, 1991 e 2001 (adaptado de Carrilho & Gonçalves, 2004, p. 179)

Figura 1 – Pirâmides etárias da população residente total em Portugal, 1991 e 2001

A configuração actual da pirâmide etária da população portuguesa é do tipo “às de espadas”, embora em algumas regiões do país tenha vindo a alterar-se apresentando já uma configuração em “urna”. Este caso resulta do decréscimo da população jovem e do aumento da população em idade avançada, a par de um decréscimo acentuado da população jovem-adulta, agravado pelo fenómeno das migrações.

2. Envelhecimento demográfico e geografia da população

Tal como acontece em Portugal e na Europa, o envelhecimento da população não evoluiu de maneira uniforme em todas as regiões do Mundo. Considerando a população por regiões, segundo o seu grau de desenvolvimento¹¹⁹, e tendo

¹¹⁹ Segundo a classificação das Nações Unidas, as regiões “mais desenvolvidas” compreendem a Europa, a América do Norte, a Austrália, a Nova Zelândia e o Japão; e as “menos desenvolvidas” compreendem todas as regiões de África, Ásia (excepto o Japão), a América Latina e Caraíbas, bem como a Melanésia, a Micronésia e a Polinésia. Tal como é salvaguardado, estas designações “foram

subjacente os dados da projecção da população mundial das Nações Unidas (2002), constata-se que:

- As regiões mais desenvolvidas iniciaram primeiro o fenómeno da transição demográfica, por altura do incremento da revolução industrial, observando-se um ritmo de crescimento bastante forte da população com 65 e mais anos na população total, a partir de 1960/70.

De acordo com o referido documento (op. cit., p. 15), este cenário revela tendência a atenuar-se ao longo do tempo: “Por volta de 2000, a proporção de idosos ultrapassou a dos jovens (19% vs. 18%) e, em 2050, espera-se que a proporção de idosos seja o dobro da dos jovens (32% vs. 16%)”. A Europa é a região do globo mais envelhecida.

- Ao contrário, nas regiões menos desenvolvidas, até 2000, o envelhecimento da população foi consideravelmente menor, uma vez que a fertilidade se manteve ainda relativamente alta. Com efeito, “a proporção de jovens declinou de 38%, em 1950, para 33%, em 2000, enquanto que a proporção de idosos aumentou de 6% para 8%. (...). Por volta de 2050, prevê-se que a proporção de idosos atinja os 20%, enquanto se espera que a proporção de jovens decline para os 21%” (Nações Unidas, 2002, pp. 15-16).

Este fenómeno mostra que, cerca de cinquenta anos depois das regiões mais desenvolvidas, regista-se actualmente nas de menor desenvolvimento um aumento da proporção de idosos a um ritmo bastante forte.

Caracterizado por uma distribuição geográfica heterogénea, pode afirmar-se que, historicamente, o fenómeno social do envelhecimento demográfico “não aparece no género humano até uma época relativamente próxima da nossa. Pode dizer-se que é fruto da civilização, um produto cultural” (Cabrillo & Cachafeiro, 1992, p. 35), um fenómeno que acompanha o processo de crescimento económico e a mudança social registada em diversos contextos e civilizações.

De facto, como observa Gurvitch (1979, p. 87), sendo que "todas as camadas ou níveis da realidade social estão sempre essencialmente e indissoluvelmente

delineadas por conveniência estatística e não expressam necessariamente um juízo de valor sobre os estádios de desenvolvimento alcançados por um determinado país ou região no processo de desenvolvimento” (Nações Unidas, 2002, p. ii).

interpenetrados", a análise do envelhecimento recorda-nos aspectos diferentes da evolução da própria sociedade, testemunhados em diferentes aspectos da sua "morfologia social". Consideramos, por isso o envelhecimento demográfico como uma consequência imediata do fenómeno mais vasto e complexo desencadeado pela industrialização-urbanização. Com efeito, a transferência das populações rurais para os centros de maior concentração mineira, industrial e urbana, iniciada no decurso dos séculos XVIII e XIX, aquando do início da revolução industrial, deu origem ao movimento contínuo de "êxodo rural" que desde então constitui um dos sintomas do actual processo de crescimento das grandes urbes.

Recorde-se, a propósito, que entre os principais factores responsáveis por este tipo de movimentos da população contam-se as oportunidades de trabalho criadas em torno dessas "bacias" de emprego, que continuam a alimentar as migrações de vários contingentes de mão-de-obra masculina e feminina, atraídos pela diversificação das actividades industriais e sobretudo pela concentração de serviços responsáveis pela evolução das grandes áreas metropolitanas. Para aqui têm convergido diferentes públicos e imigrantes, em resultado quer de migrações isoladas quer de migrações de famílias completas, dando origem a novos cenários sociais, económicos e culturais, que passaram a identificar as sociedades urbanas, marcados não só pela variedade étnica e demográfica da população residente mas também pela alteração de muitos dos valores dominantes específicos da sociedade. Entre estes contamos os que se referem à vida em comunidade, à solidariedade social, à divisão do trabalho, à comunicação interpessoal e ao desenvolvimento humano.

O conjunto destes aspectos conduziu à progressiva emancipação da mulher, à redução da sua fecundidade e à quebra acentuada da natalidade alterando, por via do envelhecimento na base, as estruturas demográficas da população.

Se quisermos pensar na realidade portuguesa, verificamos que os valores médios de natalidade, superiores aos 30‰ no primeiro quartel do século XX, decaíram para menos de 20‰ durante a segunda metade desse século, situando-se no começo da década de noventa abaixo dos 12‰. Em 2004, o valor médio da natalidade registado na população portuguesa foi de 10,4‰ (Quadro 1).

Quadro 1 – Indicadores demográficos, 2004

	Taxa de Crescimento Efectivo da Pop. %	Taxa de de Natalid ade ‰	Taxa de Mortalidade ‰
Portugal	0.5	10.4	9.7
Norte	0.4	10.2	8.3
Centro	0.4	9.2	11.1
Lx.e Vale do Tejo	0.7	11.5	9.1
Alentejo	0.0	9.2	13.0
Algarve	1.5	11.7	11.5
Açores	0.5	12.5	10.2
Madeira	0.5	12.2	10.7

Note-se que os valores médios de mortalidade da população portuguesa, orçando os 20‰ no termo do primeiro quartel do século XX, baixaram para cerca de metade nos anos sessenta, situando-se em valores próximos de 10,4‰ nos anos noventa. Este valor tem-se mantido quase inalterável até à actualidade.

Escusado será recordar que a melhor cobertura médico-sanitária disponível nos centros urbanos, extensiva gradualmente ao restante território, foi igualmente responsável pela queda acentuada da mortalidade geral e da mortalidade infantil, conduzindo ao alargamento progressivo da "esperança de vida¹²⁰", cujos valores se situam em média (ano de 2004) nos 74,53 anos para o homem e 80,98, para a mulher.

De forma global podemos ainda recordar que após o "baby-boom" ocorrido na maior parte dos países do Ocidente europeu e em Portugal, depois da 2ª Guerra Mundial, o aumento progressivo da população com idade avançada constitui um dos sintomas preocupantes dos desequilíbrios demográficos que hoje afectam o nosso território. Tal facto pode comprovar-se através, quer do peso dos diversos grupos funcionais (jovens: 0-14 anos; adultos: 15-64 anos e dos idosos: ≥ 65 anos) em relação à população total, quer através de alguns indicadores privilegiados. Indicamos alguns dados do INE relativos a 2004, no Quadro 2.

¹²⁰ "Esperança de vida numa determinada idade (e_x) – Número médio de anos que uma pessoa que atinja a idade exacta x pode esperar ainda viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento" (INE, 2003, p. 9).

Quadro 2 – Indicadores demográficos, 2004

Índice de envelhecimento (65+anos/0-14 anos) ¹²¹	108.7
	%
Índice de dependência total (0-14 e 65+anos)/ 15-64 anos ¹²²	48.5%
Índice de dependência de jovens (0-14/15-64 anos) ¹²³	23.2%
Índice de dependência de idosos (65+anos/15-64 anos) ¹²⁴	25.2%

Quanto à distribuição dos diferentes grupos funcionais, o Quadro 3 evidencia as assimetrias demográficas existentes entre o norte e o sul, traduzindo diferentes dinâmicas regionais. Estes aspectos comprovam a diversidade física e humana do nosso território bem como outros contrastes, identificados por diversos indicadores económicos e sociais.

Quadro 3 – População residente, por grupos etários, 2004

	Pop. total	0-14 anos	15-64 anos	65+ anos
Portugal	10529,3	1647,4	7091,3	1790,5
Norte	3727,3	620,5	2556,8	549,9
Centro	2376,6	344,0	1557,1	475,5
Lx. e Vale do Tejo	2760,7	426,3	1884,3	450,1
Alentejo	767,7	103,1	488,9	175,7
Algarve	411,5	60,5	273,9	77,1
Açores	241,2	48,2	162,9	30,1
Madeira	244,3	44,8	167,3	32,2

(Unid.1.000)

¹²¹ “Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas dos 0 aos 14 anos)” (INE, 2003, p. 10).

¹²² “Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos)” (INE, 2003, p. 9).

¹²³ “Relação entre a população jovem e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos)” (INE, 2003, p. 9).

¹²⁴ Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 15-64 anos)” (INE, 2003, p. 9).

A análise deste quadro permite verificar que o Norte detém a mais baixa percentagem de idosos do Continente ao contrário do Alentejo, do Algarve e do Centro que surgem como as regiões mais envelhecidas do Continente. No extremo oposto situam-se as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira. Estes dados, se comparados com a análise das respectivas pirâmides etárias, acentuariam os tipos de envelhecimento, na base e no topo, da população portuguesa: o primeiro tem implicações, sobretudo a longo prazo, nas gerações activas e no dinamismo do mercado de trabalho; o segundo, com repercussões imediatas sobre os sistemas de saúde e de segurança social, traduz a maior longevidade da população portuguesa.

Note-se que a quebra de nascimentos, tal como anteriormente foi assinalado, é um fenómeno que acompanha o processo de urbanização crescente da sociedade portuguesa, condicionando a capacidade de rejuvenescimento e de substituição da nossa sociedade. Não sendo um fenómeno isolado, anda associado a outros fenómenos relacionados com a redução da nupcialidade, com o casamento tardio e com a emancipação da mulher. Recordamos alguns valores:

- sobre a nupcialidade, notamos que a taxa bruta de nupcialidade tem vindo a decair, sendo em 2004 de apenas 4,7‰, e a idade média do casamento tem vindo a aumentar sendo de 28,5 anos para os homens e de 27,0 anos para a mulher;

- a idade média da mulher em relação ao nascimento do primeiro filho, aumentou nesse ano para 27,5 anos. Daí a quebra de nascimentos que se tem vindo a acentuar decorrente da idade tardia do casamento. No entanto outras razões, nomeadamente as que se relacionam com a protecção à mulher e à maternidade ou mesmo à situação laboral, podem estar associadas à subida deste valor.

3. Envelhecimento demográfico e acção social

Os dados anteriormente referidos evidenciam alguns dos condicionalismos que afectam os cenários demográficos actuais. Recorde-se que a generalização dos métodos anticonceptivos, a divulgação dos métodos de planeamento familiar, bem como os encargos sociais decorrentes de uma família numerosa, não

satisfeitos pelos sistemas de segurança social, podem justificar os valores acima mencionados. Estas situações realçam as mudanças ocorridas no seio da família tradicional uma vez que, para além das funções tradicionais que lhe foram atribuídas por Murdock (a sexual, a económica, a reprodutiva e a educativa), as alterações demográficas anteriormente descritas sugerem o aparecimento de uma outra relacionada com o acolhimento dos idosos. Em muitas circunstâncias esta é encarada como uma responsabilidade dos agregados familiares e aceite, muitas vezes, com prejuízo da estabilidade financeira do respectivo núcleo familiar.

Por outro lado, o acréscimo da população idosa tem efeitos directos sobre a sociedade devido ao agravamento das taxas de dependência em relação à população activa. Esta situação traduz os encargos acrescidos decorrentes da formação, da assistência e da protecção social dos grupos funcionais dos jovens e dos idosos, que pesam sobre a população activa. Por isso, a evolução das estruturas demográficas na actualidade, apontando para o aumento da classe dos inactivos e para a necessidade do seu acolhimento pela sociedade, têm levado ao crescimento progressivo das despesas de protecção social. Com efeito, no decurso da década passada, as despesas com a velhice e sobrevivência duplicaram denotando os efeitos do envelhecimento da nossa população.

Para além dos aspectos económicos, a evolução progressiva do envelhecimento da população obriga a que se repensem os modelos de assistência social conduzindo, necessariamente, ao reforço da solidariedade intergeracional e à adopção de medidas de política familiar, social e laboral, que não descurem as assimetrias espaciais e sociais existentes na nossa sociedade. Recorde-se que estas agravam as diferentes acessibilidades (sobretudo as económicas, sociais e culturais), que se levantam à protecção assistencial e à ocupação social dos grupos etários mais velhos, situação marcada frequentemente pela inactividade, pelo desamparo familiar e pelo isolamento social.

Este panorama que se tem vindo a acentuar com o envelhecimento progressivo da população portuguesa sugere, por isso, um conjunto de medidas de política social que atendam, nomeadamente:

- ao aumento dos encargos de pensões sociais e de doença que continuarão a pender sobre toda a sociedade, hoje agravados com o peso da população envelhecida, o desemprego e a variação da idade de reforma;

- à diminuição do espírito de iniciativa e à resistência à mudança, que poderá afectar as áreas onde esta população é dominante, em contraste com as regiões habitadas pela população jovem mais agressiva, com maior dinamismo e abertura à inovação;

- ao agravamento da dependência laboral resultante da escassez de mão-de-obra jovem e adulta, sobretudo em certos sectores de actividade, podendo assim conduzir a novos movimentos da população (migrações internas e imigração) e ao acentuar dos contrastes regionais já existentes;

- à persistência de "bolsas de idosos" que identificam as áreas de maior repulsão demográfica e social.

Estas algumas das questões que hoje em dia se prendem com o fenómeno do envelhecimento da população portuguesa e da população da União Europeia.

4. Aspectos do envelhecimento no distrito de Viseu

Uma análise mais detalhada à Região Centro do território português, designadamente no distrito de Viseu (integrado na NUTII¹²⁵-Centro), mostra que este regista já um elevado índice de envelhecimento demográfico, conforme se constata pela leitura de alguns indicadores demográficos (Quadro 4).

Quadro 4 – Indicadores demográficos da Região Centro, 2004

Taxa bruta de natalidade	9,2‰
Taxa bruta de mortalidade	11,1‰
Índice de envelhecimento (65+anos/0-14 anos)	138,2%
Índice de dependência de idosos (65+anos/15-64 anos)	30,5%

Fonte: INE, 2004

¹²⁵ Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) níveis I, II e III (Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro).

Ao nível do distrito, há a realçar as assimetrias na distribuição da população idosa, nos diversos concelhos, sendo em Viseu, Tondela, Lamego, que se observa o maior número de pessoas com 65 e mais anos.

Quadro 5 – População residente do distrito de Viseu, por grupos etários, 2004

	Pop. total	0-14 anos	15-64 anos	65+ anos
Armamar	7 318	1 035	4 760	1 523
Carregal do Sal	10 555	1 544	6 717	2 294
Castro Daire	16 846	2 452	10 355	4 039
Cinfães	21 318	3 512	13 969	3 837
Lamego	27 054	4 126	18 232	4 696
Mangualde	21 158	3 134	13 636	4 388
Moimenta da Beira	11 053	1 747	7 084	2 222
Mortágua	14 504	1 965	9 432	3 107
Nelas	10 597	1 690	6 832	2 075
Oliv. de Frades	8 768	1 216	5 507	2 045
Pen. do Castelo	3 378	465	2 067	846
Penedono	11 978	1 956	7 561	2 461
Resende	12 393	1 684	8 037	2 672
S ^a Comba Dão	8 367	1 304	5 343	1 720
S.J. Pesqueira	19 215	2 640	12 130	4 445
São Pedro Sul	13 419	2 091	8 599	2 729
Sátão	6 150	875	3 942	1 333
Sernancelhe	6 501	932	4 154	1 415
Tabuaço	8 303	1 363	5 528	1 412
Tarouca	31 026	4 014	19 659	7 353
Tondela	6 319	955	3 968	1 396
V ^a Nova Paiva	96 810	16 024	65 533	15 253
Viseu	11 807	1 630	7 438	2 739
Vouzela				

Fonte: INE, 2004

O progressivo envelhecimento da população denunciada quer pelos indicadores demográficos quer pela distribuição dos diversos grupos funcionais revela a necessidade de se considerar com maior acuidade alguns tipos de respostas sociais aos idosos bem como a sua evolução, com vista a compatibilizar o envelhecimento e a qualidade de vida e bem-estar desta população.

Apesar dos idosos não constituírem um grupo homogéneo na sociedade portuguesa, estudos mais recentes efectuados nesta área evidenciam que eles são um dos grupos populacionais mais vulnerável à pobreza e à exclusão social. Como revelam esses estudos (INE, 1999, 2002), a população idosa evidencia, em geral:

- “baixos níveis de escolaridade” (a maioria dos idosos não possui qualquer nível de instrução, sendo esta característica mais acentuada na população idosa feminina);

- “baixos rendimentos” (a maioria dos idosos depende das pensões como fonte de rendimento principal e estas são, em regra, de baixo valor);

- “baixa participação social e cívica” (“18,7% dos homens e 5,2% das mulheres são membros de organizações culturais ou sociais” – INE, 2002, p. 199);

- “isolamento social e físico”;

- “condições de saúde e de habitação e conforto desfavoráveis”.

Para responder a estas situações, o Estado criou um sistema de Segurança Social, cujos fundamentos e a organização foram definidos pela Lei-Quadro nº 28/84, de 14 de Agosto, cuja configuração se baseia em três níveis distintos de actuação: o “Regime Geral”, o “Regime Não-Contributivo” e a “Acção Social”.

Não se tornando necessário evocá-los a todos, recordamos que a “Acção Social” tem como função responder aos problemas de ruptura económica e social, que não estão abrangidos pelos regimes anteriores. Tem dois objectivos principais: prevenir e resolver situações de carência, disfunção e marginalização social, que incidem principalmente sobre crianças, jovens, idosos e deficientes, e concretizar acções e programas com vista a promover a integração social e comunitária.

A acção social pode ser desenvolvida a dois níveis – serviços e equipamentos – que no seu conjunto desempenham um papel fundamental. Neste âmbito podemos encontrar uma série de respostas sociais, destinadas à população idosa, desde as mais tradicionais (eg., Lares de Idosos, Lares para Cidadão Dependente, Centros de Dia, Centros de Convívio), às mais inovadoras (eg., Apoio Domiciliário, Centros de Noite¹²⁶, Acolhimento Familiar, Colónias de Férias, Termalismo,

¹²⁶ Os Centros de Noite são uma resposta social recente desenvolvida em termos de equipamentos de apoio à população idosa. Têm por finalidade o acolhimento nocturno, com carácter temporário ou prolongado, prioritariamente de pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento e insegurança, necessitam de acompanhamento durante a noite. Esta nova valência tem como objectivo acolher e acompanhar durante a noite pessoas idosas, favorecendo a sua

Universidade da Terceira Idade, Ajudas Técnicas e Programa de Apoio Integrado a Idosos – PAII).

Historicamente, foi depois de 1974¹²⁷, que as políticas sociais dirigidas à “terceira idade” tiveram maior incremento, contemplando todas as pessoas do meio rural e urbano, em idade limite de reforma, ou consideradas incapacitadas para o trabalho. O modelo do sistema de Segurança Social, que tem assegurado a aplicação destas políticas sociais, começou a evidenciar, na década de oitenta do século XX, uma crise do sistema de funcionamento. Neste seguimento, o Estado reagiu criando espaços de actividade social privada, designadamente incentivando e concedendo apoios às actividades das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).

A “Sociedade-Providência” é reforçada pelo Decreto-Lei nº 119/83 de 25 de Fevereiro, que alarga a concepção legal das IPSS’s “aos domínios da saúde, da educação, da habitação e outros em que as necessidade sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio”. No que concerne às pessoas idosas tal traduziu-se na implementação de estruturas de apoio à “terceira idade”. Assim, nos anos oitenta do século XX, surgiram os Lares de Idosos em quase todas as sedes de concelho onde ainda não existiam: “O número de lares de idosos, em Portugal, tutelados por IPSS era em 1981 de 322, passando a 543, em 1993. Nessas mesmas datas, os centros de convívio passaram de 60 para 162; os centros de dia e de apoio domiciliário, de 35 e 28 para 858 e 710, respectivamente” (Costa, 2003, p. 54).

Nos anos noventa surgiram experiências piloto de residências como alternativa aos lares de grande capacidade e, em 1993, implantaram-se 10 unidades destas, abrangendo 273 utente. A partir de 1998, os equipamentos e serviços que

permanência no seu meio habitual, assegurar o bem-estar e a segurança das pessoas idosas e, por último, promover o convívio e a participação social das mesmas (Costa, 2003, p. 54).

¹²⁷ O Decreto-Lei 203/74, de 15 de Maio inclui as grandes linhas de orientação do Sistema de Segurança Social com um conjunto de medidas referentes à política social. Entre o vasto conjunto de medidas figura a “substituição progressiva dos sistemas de previdência e assistência por um sistema integrado de segurança social” (INE, 1999, p. 65).

apresentaram um maior acréscimo foram os da área de apoio aos idosos, com 770 novas valências, 16536 lugares criados e mais 26251 utentes (idem, p. 54)¹²⁸.

Num estudo realizado pelo Gabinete de Estudos Regionais da Direcção Regional do Centro do INE (Baptista, 1996, p. 91), relativamente aos equipamentos de Segurança Social em geral, concluiu-se que “a situação da Região Centro é favorável comparativamente com o que se passa a nível médio do país. Tal parece revelar a preocupação em satisfazer as necessidades da população numa região que apresenta dos maiores índices de envelhecimento demográfico e número de pensionistas relativo”.

Da evolução global das IPSS com valências de apoio a idosos do distrito de Viseu, entre 1991 e 2001, ressalta também o crescimento do número dessas unidades: “Das 86 IPSS existentes em 1991, passou-se para as 216, em 2001, correspondendo a um crescimento de 130 IPSS, a uma taxa média anual de cerca de 9,6% ao ano”. (Governo Civil de Viseu, 2005, p. 219). De 2001 para 2005, foram criadas 75 unidades com valências para idosos, essencialmente para apoio domiciliário (Quadro 6).

Quadro 6 – Número de IPSS com valências de apoio a idosos

	Centro de Dia			Centro de Convívio			Lar de Idosos			Apoio Domiciliário		
	1991	2001	2005	1991	2001	2005	1991	2001	2005	1991	2001	2005
Armamar	1	1	1	0	0	0	1	4	4	0	2	3
Carregal do Sal	0	2	1	0	0	0	0	1	4	2	4	4
Castro Daire	1	2	2	0	0	0	1	1	3	0	3	6
Cinfães	2	2	2	0	0	0	2	2	2	1	6	6
Lamego	4	5	6	0	1	1	3	3	3	3	5	6
Mangualde	2	3	3	0	1	1	1	3	4	2	4	1
Moim. da Beira	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	5	0
Mortágua	0	1	1	0	0	0	0	1	2	0	1	8
Nelas	1	4	4	0	0	0	0	2	3	1	4	2
Oliveira de	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	2	7
Frades	1	3	5	0	0	0	1	1	2	0	6	1
Penalva do	1	1	1	0	0	0	1	2	2	0	1	7
Castelo	1	0	0	0	0	0	1	2	2	0	1	4
Penedono	1	3	3	0	0	0	1	1	2	0	4	2
Resende	1	2	3	0	0	0	1	1	2	0	2	5
Santa Comba Dão	1	0	0	0	0	0	2	2	2	0	4	3
S. João Pesqueira	0	2	2	0	0	0	1	1	1	0	5	5
São Pedro do Sul	4	4	4	0	0	0	1	2	4	3	4	5
Sátão	2	3	3	0	0	0	1	3	3	1	2	4

¹²⁸ <http://www.byweb.pt:8080/viver/projecto/diagnóstico/2.html>

Sernancelhe	2	2	2	0	0	0	1	2	2	2	3	2
Tabuaço	2	5	7	0	0	0	1	2	3	3	5	3
Tarouca	1	2	2	0	0	0	0	2	2	1	5	1
Tondela	4	1	1	0	0	0	3	6	1	5	2	5
V ^a N ^a de Paiva	1	4	8	0	0	0	1	1	0	0	3	6
Viseu		0	0						1		3	3
Vouzela												1
Total do Distrito	35	63	72	0	2	2	26	47	65	25	104	152

Fonte: Centro Regional de Segurança Social de Viseu, 2005 (adaptado de Governo Civil do Distrito de Viseu, 2005, p. 220)

Como se evidencia no Quadro 6, os concelhos onde existiam mais Centros de Dia, em 1991, eram Lamego, Sernancelhe e Viseu. De realçar o crescimento destes Centros nos concelhos de Viseu, Tondela e Nelas, de 1991 para 2001. Refira-se ainda o facto de não existirem Centros de Dia em Resende, S. Pedro do Sul e Vouzela, em 2005.

Em 1991, não existiam Centros de Convívio no distrito de Viseu. Em 2001, existiam apenas dois, um em Lamego e outro em Mangualde. Este número manteve-se em 2005.

No que toca a Lares de Idosos, existiam 26 unidades no distrito de Viseu, em 1991. Uma década depois o seu número ascendeu a 47, sendo em 2005 já de 65. Os concelhos onde existiam mais Lares de Idosos, em 2005, eram Viseu (10 lares), seguido de Armamar, Carregal do Sal, Mangualde e Sernancelhe (4 unidades cada).

Verificou-se, também, um crescimento de 79 IPSS de Apoio Domiciliário, de 1991 para 2001, sobretudo nos concelhos de Viseu, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penalva do Castelo, Sátão, Tondela e Vila Nova de Paiva. Em 2005, as IPSS de apoio domiciliário eram de 152 e encontravam-se situadas, na sua maioria, nos concelhos de Viseu, Tondela e Mangualde (cf. Quadro 6).

Da leitura destes dados relativos ao distrito de Viseu ressalta um grande esforço e um aumento das respostas sociais dirigidas à população idosa, com destaque para os concelhos de Viseu e Tondela, todavia ainda insuficientes face ao ritmo acelerado de crescimento desta população.

Bibliografia

Arroteia, Jorge Carvalho (1984). *A evolução demográfica portuguesa*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (Biblioteca Breve, nº 93).

Baptista, Susana (1996). *Caracterização social da Região Centro em termos de equipamentos de Segurança Social*. Cadernos Regionais. Lisboa: Direcção Regional do Centro.

Cabrillo, F., & Cachafeiro, M. L. (1992). *A revolução grisalha*. Lisboa: Planeta Editora.

Cardoso, Ana Paula (2002). As exigências de mudança e de inovação em educação: Uma perspectiva diacrónica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 36 (1, 2 e 3), 167-184.

Cardoso, Ana Paula (2003). A receptividade à mudança e à inovação pedagógica: O professor e o contexto escolar. Porto: Edições ASA (Colecção Perspectivas Actuais /Educação).

Carrilho, Maria José & Gonçalves, Cristina (2004). Dinâmicas territoriais do envelhecimento: Análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001, *Revista de Estudos Demográficos*, 36, 175-191.

Costa, Luísa M. Almeida Craveiro (2003). *Velhice e exclusão social: Um estudo no Centro de Convívio e Apoio à Terceira Idade do Tortosendo*. Tese de Mestrado não publicada apresentada ao Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.

Evangelista, João (1971). *Um século de população portuguesa (1864-1960)*. Lisboa: Centro de Estudos Demográficos – Instituto Nacional de Estatística.

Governo Civil do Distrito de Viseu (2005). *O distrito de Viseu em números: Contributo para uma caracterização económico-social*. Viseu: Governo Civil do Distrito de Viseu.

Gurvitch, Georges (1979). *A vocação actual da Sociologia*. Lisboa: Edições Cosmos.

INE (1999). *As gerações mais idosas*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, Gabinete de Estudos e Conjuntura (Série Estudos, nº 83)

INE (2002). O envelhecimento em Portugal: Situação demográfica e socio-económica recente das pessoas idosas. *Revista de Estudos Demográficos*, 32, 185-207.

INE (2003). Estimativas provisórias de população residente. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

INE (2004). Indicadores estatísticos gerais. População e condições sociais. Disponível em <http://www.ine.pt>

Lima, Margarida Pedroso (1999). A personalidade na terceira idade. *Psicologia, Educação e Cultura*, 3 (2), 385-396.

Lima, Margarida Pedroso (2004). *Posso participar? – Actividades de desenvolvimento pessoal para idosos*. Porto: Âmbar.

Nações Unidas (2002). *World population prospects: The 2002 revision, Vol. II, Sex and age distribution of the world population*. New York: Department of Economic and Social Affairs – Population Division.

Nazareth, J. Manuel (1979). *O envelhecimento da população portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença/Gabinete de Investigações Sociais.

Nazareth, J. Manuel (1988). Unidade e diversidade da demografia portuguesa no final do século XX. In *Portugal: Os próximos 20 anos*, Vol. III, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nazareth, J. Manuel (1995). Os grandes cenários de evolução do envelhecimento demográfico de Portugal no contexto da União Europeia até ao ano 2050. *População e Sociedade*. Porto: Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade, 5, 5-23.

Nazareth, J. Manuel (1999). Envelhecimento demográfico e relação entre gerações. *Psicologia, Educação e Cultura*, 3 (2), 239-251.

Simões, António, Ferreira, J. A., Lima, M. P., Pinheiro, M. R., Vieira, C. M., Matos, A. P., & Oliveira, A. L. (2001). O bem-estar subjectivo dos idosos: Factores sociodemográficos e de personalidade. In A. Simões *et al.* (Orgs.), *Modelos e Práticas de Educação de Adultos* (pp. 301-320). Coimbra: NAPFA.

Simões, António (2005). Envelhecer bem? – Um modelo. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 38 (1), 217-227. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

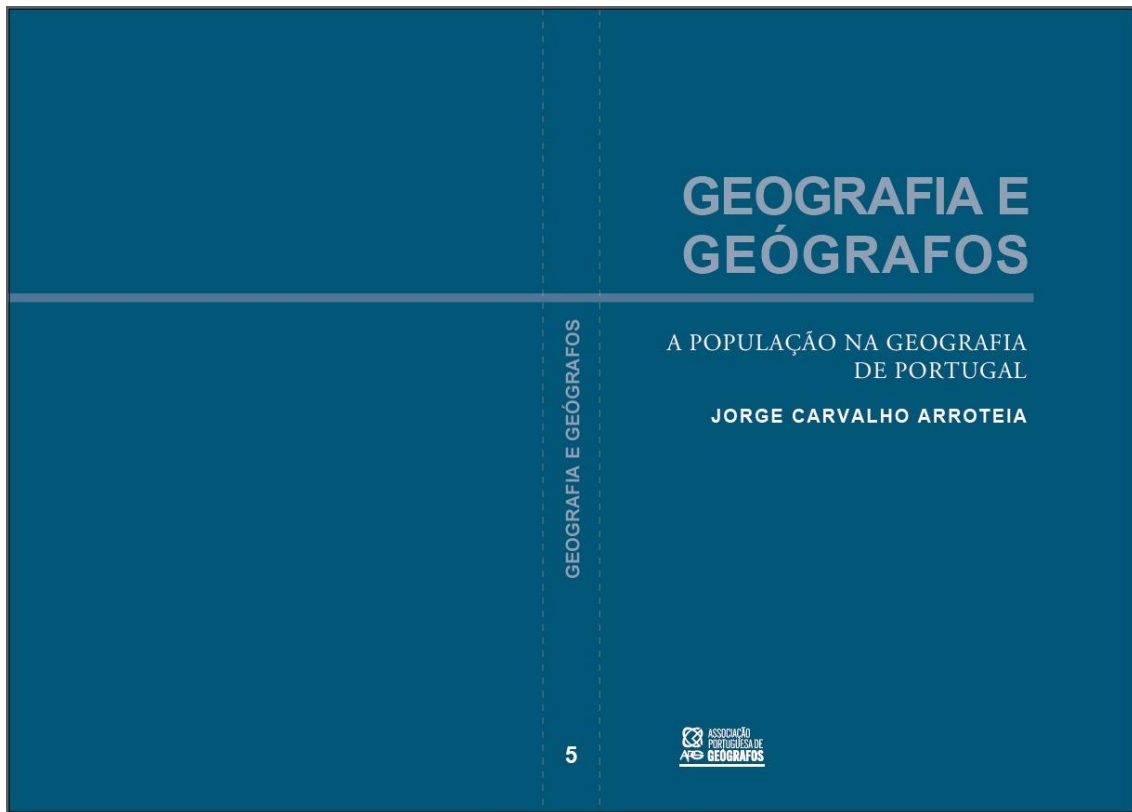
Pressat, Roland (1979). *Dictionnaire de démographie*. Paris; P.U.F.

Touraine, , Alain (1982). *Pela Sociologia*. Lisboa; Publicações Dom Quixote

Worseley, Peter (1977). *Introdução à Sociologia*. Lisboa; Publicações Dom Quixote

ÍNDICE II

População e migrações	5
Portugueses em diáspora: identidade e cidadania	19
Democratização, direitos humanos e desafios de cidadania	43
Geografia: convergência e interdisciplinaridade	47
Geografia com ética. Ética em geografia?	61
De Portugal para a Europa: espaços sociais e de relação	73
Crescimento urbano e desenvolvimento territorial	107
Olhares cruzados sobre Leiria	123
Para uma leitura geográfica dos espaços de poder (...)	135
Aveiro	153
Notas geográficas sobre a bacia do Vouga	163
A estação de caminho de ferro e a cultura de proximidade: Aveiro (...)	175
Poder local, democracia e ética	185
Santa Justa – Vale do Pereiro	195
Mapas e quadros da emigração – Os Ílhavos e os Murtoseiros (...)	253
Sociologia e geografia das migrações: preferências	407
O envelhecimento da população em Portugal e na Europa	417
A propósito do envelhecimento da população portuguesa	425
Fertilidade, maternidade e demografia: que problemas?	431
Traços da evolução recente da população portuguesa	445
Portugal XXI: questões de geografia da população	461
Contributo dos portugueses à demografia luxemburguesa	483
A emigração portuguesa: Comarcas	493
Intégration sociale des ressortissants (...) C.E.E.	515
Aspectos da emigração portuguesa na bacia de Léon	547
Uma visão retrospectiva sobre as migrações portuguesas	559
Em torno da emigração portuguesa: pós-guerra e anos cinquenta	575
Mancebos e emigrantes	581
Evocação da mestiçagem e diáspora	591
L'émigration portugaise em Suisse	599
A perda de raízes culturais: o luto pela cultura mãe	609
A emigração portuguesa em Espanha. (...) percurso investigativo (1991-2011)	617
Traços da comunidade portuguesa em Pelotas	625
Envelhecimento da população portuguesa: responsabilidade social e cidadania	653
Índice	671



ISBN 978-989-35374-0-4

